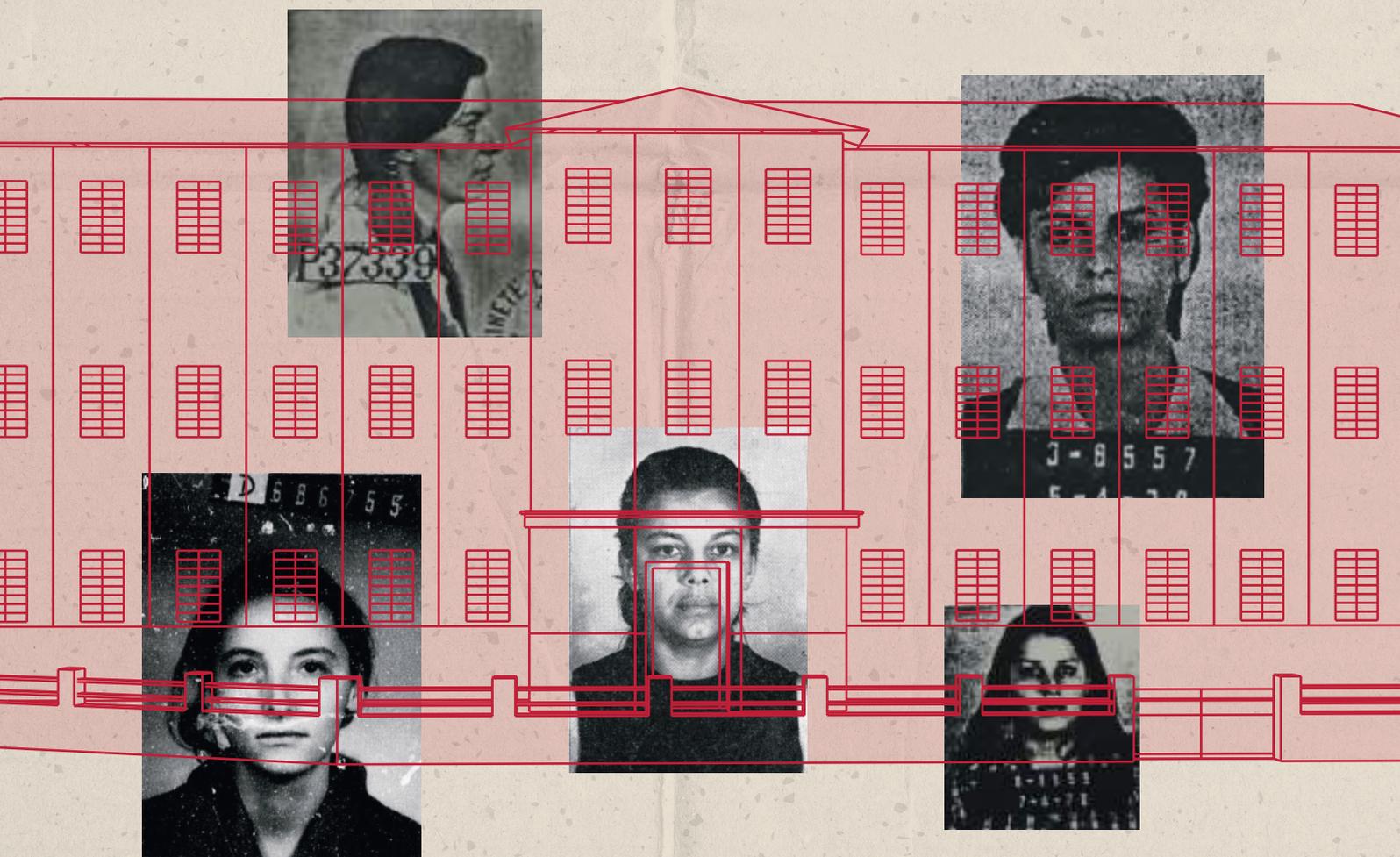


MARIA EDUARDA MAGRO

O depósito das mulheres que incomodam



Encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Eduarda Magro

“O DEPÓSITO DAS MULHERES QUE INCOMODAM”:
encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura civil-
militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)

Porto Alegre

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Eduarda Magro

“O DEPÓSITO DAS MULHERES QUE INCOMODAM”:
encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura civil-
militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)

Dissertação de Mestrado em História
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira
Bauer

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Magro, Maria Eduarda

"O depósito das mulheres que incomodam":
encarceramento político na Penitenciária Feminina
Madre Pelletier durante a ditadura civil-militar
brasileira (Porto Alegre, 1964-1979) / Maria Eduarda
Magro. -- 2024.

379 f.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Penitenciária Feminina Madre Pelletier. 2.
Presas políticas. 3. Ditadura civil-militar
brasileira. 4. Encarceramento político. 5. Mulheres na
ditadura. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II.
Título.

Maria Eduarda Magro

**“O DEPÓSITO DAS MULHERES QUE INCOMODAM”:
encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a ditadura
civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1964-1979)**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História.

Data de aprovação: 06/03/2024

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Caroline Silveira Bauer – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Débora Strieder Kreuz
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Joffily
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Gasparotto
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Às mulheres que não admitiram permanecer placidamente na superfície da vida.

AGRADECIMENTOS

Na história, a pesquisa se faz com a costura do tempo, enredando as linhas das falas outrora silenciadas, atando os resquícios fragmentados, investigando com atenção o avesso. Aqui, foram muitos os nós a desatar para que essa trama pudesse seguir em seus alinhavos. Incansáveis e delicadas mãos se colocaram sobre as minhas para que eu e esta pesquisa, costuradas uma na outra, pudéssemos chegar até aqui, e a elas agradeço e reverencio.

Em primeiro lugar, agradeço às minhas interlocutoras, as grandes artesãs dessa meada. Obrigada por serem essas mulheres corajosas, inquietas, questionadoras e transformadoras. É profundo o meu agradecimento pela confiança e aposta com que receberam a mim e à minha pesquisa, por terem feito desse um caminho possível para reverberar suas memórias. Cada uma de vocês, a seu próprio modo, me forneceu novas lentes para enxergar o mundo e, assim, transformaram a minha vida. Helena, Vera Lúcia, Ignez, Leane, Vera Lúcia, Gorete, Iara, Mailde, Mara, Leia, Marlova, obrigada por cederem seus testemunhos. Acolho-os com ética, responsabilidade, comprometimento, e sobretudo com imensa admiração.

Agradeço à Marina e Elisa, minha mãe e minha vó, as raízes de onde germino, por toda a compreensão, apoio, cuidado e amor com que me regam a vida inteira. Obrigada por serem a rede de apoio para a elaboração desse trabalho, por tomarem conta de tudo para que eu pudesse me dedicar à escrita. Mãe, obrigada pela preocupação, por estar sempre atenta, pela tua presença constante e cuidadosa que me ampara e fortalece. Vó, depois de um almoço há tantos anos, ao te ouvir contar sobre a tua infância - de teus xingamentos escondidos por trás do muro, acusando os militares de serem “abacates do governo” e da tua coragem para espiar a captura da vizinha levada pelo DOPS -, algo novo brotou em mim e mudou o curso da minha trajetória. Foi aí que floresceu o interesse que me traria até essa pesquisa; de alguma ou de todas as formas, esse trabalho só existe por tua causa.

Aurora, obrigada por pacientemente me acompanhar, deitada ao lado da cadeira, em todos as manhãs, tardes e noites da escrita, por me chamar para brincar pelo menos por alguns minutos, por me fazer andar ao teu lado com mais calma para apreciar a beleza dos detalhes e respirar o alívio da pausa.

Ao meu avô Antônio, por ter sonhado junto comigo esse futuro que agora é presente, por ter apoiado, até o fim, a minha escolha profissional. Obrigada pela forma como me conduzes com a tua luz, de onde quer que estejas. Agradeço a todas essas vidas não mais tangíveis, que muito me fazem falta num afago, mas que aqui seguem presentes, como

entidades que todos os dias me orientam a seguir adiante: Rafa, Má, tio Luís, vó Rê, vocês sempre estarão aqui ao meu lado, essas palavras também são uma prece.

Cássia, te agradeço pela companhia e paciência ao longo desse percurso. Por permanecer e esperar, por me ajudar a acreditar que seria possível, por viver comigo todos esses finais de semana transformados em tela, na certeza de que um dia seriam mar. Estar do teu lado é como sempre sair para passear.

À Vi, por me mostrar que uma pessoa pode ser um lugar de encontro e de paz. Obrigada pela tua existência, que redefine quem eu sou. Por segurar a minha mão e fazer o medo ficar pequenininho de baixo da asa do avião.

Bruna, obrigada por essa amizade que sempre encontra um espaço para reivindicar o reencontro com a poesia, que é um encontro com aquilo que é nosso e não podemos deixar escapar. Obrigada pelas consultorias criativas e por tuas opiniões cuidadosas e atentas.

Às crianças da minha vida, pela leveza intrínseca às suas existências. Caetana, Bernardo, Júlia, Laís, e a agora adulta Yasmin, estar com vocês é cultivar a esperança de mundos outros.

Às pessoas queridas e essenciais da minha vida que torceram pela conclusão desse trabalho e acompanharam a sua elaboração: dinda Nega - sempre tão essencial apoiadora de toda a minha trajetória pessoal e profissional -, Juarez, dinda Bruna, tia Vera, meu pai Emerson. À profe Andreia, por me apresentar a escrita e a leitura, e por ensinar como a educação se faz pela via do afeto. Meus amigos Bruno, Pedro, Manu e Yuri, agradeço por todas as trocas acadêmicas, as angústias partilhadas, e sobretudo pelas amenidades necessárias para deixar tudo mais leve. Ao Ale e à Camila, novas e indispensáveis figuras da minha vida. Obrigada às minhas amigas pesquisadoras, pelos artigos, livros e dicas que muito me ajudaram: Lívia, Ray, Ayssa, e especialmente minha parceira de projetos, Anita.

Agradeço à Mari, pelo acompanhamento psicoterapêutico que foi e é fundamental no processo de cuidado das mãos que costuram essas linhas.

Carol, minha orientadora querida, que se projeta na minha vida para muito além dessa relação acadêmica, como uma inspiração pela inteligência, gentileza, postura e coragem. Agradeço imensamente pela orientação atenciosa e compreensiva nessa aventura que foi escrever uma dissertação atravessada pela pandemia e por muitos desafios pessoais. Obrigada por ter insistido, por confiar que seria possível e por sempre me sinalizar, com firmeza e suavidade, as veredas por onde seguir. É uma honra aprender contigo há tanto tempo.

Agradeço às excelentes pesquisadoras que compõem a banca de avaliação desse trabalho e que são referências para os estudos da ditadura civil-militar brasileira.

Especialmente à professora Mariana Joffily, pelas precisas contribuições na qualificação, que foram fundamentais para os rumos do texto. Um agradecimento também especial à professora Mariluci Cardoso de Vargas, que não pôde participar da banca, pela inesquecível cadeira ministrada no PPGH sobre as resistências das mulheres na ditadura.

Agradeço à coordenação, professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, por me proporcionarem um percurso formativo de extrema qualidade. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa que permitiu dedicação exclusiva ao mestrado por dois anos.

Por fim, agradeço à rede de conexões que intermediou a costura desse trabalho. Ao professor Benito Bisso Schmidt, por aproximar o meu caminho ao de Marlova. À Candice Cresqui, por me conectar a Mailde. À Bárbara Carneiro, que me levou até Helena. À Danilo e Marina Curtiss, por organizarem o encontro com Mara e Affonso, e pela delicadeza dos familiares que acompanharam a entrevista, em um bonito momento de escuta e reverência daqueles que vem primeiro. Ao Lucas Samuel, por me apresentar à Gorete. Às funcionárias do APERS, pelo excelente atendimento. À Débora Karpowicz, por compartilhar comigo as trajetórias, desafios e possibilidades da pesquisa sobre o Madre Pelletier. À Marizabel, pela recepção no Pensionato Bom Pastor e pelo empréstimo de uma obra rara do acervo da instituição. À Irmã Eliene e à secretária Cris, pela acolhida no Bom Pastor em São Paulo.

(E à Gal Costa, por essa voz tamanha que me foi trilha.)

Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos
com linha dupla todas as feridas abertas.

Lygia Fagundes Telles, *A disciplina do amor*, 2010.

Bem aqui, por onde passamos hoje. Um pé sobre um
rastro. Muitos rastros. Mais pés. Nos confundimos
agora. Os pés que se ajustam às silhuetas invisíveis
de outros passos. As silhuetas que se abrem para
acomodar nossos pés. Somos elas no passado e
somos elas no futuro e somos outras ao mesmo
tempo. Mulheres em busca de justiça. Mulheres
exaustas e juntas. Fartas, mas com a paciência que só
os séculos marcam. Enfurecidas até o limite.

Cristina Rivera Garza, *O invencível verão de Liliana*, 2022.

Quanto mais você quer
apagar meus rastros
mais você confirma
que eu existo.

Adelaide Ivanóva, *Desobediência do estado civil*, 2021.

Tengo un dolor aquí
del lado de la pátria.

Cristina Peri Rossi, *Estado de Exílio*, 2003.



Heloísa Marques, *Dor Aqui*, 2020.

RESUMO

Essa dissertação se concentra na investigação da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) enquanto local de encarceramento político de mulheres militantes de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira, sob o recorte de 1964 a 1979, que compreende o período em que se observou o aprisionamento de presas políticas na instituição. Ao reconhecer a mobilização de diferentes estruturas punitivas pelo aparato repressivo da ditadura, propõe-se identificar as especificidades do aprisionamento de mulheres consideradas “subversivas” em uma instituição carcerária. Para tanto, o trabalho se ampara em um amplo conjunto documental, que inclui testemunhos orais concedidos no âmbito dessa pesquisa; os processos de indenização salvaguardados no Fundo Comissão Especial de Indenização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS); os testemunhos concedidos à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS); assim como os documentos produzidos pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D’Angers, responsável pela administração da penitenciária, e o acervo repressivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) disponibilizado pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Essas fontes são indagadas sobre aspectos como a trajetória de militância das mulheres que viriam a ser encarceradas na PFMP; a criminalização de suas ações políticas ao transformá-las em subversivas; a mobilização dos espaços de detenção e reclusão pela engrenagem repressiva; e a incidência de violações específicas na penitenciária. Desse modo, o estudo busca sublinhar as expressões repressivas ainda pouco discutidas pela historiografia, propondo situar o cárcere enquanto local de graves violações aos direitos humanos, ao investigar a reconfiguração das violências direcionadas contra as militantes de esquerda em uma instituição prisional.

Palavras-chave: Penitenciária Feminina Madre Pelletier; presas políticas; ditadura civil-militar brasileira; encarceramento político; mulheres na ditadura; violações de direitos humanos.

RESUMEN

Esta tesis se centra en la investigación de la Penitenciaría Femenina Madre Pelletier (PFMP) como espacio de encarcelamiento político de mujeres activistas de izquierda durante la dictadura cívico-militar brasileña, de 1964 a 1979, que abarca el período en que se cumplió la reclusión de presas políticas en la institución. Al reconocer la movilización de diferentes estructuras punitivas por parte del aparato represivo de la dictadura, se propone identificar las especificidades del encarcelamiento de mujeres consideradas "subversivas" en una institución penitenciaria. La investigación se sustenta en un amplio conjunto documental, que incluye testimonios orales otorgados en el marco de este trabajo; los procesos de indemnización resguardados en el Fundo Comissão Especial de Indenização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS); los testimonios otorgados a la Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS); así como los documentos producidos por la Congregación de Nuestra Señora de la Caridad del Buen Pastor D'Angers, responsable de la administración de la penitenciaría, y el archivo represivo del Serviço Nacional de Informações (SNI) disponible en el Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Estas fuentes son interrogadas en relación con aspectos como la trayectoria de militancia de las mujeres que llegarían a ser encarceladas en la PFMP; la criminalización de sus acciones políticas al clasificarlas como subversivas; la utilización de los espacios de detención y reclusión por la maquinaria represiva; y la incidencia de violaciones específicas en el centro penitenciario. De este modo, el estudio busca destacar expresiones represivas aún insuficientemente discutidas por la historiografía, proponiendo situar la cárcel como un lugar de graves violaciones a los derechos humanos al examinar la reconfiguración de las violencias dirigidas contra las activistas de izquierda en una institución penitenciaria.

Palabras clave: Penitenciaría Feminina Madre Pelletier; presas políticas; dictadura cívico-militar brasileña; encarcelamiento político; mujeres en la dictadura; violaciones a los derechos humanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Verbetes do Catálogo Resistência em Arquivo.....	30
Figura 2. Mapeamento de ex-presas políticas da PFMP a partir dos processos de indenização do APERS.....	31
Figura 3. Documentações produzidas pela CEV/RS.....	35
Figura 4. Publicação do Diário de Notícias (RS) em 8 de abril de 1970.....	128
Figura 5. Publicação do Diário da Manhã (PE) em 13 de abril de 1970.....	129
Figura 6. Publicação do Jornal do Brasil (RS) em 18 de abril de 1970.....	130
Figura 7. Publicação do Correio da Manhã (RJ) em 18 de abril de 1970.....	130
Figura 8. Registros da apresentação à imprensa de Ignez, a “Martinha” (abril, 1970).....	131
Figura 9. Mais registros da apresentação à imprensa de Ignez, a “Martinha” (abril, 1970)..	132
Figura 10. Registro da entrada de Helena no DOPS/RS (abril, 1970).....	133
Figura 11. Registro da entrada de Iara no DOPS/RS (abril, 1970).....	134
Figura 12. Registro da entrada de Eliana no DOPS/RS (abril, 1970).....	137
Figura 13. Registro de Vera Lúcia detida em Recife (1970).....	139
Figura 14. Identificação de Vera Lúcia em ficha de atividades pretéritas do DOPS/RS (1970).....	139
Figura 15. Identificação de Nara Helena em ficha de atividades pretéritas do DOPS/RS (maio, 1970).....	140
Figura 16. Registro de entrada de Vera Lúcia no DOPS/RS (julho, 1970).....	141
Figura 17. Registro de entrada de Mara no DOPS/RS (julho, 1970).....	142
Figura 18. Ficha de Maria Celeste na Operação Bandeirante (setembro, 1970)..	144
Figura 19. Registro de Terezinha pela Divisão Central de Informações/RS (1970 ou 1971).....	145
Figura 20. Registro de Mailde no DOPS/RS (1973).....	146
Figura 21. Registro de Leane na Operação Bandeirante (1971).....	147
Figura 22. Registros de Leia e Zilá no DOPS/RS (1971).....	149
Figura 23. DOPS/RS e PFMP: pontos do aprisionamento político de mulheres em Porto Alegre.....	173
Figura 24. Reportagem sobre o convênio para criação da Penitenciária Feminina no Rio Grande do Sul (1970).....	226
Figura 25. Madre Maria Elizabeth em registro de 1972.....	227

Figura 26. Fachada da PFMP em 1972.....	231
Figura 27. Fachada da PFMP em 1981.....	231
Figura 28. Interior das celas individuais e coletivas da PFMP (1975).....	232
Figura 29. Croqui das instalações da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em 1970.....	235
Figura 30. Croqui das instalações da PFMP em 1970 com identificação dos espaços.....	236
Figura 31. Vista do local de cárcere político na PFMP em 1982.....	237
Figura 32. Vista do local de cárcere político na PFMP na década de 2010.....	238
Figura 33. Canil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier em 2012 (antigo espaço de cárcere político).....	239
Figura 34. Visita de Ignez ao antigo espaço de cárcere político da PFMP (2014).....	239
Figura 35. Configuração interna das celas de cárcere político na PFMP (2014).....	240
Figura 36. Espaços de encarceramento na PFMP: prédio central e solitárias.....	241
Figura 37. Espaço de encarceramento político na PFMP.....	241
Figura 38. Vista aérea do anexo de solitárias da PFMP.....	247
Figura 39. Interior das solitárias de aprisionamento político.....	255
Figura 40. Trama de sujeitos em convivência no contexto do encarceramento político na PFMP.....	266
Figura 41. Detalhe da censura de Madre Beth nas cartas enviadas às presas políticas da PFMP (1972).....	297
Figura 42. Fotografias do espaço de encarceramento político da PFMP em 1972.....	301
Figura 43. Libertação dos jornalistas aprisionados na PFMP em 1983.....	315
Figura 44. Ex-presas políticas, em retratos do cárcere e da sobrevivência.....	334

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Entrevistas de história oral realizadas para a pesquisa.....	42
Tabela 2. Características gerais do ingresso na militância organizada.....	81
Tabela 3. Caracterização geral da militância em organizações clandestinas de esquerda.....	100
Tabela 4. Enquadramento legal das militantes.....	150
Tabela 5. Cárceres utilizados para prisão política no Brasil durante a ditadura civil-militar.....	169
Tabela 6. Sistematização dos episódios de captura das presas políticas.....	183
Tabela 7. Número de presas políticas por ano na PFMP (1964-1979).....	211
Tabela 8. Sistematização da primeira fase de aprisionamento político no IFRS (1964-1969).....	224
Tabela 9. Fluxo de aprisionamento político na PFMP entre abril de 1970 e junho de 1971.....	229
Tabela 10. Fluxo da terceira fase de aprisionamento político na PFMP (1972-1973).....	292

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-1	Ato Institucional nº. 1
AI-2	Ato Institucional nº. 2
AI-5	Ato Institucional nº. 5
AI-13	Ato Institucional nº. 13
AI-14	Ato Institucional nº. 14
AP	Ação Popular
APA	Agência Porto Alegre
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
BNM	Brasil Nunca Mais
CCDH	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEV/RS	Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul
CIE	Centro de Informações do Exército
Ciex	Centro de Informações do Exterior
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando da Libertação Nacional
CPJ	Conselho Permanente de Justiça
CPM	Código Penal Militar
CPPM	Código de Processo Penal Militar
DBCI	Divisão de Busca e Coleta de Informações
CPJ	Conselho Permanente de Justiça
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCI	Divisão Central de Informações
DEL	Decreto-Lei
DIR	Divisão de Ingresso e Registro
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIR	Divisão de Ingresso e Registro

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DOPS/RS	Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFRS	Instituto Feminino de Readaptação Social
IPM	Inquérito Policial-Militar
JUC	Juventude Universitária Católica
LOJM	Lei de Organização Judiciária Militar
LSN	Lei de Segurança Nacional
MCR	Movimento Comunista Revolucionário
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
MUC	Movimento Universidade Crítica
PBNM	Projeto Brasil: Nunca Mais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFMP	Penitenciária Feminina Madre Pelletier
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Político Operária
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Supremo Tribunal Militar
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP Universidade de São Paulo
VAR-
Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 SUPORTES: SOBRE FONTES E METODOLOGIA	25
1.1.1 Os processos de indenização do Fundo Comissão Especial de Indenização (APERS)	27
1.1.2 Os testemunhos concedidos à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS)	33
1.1.3 Os testemunhos orais concedidos para a pesquisa	39
1.1.4 As documentações da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers	45
1.1.5 Os arquivos da repressão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).....	47
1.2 DIÁLOGOS: SOBRE A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	49
1.3 VEREDAS: SOBRE OS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO.....	56
2 PREÂMBULO: CAMINHOS DA INSURGÊNCIA E DA MILITÂNCIA	59
2.1 AS TRILHAS PARA A INSURGÊNCIA	65
2.2 A CONFIGURAÇÃO ENQUANTO MILITANTES.....	80
2.3 A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA.....	86
2.3.1 VAR-PALMARES, POC e FBT: afiliações majoritárias.....	87
2.3.2 AP, VPR, MCR e a autogestão: afiliações minoritárias.....	97
2.4 A GENDERIZAÇÃO DA MILITÂNCIA.....	99
3 MULHERES INCÔMODAS: A CONSTRUÇÃO DAS SUBVERSIVAS	107
3.1 O ENQUADRAMENTO DOS PRIMEIROS ALVOS	113
3.2 A INCURSÃO NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.....	119
3.3 A TRANSFORMAÇÃO DAS MILITANTES EM SUBVERSIVAS.....	150

4 MULHERES INTERDITADAS: ESPAÇOS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO NO ARQUIPÉLAGO DE LUGARES DE DOR.....	160
4.1 O DOPS/RS: CONFIGURAÇÕES DO TERROR EM UM LUGAR DE DETENÇÃO.....	174
4.1.1 Episódios de sequestros	176
4.1.2 Violências no período de detenção	184
4.2 A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER: CONFIGURAÇÕES GERAIS DO CÁRCERE POLÍTICO DE MULHERES	198
4.2.1 Percursos institucionais de uma prisão de mulheres.....	198
4.2.2 A projeção como espaço de encarceramento político	208
5 MULHERES ENCARCERADAS: A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER COMO LUGAR DE PRISÃO POLÍTICA.....	214
5.1 PRIMEIRA FASE DE APRISIONAMENTO (1964-1969).....	219
5.2 SEGUNDA FASE DE APRISIONAMENTO (1970-1971).....	224
5.2.1 O cárcere em um espaço de castigo.....	228
5.2.2 Condições de alojamento e insalubridade	250
5.2.3 Mecanismos para a humilhação e fragilização.....	255
5.2.4 As transferências forçadas ao DOPS/RS	257
5.2.4 Cenas do cotidiano	261
5.2.5 A trama de sujeitos em convivência	265
5.3 TERCEIRA FASE DE APRISIONAMENTO (1972-1973)	286
5.4 QUARTA FASE DE APRISIONAMENTO (1974-1979)	308
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	316
REFERÊNCIAS.....	335

APÊNDICE 1 – ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL.....	357
APÊNDICE 2 – DOCUMENTOS ACESSADOS NO ARQUIVO PERMANENTE PROVÍNCIAS SUL E NORDESTE DO BRASIL DA CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR DE ANGERS.	358
APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PRODUÇÕES SOBRE ENCARCERAMENTO POLÍTICO NA DITADURA.....	359
APÊNDICE 4 – BIBLIOGRAFIA DO MAPEAMENTO DE LUGARES DE PRISÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	361
ANEXO 1 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (SP) EM MAIO DE 1970 NEGANDO A EXISTÊNCIA DE PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	369
ANEXO 2 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RS) EM MAIO DE 1970 NEGANDO A EXISTÊNCIA DE PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	370
ANEXO 3 – REPORTAGEM DO JORNAL ZERO HORA (RS) EM 1975 SOBRE A EXISTÊNCIA DE CELAS DE CASTIGO NA PFMP.	371
ANEXO 4 – DOCUMENTO IDENTIFICA O ESPAÇO DAS SOLITÁRIAS COMO “SÃO MIGUEL”.....	372
ANEXO 5 – ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO DE IGNEZ, ASSINADO POR MADRE BETH.	373
ANEXO 6 – MENÇÃO À AGENTE PENITENCIÁRIA IRIA COMO ALUNA DE CURSO DA SUSEPE.	374
ANEXO 7 – TRANSFERÊNCIA DE LEANE, LEIA, MARIA CELESTE E ZILÁ À PORTO ALEGRE.	375
ANEXO 8 – APRESENTAÇÃO DE VERA STRINGHINI À PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER.....	376
ANEXO 9 – ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO DE LEANE, ASSINADO PELA DIRETORA SUBSTITUTA IRMÃ MARIA FLORENTINA TELES.....	377
ANEXO 10 – ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO DE VERA, ASSINADO PELA DIRETORA SUBSTITUTA IRMÃ MARIA FLORENTINA TELES.....	378
ANEXO 11 – REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO PARA MARIA CELESTE.....	379

1 INTRODUÇÃO

Uma mulher incomoda
 é interdita
 levada para o depósito
 das mulheres que incomodam.¹

“Uma mulher incomoda/ é interdita/ levada para o depósito/ das mulheres que incomodam”. Estes versos, escritos pela poeta Angélica Freitas, bem poderiam compor relatos memoriais ou estudos historiográficos. A história da interdição, afinal, compõe as histórias das mulheres. Desde que as pesquisas se voltaram com atenção a elas, sabe-se que os corpos atrelados à identificação-mulher² são perseguidos e até mesmo constituídos por múltiplas interdições, que se atualizam e redefinem, mas jamais cessam. Por manifestações localizadas historicamente, forjadas especialmente à cada incômodo, persiste o propósito de depositar as mulheres para fora das possibilidades de presença, circulação e ocupação do mundo.

Muitas foram as mulheres que incomodaram e, sendo interditas, foram levadas ao depósito das mulheres que incomodam. Aqui nestas páginas, estas mulheres, este incômodo, esta interdição e este depósito ganham delimitações bem circunscritas: são mulheres associadas às militâncias das esquerdas que, durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil, se opuseram de diferentes formas ao governo e foram, por isso, encarceradas em uma instituição prisional. Trocando em miúdos, refere-se à Eliana, Iara, Ignez, Helena, Leia, Leane, Mailde, Mara, Maria Aparecida, Maria Celeste, Maria Celestina, Marlova, Nara, Sandra, Sonia, Terezinha, Vera Ligia, Vera Lúcia e Zilá. Ainda que em número significativo, elas são apenas algumas, dentre tantas outras mulheres de nomes não referenciados, cujas liberdades foram interrompidas e cerceadas, cujos movimentos foram minados, cujos corpos foram encerrados em lugares estruturados para punir.

Entre seus vinte e trinta anos de idade, essas mulheres se tornaram alvo de engrenagens punitivas, erigidas para atacar qualquer manifestação de questionamento e inconformidade que pudesse se projetar contra o governo. Nos caminhos de luta, rebeldia, sofrimento e sobrevivência por onde trilharam, o que aqui aproxima seus passos é a passagem pelo mesmo espaço de interdição: a Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP),

¹ FREITAS, Angélica. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 15.

² O uso dessa expressão busca contemplar outros corpos e identidades para além da cisheteronormatividade.

localizada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e identificada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) como um dos lugares associados às graves violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira.³

Administrada por religiosas católicas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, a instituição que futuramente daria origem à Penitenciária traçou sua trajetória em Porto Alegre desde a década de 1930. Mediante acordo firmado com o estado do Rio Grande do Sul no ano de 1936, foi inaugurada a Escola de Reforma que, pautada em um trabalho de “reforma, regeneração e educação moral”,⁴ passou a receber as mulheres então detidas sob custódia do estado na casa correcional da cidade,⁵ configurando o surgimento da primeira instituição prisional brasileira voltada exclusivamente ao cárcere de mulheres no país. Desde a inauguração enquanto Escola de Reforma, até chegar à sua estruturação final enquanto Penitenciária Feminina, a entidade administrada pelas Irmãs⁶ do Bom Pastor passou por diferentes fases, definidas em consonância com os usos e finalidades da instituição, assim como em relação às funções e frentes de trabalho assumidas pelas religiosas, que muito variaram ao longo do tempo.

Após a composição inicial, tornou-se Reformatório de Mulheres Criminosas (1939-1950), passando a ser Instituto Feminino de Readaptação Social (1950-1970), para enfim chegar à configuração carcerária no ano de 1970, mediante decreto estadual promulgado no mês de abril, que alterava o nome da instituição.⁷ As religiosas permaneceram na gestão até o ano de 1981, quando a passagem da administração à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) iniciou a responsabilidade integral do estado pelo cárcere, como ainda hoje se mantém.⁸

Operando durante a ditadura civil-militar brasileira ainda sob a gestão da Congregação, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi o espaço de encarceramento de ao menos 19 mulheres aprisionadas por contestação ao regime político vigente. Entre os espaços identificados pela Comissão Nacional da Verdade situados no Rio Grande do Sul – unidade

³ BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, p. 833.

⁴ CAMPOS, Margarida de Moraes. *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil: pinceladas históricas*. São Paulo: Editora da Congregação, 1981, p. 154. A frase é atribuída ao então governador do estado do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha.

⁵ KARPOWICZ, Débora Soares. *Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, p. 83.

⁶ Ao longo do texto, a palavra Irmãs, grafada com inicial maiúscula, fará alusão às religiosas do Bom Pastor.

⁷ ESTADO do Rio Grande do Sul. *Decreto n.º 20.247, de 20 de abril de 1970*. Altera o nome do Instituto Feminino de Readaptação Social. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1970.

⁸ KARPOWICZ, op. cit., p. 164-302.

federativa que mais concentra os lugares associados às graves violações aos direitos humanos durante o período⁹ -, somente a PFMP recebeu exclusivamente mulheres. É buscando trazer mais contribuições sobre a inserção dessa instituição no aparato repressivo e punitivo da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, a partir das experiências das mulheres militantes de esquerda que foram ali aprisionadas, que se tece este estudo.

Parte-se do entendimento de que espaços como a Penitenciária Feminina Madre Pelletier – isto é, *lugares de prisão* - tiveram inserções específicas na engrenagem repressiva e nas trajetórias das pessoas detidas, que destoam de locais tomados, acadêmica ou socialmente, como os mais representativos da repressão, à exemplo dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) ou Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs). Ainda que sejam secundarizadas pela historiografia da ditadura, as instituições prisionais foram igualmente mobilizadas pelas forças de segurança nos itinerários de punição aos opositores políticos, e investigá-las é fundamental para que se amplie a compreensão dos diferentes “modos de violar” empregados pela maquinaria policial-militar, revelando a multiplicidade de suas dinâmicas e arquiteturas repressivas.

Elencando como *problema de pesquisa* a mobilização da Penitenciária Feminina Madre Pelletier pelo aparato repressivo do Estado, procura-se evidenciar, em coadunação à configuração específica deste espaço de cárcere, como essa instituição se constituiu enquanto um lugar de grave violação aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira. A análise se dedica a explorar: (i) o regime de encarceramento político forjado na instituição; (ii) de quais modos se fizeram incidir as produções de violências e práticas repressivas; (iii) como essas características conferem um caráter específico à experiência de aprisionamento político nessa instituição. Tratando-se do aprisionamento de mulheres, as implicações de gênero são indissociáveis, e perpassam todos estes pontos.

Pelo entendimento de que as mulheres estão imersas na dinâmica social e política, não como pontos isolados, mas integrantes e constitutivas das relações sociais, as postulações a serem desenvolvidas nessa pesquisa não se propõem a serem elucidativas apenas de questões sensíveis às mulheres. Ao debater as especificidades do cárcere político em um lugar de prisão desde as lentes de gênero, o que se propõe é contribuir para um alargamento da noção de violência e repressão durante a ditadura, observando suas manifestações multiformes e irradiadas.

⁹ São mapeados 39 locais associados às graves violações de direitos humanos no Rio Grande do Sul durante a ditadura. In: BRASIL, op. cit., p. 830.

1.1 SUPORTES: SOBRE FONTES E METODOLOGIA

A trajetória dessa investigação inicia antes da pesquisa em curso no mestrado. As primeiras aproximações ao tema remontam ao primeiro semestre de 2018 quando, sob orientação da professora Caroline Bauer, iniciei meus estudos de iniciação científica na graduação em História, passando a me debruçar sobre o aprisionamento de mulheres militantes de esquerda na PFMP. Este processo inicial de pesquisa culminou no trabalho de conclusão de curso, com a proposta de identificação de uma das fases de encarceramento político na instituição, em recorte temporal limitado ao ano de 1970. Agora, na dissertação, redefine-se o problema de pesquisa, assim como o recorte cronológico, passando a abranger a totalidade do período em que a Penitenciária Feminina Madre Pelletier serviu como cárcere político na ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 a 1979.

Com a ausência de produções com a mesma abordagem temática que pudessem servir de referência,¹⁰ o processo de pesquisa dependeu diretamente da consolidação de um amplo leque documental, que possibilitasse tanto a aproximação ao tema, quanto as definições da investigação. Tal *corpus* de fontes compreende: (i) os processos de indenização movidos por mulheres que foram presas políticas, sob âmbito da Lei Estadual n°. 11.042/97, salvaguardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) no Fundo da Comissão Especial de Indenização; (ii) testemunhos concedidos por algumas dessas mulheres à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS); (iii) fontes orais, resultantes de testemunhos concedidos no âmbito dessa pesquisa; e (iv) documentações da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, disponíveis no Acervo da Provincial Sul da Congregação do Bom Pastor, na cidade de São Paulo.

Cada um destes grupos documentais assenta as bases por onde se alicerça o trabalho, permitindo delimitações fundamentais acerca daquilo que se investiga, o que se viabiliza somente a partir do cruzamento entre as documentações, assim como por uma leitura crítica, articulada a discussões conceituais e a outras produções bibliográficas. O amparo nestes materiais, portanto, não se erige em termos de *reconstituição* pura e lapidada do passado, como se utilizados acessória e factualmente; sequer são apreendidos como enunciadores de uma verdade que neles se busca encontrar. Ao contrário, são tomados a partir da *desestabilização* do “efeito de certeza” que, segundo Arlette Farge, se desperta quando da

¹⁰ Conforme será explicitado no subcapítulo concernente à revisão bibliográfica, não foram produzidas outras pesquisas acadêmicas especificamente dedicadas ao encarceramento político na instituição.

leitura dos arquivos enquanto representações do real, “como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima”.¹¹

Na feitura da história como operação intelectual marcada pela desinstalação e inquietação diante do arquivo,¹² busca-se não a fundação de uma narrativa unívoca e incontestada, que toma os documentos enquanto “*arquivo-reflexo* onde se colhem apenas informações” ou “*arquivo-prova* que conclui demonstrações”,¹³ mas sim a atenção às produções de sentido e aos discursos de verificação neles engendrados. Nessa direção, Farge defende que a análise não deve se pautar restritamente em parâmetros de veracidade factual, o que não se confunde com o desprezo ou extravio da verdade.¹⁴ O que se propõe é que as produções documentais sejam compreendidas a partir de suas aparições enquanto produtoras de sentido, sempre relacionadas ao campo do real, mas não naturalmente forjadas.¹⁵ Em diálogo com Michel Foucault, sinaliza que a investigação deve capturar o arquivo entremeadado na microfísica do poder, ou seja, a partir do que diz *da* verdade, da “maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las”.¹⁶

Essa orientação vai ao encontro dos postulados de Jacques LeGoff, para quem o documento é “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.¹⁷ Trata-se de um *monumento*, resultado de uma montagem, concebido para o registro, implicado em esforços de fabricações de imagens específicas que seriam legadas ao futuro, dotadas de intencionalidades e sentidos próprios. À crítica documental, portanto, cabe a “*desmontagem do documento-monumento*”, sendo necessário “demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”.¹⁸

É desde essas perspectivas que as fontes, bem como a própria existência desses fundos documentais, são aqui tomadas enquanto constructos sociais, fundados e fundantes de relações de poder, indissociáveis de intencionalidades pré-definidas, cujos sentidos serão variavelmente atribuídos, de acordo com seus usos e interpretações. A leitura de qualquer um dos materiais que amparam a pesquisa histórica, e especialmente no cotejo de fontes

¹¹ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 18.

¹² *Ibid.*, p. 75

¹³ *Ibid.*, p. 118. Grifos meus.

¹⁴ *Ibid.*, p. 93.

¹⁵ *Ibid.*, p. 35.

¹⁶ *Ibid.*, p. 35. Grifos da autora.

¹⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p. 545.

¹⁸ *Ibid.*, p. 548.

notadamente diversas entre si, deve se amparar nestes procedimentos elucidados, que indagam as suas múltiplas camadas - de criação, produção, preservação, circulação -, o que se traduz mediante tratamentos metodológicos adequados a cada um dos acervos documentais. Atentando a este exercício, apresentam-se agora cada um dos grupos de fontes que compõem a pesquisa.¹⁹

1.1.1 Os processos de indenização do Fundo Comissão Especial de Indenização (APERS)

Promulgada em novembro de 1997 pelo governador Antônio Britto, a Lei Ordinária nº. 11.042/97, posteriormente atualizada pela Lei nº. 11.815/02, assinalou, em nível estadual, o reconhecimento da responsabilidade do Estado por violências cometidas contra opositores políticos, entre os anos de 1961 e 1979 – período que abrange desde a Campanha pela Legalidade até a Lei de Anistia, e cujo cerne se concentra na ditadura civil-militar. Impulsionada por demandas dos movimentos sociais,²⁰ e amparada em legislações direcionadas para o mesmo sentido,²¹ a Lei Estadual configurou, para além de uma medida de reconhecimento da autoria do Estado pelas violências políticas, uma ação de reparação às pessoas atingidas, apresentando o caráter pecuniário como sua característica: a proposta de reparação se estabeleceu em termos monetários, fixando indenização financeira na faixa de 5 mil reais, como valor mínimo, a 30 mil reais, como valor máximo.²²

Os esforços para recebimento da indenização foram mobilizados pelos próprios requerentes, que deveriam arregimentar as provas comprobatórias da prisão em dependências

¹⁹ Ao longo de todo o trabalho, são apresentadas diversas fotografias e recortes de jornais que, contudo, não fazem parte das fontes da pesquisa. Estes recursos são mobilizados de forma ilustrativa, sem que se proponha a análise e crítica de seus conteúdos, mas sim situando-os como um apoio para compreender ou contextualizar as passagens do texto.

²⁰ Destaca-se a atuação do Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul (MEPP/RS). Cf. AYDOS, Valéria. *Vidas marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da Ditadura Militar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

²¹ Em 1995, aprovou-se em nível federal a Lei nº. 9.140, conhecida como “Lei dos desaparecidos políticos”, por reconhecer oficialmente a morte de pessoas desaparecidas por motivos políticos durante a ditadura, prevendo a indenização financeira aos familiares dos desaparecidos. Em nível estadual, pode-se citar o caso do estado do Paraná, com a promulgação da Lei nº. 11.255 em 1995, definindo a indenização a pessoas detidas por motivos políticos entre 1961 e 1979. Cf. CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

²² ESTADO do Rio Grande do Sul. *Lei nº. 11.042, de 18 de novembro de 1997*. Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1997, art. 5º.

do Estado e dos consequentes danos físicos ou psicológicos daí decorrentes.²³ Quando da promulgação da Lei, passados pouco mais de dez anos após o primeiro governo civil que sucedeu os ditadores, a inexistência de uma instância unificadora dos arquivos repressivos obrigava os requerentes a transitarem autonomamente por diferentes fundos documentais, à procura de provas que pudessem tecer a narrativa da violação. Estes fundos documentais, em muito produzidos pelo próprio regime que construiu uma imagem pública da negação das violências excessivas por ele perpetrado, eram ainda salvaguardados por instituições engajadas em preservar a inacessibilidade a essas verdades, seja desmentindo a existência dos materiais ou mesmo destruindo-os. Como apontou a antropóloga Valéria Aydos após entrevistas com pessoas que procederam à busca por esses documentos, “aqueles que os torturaram permanecem com o poder nas mãos e ao negarem ou ocultarem as provas do que fizeram, estes ‘inimigos’ continuam prejudicando-os”.²⁴

Outras questões sensíveis também atravessaram a apresentação do ônus da prova pelos requerentes. Os enfrentamentos pessoais aos próprios traumas, elaborados em temporalidades distintas por cada pessoa, poderia ainda não os habilitar a assumir publicamente suas feridas, ou a reconstituir com esforços próprios a trajetória de seus sofrimentos. Além disso, o aspecto pecuniário, assim como o caminho da judicialização,²⁵ colocaram-se como pontos controversos ao trazer uma perspectiva financeira de compensação ao trauma, o que foi recebido de modos discordantes pelos ex-militantes.²⁶ Uma perspectiva de gênero acrescenta outras questões, como a falta de espaço para as mulheres tratarem de violências sexuais, além do questionamento da legitimidade de seus envolvimento políticos, o que influi diretamente na identificação de si enquanto ex-militantes e, mais do que isso, enquanto vítimas merecedoras de reparação. Por isso, ao mirar os processos de indenização, é necessário ter em vista as suas limitações: ainda que volumosos, com um total de 1.704 processos, representam somente uma parcela das pessoas atingidas pela ditadura no estado do Rio Grande do Sul, sendo ainda inestimável um indicativo exato das vítimas diretas.

A apreciação das requisições esteve à cargo da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pelo recebimento e avaliação dos processos. Associada à Secretaria da Justiça e da Segurança, compôs-se por 7 membros designados pelo governador, representantes de diferentes instâncias do Estado e de

²³ ESTADO do Rio Grande do Sul, op. cit., art. 5º.

²⁴ AYDOS, op. cit., p. 108.

²⁵ Cf. SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, 2005, p. 78.

²⁶ Cf. AYDOS, op. cit.

associações civis.²⁷ Com período máximo de apreciação de cada requisição fixado em 90 dias,²⁸ a Comissão foi responsável por definir o montante final dentro da faixa de valor estabelecida pela Lei, considerando “a extensão e gravidade das sequelas apresentadas pelo ex-presos ou ex-detido”,²⁹ podendo ainda determinar improcedência do pedido. Em caso de indeferimento, ou de compensação abaixo do valor máximo, os requerentes poderiam solicitar revisão do pedido final, cabendo aos membros o julgamento do recurso. Os trabalhos da Comissão funcionaram entre os anos de 1998 e 2002.

A partir de 2009, o acervo da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, anteriormente preservado pela Secretaria de Segurança Pública, passou à salvaguarda do APERS, reunindo os processos administrativos de indenização, de antecedentes políticos e documentos burocrático-administrativos, como atas, relatórios e ofícios.³⁰ Concluídas as etapas de catalogação e sistematização dos documentos, o acervo do Fundo Comissão Especial de Indenização foi disponibilizado para acesso público no ano do cinquentenário do início da ditadura, em 2014.³¹ Nesta ocasião, lançou-se o “*Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil*”, material robusto de mais de 600 páginas, que apresenta o acervo oriundo da Comissão Especial, por meio de verbetes descritivos dos processos.

Os verbetes do Catálogo são apresentados em ordem alfabética, apresentando o número do processo; assunto (indenização, antecedentes, revisão, solicitação); nome do ex-presos; dados gerais de identificação (codinome, alcunhas ou pseudônimos; data de nascimento e naturalidade; ocupação no momento de detenção); dados relativos à atividade política e à detenção (vinculação política; data e local de prisão; motivos da prisão; companheiros de prisão; testemunhas; sevícias e maus-tratos; consequências); e resultado do processo (valor da

²⁷ Conforme apontado pelo art. 3º, eram representantes do Poder Executivo, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério Público Estadual, da Associação Riograndense de Imprensa, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Medicina, e do Movimento de ex-presos e perseguidos políticos. Cf. RIO GRANDE DO SUL, op. cit., art. 3º.

²⁸ Ibid., art. 2º.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL, op. cit., art. 5º.

³⁰ VASCONCELLOS, Renata Pacheco de; MENEZES, Vanessa Tavares. A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para o resgate da memória: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação da Comissão Especial de Indenização. In: STAMPA, Inez; NETTO, Rodrigo de Sá. *Arquivos da repressão e da resistência*. Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Memórias Reveladas, 2013, p. 61.

³¹ BRANDO, Nôva; IENSEN, Rosemeri. Introdução. In: BRANDO, Nôva Marques et. al (coord.). *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil*. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 13.

indenização deferida, informações do indeferimento, pedido de revisão e decisão de julgamento de recurso). A imagem abaixo ilustra a organização dos verbetes:

Figura 1. Verbeta do Catálogo Resistência em Arquivo.

■ **Processo:** 7033-1200/98-9
Assunto: Indenização

LEIA SCHÄCHER ABRAMOVICH

Conhecida como Rita, Ruth e Judia; nascida em 19/04/1949 em orto Alegre; estudante; participou do Partido Operário Comunista – POC; presa do início de agosto de 1971 a abril de 1972 na OBAN/SP, no DOI-CODI/SP, no DOPS/SP, no DOPS e no Presídio Madre Peletier em Porto Alegre; segundo documento da CJM, incursa nos arts. 14,23 e 25 do Decreto-Lei 898/69; não citou companheiros de prisão; indicou como testemunhas: Sandra Schacher, Leane Ferreira de Almeida e Jorge Eduardo Levi Mattoso; alegou ter sofrido sevícias e maus-tratos; mencionou como consequências da prisão: problemas psicológicos, profissionais, familiares e financeiros; concedida indenização de R\$ 30.000,00.

Observações: documentos oficiais, recorte de jornal.



Fonte: BRANDO et. al., op. cit., p. 381.

A disposição em verbetes compreende uma síntese organizada para fins de pesquisa, permitindo que os interessados na investigação conheçam de modo preliminar o conteúdo de cada processo. São sistematizadas informações pontuais de processos muito mais amplos, orientadas por protocolos definidos pela equipe responsável pelo Catálogo. Ainda que elaborados a partir das informações contidas nos processos, são priorizados alguns itens em detrimento dos outros, tomados como representativos da totalidade do que poderá ser encontrado em uma pesquisa mais detalhada. Desse modo, o resultado, embora amparado em parâmetros técnicos, representa um exercício seletivo de síntese. A sintetização, no entanto, não compromete a relevância do documento: os verbetes são um recurso necessário, dada a proposta e conteúdo do material, e podem também se constituir enquanto fonte para investigações históricas, desde que sejam bem observadas suas limitações, e reconhecidas suas potencialidades. Os catálogos de arquivos tratam, afinal, dos próprios arquivos, reunindo uma vastidão de informações que trabalhos restritos a recortes específicos não tomariam conhecimento de modo mais amplo. Permitem, com maior facilidade, uma análise comparativa, fornecendo informações básicas que auxiliam no delineamento de aproximações, incongruências e padrões.

Foi recorrendo ao *Catálogo Resistência em Arquivo* que se traçaram as primeiras delimitações dessa pesquisa. A partir de busca digital por palavras-chave referentes à PFMP (Madre Peletier – Madre Pelletier – Penitenciária feminina - Presídio feminino – Presídio de mulheres – Instituto feminino – Bom Pastor etc.), procedeu-se ao mapeamento inicial das mulheres cujos processos mencionavam a passagem pela instituição. A pesquisa individualizada dos processos permitiu o detalhamento e aprofundamento das informações, chegando às menções de companheiras de prisão, que igualmente passaram a figurar no mapeamento de ex-presas políticas. Neste momento, chegou-se ao nome de 17 mulheres. Posteriormente, a pesquisa de todos os 44 processos movidos por mulheres detidas na cidade de Porto Alegre, cujos verbetes não apontavam a PFPM, permitiu a identificação de mais duas menções à detenção na Penitenciária, identificada como lugar de cárcere, e uma referência de ameaça de envio à instituição. Desse modo, a partir dos processos do Fundo Comissão Especial de Indenização, chega-se ao total de 19 mulheres presas por motivações políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Figura 2. Mapeamento de ex-presas políticas da PFMP a partir dos processos de indenização do APERS.



Fonte: Autoria própria / Fundo Comissão Especial de Indenização (APERS).

As documentações anexadas aos processos são diversas, sempre mobilizadas no sentido de criar uma narrativa comprobatória das violações para pleiteio da indenização.

Incluem, obrigatoriamente, uma ficha de identificação das requerentes, que indica dados pessoais; período(s) e local(is) de detenção; vinculação à organização ou partido político; ocorrência de sevícias ou maus-tratos; além de breve enumeração das consequências físicas e psíquicas da prisão. De modo geral, estão presentes também certidões emitidas pela Justiça Militar, documentos oriundos do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e reportagens de jornal. Ainda, são imprescindíveis os materiais produzidos especialmente para o processo, como pareceres psiquiátricos; depoimentos de testemunhas; e relatos de prisão redigidos por advogados ou pelas próprias requerentes. Operando conjuntamente na identificação das experiências de militância, perseguição e prisão vividas por cada uma das requerentes, todos os documentos anexados são de suma importância para a identificação de seus percursos na trama repressiva.

No que tange ao recorte da pesquisa, destaca-se a contribuição dos relatos de prisão, que apresentam em maior detalhe questões sobre o ingresso em grupos políticos, o envolvimento nessas organizações e os períodos de prisão. A partir destes documentos, se pode esboçar um tracejo amplo sobre o regime de encarceramento político na PFMP, identificando-se o fluxo de mulheres aprisionadas em cada ano; o tratamento a elas oferecido; as condições de aprisionamento; as violações vivenciadas no cárcere; as especificidades em comparação às experiências prévias de detenção; e as impressões subjetivas acerca desse período.

Ao focar os relatos de prisão, o que se mira são testemunhos, que devem ser considerados a partir das dinâmicas que compõem e involucram suas produções. Estes testemunhos não se tecem a partir da disposição de um lugar de escuta, inserindo-se na narração das vivências enquanto passíveis de reparação, desde uma lógica de denúncia e de pleiteio judicial, sem que se avalie a punição dos algozes, mas a apreciação dos traumas sofridos. O que se exige é a fabricação de uma representação de si enquanto vítima, categoria que, segundo a antropóloga Cynthia Sarti, corresponde a “uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações”.³² Neste processo que mobiliza “mecanismos sociais e políticos de reconhecimento e nomeação da violência pelos quais a pessoa [...] é construída como

³² SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, 2011, p. 54.

vítima”,³³ desde uma gramática moral e uma percepção subjetiva, evoca-se o corpo-sofrimento, as experiências-limite e as sevícias físicas, que mutuamente constroem a narrativa do trauma. É com base nas seleções dos ditos e dos silêncios que derivam dessas narrações, dos condicionantes de sua produção, tão bem como de seus limites, que tais documentos devem ser criticamente incorporados à investigação.

1.1.2 Os testemunhos concedidos à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS)

A Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul foi instituída a partir do Decreto Estadual nº. 49.380, de julho de 2012, no governo de Tarso Genro, visando a “auxiliar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade no esclarecimento das violações aos direitos humanos a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica com vista a promover a reconciliação nacional”.³⁴ Os trabalhos da CEV/RS se concentraram nas “graves violações aos direitos humanos praticados no estado do Rio Grande do Sul, sem excluir o exame de violações cometidas em outros Estados da Federação e no estrangeiro, de cidadãos naturais desse Estado”,³⁵ entre o período de 1961 a 1988. Para tanto, foram designados cinco membros³⁶ responsáveis pela execução das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos expressados pela lei. Como resultado das ações realizadas pela CEV/RS, foram coletados 81 testemunhos, em 9 audiências públicas e 27 audiências internas.³⁷ A síntese das discussões e dos materiais produzidos ao longo do funcionamento da Comissão foi publicada no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade, encaminhado à Presidência da República em dezembro de 2014, quando foi igualmente apresentado ao governo do estado.

Após a conclusão das atividades da CEV/RS, seus materiais foram encaminhados ao APERS, sendo disponibilizados à consulta pública no ano de 2017, quando também se publicou o “*Catálogo Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS*”, que sistematiza

³³ SARTI, op. cit., p. 54.

³⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 49.380, de 17 de julho de 2012*. Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 2012.

³⁵ *Ibid.*, art. 1º

³⁶ Eram eles: Aramis Nassif (desembargador), Carlos Frederico Guazzelli (defensor público), Céli Regina Jardim Pinto (historiadora e cientista política), Jacques Távora Afonsin (procurador do Estado) e Oneide Bobsin (sociólogo).

³⁷ GUAZZELLI, Carlos Frederico Barcellos. O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade. In: RIO GRANDE DO SUL. *Edição especial Relatório Azul 2014 – 50 anos do golpe no Brasil*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2014, p. 13.

as informações concernentes às documentações que estão sob salvaguarda do Arquivo.³⁸ O acervo reúne materiais de diversos suportes e gêneros, importando para esta pesquisa especialmente as atas de audiências, fichas de identificação e clipagens de notícias veiculadas por jornais. Estes documentos foram acessados virtualmente no sítio eletrônico do APERS, a partir da busca por testemunhos concedidos pelas mulheres que estiveram como presas políticas na PFMP.

Seus testemunhos aparecem em duas audiências internas, e em audiência pública temática sobre “Mulheres na resistência à ditadura”, realizada em ocasião do 8 de março de 2013, quando se inaugurou publicamente as sessões da Comissão Estadual da Verdade no estado. Em ambos os casos, a documentação básica inclui as atas das audiências, em que consta um relato do testemunho; ficha de testemunho, com identificação da “declarante” e informações das experiências narradas; e ficha de provável violador, em que se identifica, com base em critérios pré-definidos, dados de reconhecimento dos violadores de suas integridades físicas e psíquicas, quando da detenção. No caso da audiência pública temática, acresce-se a ficha de violência sexual, na qual são arroladas as violações sofridas e as descrições dessas práticas, constando igualmente a transcrição integral dos testemunhos, que podem ser também localizados em vídeo no *YouTube*, a partir de gravações realizadas por terceiros.³⁹

³⁸ BRANDO, Nôva Marques; CARLOS, Sara Dalpiaz (org.). *Catálogo Seletivo Acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: APERS, 2017.

³⁹ Encontrados sob a identificação de “Tortura no Golpe 64 – 08 março 2013 – Depoimento Eliana Chaves”, “Tortura no Golpe 64 – Depoimento Martinha” e “Tortura no Golpe 64 – Depoimento Nilce Cardozo”, em canal intitulado Edson Oliveira. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCExSq_eBha9AahKaWf6af1g
Acesso em: jul. 2021.

Figura 3. Documentações produzidas pela CEV/RS.

Fonte: APERS/ CEV/RS.

O conjunto de ações encabeçadas pela Comissão Estadual da Verdade, no que se destacam as sessões de coleta de testemunhos, visaram, tal como a Comissão Nacional da Verdade, a construção de uma narrativa histórica específica acerca das graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar. Ao se estruturar a partir de esforços despendidos por instâncias oficiais do Estado, o que se tem é a criação de uma narrativa institucionalizada que, conforme apontado por Caroline Bauer, “perpetua determinadas memórias e certas interpretações sobre a história recente brasileira, legitimando algumas representações difundidas socialmente”.⁴⁰ Neste processo, Jennifer Gallagher sinaliza que o “dispositivo de administração constituído pela CNV enquanto aparelho estatal” torna-se “responsável por recortar e processar fontes diversas para construir e divulgar um relato histórico que almeja estabelecer-se como voz autorizada no campo das memórias públicas”.⁴¹

⁴⁰ BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 173.

⁴¹ GALLAGHER, Jennifer Dympna Lima. *De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 41.

Pautando-se na busca por uma *verdade histórica*, com direcionamento para o desvelamento da factualidade dos acontecimentos – então incorporada à investigação como prova inconteste do passado -, se explicita no resultado da CNV, segundo Bauer, “o caráter jurídico positivista da narrativa, que se aproxima de uma concepção historicista da história”.⁴² Desde essa perspectiva, se verifica como os trabalhos das comissões, em consonância com a proposta desse tipo de iniciativa, não estabeleceram a tessitura de uma narrativa dotada de um exercício interpretativo crítico, voltando-se mais à fabricação de um discurso coeso, de veracidade e esclarecimento do passado, que passa pela seleção de narrativas específicas, tomadas como representativas dos sujeitos de direitos humanos⁴³ cujos sofrimentos interessam ao discurso que ali se engendra. Portanto, é imprescindível que, quando da leitura das fontes produzidas no âmbito das comissões da verdade, sejam incorporados debates atentos às composições dos testemunhos, antes utilizados como meros indícios de veracidade do passado, passando a focalizá-los desde suas temporalidades conflitivas.

Para Elizabeth Jelín, as memórias – tomadas no plural - possuem história e se desenvolvem em temporalidades múltiplas. Considerar a perspectiva histórica significa entendê-las como envoltas e compostas por processos que fazem parte de um “devenir que implica transformações e elaborações nos sentidos que atores específicos dão a estes passados”.⁴⁴ Isso pressupõe que as memórias sejam assumidas prioritariamente desde seu caráter aberto, ou seja, distante de desfechos passivos, já cerrados e invariáveis, mas sim dadas às revisões, reinterpretações, atualizações, interferências e composições que se projetam para além do instante exato do que é lembrado. Todas essas variantes afastam as memórias unicamente do passado:

Na verdade, a memória não é o passado, mas a maneira em que os sujeitos constroem um sentido do passado, um passado que se atualiza em seu enlace com o presente e também com um futuro desejado no ato de lembrar, olvidar e silenciar.⁴⁵

⁴² BAUER, op. cit., p. 179

⁴³ Para essa discussão, cf. GALLAGHER, op. cit.

⁴⁴ JELÍN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017, p. 13. Tradução livre minha. No original, “*pensar los procesos de memoria como parte de un devenir que implica cambios y elaboraciones en los sentidos que actores específicos dan a esos pasados*”.

⁴⁵ JELÍN, *ibid.*, p. 13. Tradução livre minha. No original, “*En verdad, la memoria no es el pasado, sino la manera en que los sujetos construyen un sentido del pasado, un pasado que se actualiza en su enlace con el presente y también con un futuro deseado en el acto de recordar, olvidar y silenciar*”.

Com uma face “criativa e produtiva, [...] nunca acabada e sempre conflitiva”,⁴⁶ nas memórias se imbricam passado, presente e futuro, dissipados de uma lógica linear, mas implicados em complexidades que, dentro de cada uma dessas temporalidades, compreendem outras camadas profundas e distintas entre si, que conjunta e constantemente produzem “modificações nos marcos interpretativos para a compreensão da experiência passada e para construir expectativas”.⁴⁷ Este complexo e contínuo trabalho da memória tem seus sentidos redefinidos a partir de componentes como “novos processos históricos, novas conjunturas e cenários sociais e políticos”,⁴⁸ que passam a definir quais olhares e possibilidades serão direcionados à rememoração das experiências passadas. Associadamente à experiência vivida, a situação conjuntural media o que será selecionado, silenciado e esquecido,⁴⁹ seja pela fala que se produz, como pela escuta que lhe é ofertada.

Essa perspectiva é discutida pela historiadora Paula Franco, que observa, no âmbito das comissões estaduais e nacional da verdade, como a fala – neste caso, os testemunhos concedidos pelas mulheres – se produziu a partir da escuta que lhe foi ofertada – institucionalizada, pensada para a criação de uma narrativa oficial e, portanto, imbuída do estatuto da verdade. Assim, ainda que se destaque “o papel essencial das comissões da verdade na abertura de um processo de escuta para pessoas atingidas pela tortura, por trauma ou outro tipo de dano causado pelo Estado”,⁵⁰ há de se atentar para os elementos que construíram este canal, e que se assim impuseram limites às possibilidades de escuta e, em consequência, às falas ali gestadas.

A existência das comissões, estaduais ou nacional, constituíram em si um indiscutível marco, de diferentes faces – institucional, social, política -, que repercutiu sentidos variados. Qualquer que fosse sua apreensão, colocava-se enquanto um ponto de debate, atenção, audiência e, primordialmente, conflito. Evocando um viés de militância – ou de pura busca pelo reconhecimento de suas dores - dos atingidos e atingidas pela violência nos anos de exceção, que enfim encontravam um amparo oficial para relatar suas experiências, as ações das comissões se inscreveram simbolicamente em uma lógica ritualizada, “sacralizando na

⁴⁶ JELÍN, op. cit., p. 48.

⁴⁷ Ibid., p. 14. Tradução livre minha. No original, “*Producir modificaciones en los marcos interpretativos para la comprensión de la experiencia pasada y para construir expectativas*”.

⁴⁸ Ibid., p. 14. Tradução livre minha. No original, “*Nuevos procesos históricos, nuevas coyunturas y escenarios sociales y políticos*”.

⁴⁹ Ibid., p. 16-17.

⁵⁰ FRANCO, Paula. *A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 33-34.

esfera pública o espaço de escuta que antes não existia”.⁵¹ Neste cenário forjado às vésperas do cinquentenário do início da ditadura, entende-se por que as narrativas emergentes se concentraram na rememoração e na denúncia das graves violações sofridas no passado, às quais se voltavam todos os olhares.

Especialmente no que tange à “questão de gênero”,⁵² a abertura da escuta às mulheres foi marcada pela tardia preocupação em atentar para a especificidade das violências por elas sofridas. Convidadas a trazerem à fala aqueles traumas outrora silenciados - por serem em demasia atribuídos a questões tidas como de menor importância - inaugurou-se um espaço que, simultaneamente, “produzia e encorajava”⁵³ suas narrações. Essa possibilidade centralizou sob um mesmo recorte discursos que anteriormente circulavam em outras instâncias não oficializadas, como em produções acadêmicas e manifestações culturais diversas.

O reconhecimento desta nuance específica de gênero é evidenciado no caso da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, ao se considerar a divulgação da audiência temática sobre mulheres, escolhida para iniciar as ações públicas da comissão. Neste episódio, exigiu-se das testemunhas o preenchimento de fichas sobre violência sexual, o que constituiu uma excepcionalidade, uma vez que as audiências internas, nas quais as testemunhas também eram mulheres, não apresentavam tal protocolo. No 8 de março de 2013, os testemunhos concedidos publicamente por Ignez Serpa, Eliana – ambas com passagem pela PFMP – e Nilce de Azevedo Cardoso foram destacadamente conduzidos para o enfoque nas violências de gênero. Nesse sentido, o caráter de gênero, mais do que ampliar as possibilidades de fala, canalizou-as para temáticas circunscritas, o que não aconteceu nas sessões internas, nas quais as narradoras puderam explorar mais globalmente outros aspectos de suas trajetórias. Considerando a ausência de uma abordagem pormenorizada às experiências das mulheres no Relatório Final apresentado pela Comissão, é possível analisar seu cuidado para com este recorte pela chave da espetacularização pública. No entanto, a despeito de qual tenha sido sua orientação, o espaço de escuta foi instituído. Em resposta ao “dever de memória” e ao pujante teor de denúncia, os testemunhos produzidos pelas mulheres passaram, enfim, a constar nos registros oficiais, operando suas memórias para que fossem conformadas dentro dos limites da escuta a elas oferecida.

⁵¹ FRANCO, op. cit., p. 25.

⁵² O uso da expressão “questão de gênero” por Franco se refere à construção das perspectivas de gênero nas comissões estadual e nacional da verdade.

⁵³ Ibid., p. 217.

1.1.3 Os testemunhos orais concedidos para a pesquisa

A realização das entrevistas amparadas metodológica e teoricamente na história oral foi uma escolha tomada para essa pesquisa. Falo em escolha pois, a partir dos materiais anteriormente consultados, o arcabouço documental já poderia estar suficientemente constituído, com produções testemunhais sobre as quais uma análise bastante satisfatória poderia ser efetivada, ainda que dentro de alguns limites – que são, sempre, um fator de qualquer investigação. O que norteou a opção pelas entrevistas não foi, portanto, uma necessidade latente de “escavar” mais informações ou “preencher lacunas” que tenham sido deixadas por outras fontes. Ainda que, sim, a história oral permita o aprofundamento de algumas questões, o direcionamento a outras e, ademais, a descoberta de novas nuances, o que me conduziu a este recurso foi o interesse em ensejar uma lógica de produção documental sensível a novas dinâmicas, no que pese a incorporação do tempo presente às complexas temporalidades do testemunho, assim como o caminho da afetividade. Vislumbrava-se, sobretudo, a criação de outro espaço de escuta para que essas mulheres, em sua maior parte já vivendo um período de envelhecimento, pudessem retornar à narração dessas experiências, sem o propósito de enquadrá-las em narrativas pleiteadoras da compensação ou da oficialidade – mas, ainda, de tessitura da história.

A escolha pela coleta de testemunhos orais parte também do reconhecimento da próxima e profícua relação entre oralidade, memória e historiografia da ditadura civil-militar no Brasil. Quando de suas primeiras produções, foram diversos os suportes pelos quais se vincularam temas caros a este período: muito se registrou autobiográfica, ficcional, jornalística ou academicamente. A memória da ditadura se consagrou pelo registro escrito, mas, antes disso, esteve na gênese a oralidade. Oralidade projetada em vias diversas: nos esforços posteriores de investigação, que, impossibilitados de acessar as documentações - ainda censuradas, restritas, supostamente destruídas ou inexistentes -, recorreram então ao relato oral; e, dantes, nas dinâmicas então contemporâneas de sobrevivência e resistência, que equilibravam na fala a possibilidade de articulação. Foi central o espaço da palavra falada, mas também das interditas: a palavra resistente para não revelar aquilo que lhe buscavam extrair; a palavra despejada pelo corpo levado à convulsão; a palavra relatora da experiência; a palavra sussurrada nos intramuros; a palavra que, por poder ser enunciada, se torna signo da sobrevivência; a palavra que em todos seus modos de pronunciar, se faz palavra-testemunha, e que se translitera em documento quando encontra a história oral.

Ainda no que tange à eleição do uso da história oral nessa pesquisa, figura a especial importância do registro dos testemunhos das mulheres que, antes engajadas em projetos de enfrentamento à ditadura, tornaram-se sobreviventes desse período. Embora não seja mais possível afirmar que “a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino”⁵⁴ - uma vez que é vasta a profusão de pesquisas historiográficas sobre as experiências de mulheres nessa época⁵⁵ -, suas trajetórias até a conquista do espaço da fala passou por obstáculos mais sinuosos.⁵⁶ Conforme apontado por Marta Rovai, a fabricação de um imaginário viril e masculinizado da luta armada, assim como os esforços de criminalização das mulheres por parte da repressão durante a ditadura, operaram conjuntamente para alocá-las em uma posição de coadjuvantes.⁵⁷ Assim, ouvi-las e contemplá-las nas pesquisas constitui um exercício de democratização da memória, possibilitando “perceber suas fissuras e inúmeros significados que o ato de sobreviver ao trauma coletivo representou”.⁵⁸ Sem que se trate de “complementar o já sabido” ou “cobrir lacunas de feitos masculinos na luta contra a ditadura civil-militar brasileira”,⁵⁹ a história oral feita com essas mulheres, segundo Rovai,

Vem atuando cada vez mais na tentativa de alargar as escutas em torno de suas experiências [...]. Não se trata de “dar vozes” a elas ou de “trazê-las das margens para o centro da história”, uma vez que elas sempre foram donas de suas ideias, sempre discutiram em diferentes espaços as suas ações e as interpretaram; sempre estiveram ocupando seu lugar nos acontecimentos e vivendo os efeitos da violência – física ou simbólica – infligida pelo regime autoritário.⁶⁰

A contribuição da história oral de mulheres é, como sinaliza Luisa Passerini a partir de Sherna Gluck, influente para a “prática da história oral como um todo”.⁶¹ Mais do que isso, “a história de gênero e a história oral caminharam de mãos dadas na ampliação do território da

⁵⁴ COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *Opsis*, v. 15, n. 2, 2015, p. 370.

⁵⁵ Para pesquisas recentes sobre as mulheres na ditadura civil-militar brasileira, ver o repositório bibliográfico do *Aparecidas: centro de referência em estudos sobre mulheres na ditadura civil-militar brasileira* (<https://ufrgs.br/aparecidas>), no qual mapeei mais de 370 trabalhos acadêmicos concernentes a este recorte.

⁵⁶ Cf. FRANCO, op. cit.

⁵⁷ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Política como paixão: narrativas femininas sobre resistir. In: NETO et. al (org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 230.

⁵⁸ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013, p. 112.

⁵⁹ ROVAI, op. cit., 2017, p. 231.

⁶⁰ Ibid., p. 232.

⁶¹ PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 99.

História e na renovação de seus objetos de estudo”,⁶² o que decorre da *genderização* que é provocada nas abordagens históricas a partir das narrativas produzidas por mulheres. Esse movimento coloca fissuras e redefinições às anteriores certezas, uma vez que, conforme destaca Elizabeth Jelín, as vozes das mulheres “implica[m] no reconhecimento e legitimação de ‘outras’ experiências ademais das dominantes (masculinas e desde lugares de poder)”, proporcionando a circulação de novas narrativas.⁶³

Se resultam nestes legados específicos, é verdade que tais narrativas são, em si, constituídas por particularidades. Como sublinha Alejandra Oberti, “se no testemunho em geral se opera um deslocamento, nos testemunhos das mulheres – de uma grande parte das mulheres – esse deslocamento tem um bônus: se trata de um deslocamento desde o gênero”.⁶⁴ Em sintonia com essa perspectiva, entendendo a memória como “social e referenciada no coletivo”, Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro e Janine Gomes da Silva assinalam que esta é, igualmente, “marcada por construções sociais: classe, gênero, raça/etnicidade, geração, e muitas outras categorias sociais”,⁶⁵ implicando, portanto, em uma memória que é também *genderizada*. Estes constructos se evidenciam tanto no condicionamento das vivências que compuseram suas trajetórias, como nas formas de enunciação que lhe foram proporcionadas e na eleição do que chega então à fala.

Entre os meses de agosto de 2019 e fevereiro de 2022, foram realizadas 12 entrevistas de história oral para esta pesquisa. À exceção do testemunho concedido pela filha de uma das mulheres que esteve como presa política na PFMP, todos os outros encontros foram com elas próprias. A tabela abaixo apresenta informações concernentes às entrevistas realizadas.

⁶² PASSERINI, op. cit., p. 99.

⁶³ JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012, p. 138. Tradução livre minha. No original, “*Las voces de las mujeres cuentan historias diferentes a las de los hombres, y de esta manera se introduce una pluralidad de puntos de vista. Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de "otras" experiencias además de las dominantes (masculinas y desde lugares de poder)*”.

⁶⁴ OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 15. Tradução livre minha. No original, “*Si en el testimonio en general se opera un desplazamiento, en los testimonios de las mujeres – de una gran parte de las mujeres – ese desplazamiento tiene un plus: se trata de un desplazamiento desde el género*”.

⁶⁵ WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; GOMES, Janine. “Gendered” Memories: Women’s Narratives from the Southern Cone. In: BENMAYOR, Rina et. al. *Memory, subjectivities, and representation. Approaches to Oral History in Latin America, Portugal and Spain*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015, p. 59. Tradução livre minha. No original, “*If memory is social and referenced in the collective, it is also marked by social constructs: class, gender, race/ethnicity, generation, and many other social categories*”.

Tabela 1. Entrevistas de história oral realizadas para a pesquisa.

Nome	Data	Cidade	Duração da gravação
Helena Lucia Rodolphi	26.08.2019	Porto Alegre	02h 03min 26s
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão	13.09.2019	Rio de Janeiro	01h 42min 26s
Ignez Maria Serpa Ramminger	20.09.2019	Porto Alegre	01h 57min 56s
Leane de Almeida	27.09.2019	São Paulo	02h 03min 07s
Vera Lucia Stringhini	03.10.2019	Porto Alegre	02h 23min 02s
Gorete Losada (filha de Sonia Venancio Cruz)	17.02.2021	Entrevista online	01h 59min 33s
Iara Gloria Areias Prado	02.03.2021	São Paulo	02h 04min 14s
Mailde Cresqui	04.12.2021	Eldorado do Sul	03h 33min 42s
Mara Curtiss Alvarenga	13.01.2022	Entrevista online	01h 46min 42s
Nara Helena Naumann Machado	21.01.2022	Porto Alegre	02h 38min 46s
Leia Schacher Abramovich	31.01.2022	Porto Alegre	01h 26min 19s
Marlova Souza Canabarro	13.02.2022	Entrevista online	02h 00min 01s

Fonte: Autoria própria.

Realizadas em moldes presenciais antes do início da pandemia de Covid-19, as entrevistas tiveram seus planejamentos e execuções severamente afetados pelas intempéries derivadas dessa conjuntura, resultando em suspensão das gravações até o início de 2021. Atentando para os cuidados exigidos nesse período, ainda de persistência da pandemia, as entrevistas foram retomadas em três encontros presenciais e três gravações online, utilizando-se, para tanto, a plataforma de reuniões Google Meet.

Os roteiros foram organizados de modo semiestruturado, o que significa que, apesar de terem tópicos pré-estabelecidos, estavam flexivelmente abertos aos rumos que seriam tomados em cada encontro, adequando novos direcionamentos que dialogassem com o que estava sendo colocado pelas interlocutoras. Trata-se, portanto, de um guia que auxilia na organização da entrevista, sem que se pense em uma utilização fechada ou restrita. Apesar do embasamento em um roteiro geral, em todas as ocasiões derivou-se para um roteiro específico,⁶⁶ acrescentando duas ou três perguntas que levassem em consideração as singularidades das trajetórias dessas mulheres, constatadas em pesquisas prévias. A base comum das questões contempla pontos como a trajetória até o encarceramento na Penitenciária Feminina Madre Pelletier – quando são convidadas a elencarem livremente os

⁶⁶ Sobre roteiro geral e específico, cf. ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 160-161.

episódios que considerem relevantes, seja de ordem privada ou política; as características de suas militâncias; os episódios de detenção; as especificidades da transferência para a PFMP; a chegada na instituição; as condições de alojamento; a rotina na penitenciária; a sociabilidade interna; o contato com o extramuros; a convivência com os sujeitos que compõem a penitenciária; formas de vigilância, coação e violência; a relação com o espaço prisional; a presença do DOPS/RS; as especificidades do cárcere neste espaço; a saída da penitenciária; e a reorganização da vida após a prisão.⁶⁷

Por se concentrar em um eixo específico de suas vidas, associado a experiências sensíveis com graves consequências,⁶⁸ o gênero das entrevistas aproxima-se à *história oral testemunhal*, a qual, segundo José Carlos Sebe Bom Meihy, contempla as narrativas de pessoas envolvidas, enquanto vítimas, em episódios traumáticos e situações-limite.⁶⁹ A produção dessas narrativas é perpassada por marcas que, superando a individualidade, referem-se a “traumas de graves repercussões sociais”, orbitando centralmente em torno dos episódios traumáticos.⁷⁰

De acordo com Michael Pollak e Natalie Heinich, estes acontecimentos provocam uma ruptura do que, até então, configurava-se como o mundo habitual dos indivíduos.⁷¹ Em um processo que excede a narração sobre o passado, os testemunhos associados a estas experiências são fundamentalmente compostos por uma reflexão sobre si, tornando-se “verdadeiros instrumentos de reconstrução da identidade, e não somente relatos factuais, limitados a uma função informativa”.⁷² A produção desses testemunhos deve ser indispensavelmente acompanhada por procedimentos específicos, abrindo espaço para narrações mais livres, atentando às perguntas como estímulos⁷³ e não enquanto prescrições, reduzindo as intervenções, colocando-se em um espaço de acolhimento das disponibilidades

⁶⁷ Para o modelo de roteiro geral das entrevistas, ver Apêndice 1.

⁶⁸ MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 75.

⁶⁹ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy. *História Agora*. São Paulo, n. 9, 2010, p. 6.

⁷⁰ MEIHY & SEAWRIGHT, op. cit., p. 78.

⁷¹ POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michel. *Memoria, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones limite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006, p. 54. Tradução livre minha. No original, “*Situaciones de transición o de trauma que ponen a los individuos en ruptura con su mundo habitual*”.

⁷² POLLAK & HEINICH, op. cit., p. 55. Tradução livre minha. No original, “*Todo testimonio sobre esa experiencia pone en juego no solamente la memoria, sino también una reflexión sobre sí. Es por esto que los testimonios deben ser considerados como verdaderos instrumentos de reconstrucción de la identidad, y no solamente como relatos factuales, limitados a una función informativa*”.

⁷³ MEIHY & SEAWRIGHT, op. cit., p. 79.

emocionais de quem fala. Assim, este processo se compõe centralmente pela “escuta compreensiva de eventos que causaram sofrimentos”,⁷⁴ exigindo o aguçamento da responsabilidade ética de quem se coloca como entrevistador ou entrevistadora, sendo necessário, como pontuado por Marta Rovai, aprender a ouvir contra a indiferença.⁷⁵ Neste percurso, salienta a historiadora, “comprometer-se a ouvir as atrocidades sofridas implica não desviar o olhar, os ouvidos e a alma, abrindo espaço para a subjetividade na pesquisa e na reflexão acadêmica”.⁷⁶

Trazer as subjetividades à evidência é indissociável da história oral testemunhal, que se dispõe a encarar os relatos produzidos em face de suas construções de sentido,⁷⁷ sem o propósito restritivo de assinalar a “veracidade objetiva do relato, mas sim o seu significado para quem narra: o caráter de denúncia da violência sobre uma coletividade – e isso sem perder o valor histórico de uma narrativa”.⁷⁸ Sem se pautar na busca por dados exatos e aferíveis, as entrevistas de história oral se interessam justamente pelas narrativas que são gestadas ao longo dessa relação dialógica, quando as conduções de fala e escuta imprimem, juntas, um relato que é fruto “de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”.⁷⁹ Assim, ainda que convoque em maior grau a subjetividade dos historiadores e historiadoras no momento da produção documental – uma vez que estamos também implicados nesse processo -, o tratamento interpretativo a essas fontes se assemelha à análise de suportes escritos. Afinal, como apontam Dellamore, Amato e Batista, “pressupor que fontes documentais escritas são mais seguras, mais verídicas ou menos subjetivas é ignorar que todo e qualquer documento é produzido por homens e mulheres a partir de interesses e motivações.”⁸⁰ Ao permitir o “cotejo das subjetividades individuais (e coletivas) com uma historiografia que, predominantemente, valorizou outras fontes”,⁸¹ nessa pesquisa as entrevistas compõem os acervos documentais que amparam a investigação, apresentando importante canal de acesso a informações e perspectivas que se mostram recorrentemente

⁷⁴ MEIHY & SEAWRIGHT, op. cit., p. 78.

⁷⁵ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, 2013.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 135.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 141.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 142.

⁷⁹ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 34.

⁸⁰ DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. Introdução: Por uma história social das memórias da ditadura. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra & Voz, 2017, p. 20.

⁸¹ NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra & Voz, 2017, p. 13.

ausentes em outras fontes, sendo fundamentais para tratar das experiências de encarceramento das militantes.

1.1.4 As documentações da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers

Ao longo da trajetória dessa pesquisa, sempre se buscou acesso à documentação institucional produzida acerca do encarceramento de presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Vislumbrava-se, nestes documentos, a interrogação da produção oficial sobre as mulheres detidas enquanto presas políticas, a fim de elucidar, desde outros ângulos, a inserção da PFMP no aparato repressivo do estado do Rio Grande do Sul. O interesse de investigação residia na possibilidade de localizar possíveis normativas sobre as especificidades do regime de encarceramento político, balanços sobre suas admissões e libertações, relatórios de comportamento, e outros materiais que se supõem vinculados a procedimentos burocráticos da rotina de uma penitenciária.

Para tanto, recorreu-se inicialmente à direção do presídio buscando averiguar a existência de documentações e a possibilidade de consulta para fins de pesquisa, em processo que se mostrou tortuoso: as respostas vieram lentas e desencontradas; as exigências protocolares para acesso à instituição jamais cessavam; solicitações de agendamento eram constantemente preteridas; fazia-se notável o desconhecimento da organização do próprio acervo – ou sequer da confirmação de sua existência. Considerando os limites de tempo para execução da dissertação, as dificuldades colocadas no acesso a este acervo conduziram à desistência das tratativas. A atenção voltou-se, então, à gestão responsável pela Penitenciária no período concernente a essa pesquisa, qual seja, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers.

O conhecimento do acervo da Congregação, bem como a indicação dos materiais lá acondicionados, foi mapeado a partir do estudo de Débora Karpowicz, que se dedicou, em seu doutoramento em história, à pesquisa da trajetória institucional da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, desde suas origens enquanto convento, até a transição para cárcere. Em contatos exitosos e atenciosos com a Irmã Eliene Oliveira Barros, animadora provincial⁸² do

⁸² A função de animadora provincial refere-se à responsabilidade de promoção e articulação de atividades vocacionais na Igreja Católica.

Bom Pastor, minha visita para pesquisa presencial no acervo foi viabilizada mesmo durante a pandemia de Covid-19, entre os dias 22 e 26 de fevereiro de 2021.

Localizado na cidade de São Paulo, na Sede Provincial da Congregação no Brasil, o “Arquivo Permanente Província Sul do Brasil”, de caráter privado, reúne documentações referentes às casas já ou ainda administradas pelas Irmãs nas regiões Sul e Sudeste do país. Conforme indicado no Catálogo de Documentos, colocado à minha disposição durante os dias de pesquisa, os materiais são distribuídos em 7 armários, que reúnem centenas de caixas, as quais armazenam as pastas onde estão as documentações, que ultrapassam os milhares. Os documentos acessados quando de minha visita ao acervo foram solicitados de antemão, observando, a partir do mapeamento de Karpowicz, aqueles correspondentes ao recorte da investigação. Foram consultadas diversas caixas, livros e pastas, com documentações produzidas contemporaneamente ao período cronológico abarcado na pesquisa – em diferença às outras fontes aqui analisadas, que foram elaboradas em momentos posteriores.⁸³

Para além desses documentos acessados, cabe apontar a constatação, no catálogo de arquivos da instituição, de menções a alguns materiais que teriam sido extraviados, destruídos ou perdidos quando da transferência do acervo, antes sediado na cidade de Belo Horizonte. Coincidentemente ou não, todas estas documentações faltantes contemplam o período da ditadura civil-militar brasileira. Nos arquivos referentes à cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, assinala-se que os relatórios de 1940 a 1975 “foram destruídos quando o Arquivo estava em Belo Horizonte por pessoas mal-informadas”. O mesmo se nota em relatórios de 1970 a 1977 da Penitenciária de Carandiru; em relatórios e documentações referentes a funcionários e finanças da instituição Stella Maris; folha de empregados e contas de Ipiranga, em São Paulo; relatórios de 1969 a 1979 da Penitenciária de Tremembé; relatórios de 1949 a 1971 e 1972 a 1979, folhas de pagamento, guias de recolhimento e documentos referentes a empregados em Porto Alegre; assim como em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul; Divinópolis e Barbacena, em Minas Gerais; e na Tijuca, no Rio de Janeiro.

De qualquer modo, os materiais que se lograram consultar tomam aqui um caráter mais acessório, sem que componham o leque central das fontes sobre as quais as análises se tecem, uma vez que a dedicação atenta aos seus conteúdos acabaria por exceder as limitações da pesquisa. Ao tomá-los secundariamente, não se propõe a leitura enquanto representativos de uma “nova versão” ou de “um outro lado”, contrastante com os outros subsídios documentais analisados. Ao mesmo tempo, igualmente não se pretende a incorporação enquanto dados, ou

⁸³ O apêndice 2 apresenta tabela com a identificação dos documentos acessados no acervo do Bom Pastor.

a abstenção da crítica documental. Ao contrário, atentando a todo o escrutínio interpretativo dos documentos, o olhar que se direciona a estas fontes busca focalizar as suas *produções discursivas*, pensando como são erigidos seus enunciados oficiosos, o que passa por relações de poder e intenções de fabricação do real. Em outras palavras, vislumbra-se o retrato institucional que é fabricado nestes suportes, em inscrições calcadas desde mobilizações discursivas – igualmente intermediadas por silêncios e omissões. Nessa direção, este acervo se mostra fundamental para compreender os argumentos mobilizados pela Congregação para justificar seu trabalho nos cárceres, em um viés que aproxima a religiosidade, criminalização e punição de mulheres consideradas desviantes. Tratando-se de documentações oficiais, que portanto dispõem as informações de modo institucional, visando produzir uma narrativa oficial e benéfica para a instituição, faz-se necessário um olhar direcionado às entrelinhas para que seja possível captar indícios da relação tecida entre as religiosas e o Estado durante a ditadura, e sobretudo acerca do recolhimento de presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

1.1.5 Os arquivos da repressão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)

O Arquivo Nacional guarda, desde o Decreto nº. 5.584 de 2005, os acervos de extintas aparelhagens de repressão e informação da ditadura, entre elas do Serviço Nacional de Informações (SNI), congregando documentos de órgãos vinculados, como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)⁸⁴ e das Agências Regionais do SNI, como a Agência Porto Alegre (APA), com documentos referentes às ações empreendidas pelo DOPS/RS e Divisão Central de Informações (DCI). Com volume superior a 3 milhões de páginas, o acervo do SNI recolhido no Arquivo Nacional constitui “o maior fundo documental federal produzido pela ditadura brasileira”, o que situa o Brasil em posição referencial na recuperação e difusão dos acervos repressivos no Cone Sul, como destaca Letícia Wickert Fernandes.⁸⁵ Estes documentos podem ser acessados digitalmente pelo Sistema de

⁸⁴ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2009, p. 30.

⁸⁵ FERNANDES, Letícia Wickert. Arquivos repressivos da Ditadura de Segurança Nacional brasileira e acesso a informação: reflexões metodológicas para pesquisas no Fundo do SNI pelo SIAN. *Sillogés*, v. 4, n. 2, 2021, p. 540.

Informações do Arquivo Nacional (SIAN), mediante cadastro de qualquer cidadão interessado em consultá-los.

As produções dos órgãos de inteligência e informação da ditadura, tal como o SNI, conformam o que hoje se identifica como *archivos da repressão* ou *archivos repressivos*, definidos por Ludmila Catela como “o conjunto de objetos sequestrados das vítimas ou produzidos pelas forças de segurança (polícias, serviços de inteligência, forças armadas) em ações repressivas (buscas e apreensões, perseguições, sequestros, tortura, desaparecimento, assassinato, etc.) perpetradas durante as últimas ditaduras militares nos países do Cone Sul”.⁸⁶ Enrique Serra Padrós exemplifica a categorização desses documentos:

De um lado, o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais. Do outro lado, estão os documentos repressivos propriamente ditos, ou seja, aqueles produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, seqüestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc. Trata-se da documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metuculoso e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma.⁸⁷

Estes arquivos, que em sua origem se voltaram à culpabilização das pessoas perseguidas politicamente, podem ser atualmente mobilizados para a denúncia das violações sofridas pelos atingidos e atingidas pelas violências políticas de Estado e para investigação dos aparatos repressivos acionados para vitimá-los.⁸⁸ Tem-se aí o “efeito bumerangue”: “feito para acusar e punir, sua posterior existência se torna prova que incrimina a violência estatal”.⁸⁹

Ao incorporá-los na pesquisa histórica, há de se atentar às complexas matizes que os compõem – entre elas, a “sobrevalorização da suspeita” e “o uso distorcido de informações

⁸⁶ CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justicia transicional: manual para América Latina*. Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça Transicional, 2011, p. 395. Tradução livre minha. No original: “*Aquí llamamos archivos de la represión al conjunto de objetos secuestrados a las víctimas o producidos por las fuerza de seguridad (policías, servicios de inteligencia, fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, tortura, desaparición, asesinatos, etc.) perpetradas durante las últimas dictaduras militares en los países del Cono Sur.*”

⁸⁷ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, v. 1, n. 1, 2009, p. 40.

⁸⁸ CATELA, op. cit., p. 398.

⁸⁹ PADRÓS, op. cit., p. 42.

sobre o oponente com vistas à auto-sustentação do regime autoritário”,⁹⁰ como sinalizado por Mariana Joffily. Oriundos de torturas físicas e psicológicas, compostos na lógica da criminalização e erradicação dos “inimigos” – e, portanto, altamente suscetíveis a manipulações e falseamentos -, por vezes dados como extraviados, inexistentes ou destruídos, os documentos da repressão exigem dos historiadores e historiadoras muita cautela ao examiná-los, sendo fundamental o cruzamento com outros aparatos documentais, como se propõe nessa pesquisa. Utilizando o SIAN para a busca por palavras-chave relacionadas à militância - como os nomes das presas políticas, os órgãos policiais-militares em que foram detidas (como o DOPS/RS) e as penitenciárias em que foram encarceradas, assim como o nome das organizações clandestinas de esquerda em que atuaram -, os documentos da repressão figuram aqui como fontes acessórias da investigação, mobilizadas para pensar o discurso de legitimação da repressão contra as oposições, sendo especialmente acionado para observar os processos de criminalização das mulheres militantes de esquerda.⁹¹

1.2 DIÁLOGOS: SOBRE A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A profusão de pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira nas últimas décadas, ensejada sobretudo pelas efemérides dos quarenta e cinquenta anos do golpe de 1964,⁹² assim como pela ampliação da abertura de documentos, é inquestionável. Do aumento do número de produções, espera-se sempre mais qualificação e complexificação de debates já anteriormente colocados. As possibilidades de novas interrogações, a novos ou já conhecidos sujeitos, eventos e ações, não cessam de brotar. Nessa miríade, são ainda muitos os espaços abertos a serem percorridos. É por um destes caminhos que enveredo.

Esse trabalho se enreda em torno da repressão e da violência política, voltando-se substancialmente às prisões políticas, entendidas para além do caráter de aprisionamento de toda detenção, atentando para as experiências associadas às instituições de detenção e cárcere.

⁹⁰ JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões*, v. 23, 2014, p. 4.

⁹¹ Os documentos do SIAN que amparam essa pesquisa estão sistematizados nas referências bibliográficas, sendo igualmente referenciados ao longo do texto.

⁹² Cf. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 47, 2004; FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, 2017; JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, 2018.

Desde as contribuições da Comissão Nacional da Verdade,⁹³ toma-se por *detenções ou prisões políticas* as experiências restritivas que incluem prisões domiciliares durante invasões realizadas pelas forças de segurança; prisões para acareações e interrogatórios – com durações variáveis, de horas a semanas ou meses; sequestros – que poderiam antecipar uma ampla gama de manifestações posteriores de repressão; detenções de poucos dias em instituições clandestinas ou legais; detenções estendidas nestes mesmos espaços; e o encarceramento breve ou prolongado em instituições prisionais. Constitui, dessa forma, ponto obrigatório no percurso de todas as pessoas que foram alvejadas pela cadeia repressiva.⁹⁴

No *Projeto Brasil: Nunca Mais*, pioneiro em apresentar estudo amplo e detalhado sobre a repressão nos anos de exceção democrática do Brasil, a detenção política é categorizada em duas fases distintas, mas complementares. Inicialmente, a *fase policial* marca a elaboração do inquérito policial-militar (IPM), visando-se apurar o crime e sua autoria. Tal trâmite aparece associado a dois momentos: dos *interrogatórios preliminares*, pautados na coação violenta da pessoa detida e no descumprimento de normativas legais, e por isso associados a práticas clandestinas; e da *formação do inquérito*, produzindo-se versão final a partir das “investigações” anteriores. Concluída esta etapa, o encaminhamento do inquérito à Auditoria Militar sinaliza o início da *fase judicial*, associada à formalização da ação penal, em percurso amplo – e igualmente desrespeitado em suas previsões legais -, que compreende desde o registro da denúncia, até o deferimento da sentença.⁹⁵ Com singularidades que variaram a partir de cada caso, o ponto comum da detenção política entre essas etapas esteve na arbitrariedade das ações policiais e militares.

Em consonância com a categorização apresentada pelo *Brasil Nunca Mais*, Jacob Gorender define os espaços associados à detenção política, identificando as *instituições de interrogatório e formalização dos processos* - associadas à fase policial -, e as *instituições de reclusão* – ligadas à fase judicial. Os espaços associados à fase policial são apresentados pelo historiador e ex-presos político como uma “travessia pelo terror”, definidos a partir de experiências de extrema violência física e psicológica. As instituições de reclusão, por sua vez, são os lugares para espera de julgamento ou cumprimento de pena, com percepção de

⁹³ Conforme será posteriormente discutido, a CNV define a detenção como “qualquer forma de privação da liberdade dos indivíduos, mesmo que por um breve período de tempo”. In: BRASIL, op. cit., p. 280.

⁹⁴ Como assinalado ao longo do trabalho, considera-se na pesquisa a distinção entre detenção e reclusão. Por detenção, compreende-se variadas formas de privação de liberdade, de períodos passageiros ou mais extensos, não necessariamente incluindo o encaminhamento para local punitivo. A reclusão, por sua vez, é entendida como o aprisionamento em instituições privativas de liberdade, com caráter carcerário, podendo também contemplar diferentes intervalos de permanência nessas instituições.

⁹⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985, p. 173-188.

proteção judicial advinda do reconhecimento da prisão.⁹⁶ Em seu relato, estes espaços são, respectivamente, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e o Presídio Tiradentes.

Ainda acerca dos lugares de repressão na ditadura, classificação recente foi proposta pela historiadora e antropóloga Jocyane Baretta, destacando, entre outros, os lugares utilizados para atendimento médico; lugares de prisão; lugares de tortura; lugares de prisão e de tortura; lugares de traslado; e lugares de audiências e julgamentos.⁹⁷ Especialmente no que tange às definições aqui já apresentadas, salienta-se os *lugares de prisão*, com utilização para fins de aprisionamento; *lugares de tortura*, associados especificamente para estas práticas; e *lugares de prisão e tortura*, combinando propostas diferentes em um mesmo espaço.

Estas classificações são caras ao objeto de investigação que aqui se enfoca, uma vez que a Penitenciária Feminina Madre Pelletier se trata de uma instituição de reclusão, ou lugar de prisão, que se inseriu no aparelho repressivo ditatorial. Como aponta Mariana Joffily, ainda que existam produções sobre o aparato repressivo “legal” e o funcionamento da justiça, ainda são escassos os estudos específicos sobre as prisões políticas.⁹⁸ A afirmação se confirma em levantamento bibliográfico⁹⁹ realizado para essa pesquisa, quando foram localizados somente 16 produções acadêmicas na área da história ou humanidades que se concentram em lugares de prisão da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Os trabalhos distribuem-se em monografias de conclusão de graduação (2), dissertações (10) e teses (4), produzidas entre os anos de 2005 a 2020, que merecem atenção quanto às suas abordagens temáticas, por se constituírem enquanto terreno de inserção da presente pesquisa.

O trabalho a inaugurar estas discussões em 2005, “*Revolucionários, bandidos e marginais. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar*”, de autoria de Carla Faria, concentra a investigação em tópico que segue pouco explorado: a relação estabelecida entre presos políticos e “comuns”, em presídios nos quais foram recebidos conjuntamente. Detendo-se sobretudo no Instituto Penal Cândido Mendes, também conhecido como “Ilha Grande”, mas perpassando igualmente outras penitenciárias situadas na cidade do Rio de

⁹⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 218-220.

⁹⁷ BARETTA, Jocyane Ricelly. *Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015, p. 76-78.

⁹⁸ JOFFILY, Mariana. Represión política en la dictadura militar brasileña: un sobrevuelo por la historiografía. *Revista Estudios del ISH*, n. 20, 2018, p. 85.

⁹⁹ O levantamento bibliográfico completo está disponível no Apêndice 3.

Janeiro - como a Penitenciária Esmeraldino Bandeira, o Presídio Milton Dias Moreira e o Presídio Hélio Gomes -, a autora busca investigar a relação “revolucionário-bandido”, voltando-se também às mobilizações em prol do reconhecimento da prisão política, articuladas pelos “revolucionários”. Em direção similar, também Elizabeth Süssekind atenta à relação entre presos políticos e comuns ao investigar o estabelecimento do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro, voltando-se especialmente à Penitenciária Professor Lemos Brito e o Instituto Penal Cândido Mendes em tese intitulada “*Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*”, de 2014. Do mesmo modo, a dissertação de Vanessa Oliveira Benedito, defendida em 2017, “*Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional do Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar*”, parte do estudo de caso da Ilha Grande para observar as dinâmicas de convivência entre presos políticos e presos comuns, atentando para suas interações e conflitos, bem como estratégias de resistência. Ainda que o tópico seja tangenciado em outras produções, estes são os únicos trabalhos que compartilham o problema de pesquisa centrado na relação entre os diferentes tipos de presos alocados nos cárceres da ditadura.

Publicada em 2007, a dissertação de Flávia Franchini Ribeiro, “*A Subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972)*” é a primeira dessa área de estudos a problematizar as especificidades do cárcere político em uma instituição prisional, debruçando-se sobre a *experiência dos presos políticos*, abordagem que se fez recorrente nos estudos subsequentes. Enquanto Ribeiro se dedica à investigação do comportamento dos presos políticos na Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora - MG), enfatizando suas ações políticas, são diversas as nuances dentro do viés da experiência. Em dissertação defendida em 2009, “*Companheiros, camaradas e amigos: memórias de ex-militantes políticos e a formação do Partido da Ilha das Flores*”, Maria Fernanda Magalhães Scelza atenta para a articulação dos presos políticos no Presídio da Ilha das Flores (Rio de Janeiro - RJ), estudando suas memórias para discutir as condições de sobrevivência no cárcere, e sobretudo a construção de “uma cultura política de resistência” dentro do presídio. A dissertação de Joana Santos Rolemberg Cortês, “*Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)*”, defendida em 2012, também se concentra nas experiências de resistência dos presos políticos. A tese de José Airton Farias, de 2018, “*Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*” busca,

nas experiências dos presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate (Aquiraz – CE), suas práticas cotidianas e reelaborações identitárias e políticas.

Nas dissertações de Tatianne Ellen Cavalcante Silva, “*Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*”, de 2018, e de Ayssa Yamaguti Norek, “*‘Uma estação no círculo do inferno’: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979)*”, de 2020, são mobilizadas as lentes de gênero para a leitura da experiência de presas políticas, perpassando também a ótica da memória. Abordando a Colônia Penal do Bom Pastor (Recife – PE), Silva se interessa na construção das memórias de militância e clausura de mulheres que lá foram aprisionadas. Norek, por sua vez, se volta a duas instituições prisionais das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo para investigar o encarceramento de presas políticas, com especial atenção ao entrecruzamento entre gênero e aprisionamento, ressaltando as especificidades das violências físicas e psicológicas desde esta perspectiva.

Ainda que em todos estes trabalhos a memória componha as bases analíticas ou metodológicas, há um agrupamento específico de produções nas quais essa categoria ocupa espaço central. Aqui, destaca-se a já citada dissertação de Tatianne E. Cavalcante Silva, bem como a monografia de Fernanda Prince Antunes, de 2008, intitulada “*História e memória social: depoimentos de presos políticos Presídio Tiradentes (1969-1973)*”, e a tese de Clarice Costa Pinheiro, “*Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970*”, defendida em 2017.

Por fim, diferindo dos recortes temáticos anteriores, na dissertação de José Rodrigo de Araújo Silva, “*‘Colônia de Férias de Olinda’: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964)*”, de 2013, interessa ao autor a relação do referido estabelecimento prisional com outros órgãos de segurança, analisando, a partir de suas dinâmicas internas, a inserção no aparato repressivo do Estado. Em direção similar, na dissertação defendida em 2020, “*Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973)*”, Bruno de Azambuja Silveira propõe investigar a Ilha do Presídio (Porto Alegre – RS) como aparato prisional articulado às ações repressivas conduzidas regional e nacionalmente.

Em dissertação defendida em 2016, “*As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)*”, Thayana de Oliveira Santos constitui seu problema de pesquisa em torno dos mecanismos de repressão voltados às mulheres aprisionadas no imediato pós-golpe de 1964. Também a tese de Andrea Siqueira D’Alessandri Forti, “*Arte na prisão: documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São*

Paulo durante a ditadura militar”, defendida em 2020, propõe abordagem inédita, ao se debruçar sobre as práticas artísticas de presos políticos no Presídio Tiradentes, Complexo Penitenciário do Carandiru, Presídio do Hipódromo e Presídio da Justiça Militar Federal (São Paulo - capital).

Pensando o problema de pesquisa que proponho no presente estudo, qual seja, a mobilização da Penitenciária Feminina Madre Pelletier para o encarceramento de mulheres militantes de esquerda e o engendramento de um regime punitivo específico, estabeleço diálogos mais próximos com as produções norteadas por um olhar de gênero, sensíveis à memória, e que não deixam de contemplar a repressão, igualmente abrindo espaço para as experiências. Destaco os trabalhos de Tatianne Silva, Ayssa Norek, Thayana Santos, José Silva e Bruno Silveira como importantes interlocutores dessa pesquisa.

No que tange à PFMP, não se identificou qualquer trabalho acadêmico dedicado especificamente à sua investigação enquanto espaço de violações de direitos humanos nos anos da ditadura. São observadas somente algumas menções pontuais, sem proposta de exaustão da temática, que passaram a mirar a instituição enquanto espaço repressivo, pelo ensejo da identificação da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, bem como pelo descerramento de uma placa do projeto Marcas da Memória, em 2016.¹⁰⁰

É o caso da comunicação “*Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil)*”, apresentada em 2016 por Raul Ellwanger e Vinícius de Lara Ribas, representantes do Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça, no *Seminário Internacional Políticas de la Memoria*, realizado em Buenos Aires. Propondo o levantamento de lugares associados às violações de direitos humanos em Porto Alegre durante a ditadura, menciona-se a PFMP em um parágrafo de dez linhas, que apresenta uma síntese dos usos da instituição pela repressão. Como fonte, citam-se os testemunhos concedidos à CEV/RS, bem como uma entrevista coletada pelos próprios autores com Vera Durão, ex-presa política.

Na dissertação de Jocyane Baretta, “*Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)*”, defendida em 2015, a autora se concentra, a partir da arqueologia da repressão, no estudo de caso de dois espaços que se inseriram no aparato repressivo da ditadura civil-militar em Porto Alegre: o Dopinha e a Ilha do Presídio. Propondo a identificação de outros lugares que igualmente se relacionam nessa

¹⁰⁰ O Projeto Marcas da Memória foi realizado em parceria entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o objetivo de identificar publicamente locais associados às graves violações de direitos humanos durante a ditadura, mediante a instalação de placas com dizeres destes crimes. Foram descerradas 9 placas entre os anos de 2013 e 2016.

trama, dedica um subcapítulo, de uma página e meia, às experiências de aprisionamento na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, tendo por base o relato de prisão anexado em um processo de indenização, do total de oito processos que foram por ela consultados.

Já em sua tese de doutorado, *“Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)”*, apresentada no ano de 2020, Baretta avança nas reflexões em torno da PFMP, elegendo esta como um dos espaços centrais de sua análise, ao lado da Ilha do Presídio e do DOPS/RS. Tomando como fontes as memórias de presas políticas registradas nos processos de indenização, bem como fragmentos de entrevistas utilizados no meu trabalho de conclusão de curso, a autora se detém na mobilização do meio material dos espaços prisionais pela repressão, pensando-os também como instrumentos de punição. No caso da PFMP, pensa a espacialidade a partir do isolamento e das privações, sempre sob as lentes do gênero, em importante perspectiva que será oportunamente retomada nessa pesquisa.

Para além das inserções da Penitenciária Feminina Madre Pelletier na engrenagem repressiva ditatorial, são também escassos os trabalhos que se voltem à trajetória da instituição ou do encarceramento desde um ângulo histórico. Contrastando com as frequentes abordagens sociológicas ou criminológicas concernentes a temas do aprisionamento recente ou contemporâneo, na área da história localizou-se somente um trabalho. Trata-se da tese de doutorado de Débora Karpowicz, *“Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)”*, apresentada no ano de 2017, que engloba todo o período em que a instituição esteve sob administração das religiosas, atentando para suas articulações administrativas e configurações internas, desde os aspectos iniciais como casa religiosa, até a maturação em cárcere. Sem a proposta de versar sobre os sujeitos, as presas políticas e o regime de encarceramento no qual se inseriram não figuram entre os temas centrais. São ocorrências pontuais que incluem essas mulheres como personagens transitórias do enredo que se traça na tese de Karpowicz. De qualquer modo, ao trazer apontamentos inéditos sobre as transformações e continuidades da instituição no tempo, configura-se enquanto ponto de diálogo deste trabalho.

Para além do constatado com os estudos acerca da PFMP, o encarceramento de mulheres é, como um todo, sub-representado na literatura acadêmica que propõe abordagens historicamente situadas. Como observam Bruna Angotti e Fernando Salla, o “baixo número de obras voltadas para uma perspectiva histórica em relação ao encarceramento das mulheres

no Brasil” faz com que a história dos presídios de mulheres no país ainda esteja para ser elaborada.¹⁰¹ Em consonância a essa constatação, foram identificadas somente quatro obras concernentes à história do aprisionamento de mulheres, todas cronologicamente situadas anteriormente ao golpe de 1964, com problemas centrados na constituição inicial dos presídios e nos processos de criminalização das mulheres: a dissertação de Angela Artur, em História, “*As origens do ‘Presídio de Mulheres’ do Estado de São Paulo*”, de 2011; a dissertação de Bruna Angotti em Antropologia Social, “*Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*”, de 2011; a tese de Thais Dumêt Faria, em Direito, “*Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX*”, de 2013; e a tese de Angela Artur, em História, “*Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras*”, de 2017. Sendo o cárcere político também uma prática de aprisionamento, os trabalhos sobre presas políticas da ditadura civil-militar podem ser situados, de modo menos específico, nessa área de investigações. Desse modo, com essa pesquisa, mais do que contribuir diretamente com a historiografia da ditadura, busca-se dialogar também com as abordagens pertinentes à genealogia dos processos de aprisionamento de mulheres no Brasil.

1.3 VEREDAS: SOBRE OS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho se estabelece em torno de eixos diversos que, sem disputar alguma preponderância, são igualmente fundamentais e complementares para a fundamentação da pesquisa. Estão presentes as mulheres e suas trajetórias, o que inclui seus modos de ação e articulação política, suas estratégias de sobrevivência e as gestões de suas memórias; os processos de criminalização política, orientados para a perseguição e erradicação de presenças consideradas opositoras, etiquetando-as em lugares de desvio; as experiências de detenção, que se compõem desde a passagem por espaços de detenção, até a transferência aos lugares de prisão, em uma trama que, de modo mais amplo, também passa por outros elementos que sustentam a engrenagem repressiva; as dinâmicas específicas da punição que se projetam no aprisionamento penitenciário; as características próprias de um cárcere de mulheres administrado por uma congregação religiosa... Por entre essas tantas veredas possíveis, há de se organizar por onde trilhar a travessia.

¹⁰¹ ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. *Revista de Historia de las Prisiones*, n. 6, 2018, p. 8.

A dissertação se inicia por um *preâmbulo*, com o objetivo de apresentar cada uma das mulheres que compõem este trabalho a partir de suas próprias falas e subjetividades ou, para aquelas que não tiveram seus testemunhos coletados, nos detalhes que se pode extrair das documentações pautadas em incriminá-las ou situá-las como atingidas pela ditadura. Amparando-se centralmente nos relatos orais, o preâmbulo aponta as respostas à primeira pergunta da entrevista, que estimulava as interlocutoras a compartilharem sobre seus percursos pessoais e políticos até o primeiro momento em que foram detidas. Suas respostas indicam os caminhos de militância que foram trilhados e que, na dinamicidade das memórias vivas e cambiantes, muitas vezes se ordenam de forma lógica e encadeada no fio narrativo de suas existências, desde os olhares direcionados a partir do presente. Após a apresentação inicial de suas motivações e influências para a ação política de oposição à ditadura, são discutidas as atuações militantes e as vinculações a organizações clandestinas de esquerda. O preâmbulo encerra com uma reflexão sobre a genderização da militância, retomando produções referenciais sobre a história das mulheres na ditadura, como os escritos de Ana Maria Colling, Elizabeth Xavier Ferreira, Mirian Goldenberg e Susel Oliveira da Rosa.

O *primeiro capítulo* trata dos caminhos que tornaram essas mulheres em presenças incômodas, atentando para os percursos que as transformaram de militantes em subversivas. Discutindo os processos de criminalização política, atenta-se para as formulações legislativas da ditadura utilizadas para o enquadramento dos opositores políticos, com atenção à projeção da imprecisa noção de crime político, bem como as breves definições acerca das detenções. Ao tratar da fundamentação ideológica da ditadura, percorrendo aspectos como a guerra revolucionária e a Doutrina de Segurança Nacional, são consideradas as produções de Maud Chirio, Enrique Padrós e Maria Helena Moreira Alves. A incursão judicial de cada uma das militantes é identificada a partir dos documentos repressivos, analisando-a de forma articulada aos enquadramentos observados em outros trabalhos, como feito pelo Projeto Brasil: Nunca Mais e igualmente tematizado por Marcelo Ridenti. Por fim, reflete-se sobre os termos específicos em que se forjou a criminalização política das militantes de esquerda sob a chave da *subversão* e não tanto do crime.

O *segundo capítulo* se concentra nas interdições das “subversivas”, percorrendo o arquipélago dos lugares de dores aos quais foram submetidas. Retoma-se a categorização entre lugares de detenção e lugares de prisão, brevemente mencionadas nessa introdução, buscando identificar como os locais de prisão serviram ao aparato repressivo. Nessa direção, são também propostas reflexões sobre o aprisionamento enquanto instância punitiva, recorrendo, para tanto, às contribuições de Michel Foucault, considerando também as

formulações de Carlos Aguirre, no que tange às especificidades da América Latina. A partir do recorte aqui delimitado, atenta-se ao DOPS/RS, por constituir um ponto frequente na trajetória de aprisionamento das militantes. Ao investigar os principais componentes dos episódios de sequestro das presas, bem como as violações sofridas nesse período, delimita-se o DOPS/RS como um *local de terror*, sendo fundamental o diálogo com a produção de Caroline Bauer, investigando os principais componentes dos episódios de sequestro das mulheres, bem como as violações sofridas nesse período. A Penitenciária Feminina Madre Pelletier é apresentada em suas configurações institucionais a partir da análise das documentações do acervo da Congregação. Tratando do percurso da instituição no estado do Rio Grande do Sul, aborda-se a relação contratual com o governo, assim como os fios que aproximam religião e aprisionamento de mulheres, dialogando com os estudos de Débora Karpowicz e Bruna Angotti. Ao adentrar o período da ditadura civil-militar brasileira, quando a instituição se firmou enquanto cárcere, são apontadas preliminarmente as fases de aprisionamento político que serão aprofundadas no capítulo seguinte, identificadas a partir do compartilhamento de características em comum, no que tange ao espaço de aprisionamento e disposições do cotidiano. Destacando a permeabilidade das interdições direcionadas às presas políticas, busca-se tensionar uma leitura fragmentada entre os diferentes tipos de espaços de detenção, propondo enxergá-los dentro da integralidade da trama repressiva.

Por fim, o *terceiro capítulo* se aprofunda neste *depósito das mulheres que incomodam*. Pelo suporte das documentações congregacionais, que apontam a produção oficial sobre as condições de cárcere, e sobretudo a partir dos testemunhos orais e relatos de prisão anexados nos processos de indenização, propõe-se identificar os elementos que permitem situar a PFMP entre os locais de violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira. Percorre-se cada uma das etapas de aprisionamento político – a primeira, de 1964 a 1969; a segunda, de 1970 a 1971; a terceira, de 1972 a 1973; e a quarta, de 1974 a 1979 – destacando aspectos das experiências de encarceramento das militantes como o cotidiano prisional, a interação entre os múltiplos sujeitos que compunham este cenário e a percepção da incidência de novas práticas violentas. Delimita-se, dessa forma, a *redefinição das violências* neste espaço de cárcere, em níveis prisionais, de gênero, psicológicos e políticos, descentrando a imagem do corpo torturado, e compreendendo as possíveis formas mais sutis de, igualmente, impingir severas violações.

2 PREÂMBULO: CAMINHOS DA INSURGÊNCIA E DA MILITÂNCIA

Mamãe, mamãe, não chore
 Eu quero, eu posso, eu fiz, eu quis
 Mamãe, seja feliz
 Mamãe, mamãe, não chore
 Não chore nunca mais, não adianta
 Eu tenho um beijo preso na garganta
 Eu tenho um jeito de quem não se espanta
 Braço de ouro vale dez milhões
 Eu tenho corações fora do peito
 Mamãe, não chore, não tem jeito.¹⁰²

Sábado, 9 de maio de 1970. Na edição do jornal Folha de São Paulo, publicava-se nota direcionada aos periódicos brasileiros, produzida pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Sob a manchete de “*Governo desmente violência*”, a mensagem era elaborada em contestação às acusações de violências cometidas pelo Estado contra indígenas e pessoas aprisionadas em seus cárceres por motivações políticas. Tecendo-se em torno do léxico de combate às “campanhas difamatórias” que seriam propagadas por “agentes internacionais da subversão”, “inimigos do Brasil” e “grupos esquerdistas” que buscariam o “denegrimento do governo e do povo brasileiro”, a nota compunha a narrativa oficial ao afirmar:

Não há tortura em nossas prisões. Também não há presos políticos. No Brasil ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação democrática defendida pelo governo. Há, porém, terroristas detidos enquanto respondem a processo regular pelos crimes que praticaram, matando pessoas indefesas, assaltando bancos e particulares, e sequestrando diplomatas, para negociar a sua troca por prisioneiros. Aliás, efetuada a troca dos diplomatas por delinquentes, indicados expressamente pelos terroristas, verificou-se que nenhum deles apresentou sinais de violência e tortura.¹⁰³

Reverberando na imprensa nacional, a nota foi comentada também na cidade de Porto Alegre, no jornal Diário de Notícias, em 12 de maio do mesmo ano. Sem autoria identificada, as observações se apresentaram sob o sugestivo título de “*Caminho acertado*”, reiterando a

¹⁰² MAMÃE, Coragem. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Caetano Veloso e Torquato Neto. In: TROPICÁLIA ou Panis Et Circensis. Phillips Records, 1968.

¹⁰³ GOVERNO desmente violencia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de maio de 1970, p. 1. Disponível em: acervo.folha.com.br Acesso em: 23.08.2021. A reportagem pode ser consultada no Anexo 1.

narrativa negacionista pleiteada pelo governo, ao assinalar que “quem está na prisão é porque responde por atos de violência, pela prática do terrorismo, como assaltos a bancos, homicídios e seqüestros. Haverá algum governo democrático no mundo que deixe em liberdade os autores de semelhantes delitos?”.¹⁰⁴

Domingo, 23 de novembro de 1975. Uma página inteira do jornal Zero Hora, da cidade de Porto Alegre, apresentava a condição do cárcere de mulheres no único presídio feminino existente no estado do Rio Grande do Sul à época, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Intitulada como “*As duas faces do presídio feminino*”, a reportagem se originava da visita de deputados federais membros da então vigente Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro, ocasião em que o presídio fora aberto às autoridades políticas e à imprensa. Ainda que os parágrafos iniciais descrevessem a atmosfera da instituição desde a ótica oficial, foi no contraponto a essa imagem que se concentrou a publicação. Conforme revelam suas linhas, seu foco estava nas denúncias de violências feitas pelas mulheres detidas, que viram na presença da reportagem uma oportunidade para reverberar as suas acusações sempre silenciadas:

Os escusos e frios corredores, as paredes sombrias, são testemunhas mudas das grandes e das pequenas injustiças. A coação é uma realidade e o terror uma constante permanente e irrefutável. Ninguém pode falar sobre o que acontece entre os muros da prisão. Todas sofrem ameaças. Por isso não falam, temendo represálias. Certo dia, porém, nem mesmo a constante vigília das freiras e das agentes de segurança impede que algumas detentas denunciem certos fatos. No começo elas dizem que está tudo bem, que não há do que se queixar. Mas o medo vai dando lugar a revolta e aos poucos elas sentem coragem para acusar. Aquele presídio maravilhoso, que até berçário tem, aos poucos vai se descaracterizando na palavra das detentas, para transformar-se finalmente num inferno. Os maus tratos, o lesbianismo e as celas de castigo começam a fazer parte da nova imagem que surge. O cotidiano é triste, desalentador. Olhando para todos os lados, temendo ser descoberta pelas agentes femininas, a mulher de voz calma e segura inicia seu rosário de lamentos.¹⁰⁵

Apresentando inicialmente a denúncia sobre os maus-tratos cometidos por uma enfermeira do presídio, sucede-se o relato de outra detenta, que se dizia apavorada diante da “perversão sexual” observada no pavilhão superior do presídio. Chega-se, ao fim, ao ponto central da reportagem: a existência de celas de castigo, apresentadas pela pronta negação da

¹⁰⁴ CAMINHO acertado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de maio de 1970, p. 4. Disponível em: bndigital.bn.gov.br Acesso em: 21.07.2021. A reportagem pode ser consultada no Anexo 2.

¹⁰⁵ AS duas faces do presídio feminino. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 de novembro de 1975, p. 44. A reportagem pode ser consultada no Anexo 3.

diretora, Madre Elizabeth: “Aqui não existem celas de castigo. Quando acontece alguma falta, deixamos as meninas nas celas por algumas horas e depois mandamos um mensageiro saber se elas já refletiram”.¹⁰⁶ A afirmação da superiora do presídio é contraposta pela fala de outra apenada:

Olha, moço. Eu tenho que lhe contar certas coisas que se passam aqui dentro. Mas eu não posso ser vista senão me matam a pau. Isso aqui é um inferno. O senhor não queira imaginar. As celas de castigo existem. Ficam lá embaixo, onde ninguém levará vocês. Ninguém agüenta isso aqui. Vê se o senhor pode dar um jeito e acabar com este inferno.¹⁰⁷

Por fim, a reportagem contestatória da narrativa apresentada ao governo e à imprensa é concluída:

O portão novamente foi fechado. Lá dentro ficaram somente as freiras, as guardiãs e as 62 condenadas. Quando ele voltará a ser aberto para membros de uma CPI ou repórteres, ninguém sabe. Até lá, tudo derá [sic] continuar igual, dentro da normalidade declarada pelas suas responsáveis. Os muros continuarão impedindo qualquer contato com o mundo exterior. Os corredores continuarão frios. As paredes continuarão sombrias. As perguntas continuarão sem respostas.¹⁰⁸

São muitos os elos partilhados entre as três passagens jornalísticas. Para além daquilo que se coloca à primeira vista – como a aproximação entre os caracteres textuais, a inserção em disputas públicas de narrativas, os conteúdos que contemplam formas de negação de violências -, suas camadas constituem vínculo profundo por aquilo que ocultam, e que aqui centralmente se explicita. Seja pela questão eminentemente política que se destaca nas primeiras publicações, ou pelas violências institucionais assinaladas pela terceira, é em torno de um mesmo ponto que se estruturam. São reportagens que, produzidas durante a ditadura civil-militar brasileira, trataram da privação da liberdade de corpos e das formas de administrá-los em suas clausuras. Textos que, circulando publicamente na década de 1970, trouxeram à tona os mal/ditos – do que pouco se podia falar, daqueles que se colocavam como alvos prioritários de interdição e condenação. Por aquilo que imprimem em palavras selecionadas e intencionais, feitas para silenciar, permitem que se explorem agora a partir daquilo que não puderam, ao fim, obliterar.

¹⁰⁶ AS duas faces do presídio feminino. *Zero Hora*, op. cit.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid.

No ano de 1970, ao mesmo tempo em que se afirmava nos periódicos de grande circulação nacional que *não havia presos políticos no Brasil*, observava-se a “avalanche repressiva” apontada pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, quando, em um intervalo de cinco anos, ao menos 4.460 pessoas haviam sido denunciadas no Supremo Tribunal Militar por crimes de ordem política.¹⁰⁹ Apenas na cidade de Porto Alegre, o ano de 1970 marcou a maior concentração do número de processos na Auditoria Militar durante toda a vigência dos anos de exceção democrática.¹¹⁰ Em maio, no mesmo mês da enfática publicação veiculada no Diário de Notícias com a reiteração das narrativas negacionistas da violência política, o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) executava uma de suas maiores ações de repressão realizadas até o momento, visando a detenção e desbaratamento total das organizações de esquerda.¹¹¹ Como resultado das ações de repressão no Rio Grande do Sul, foram detidas ao menos 84 pessoas nos 5 primeiros meses de 1970,¹¹² sendo 20 mulheres. Dessas, 5 conheceram as celas de castigo citadas na reportagem da Zero Hora, que ficaram alheias ao itinerário de visita dos deputados federais, sem fazer constar no relatório final da CPI a presença de presas políticas, confinadas prioritariamente nesse espaço mal/dito. Até a ocasião da presença parlamentar na Penitenciária, realizada em novembro de 1975, ao menos outras 12 mulheres também teriam passado por estas mesmas celas sob a insígnia de inimigas da nação.

Assim, ainda que se buscasse cristalizar publicamente uma imagem justa, ordeira e pacífica das ações do governo – colocado, em seus termos, como *revolucionário* – foi na deturpação de preceitos caros à democracia, como a própria justiça, que suas bases se fundaram. Apontando o terrorismo e autoria de terríveis delitos, e nunca a violência política, mas sim a louvável “justiça” ao combatê-los, a identificação de alvos inimigos e a necessidade de expurgá-los da esfera política e social compunha-se como cerne prático e ideológico da ditadura civil-militar brasileira. Pela apropriação de um viés dicotômico, a

¹⁰⁹ ARNS, op. cit., p. 85.

¹¹⁰ ALVES, Tairara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 66.

¹¹¹ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 112/APA/1970 – Atividades de grupos subversivos*. Porto Alegre, 28 de julho de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70018797_d0001de0002.

¹¹² SERVIÇO Nacional de Informações. Agência Central. *Encaminhamento n.º D23/16/AC/83 – Atividades subversivas no Rio Grande do Sul. Relatório Anual de Informações (1970)*. Brasília, 19 de julho de 1983. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71036261_d0001de0002.

sociedade fragmentava-se entre as vidas que deveriam ser preservadas e aquelas que perdiam, paulatinamente, o estatuto de uma vida inteligível.

Culminando na desumanização das pessoas transformadas em alvos, a eleição de determinadas condutas políticas como ações subversivas e a demarcação dos agentes de oposição como inimigos foi a base de articulação de toda a cadeia repressiva – e, por isso, aqui se coloca como ponto de partida. O percurso que tem como paragem o encarceramento político se compõe de trilhas de criminalização, que anteriormente se manifestaram em caminhos de luta e reivindicação. Afinal, antes de serem presas políticas, as mulheres foram militantes engajadas em distintas formas de contestação à ditadura para, a partir disso, serem feitas em inimigas e criminosas. Em um processo de obliteração de suas trajetórias, as mulheres afiliadas às esquerdas foram transformadas em *elementos* da subversão, estigmatizadas desde uma perspectiva política – como terroristas, profissionais da subversão, perigosas, comunistas, agitadoras -, mas também moral – como putas, vagabundas, recalçadas, prostitutas, degeneradas, amasias -, em gestos que buscavam desmoralizá-las, humilhá-las e, sobretudo, inscrevê-las definitiva e irreversivelmente em tais insígnias.

Se pelas lentes da repressão as mulheres das esquerdas foram tratadas como *inimigas*, *criminosas* e *terroristas*, transformadas em corpos *abatidos*, *destroçados* e *enclausurados*, aqui interessa avistá-las por outros ângulos. Sendo o objetivo do primeiro capítulo entender os processos de criminalização e punição que impuseram tais insígnias, é preciso, antes, que estas mulheres sejam reveladas em seus impulsos de vida. Mirá-las desde o preâmbulo é, portanto, um convite para retroceder o ponto zero de suas trajetórias, conhecendo-as não unicamente a partir de clausuras e memórias da dor, mas desde os primeiros gestos que as convocaram para a insurgência.

Para tanto, os testemunhos orais produzidos no âmbito dessa pesquisa são convocados como fonte prioritária. Tomando as entrevistas enquanto “ações (ou narrações), e não somente como relatos do passado”,¹¹³ como sugere Verena Alberti, assim como a partir de um caráter performativo definido por Alessandro Portelli, para quem “a performance oral é uma experiência em constante mudança, localizada no tempo e no espaço, moldada tanto pela relação do ouvinte quanto pelo estado mental do performer”, estando sempre aberta à “improvisação e reinvenção”,¹¹⁴ entende-se a produção oral testemunhal desde um explícito vínculo com o presente, aludindo ao caráter sempre inventivo, criativo e aberto da memória.

¹¹³ ALBERTI, op. cit., p 27.

¹¹⁴ PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 98.

Passados mais de 50 anos das experiências narradas, as memórias enunciadas pelas mulheres entrevistadas manifestam a “multiplicidade de temporalidades involucradas” que são tensionadas no encontro entre o “tempo biográfico do conteúdo do que se relata; o tempo histórico em que ocorreram esses fatos; o tempo histórico-cultural do testemunho (mudanças no tempo, concessões e silêncios)”,¹¹⁵ conforme apontado por Elizabeth Jelín. Pela oferta de um espaço de escuta que estimula a narração livre, compartilhando suas trajetórias de engajamento político com protagonismo narrativo,¹¹⁶ é desde o presente que as interlocutoras dessa pesquisa ordenam o sentido de seus trajetos anteriores. Amparando-se em vivências e percepções construídas a posteriori, muitas vezes elaboradas de forma inconsciente – isto é, sem explicitamente visualizá-las como construções feitas desde um olhar presentificado –, ao mesmo tempo em que deliberadamente consideram o objetivo da produção testemunhal em questão – qual seja, narrar a experiência como prisioneira política em uma penitenciária feminina –, as interlocutoras atuam na eleição de episódios e na atribuição de significados, destacando-os como momentos fundamentais de suas histórias de vida, desde um recorte que se propõe a situá-las como militantes opositoras à ditadura civil-militar brasileira.

Como alerta Pierre Bordieu no ensaio “A ilusão biográfica”, os relatos autobiográficos reiteradamente se baseiam na necessidade de organizar um sentido para as experiências vividas, buscando extrair “uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”.¹¹⁷ Nessa direção, nota-se que os relatos concedidos para esta pesquisa recorrentemente se organizam desde uma lógica teleológica, como nos momentos em que as interlocutoras congregam indícios dispersos ao longo de suas existências, buscando dispor uma coerência biográfica, que culmina na orientação esquerdista e combativa assumida posteriormente – como se percebe em alguns excertos apresentados no próximo tópico, em que se os relatos se tecem desde um fio condutor linear que aproximaria posicionamentos da infância à postura política adotada na vida adulta.

Pelos percursos inventivos e dinâmicos da memória, os testemunhos orais não se amparam estritamente na estabilidade factual, abrindo espaço para que os fatos sejam tomados pelo viés da

¹¹⁵ JELÍN, 2017, p. 236. Tradução livre minha. No original, “*El tiempo biográfico del contenido de lo que se relata; el tiempo histórico en que ocurrieron esos hechos; el tiempo histórico-cultural del testimonio (cambios en el tiempo, permisos y silencios).*”

¹¹⁶ De acordo com José Carlos Sebe M. Meihy e Leandro Seawright, o “protagonismo narrativo” ocorre quando os colaboradores e colaboradoras tomam o espaço central nas entrevistas, com falas e intervenções pontuais por parte do entrevistador ou entrevistadora, colocadas como estímulos discretos que direcionam a narração. Cf. MEIHY & SEAWRIGHT, op. cit., p. 67.

¹¹⁷ BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 184.

experiência, compreendendo-os como cadeias subjetivas, “sempre reelaboradas na memória, com dinâmicas alternantes e intercambiáveis”, como escrevem Meihy e Seawright.¹¹⁸ Pelo grau de subjetividade intrínseco aos relatos orais testemunhais, traz-se à tona, como observa Marta Rovai, a “verdade da memória”, reunindo “elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e subjetividade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado”.¹¹⁹ Desde o reconhecimento de tais complexidades das fontes orais – que, como salienta Portelli, percorrem um caminho de três níveis interconectados: “um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos)”¹²⁰ – este preâmbulo propõe ecoar as vozes testemunhais, atentando inicialmente às elaborações narrativas das entrevistadas, avançando à apresentação daquelas mulheres cujos testemunhos não foram coletados na pesquisa, para enfim refletir sobre as características de seus engajamentos, a partir do diálogo com outros estudos e suportes documentais.

2.1 AS TRILHAS PARA A INSURGÊNCIA

Os sofrimentos trazidos pelas violências políticas atingiram precocemente muitas vidas, ainda na juventude, e impuseram ponto irreversível nestas existências. No entanto, suas trajetórias foram iniciadas antes de tais marcos, e persistiram para além deles, em arranjos possíveis de sobrevivências e resistências que ainda hoje perduram. Considerando a importância de ampliar o olhar para além das memórias da dor, o primeiro ponto a convidar para a fala as mulheres entrevistadas nesta pesquisa sugeria que compartilhassem sobre suas trajetórias políticas nos momentos anteriores à detenção, solicitando que destacassem aquilo que consideravam relevante em seus percursos pessoais. Por essa abordagem, buscou-se, mesmo que sutilmente, desestabilizar o enquadramento único como presas políticas, quando já estavam marcadas por uma série das violências contra elas impingidas, assim como deslocar essa categoria enquanto a representação da totalidade de suas trajetórias, tomando-a, em vez disso, como um dos tantos episódios que as compuseram.

¹¹⁸ MEIHY & SEAWRIGHT, op. cit., p. 66.

¹¹⁹ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar. *Tempo & Argumento*, v. 5, n. 10, 2013, p. 110.

¹²⁰ PORTELLI, op. cit., p. 18.

Ainda que invariavelmente suas narrativas tenham se direcionado com maior atenção aos fatores que conduziram às detenções, foi possível conhecê-las naquilo que eram antes de se tornarem presas políticas, trazendo lampejos que não puderam ser contemplados por outras fontes documentais examinadas nesta pesquisa, as quais as interpelam somente desde seus engajamentos ou clausuras. Por este caminho alternativo, dão a conhecer-se em suas relações familiares, em acontecimentos marcantes da juventude e, especialmente, em seus primeiros indícios de aproximação política, atentando para as questões que as fizeram questionar o mundo e para os comportamentos contestadores que as acompanhavam desde antes a eclosão do golpe. Suas falas igualmente revelam importantes aspectos sobre atravessamentos de gênero e pertencimentos sociais e étnico-raciais, que serão oportunamente discutidos no próximo tópico.¹²¹

*

Na rememoração de sua trajetória de vida, **Helena** traz como acontecimento marcante a fala de uma professora de ciências, quando ainda estava na escola. *“Tu não te dá conta que tu é o único elemento rebelde dessa turma?”*, foi o dizer acusatório da professora, que convocou a turma a ignorar a colega, para que ela pudesse *“ver o que é bom”*. Helena relembra o sentimento de exclusão que decorreu desse episódio, resultando em um *“choro violento”*. Contudo, o que predomina é a lembrança de como se via insatisfeita ao pertencer a esse espaço escolar, buscando maneiras de questioná-lo: *“Essa turma era muito... [...] Era o cúmulo da disciplina, sabe? Tudo umas velha, parecia que tinha 100 anos cada uma, no mínimo. Tudo muito certinho, muito certinho, eu tinha ataques. Tinha ataques, de vez em quando eu arrumava um motivo pra me insubordinar”*. Anos mais tarde, quando a mesma professora soube da notícia de sua prisão, Helena imagina que tenha assim reagido: *“Só podia, só podia... Há muito tempo que ela questiona muito”*.

¹²¹ Ao longo deste preâmbulo, buscando trazer maior fluidez para a leitura, as citações oriundas das entrevistas de história oral autorais produzidas nesta pesquisa não serão referenciadas. Neste tópico, ao tratar de cada uma das mulheres entrevistadas, a fonte sempre será seu testemunho, cuja citação direta será apresentada em itálico, com referência completa indicada na seção de referências bibliográficas do trabalho. Os casos de consulta em outras fontes serão devidamente indicados. Da mesma forma, no restante do trabalho os testemunhos orais serão também identificados em itálico no corpo do texto, sem constar referência em rodapé nas citações longas, a fim de evitar repetições. Ademais, destaca-se também a menção às interlocutoras apenas pelo primeiro nome, sem mencionar o sobrenome, levando em consideração que as mulheres não entrevistadas para essa pesquisa – que trata de períodos sensíveis de suas trajetórias - não foram consultadas sobre a revelação de suas identidades. Assim, optou-se pela padronização, que identifica as ex-presas apenas pelo primeiro nome, mesmo aquelas que autorizaram divulgação de nome completo.

Esse episódio aconteceu na cidade de Caxias do Sul, situada na região serrana do Rio Grande do Sul, onde Helena cresceu e viveu até parte de sua vida adulta. Na cidade natal, Helena viveu com os pais e irmãos, trabalhou no setor de Planejamento, Organização e Controle da Metalúrgica Abramo Eberle e iniciou seus estudos de ensino superior na Universidade Católica de Caxias do Sul, no curso de Filosofia. O ingresso universitário aconteceu em 1968, coincidindo com o início de suas atividades políticas. Segundo o relato de Helena, foi nesse momento que passou a discutir “*a situação do Brasil*”, irrompendo como indispensável para seu despertar político a figura de Paulo, com quem passou a se relacionar afetivamente durante a faculdade:

Eu morava em Caxias do Sul, eu sou de lá, e estudava na faculdade de Filosofia de Caxias, lá onde eu conheci o Paulo. O Paulo já militava, já tinha uma história de esquerda, e... A gente tinha um grupo de estudos pra fazer os trabalhos, pra fazer a faculdade de Filosofia. Ali eu conheci... O Paulo falava da militância... [...] E [19]68, [19]69, eu ainda permaneci numa turma, e foi nesse tempo assim que eu conheci o Paulo, a gente discutia... Ele volta e meia trazia gente de Porto Alegre, reunia com a gente lá. Discutia a situação do Brasil, mas era tudo assim.... Ainda sem compromisso nenhum.

Sem passar por um processo gradual de aproximação à militância, recorrentemente germinado pelo movimento estudantil, Helena iniciou suas atividades políticas já em uma organização de esquerda,¹²² o que reestruturou completamente a ordem de sua vida, quando tinha apenas 21 anos. Nesse momento, viu surgir alguns conflitos familiares, sobretudo em relação a seu pai que, apesar de sindicalista, mostrou-se contrário ao engajamento da filha, ordenando que interrompesse suas atividades políticas, ou então saísse de casa para “*não comprometer a família*”. Ensejada por sua militância, Helena fez a escolha que há anos planejava: mudou-se para a capital, onde antes sonhava em estudar Arquitetura, para buscar trabalho e sustento, o que era permeado também pela realocação de suas ações políticas. Foi na cidade de Porto Alegre em que, após 3 meses de sua chegada, Helena foi detida pela primeira vez, em 1970.

O relato de **Iara** traz destaque para o íntimo vínculo com a política construído ao longo de toda a sua vida, fazendo parte de seu crescimento desde a infância. Por conta da influência familiar, especialmente do pai, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Iara sempre se viu envolvida com a política: “*Foi uma coisa que eu meio que cresci com discussões políticas, e participando de comícios, indo com o meu pai, com a minha mãe, todo*

¹²² As vinculações políticas de cada militante serão especificadas posteriormente.

mundo ia no comício”. Iara destaca em suas lembranças da infância o hábito da leitura de jornal todos os dias após o retorno da escola, dando continuidade aos ensinamentos do pai; assim como os episódios de eleições, quando, com pouco mais de 10 anos, se divertia ao precisar escolher “*um lado*” entre os candidatos que disputavam o pleito. Vivendo até a adolescência na cidade interiorana paulista de Araraquara, Iara ressalta também a importância dos eventos culturais para a sua politização na juventude:

Eu e uma amiga minha, a gente era super apaixonadas pela música popular brasileira, e por teatro, enfim, teatro político e tal. E a gente conseguiu exercer isso em Araraquara, porque na cidade vizinha, que era São Carlos, tinha uma universidade federal, e na universidade federal tinha um CPC, que é um Centro Popular de Cultura, que era um órgão estudantil criado pela UNE, União Nacional dos Estudantes. E muitos dos nossos amigos, um pouco mais velhos, estudavam na faculdade em São Carlos. [...]. Então a gente conviveu com shows do CPC, com a ida de vários, vários... Chico Buarque, Taiguara, enfim, a gente adorava organizar... Trabalhar, ouvir música popular brasileira, era apaixonado mesmo por isso. E aí assim começou a minha politização.

Entre os 17 e 18 anos, Iara conseguiu o apoio da família para que juntos se mudassem para São Paulo, onde concluiu os estudos secundaristas e começou a trabalhar e se preparar para o ingresso no ensino superior, no curso de Psicologia ou História. Nesse momento se viu imersa na efervescência política e cultural do meio estudantil pelo qual passou a circular:

Quando eu fiz cursinho era [19]66, já foi bem animado. [...] E aí eu saía do meu trabalho e ia ouvir umas aulas, era tudo muito aberto, tudo muito pequeno. E aí eu vi o ressurgimento do movimento estudantil. Então foi assim, era uma coisa muito pequena, mas de todo coração. E tinha uns grupos, uns que discutiam a revolução, que discutiam... Eu nunca vou esquecer que no banheiro das mulheres tava escrito: “Eu não sou mais virgem, se você não é, deixe o seu nome”. E eu, imagina, vindo de Araraquara, chego aqui numa loucura, mas era muito sedutor. [...] O cursinho que eu fazia, era um cursinho pelos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e eu tinha uma bolsa, mas... Eu já tava sendo cantada pelos partidos políticos, aquela coisa.

Antes mesmo do ingresso na universidade, Iara passou a pertencer a este ambiente, especialmente por sua atuação como secretária e tradutora da revista *Revisão*, que buscava divulgar a discussão política entre estudantes de variados cursos da Universidade de São Paulo (USP) – e que logo se tornou alvo de repressão. Na revista, Iara trabalhou junto ao seu companheiro Antônio de Pádua, o Paeco, que descreve como “*uma liderança estudantil, assim, bem conhecido e tal*”. Nesse momento, também já estava vinculada à primeira organização clandestina de esquerda na qual se engajaria ao longo da ditadura. Em janeiro de

1968, o ingresso na faculdade de História da USP marcou um ano que se fez bastante agitado em sua trajetória: “*Em [19]68 foi um ano muito animado, acho que eu fiz uma matéria de História, Grécia, entendeu, só, o resto era no Centro Acadêmico, faixa e panfleto, rodando...*”. Pouco tempo após esses episódios, a entrada para a clandestinidade desorganizou qualquer pretensão de normalidade, situação que se manteve até a sua primeira detenção, em 1970, na cidade de Porto Alegre.

O relato de **Ignéz** também chama atenção para a presença precoce da política em sua vida. Crescida em Uruguaiana, cidade fronteiriça do Rio Grande do Sul, Ignéz atribui como elemento central em sua constituição política a influência do tio, Ulisses Villar, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado. Mesmo após sua mudança com a mãe para Porto Alegre, aos 10 anos, foi ele quem a introduziu os primeiros livros marxistas e a incentivou a aprender russo para cursar o colegial na União Soviética, o que não se concretizou devido ao golpe de 1964. Com o exílio de Ulisses no Uruguai, Ignéz passou a dedicar as suas férias escolares à atuação como pombo-correio, trilhando longas viagens de ônibus e trem para trocar correspondências, livros e revistas enviadas por contatos da capital para o seu tio, ou vice-versa. Persistiu nessa missão até que, em suas palavras, “*eu me rebelei e não quis mais fazer esse trajeto*”. A nova atividade encontrada para canalizar a sua rebeldia foi o paraquedismo:

Aí fui fazer curso de paraquedismo. Tô te contando isso porque era aquela coisa, a rebeldia, então paraquedismo em si era uma rebeldia, sabe... Uma vontade de liberdade. E o paraquedismo, na época, aqui em Porto Alegre, não era feito por mulheres, era só masculino. Então eu e mais duas colegas fomos as primeiras paraquedistas aqui no Rio Grande do Sul, que saltaram aqui.

Entre os ensinamentos legados por seu tio, estava a orientação de que não se envolvesse na militância política durante o ensino secundarista, para que pudesse se dedicar à sua formação teórica como quadro político. O conselho foi seguido até o ingresso na universidade, no ano de 1968, quando, sendo estudante do curso de Medicina Veterinária, Ignéz passou a se envolver no movimento estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conforme relata, rapidamente se tornou uma liderança da faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, passando a compor a vice-presidência da chapa do Movimento Universidade Crítica (MUC) que concorria às eleições do DCE Livre, em um movimento organizado pelos estudantes para contestar a diretoria oficial do Diretório Central dos Estudantes (DCE) indicada pelo reitor interventor. A sua projeção como líder política tornou ainda mais fértil a aproximação com as diversas organizações clandestinas de esquerda

que compunham os espaços pelos quais circulava. A partir de então, desde o ano de 1968 até a sua detenção em 1970, foi nos ares da militância que Ignez passou a saltar profundo.

Na vida de **Leane**, a aproximação inicial à política também se associou ao ambiente familiar. Criada na cidade gaúcha interiorana de Cachoeira do Sul, foi lá que, ainda criança, acompanhava a mãe – que descreve como “*brizolista fanática*” – nas campanhas do PTB: “*Eu ia com ela nas vilas, eu lembro da gente lavando sapato de barro no tanque, de tanto que a gente andava naquelas vilas fazendo campanha política*”. Foram os contatos estabelecidos por sua mãe no meio político que facilitaram a mudança da família para Porto Alegre, após a falência do comércio de seu pai, quando Leane tinha cerca de 12 anos.

Após alguns anos da chegada à capital, a juventude de Leane passou a ser interpelada pela turbulência política, o que se nota, simbolicamente, na data de comemoração do seu 15º aniversário:

Nós saímos de manhã do prédio, que ficava na Rua da Praia, e fomos andando na direção da Igreja da Conceição. Tem o quartel da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, tudo ali. Nós passamos por um corredor polonês, que tava completamente tomado de milicos na rua, de todas as forças. Era Marinha, tinha uns de branco, uns de verde, os pé-de-porco lá, de cinza. Então foi uma coisa estranha, a gente não tinha a menor ideia do que tava acontecendo, e fomos até a missa. A missa foi normal, ninguém falou nada do golpe. Então essa foi uma vivência muito estranha do dia do golpe. Eu era adolescente, 15 anos, tava fazendo 15 anos naquele dia, naquela madrugada.

Em um primeiro momento, sua adolescência foi tomada pelo difícil equilíbrio entre estudos e trabalho, por conta da “*responsabilidade financeira com a família*”. Após a experiência em uma editora e em magazines, passou a trabalhar em um banco, o que se deu pelo intermédio de sua mãe: em um cartório, alegando que a filha havia sido criada pela avó “*no mato lá no interior de Cachoeira*” e que ainda não possuía registro, conseguiu uma nova certidão de nascimento com alteração da data de nascimento de Leane, que passou a ser registrada com um ano a mais, tendo assim a idade mínima necessária para atuar no novo emprego. Ingressando no SulBanco aos 17 anos, foi lá que se envolveu na Federação dos Bancários, dando início à sua militância política no ano de 1968.

Pelos vínculos estabelecidos na Federação, Leane passou a atuar em uma organização clandestina de esquerda, constituindo a sua própria orientação política, distinta da referência familiar, mas ainda assim nela ancorada, pela “*sementinha [...] de justiça, do próprio trabalhismo, da questão das injustiças sociais*”. Tornou-se ativa na militância no grupo ao qual se inseriu, passando a viver na clandestinidade até os seus 22 anos de idade, quando, em

1971, foi detida pela primeira vez na cidade de São Paulo. No ano seguinte, retornaria à Porto Alegre na condição de presa política transferida.

Nas primeiras palavras de seu relato, **Leia** sinaliza: *“sempre me considerei uma pessoa que gostava de... Como é que se chama? Coisas coletivas”*. Suas lembranças mais antigas de participação coletiva remontam à comunidade judaica, na qual atuou em uma associação de jovens, de cunho sionista, que permitiu a sua viagem a Israel, onde viveu por um ano no início da adolescência. Em seu retorno, estudando no Colégio Israelita de Porto Alegre, o olhar para a coletividade se aguçou nas discussões da aula de Filosofia, que atentavam a questões políticas e sociais colocadas pela professora. Foi a partir dessa figura, ainda na escola, que Leia estabeleceu contato com a militância, participando inicialmente de grupos de discussão e formação teórica. Quando do ingresso no curso de História na UFRGS, em 1969, já estava vinculada a uma célula da organização, fortalecendo a sua atuação no movimento estudantil universitário, no qual atuou durante um ano, até se mudar para São Paulo.

A viagem foi custeada pela família, que, à exceção de sua irmã gêmea, desconhecia o envolvimento político de Leia até esse episódio: *“Eu tinha terminado um ano de faculdade, aí meu pedi pros meus pais: ‘Eu tenho que ir embora, se não vão me prender’, fiz toda uma história. [...]. A preocupação maior deles era com a minha segurança. [...]. Só ficaram sabendo [da militância] quando eu disse que tinha que ir embora [riso]. Eu nunca contei pra eles”*. Na capital paulista, suas ações se concentraram na militância interna, até se distanciar paulatinamente das atividades da organização, sendo detida em 1971, aos 22 anos de idade.

No testemunho de **Mailde**, a apresentação pessoal é intrínseca à sua formação política: *“Eu sou a Mailde, que a Eduarda está entrevistando, e eu sempre tive na minha vida, de falar sobre política desde sempre. Porque eu sou filha de comunistas, meu pai era comunista, a minha mãe, no interior do Paraná, minha mãe era professora”*. Ao ser perguntada sobre quando iniciou a militância, prontamente responde: *“Ah, eu sou militante desde pequena”*:

Eu sempre digo que a minha militância começou lá atrás, eu era, nossa, *muito* pequena quando começou a minha [militância], nem sabia o que que era comunismo, nada, eu só sabia que os ricos não gostavam, tinham raiva do comunismo, e era uma solução boa pros pobres. Era a única coisa boa que eu sabia. Mais nada.

Pela forte ação política dos pais, a numerosa família de 8 irmãos sempre esteve imersa nesse cenário, que os constituiu desde suas infâncias. Mailde relembra as reuniões noturnas que eram promovidas pelos pais em sua casa, ocasião em que se escondia para acompanhar os debates. Também as missas de domingo são marcantes nas lembranças da infância, quando,

aos 6 anos de idade, ajudava a vender os jornais campestres dos quais seu pai era representante. Já nesse momento Mailde se sentia visada pela população local, composta majoritariamente por famílias de fazendeiros: “*Tu era criança, tu saía na rua, tu era adolescente, passava em frente a uma loja, você escutava piada porque você era filha do comunista*”. Essa situação se agravou aos seus 9 anos de idade, quando o pai foi preso por defender a reforma agrária. Para além do estigma social, Mailde ressalta também as severas dificuldades financeiras que foram enfrentadas pela família, já que seus pais foram exonerados dos cargos públicos que ocupavam.

A permanência de Mailde no Paraná se estendeu até os 18 anos, quando se mudou para a cidade metropolitana de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, para viver com uma de suas irmãs, retomar os estudos secundaristas e inserir-se no mercado de trabalho. Entre as suas experiências de emprego em Novo Hamburgo estiveram a atuação em uma transportadora e como operária em uma fábrica de calçados. Algum tempo depois, mudou-se para Porto Alegre, onde trabalhou inicialmente como auxiliar de escritório em um laboratório de exames. Após essa experiência inicial, as amizades construídas na capital permitiram que ocupasse o posto como secretária da Federação dos Bancários e, sobretudo, que voltasse a se engajar politicamente:

Quando eu vim de Novo Hamburgo pra Porto Alegre, eu parei de estudar. Então aí eu conheci uma amiga, e ela tava fazendo um curso, que chamava Noventa e Nove, que era na Reitoria [da UFRGS]. Aí e ela me incentivou, disse: “Não, é de graça! Vai lá fazer”. E era de graça mesmo. E eu fui. Lá eu conheci *um monte* de gente. Os professores eram tudo de esquerda [...]. Era tudo que eu queria, era tá no meio dessa gente. E aí eu fui, fui galgando, antes de chegar na Federação dos Bancários. Eu trabalhei na Cooperativa Habitacional dos Bancários, já por intermédio de um rapaz que estudava direito e que era muito de esquerda, e ele tinha um parente que era um dos diretores [...]. Eu fui lá, e eu, eu me empenhava também, né? Aí eu fiquei lá um bom tempo. De lá eu subi pra Federação, e na Federação fiquei um bom tempo lá. Até ser presa.

Na Federação dos Bancários, Mailde relata ter participado do “*grupão*” composto por profissionais de diferentes categorias, como jornalistas e bancários, “*que eram terminantemente contra a ditadura*”. Com envoltimentos paralelos a organizações clandestinas de esquerda, as pessoas que compunham este grupo fizeram com que Mailde pudesse circular entre as organizações com mais proximidade. Foi por estes caminhos que ingressou ativamente na militância, resgatando o que já a acompanhava desde a infância. Em 1970, a primeira detenção interrompeu suas atividades políticas, quando estava com 26 anos de idade.

Mara, diferentemente de Mailde, ao narrar a sua trajetória anterior à detenção, chama atenção para o ineditismo que a política teve em sua vida. Segundo seu testemunho oral, até o momento de eclosão do golpe, não tomava a política como uma questão relevante: “*Antes disso eu mal sabia quem era o presidente da República. Eu não tinha, não era politizada*”. Tornando-se mãe pela primeira vez aos 18 anos, até o início da ditadura Mara se ocupava centralmente das tarefas domésticas e da maternidade. Antes disso, ou nos intervalos em que “*não estava grávida nem amamentando*”, trabalhava na gerência da sapataria popular de seu pai, em Minas Gerais. Enquanto seu marido já atuava politicamente há anos, para Mara essa mobilização era ainda ausente, o que atribui à estrutura familiar e aos papéis de gênero, já que a sua preocupação central estava na criação dos filhos. Ao mesmo tempo, foi justamente pensando nas crianças que viu a sua consciência política emergir:

Eu, pessoalmente, com 6 filhos, casei muito nova, fui tendo filho por ano e tudo mais, quer dizer, minha preocupação era mais era com a família, não era com política e nem nada. Mas aí quando começou aquela, o regime militar, com aquela brutalidade toda, [...] cortando as liberdades todas.... Aí eu revoltei. Revoltei porque eu não queria esse tipo... Mais como mãe mesmo, eu não queria esse tipo de regime pra os meus filhos, criar os meus filhos, criar sob opressão.

Mara diz que foi Affonso, seu marido, “*que me iniciou nisso, vendo que tinha uma saída, tinha uma saída contra aquela opressão toda*”. Por intermédio dos contatos que ele estabelecia em seu espaço de trabalho, no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, Mara e Affonso passaram a estudar marxismo, promovendo reuniões em sua residência, ocasião em que recebiam os “*jovens universitários*”. Foi em torno do ambiente familiar que se estabeleceu inicialmente a militância de Mara, até o momento em que precisaram vender a casa da família para ingressarem na clandestinidade, tarefa que se tornou mais complexa junto aos 6 filhos. Com eles, desembarcaram na capital do Rio Grande do Sul em 1970, e pouco tempo depois precisaram se despedir, passando os cuidados para os avós. Somente o filho mais velho permanecia em Porto Alegre quando Mara foi detida, ainda em 1970, aos 33 anos.

Para **Marlova**, o envolvimento político esteve presente em sua vida, segundo suas palavras, “*desde que eu nasci*”. Natural de Santana do Livramento, situada na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, Marlova é filha de mãe uruguaia e pai brasileiro, ambos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que influenciou diretamente na sua criação: “*Eu cresci com essa mentalidade, com essa ideologia, com essa educação, que faz com que a gente tenha outro tipo de educação, com que a gente tenha outros valores na*

vida”. Ainda que sua formação política já se constituísse implicitamente, foi com a mudança para Porto Alegre que percebeu essa inserção com mais vivacidade e nitidez.

Marlova chegou à capital entre 1967 e 1968, em um contexto politicamente efervescente e, em nível pessoal, num momento em que *“a gente tava naquela idade, 17 anos, com essa necessidade de querer participar de alguma coisa”*. Rapidamente se viu envolvida nos comitês estudantis da escola secundarista Infante Dom Henrique, em que sua amiga de infância estudava. No âmbito dessa articulação, passou a participar de grupos de reflexão, *“sobre o autoritarismo, sobre a democracia, sobre os governos”* e a produzir jornais de conscientização sobre esses temas, no que destaca também a participação de seu companheiro da época. Quando o grupo formado na escola Dom Henrique se articulou aos movimentos de outros estudantes, Marlova passando a atuar também na realização de assembleias secundaristas. Sem aderir a uma organização política mais estruturada, militava em um pequeno grupo autogerido quando foi detida aos 19 anos, em 1971.

Com alguma similaridade à trajetória de Marlova, **Nara** também teve contato com a política no seio familiar. Criada na cidade de Santo Ângelo, localizada no noroeste gaúcho, a política se fez presente por intermédio de seu pai, descrito como médico e *“um brizolista convicto”*, que atuava junto ao PTB, tendo inclusive concorrido à vereança e prefeitura por esse partido. Por influência paterna, Nara, seu irmão e sua irmã Sandra se envolveram politicamente ao longo de suas juventudes.

Para Nara, o marco foi sua mudança para Porto Alegre, entre 1961 e 1962. cursando na capital o ensino secundário, não participou dos movimentos de contestação nesse momento, ainda que já se sentisse consciente politicamente: *“Eu já era muito conscientizada, digamos assim, eu sabia de que lado eu estava”*. Foi com o início do curso de Arquitetura na UFRGS, no segundo semestre de 1964, que passou a tomar frente na ação política, atuando no movimento estudantil universitário. Superando a timidez, por conta da qual *“demorou um pouco o meu caminho”*, enfim atendeu à sua sede de militância: *“Eu queria fazer militância. Eu queria me engajar. Eu não sabia bem como. Se não tivessem me procurado, eu teria ido atrás. Porque eu era contra a ditadura, absolutamente, eu queria alguma coisa mais frutífera”*. Após a participação em uma primeira organização, buscando uma *“militância mais organizada”*, Nara migrou para outro grupo, no qual seus irmãos já se engajavam. Pelo vínculo a este núcleo político, foi detida em 1970, poucos meses após completar 24 anos.

É Nara quem narra a trajetória de **Sandra**, sua irmã e companheira de lutas, falecida em junho de 2019. Diferentemente de Nara, Sandra já havia iniciado o engajamento político de forma mais ativa ainda na cidade natal da família, ao atuar no movimento secundarista e na

juventude católica. Chegando em Porto Alegre entre 1967 e 1968 para estudar Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Sandra também atuou no movimento estudantil universitário, o que contribuiu para a entrada em uma organização clandestina, no que pese também a atuação junto ao seu companheiro Mário, reiteradamente sublinhada por Nara. Sandra foi detida em 1969, aos 22 anos.

Os percursos de **Sonia**, falecida em 2011, são também trazidos por outra emissora. Gorete, sua filha única, relembra a trajetória da mãe dentro dos limites que lhe foram permitidos conhecer, já que Sonia se fez muito calada quanto às suas dores. Ainda que a vida a tenha feito mais silente, Sonia jamais deixou de imprimir a sua marca, com personalidade forte e contestadora desde a infância:

A vó comenta que desde pequena a mãe era uma pessoa que não aceitava muito ser dominada. Ela sempre foi uma pessoa mais, vou dizer pela palavra revoltada, mas me fugiu a palavra [...]. A mãe sempre foi uma pessoa que teve isso de não se conformar com determinadas coisas [...]. Na escola ela era uma pessoa também que brigava muito com determinadas normativas da escola. Então sempre vinha reclamação pra vó do comportamento da mãe e tal. [...] Então ela sempre carregou isso muito forte.

Nascida em Porto Alegre, aos 5 anos de idade Sonia perdeu o pai, com sua mãe assumindo todas as responsabilidades pela criação e sustento dos dois filhos, transcorrendo, a partir de então, “*uma vida muito sofrida*”. Precocemente, precisou abandonar os estudos escolares, ingressando em um curso técnico que a preparou para ser costureira, quando passou a atuar no chão fabril. Nesse momento, viu raiar uma grande fonte de sua revolta, dessa vez contra as condições do trabalho operário nas fábricas. Conjugando a inconformidade que sempre a compôs à experiência operária, seu engajamento político despontou nesse cenário. Como aponta Gorete, “*ela sempre teve essa força, que fazia parte dela, desse jeito dela. E aí disso foi um passo pra entrar pra uma organização*”.

A atuação política de forma mais organizada se associou à sua aproximação a Antônio Cunha Losada, sindicalista que viria a ser pai de Gorete, estabelecendo com Sonia não uma relação matrimonial, “*mas sim uma vida de companheirismo e de luta comum*”. Tão logo se sucedeu sua militância política, Sonia já havia se tornado uma importante líder sindical, concorrendo em chapa do Sindicato dos Metalúrgicos. Foi a iniciação nas atividades sindicais e junto ao operariado que a conduziram para o ingresso em uma organização clandestina de esquerda, no âmbito da qual foi detida aos 30 anos, em 1973, quando sua filha Gorete havia recém completado 10.

Vera Lúcia também sentiu a rebeldia em sua vida mesmo antes da militância. Crescida em Manhuaçu, uma cidade interiorana de Minas Gerais, foi enviada para o internato aos 10 anos de idade, porque seus pais desejavam que tivesse “*uma educação mais refinada*”. Depois de longos 8 anos nesse espaço, quando estava em vias de concluir sua passagem por lá, foi expulsa pelas freiras administradoras da escola: “*Fui expulsa porque eu disse que não acreditava em Deus. Daí as freiras ficaram puta e me expulsara. Aí eu já comecei a ser subversiva*”.

Com a conclusão dos seus estudos secundaristas, a família se mudou para Belo Horizonte, onde Vera iniciou a faculdade de Jornalismo em 1966, contrariando a vontade do pai para que seguisse a sua profissão na medicina. O contexto da repressão ditatorial, somado à recessão econômica que atingia a sua família, redirecionaram o olhar de Vera para o mundo a partir de novas lentes questionadoras. Nesse momento, o contato com os colegas da universidade e do banco onde trabalhava aceleraram seu processo de conscientização política. Pela atuação inicial no movimento estudantil, logo se aproximou da militância nas organizações clandestinas, que mobilizaram todas as instâncias de sua vida. Passando à clandestinidade, Vera se deslocou também pelo Rio de Janeiro até chegar a Porto Alegre, onde foi detida em 1970, aos 25 anos.

A trajetória de **Vera Lúcia** também foi marcada pelos anos em um internato administrado por freiras, assim como pelo completo distanciamento das pautas políticas por um longo período de sua vida. Conforme relata, “*Eu tava completamente protegida, meu objetivo na vida era estudar, fazer medicina, nem me passava pela cabeça que a política tivesse alguma importância na minha vida. Eu achava que a minha vida era uma coisa e o mundo da política, das decisões, era outra*”. Essa situação se reverte a partir do que identifica como “*um fenômeno espetacular chamado Leonel Brizola*”, no contexto da Campanha da Legalidade, quando a política mobilizou intensamente a sua juventude:

A gente se reunia todo mundo lá na Praça da Matriz. Eu começando, sabe? A sexualidade, começando a despontar num estilo Romeu e Julieta, tudo era maravilhoso... E aí a gente nem sabia direito se a gente tava lá por causa do Brizola ou porque era muito divertido estar lá. E a ideia de que nós iríamos morrer bombardeados, num determinado dia que o Brizola recebeu o anúncio de que o Palácio ia ser bombardeado, era tudo que a gente queria. *Espetacular*. Era espetacular. E a partir dali eu conheci uma coisa chamada paixão política. Que é uma coisa que a gente se agarra, né? Não sabe se é certo, se é errado, se está do lado certo, errado, não tem isso. Era o Brizola, era aquela movimentação fantástica, e a partir dali eu comecei a prestar atenção nas coisas que aconteciam lá, tão, tão, tão, tão distantes do meu do meu universo, que era lá no Rio de Janeiro, em Brasília.

Quando do ingresso na faculdade de Medicina, em 1964, a política já era um caminho possível para Vera, ainda que não sua rota central. Com a participação ativa em assembleias e outras articulações estudantis, a sua sociabilidade se viu diretamente atrelada aos movimentos políticos do ambiente universitário. Na “*miscelânea*” das organizações políticas que a circundavam e cortejavam sua participação - “*Eu tava numa dúvida, todo mundo puxava meu saco, todo mundo brigando pelos novinhos que tavam chegando, pra ver se ganhavam os calouros*” – Vera optou por participar daquela cujos integrantes lhe pareciam mais simpáticos e receptivos. Foi assim que se afiliou à organização na qual se tornou um importante quadro, resultando na sua detenção em Recife, em 1970, quando estava com 27 anos.

*

As informações esparsas acerca das outras mulheres que foram igualmente aprisionadas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, mas cujas trajetórias não puderam ser acessadas em detalhes, dificulta que os percursos de cada uma delas sejam aqui apresentados com tamanha atenção e acurácia, com pinceladas de suas vidas íntimas através dos relatos orais, conforme feito acima. No entanto, alguns esboços mais genéricos são possíveis a partir do que se pode depreender das documentações disponíveis. Oriundas de processos de indenização, testemunhos a comissões da verdade ou até mesmo produzidas no âmbito dos inquéritos orquestrados pelas polícias políticas, tais fontes se revestem de camadas muito distintas dos relatos orais. A intencionalidade na produção documental se ampara por particularidades que são percebidas na composição desses materiais: enquanto nos documentos de finalidade indenizatória se nota um movimento para a comprovação do engajamento político e para o reconhecimento da gravidade das violações sofridas, situando a militância e a repressão como elementos demarcadores de todas as vivências elencadas, é também perceptível uma semelhança com os depoimentos das comissões da verdade, orientados pelo intento de justiça e registro das violências; o acervo repressivo, por sua vez, estabelecia-se com o critério de culpabilização e reforço da periculosidade das pessoas investigadas, não raro associando-se à deturpação de informações. A partir desse olhar devem ser trilhadas as próximas passagens.

No testemunho concedido à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul,¹²³

Eliana destaca que, apesar do encanto de sua família por Brizola, seus primeiros contatos

¹²³ As informações que seguem neste parágrafo são provenientes do depoimento de Eliana à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, folhas 15 a 23. In: ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/ RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Depoimento – Eliana*. L. C. Porto Alegre, 8 de março de 2013.

com a política foram intermediados por seu namorado Raul, quando tinha cerca de 16 anos de idade. Além de se dedicar à atuação como cantora, participando de festivais de música, Eliana passou a acompanhar Raul na militância. Nesse momento, o então recente engajamento político influenciou até mesmo a sua escolha acadêmica e profissional: “Sempre fui das Ciências Humanas e nesse período quando fui optar pela universidade que eu ia seguir, eu escolhi Ciências Econômicas. Então ingressei em Ciências Econômicas para entender todas essas teorias”. Foi neste cenário que ingressou formalmente em uma organização de esquerda, conciliando a militância com a música e os estudos, em um percurso não-clandestino. Pouco tempo depois, foi detida pela primeira vez, em 1970, quando ainda tinha 18 anos de idade.

O único documento localizado com informações referentes à militância de **Maria Celeste**, natural de Caxias do Sul, diz respeito ao depoimento prestado ao DOPS paulista, o que exige atenção às complexas camadas de produção de seu conteúdo.¹²⁴ Se, de forma mais geral, o que se destaca é o processo de extração de informações baseado na tortura física, há de se atentar para a manipulação dos dados por parte da repressão, que poderiam conduzir a pessoa detida a responder o que buscavam ouvir, ou a deliberadamente fraudar seus depoimentos, acrescentando qualquer informação que lhes fosse conivente para andamento da “investigação”. Ainda, a manipulação poderia ser estratégia adotada pelas próprias depoentes, optando pelo silêncio ou pelo ocultamento e dissimulação de suas declarações, como uma forma de buscarem se proteger individual ou coletivamente. Com estas ressalvas, a trajetória de Maria Celeste, acessada sob as lentes da repressão, destaca o seu envolvimento político já durante o ensino secundário, quando teria buscado “conhecimentos marxistas através de leituras”. A militância propriamente dita viria após a conclusão da graduação em Geografia na UFRGS e de seu ingresso como servidora pública do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), quando, em 1968, passou a atuar taticamente em uma organização clandestina de esquerda. Em decorrência de suas atividades políticas, Maria Celeste precisou se mudar para a capital de São Paulo, onde foi detida em 1970, aos 28 anos. Voltaria a Porto Alegre na condição de presa transferida, em 1972.

¹²⁴ As informações que seguem neste parágrafo são provenientes do “Auto de qualificação e de interrogatório”, produzido pela Secretaria de Segurança Pública/Delegacia Especializada de Ordem Social de São Paulo, em novembro de 1970, folhas 14 e 15. In: ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação nº 26/71/DCI/SSP/RS* - Depoimentos de subversivos. Porto Alegre, 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84007878_d0001de0001.

Sob estes mesmos moldes documentais, a trajetória política anterior à detenção de **Zilá** foi também localizada somente nos registros da repressão.¹²⁵ Em interrogatório conduzido pelo DOPS/RS, aponta-se a naturalidade de Zilá na cidade de Dom Pedrito, situada no extremo sul gaúcho, onde teria se engajado no movimento secundarista, antes de passar a viver em Porto Alegre, em 1966, quando ingressou no curso de Enfermagem da UFRGS. Já neste ano, Zilá teria atuado nas mobilizações universitárias, vinculando-se formalmente a uma organização clandestina de esquerda no ano de 1967. Segundo ficha normativa do DOPS/RS¹²⁶ constituída a partir das declarações de terceiros, Zilá teria se radicado em São Paulo no ano de 1970 após a conclusão de sua graduação, passando a trabalhar em um hospital e dando seguimento às ações políticas no âmbito da nova organização a qual pertencia. Sua detenção aconteceu na capital paulista em 1971, aos 25 anos de idade, sendo posteriormente transferida para Porto Alegre.

As informações sobre **Maria Aparecida** são as mais escassas. Sem mover processo de indenização contra o estado do Rio Grande do Sul, seu nome foi mapeado a partir das menções feitas por outras mulheres que a identificaram como companheira de prisão, seja nos relatos de prisão, como nos testemunhos orais. Nos arquivos da repressão, é mencionada apenas como professora paulista, sendo também citada em relação ao seu vínculo conjugal com outro militante.¹²⁷

O relato de prisão de **Maria Celestina** anexo ao seu processo de indenização¹²⁸ não menciona qualquer trajetória de militância, sem associar sua prisão a algum engajamento prévio, mas sim a uma perseguição arbitrária em seu espaço de trabalho, decorrente de seus vínculos com outros funcionários opositores à ditadura. Seu percurso anterior à detenção inclui somente a menção à ocupação laboral, como funcionária efetiva do Serviço Florestal do

¹²⁵ As informações que seguem neste parágrafo são provenientes do “Termo de declarações” produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, folhas 01 a 04. In: ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação n° 2531/71/DCI/SSP/RS* – Partido Operário Comunista. Porto Alegre, 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010963_d0001de0001.

¹²⁶ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação n° 2198/72/DCI/SSP/RS* – Ficha Normativa n° 6083/DG12/D508. Porto Alegre, 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010992_d0001de0001.

¹²⁷ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Encaminhamento n° 198/70/DCI/SSP/RS* – Subversão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0083_d0001de0001.

¹²⁸ As informações que seguem neste parágrafo são provenientes do processo de indenização de Maria Celestina disponível no acervo do APERS. In: ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n°. 6936-1200/98-3 [Maria Celestina D.]*. Florianópolis, 1998.

Ministério da Agricultura, na repartição da Inspetoria Florestal do Rio Grande do Sul, sendo técnica em educação florestal. Sua detenção ocorreu em 1964, aos 35 anos, na cidade de Porto Alegre.

Nos tópicos referentes ao “envolvimento político” elencados no processo de indenização,¹²⁹ **Terezinha** identifica o início da sua militância no movimento estudantil universitário, a partir do ano de 1967, tanto na Faculdade de Direito da UFRGS quanto na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas, cidade de onde era natural. O ingresso em um grupo organizado e clandestino se deu no ano de 1968, quando ampliou as suas ações políticas para além do meio estudantil, aproximando-se também do sindicalismo. Por orientação da organização, transferiu sua moradia e militância para Porto Alegre, onde foi detida pela primeira vez em 1970, aos 23 anos.

2.2 A CONFIGURAÇÃO ENQUANTO MILITANTES

Sem a pretensão de esgotar todos os detalhes que compuseram as trilhas iniciais para a insurgência, este breve panorama dos itinerários de cada uma dessas mulheres permite visualizá-las com alguma nitidez dentro de suas individualidades antes de se integrarem às lutas coletivas. Resguardando todas as minúcias e complexidades de tais percursos, pode-se estabelecer, para fins de estudo, um quadro de sintetização acerca de seus ingressos na militância organizada, que pode ser também útil para consulta durante a leitura, uma vez que muitas informações acerca das militantes se mesclam ao longo do presente trabalho:

¹²⁹ As informações que seguem neste parágrafo são provenientes do processo de indenização de Terezinha disponível no acervo do APERS. In: ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7 [Terezinha J.P.B.]*. Porto Alegre, 1998.

Tabela 2. Características gerais do ingresso na militância organizada.¹³⁰

Nome	Ano	Idade	Cidade / Estado	Origem
Eliana	1968	16	Porto Alegre (RS)	Org. clandestina
Helena	1968	20	Caxias do Sul (RS)	Estudantil (Uni.)
Iara	1966	20	São Paulo (SP)	Estudantil (Uni.)
Ignez	1968	20	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Uni.)
Leane	1968	19	Porto Alegre (RS)	Sindical
Leia	1968	19	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Uni.)
Mailde	1968	24	Porto Alegre (RS)	Org. clandestina
Mara	1968	31	Belo Horizonte (MG)	Org. clandestina
Marlova	1968	17	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Sec.)
Maria Aparecida	-	-	São Paulo (SP)	-
Maria Celeste	1968	26	Porto Alegre (RS)	Org. clandestina
Maria Celestina	-	-	-	-
Nara	1968	22	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Uni.)
Sandra	1968	21	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Uni.)
Sônia	1968	25	Porto Alegre (RS)	Operária
Terezinha	1968	21	Pelotas (RS)	Estudantil (Uni.)
Vera Lúgia	1966	22	Belo Horizonte (MG)	Estudantil (Uni.)
Vera Lúcia	1968	25	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Uni.)
Zilá	1967	21	Porto Alegre (RS)	Estudantil (Sec.)

Fonte: Autoria própria (Relatos orais/Processos de indenização/Documentações SNI).

Conforme observado pelos dados acima dispostos, a entrada dessas mulheres na militância política se deu predominantemente em torno do ano de 1968, quando se marcou a eclosão de um processo de surgimento de novas organizações de esquerda já projetado desde

¹³⁰ Todas as informações dizem respeito ao ingresso em organizações de esquerda durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira, desconsiderando os anteriores envolvimento políticos por eventuais influências familiares. A coluna **ano** se refere a quando se vincularam aos grupos, com a respectiva **idade** que possuíam nessas datas. A coluna **cidade/estado** busca localizar geograficamente onde se marcou o início desse engajamento, enquanto **origem** remonta ao caráter de suas vinculações políticas iniciais, que as conduziram para o ingresso na militância organizada. Tem-se as categorias: **Org. clandestina**, no caso de terem iniciado as ações políticas diretamente neste âmbito; **Sindical**, para atuação inicial em federações ou outros entes associativos; **Estudantil (Sec.)**, indicando atuação no movimento estudantil secundarista; e **Estudantil (Uni.)**, para o movimento estudantil universitário. As células marcadas com o símbolo “-“ indicam a ausência de qualquer menção a tais dados, impossibilitando uma estimativa. No restante, trata-se de dados precisos, amparados nas fontes consultadas nesta pesquisa, ainda que limitados às categorias definidas para fins de análise.

o começo da década.¹³¹ Como apontado por Denise Rollemberg, o início dos anos 1960 marcou “um dos momentos da história do Brasil de maior participação política da sociedade”, quando significativas parcelas sociais passaram a atuar na defesa de diferentes projetos políticos, dentro de uma perspectiva radicalizada.¹³² Neste período em que a mobilização rumo à ação política se tornou mais socialmente difundida, as mulheres, como agentes sociais, também se tornaram atuantes desse processo. Sem se restringir ao campo da esquerda, observou-se a participação política das mulheres de direita, como notáveis porta-vozes das movimentações golpistas ainda em 1964, e posteriores apoiadoras e legitimadoras do regime instaurado. Como defensoras da moralidade e da propriedade, eram fortemente alicerçadas em seus papéis de esposas, mães e donas de casa, em uma nítida defesa da manutenção do *status quo* e das hierarquias de gênero.¹³³ Em contramão a esse movimento, as mulheres de esquerda se engajaram justamente pela disrupção de tais padrões.

Na militância de esquerda, as mulheres se inseriam em projetos revolucionários coletivos, que se pautavam na transformação das estruturas sociais e no combate à ditadura. A completa imersão nas demandas das organizações, coadunada aos riscos enfrentados ao se optar pela ação política contestatória às estruturas vigentes, resultava na transformação das vidas dessas mulheres em todas as instâncias, de modo que “a militância” não pudesse ser distinguida como um mero compartimento de suas existências, transliterando-se na existência em si.

A caracterização da militância de mulheres de esquerda foi marcada, segundo Elizabeth Xavier Ferreira, por um “papel duplamente transgressor: enquanto agente políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)”.¹³⁴ Em direção similar, Ana Maria Colling afirma que, ao se insurgirem contra a ditadura, as mulheres cometiam dois “pecados”: “o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e

¹³¹ Refere-se à “nova esquerda”, que será posteriormente discutida, quando apresentadas as inserções políticas das mulheres. Cf. REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Editora Marco Zero, 1985.

¹³² ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *Taller (Segunda Epoca)*, v. 1, n. 1, 2012, p. 202.

¹³³ Para estudos sobre as mulheres de direita e o golpe, ver CORDEIRO, Janaína Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, 2008. CHAVES, Eduardo dos Santos. Mulheres de direita: a “vigília anticomunista” das gaúchas da AFDG. *Revista Aedos*, v. 6, n. 15, 2014.

¹³⁴ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 152.

masculino”.¹³⁵ A mesma compreensão é compartilhada na produção encabeçada por Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, em que se assinala a participação feminina na militância política como “uma importante ruptura em relação aos papéis tradicionais de gênero vigentes na época”, por ocuparem o espaço político e público e extrapolarem “a barreira do mundo privado”.¹³⁶ Destacando a participação de mulheres nas esquerdas armadas, Marcelo Ridenti aponta que se configurou “um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino”.¹³⁷

Por tais perspectivas, a militância das mulheres de esquerda desponta como indissociavelmente ligada à recusa do *espaço privado* – e feminino “por natureza” – e à ocupação do *espaço público* – esfera primordialmente política, interpretada como exclusivamente masculina -, sendo este um dos méritos que resultaria na transgressão e ampliação dos papéis de gênero. No entanto, tomar a militância como referencial mais representativo da possibilidade de ocupação do espaço público pelas mulheres, opera, por um lado, na universalização da própria categoria de militância - que pode se manifestar por diferentes frentes e projetos políticos, não necessariamente ligados à recusa do privado - e, por outro, na obliteração de práticas variadas de ocupação do espaço público, as quais foram historicamente desempenhadas por mulheres socialmente marginalizadas, que buscavam nessa esfera não uma atuação política, mas o sustento e sobrevivência.

A “conquista do espaço público”, antes de ser exclusivamente meritória das mulheres de esquerda a partir da década de 1960, já vinha se projetando desde os primeiros anos do século XX, pela conquista dos espaços de trabalho por mulheres pobres, negras e trabalhadoras.¹³⁸ Por isso, há de se falar, antes, na *redefinição da ocupação do espaço público* que foi ocasionada pelas mulheres militantes de esquerda. Redefinição, essa, que pode ser compreendida pela conjunção de duas vertentes: o caráter de suas presenças no espaço público, agora não mais pela via do trabalho, mas como agentes políticas ativas; e a mudança de seus perfis socioeconômicos e raciais. Assim, se a militância de mulheres de esquerda

¹³⁵ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 80.

¹³⁶ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et. al. Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum*, v. 28, 2015, p. 113.

¹³⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990. p. 114.

¹³⁸ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 603.

trouxe redefinições de gênero, é porque derivou, substancialmente, de um abalo em nível de classe.

Este aspecto de classe remonta a outro ponto crucial das vidas das militantes: o ingresso no ensino superior. Presente na maioria das trajetórias aqui discutidas, a entrada na universidade redefiniu suas sociabilidades, possibilitando a imersão nas pautas políticas ou até mesmo despertando seus olhares para questões dessa ordem. Nas palavras de Andrea Andújar, a chegada das mulheres no ambiente universitário no contexto das décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul “implicava a saída do controle familiar primário e a aproximação a ‘outros mundos’, onde as discussões políticas e teóricas sobre a realidade e a presença de organizações políticas e estudantis se transformavam em polos atrativos de participação”.¹³⁹

Nesse espaço acadêmico, constituíram-se “potencialidades emancipadoras”,¹⁴⁰ que combinavam a agenda política à transformação de códigos morais e comportamentais, no complexo tear de suas juventudes e politizações. Sem que se tratasse de uma experiência compartilhada por todos os jovens que vieram a se engajar politicamente nas esquerdas, a oportunidade de ingresso e permanência no ensino superior dependia de fatores socioeconômicos, que restringia este acesso a um circunscrito grupo de pessoas oriundas das “camadas médias e altas intelectualizadas”.¹⁴¹ Como sinalizado no projeto Brasil: Nunca Mais, a passagem pelo ensino superior informava sobre “a extração social dos processados”, uma vez que era “notória a elitização do sistema de ensino no Brasil, onde pouco mais de 1% da população possui formação universitária”.¹⁴²

Pelos casos aqui analisados, infere-se que as mulheres que se tornaram universitárias contavam com o apoio financeiro familiar, sendo provenientes de famílias, em maior ou menor grau, com posses financeiras, o que permitiu que a entrada no ambiente acadêmico pudesse ser uma escolha. Por outro lado, o grupo de mulheres que não ingressou no ensino superior coincide com as que precisaram buscar o próprio sustento ou que se responsabilizaram financeiramente por seus núcleos familiares, levando-as à entrada no mercado de trabalho e resultando, em algumas situações, no completo abandono dos estudos.

¹³⁹ ANDÚJAR, Andrea. De novelas, sexo e rock’ and roll: as relações amorosas em dias de revolução In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 40-41.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 124.

¹⁴¹ RIDENTI, op. cit, p. 114.

¹⁴² ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Tomo III - Perfil dos Atingidos*. Projeto Brasil: Nunca Mais. São Paulo, 1985, p. 2.

Enquanto 13 mulheres relatam suas vivências estudantis e universitárias relacionadas à militância, as 3 que não detalham estes aspectos são as mesmas que se politizaram por outros meios, sobretudo pela via do sindicalismo ou do operariado, desde suas experiências laborais. Para a única que não iniciou na militância por contatos do seu ambiente de estudo ou de trabalho, é ainda pela imagem dos “jovens universitários” que se marca a sua aproximação à política.

Dessa forma, a experiência universitária se coloca como fator central nas trajetórias dessas mulheres, o que se associa à própria caracterização da militância clandestina de esquerda de forma mais ampla, majoritariamente marcada pela presença de estudantes ou egressos do ensino superior. Observando especificamente as mulheres denunciadas ao Supremo Tribunal Militar, Marcelo Ridenti aponta que “a esmagadora maioria de denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes”, correspondendo a 32,2% das mulheres que se tornaram réis, enquanto apenas 1,7% seriam trabalhadoras manuais, rurais e urbanas, além de 8,3% identificadas como “donas de casa”.¹⁴³ Pelo recorte do acesso ao ensino superior, afirma-se que 73% das mulheres poderiam ser classificadas como pertencentes às camadas médias intelectualizadas. Se propormos estatísticas a partir dos dados levantados para essa pesquisa, considerando o contexto de seus ingressos na militância, temos que, entre a população total de 19 mulheres que viriam a ser presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, 15% (3) eram trabalhadoras que atuavam fora de seus lares, além de uma responsável exclusivamente pelo trabalho doméstico, enquanto 10% (2) eram estudantes secundaristas, 47% (9) estudantes universitárias e 10% (2) graduadas, somando os mesmos 73% com vínculos aos movimentos estudantis, identificadas assim nas camadas médias ou altas intelectualizadas. Este dado de classe deve ser lido conjuntamente aos marcadores raciais, uma vez que estas mulheres são também majoritariamente brancas.

Como fatores diretamente ligados às vivências estudantis, também as localizações geográficas e o caráter geracional caracterizaram essas mulheres militantes das esquerdas. Pelo nascimento ou pelo êxodo, suas juventudes se deram em centros urbanos do país, distribuídos entre as regiões sul e sudeste do Brasil, o que influenciou diretamente em suas possibilidades de acesso cultural e intelectual – estar em uma metrópole, principalmente após sair de cidades interioranas, significava uma transformação no tamanho do mundo e de todas as vivências que poderiam, a partir de então, ser descobertas. Organizaram-se nos grupos de esquerda entre os 16 e 31 anos, marcando-se como média a idade de 21 anos, nos primeiros

¹⁴³ RIDENTI, op. cit., p. 115.

anos de suas vidas adultas. Foi neste momento que, abdicando de qualquer margem de previsibilidade de suas vidas, apostaram em projetos coletivos de transformação social, no âmbito dos quais definiram seus novos modos de ser, estar e o ocupar o mundo, inaugurando configurações outras de suas existências, já que a entrada na militância, conforme colocado por Elizabeth Xavier Ferreira, implicava “uma nova forma de vida a exigir ajustes extraordinários às suas realidades”.¹⁴⁴ Pelas influências de suas referências familiares, por novas percepções conjunturais, assim como pelas vertentes da sociabilidade ou dos afetos, estas mulheres ensaiaram suas mobilizações iniciais em movimentos estudantis, sindicais e operários, até chegar a outros níveis de engajamento que as levaram à organização em grupos de esquerda.

2.3 A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

As agremiações às quais as interlocutoras dessa pesquisa se vincularam em suas juventudes podem ser entendidas como representantes da “Nova Esquerda”, que abrangeu diferentes organizações e partidos políticos estruturados no Brasil a partir de 1961 com propostas de redirecionamento das “lutas sociais e políticas do povo brasileiro”, buscando assim romper ou alternar “o monopólio de representação política a que pretendia o PCB [Partido Comunista Brasileiro] desde 1922”.¹⁴⁵ Em termos mais gerais, a caracterização central destes grupos esteve na “afirmação de novos valores políticos”, o que se relaciona, dentre outros fatores, à primazia das ações práticas, à influência de novos modelos revolucionários internacionais e à nova composição geracional da militância.¹⁴⁶ Ao mesmo tempo, marcaram-se fundamentalmente pelo caráter conjuntural de cerceamento dos direitos políticos e individuais, o que situou obrigatoriamente estas organizações na ilegalidade e na clandestinidade. Nessa direção, mais do que comporem grupos de contestação ao poderio ditatorial, as esquerdas organizadas eram assimiladas como a *ameaça* e o *desvio* que deveriam ser erradicados da sociedade, em uma dinâmica de enfrentamento destacada por Ferreira:

O drama social que é encenado no Brasil no período da ditadura militar é, portanto, o embate entre o governo que considerava a “legalidade” do regime e o “terrorismo” ou a “subversão” praticados pelas organizações clandestinas as quais, responsabilizadas desse modo e por essa categoria de

¹⁴⁴ FERREIRA, op. cit., p. 60.

¹⁴⁵ AARÃO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira, op. cit., p. 7, p. 12.

¹⁴⁶ AARÃO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira, op. cit., p. 14-18.

acusadores, passaram a representar o comportamento desviante na relação entre aquelas duas forças. Entretanto, esses mesmos setores – estigmatizados pelo poder e por determinados segmentos da sociedade – passam a lutar pela destituição do regime que eles – os “terroristas” – consideram um desvio no processo político do país. Entretanto, o rótulo é sempre mais eficaz quando aplicado por um grupo hegemônico. Além disso, nessa concorrência entre forças sociais por hegemonia, existe um efeito necessário do processo. Ao colocarem o adversário como outsider, os acusadores têm sua posição e seus valores realçados e reafirmados. Foi assim que o comportamento e as ações das organizações clandestinas passaram a ser usados como reforço para legitimação das práticas do poder arbitrário do governo militar.¹⁴⁷

Dessa forma, a afiliação aos projetos revolucionários das organizações clandestinas de esquerda foi indissociável da exposição a perigos e da alocação no espaço do desvio, o que exigiu, substancialmente, uma escolha de coragem e uma aposta no mundo, que superava os eventuais riscos individuais ao entender a relevância das ações políticas para a coletividade. Tratava-se, pois, de “um ato de consciência” assumido pelas mulheres, e por tantos outros militantes e simpatizantes, que se engajaram ativamente para a transformação social e política do Brasil.¹⁴⁸

2.3.1 VAR-PALMARES, POC e FBT: afiliações majoritárias

Entre as organizações escolhidas por essas mulheres esteve, de forma majoritária, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Surgida em meados de 1969, a criação da VAR-Palmares foi uma estratégia de união de forças de grupos que já se viam desarticulados pela repressão, sendo, em sua configuração inicial, o resultado da fusão entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e remanescentes de outros grupos, como o Comando da Libertação Nacional (COLINA), os operários e estudantes liderados por Carlos Franklin de Araújo no Rio Grande do Sul, e outros militantes independentes da Guanabara, Goiás, Pernambuco e Bahia.¹⁴⁹

Essa junção, no entanto, mostrou-se efêmera, e tão logo se efetivou a primeira ação coletiva,¹⁵⁰ o grupo já foi desfeito. Três meses após a fundação da VAR, incompatibilidades

¹⁴⁷ FERREIRA, op. cit., p. 63.

¹⁴⁸ COLLING op. cit., p. 48.

¹⁴⁹ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) no Rio Grande do Sul: a repressão aos militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em 1970. *Anais do XII Encontro Estadual de História da Anpuh/RS*. São Leopoldo, Unisinos, 2014. p. 3.

¹⁵⁰ Trata-se da expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Cf. GORENDER, op. cit., p. 136.

estratégicas levaram ao racha¹⁵¹ em que grande parte dos militantes oriundos da VPR reconstituíram seu grupo de origem, defendendo a imersão total na luta armada urbana e na guerrilha rural.¹⁵² Aqueles e aquelas que deram continuidade às ações da VAR-Palmares investiram em um projeto revolucionário que combinava o foco guerrilheiro no campo ao trabalho político na cidade.¹⁵³ Assim, ao contrário do sugerido pelo nome que leva a organização, o grupo não se concentrava nas ações armadas; sem abandoná-las, foi proposto um recuo inicial para que se dedicassem à mobilização do operariado e de estudantes.¹⁵⁴

No Rio Grande do Sul, a VAR reuniu quadros expressivos.¹⁵⁵ A estruturação da organização no estado se baseou no Comando Regional de Porto Alegre, responsável também por Santa Catarina e Paraná, com Comandos Territoriais criados nas cidades de Caxias do Sul e Tapes, além da capital.¹⁵⁶ Com o objetivo de arregimentar efetivos e realizar a conscientização das massas, as frentes não armadas de luta da VAR-Palmares no estado incluíram a politização por meio da propaganda, difundida pelo Setor de Imprensa, e a penetração em fábrica para organização dos operários e operárias, comandada pelo Setor Operário.¹⁵⁷ A frente armada, por sua vez, ficou a cargo do Setor de Operações.¹⁵⁸ A composição heterogênea do grupo ressoou na distribuição das ações; como é observado por Cristiane Ávila Dias, ao passo em que os operários ficaram incumbidos de tarefas mais pontuais, como a distribuição de panfletos em seus locais de trabalho, os postos mais elevados de comando e coordenação foram ocupados por militantes intelectualizados.¹⁵⁹

A VAR-Palmares era ainda “Ó Pontinho” quando **Helena** se aproximou da organização, em 1969, em Caxias do Sul. Nesse momento, as informações que chegavam a ela eram vindas de Porto Alegre, sobretudo pela figura de seu namorado, Paulo. Com os debates trazidos pela “*gente de Porto Alegre*”, Helena participava de discussões teóricas,

¹⁵¹ “Racha” é o nome dado às dissensões internas das organizações, que levam à sua divisão. O episódio de divisão da VAR-Palmares ficou conhecido como Racha de Teresópolis, ocorrido em setembro de 1969, no congresso em que se reuniram delegados e encarregados dos serviços de logística, responsáveis pela representação das organizações congregadas na VAR. Cf. GORENDER, op. cit., p. 136.

¹⁵² DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. *Estudios Historicos*, n. 13, 2014. p. 6; GORENDER, op. cit., p. 137.

¹⁵³ GORENDER, op. cit., p. 137.

¹⁵⁴ COLLING, op. cit., p. 148.

¹⁵⁵ CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 235.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 236-237.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 238.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 239.

¹⁵⁹ DIAS, op. cit., p. 4.

responsabilizando-se também pela discussão junto ao operariado local. Mesmo com essa atuação, avalia que o seu vínculo à organização não era de militância:

Eu não sabia o nome da organização [...]. Em suma, era um... Como é que eles chamavam? Eu tava no estágio de só “namoro”. [...] De simpatia. [...] Eu tinha que passar por uma fase, eu não era militante, eu não era considerada militante. Não era militância ainda. [...] Eu tinha uma simpatia pela “Ó Pontinho”.

Por sua vez, a atuação de **Ignez** – que também se aproximou da VAR-Palmares enquanto “Ó Pontinho” – esteve diretamente associada à presença nos comandos da organização. Sua participação inicial foi no comando do Setor Operário, quando atuou na formação do operariado. Pouco tempo depois, com a decisão do Comando Geral de iniciar o preparo do Comando Regional para ações armadas, ocorreu sua transferência para o Comando de Operações:

Como eu era paraquedista, eu tinha um bom preparo físico, [...] eu ainda continuava saltando e tal... Porque eu levava a minha vida legal, eu morava na casa da minha família, eu ia na faculdade, eu fazia o meu esporte, mas eu também ia fazer a minha política. Então [...] um companheiro do Comando Regional me convidou, se eu não queria fazer parte do Comando de Operações que tava sendo montado. Aí eu acabei aceitando, sabendo dos riscos, mas eu disse: “Eu vou ter que ser treinada, porque eu não sei nem pegar numa arma”, e se tu vai pro Comando de Operações, tu tem que saber até dar tiro. “Eu não sei nada de arma, eu nunca atirei na minha vida. Eu salto de paraquedas”, falei, “mas eu não sei...”. [...] Aí nós fizemos treinamento de sobrevivência na selva, fizemos treinamento de tiro, com revólver, com metralhadora... Tinha uma metralhadora pequenininha, chamava-se Ina, ela era pequena, mas era horrível aquilo ali, eu nem queria usar, porque eu [...] era muito magrinha, eu nem tinha força pra aquilo ali, sabe. Eu caía com o supetão que ela dava [...]. Eu usava um 38...

A partir de então, Ignez foi destacada como um dos principais quadros regionais da organização, sendo a única mulher a compor o Comando de Operações no Rio Grande do Sul. A sua trajetória de militância foi autônoma e paulatina: possuindo uma sólida formação intelectual, foi escalada por diferentes grupos até chegar na VAR-Palmares, avançando na hierarquia interna da organização, até tomar a linha de frente no planejamento e execução de ações armadas.

Até a chegada na VAR-Palmares, na qual teve atuações distintas às de Helena e Ignez, **Vera Lígia** trilhou outros percursos de militância. Em Minas Gerais, se aproximou da POLOP, como ficou conhecida a Organização Revolucionária Marxista Político Operária. Nessa organização, atuou junto aos estudantes, passando depois ao movimento operário,

quando se mobilizou em bairros operários para conscientizar novos quadros para a organização. Após uma divergência estratégica, Vera e outros militantes romperam com a POLOP, fundando a COLINA. Ainda que este grupo tenha se mostrado mais direcionado às ações armadas, ela optou por seguir com sua atuação junto ao operariado: *“Eu achava que não tinha nenhuma vocação pro braço armado, quer dizer, morria de medo de fogueira, imagina se eu fosse dar um tiro”*. Quando as represálias contra a organização se intensificaram, Vera foi coagida a iniciar suas migrações clandestinas, deixando o estado natal e passando a viver no Rio de Janeiro junto a seu companheiro. Nessa conjuntura, identifica que sua militância se tornou mais precarizada, já que se via imersa em uma *época horrível*, *“que você ficava uns tempos num lugar, depois tinha que correr pra outro”*. Em meio a este cenário inflamado e fugidivo, se deu a fusão da COLINA aos outros grupos que, juntos, formaram a VAR.

O período de permanência de Vera no Rio de Janeiro coincidiu com o acirramento das investidas repressivas contra as organizações que se tornavam alvos latentes, o que resultou, dentre outros episódios, na descoberta do aparelho no qual se alojava. A prisão de seu tio, que servia de fiador ao aluguel do apartamento, agravou os riscos de detenção de Vera, levando a organização a decidir por sua transferência para o Rio Grande do Sul. Chegando ao estado em novembro de 1969, concentrou suas ações iniciais no Vale dos Sinos, caracterizada por ser uma região calçadista, onde voltou a atuar com o operariado local. Sendo destacada para o Setor de Imprensa da VAR-Palmares, sua dedicação central passou a ser a produção de jornais, informes de denúncia e demais materiais documentais.

Iara, assim como Vera, vinculou-se inicialmente à POLOP, no período em que atuava como secretária da revista Revisão, produzida na USP e distribuída pelos próprios estudantes em diversas universidades brasileiras. Sua permanência em São Paulo foi também ameaçada pelo avanço repressivo, obrigando que se mudasse, junto a seu companheiro, para a capital fluminense. Foi a partir de então que Iara se viu com o trabalho *“de entrar pra organização, de discutir os documentos, a estratégia, tática...”*, o que se deu no momento de fundação da VAR, quando participou da organização da conferência que deu origem à nova organização. Já nesse momento, Iara e seu marido foram designados como quadros da Imprensa Nacional da VAR-Palmares, que deveria ser articulada no estado do Rio Grande do Sul, para o qual foram deslocados. Em terras gaúchas, Iara se tornou responsável pelo contato com o Comando Nacional, com viagens para o Rio de Janeiro para recolher as contribuições aos artigos de denúncia e caderno de debates. Além disso, seguiu desempenhando os papéis aos

quais já estava habituada como editora e revisora: “*Eu, pra variar, ia fazer o test up, imprimir, fazer a correção do texto, traduzir... Eram esses os papéis das mulheres*”.

A militância de **Mara**, por sua vez, centrou-se na logística da organização, inicialmente pela afiliação à COLINA, persistindo após a fusão para a VAR-Palmares. Antes da necessidade de ingresso na clandestinidade, sua atuação se enredou em torno do lar familiar, onde atuava junto a seu marido como “*apoio*”, o que englobava uma série de ações:

Nós participávamos, nos guardávamos pessoas que tavam sendo procuradas pela polícia, iam lá pra casa... Eu e meu marido levava, tirava do Estado à noite e levava pro Rio de Janeiro, porque eles tavam sendo procurados pelas polícias lá. E várias, várias pessoas passaram assim pela nossa casa, e conheceram... Conheceram a nossa vida, e os nossos nomes. [...] Nós servimos de avalista pra alugar aparelhos [...]. Nós éramos mais logística, nossa participação, não fazia uma ação. Guardava gente lá. Inês Etienne, muito famosa, nessa época ela ficou morando conosco assim mais de mês, sabe? [...] Os meninos chamavam de “tia” pra cá, “tia” pra lá. Da noite pro dia, apareciam vários tios na nossa casa...

A militância de Mara, no entanto, não se encerrou nos limites do lar. Deflagrando-se a queda dos militantes que por ali circulavam, o endereço passou a ser visado pelas forças de segurança, impondo a clandestinidade à família, que vendeu a própria casa e reverteu os valores também em apoio à organização. A partir de então, deu-se o deslocamento para o Rio Grande do Sul, onde conheceram outras possibilidades de atuação logística. Constituindo-se como um dos fortes braços que asseguraram as bases para que a luta pudesse ser travada no *front*, a militância de Mara, seja no apoio residencial ou em deslocamento, marcou-se por um caráter destoante:

Porque nós éramos muito diferentes deles. Eles eram jovens. Nós éramos um casal com 6 filhos... Já destoava um pouco assim. Então a gente fazia o papel que nos cabia melhor. Ele [Affonso], como falsificava muito bem os documentos, foi o grande falsificador. Fazia carimbo, borracha de apagar... Era um artesão muito bom... A gente ficava lá trabalhando, dando apoio... Fazia umas viagens pra buscar arma, pra conversar, com deputados que tavam interessados da luta, que iam conseguir arma pra gente [...]. A gente era um casal respeitado. Senhores já, e não jovens. Como procurado pela polícia eram os jovens universitários, disfarçava bem a nossa militância, sabe?

Sem a delimitação de seus percursos exatos de afiliação à organização, a vinculação de **Sonia** à VAR-Palmares se marcou pela via do operariado, no qual militava anteriormente. Suas experiências de engajamento, segundo o olhar da filha Gorete, foram marcadas por

constantes movimentos e o que chama de “*uma vida dupla*”, imposta pela necessidade da mãe de conciliar a maternidade, os laços comunitários e as tarefas partidárias:

Ela trabalhava muito de cumprir algumas tarefas. Então ela viajou, ela passou um período no Rio, ela passou um período na clandestinidade... Participava de congressos. Isso foram coisas que eu acompanhei assim porque ela sumia, né? Desaparecia de casa e daí a vó, minha avó e eu, a gente ficava sabendo mais ou menos os movimentos por onde ela andava. [...] Eu acho que ela tinha muita dificuldade de viver um longo período na clandestinidade porque, bom, tinha uma filha, né? Tinha mãe, tinha esses cuidados. Então ela vivia uma vida dupla na verdade. Ela tinha amigas na vila, que ela se relacionava. [...] Então essa movimentação que ela tinha... Era pontual e ela também tinha essa vida na vila de comunidade.

Os movimentos da militância de Sonia envolviam viagens para outras regiões do Brasil, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, que predominam na memória de Gorete pela ausência estendida da mãe, ou por ter sido levada junto como parte de uma estratégia de segurança, visando a fabricação de uma imagem de família em férias:

Ela ia muito a São Paulo. O alibi dela na verdade é que a mãe... Inclusive, era um alibi e também era um sustento: ela ia pra São Paulo comprar roupas. Então ela comprava roupas em São Paulo e trazia pra cá, mas ela também fazia esse contato de militante. Esse movimento eu via, eu fui a São Paulo também com ela, em alguns momentos eles me levavam também pra constituir a família, né? A família viajando... A família indo numa oficina mecânica. São memórias que eu tenho, assim... [...]. Perto lá de casa tinha uma garagem de ônibus, interestadual [...] e lá às vezes chegava materiais que vinham de outro estado. Dentro da nossa casa também tinha mimeografo que eles faziam panfletos, máquina de datilografia. São coisas que eu lembro assim de movimentos, que em alguns momentos eu estava junto, participava e... Mas aquilo... Na verdade eu vi os meus pais militantes, mas não tinha consciência do que era aquilo, do que significava, né? Pra uma luta assim...

A VAR-Palmares foi a organização escolhida também por **Maria Celeste** para articular-se contra a ditadura. Em seu relato de prisão, no entanto, não consta qualquer detalhamento de sua militância, para além da menção do grupo cuja afiliação resultou em sua detenção na cidade de São Paulo, para a qual foi transferida após intensificação da repressão no Rio Grande do Sul. As informações produzidas pelo SNI identificam Maria Celeste como quadro do Comando Regional da VAR no estado de São Paulo, sendo a única mulher identificada ao lado de três homens dirigentes.¹⁶⁰

¹⁶⁰ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 592/SNI/ASP/70*. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfãnsb_v8_mic_gnc_ggg_85011898_d0001de0002.

Quanto à militância de **Maria Aparecida**, as informações são praticamente nulas, notando-se apenas o arrolamento de seu nome como quadro de dirigentes do Setor de Imprensa da VAR-Palmares, em documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações sobre “atividades de grupos subversivos” no Rio Grande do Sul.¹⁶¹

Para além da VAR-Palmares, o Partido Operário Comunista (POC) também se mostrou presente entre as afiliações políticas das militantes que vieram a ser encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Fundado nos primeiros meses de 1968, o grupo estruturou-se sobretudo a partir da fusão entre remanescentes da POLOP e da dissidência leninista gaúcha derivada do PCB.¹⁶² Caracterizando-se pela massiva presença do movimento estudantil, representado no ensino superior pelo Movimento Universidade Crítica e igualmente com bases secundaristas, o POC optou inicialmente pela recusa da luta armada, até que ações militaristas isoladas passassem a ter a colaboração de alguns de seus núcleos. Conforme destaca Fábio Chagas, a proposta do POC priorizava um trabalho político de longo prazo junto às classes trabalhadoras, de modo que as inclinações armadas não constituíram o cerne político da organização, muito menos a tomaram em sua totalidade.¹⁶³

Ao ingressar formalmente no POC, **Leane** combinou os primeiros atos de militância à consolidação de sua formação teórica, dedicando-se ao estudo das revoluções e de “*clássicos da literatura socialista*”. Dando seguimento às anteriores atuações como militante sindicalista, participou ativamente em panfletagens e trabalhos de conscientização na “*via institucional*” voltada a sindicatos, federações, comissões de fábrica e centros acadêmicos. Pelo caráter de sua atuação, a clandestinidade não se fez necessária até o momento em que, por decorrência da prisão de seu namorado, integrante de um grupo de cunho militarista, acabou enviada para São Paulo. Nessa cidade, sua militância mudou de tom, sendo deslocada para o setor interno, que explica como “*uma parte administrativa*”, com “*imprensa, finanças, esse tipo de coisa, como se fosse um escritório*”, o que lhe furtou uma “*atuação mais política*”, como a que fazia em Porto Alegre. Na capital paulista, a clandestinidade impôs à Leane a necessidade de se desfazer de si: “*A partir daí eu fiquei clandestina, com uma identidade falsa que o partido providenciou... Cortei o cabelo de um jeito completamente diferente, passei a usar óculos, me transformaram pra eu não ser reconhecida*”. Contando

¹⁶¹ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Encaminhamento nº 198/70/DCI/SSP/RS* – Subversão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0083_d0001de0001.

¹⁶² ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Tomo III – Perfil dos atingidos. 1985, p. 74.

¹⁶³ CHAGAS, op. cit., p. 47.

com uma ampla rede de apoio dos simpatizantes da organização, ao longo do ano em que passou em São Paulo, foi recebida para viver provisoriamente em 15 casas diferentes.

Nas reminiscências de suas memórias sobre a militância, **Leia** acessa suas vivências junto ao POC nas reuniões, discussões e leituras que realizavam em células. Sua atuação inicial se concentrou no movimento estudantil, no qual “*conversava com as pessoas*”, associando a militância a “*uma coisa assim de Centro Estudantil, Grêmio Estudantil, aquelas coisas assim*”. No partido, conheceu o namorado, pertencente ao núcleo do POC com inclinações militaristas. Mesmo sem se envolver com estas operações, Leia recorda que esteve junto ao companheiro em um acampamento, possivelmente de preparação para ações armadas, que até então desconhecia:

Foi aí que eu descobri... Quer dizer, depois mais tarde que eu juntei as pontas, porque o POC tinha uma célula militar, que participou de assaltos [...]. Eu me lembro que uma vez a gente foi, eu, ele e esse cara que ele morava, a gente foi [...] bem lá na Zona Sul, Vila Nova, não sei, ou mais pra lá, eu sei que tinha água perto. A gente acampou e tal. E esse cara já atirava. Eu nunca mais o vi, mas eu acho que ele fazia parte da... dessa célula militar. Além dum outro cara, um baixinho, que eu não me lembro mais o nome dele, e eu me lembro que também tinha um secundarista, que eu acho que foi morto... [...] Será que ele queria atirar, ou treinar? Não me lembro, a gente só foi assim como amigos, passar um... E a gente sabia que os três eram do POC, mas assim, acho que passar um fim de semana, ou um dia, não me lembro direito, eu me lembro claramente que depois eu disse: “Ah não, esse cara devia tá nessa, nessa célula aí voltada pra assalto, alguma coisa”, que o POC participou pouco, mas participou.

Assim como Leane, Leia também precisou se deslocar para São Paulo quando o desmantelamento da organização se intensificou no Rio Grande do Sul. Ao contrário da companheira de partido, sua transferência não foi organizada pelo grupo, mas sim amparada com auxílio familiar:

Com a bolsa do papai e da mamãe, fui pra São Paulo. Menti, eu não sei o que eu menti, que depois a minha mãe ficou puta, descobriu: “Por que que tu mentiu pra mim, que tu não ia mais militar”, não sei que mais. Ah, menti que eu tinha que ir embora porque tavam prendendo as pessoas. O que era até verdade, mas que eu não ia fazer mais nada, era mentira.

Em sua nova morada, Leia precisou redefinir sua militância: “*Se tu não tá na faculdade, ou tu não tá numa fábrica... Tu só podia fazer o que eu fiz: trabalho interno*”. Sem adentrar na clandestinidade, suas novas ações se pautaram na minimização da exposição a riscos. Passou algum período envolvida em “*coisas de documentos, catalogar, arrumar*

documentos, umas coisas assim” até a decisão de se desvincular do grupo, o que, no entanto, não foi suficiente para afastá-la do alvo da repressão.

O percurso de militância de **Zilá** pôde ser acessado somente pelas produções documentais repressivas. Segundo declarações a ela atribuídas, que teriam sido prestadas em interrogatórios preliminares no DOI-CODI paulista, Zilá teria se vinculado à célula militarista do POC em São Paulo, identificada como “Setor Especial”, “em vista de sua profissão [de enfermeira], pois poderia ser utilizada no setor médico, como também por ter participado do setor universitário de uma célula do PCB, em fins de 1967 e da dissidência do PCB em 1968”.¹⁶⁴ Por este vínculo, teria participado de reuniões internas voltadas a debates teóricos e planejamento de ações. Entre suas atuações nesta célula, aponta-se a participação em levantamentos de informações sobre instituições que seriam expropriadas, assim como os cuidados médicos prestados a um militante ferido durante ação armada. Após a militância neste núcleo, Zilá teria sido incumbida da constituição de uma célula do POC no ABC paulista, posteriormente afastando-se da organização antes de sua queda.

Nara também escolheu o POC como sua primeira vinculação partidária de militância. Conhecendo o grupo por intermédio de uma colega da Faculdade de Arquitetura, ali teve uma “*militância curta*”, que rapidamente se encerrou pela falta de identificação com o partido: “*Eu não saberia te dizer por que, se eu achei burocrático, se eu não tive muito entrosamento com as pessoas... [...] Eu não vou te dizer que eu era uma teórica, mas... Eu já tinha consciência de que eu era antistalinista. Então isso pesou também*”. Apresentada por seu irmão à organização em que ele militava, foi na FBT que Nara encontrou seu espaço de engajamento.

A Fração Bolchevique Trotskista (FBT) constituiu-se a partir de uma dissidência gaúcha do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) que se fundiu a outros militantes de São Paulo e do Nordeste igualmente opositores à configuração do PORT, resultando na criação formal da nova organização em 1970. Composto-se principalmente por quadros oriundos do movimento estudantil e com alguma participação daqueles vindos do meio operário, a FBT marcou-se pela “adoção das propostas históricas do trotskismo”, refutando as lutas de guerrilha em suas proposições táticas.¹⁶⁵

Ao pensar sobre sua atuação na organização, Nara se descreve como “*uma militante de base, mas ansiosa, tinha fome*”. Buscando nesse grupo uma “*militância organizada*”, passou a

¹⁶⁴ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Administração Superior. Departamento Central de Informações. *Informação n.º 2198/72/DCI/SSP/RS*. Porto Alegre, 1972, fl. 20. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010992_d0001de0001.

¹⁶⁵ ARQUIDIOCESE, op. cit., Tomo III – Perfil dos Atingidos, p. 77-78.

compor a base do movimento estudantil, com ações que contemplavam “*reuniões de célula, [...] discussão de textos políticos, formação política, leituras, e tentar intervir no quadro da militância estudantil*”. Neste cenário, prestou vestibular para o curso de Ciências Sociais, o que identifica como um possível ato da militância: “*Talvez eu tenha feito vestibular pra Ciências Sociais já dentro da militância, como algo pra tentar ampliar a militância. Tentar, digamos, recrutar, ganhar pessoas, trazer pra militância*”. Também no FBT atuou sua irmã **Sandra**, que igualmente concentrou as ações de militância no meio estudantil.

Assim como Nara e Sandra, a aproximação de **Vera Lúcia** à FBT se deu pelo ambiente universitário, no núcleo que se constituía na Faculdade de Medicina da UFRGS. Interessou-se pelo grupo então identificado como “Quarta Internacional” por ver a seriedade de seus colegas nos estudos políticos, aos quais foi também introduzida, passando a ler “*alucinadamente*” os teóricos que até então desconhecia. A partir dali, viu-se imersa em “*uma certa loucura*”:

Ali eu fui entrando na Quarta e entrando numa certa loucura. Porque é uma loucura. Sabe qual era a nossa loucura? Era assim: ser um movimento internacional. É muito engraçado... Ser um movimento internacional, porque não existia socialismo num só país, e porque o Trotsky dizia uma coisa chamada Revolução Permanente, então nós tínhamos que estar permanentemente em revolução. Eu não sabia o que que era, até hoje não sei direito, mas que era bonito, era.

Dedicando-se, em seus anos iniciais de militância, às ações de base junto ao movimento estudantil, Vera posteriormente assumiu novas funções na organização, sobretudo a partir do cenário internacional disposto a partir de 1968: “*Deu umas greves do mundo inteiro, tivemos grande movimento. Significava pra nós que o capitalismo tinha caído em completa crise, que nós íamos tomar o poder mundial, algo assim. Então, eu tinha que viajar*”. Assim, tornou-se responsável pelos contatos internacionais do grupo, que ainda não se compunha enquanto FBT, sendo uma dissidência trotskista: “*Eu fui pra Bolívia entrar em contato com o partido trotskista na Bolívia... Tem cabimento? Uma fedelha, eu não sabia nada de política, mas eu tinha lido meia dúzia de coisa e eu ia lá na Bolívia, encontrei um dirigente sindical dos mineiros*”. Nestas viagens pela América do Sul, que incluiu também uma ida à Argentina, Vera estabelecia contatos e compartilhava documentações das organizações. Com a organização já configurada enquanto FBT, suas novas responsabilidades envolveram a articulação do grupo no Nordeste e a representação do núcleo gaúcho, quando assumiu “*uma certa liderança*”, tornando-se uma das dirigentes do partido.

2.3.2 AP, VPR, MCR e a autogestão: afiliações minoritárias

Para além destas organizações que tiveram maior expressividade numérica entre as militantes, a Ação Popular (AP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e um grupo autônomo que não se constituiu formalmente enquanto partido também figuraram como afiliações políticas das mulheres aprisionadas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Foi na Ação Popular que **Terezinha** iniciou sua militância organizada. Fundada em 1962 enquanto “movimento político”, a AP compôs-se inicialmente por frentes cristãs progressistas, com setores oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), e por ampla base estudantil universitária. Em seu momento de fundação, possuía algumas representações no campesinato e operariado. Após o golpe civil-militar, a organização marcou-se pela adoção do marxismo como vertente teórica, prevalecendo as influências maoístas, o que direcionou o grupo para uma “campanha de proletarização” da militância, com o deslocamento de seus quadros para o trabalho em fábricas ou no meio rural.¹⁶⁶ A partir de então, acentuou-se a inserção junto às populações do campo e entre operários, visando-se também a penetração no meio sindical.

Iniciando seu engajamento pelo movimento estudantil universitário na cidade de Pelotas, a militante da Ação Popular aponta, em seu processo de indenização, que suas tarefas envolviam neste momento também o estabelecimento de contatos com o movimento sindical. Por orientações da organização, Terezinha foi deslocada para Porto Alegre em 1970, assumindo “responsabilidades de dirigente regional da organização”,¹⁶⁷ quando recebeu a tarefa de manter contato com outros grupos, como VAR-Palmares e POC. Na capital gaúcha, seguiu inserindo-se sindicalmente, o que foi fortalecido por sua nova vinculação profissional como estagiária em um escritório de advocacia trabalhista.

Eliana, por sua vez, vinculou-se à Vanguarda Popular Revolucionária, organização fundada em 1968 a partir da fusão entre dissidentes da POLOP e de quadros ligados à concepção do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), majoritariamente composto por militares nacionalistas. Estruturando-se inicialmente em torno de São Paulo, em 1969 o grupo fundiu-se à COLINA, resultando na VAR-Palmares, até um racha que novamente recriou a VPR, dessa vez expandindo-se também rumo ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A

¹⁶⁶ COLLING, op. cit., p. 141.

¹⁶⁷ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7*.

organização concentrou suas ações na guerrilha urbana e na estruturação da luta rural, dedicando-se, em segundo plano, ao trabalho político e formação de bases.¹⁶⁸

Após um período na VAR-Palmares, Eliana optou por seguir vinculada aos setores da VPR quando esta foi reestruturada após o racha. Segundo relato à CEV/RS, sua ação ficou restrita a uma célula composta por ela e mais dois companheiros, ambos ligados ao comando regional da organização. A militância inseriu-se na sua vida sem que fosse necessário abdicar da legalidade: “*Naquele tempo, quer dizer, não havia nenhuma razão para que eu passasse à clandestinidade, então eu continuei com a minha vida normal e com a militância*”.¹⁶⁹ Sem detalhar demais aspectos do seu engajamento, Eliana menciona um único episódio no qual esteve envolvida, em que teria acompanhado um dos dirigentes na entrega de armas que seriam utilizadas em ação armada.

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR), diferentemente das outras organizações, de abrangência nacional, concentrou sua atuação em nível regional, fundando-se na cidade de Porto Alegre em 1970, sendo este o único ano em que vigoraram suas ações, ao longo de um curto intervalo. Composto-se por “um núcleo extremamente reduzido de militantes”,¹⁷⁰ é apontado no Projeto Brasil: Nunca Mais que o grupo “não ultrapassou a casa de uma dezena de integrantes, se considerados estritamente aqueles que assumiam uma postura efetiva e consciente de membros de uma organização clandestina”.¹⁷¹ Criado a partir da dissidência de quadros do Setor Especial do POC que se uniram a militantes antes vinculados à VPR, o grupo centrou-se em atos de guerrilha urbana, executando uma série de ações armadas.¹⁷² Segundo Fábio Chagas, “o MCR apesar de pequeno teve intensa atividade revolucionária, quase todas elas de caráter expropriatório com vistas à manutenção do aparato logístico da organização”, sendo todas realizadas com apoio da VPR.¹⁷³

Mailde uniu-se ao MCR após breve passagem pelo POC. No novo grupo, sua casa serviu como o principal aparelho de hospedagem e reuniões. A residência, que até então era compartilhada com seu irmão, menor de idade e igualmente militante do MCR, tornou-se também o endereço das lideranças do grupo e de outros quadros, reunindo um total de 5 moradores, que se disfarçavam de estudantes e professores para não chamar atenção da

¹⁶⁸ ARQUIDIOCESE, op. cit., Tomo III, p. 55-57.

¹⁶⁹ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Depoimento – Eliana L. C.* Porto Alegre, 2013, fls. 16-17.

¹⁷⁰ ARQUIDIOCESE, op. cit., Tomo III, p. 113.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ CHAGAS, op. cit., p. 94.

vizinhança da Chácara das Pedras, majoritariamente composta por famílias de militares. Além do envolvimento diário na militância que essa dinâmica impunha, Mailde destaca a participação nas *“reuniões no conjunto, de todas as organizações”*, que em sua casa se encontravam para planejamento de ações, assim como sua atuação no levantamento de informações para uma expropriação.

O engajamento na contestação à ditadura não necessariamente precisou estar vinculado a organizações estruturadas para se fazer legítimo. Foi este o caso de **Marlova**, que se organizou em um grupo autônomo de tendência anarquista, encabeçado por seu namorado, *“um cara que era mais velho que a gente [...] que tinha uma experiência de vida e uma mentalidade, porque ele nasceu na França, de pais anarquistas espanhóis...”*. Junto a outros estudantes, organizavam grupos de reflexão *“sobre o autoritarismo, sobre a democracia, sobre os governos”* e produziam materiais de propaganda contra a ditadura, *“os famosos jornaizinhos, que a repressão odiava o jornalzinho”*. A produção editorial esteve no cerne do grupo, profissionalizando-se ainda mais quando passaram a trabalhar em uma gráfica de *“velhinhos anarquistas”*, com a finalidade de *“ganhar dinheiro, fazendo uma militância [...] e também de manter essa edição dos livros, a propaganda anarquista, em termos de divulgação da ideologia”*. Além de estar presente na redação destes jornais, Marlova atuava na distribuição e arrecadação de fundos para viabilizar a produção e para financiar as assembleias estudantis por eles articuladas. A caracterização geral que faz de sua militância é de *“uma certa ingenuidade, porque não era mais nada que isso. Se eu não tivesse sido presa, e continuasse a militância, provavelmente eu teria crescido na militância pra uma outra coisa mais... Não sei se luta armada, eu não sei te dizer o quê. Mas pra alguma coisa com mais forma, entendeu?”*.

2.4 A GENDERIZAÇÃO DA MILITÂNCIA

Mirando os principais relances de suas complexas trajetórias, apresentadas aqui em um apanhado de caracterizações gerais – o que não busca, de forma alguma, reduzi-las ou simplificá-las –, pode-se tecer algumas observações baseadas nestes casos individuais, que igualmente servem de reflexão para pensarmos as militâncias de mulheres no contexto da ditadura de forma mais ampla. Para fins de análise, chega-se a este quadro de sistematização:

Tabela 3. Caracterização geral da militância em organizações clandestinas de esquerda.¹⁷⁴

Nome	Filiação	UF de militância	Setor
Eliana	VAR / VPR	RS	Não especificado
Helena	VAR	RS	Estudantil / Operário
Iara	VAR	SP / RJ / RS	Imprensa
Ignez	VAR	RS	Operações / Comando
Leane	POC	RS / SP	Sindical / Interno
Leia	POC	RS / SP	Estudantil / Interno
Mailde	POC / MCR	RS	Interno / Operações
Mara	VAR	MG / RS	Apoio
Marlova	Grupo autônomo	RS	Imprensa
Maria Aparecida	VAR	SP / RS	Imprensa
Maria Celeste	VAR	RS / SP	Não especificado
Maria Celestina	Sem filiação	-	-
Nara	FBT	RS	Estudantil
Sandra	FBT	RS	Estudantil
Sônia	VAR	RS / SP / RJ	Operário
Terezinha	AP	RS	Estudantil / Sindical
Vera Lúcia	VAR	MG / RJ / RS	Operário / Imprensa
Vera Lúcia	FBT	RS / PE	Estudantil / Comando
Zilá	POC	RS / SP	Operações

Fonte: Autoria própria (Relatos orais/Processos de indenização/Documentações SNI).

Em uma primeira camada, revela-se a heterogeneidade de sentidos e possibilidades da militância, a qual se coloca como uma das posições possíveis em um leque ainda maior de formas de oposição à ditadura, que poderia contemplar uma série de atos de resistência “que

¹⁷⁴ Na coluna “**filiação**”, são identificadas as siglas das organizações clandestinas de esquerda em que estas mulheres atuaram. Em “**UF de militância**”, tem-se as unidades federativas mais recorrentes em seus relatos, sem a proposta de apontar todas as regiões que percorreram em suas trajetórias, mas sim aquelas em que suas militâncias estiveram concentradas ou ganharam destaque nos testemunhos. Na coluna “**setor**”, busca-se identificar a área em que atuaram dentro de cada grupo, adotando aqui, para fins de estudo, termos genéricos que não necessariamente obedecem às nomenclaturas empregadas internamente pelas organizações. Enquanto “estudantil”, “operário”, “sindical” e “apoio” são termos autoexplicativos, “operações” se refere aos setores vinculados ao planejamento e/ou execução de ações e “interno” compreende a responsabilidade por demandas burocráticas e/ou que não envolviam a exposição externa.

variava de ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a militantes ao engajamento em tempo integral”.¹⁷⁵ As mulheres que aqui se colocam como interlocutoras, mesmo que se note em alguns relatos uma certa diminuição de suas contribuições ou do grau de relevância de seus engajamentos, se posicionaram deliberadamente na militância, o que significa que tiveram inserções ativas em projetos coletivos pautados na transformação social e no enfrentamento político ao *status quo*, assumindo responsabilidades que extrapolavam a esfera individual e encarando consequências que alteraram permanentemente as suas trajetórias de vida.

Longe de se constituir como uma ação monolítica e generalizável, ser militante de esquerda poderia abranger uma ampla gama de envolvimento, comprometimentos e proposições na oposição à ditadura civil-militar brasileira. Esta variedade poderia derivar das próprias estruturações táticas, estratégicas e programáticas das organizações, que muitas vezes se situavam de formas dissonantes, seja pelos referenciais teóricos adotados na concepção ideológica dos grupos, quanto pelo direcionamento de suas ações práticas, no que se nota especialmente a divergência entre a opção ou declínio do enfrentamento armado. Para além disso, o engajamento dentro da mesma organização se mostrava polissêmico, a partir da multiplicidade de funções que poderiam ser assumidas de acordo com o setor de alocação dentro de cada grupo.

O caso das militantes da VAR-Palmares é bastante ilustrativo disso. Nessa pequena amostra de 8 mulheres que foram vinculadas a este grupo e que vieram a ser encarceradas na mesma penitenciária, tem-se variadas possibilidades de atuação: no Setor de Imprensa, Vera Lígia atuou na produção e distribuição de materiais de denúncia, enquanto Iara, além de também se responsabilizar pela edição, se incumbiu da coleta de contribuições feitas pela imprensa de outras regionais, sendo este o mesmo núcleo em que Maria Aparecida teria se inserido; Helena participou de reuniões de conscientização junto ao movimento estudantil e ao operariado, fazendo também a guarda de documentos; Mara desempenhou as mais variadas tarefas de apoio, acolhendo e auxiliando outros militantes; Sonia projetou-se como quadro operário e assumiu tarefas de contato por diferentes regiões do país; Ignez esteve à frente da execução e planejamento de ações, armadas ou não, com Maria Celeste possivelmente também ocupando funções no Comando Regional de São Paulo. A mesma pluralidade é percebida nas outras organizações, em que as militantes assumiram responsabilidades variadas, indo desde a frequente produção documental, até o estabelecimento de contatos, a

¹⁷⁵ GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al., op. cit., p. 277.

penetração nos meios estudantis, operários e sindicais, envolvendo-se também na preparação de operações externas. Em grande parte destes percursos, destaca-se o desempenho de tarefas variadas, de forma concomitante ou alternada, sem que necessariamente houvesse a limitação a um único papel ao longo de militância. Desse modo, se faz possível questionar a pretensa universalização do que se convencionou nomear “militância de mulheres”, como se uma categoria invariável e homogênea.

Nas produções da bibliografia especializada, a “militância de mulheres”, quando visitada pelas lentes de gênero, não raro é interpretada a partir da inferiorização das militantes dentro das organizações. Uma das primeiras contribuições nessa direção está no artigo “Mulheres e militantes”, em que Mirian Goldenberg propõe a relação de “ingresso feminino” em oposição à “militância masculina”. Segundo a antropóloga, às mulheres era vedada uma atuação política em termos de militância plena, visto que o exercício dessa exigiria o domínio de habilidades socialmente alocadas em um “campo essencialmente masculino” – como “o domínio do discurso em grandes assembleias, a fala dura, impessoal, métodos de disputa extremamente agressivos, a distâncias das questões da vida familiar e doméstica.”¹⁷⁶

Perspectiva semelhante está presente na obra de Ana Maria Colling, que aponta uma necessidade de “assexualização” das mulheres para serem tomadas apenas como militantes. Para a historiadora, “a mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino”.¹⁷⁷ Estes esforços de negação da “condição de mulher” poderiam ser identificados, por exemplo, na negligência de cuidados com a aparência e na necessidade de direcionamento de suas atenções unicamente na luta política, minimizando eventuais pautas pessoais ou afetivas. Dessa forma, entende-se que, para Colling, a dita “assexualização” se trata, em vez disso, de uma “masculinização” pois, ao buscarem um espaço de “militantes, e não militantes mulheres”, estas deveriam se referenciar em um padrão de militância localizada nas construções de gênero masculinas, e não em uma figura genérica e dessexualizada, conforme bem pontuado por Susel Oliveira da Rosa, ao observar que “a transformação coube às mulheres, que deveriam se adequar ao modelo universal masculino do militante político.”¹⁷⁸

As postulações de Goldenberg e Colling, construídas a partir de relatos de militantes, foram exitosas ao propor a desestabilização das atribuições arbitrárias de gênero que configuram a militância como espaço essencialmente masculino. Contudo, se há a adoção de

¹⁷⁶ GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres & Militantes. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997, p. 5-6.

¹⁷⁷ COLLING, op. cit., p. 68.

¹⁷⁸ ROSA, op. cit., p. 46.

uma leitura crítica dos padrões de masculinidade, pouco se questiona acerca das imagens de feminilidade tomadas como referencial para apontar alguma determinada “dessexualização”. Ao associar a militância a habilidades de oratória, dureza, impessoalidade e agressividade, assim como a uma aparência física desleixada, de modo a configurar tais características como obrigatoriamente masculinas, despreza-se a existência de feminilidades outras que não somente as dóceis, passivas, vaidosas e embelezadas. Reforça-se, desse modo, a universalidade da categoria *mulher*, negligenciando suas nuances e complexidades ao tomá-la, como já observado por Joan Scott, “como uma categoria social fixa, uma entidade separada, um fenômeno conhecido - eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro e fora de contextos e papéis diferentes, cuja experiência mudava, mas cuja essência - como mulher - não se alterava.”¹⁷⁹

Assim, se é consensual a disseminação do modelo universal do militante entre as esquerdas, não se pode afirmar, no entanto, que essas exigências foram pessoalmente incorporadas ou sentidas por toda a militância. Entre as mulheres que aqui tomaram a palavra, a necessidade de adequação a padrões de militância não foi destacada; ao contrário disso, percebe-se, ao longo de seus relatos de vida, a construção de suas feminilidades sempre incisivas, questionadoras e, em algum grau, desviantes, situando-as em uma militância genderizada, mas não necessariamente masculinizada.

Enquanto a exigência de dessexualização se faz questionável, os testemunhos produzidos e acessados nesta pesquisa evidenciam outros fatores recorrentes da genderização da militância. Como elemento de maior destaque, tem-se a vinculação das mulheres a outros homens militantes que intermediaram ou incentivaram suas entradas nos grupos. Estes homens importantes de suas vidas poderiam ser familiares, como é o caso de Nara, cujo irmão era militante; ou seus companheiros afetivos, como se percebe nas trajetórias de Eliana, Helena, Iara, Mara, Maria Aparecida, Sônia e Vera Lúcia, todas vinculadas à mesma organização de seus namorados ou maridos. Entre as 19 mulheres cujas trajetórias são aqui acompanhadas, 14 mencionam os laços amorosos com homens que já as acompanhavam antes da militância, ou com os quais se envolveram neste contexto.

Para Goldenberg, a associação aos “maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições dominantes no interior destes organismos” acabaria por relegar as mulheres às suas sombras, “sendo ‘escondidas’ com o rótulo de ‘mulher de’, ‘companheira de’ ou ‘filha

¹⁷⁹ SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 82.

de”¹⁸⁰ Como consequência, as mulheres seriam alocadas em espaços secundarizados dentro dos grupos; contrastando com o espaço público tomado pelos homens em suas ações práticas, elas teriam suas atuações restritas ao “suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas ‘nobres’ atividades políticas”.¹⁸¹ A possibilidade de ascender a posições mais valorizadas – algo excepcional entre as mulheres militantes – seria determinada por seus capitais culturais, políticos e sociais prévios, como também sinalizado por Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos: “quanto mais as mulheres apresentavam um capital político acumulado quando da sua entrada na organização, maior possibilidade de uma relação de gênero mais igualitária”.¹⁸² Elizabeth Ferreira avança na mesma direção:

O que diferia era o fato de que, para se afirmarem numa organização, as mulheres tinham que, além de provar sua competência individualmente, superar as marcas determinadas por sua posição na estrutura de gênero, cuja hierarquia historicamente as aparta da esfera pública. Tratava-se, assim, de um processo de adequação a um novo *status* – com graus variados de adaptabilidade.¹⁸³

Sem uma provocação direta para um caminho demarcado pelas relações de gênero,¹⁸⁴ os testemunhos produzidos no âmbito dessa pesquisa exigem uma leitura nas entrelinhas para que tais aspectos possam ser analisados. Nos relatos anteriormente apresentados, evidencia-se que, ainda que o ingresso das mulheres às organizações tenha, em alguns casos, se associado a figuras masculinas, suas trajetórias de militância foram construídas buscando espaços de atuação autônoma. Mesmo quando diretamente vinculadas aos namorados, ainda assim as mulheres reivindicaram suas responsabilidades próprias e, na maior parte das vezes, puderam desempenhar suas ações com independência, estabelecendo redes com outros militantes que não somente seus companheiros.

¹⁸⁰ GOLDENBERG, op. cit., p. 4.

¹⁸¹ Ibid, p. 4-5.

¹⁸² GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al, op. cit., p. 291.

¹⁸³ FERREIRA, op. cit., p. 137.

¹⁸⁴ Por relações de gênero se entende “as relações entre os gêneros – masculino e feminino – na cultura e na sociedade humanas. É uma compreensão que passa pelos homens e pelas mulheres, diferentes uns em relação aos/às outros/as e entre si, e compreensíveis em uma perspectiva relacional. Considera-se ainda que essas relações são construídas historicamente, marcadas pela cultura e pelas relações de poder que fundamentam uma hierarquia e uma assimetria social entre homens e mulheres”, tal como conceituado por Alcileide Cabral de Nascimento. Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral de. Relações de gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 630.

As reflexões sobre a hierarquia de gênero nas organizações se projetam com maior nitidez na fala de Iara, que posteriormente filiou-se às lutas feministas, aludindo à designação de ações internas como “*os papéis das mulheres*” e, assim, reiterando uma perspectiva de secundarização de suas atuações. Também Ignez, ao tratar de sua militância, destaca a excepcionalidade da função que assumiu: “*Eu era a única mulher no Comando de Operações. Nós éramos em 6, então 5 homens e eu, única mulher [...]. E assim eram os outros comandos, nós éramos muito poucas. Na direção regional, não tinha nenhuma mulher, eram só homens*”. Seu caso, demarcando a obliteração das mulheres em postos de comando, ilustra que esta ascendência interna poderia se vincular a anteriores formações políticas e teóricas, com a afirmação e reconhecimento de suas competências individuais, como observado por Ferreira.¹⁸⁵ Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que Ignez era companheira de um comandante da organização, o que também exemplifica que as vinculações pessoais figuraram como importantes fatores de ascensão interna.

Estes breves exemplos, ainda que confirmem a recorrência de papéis secundarizados entre as militantes, não permitem identificar a vinculação a setores internos como a única participação das mulheres nas organizações – conforme já exposto pelas diversas formas de inserção nos grupos -, ou menos ainda supor que este fosse um papel exclusivamente a elas destinado, uma vez que nem todos os homens militantes – representantes de 84% dos quadros das esquerdas denunciadas pela ditadura¹⁸⁶ - estiveram necessariamente engajados em ações estratégicas e externas.

Por estas observações, as experiências das militâncias das mulheres que aqui se apresentam mostram-se plurais e complexas, impossibilitando a redução a um modelo padronizado e uniforme da “militância feminina”, no singular, incapaz de captar as nuances que compuseram as tantas atuações de resistência, transgressão e sobrevivência. Em distintas trajetórias, as militâncias configuraram-se como espaços de reinvenções, exigindo a gestão de suas identidades, ao anexar às suas anteriores vidas ordinárias as camadas clandestinas de seus engajamentos políticos, que as furtavam de uma vida plenamente legal.

Assim, por um profundo descontentamento e um radical ímpeto de atuar pela mudança como sujeitas ativas, ditavam-se formas todas novas de se inserir na sociedade, vivendo no corpo, e em quaisquer outras dimensões por dentro e além dele, a descoberta e a necessidade de modos outros de ser e estar no mundo. Nestas veredas, sem abolir “os arranjos sociais

¹⁸⁵ FERREIRA, op. cit., p. 137.

¹⁸⁶ RIDENTI, 1990, op. cit., p. 114.

constantemente negociados para garantir a produção da vida em sociedade, o que se vivia era uma outra forma de inserção na vida social, que passava a ter novos significados e criava uma nova rede de interação”.¹⁸⁷ A militância, ao fim, apresentava-lhes novas ordens de vida, impondo abdições, em maior ou menor grau, de suas realidades anteriores. Ali, construíram lugares possíveis para encontros e para a celebração de suas juventudes, ao mesmo tempo em que se enredavam em tramas desconhecidas de privações, ameaças e inseguranças. Vivendo com diferentes intensidades e manifestações suas práticas políticas, foram jovens que se fizeram militantes, até serem desfiguradas em perigosas criminosas, que deveriam ser devidamente castigadas e aprisionadas, como se verá no próximo capítulo.

¹⁸⁷ GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al., op. cit., p. 299.

3 MULHERES INCÔMODAS: A CONSTRUÇÃO DAS SUBVERSIVAS

Atenção, ao dobrar uma esquina
 Uma alegria, atenção menina
 Você vem? Quantos anos você tem?
 Atenção, precisa ter olhos firmes
 Para este sol
 Para esta escuridão.¹⁸⁸

Em 9 de abril de 1964, o “Supremo Comando da Revolução”, ao promulgar o Ato Institucional, inaugurava os fundamentos legais que instaurariam juridicamente as bases ideológicas da ditadura civil-militar brasileira. Representando a justificativa legal para a perseguição política, tais normas jurídicas, mesmo que gestadas sob uma égide ditatorial e, em si, suficientemente autoritárias, foram continuamente acompanhadas por práticas extralegais de violência, superando os arbítrios já previstos em lei. Conforme destaca Pátua Fernandes, “a ditadura militar [...] não cumpriria nem mesmo as normas de exceção, instituídas para fugir ao direito constitucional que, no entanto, ela mesma criou”.¹⁸⁹ Assim, embora a repressão tenha sido judicializada por um amplo aparato legislativo, seus limites foram contornados de forma que a ilegalidade tenha se projetado como o *modus operandi* massivo das forças policiais e militares.¹⁹⁰ Pela conjugação entre normativas juridicamente previstas e atos extralegais, o Estado ditatorial operou na criminalização dos opositores visando não somente suas punições legais, mas sobretudo suas completas erradicações do convívio social e político.

Antes mesmo de se concretizar em ação e verbo, a perseguição aos opositores políticos se fez presente enquanto elemento abstrato, mas fundante, do pensamento que posteriormente justificaria a implementação do poderio militar. O núcleo doutrinário que daria sustentação ideológica aos arranjos antidemocráticos no Brasil, com origens que podem ser localizadas no pensamento militar anticomunista desde a década de 1930, remontam de forma mais direta aos últimos anos de 1950. Como aponta Maud Chirio, foi neste momento, precisamente entre 1957 e 1961, que se incorporou no programa curricular voltado aos oficiais do Exército

¹⁸⁸ DIVINO Maravilhoso. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Gilberto Gil e Caetano Veloso. In: GAL. Phillips Records, 1969.

¹⁸⁹ FERNANDES, Pátua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, v. 11, n. 2, 2016, p. 513.

¹⁹⁰ *Ibid.*

brasileiro a doutrina francesa acerca do conceito de guerra revolucionária, com delimitações sobre os intentos revolucionários comunistas, permitindo que fossem traçadas estratégias específicas para combatê-los e extingui-los.¹⁹¹ Situando-se enquanto “doutrinamento sistemático da oficialidade”¹⁹² ao fazer parte da formação militar, a teoria da guerra revolucionária combinou-se a preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, inicialmente discutidos na Escola Superior de Guerra¹⁹³ e posteriormente incorporados à legislação ditatorial, assentando as orientações doutrinárias que justificariam a eclosão do golpe e as ações repressivas conduzidas ao longo dos anos da ditadura.

O arcabouço ideológico militar, ao pautar-se em noções de segurança nacional e ao apontar a concepção de uma sociedade continuamente ameaçada, reforçava a importância das Forças Armadas na condução política, especialmente por ações preventivas que deveriam examinar e controlar os opositores, buscando aniquilar as possíveis agressões antes mesmo que estas se concretizassem.¹⁹⁴ Somente com essa vigilância seria possível garantir a segurança da nação e alcançar o desejado desenvolvimento nacional.¹⁹⁵ Assim se justificava a “ocupação militar do Estado”, como observado por Enrique Padrós:

A ocupação militar do Estado para “defender” a Nação ameaçada exige, como contrapartida da sociedade, a disseminação e o cumprimento de valores militares de disciplina, obediência, fidelidade, hierarquia, etc. A coesão da Nação exige a unidade política do Estado, e cabe à autoridade governamental a missão de fixar objetivos nacionais e subordinar a vida da sociedade à consecução dos mesmos apelando, se for preciso, ao emprego da coação e da força física. Diante dessa perspectiva, a existência de um pluralismo na sociedade - expresso através da diversidade de grupos políticos, sociais, sindicais ou culturais - se interpreta como manifestação de interesses particularistas que podem, potencial ou efetivamente, atentar contra a unidade nacional. *Ou seja, o pluralismo político, social e cultural devem ser limitados ao ponto de não inviabilizarem a unidade nacional e a consecução dos objetivos nacionais.* Essa é a tarefa básica do poder estatal: regular, vigiar e estabelecer sanções no funcionamento da vida política, social e cultural, assim como administrar os mecanismos que socializam valores, conhecimentos e pautas de comportamento (educação, meios de

¹⁹¹ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 20-21.

¹⁹² *Ibid.*, p. 19.

¹⁹³ Fundada em 1949, a ESG voltava-se à formação de militares e das elites civis que viriam a atuar em cargos de destaque nos sucessivos governos ditatoriais-militares. Imersa na conjuntura dicotômica da Guerra Fria, a ESG se alinhava ao posicionamento dos Estados Unidos – tido, de forma genérica e homogênea, como representativo do “Ocidente” -, conjugando-se à tradição anticomunista que há décadas se consolidava nos segmentos conservadores da sociedade e da política brasileira. Cf. ALVES, op. cit.; VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, 2020.

¹⁹⁴ PADRÓS, op. cit., p. 418.

¹⁹⁵ *Ibid.*

comunicação, família) para disciplinar a consciência nacional.¹⁹⁶

As Forças Armadas, mais do que pensar em táticas de proteção territorial ou de soberania, dispuseram uma compreensão suficientemente ampla acerca da segurança nacional a ponto de fazê-la um argumento psicossocial, que encontrava margem de espraiamento por todas as instâncias da estrutura social, política, econômica e cultural do país. Ancorando-se centralmente na ideia de nação, esta passou a ser fabricada pela obediência aos interesses dos militares e das elites políticas autoritárias. Por estes moldes, a nação brasileira deixava de ser um lugar possível para quem não se alinhasse aos valores da comunidade nacional ali pleiteada: ocidental, cristã, conservadora, disciplinada, obediente, homogênea. A rejeição a essas premissas bastava para localizar os indivíduos como opositores. A estes, a pátria deveria ser impedida e, mais do que isso, deveria a eles expurgar, na dimensão simbólica e real. Para tanto, em nome da segurança da nação e da consecução dos objetivos nacionais, a “vigilância preventiva e repressiva contra os indivíduos qualificados como inimigos” era legitimada e justificada.¹⁹⁷

Nesse sentido, foram caros os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – fundamentação teórica de influência estadunidense que amparou em nível ideológico a implementação das ditaduras dos anos 1960 e 1970 na América Latina¹⁹⁸ -, que tomava o Estado e a nação como “organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista”,¹⁹⁹ tendo em seu núcleo de autojustificação a figura do “*inimigo interno*”, identificado em indivíduos da própria população nacional que seriam influenciados por “agentes subversivos externos” e que, dessa forma, se colocariam como entraves à unidade nacional.²⁰⁰ Elaborada substancialmente por parâmetros deturpados e superdimensionados, essa categoria etiquetava especialmente os indivíduos tidos como subversivos, a partir da identificação com o comunismo, o qual era interpretado de forma genérica como “toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente”,²⁰¹ incorporando “um amplo espectro de posições políticas, atitudes de contestação ou formas de militância ‘subversiva’”.²⁰² Nessa direção, a noção de “inimigos internos” era intencionalmente enquadrada de forma ampla e imprecisa, sendo maleável de acordo com os

¹⁹⁶ PADRÓS, op. cit., p. 418. Grifos meus.

¹⁹⁷ Ibid., p. 191.

¹⁹⁸ BAUER, 2003, p. 68; PADRÓS, op. cit., p. 184.

¹⁹⁹ PADRÓS, op. cit., p. 184.

²⁰⁰ Ibid, p. 99.

²⁰¹ Ibid, p. 55.

²⁰² Ibid, p. 197-198.

grupos que o Estado desejava alvejar. Sem limitar seus contornos e atribuindo-lhes uma capacidade de mutação,²⁰³ procedia-se a uma constante fabricação de novos alvos, ao mesmo tempo em que a suspeição se tornava generalizada, já que o inimigo poderia ser qualquer um e estar em qualquer lugar.

Instaurando-se um estado de ameaça permanente, eram exigidos constantes esforços para combater os imprecisos inimigos internos. Para tanto, se mobilizavam estratégias militares de guerra, especialmente por vias da “guerra de subversão interna”, que incluía as concepções de “guerra insurrecional” e “guerra revolucionária”.²⁰⁴ Por este caminho, as forças de segurança deviam se empenhar em liquidar os conflitos internos que poderiam advir das “forças do comunismo internacional”²⁰⁵ difusas pelo corpo social local. Com a conjugação dos inimigos externos e internos em um mesmo objeto-alvo, reforçava-se a necessidade de “centralização das forças repressivas, eliminando a diferença entre polícia e exército e unificando seus objetivos essenciais (a proteção da comunidade ameaçada interna e externamente pelo “vírus” subversivo)”.²⁰⁶ Desse modo, para defender a permanência dos projetos políticos autoritários e justificar a repressão do Estado não como ações excepcionais, mas como a ordem necessária e inescapável, recorria-se à contínua exploração da guerra interna e da figura dos inimigos, mobilizando a “funcionalidade estratégica do uso sistemático da ‘presença’ dos ‘inimigos internos’”²⁰⁷ como elemento de sustentação dos regimes de segurança nacional.

A assimilação de tal corpo doutrinário se alastrou por toda a estrutura do Estado ditatorial instituído com o golpe civil-militar de 1964, seja pela via da estruturação burocrática e legislativa, quanto pelas práticas do arbítrio, da ilegalidade e da clandestinidade das ações repressivas, que desde o início solaparam as possibilidades contestatórias da sociedade civil e até mesmo de setores militares. Como ressalta Pedro Ivo Teixeirense, já no imediato pós-golpe foram registradas ações punitivas por parte das forças militares, quando “diferentes comandos militares, inspirados pelo canto de sereia do poder, executariam centenas de prisões e, mesmo, recorreriam, já nas primeiras horas do novo regime, ao uso da

²⁰³ PADRÓS, op. cit., p. 425.

²⁰⁴ Segundo apontado por Maria Helena Alves a partir dos manuais da Escola Superior da Guerra, enquanto a guerra insurrecional se refere a um “conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo”, a guerra revolucionária se trata de um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”. Cf. ALVES, op. cit., p. 37.

²⁰⁵ Ibid., p. 38.

²⁰⁶ PADRÓS, op. cit., p. 191.

²⁰⁷ Ibid, p. 101.

tortura contra os ‘inimigos da nova ordem’”.²⁰⁸ O mesmo é observado por Maria Celina D’Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro, que apontam que “no imediato pós-64, antes portanto do início da luta armada, os relatos sobre a violência policial e militar durante as prisões e nos presídios já era algo alarmante”.²⁰⁹ Assim, entende-se que os ataques cometidos contra os opositores políticos foram uma montagem fixa da ditadura,²¹⁰ como um de seus elementos de sustentação e justificação, difundindo-se desde os seus movimentos iniciais, e que refuta, portanto, uma perspectiva reativa da violência do Estado, que teria se erigido unicamente em resposta às práticas subversivas.

Com o propósito basilar de aniquilação do inimigo, pautando-se em noções de extermínio no sentido direto de extinção e interdição total e definitiva de todos aqueles e aquelas que pudessem representar qualquer possível risco aos interesses da nação, as ações repressivas da ditadura civil-militar brasileira se orientaram para um processo de desumanização operado em variados graus. Para além dos casos em que se concretizou a completa aniquilação física, com o assassinato e ocultamento dos corpos das pessoas alvejadas, as técnicas de violência, produzindo uma “agonia interminável, em que o sujeito se percebe como desfeito de sua própria humanidade”,²¹¹ se manifestaram desde o detalhe, como nas formas de nomear e reduzir as existências dos opositores e opositoras políticas aos crimes e punições que lhes eram imputados. Este ato de nomeação e identificação do outro como inimigo, carrega, em si, a desumanização daquele que assim é inscrito.

Como apontado por Zafforini, a identificação dos indivíduos como inimigos está atrelada a um tratamento diferenciado, que consiste em negar-lhes a condição de pessoa, quando passam a ser unicamente tomados como um “*ente perigoso ou daninho*”: “na medida em que se trata um ser humano como algo meramente perigoso e, por conseguinte, necessitado de pura contenção, dele é retirado ou negado seu caráter de pessoa, ainda que certos direitos [...] lhe sejam reconhecidos”.²¹² Desse modo, se distinguem os “*cidadãos*

²⁰⁸ TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. *Reinventando o inimigo: História, política e memória na montagem dos dossiês e contra-dossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 13.

²⁰⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 10.

²¹⁰ Cf. BAUER, 2006, op. cit., p. 24, p. 120.

²¹¹ VINAR, Maren; VINAR, Marcelo. *Fracturas de memória*. Crônicas para una memoria por venir. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 127. Tradução livre minha. No original, “*un espacio de agonía interminable, en el que el sujeto se percibe como desecho de su propia humanidad*”.

²¹² ZAFFORINI, E. Raúl. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 57.

(pessoas) e *inimigos* (não pessoas)”.²¹³ Pela criminalização das condutas dos inimigos, observa-se também a estigmatização, o que significa desabilitar ainda mais as suas possibilidades de aceitação social, resultando na segregação observada por Goffman entre pessoas *estigmatizadas* e pessoas *normais*.²¹⁴ Retira-se, assim, mais uma camada de humanidade, fortalecendo a justificação das ações repressivas, que não seriam violentas, mas sim preventivas e necessárias; que não se direcionariam contra pessoas, mas sim contra alvos; que não cessariam vidas, mas sim os perigos.

A partir dessas considerações, este capítulo se dedica a desdobrar os gestos primeiros de desumanização impetrados pela ditadura, identificados na redução das existências humanas a meros alvos de abate – e não combate, pois não disputado por forças equânimes. Entre as tantas armas empregadas, interessa considerar, em primeiro lugar, as formulações jurídicas que concretizaram em práticas legais e clandestinas as bases ideológicas de perseguição e aniquilação do outro. Ainda que deixe escapar uma série de experiências que não transitaram pela legalidade, a incursão judicial das pessoas consideradas inimigas permite visualizar a projeção pública e oficial das ações direcionadas aos opositores, constituindo-se como a base comum de todas as pessoas que foram punidas judicialmente pelas forças repressivas. Assim, tratar dos enquadramentos legais perpetrados pela justiça na ditadura civil-militar brasileira, orquestrada a partir de forte dicotomia e categorização social, é também voltar o olhar a processos mais amplos de enquadramento, conforme elaborado por Judith Butler,²¹⁵ revelando movimentos de diferenciação das vidas, ao tirar-lhes a capacidade de reconhecimento e tornar-lhes vidas menos reconhecíveis como tais. As formulações legais são aqui, portanto, tomadas como parte de “esquemas de inteligibilidade” que condicionam e produzem as normas que “operam para tornar certos sujeitos pessoas ‘reconhecíveis’ e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer”.²¹⁶ Dessa forma, procura-se, a partir das produções repressivas, identificar a fabricação das mulheres militantes enquanto inimigas, atentando para os processos de criminalização de suas ações políticas que, posteriormente, justificariam suas punições legais e clandestinas. Após o preâmbulo que as apresentou em seus trajetos de luta desde narrativas pessoais, busca-se agora entendê-las como desfeitas em criminosas e enquadradas enquanto alvos.

²¹³ ZAFFORINI, op. cit., p. 57.

²¹⁴ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988, p. 7, p. 14.

²¹⁵ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 13-55.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 20.

3.1 O ENQUADRAMENTO DOS PRIMEIROS ALVOS

Em um momento inicial, a ditadura civil-militar brasileira transformou em seus alvos prioritários as pessoas que pudessem ter associações com o governo democrático recentemente deposto, visando especialmente núcleos políticos vinculados ao comunismo, ao Partido Trabalhista Brasileiro e às lutas agrárias, sindicais, estudantis e legalistas.²¹⁷ Nos primeiros atos golpistas, sob a pérfida e sugestiva alcunha de “Operação Limpeza”, as forças do Estado se voltaram à tomada de controle nos campos políticos, militares e psicossociais,²¹⁸ cumprindo a premissa de higienizar a esfera pública de presenças indesejáveis e contrárias à dita segurança nacional. Para tanto, valeram-se de operações massivas de prisão, ao mesmo tempo em que procederam à elaboração das formulações legais que embasariam seus objetivos de expurgo e privação de liberdades. Projetava-se, aí, o primeiro Ato Institucional.

Ao justificar sua implementação sob a necessidade de “restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar urgentes as medidas a drenar o bolsão comunista”,²¹⁹ o AI-1²²⁰ dispôs suas bases jurídicas como nitidamente amparadas na Doutrina de Segurança Nacional, operando na institucionalização do cerceamento dos direitos dos inimigos, apresentados como pessoas que “tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública”.²²¹ Para tanto, segundo definido no artigo 7º, seriam realizadas investigações sumárias, a resultar na suspensão das “garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”, com a possibilidade de demissão, dispensa, colocação em disponibilidade, aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva de oficiais militares e de servidores municipais e estaduais.²²² Além disso, inquéritos individuais ou coletivos passaram a ser previstos para indivíduos responsáveis por “crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou atos de guerra

²¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS et. al (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”. 3ª edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014, p. 34.

²¹⁸ ALVES, op. cit., p. 56.

²¹⁹ BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília, DF: Supremo Comando da Revolução, 1964.

²²⁰ Sendo originalmente nomeado apenas como Ato Institucional, tornou-se Ato Institucional nº. 1 (AI-1) somente após a promulgação dos atos seguintes. Para facilitar a identificação, será aqui referenciado como AI-1.

²²¹ BRASIL, op. cit., art. 7º, § 1º.

²²² Ibid., art. 7º, § 1º, 2º e 3º.

revolucionária”.²²³ Tracejando condutas que passavam a ser criminalizadas sem, no entanto, defini-las precisamente, abria-se espaço para o arbítrio e generalização da perseguição a qualquer ação dissidente.

Em complemento ao AI-1, sob a justificativa da “existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista”²²⁴ ainda persistente no Brasil, poucos dias depois promulgou-se a Portaria nº. 1, que determinou a criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), “a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”.²²⁵ Com isso, se autorizava, segundo Carlos Fico, o acirramento da “caça às bruxas” liderada diretamente por coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães responsáveis pela execução dos IPMs.²²⁶

Nessa esteira, promulgou-se também o Decreto-Lei nº. 53.897, de 27 de abril de 1964, igualmente referente aos IPMs. Mediante submissão à Comissão Geral de Investigações, tais processos investigatórios se dedicariam a averiguar “as atividades de funcionários civis e militares, de nível estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades ‘subversivas’”,²²⁷ aplicando-lhes as sanções previstas no recente Ato Institucional. Conforme apontado por Alves, os IPMs careciam de fundamentação jurídica formal, independentemente de elementos comprováveis e respaldando as investigações em fatores como a “opinião pública” ou a “culpabilidade por laços de família”.²²⁸ Dessa forma, assinala a autora, constituiu-se “o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo”.²²⁹ Transcendendo a palavra da lei, as definições do AI-1 e dos IPMs se fizeram sentir na prática em ações extraleais. O acusatório e persecutório, mais do que resultar em mera investigação judicial, abriram as portas para procedimentos violentos, clandestinos e sistemáticos, já antes encabeçados pelas forças de segurança, e agora formalmente respaldados.

²²³ BRASIL, op. cit., art. 8º.

²²⁴ BRASIL. *Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964*. Determina a abertura de inquérito policial militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Brasília, DF: Supremo Comando da Revolução, 1964.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 36.

²²⁷ ALVES, op. cit., p. 56.

²²⁸ Ibid., p. 57-58.

²²⁹ Ibid., p. 56.

As consequências deste *corpus* legal de excepcionalidade se fizeram sentir especialmente rigorosas no Rio Grande do Sul, considerando a então recente trajetória de resistência legalista, que havia mobilizado o apoio de amplos setores trabalhistas no estado, como sublinhado por Enrique Serra Padrós e Ananda Simões Fernandes.²³⁰ Os movimentos iniciais da Operação Limpeza resultaram em mais de 100 demissões e aposentadorias compulsórias do funcionalismo público gaúcho,²³¹ atingindo também dezenas de parlamentares com a suspensão de seus direitos políticos,²³² além da efetuação de centenas de prisões.²³³

Maria Celestina, atuando como funcionária federal em setor administrativo do Ministério da Agricultura em Porto Alegre, foi uma das pessoas a ser submetida à investigação sumária. Conforme atestado na publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 1964, foi afastada coercitivamente do seu cargo, sem qualquer possibilidade de acompanhamento do processo administrativo que levou à sua demissão.²³⁴

A Comissão de Investigação Sumária na qual foi denunciada voltou-se às ações de um grupo de funcionários do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Rio Grande do Sul, sob a alegação de apurar “a aplicação de verbas e contra os bens de propriedade da Fazenda Nacional, falsidade ideológica, apropriação indébita e outros delitos cominados no Código Penal Brasileiro e no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União”²³⁵ – ou seja, uma série de questões colocadas, a *priori*, como desvios estritamente administrativos e funcionais ou, nas próprias palavras da Comissão, “fatos ilícitos praticados no exercício da função pública pelos servidores”.²³⁶ Arrolando critérios que teriam levado à identificação de delitos como peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação, a Comissão de Investigação Sumária presidida por um almirante militar resolveu pela demissão dos quatro funcionários responsáveis por *delapidar* “o erário público” e *corromper* “as normas e

²³⁰ PADRÓS, Enrique; FERNANDES, Ananda, op. cit., p. 34.

²³¹ BAUER, op. cit., p. 188.

²³² KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. *Cuadernos del CILHA*, Cuyo, n. 18, 2013, p. 12.

²³³ MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello; BELLÉ, Matheus Fuscillo. A Operação Limpeza em Porto Alegre – 1964: o caso Lúcio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 157, 2019, p. 144.

²³⁴ BRASIL. Diário oficial de 7 de outubro de 1964. Brasília: Presidência da República, 1964. In: ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *processo de indenização nº 6936-1200/98-3*.

²³⁵ COMISSÃO Geral de Investigações. *Investigação Sumária nº. 133* (W/ST4/00008/120/B3A/060587). Ministério da Agricultura. Serviço de Recursos Naturais Renováveis. Rio Grande do Sul, 30 de agosto de 1964. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_87014568_d0001de0001.

²³⁶ Ibid.

preceitos administrativos”.²³⁷ Por estes caminhos, dispunha-se o sucesso da limpeza do “mau funcionalismo” que “contaminava” o maquinário público, corroborando o papel do governo ditatorial como expoente dos bons costumes.

O contraponto a este arranje é exposto por Maria Celestina em relato anexado ao processo de indenização movido no âmbito da Lei Estadual nº. 11.042/97, quando assinala o caráter eminentemente político de tais sanções. Segundo apontado por ela, o restante dos funcionários demitidos por resultado da Investigação Sumária possuiria ligações com o anterior governo do Rio Grande do Sul – qual seja, de Leonel Brizola -, sendo, portanto, opositores ao regime instituído militarmente. Foi por este critério que, mais do que proceder a uma investigação administrativa, realizou-se perseguição política, com coação por parte do general Odacyr Luiz Timm – interventor militar lotado na agência em que trabalhavam – para que Maria Celestina declarasse contra os colegas. Ao recusar fazê-lo, “sofreu as maiores humilhações, tendo inclusive seu nome publicado na imprensa através de falsas afirmações feitas pelo General acima citado”.²³⁸ Mais do que isso, foi também denunciada e detida em novembro de 1964, em sucessão à demissão que ocorrera em outubro.

Seu caso explicita a maleabilidade e dissimulação das forças repressivas para o enquadramento jurídico de seus alvos. Sob os preceitos de defesa dos bons costumes em suas mais variadas esferas - incluindo uma pretensa anticorrupção - o Estado recorreu à manipulação de informações para fraudar o enquadramento legislativo de opositores, justificando a necessidade de um governo empenhado em combatê-los amplamente, atingindo até mesmo pessoas que não representavam um risco em si, mas que eram visadas por seus laços de amizade ou parentesco. A perseguição, ao operar para além de um nível individual, tornava-se generalizada, buscando uma depuração política ampla e total. Pelo enquadre no art. 7º do AI-1, Maria Celestina foi incorporada à massa que configurou, em amplos delineamentos, os perfis dos primeiros inimigos internos atingidos pelos atos da ditadura: indivíduos que pudessem ter qualquer tipo de relação, direta ou indireta, com os impulsos democráticos, que deveriam ser brutalmente arrefecidos.

Neste momento, os instrumentos legislativos próprios da ditadura, que ainda estavam por se tecer, não bastavam para a punição dos opositores, sendo necessário o amparo em legislações anteriores para solidificar o discurso de justificação dos enquadramentos legais. No IPM em questão, recomendou-se a incursão de Maria Celestina nos artigos 195 e 207 do

²³⁷ COMISSÃO Geral de Investigações. *Investigação Sumária n.º 133*, op. cit.

²³⁸ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6668-1200/98-0 [Ilka C.P.]*. Porto Alegre, 1998, fl. 24a.

então vigente Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,²³⁹ deturpando sua competência ao mobilizá-lo arbitrariamente para finalidades políticas. A partir de variadas estratégias, as ações identificadas como oposição política passavam a ser alçadas à categoria de crimes, em uma constituição que partia antes dos perfis dos próprios criminosos, do que do enquadramento em algum crime já tipificado,²⁴⁰ expressando nítida manipulação do aparato judiciário.

Sistematizando os artifícios empregados para consolidar a perseguição aos opositores, a ditadura passou a fortalecer seu *corpus* punitivo próprio ainda no ano de 1964. Os instrumentos judiciais e burocráticos que se engendravam, embora já se mostrassem suficientemente severos em suas disposições legais, representavam apenas a face formal para ensejar um profundo leque de ações clandestinas e excessivas. É o que se tem, por exemplo, com a formalização do Serviço Nacional de Informações (SNI), instituído em junho de 1964 pela Lei nº. 4.341, que o fundamentou como órgão de coordenação das “atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”²⁴¹ – ou, em outras palavras, como uma agência de espionagem. Com a função central de assessorar a presidência da República com informações necessárias para o exercício do poder,²⁴² o SNI operou como “um poder político *de facto* quase tão importante quanto o do próprio Executivo”,²⁴³ aprimorando e expandindo seu escopo ao longo dos anos, até formar uma verdadeira “comunidade de informações”.²⁴⁴ A coleta e análise de informações se ancorava no pressuposto “de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção”, orientando-se pela “desconfiança generalizada”,²⁴⁵ o que permitia a generalização da aplicabilidade da insígnia de inimigo interno. Cooperando com ações policiais de repressão à subversão, o SNI forneceu bases fundantes para o aparato repressivo, integrando-se a ele, como conclui Carlos Fico:

²³⁹ COMISSÃO Geral de Investigações, op. cit., fl. 13.

²⁴⁰ Cf. BAUER, 2006, p. 55.

²⁴¹ BRASIL. *Lei nº. 4.314, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF: Presidência da República, 1964.

²⁴² FICO, op. cit., p. 81.

²⁴³ ALVES, op. cit., p. 73.

²⁴⁴ Segundo Carlos Fico, a comunidade de informações era composta pelo conjunto de sistemas associados ao Sistema Nacional de Informações (SISNI), a exemplo do próprio SNI e dos órgãos de informações de ministérios, autarquias, fundações e empresas estatais, bem como dos sistemas específicos da Marinha, Exército e Aeronáutica. Tais órgãos se distinguem “pela área de atuação (um estado, um conjunto deles, um país estrangeiro) ou pela inserção na esfera civil ou militar”. Além de indicar um conjunto de instituições, possuía um caráter de comunidade também pelo senso colaborativo estabelecido entre essas esferas. Cf. FICO, op. cit., p. 71-105.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 100.

Esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político.²⁴⁶

Consolidando a produção de informações como um importante pilar para a liquidação das oposições, o arranjo repressivo passou a ser ainda mais delimitado a partir da promulgação do Ato Institucional nº. 2, em 1965. A justificativa novamente defendia a “recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil” que, segundo se alegava, era ameaçada por “agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada”.²⁴⁷ Para refrear tais movimentos, a legislação determinava a possibilidade de decreto de estado de sítio e de intervenções nos estados federativos “para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna”²⁴⁸, além de suspender as “garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade”²⁴⁹ e prever a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.²⁵⁰

No que tange à punição dos crimes políticos, definiu-se no art. 8º a extensão do foro militar aos civis “nos casos expressos em lei para *repressão de crimes contra a segurança nacional* ou as instituições militares”.²⁵¹ Retomando a Lei de Segurança Nacional vigente, cuja última versão datava de 1953, assinalava-se que tais crimes, em seus processos e julgamentos, se tornariam competência da Justiça Militar.²⁵² Tais normativas indicavam a ampliação e monopolização do controle da Justiça Militar sobre as atividades da população civil,²⁵³ visando crimes que eram difusamente apresentados e, por isso, amplamente manejáveis de acordo com quem os mirava. Sem definir apropriadamente os opositores políticos, ao configurá-los somente como aqueles que desafiavam “a própria ordem revolucionária” e atentavam contra a segurança nacional, ampliava-se a gama de inimigos internos, passando a incluir outros sujeitos para além dos envolvidos com o anterior governo democrático,²⁵⁴ como se havia previsto no AI-1.

²⁴⁶ FICO, op. cit., p. 105.

²⁴⁷ BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965.

²⁴⁸ Ibid., art. 13 e art. 17.

²⁴⁹ Ibid., art. 14.

²⁵⁰ Art. 15.

²⁵¹ Ibid., art. 8º, § 1º. Grifos meus.

²⁵² Ibid.

²⁵³ ARQUIDIOCESE, op. cit., p. 170.

²⁵⁴ ALVES, op. cit., p. 91.

3.2 A INCURSÃO NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Foi com a publicação da primeira Lei de Segurança Nacional da ditadura civil-militar, datada de 13 de março de 1967 mediante Decreto-Lei nº. 314, que os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social passaram a ser apontados com algum grau de precisão. Incorporando os já conhecidos preceitos de “preservação da *segurança externa e interna*, [...] prevenção e repressão da *guerra psicológica adversa* e da *guerra revolucionária* ou *subversiva*”,²⁵⁵ evocou-se nitidamente o combate aos inimigos. A tipificação se deu em 38 artigos; as condutas criminalizadas, em suas distintas especificações, tinham como fatores em comum as noções de guerra, atos de hostilidade, atividades prejudiciais à segurança nacional, organização subversiva, descrédito ou desprestígio da nação e de seus governantes; as penas, por sua vez, compreendiam reclusão ou detenção, com regimes privativos que variavam de 3 meses a 30 anos. Todos os crimes eram inafiançáveis,²⁵⁶ impedindo-se também a suspensão condicional de suas penas.²⁵⁷ Apontava-se como espaços de cumprimento de pena “estabelecimento militar ou civil”²⁵⁸ sem que houvesse a obrigatoriedade de permanência em instituição penitenciária. Ainda, reiterava-se a aplicação do foro militar, já prevista anteriormente, contemplando agora crimes cometidos por meio da “imprensa, radiodifusão ou televisão”.²⁵⁹ Por meio dessa legislação, as pessoas enquadradas em penas superiores ao período de 2 anos passariam a ter seus direitos políticos suspensos pelo prazo máximo de 10 anos.²⁶⁰

A partir do ano de 1968, outras normativas decisivas passaram a ser instituídas. Inicialmente, em dezembro, o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), ao decretar a suspensão da garantia de *habeas corpus* em casos de “*crimes políticos*, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”,²⁶¹ agravava as condições de detenção dos

²⁵⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967, art. 3º. Grifos meus.

²⁵⁶ Ibid., art. 55.

²⁵⁷ Ibid., art. 51.

²⁵⁸ Ibid., art. 52.

²⁵⁹ Ibid., art. 45.

²⁶⁰ Ibid., art. 50.

²⁶¹ BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos

contestadores políticos, ao impedir acesso ao recurso que possibilitava a salvaguarda de suas liberdades diante decretos de prisão ilegais ou abusivos.

Em março de 1969, o Decreto-Lei nº. 510 instaurou alterações na Lei de Segurança Nacional redigida em 1967. Alguns artigos de tipificações penais foram revisados, com a ampliação do período de penas. Especialmente no artigo 25, imputou-se como crimes de segurança nacional os atos de “praticar devastação, saque, assalto, roubo, sequestro, incêndio ou depredação; ato de sabotagem ou terrorismo, *inclusive contra estabelecimentos de crédito ou financiamento*”,²⁶² acrescentando essa especificidade ausente na versão anterior, que passava a englobar as expropriações em estabelecimentos bancários – uma recorrente estratégia das organizações de esquerda a fim de levantar fundos para sustentar suas ações e a própria manutenção dos grupos. Decretou-se, ainda, a prisão por até 30 dias prorrogáveis durante a investigação, bem como a possibilidade de incomunicabilidade da pessoa detida por até 10 dias, caso “a medida se torne necessária às averiguações policiais militares”.²⁶³

Ainda que o controle repressivo já fosse definido e assegurado pelas primeiras edições da LSN, um novo decreto, promulgado em outubro de 1969, o faria ainda mais recrudescido. Por meio do Decreto-Lei nº. 898, os dispositivos da nova Lei de Segurança Nacional passaram a constituir, segundo Alves, “o principal instrumento de repressão política, tornando-se a própria base do poder de Estado”,²⁶⁴ o que pode ser compreendido face à inclusão de novos crimes e penas, que dilataram as possibilidades de enquadramento de práticas dissidentes ao governo – ou até mesmo daquelas não necessariamente implicadas em oposições com fins políticos. É o que se percebe no artigo de número 27, que previa reclusão de 10 a 24 anos para pessoas que assaltem, roubem ou depredem “estabelecimento de crédito ou financeiro, *qualquer seja sua motivação*”.²⁶⁵ Essa especificação final, ao menosprezar o caráter eminentemente combativo que orientava as expropriações organizadas por organizações de esquerda, inseria quaisquer crimes contra essas instituições no rol da Segurança Nacional – o que indica, em outras palavras, que assaltantes de banco não

pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968, art. 10. Grifos meus.

²⁶² BRASIL. *Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969*. Altera dispositivos do decreto-lei nº 314 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969, art. 25.

²⁶³ *Ibid.*, art. 47, § 1º.

²⁶⁴ ALVES, op. cit., p. 159.

²⁶⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969, art. 27.

vinculados à militância política seriam igualmente submetidos aos processos judiciais atribuídos à Justiça Militar.

Nessa legislação nota-se também a incorporação de previsões anteriormente determinadas pelo Ato Institucional nº. 14, em setembro de 1969. Sob a justificativa de que os “atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, que atualmente perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão”,²⁶⁶ determinou-se a pena de morte e de prisão perpétua, bem como o banimento – já definido pelo Ato Institucional nº. 13²⁶⁷ - para os casos de “guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”.²⁶⁸ Tais penalidades foram regulamentadas na Lei de Segurança Nacional, figurando como penalidades em 15 delitos,²⁶⁹ incluindo aquele que desconsiderava a motivação política do crime.

A nova edição da LSN foi procedida por um conjunto legislativo da Justiça Militar, em movimento de ajustamento à repressão judicial imposta aos opositores do governo.²⁷⁰ Os Decretos-Lei de nº. 1001, 1002 e 1003, do ano de 1969, referentes, respectivamente, ao Código Penal Militar (CPM), Código de Processo Penal Militar (CPPM) e Lei de Organização Judiciária Militar (LOJM), trouxeram regulamentações concernentes à Segurança Nacional, versando sobre a organização dos processos militares e seus julgamentos. No que tange aos crimes políticos, destaca-se o art. 62 do Decreto-Lei nº. 1001/69, assinalando que a pena privativa de liberdade dos civis processados pela Justiça Militar deveria se cumprir “em penitenciária civil, ou, à falta, em seção especial de prisão comum, ficando sujeito ao regime do estabelecimento a que seja recolhido”.²⁷¹

²⁶⁶ BRASIL. *Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969*. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil, acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar – esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

²⁶⁷ Previa-se o banimento para “o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional”, sem que se apontassem quais seriam essas inconveniências, nocividades ou perigos. Para os banidos, caso estivessem arrolados em algum processo judicial, este seria suspenso, bem como a execução da vigente pena. Cf. BRASIL. *Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969*. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

²⁶⁸ BRASIL, *Ato Institucional nº. 14*, op. cit., art. 1º.

²⁶⁹ Cf. DEL 898/69, op. cit., art. 10, art. 11, art. 15, art. 22, art. 24, art. 25, art. 27, art. 28, art. 29, art. 31, art. 32, art. 33, art. 37, art. 39 e art. 41.

²⁷⁰ ARQUIDIOCESE, op. cit., p. 172.

²⁷¹ BRASIL. *Decreto-Lei n. 1001, de 21 de outubro de 1969*. Código Penal Militar. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969, art. 62.

A projeção de tais legislações se inseriu em um cenário de transformação e radicalização da repressão e da resistência política. Enquanto a estrutura repressiva seguia se estruturando em torno de uma lógica preventiva, fabricando constantemente seus alvos em busca de legitimação da violência, os movimentos de contestação ganhavam novas expressões, o que implicava no alargamento dos inimigos internos visados pelo aparato de segurança. Conforme apontado por Marcelo Ridenti, o perfil das pessoas envolvidas na oposição política à ditadura sofreu significativas alterações ao longo dos anos de vigência do regime ditatorial. Se nos imediatos episódios golpistas observava-se a predominância de trabalhadores sindicalizados, quadros de partidos políticos, comunistas, reformistas e líderes do movimento estudantil como os mais visados pelas medidas repressivas, a partir de 1965 marca-se uma significativa alteração no perfil da resistência, que passa a ser povoada por uma miríade de grupos de enfrentamento organizado à ditadura.²⁷²

A partir daí, altera-se também o perfil dos atingidos, marcando-se uma virada no ano de 1969, quando a acusação de “militância em organizações partidárias clandestinas” se tornou predominante nos processos políticos,²⁷³ situando as organizações clandestinas de esquerda como alvo prioritário das ações repressivas e punitivas da ditadura. Com a maior profusão de movimentos de contestação e com o recrudescimento do aparato repressivo, alargou-se o número de pessoas atingidas pelos atos legais impetrados pela ditadura; os levantamentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* apontam que, enquanto 3.236 pessoas foram enquadradas na primeira edição da LSN da ditadura, ao menos 6.933 teriam sido atingidas pelo Decreto-Lei nº. 898 de 1969, além de outras 2.866 denunciadas com base no Código Penal Militar, do mesmo ano.²⁷⁴ O aumento expressivo do número de pessoas que chegaram a ser processadas na Justiça Militar não dá conta de dimensionar, contudo, a quantidade de acareações, autuações, detenções provisórias e condenações em primeira instância que a partir daí se sucederam e, menos ainda, a ampla gama de pessoas atingidas pelas práticas extralegis da repressão.

É igualmente inacessível a apuração do total de operações policiais mobilizadas a partir de 1969, quando as forças de segurança passaram a atuar com maior frequência e recrudescência no desigual “combate” à também ficcional “guerra subversiva”. Tais

²⁷² RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. [s/p – versão online]

²⁷³ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Tomo III: Perfil dos Atingidos*. São Paulo, 1985, p. 4.

²⁷⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Tomo II, Volume 1: A pesquisa BNM (os instrumentos de pesquisa e a fonte)*. São Paulo, 1985, p. 380.

operações se ampararam neste amplo contexto de “reestruturação do sistema repressivo”,²⁷⁵ no que se destaca também a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, operante entre fevereiro e novembro de 1969 como órgão diretamente subordinado à Presidência da República. Sob a justificativa de que “atos nitidamente subversivos” estariam atentando contra “a segurança nacional e a tranquilidade do País, comprometendo o seu desenvolvimento econômico e cultural e a sua harmonia social com ações subversivas que caracterizam um processo de guerra revolucionária”, instaurava-se a criação do órgão com a função de coordenar, em nível nacional, as investigações sobre “atos subversivos ou contra-revolucionários” e a responsabilização dos autores de tais delitos.²⁷⁶

Em publicação feita no jornal gaúcho Diário de Notícias, em 13 de fevereiro de 1969, são frisados os motivos que levaram à constituição da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar o que, mais do que informar sobre a criação desse órgão, ilustra a disseminação dos argumentos ideológicos da ditadura para justificação das ações de repressão. Citando as palavras do Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Jaime Portela, afirmava-se que “as ações desencadeadas simultaneamente em várias áreas de atividades profissionais e em diversos pontos do País” eram compreendidas como parte da “estratégia geral preconizada e seguida pelo movimento comunista internacional, caracterizando um inimigo interno que ultrapassou a fase de planejamento e já se lançou para a conquista do poder”, evidenciando “uma adiantada fase de guerra revolucionária”.²⁷⁷ Por estas vias, enquanto explicitamente se busca difundir o pânico entre a população, ao elevar as ações de esquerda a um nível de guerra com suporte internacional, implicitamente se nutre a urgência repressiva em combater “a gravidade do movimento subversivo”, responsabilizando os próprios grupos contestadores pelas violências que seriam contra eles cometidas.

Nessa direção, são listadas uma série de “atividades desenvolvidas pelos esquerdistas” que teriam ganhado extensão a partir do final de 1968, como a “ação perturbadora do clero ‘progressista’”, o “empenho das organizações comunistas vinculadas à China e Cuba nos preparativos para a condução, a curto prazo, da luta armada” e a “caracterização nítida do terror cultural comunista nas universidades”, entre outros. Em um parágrafo à parte, ganha destaque aquilo que se identifica como “um novo fator de conturbação da vida nacional”:

²⁷⁵ FICO, op. cit., p. 115.

²⁷⁶ BRASIL. *Decreto-Lei n.º 459, de 10 de fevereiro de 1969*. Cria a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1969.

²⁷⁷ DIÁRIO de Notícias. *CGIPM é para enfrentar ação subversiva, diz Portela*. Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1969, p. 3.

Como um novo fator de conturbação da vida nacional, grupos de anticomunistas extremados, revoltados com a audácia dos subversivos e contra-revolucionários insatisfeitos com as medidas ponderadas pelo Governo, passaram a atuar também pichando paredes, distribuindo panfletos e praticando atos que de igual forma se enquadraram no esquema do terrorismo urbano.²⁷⁸

Poucos meses após a publicação dessa nota, a militância de **Sandra Helena** foi enquadrada como um dos atos do tal “esquema de terrorismo urbano”. Em Auto de Prisão em Flagrante do DOPS/RS, datado de 16 de junho de 1969, registrou-se que, aproximadamente às 2 horas e 30 minutos da madrugada, “6 pessoas, entre eles uma mulher” haviam sido avistados por dois policiais militares em patrulha na Avenida Bento Gonçalves, junto ao muro da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), “enquanto que um rapaz e a moça escreviam no muro mencionado”.²⁷⁹ Com a aproximação dos policiais, relata-se que quatro pessoas teriam pulado os muros da universidade, enquanto os dois remanescentes correram em fuga pela avenida, descrevendo-se que “o rapaz e a moça, que escreviam no muro, tentaram correr em outro sentido; que o condutor e o colega efetuaram a perseguição desses dois últimos; e o outro PM fez três (3) detonações para o alto, no que o rapaz e a moça pararam e foram presos”.²⁸⁰

Na Certidão de Flagrante, aponta-se que foi encontrado, junto a Sandra, “uma luva de borracha ainda manchada com tinta de cor preta” e, em sua “bolsa de couro”, “um jornal DCE LIVRE e uma cadernetinha com capa de plástico e um calendário em folhas azul claro com algumas anotações julgadas dignas de investigações mais profundas”.²⁸¹ Além disso, consta-se também a apreensão de um carro; do livro “Da próxima vez, o fogo”, de autoria de James Baldwin; e de materiais diversos como um exemplar da revista Veja, do jornal Zero Hora e notas fiscais, além de “duas latas de COLOR-JET”.²⁸² Na ocasião, constatou-se a escrita de “FORA ROCKEFELLER”, “ESTATIZAÇÃO” e “ENSINO LIVRE E GRATUITO – ASSEMBLEIA GERAL FILOSOFIA”,²⁸³ atribuindo-se à Sandra a autoria deste último. Foi esta a razão para seu enquadramento no artigo 38 da então vigente Lei de Segurança Nacional, pelo crime de propaganda subversiva.

²⁷⁸ DIÁRIO de Notícias, op. cit., p. 3.

²⁷⁹ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Inquérito Policial Militar n.º 479*. Porto Alegre, 16 de junho de 1969. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0485_d0001de0001.

²⁸⁰ Ibid.

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Ibid.

²⁸³ Ibid.

Nos meses seguintes à prisão de Sandra e Mário (seu namorado), as ações repressivas se agudizaram, em grau até então inédito, na cidade de Porto Alegre e, de forma mais geral, no Rio Grande do Sul como um todo. Inserido nas dinâmicas repressivas que se estenderam por todo o território nacional, desde o começo da ditadura o Rio Grande do Sul diferenciou-se por seu caráter fronteiriço, tornando-o estratégico tanto para os opositores políticos, quanto para os agentes de segurança: enquanto aos militantes a fronteira interessava para as rotas de exílio e conexão entre os exilados e os quadros internos, a repressão aproveitava a região para tecer vínculos de colaboração com as ditaduras do Cone Sul, além de estabelecer o monitoramento daqueles que deixaram – ou planejavam deixar – o Brasil a partir da passagem por territórios gaúchos.²⁸⁴ Sendo o estado com o maior número de municípios “de interesse da segurança nacional”,²⁸⁵ o Rio Grande do Sul foi permanentemente afetado pelas engrenagens do Estado ditatorial, concentrando ações repressivas intensas para refreamento das articulações das esquerdas.

Em finais de 1969, a descoberta dos chamados “esquemas de fronteira”, que articulavam a saída de militantes ao exílio com passagem pelo estado, resultou na maior mobilização de operações de investigação e repressão às organizações clandestinas de esquerda então realizada no estado. No relatório anual de informações de 1970, produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, os eventos envolvendo a desarticulação destes esquemas de fronteira figuram como elementos inaugurais de uma sucessão de “atos subversivos”:

Após o esclarecimento das atividades observadas no âmbito do clero, iniciadas com a detenção de Frei BETO e outros implicados, em dezembro de 1969, a análise das declarações prestadas e das informações colhidas, levou a SSP/RS a prever para o princípio de 1970, o início de ações violentas no Estado. Estas visariam, não só a obtenção de fundos e armas para as organizações subversivas, como até mesmo seqüestro e terrorismo seletivo. Os fatos corroboraram tais previsões.²⁸⁶

²⁸⁴ FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 94-95, p. 125-126.

²⁸⁵ A Lei nº. 5.449, promulgada em 1968, declarou 21 municípios do Rio Grande do Sul como de interesse da segurança nacional, que foram complementados por outros 3 no Decreto-Lei nº. 435, de janeiro de 1969. Nestes municípios, os prefeitos eram nomeados pelo governador, com prévia aprovação da presidência da república. Cf. BRASIL. *Lei nº. 5449, de 4 de junho de 1968*. Declara interesse da segurança nacional [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.

²⁸⁶ SERVIÇO Nacional de Informações, *Encaminhamento nº. D23/16/AC/83*, op. cit.

As “ações subversivas” de 1970 foram categorizadas como assaltos, panfletagens, pichações e tentativas de sequestro e de assalto, eclodindo desde o raiar do ano, com o mapeamento de 30 ações no primeiro semestre e 43 no segundo. As chamadas “ações violentas”, referentes a assaltos e sequestros, bem-sucedidos ou não, com 3 ocorrências entre junho e dezembro de 1969, teriam quadruplicado no ano seguinte,²⁸⁷ destacando-se dois eventos como decisivos para o desmembramento das organizações de esquerda: o “assalto” à agência da cidade de Viamão do Banco do Brasil, realizado em março, e a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter, em abril. Como resultado das investidas repressivas iniciadas no dia seguinte ao malogrado sequestro, “foram detidas cerca de 70 pessoas, apreendidos dez carros das organizações e cerca de 40 milhões em dinheiro, localizados e estourados 17 aparelhos”.²⁸⁸

Responsável pelo planejamento e execução da expropriação ao Banco do Brasil, a VAR-Palmares foi uma das organizações mais visadas pelas forças repressivas a partir de abril de 1970. Em IPM que sugeriu o indiciamento de 51 militantes, a organização teve suas atuações no Rio Grande do Sul descritas como de “alta periculosidade”, sobretudo a partir de janeiro de 1970, quando o grupo contaria com “uma imprensa bem montada” e “ações típicas de guerrilhas urbanas, como o assalto ao Banco do Brasil de Viamão, além de treinamentos militares de seus quadros”.²⁸⁹ Com a mobilização de efetivos do Exército, Brigada Militar e Polícia Civil para “batidas”,²⁹⁰ além da condução da investigação pelo DOPS/RS, em junho celebrou-se que a VAR-Palmares, por prisões desencadeadas sobretudo nos dois meses anteriores, “foi desbaratada na totalidade”.²⁹¹

No início do mês de abril, marcado pela tentativa de sequestro do cônsul, a aparelhagem repressiva estruturada para a prisão dos envolvidos nestas ações ganhou destaque na imprensa regional e nacional, que cobria os eventos tendo por fonte frequente as declarações do então secretário de segurança pública do estado, coronel Jaime Mariath. Nas entrevistas concedidas, Mariath destacava o caráter do “terrorismo organizado” no Rio Grande do Sul, chamando atenção para as características das organizações operantes no

²⁸⁷ SERVIÇO Nacional de Informações, *Encaminhamento n.º D23/16/AC/83*, op. cit., p. 35-36.

²⁸⁸ PRESIDÊNCIA da República. Serviço Nacional de Informações. *Memorando n.º 0339 - A subversão no estado do Rio Grande do Sul*. Brasília, 23 de dezembro de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70028292_d0001de0001.

²⁸⁹ MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel-General. *Ofício n.º 346-Aj8*. IPM n.º 119/70 – Organização subversiva VAR-Palmares. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0081_d0001de0001.

²⁹⁰ PRESIDÊNCIA, *Memorando n.º 0339*, op. cit., fl. 3.

²⁹¹ MINISTÉRIO, *Ofício n.º 346-Aj8*, op. cit., fl. 3.

estado, e sobretudo para as “ações conjuntas” que as desarticulavam. Com base nas informações colocadas pelo secretário, o periódico carioca *Correio da Manhã* noticiou, em 20 de abril, a queda do “esquema no Sul”, destacando que “durou exatamente duas semanas a ação de desmantelamento da maior rede terrorista no Rio Grande do Sul”.²⁹²

Como figura recorrente nas imagens que ilustravam as manchetes esteve **Ignez**, apresentada por seus codinomes “Marta” ou “Martinha” ou como “estudante de veterinária”, sendo a única mulher a constar nominalmente entre as pessoas identificadas nas recentes ações das esquerdas. No inquérito que investigou as ações da VAR-Palmares, afirmava-se que Ignez “tentou subverter a ordem e a estrutura político-social vigente no Brasil, com a finalidade de estabelecer o socialismo no país”, sendo “membro do Setor de Operações de VAR-Palmares” e com participação no “assalto ao Banco do Brasil de Viamão”.²⁹³ Em documento da Agência Porto Alegre do SNI, o histórico das articulações políticas de Ignez foi descrito em detalhes, o que não necessariamente indica a exatidão das informações apontadas, que poderiam ser manipuladas para incriminá-la:

Pertence ao grupo VAR-Palmares. Participou do movimento estudantil, tornando-se esquerdista e após comunista. Após ingressar na VAR-Palmares foi encarregada de organizar um comando de movimento estudantil, tendo para tal, feito um levantamento e relacionado todos os colégios localizados em zonas operárias. Após foi para o setor de Operação da VAR-Palmares, tendo adquirido em seu nome um automóvel FORD-CORCEL, branco, 4 portas, para uso da organização. Foi encarregada de fazer um curso de fotografia e aprendeu a dirigir automóvel. Elaborou um levantamento da região onde se localiza a 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, com a finalidade de libertar um militante que seria julgado (ação não realizada por ser de extrema periculosidade). Realizou o levantamento da Agência do Banco do Brasil de Viamão/RS, tendo participado do assalto portando um revólver calibre 38 e usando uma peruca.²⁹⁴

Sendo identificada como a proprietária do veículo utilizado para a expropriação, Ignez foi detida em 4 de abril de 1970.²⁹⁵ Poucos dias depois, em nítido ato de espetacularização das detenções, transformadas em símbolo do sucesso e vitória dos esforços de combate à “subversão”, Ignez foi levada pelos braços à apresentação à imprensa dos “terroristas” detidos nas recentes operações. Posteriormente, foi denunciada com base no artigo 27, do Decreto-Lei

²⁹² CORREIO da Manhã. *Terrorismo* – Cai o esquema no Sul. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1970, p. 9.

²⁹³ MINISTÉRIO, *Ofício n.º 346-Aj8*, op. cit., fl. 10.

²⁹⁴ ESTADO do Rio Grande do Sul. Departamento de Ordem Política e Social. *Depoimento de Ignez Maria Serpa de Oliveira*. Porto Alegre, 1970, fl. 162. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011465_d0002de0003.

²⁹⁵ Os documentos repressivos apontam a prisão no dia 5, o que indica a situação de sequestro à qual Ignez foi exposta durante o primeiro dia em que sua detenção não foi reconhecida.

nº. 898/69, pelo delito de “assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação”.²⁹⁶

Figura 4. Publicação do Diário de Notícias (RS) em 8 de abril de 1970.

***Liberdade do cônsul
custaria doze presos***

**ELE É UM PRÊSO
IMPORTANTE**

**ESTA ESTUDANTE
TAMBÉM É**

Gusavo Buarque Schüller, o "Flávio", (fotos menores) visto do Rio de Janeiro com os nomes de 12 presos políticos de São Paulo, cuja liberdade seria exigida pelo resgate do cônsul norte-americano Curtis Cutler, caso tivesse êxito a frustrada tentativa de sequestro do diplomata, domingo. A revelação foi feita pelo secretário da segurança, Jaime Mariath, em entrevista coletiva que concedeu ontem, para narrar todos os caminhos do terror gaúcho. Inês Maria Serpa de Oliveira, "Martinha" (fotos, à direita es-

ta presa, também, como "Flávio" e Paulo Roberto Toffen Francke, e forneceu dados muito importantes para as investigações. As atenções continuam todas voltadas, no instante, para Edmur Péricles de Camargo, que deve ser a "cabeça" do frustrado sequestro, assim como para uma lábia misteriosa que se acredita seja companheira de Edmur e que a polícia não sabe o nome. A entrevista, em detalhes, está na pág. 1 deste caderno.

Retratada pela imprensa como uma “presa importante”, a “estudante” Martinha figurou nas capas dos jornais após a entrevista coletiva em que Jaime Mariath narrou “todos os caminhos do terror gaúcho”. Na reportagem assinalou-se: “Inês participou do assalto ao Banco do Brasil de Viamão vestida de homem”. Fonte: Diário de Notícias, Porto Alegre, 8 de abril de 1970 (Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional).

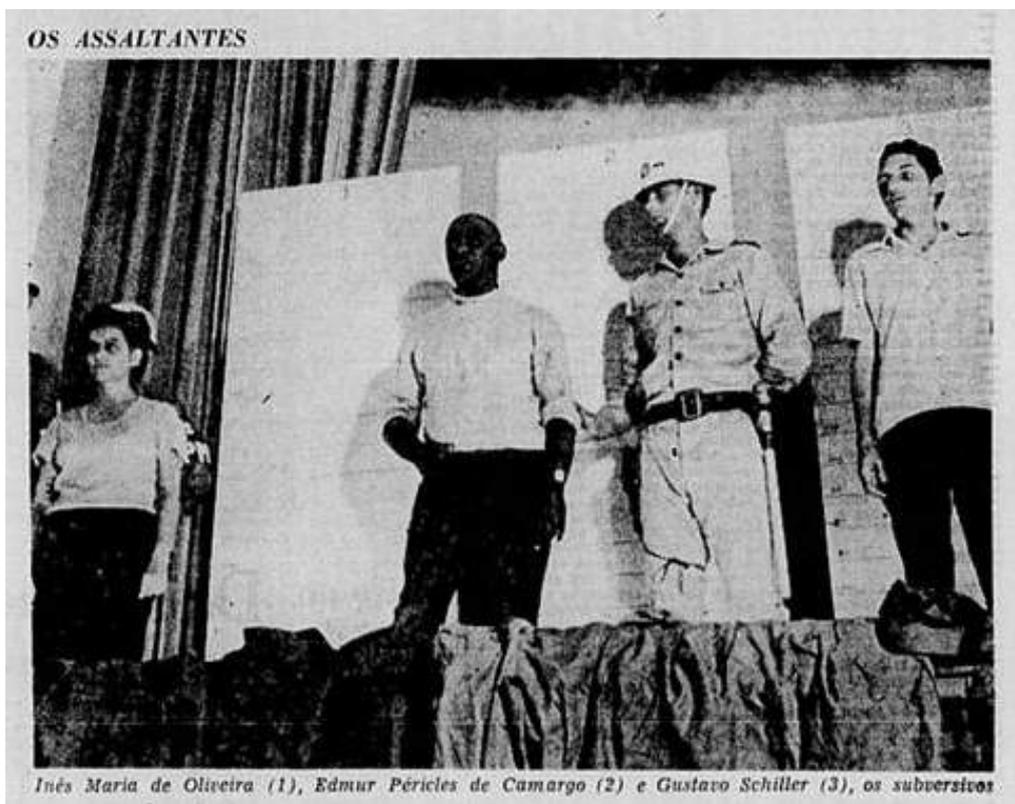
²⁹⁶ PODER Judiciário. Justiça Militar Federal. 1ª Auditoria da 3ª C.J.M. Certidão nº. 454/93. In: ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização nº. 6847-1200/98-0* [Inez Maria Serpa de Oliveira]. Porto Alegre, 1998.

Figura 5. Publicação do Diário da Manhã (PE) em 13 de abril de 1970.



Na capa do jornal pernambucano, Ignez foi identificada como uma das “cabeças do terror e da subversão gaúcha e nacional”, apontando-se a sua confissão na “participação em vários assaltos na capital gaúcha”. Na figura inferior, o destaque para as fotografias dos “suspeitos do sequestro do cônsul”. Fonte: Diário da Manhã, Recife, nº. 6165, 13 de abril de 1970 (Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional).

Figura 6. Publicação do Jornal do Brasil (RS) em 18 de abril de 1970.



Na reportagem do Jornal do Brasil sobre a apresentação dos “subversivos” à imprensa, destacou-se: “Só a mulher demonstrava nervosismo, torcendo os dedos”. Fonte: Jornal do Brasil, Porto Alegre, 18 de abril de 1970. (Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional).

Figura 7. Publicação do Correio da Manhã (RJ) em 18 de abril de 1970.



Relatando a apresentação à imprensa, a reportagem chamou atenção para a vestimenta dos presos: “Todos estavam com calça de brim e camisa de manga curta; Martinha estava com um slack de veludo marrom e blusa amarela”. Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1970. (Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional).

Figura 8. Registros da apresentação à imprensa de Ignez, a “Martinha” (abril, 1970).



Fonte: Documentos Revelados (Autoria desconhecida) / Acervo Zero Hora (Fotógrafos Galênio e Armênio).

Figura 9. Mais registros da apresentação à imprensa de Ignez, a “Martinha” (abril, 1970).



Fonte: ClicRBS (Galênio e Armênio) / Acervo pessoal Ignez Serpa / Acervo Zero Hora (Galênio e Armênio).

Dois dias após a prisão de Ignez, **Helena Lúcia** foi detida na cidade de Porto Alegre, em 6 de abril. Apresentada no IPM também pelo codinome “Vera”, apontou-se na justificativa de seu indiciamento que “colaborou com a Territorial de Caxias do Sul” e “participou de reuniões de caráter subversivo”²⁹⁷ da VAR-Palmares, sugerindo-se a incursão nos artigos 23 e 42 do Decreto-Lei nº. 898/69, pelos respectivos delitos de “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo” e de “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa”.

Para além da detenção, neste mesmo dia as forças policiais realizaram varredura na casa de sua família, onde antes vivia anteriormente, em Caxias do Sul. Nessa mesma cidade, havia sido detido também seu namorado, Paulo de Tarso Carneiro, o que igualmente figurou como justificativa para a prisão de Helena:

Era elemento vinculado a ele e que agia sob sua orientação, a estudante HELENA RODOLPHI, conhecida como “VERA”; encontra-se também detida. Confessou sua participação na trama subversiva, como aliciadora de operários de Caxias do Sul. No início do ano foi transferida pela VAR-Palmares para Porto Alegre, para incorporar-se em setor mais atuante, visto estar convenientemente doutrinado.²⁹⁸

Figura 10. Registro da entrada de Helena no DOPS/RS (abril, 1970).



Fonte: Ficha datiloscópica do DOPS/RS / Processo nº. 6350-1200/98-1 (APERS).

²⁹⁷ MINISTÉRIO do Exército. III Exército, *Ofício nº. 346-Aj8*, op. cit., fl. 20.

²⁹⁸ MINISTÉRIO da Aeronáutica. Quinta Zona Aérea. Divisão de segurança. *Informação nº. 33/SEG.5 – Subversão na Área de Caxias do Sul/RS. 8 de maio de 1970.* Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_zd_0_0_0016b_0073_d0003.

Nesta mesma semana, foi também o momento da detenção de **Iara Glória**. Com entrada no DOPS/RS registrada em 8 de abril, vinha sendo investigada como uma das responsáveis pelo funcionamento do Setor de Imprensa Nacional da VAR-Palmares em Porto Alegre.²⁹⁹ Na conclusão do Inquérito Policial-Militar, assinalou-se que Iara “desenvolveu atividades subversivas junto com seu esposo [...]. Ajudou a imprimir panfletos de natureza subversiva. Tentou subverter a ordem e a estrutura político-social vigente no Brasil com a finalidade de estabelecer o socialismo no país”.³⁰⁰ Sugeriu-se sua denúncia com base nos artigos 14 e 45 do DEL 898/69,³⁰¹ pelos crimes de filiação a agrupamento “que, sob a orientação ou com auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional” e de “fazer propaganda subversiva, utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social [...] como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva”.

Figura 11. Registro de entrada de Iara no DOPS/RS (abril, 1970).



Fonte: DOPS/RS (SIAN).

²⁹⁹ MINISTÉRIO, *Ofício n.º 346-Aj8*, op. cit., fl. 6.

³⁰⁰ *Ibid.*, fl. 18.

³⁰¹ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Relatório Policial*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1970, fl. 52. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100. Pasta BNM 066, fl. 1915-2001.

Junto a Iara foi também detida **Maria Aparecida**, monitorada por sua vinculação ao Setor de Imprensa Nacional da VAR-Palmares. Em investigação preliminar sobre as “atividades de grupos subversivos”, Maria Aparecida era arrolada como parte do comando nacional do setor.³⁰² Em Relatório Policial remetido pelo DOPS/RS ao Juiz Auditor Militar, foi inicialmente identificada como um dos “elementos” da organização vindos de outros estados, sendo apresentada enquanto “professora e esposa de Rui [...]. Com o marido, militava na imprensa da VAR-PALMARES, embora não participasse das decisões subversivas”.³⁰³ No capítulo dedicado ao enquadramento legal, esmiuçou-se as razões de sua detenção: “usava documentação falsa adquirida na Guanabara. Acompanhava o marido em suas andanças subversivas e na propaganda subversiva, pois residia em ‘aparelho’ da VAR-PALMARES, auxiliando o marido no Setor de Imprensa”.³⁰⁴ No avançar das investigações, concluiu-se que seu papel seria estritamente o de esposa de um dirigente, como assinalado em depoimento atribuído à Iara: “Marcelo [codinome de Rui], como meu marido, faziam política, mas Sílvia [codinome de Maria Aparecida] apenas acompanhava-o. [...] Queria dizer que Sílvia nunca participou de nada. Ela sempre só cozinhava e lavava as roupas, não queria e não participava de nada”.³⁰⁵ Como resultado, Maria Aparecida não foi indiciada “por falta de elementos que a comprometessem com a subversão”.³⁰⁶

Ainda no contexto do avanço repressivo para o desbaratamento das organizações vinculadas às ações urbanas, procedeu-se também a detenção de **Eliana**, vinculada à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Definida pelo DOPS/RS como “uma organização de ação violenta, de caráter nacional, com ramificações em variados Estados”, cujas ações se dirigiam “com vistas a criar um clima de guerrilha urbana no País”,³⁰⁷ a VPR passou a ser altamente visada pela repressão a partir das ações realizadas no início de 1970. Após expropriação de um carro que transportava valores do Banco Brasul, na cidade de Canoas, a organização atuou, na noite de 4 de abril, na tentativa de sequestro do cônsul – evento tido

³⁰² ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 198/70 – DCI/SSP/RS - Subversão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, maio de 1970, fl. 5. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0083_d0001de0001.

³⁰³ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Relatório Policial*, op. cit., fl. 35.

³⁰⁴ *Ibid.*, fl. 51.

³⁰⁵ ESTADO do Rio Grande do Sul. Departamento de Ordem Política e Social. *Depoimento de Iara Glória Areais Prado*. Porto Alegre, 1970, fls. 2-3. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011465_d0002de0003.

³⁰⁶ MINISTÉRIO, *Ofício n.º 346-Aj8*, op. cit., fl. 22.

³⁰⁷ SERVIÇO, *Encaminhamento n.º D23/16/AC/83*, op. cit., fl. 8.

como o estopim para a posterior desarticulação de muitas organizações no Rio Grande do Sul. Até o final do ano, o grupo realizaria ainda outras nove expropriações no estado.³⁰⁸

Apresentada nas investigações policiais como “secretária e companheira de Félix”, o militante responsável pela organização da VPR no RS e pelo planejamento e execução de ações como a tentativa de sequestro, Eliana foi identificada como parte do “Setor de Inteligência” da Unidade de Comando nº. 1 da organização,³⁰⁹ sendo, portanto, considerada um elemento-chave do grupo. Em relatório produzido pelo DOPS/RS, sua trajetória de militância foi descrita em parágrafo dedicado a diferenciar militantes e simpatizantes:

ELIANA [...] de codinome “MARIZA” na VAR-PALMARES, era militante da VAR, porém seu companheiro RAUL ELWANGER, de codinome “RAUL”, na VAR-PALMARES, recebeu ordem para deslocar-se para outro Estado, ELIANA devido ao seu apego à mãe (e só isto encontramos de louvável nessa moça subversiva), não aceitou o convite de RAUL ELWANGER (“Raul”), preferindo romper com a Organização a se ausentar de Porto Alegre (e a essa altura já conhecia por intermédio de “CHICO” da “VAR” ou “JORGE” da VPR, a FELIX SILVEIRA DA ROSA NETO, com quem não tivera maiores contatos na VAR), “rachou” – junto com seus amigos da SAV, passando para a VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA, mas não como “militante” que poderia no futuro deslocá-la para outro Estado, mas como “simpatizante”, situação em que aquela hipótese poderia ser recusada. Morre a “MARIZA” da VAR-PALMARES, nasce a “MÁRCIA” da VPR.³¹⁰

Em sua função de “secretária”, Eliana teria auxiliado Félix “a organizar fichas de militares, policiais, localização de quartéis e movimentos políticos em geral”, atuando diretamente na “formação do Setor de Inteligência e Informações da VPR”.³¹¹ Foi detida em 10 de abril e enquadrada nos artigos 23 e 42 da vigente Lei de Segurança Nacional, pelos delitos de “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo” e “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa”.

³⁰⁸ MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. Estado Maior – 2ª Seção. *Informação n.º 1474/E2/71* - VPR no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 24 de agosto de 1971, fls. 3-5. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008037_d0002de0002.

³⁰⁹ *Ibid.*, fls. 5, 10 e 11.

³¹⁰ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Relatório Policial*, op. cit., fl. 21.

³¹¹ *Ibid.*

Figura 12. Registro de entrada de Eliana no DOPS/RS (abril, 1970).



Fonte: Ministério do Exército / DOPS/RS (SIAN).

Em finais do mês de abril de 1970, as ações repressivas se voltaram à investigação do grupo recentemente mapeado pelos órgãos de informação, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT). Caracterizado pela militância de “elementos jovens de elite intelectual, imbuídos no ardor do fanatismo da sociedade sem classe e sem fronteiras”,³¹² o grupo foi considerado minoritário quando comparado aos demais em atuação no Rio Grande do Sul, reunindo cerca de 20 integrantes.³¹³ A organização passou a ser objeto de “levantamento” mesmo sem possuir qualquer relação com as recentes ações armadas visadas pela repressão; ao contrário disso, registrou-se que a FBT condenava tais práticas, entendendo-as como fator de atraso “da mobilização das massas operárias-estudantis”.³¹⁴ Apesar disso, a organização de células de discussão, a realização de conferências internas e a distribuição de jornais foram considerados atos suficientemente perigosos para enquadrar a organização nas molduras do atentatório contra a Segurança Nacional. Os esforços da repressão para a desarticulação da desorganização justificaram-se na extensão dos comitês regionais em nível nacional, bem como pelo “intercâmbio internacional” com “partidos socialistas da França, Itália e Inglaterra”, e sobretudo pelo suposto objetivo central do grupo: “o marxismo, a derrubada do

³¹² ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Gabinete do Secretário. Divisão Central de Informações. *Informação n.º 699/70* – DCI/SSP/RS – Fração Bolchevique Trotskista do Partido Operário Revolucionário. Porto Alegre, 6 de maio de 1970, fl. 49. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008016_d0001de0004.

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Ibid., fl. 07.

atual regime vigente no País e a implantação – de um governo sem classe, através da agitação, pressão (nacional e internacional), e em última etapa, a convulsão interna – a luta armada”.³¹⁵

Integrante do “Bureau Político”, o órgão dirigente do Comitê Central da FBT, **Vera Lúcia** foi indicada como “o elemento mais atuante na organização após Vito Letizia”,³¹⁶ o qual era considerado, ao seu lado, como um dos fundadores do grupo. Sendo descrita como “esquerdista radical, voluntariosa e com grande capacidade de trabalho”,³¹⁷ Vera foi detida quando estava atuando na estruturação da organização em Recife, em torno do dia 24 de abril. Além disso, teve sua residência em Porto Alegre submetida à varredura, ocasião em que foram apreendidos mais de 60 itens, descritos como “grande quantidade de livros, objetos, material para impressão de panfletos e boletins subversivos”.³¹⁸

Apontando-se que “tentou subverter a estrutura social vigente no Brasil com o fim de estabelecer ditadura de classe operária [...], incitou e fez propaganda subversiva, utilizando-se para isto de publicações clandestinas, assim como reuniões com a mesma finalidade”,³¹⁹ Vera foi incurso nos artigos 23, 39 e 45 do DEL 898/69,³²⁰ pelos crimes de “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”, “incitar a guerra ou à subversão da ordem político-social; a desobediência coletiva às leis; a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis [...]” e de “fazer propaganda subversiva”.

³¹⁵ ESTADO, *Informação n.º 699/70*, op. cit., fl. 50.

³¹⁶ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 285/70* – DCI/SSP/RS - Relatório do IPM da Fração Bolchevique Trotskista. Porto Alegre, junho de 1970, fl. 8. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008016_d0001de0004.

³¹⁷ MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. Estado Maior – 2ª Secção. *Informação n.º 2127 M5-E2* - Fração Bolchevique Trotskista/RS. Porto Alegre, novembro de 1972, fl. 17. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010851_d0001de0001.

³¹⁸ ESTADO, *Encaminhamento n.º 285/70*, op. cit., fl. 154.

³¹⁹ MINISTÉRIO, *Informação n.º 2127*, op. cit., fl. 17.

³²⁰ ESTADO, *Encaminhamento n.º 285/70*, op. cit., fl. 154.

(**Figura 13.** Registro de Vera Lúcia detida em Recife (1970).



Fonte: Delegacia de Segurança Social de Pernambuco/ Processo de indenização nº. 4990-1200/98-3 (APERS).

Figura 14. Identificação de Vera Lúcia em ficha de atividades pretéritas do DOPS/RS (1970).

STRINGHINI Vera Lúcia, 08016
 Codinome "SANDRA"
 Residência _____
 Profissão Estudante de Medicina
 • Instrução Superior incompleta
 Natural Cachoeira do Sul/RS
 Nascido aos 30 jan 1943
 Filiação _____
 Estado Civil Desquitada Religião _____
 Linhas Políticas Socialista



Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

Em 1º de maio de 1970, mesmo dia em que o apartamento de Vera era desbaratado em Porto Alegre, foi também detida **Nara Helena**, igualmente atuante na FBT. Identificada como integrante de “uma das células da Filosofia”³²¹ estruturadas pela organização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apontou-se na ficha policial que Nara atuava “ativamente na organização”,³²² participando de debates sobre “os problemas estudantis”³²³ e distribuindo panfletos.³²⁴ Também por seu conhecimento acerca das ramificações da organização por São Paulo e Nordeste, Nara foi enquadrada no artigo 23 da Lei de Segurança Nacional, pelo delito de “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”.

Figura 15. Identificação de Nara Helena em ficha de atividades pretéritas do DOPS/RS (maio, 1970).

MACNADO Nara Helena Nauman, 08016

Codinome "PATRÍCIA"

Residência: [REDAZIDA]

Profissão Auxiliar de Escritório e Estudante

Instrução Superior incompleta (Arquitetura)

Natural SANTO ANGELO/RS.

Nascido aos 27 fevereiro 1946

Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

Ao longo de todo o ano de 1970, as ações repressivas se concentraram no total desmantelamento das organizações clandestinas de esquerda. Em junho, foi o momento de desarticular o remanescente Setor de Imprensa da VAR-Palmares, que passou a funcionar sob responsabilidade de outros militantes após a primeira onda de prisões. Entre os responsáveis pela reorganização da Imprensa Nacional e Regional da VAR estava **Vera Lúcia**, identificada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul por seu “passado de atividades

³²¹ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Encaminhamento n.º 285/70*, op. cit., fl. 6.

³²² MINISTÉRIO do Exército, *Informação n.º 2127*, op. cit., fl. 12.

³²³ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Encaminhamento n.º 285/70*, op. cit., fl. 147.

³²⁴ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Relatório Policial*, op. cit., fl. 66.

subversivas em diversos estados do país”.³²⁵ Por sua trajetória “subversiva”, em que se destacava a vinculação ao Comando Nacional de Imprensa e um episódio de viagem de contato ao Uruguai,³²⁶ foi detida em 30 de junho e incurso nos artigos 14, 23, 25 e 45 do Decreto-Lei 898/69, pelos crimes de associação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional, tentativa de subversão da estrutura político-social vigente no país, prática de atos “destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva” e propaganda subversiva.

Figura 16. Registro de entrada de Vera Lúcia no DOPS/RS (julho, 1970).



Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

Com detenção registrada em julho de 1970, a queda de **Mara** ocorreu na mesma operação que resultou na prisão de Vera e na desarticulação dos setores ainda operantes da VAR-Palmares. Apontando-se que “abandonou seus 6 filhos menores para envolver-se na subversão” e que “acompanhou e auxiliou seu marido em todos os seus atos criminosos”,³²⁷ Mara foi indicada como “engajada na VAR-Palmares desde a fundação em Minas Gerais,

³²⁵ MINISTÉRIO do Exército, *Ofício n.º 346-Aj8*, op. cit., fl. 09.

³²⁶ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Relatório Policial*, op. cit., fl. 78.

³²⁷ MINISTÉRIO do Exército. Gabinete do Exército. Centro de Inteligência do Exército. *Informação n.º 2346/70/S-102-MI-CIE*. Rio Grande do Sul, 28 de agosto de 1970, fl. 2. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70030214_d0001de0001.

junto com o denunciado seu esposo, fundadora da organização”.³²⁸ Identificada como integrante do “setor de documentação da organização”,³²⁹ destacou-se entre suas ações subversivas que “cooperou com a VAR-Palmarenses falsificando documentos, que foram utilizados por membros da organização”.³³⁰ Foi incurso nos artigos 23 e 42 da Lei de Segurança Nacional, pelos delitos de “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo” e “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa”.

Figura 17. Registro de Mara no DOPS/RS (julho, 1970).



Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

³²⁸ PROCURADORIA Militar da 4ª Região Militar. *IPM 32/70* – Denunciados: Afonso Junqueira de Alvarenga e outros – LSN. Belo Horizonte, 1970. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100. Pasta BNM 030, fl. 1582.

³²⁹ PRESIDÊNCIA da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Belo Horizonte. *Informação n.º 072/SNI/ABH/70*. Belo Horizonte, 13 de abril de 1970, fl. 25. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70028121_d0001de0001.

³³⁰ *Ibid.*, fls. 10-11.

A onda repressiva que visava a desarticulação da VAR-Palmares e de demais organizações se disseminou por todo o território nacional, e não apenas no Rio Grande do Sul. Na cidade de São Paulo, foi detida **Maria Celeste**, cuja atuação originária na VAR se localizava no comando gaúcho. Considerada foragida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Maria Celeste foi presa pela Operação Bandeirante em finais de setembro de 1970. Identificada como “profissional da subversão”, alegou-se que era assalariada pela organização, assumindo papel de comando regional em São Paulo após a sua transferência do Rio Grande do Sul, sendo assim caracterizada como “verdadeira chefe da organização”.³³¹

Entre as suas ações destacadas pela repressão, constam o “recebimento de dinheiro e distribuição aos integrantes da organização”, “atuação nos setores de imprensa e do interior”, vinculação anterior ao trabalho de massa realizado junto a operários e lavradores e confecção de materiais “subversivos”.³³² Ao lado de Carlos Franklin Paixão Araújo, também apontado como integrante do Comando Regional, foram descritos como “execráveis criminosos ideológicos” que “lançaram e espalharam as suas peçonhas sobre crianças, sobre menores irresponsáveis que se tornaram presas fáceis e começaram a servir a tão torpe tipo de subversão”.³³³ Maria Celeste foi incurso no artigo 43 do Decreto-Lei 898/69, pelo delito de reorganização de “partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional”.

³³¹ MINISTÉRIO Público. Primeira Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. *Denúncia – Processo nº 526/71*. São Paulo, 27 de janeiro de 1971, fl. 11. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300. Pasta BNM 232, fls. 7-21.

³³² SECRETARIA da Segurança Pública, *Relatório*, op. cit., fl. 15.

³³³ SUPREMO Tribunal Federal. *Recurso Ordinário Criminal nº 1.201*. São Paulo, 26 de novembro de 1973, fl. 2.348. Grifos originais. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300. Pasta BNM 218, fls. 2479-2524.

Figura 18. Ficha de Maria Celeste na Operação Bandeirante (setembro, 1970).

Motivo da Prisão: - Subversão e terrorismo

Organização Subversivo-Terrorista: M.L.P.-Palmares/Setôr Interior

Anexo: 1 (uma) Ficha Dactiloscópica
1 (uma) Fotografia de frente

Fotografia catalogada no II Ex, sob nº 329.

Preso em 29 de Setembro de 1970.



Individual dactiloscópica de:

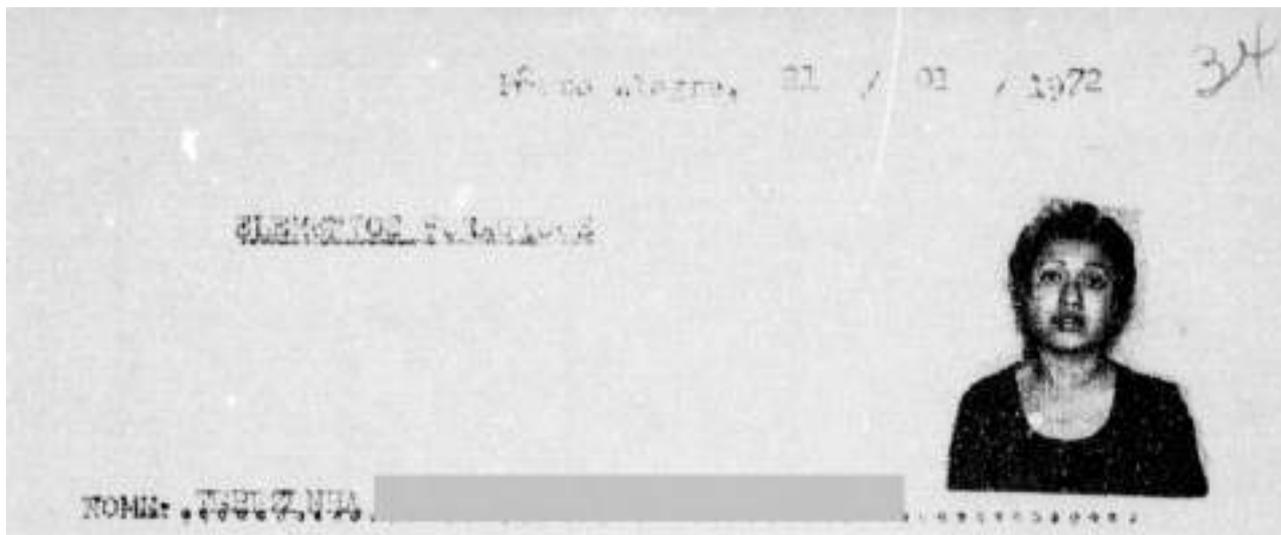
Como motivo da prisão, destaca-se “subversão e terrorismo”. Fonte: Ministério do Exército (SIAN).

Entre outubro e novembro de 1970 ocorreu a primeira detenção de **Terezinha**, visada por sua “ação efetiva junto à AP [Ação Popular]”, organização na qual seria responsável por liderar um “novo grupo em formação” e aliciar “pessoas nos locais de trabalho e ensino”.³³⁴ Investigada pela coleta de dados “para elaborar um manifesto sobre torturas a presos políticos no RGS”, pela distribuição de jornais, assim como por viagens realizadas a outros estados para fazer levantamentos e estabelecer contatos com setores operários e camponeses, foi apontada como “o ‘contato’ mais importante da AP”,³³⁵ destacando-se como liderança. Terezinha foi incurso no artigo 43 da edição vigente da Lei de Segurança Nacional, por “reorganizar ou tentar reorganizar [...] partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso”.

³³⁴ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 1244/72* – DCI/SSP/RS. Porto Alegre, 28 de março de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010968_d0002de0007.

³³⁵ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Informe n.º 57/APA/1972*. Porto Alegre, 17 de novembro de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72053631_d0001de0001.

Figura 19. Registro de Terezinha pela Divisão Central de Informações/RS (1970 ou 1971).



Na “relação de elementos que interessam ao DCI/SSP/RS”, Terezinha é apresentada em 1972 como “elemento foragido”. Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

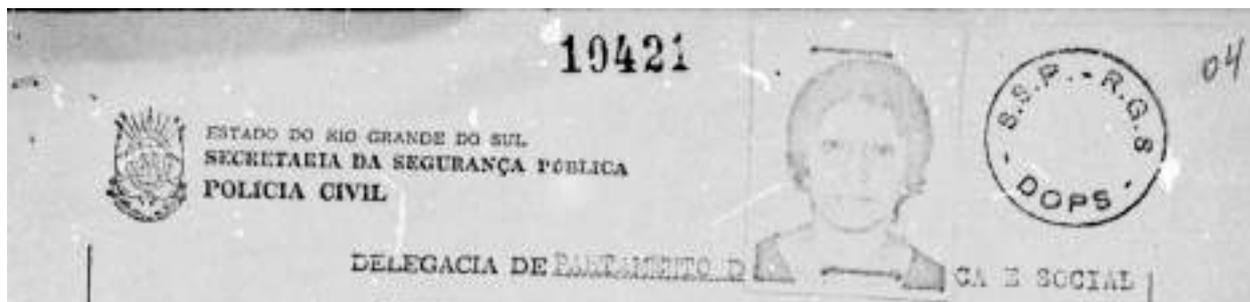
Como uma das últimas operações realizadas pela aparelhagem repressiva em Porto Alegre no ano de 1970, esteve o desmantelamento do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), organização que, segundo o DOPS/RS, teve atuação destacada entre os meses de julho e dezembro, “assaltando vários bancos e firmas comerciais, em íntima ligação com a VPR”.³³⁶ Entre os aparelhos do MCR “estourados” pela repressão, esteve o endereço que servia de moradia à **Mailde**, identificada como a única mulher componente da organização, que teria atuado na impressão de panfletos usados nas ações dos grupos.³³⁷ Em ficha normativa do DOPS/RS, apontou-se, a partir de declarações de um companheiro de militância, que Mailde “não tem condições necessárias para uma militância revolucionária, como ela reconhece, sendo bastante abalada emotivamente. Sua culpa foi a de permitir que o declarante morasse, por algum tempo, em sua casa”.³³⁸ Ainda que implicada em Inquérito Policial Militar, não se localizou nesta pesquisa o enquadramento jurídico de suas ações.

³³⁶ MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. *Informação n.º 2097-E2/71* - M3G e MCR. Porto Alegre, 25 de novembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008055_d0001de0001.

³³⁷ *Ibid.*, fl. 12.

³³⁸ ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Administração Superior. Departamento Central de Informações. *Informação n.º 1355/73* - DCI/SSP/RS. Porto Alegre, 25 de abril de 1973. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84010421_d0001de0001.

Figura 20. Registro de Mailde no DOPS/RS (1973).



Fonte: DOPS/RS (SIAN).

No alvorecer do ano de 1971, marcado pela perseguição a grupos ainda não mirados massivamente, ocorreu a detenção de **Marlova**, que não pertencia a nenhuma organização estruturada. Tornou-se alvo da repressão por sua atuação em uma editora de cunho anarquista e “libertário”, em que teria editado e distribuído livros e panfletos “subversivos”. Segundo a Procuradoria da Justiça Militar, Marlova teria feito a remessa de um exemplar do jornal intitulado “Autogestão” a amigos próximos e para uma familiar residente na Bolívia, além de ter tomado “parte em reuniões nas quais se discutia sobre o jornal Autogestão, sobre socialismo e acerca da política atual do País”.³³⁹ Foi incurso nos artigos 13 e 14 do DEL 898/69, pelos respectivos crimes de “redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a Constituição” e de associação a agrupamento com atividades “perigosas” à segurança nacional.

Segundo o Relatório Anual de Informações de 1971, a principal ação desenvolvida pelas forças repressivas do Rio Grande do Sul neste ano voltou-se contra o Partido Operário Comunista (POC), apontando-se sua envergadura no estado, com comandos bem estruturados e um significativo número de militantes.³⁴⁰ Mesmo indicando que a organização “não chegou a efetuar nenhuma ação efetiva” no ano de 1971, “limitando-se seus militantes à doutrinação, panfletagens, elaboração de planos de assaltos não executados e reuniões ocultas”, a ofensiva repressiva foi justificada pela necessidade de evitar que “suas ideias e conhecimentos

³³⁹ SUPERIOR Tribunal Militar. Procuradoria Geral da Justiça Militar. *Denúncia contra Helios Puig Gonzales e Marlova de Sousa Canabarro*. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1972. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200. Pasta BNM 111, fls. 3-5.

³⁴⁰ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 026/APA/1972 – Relatório Anual de Informações (1971)*. Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72049414_d0001de0002.

pu dessem ser postos em prática”.³⁴¹ Como resultado, entre janeiro e dezembro de 1971 ao menos 40 pessoas associadas ao POC seriam presas somente no Rio Grande do Sul, de um total de 70 indiciadas em inquérito policial-militar.³⁴²

Transferida para São Paulo em decorrência da onda de prisões que assolavam o Rio Grande do Sul, **Leane** foi detida na capital paulista no mês de julho. Definida como “profissional da subversão”,³⁴³ foi identificada como quadro do POC no setor de imprensa no Rio Grande do Sul³⁴⁴ e no setor interno em São Paulo, sendo mencionada como parte da chefia de tal área.³⁴⁵ Foi incurso no artigo 43 do DEL 898/69, pelo delito de reorganização de partido político ou associação com exercício de “atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional”.

Figura 21. Registro de Leane na Operação Bandeirante (1971).



Fonte: Ministério do Exército (SIAN).

³⁴¹ SERVIÇO Nacional de Informações, *Encaminhamento n.º 026/APA/1972*, op. cit., fl. 4.

³⁴² Ibid. fl. 32.

³⁴³ MINISTÉRIO das Minas e Energia. Divisão de Segurança e Informações. *Informação n.º 30/1129/71 - DSI/MME/BSB*. Brasília, 22 de novembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71043331_d0001de0001.

³⁴⁴ MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel-General, Estado Maior – 2ª seção. *Informação n.º 1600-E2/71 - Partido Operário Comunista*. Porto Alegre, 23 de setembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008020_d0001de0001.

³⁴⁵ MINISTÉRIO do Exército. II Exército. Quartel-General. *Relatório periódico de informações n.º 07/71*. São Paulo, 5 de agosto de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011027_d0001de0001.

No mês seguinte à prisão de Leane, foi a vez da detenção de **Zilá**, também na cidade de São Paulo. Apontada como integrante do “Setor Especial da organização, que tinha por objetivos praticar expropriações para obter fundos ao POC”,³⁴⁶ foi indicada como atuante “no esquema médico”, atendendo “a um elemento ferido” e realizando “levantamentos de estabelecimentos para a prática de assaltos pela organização”. Vinculando-se a outra célula da organização, foi investigada por participar de reuniões e por receber “exemplares de um jornal de informações e debates do partido”. Zilá foi incurso nos artigos 14, 23 e 25 da Lei de Segurança Nacional editada pelo Decreto-Lei nº. 898/69, pelos delitos de filiação à agrupamento com “atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”, tentativa de subversão da “ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil” e prática de “atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva”.

Estes mesmos delitos constam na denúncia contra **Leia**, igualmente detida no mês de agosto na capital paulista. Identificada pelos codinomes “Rita” e “Judia” e apontada como “ativa na agitação estudantil” e no “setor de imprensa do POC/RS”,³⁴⁷ lista-se como seus atos subversivos a participação em “manifestações esquerdistas na Faculdade”³⁴⁸, em “várias pichações e panfletagens em Porto Alegre”³⁴⁹ e a coordenação da “célula [da organização] que funcionava na Faculdade de Filosofia da UFRGS”.³⁵⁰ Com a transferência para São Paulo, teria atuado no Setor Interno, “onde trabalhou para colocar o arquivo da organização em ordem”.³⁵¹

³⁴⁶ SECRETARIA da Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. *Relatório - Inquérito n.º 04/71*. São Paulo, 28 de janeiro de 1972. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 01 a 100. Pasta BNM 055, p. 3322-3380.

³⁴⁷ MINISTÉRIO das Minas e Energia, *Informação n.º 30/1129/71*, op. cit., fl. 5.

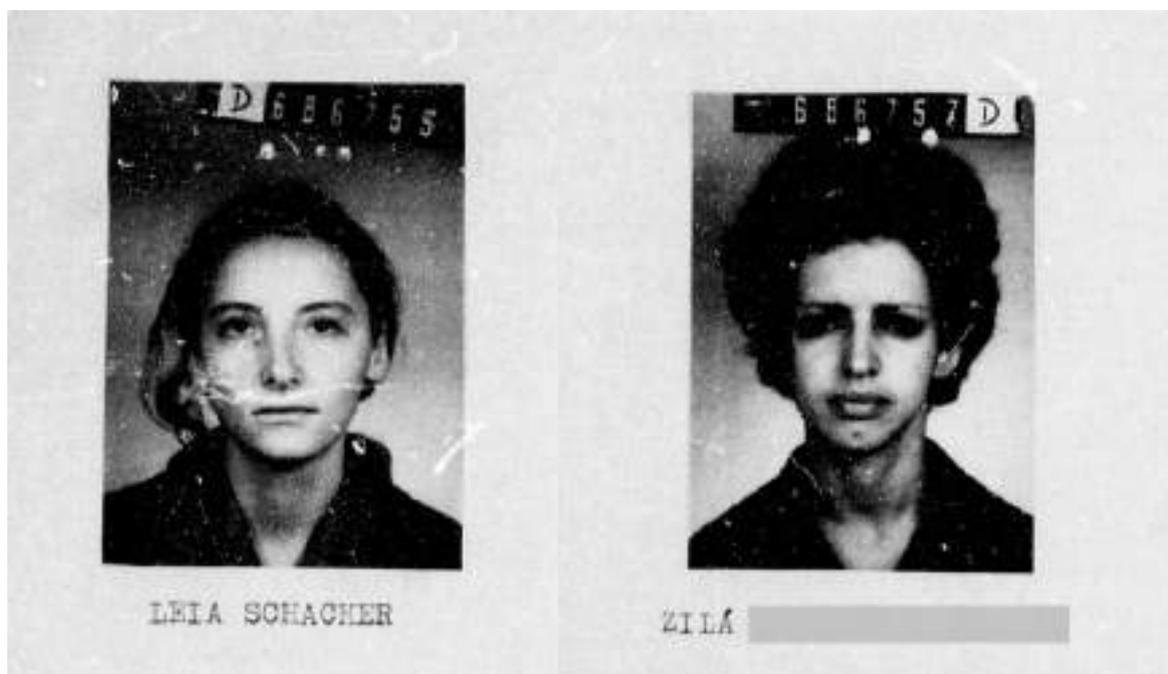
³⁴⁸ Ibid.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ MINISTÉRIO da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea. Quartel General. Divisão de Segurança. *Informação n.º 371/DSGE4* – Léa Schacher. São Paulo, 7 de maio de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_vaz_0_0_07815_d0001de0001.

³⁵¹ SECRETARIA da Segurança Pública, *Inquérito n.º 04/71*, op. cit., fl. 29.

Figura 22. Registros de Leia e Zilá no DOPS/RS (1971).



Fonte: DCI/SSP/RS (SIAN).

Após os movimentos iniciais de repressão às organizações clandestinas de esquerda no Rio Grande do Sul, levando a Divisão Central de Informações à afirmação, em finais de 1971, de que se alcançara “o desmantelamento total dos núcleos onde se arregimentavam essas facções, [...] cortando-lhes os passos e evitando que suas intenções maléficas se concretizassem”,³⁵² os anos seguintes se marcaram pela perseguição aos militantes remanescentes e às tentativas de reorganização dos grupos. Concluídas as prisões massivas, o resultado foi a diminuição do número de pessoas detidas e denunciadas. Conforme o estudo de Taiara Souto Alves, enquanto os anos de 1970 e 1971 concentraram o total de 230 pessoas denunciadas na Auditoria Militar de Porto Alegre, entre 1972 e 1978 foram apenas 54 denunciados e denunciadas.³⁵³ Entre as pessoas penalizadas pela Lei de Segurança Nacional neste período esteve **Sonia Venâncio Cruz**, que se tornaria a última mulher a ser libertada por crimes políticos no Rio Grande do Sul.

Detida em outubro de 1973 junto a outras 6 pessoas acusadas de possuírem ligações a uma expropriação realizada pela VAR-Palmares em março, Sonia foi apontada como

³⁵² SERVIÇO Nacional de Informações, *Encaminhamento n.º 026/APA/1972*, op. cit., fl. 1.

³⁵³ ALVES, op. cit., p. 66.

pertencente ao Comando Regional da organização.³⁵⁴ Em extensa lista de “atividades subversivas”, indicou-se sua prévia atuação no Setor Operário, com viagens realizadas pelo estado e no “centro do País” para estabelecer contatos com a militância, destacando-se também a participação em “treinamento de sobrevivência na mata, tiro ao alvo, montagem e uso de bombas de fabricação caseira” e em “levantamentos de instituições bancárias visadas para serem assaltadas”.³⁵⁵ Enquadrada como participante de “roubos de veículos que se destinavam à prática de assaltos a bancos” e da expropriação realizada contra a Agência do Banco Francês e Brasileiro, foi incurso no artigo 27 do DEL 898/69, pelo crime de “assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja sua motivação”.

3.3 A TRANSFORMAÇÃO DAS MILITANTES EM SUBVERSIVAS

As informações anteriormente apresentadas, que revelam os enquadramentos legais mobilizados pela ditadura para punir as mulheres militantes das esquerdas, podem ser sistematizadas, para fins de análise, conforme disposto no seguinte quadro:

Tabela 4. Enquadramento legal das militantes.

Nome	Ano de detenção	Legislação	Definição geral do(s) delito(s) e pena
Eliana	1970	DEL n°. 898/69 (ar. 23 e 42)	Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Filiação a organização de tipo militar (Reclusão de 3 a 8 anos).
Helena	1970	DEL n°. 898/69 (art. 23 e 42)	Tentativa de subversão da estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Filiação a organização de tipo militar. (Reclusão de 3 a 8 anos).

³⁵⁴ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Documento de informações n°. 306/16/APA/73*. Porto Alegre, 26 de outubro de 1973. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73062564_d0001de0001.

³⁵⁵ SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Informação n°. 012/116/APA/79* – Situação de presos incurso na Lei de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1979, fl. 05. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000186_d0001de0002.

Nome	Ano de detenção	Legislação	Definição geral do(s) delito(s) e pena
Iara	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 14 e 45</i>)	Filiação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 5 a 12 anos) ³⁵⁶ ; Propaganda subversiva (Reclusão de 1 a 3 anos).
Ignez	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 27</i>)	Assalto, roubo ou depredação de estabelecimento de crédito (Reclusão de 10 a 24 anos).
Leane	1971	DEL nº. 898/69 (<i>art. 43</i>)	Reorganização de associação com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos).
Leia	1971	DEL nº. 898/69 (<i>art. 14, 23 e 25</i>)	Filiação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos); Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Prática de atos de guerra revolucionária ou subversiva (Reclusão de 5 a 15 anos). ³⁵⁷
Mailde	1970	DEL nº. 898/69	Não consta.
Mara	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 23 e 42</i>)	Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Filiação a organização de tipo militar (Reclusão de 3 a 8 anos).
Marlova	1971	DEL nº. 898/69 (<i>art. 13 e 14</i>)	Redistribuição de materiais de propaganda estrangeira (Reclusão de 4 a 8 anos); Filiação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos).
Maria Aparecida	1970	DEL nº. 898/69	Não indiciada.

³⁵⁶ O art. 14 da Lei de Segurança Nacional de 1969 previa 2 a 5 anos de reclusão para organizadores ou mantenedores de grupos que exerçam atividades prejudiciais à segurança nacional, e 6 meses a 2 anos para os demais integrantes.

³⁵⁷ O art. 25 da Lei de Segurança Nacional de 1969 previa 5 a 15 anos de reclusão para a prática de atos de guerra revolucionária ou subversiva e, em caso de instauração de guerra, prisão perpétua (em grau mínimo) ou morte (em grau máximo).

Nome	Ano de detenção	Legislação	Definição geral do(s) delito(s) e pena
Maria Celeste	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 43</i>)	Reorganização de associação com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos).
Maria Celestina	1964	AI-1; Lei nº. 1.711/52 (<i>art. 7; art. 195 e 207</i>)	Tentativa contra o País, o regime “democrático” e probidade da administração pública; Peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação; Aplicação irregular do dinheiro público; Lesão aos cofres públicos; Uso de cargo público para proveito pessoal.
Nara	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 23</i>)	Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos).
Sandra	1969	DEL nº. 314/67 (<i>art. 38</i>)	Propaganda subversiva. (Detenção de 6 meses a 2 anos).
Sonia	1973	DEL nº. 898/69 (<i>art. 27</i>)	Assalto, roubo ou depredação de estabelecimento de crédito. (Reclusão de 10 a 24 anos).
Terezinha	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 43</i>)	Reorganização de associação com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos).
Vera Lúcia	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 14, 23, 25 e 45</i>)	Filiação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos); Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Prática de atos de guerra revolucionária ou subversiva; (Reclusão de 5 a 15 anos); Propaganda subversiva (Reclusão de 1 a 3 anos).

Nome	Ano de detenção	Legislação	Definição geral do(s) delito(s) e pena
Vera Lúcia	1970	DEL nº. 898/69 (<i>art. 23, 39 e 45</i>)	Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Incitação à subversão (Reclusão de 10 a 20 anos); Propaganda subversiva (Reclusão de 1 a 3 anos).
Zilá	1971	DEL nº. 898/69 (<i>art. 14, 23 e 25</i>)	Filiação a agrupamento com atividades prejudiciais à Segurança Nacional (Reclusão de 2 a 5 anos); Tentativa de subversão da ordem e estrutura político social (Reclusão de 8 a 20 anos); Prática de atos de guerra revolucionária ou subversiva (Reclusão de 5 a 15 anos).

Fonte: Autoria Própria (Supremo Tribunal Militar - Projeto Brasil: Nunca Mais, documentação do SNI).

A destacada predominância do Decreto-Lei nº. 898/69 como instrumento punitivo dessas mulheres pode ser compreendida em consonância com a sua disseminada mobilização como enquadramento dos crimes políticos, uma vez que, conforme já assinalado, esta teria sido a base legal para a incursão de ao menos 6.933 pessoas em todo o país.³⁵⁸ A recorrência do artigo 23, presente na incursão de metade dos casos analisados, é bastante ilustrativa do processo de criminalização de condutas desviantes; a partir de tal outorga legal, que definia como crime o ato de “tentar subverter a ordem ou a estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”, caracterizando-se por ser pouco específica e intencionalmente aberta para a arbitrariedade – afinal, quais ações definiram a tentativa de subversão da ordem? -, comportamentos de diversas naturezas poderiam ser selecionados para figurarem enquanto crime, imputando aos “criminosos” e “criminosas” a pena de 8 a 20 anos de reclusão. Aqui, diferentes tipos de envolvimento na militância foram considerados parte deste mesmo delito, contemplando desde ações internas de secretariado e documentação; a participação em grupos de debate e em reuniões de conscientização junto ao operariado; a distribuição de panfletos e o engajamento em atos públicos de contestação à ditadura; até a participação em levantamentos

³⁵⁸ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Tomo II, Volume 1*, op. cit., p. 380.

para expropriações, ou mesmo o pertencimento ao comando da organização e a responsabilidade por sua expansão nacional e internacional.

Em direção similar, o artigo 43, que resultou na incursão de 3 das 19 mulheres, definindo como crime “reorganizar ou tentar reorganizar [...] partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso”, com pena de reclusão de 2 a 5 anos, abriu margem para a arbitrária eleição das “atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional”. Nessa categoria, foram considerados os trabalhos de massa e as ações realizadas em setores de imprensa e internos, como a organização e distribuição de materiais, coleta de recursos ou produção de documentos de denúncia.

O artigo 14, igualmente maleável de acordo com os intentos de criminalização, no qual 5 mulheres foram enquadradas, versava sobre o delito de “formar, filiar-se ou manter associação [...] que, sob a orientação ou com o auxílio de govêrno estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”, com espaço para punição de cada pessoa que porventura se envolvesse nas organizações opositoras ao governo, quaisquer que fossem suas formas de vínculo ou atuação. Foram incursas neste artigo as militantes que, entre outros atos, participaram de reuniões nas células de seus grupos, atuaram na estruturação da imprensa e estiveram presentes em manifestações públicas.

Os arranjos legais foram, portanto, operados desde o arbítrio, dispondo intencionalmente os esboços de seus alvos de forma imprecisa e genérica, de modo a enquadrar, conforme sublinhado por Ananda Simões Fernandes, “todos que, de uma maneira ou outra, possam questionar, se opor e, de alguma forma, levar à desestabilização da ditadura de segurança nacional”.³⁵⁹ Com as militâncias clandestinas de esquerda prioritariamente delimitadas neste escopo, qualquer conduta poderia ser classificada como desviante e subversiva, indo desde as vinculações mais nítidas e intensas – como a atuação de comando em alguma organização -, até aproximações esporádicas ou gestos de solidariedade prestados por apoiadores ou familiares. Mais do que isso, a lógica de vigilância, perseguição e combate espraiava-se amplamente pelo corpo social, fazendo com que toda a população se tornasse

³⁵⁹ FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. *Anais do IX Encontro Estadual de História*, Porto Alegre, 2008, p. 2-3.

potencialmente suspeita, “podendo ser controlada, perseguida e eliminada”.³⁶⁰ Assim, como bem pontuado por Maria Helena Moreira Alves,

Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantia para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência. Tal inversão é raiz e causa dos graves abusos de poder que se verificam no Brasil.³⁶¹

Entende-se assim que, por um lado, a transformação das mulheres militantes em *elementos da subversão* passou pela eleição de condutas variadas e distintas entre si, que foram igualmente criminalizadas desde a ótica de combate às nunca definidas ameaças à Segurança Nacional e aos imprecisos e diluídos inimigos internos. Por outro lado, a cristalização de suas imagens como desviantes operou desde uma lógica binária e maniqueísta, situando-as obrigatoriamente em um espaço de ruptura e declínio. Mais do que definidas precisamente naquilo que eram, essas mulheres foram fabricadas como subversivas a partir daquilo que recusavam, não somente por suas transgressões políticas, mas sobretudo em aspectos de classe e gênero.

Nesse sentido, Fernando Cardoso observa que as violências políticas impetradas contra as mulheres – no que se pode considerar aqui o próprio ato de nomeá-las como criminosas –, ainda que fundamentalmente inseridas na “díade militar/militantes”,³⁶² possuem origem em estruturas de poder, hierarquias e formas de sociabilidade cotidianas, fortemente alicerçadas em relações de gênero, que resultaram em “um emaranhado gendrificado que representava, antes, a violência que operava epistêmica e cotidianamente”.³⁶³ Isto é, mais do que inaugurar formas específicas de se fazer violar, os “centros de poder masculinos do regime ditatorial brasileiro”³⁶⁴ apoiavam-se na “cotidianidade das relações de gênero entre os homens e as mulheres”³⁶⁵ para canalizar, criar e reificar a reprodução da violência:

³⁶⁰ FERNANDES, op. cit., p. 2-3.

³⁶¹ ALVES, op. cit. p. 40.

³⁶² CARDOSO, Fernando da Silva. *É isto uma mulher?* Disputas narrativas sobre memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes contra a ditadura militar no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, p. 184.

³⁶³ CARDOSO, op. cit., p. 188.

³⁶⁴ Ibid., p. 184.

³⁶⁵ Ibid.

Desse modo, a repressão atuou como uma espécie de filtro de saberes e práticas já estabelecidas sobre a mulher. [...] Neste trajeto, determinados construtos serviram como fundamento para a re-afirmação de uma dimensão de assujeitamento que ia além da coação à militância política e que se referia, no fundo, à mulher em si mesma.³⁶⁶

Tais construtos baseavam-se nas hierarquias de gênero e classe nas quais as mulheres estavam inseridas antes de ingressarem na militância, cujo cerne estava na ideologia familiar, a partir de uma postura de “guardiãs do lar”, esperando-se completa abdicação individual em prol da preservação da moralidade, dos laços familiares e dos valores cristãos, o que, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional, assegurava os intentos da nação.³⁶⁷ Por suas ações publicitárias, políticas e legislativas, a ditadura elaborava o feminino como a representação da docilidade, da passividade, da conformação e do doméstico, situando, dessa forma, qualquer conduta dissidente a esse padrão como uma negação da plena feminilidade.³⁶⁸ Ao inscrever as militantes como *subversivas*, *profissionais da subversão*, *agitadoras*, *esquerdistas* e demais (des)qualificativos observados nas documentações da repressão, estas deixavam de ser identificadas como mulheres na acepção normativa do termo, acrescentando-lhes camadas disformes, daninhas e abjetas; não deixavam de ser mulheres – uma vez que o gênero se fazia marcador fundamental na diferenciação de seus tratamentos na trama repressiva -, mas eram diminuídas ao patamar de *mulheres desviantes*.³⁶⁹ Assim, como sintetiza Olivia Joffily:

Para o agente de segurança, a alteridade que o distanciava do inimigo não poderia ser mais completa. A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca e vadia. Daquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito, e quer ocupar aquele destinado aos seus pares, os homens. A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa.³⁷⁰

³⁶⁶ CARDOSO, op. cit., p. 186.

³⁶⁷ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Associação Nacional de História, São Paulo, 2011.

³⁶⁸ Cf. BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

³⁶⁹ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 8.

³⁷⁰ JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 127.

A etiquetagem das mulheres militantes no espaço do desvio, para além das implicações de gênero situadas no contexto ditatorial, pode ser também entendida de acordo com o processo de criminalização como um todo. A noção de crime, em si, se origina de “processos de interação que etiquetam comportamentos e os elegem como desviantes”,³⁷¹ de modo que a criminalização se configure como a penalização de condutas desviantes, as quais são assim tipificadas em conformidade com interesses específicos de grupos de poder.³⁷² Desse modo, não existe uma conduta inerentemente criminal, nem mesmo um criminoso definido a partir de sua personalidade ou ambiente no qual se insere, uma vez que, segundo Vera Regina Pereira de Andrade,

A criminalidade se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos mediante um duplo processo: a “definição” legal de crime, que atribui à conduta o caráter criminal e a “seleção” que etiqueta e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas.³⁷³

Em direção similar, buscando entender os processos que resultam na alocação de indivíduos como *outsiders* (ou desviantes), Howard Becker chama atenção para o papel da sociedade na fabricação do desvio. Para o sociólogo, “grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders”, ou seja, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’”.³⁷⁴ Sendo fundamentalmente social – posto que a conduta desviante só pode ser assim forjada a partir de interações sociais –, a criação do desvio pode ser interpretada também pelos vieses políticos e econômicos, já que são estas esferas que garantem o poder de um grupo na rotulação de outras pessoas como externas à coletividade.³⁷⁵

De acordo com Becker, “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele”.³⁷⁶ Em decorrência disso, a etiquetagem do desvio, comuns a todos os processos de criminalização, ganha traços

³⁷¹ MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 52.

³⁷² MENDES, op. cit., p. 58-59.

³⁷³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Sequência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 16, n. 30, 1995, p. 28.

³⁷⁴ BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 21-22.

³⁷⁵ LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001, p. 193.

³⁷⁶ BECKER, op. cit., p. 25.

particulares no caso das mulheres militantes de esquerda identificadas como subversivas, devido às características dos atores envolvidos nessa dinâmica. No contexto da ditadura civil-militar brasileira, os *criminosos e criminosas* assim definidos por motivações políticas eram oriundos de camadas sociais antes ílesas aos processos de criminalização, que historicamente se voltaram a grupos marginalizados, desde uma nítida composição da criminalidade com base em hierarquias socioeconômicas que buscavam a dominância de determinados núcleos sociais visando a subalternização de outros.³⁷⁷ Sem mais se deter somente em pessoas pobres, periféricas e negras, passam a ser tomados como delituosas as condutas dos indivíduos de camadas médias intelectualizadas, majoritariamente brancos, com escolaridade completa e habitante de metrópoles, inaugurando novas camadas ao revestimento dos atos desviantes.

Essa especificação do novo grupo criminalizado mostra-se notadamente particular ao se considerar o marcador de gênero. De acordo com Angela Davis, nos séculos XVIII e XIX - delimitados pela instituição do encarceramento como método punitivo na Europa e Estados Unidos -, as mulheres permaneceram fora das possibilidades de punição judicial, baseada na supressão de direitos, uma vez que sequer eram detentoras de direitos econômicos, políticos e legais.³⁷⁸ Desse modo, como sublinhado por Soraia da Rosa Mendes, o sistema de justiça criminal constituiu-se por bases androcêntricas, projetando-se como “um mecanismo masculino para o controle das condutas masculinas”.³⁷⁹ A criminalização das mulheres, portanto, baseou-se primordialmente em um desvio de gênero, ao assumirem participação em esfera antes unicamente atribuída aos homens. Da mesma forma, foram as dissonâncias aos padrões de feminilidade que passaram a classificar suas condutas delituosas.

Conforme assinalado por Bruna Angotti, a fabricação das mulheres desviantes foi marcada pela criminalização da pobreza, fator recorrente nos processos de etiquetagem do desvio, que identificava na carência socioeconômica o maior potencial para a degeneração, com abertura para posturas delituosas.³⁸⁰ Se aspectos como profissão, classe social e mobilidade no espaço público foram centrais para definir os estereótipos femininos que seriam judicialmente perseguidos e penalizados,³⁸¹ também o foram as falhas de gênero, fundadas desde a cristalização de determinados comportamentos como naturais e esperados, situando na esfera do desvio quaisquer posturas opositoras. Considerando que “o mapeamento do periférico gera o normal, bem como a reafirmação do normal possibilita a existência do

³⁷⁷ MENDES, op. cit., p. 56-57.

³⁷⁸ DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 45-48.

³⁷⁹ MENDES, op. cit., p. 66.

³⁸⁰ ANGOTTI, op. cit., p. 116.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 117.

periférico”,³⁸² foi pela construção de determinadas expectativas sociais em torno das mulheres que aquelas com condutas dissidentes passaram a ser categorizadas como criminosas:

Adjetivos como paciente, amável, carinhosa, doce, benévola, complacente, foram vinculados à mulher como sendo características femininas naturais. A naturalização de comportamentos socialmente prescritos servia, além de outros, para identificar as mulheres consideradas desviantes, uma vez que não nasceram com tais qualidades. As mulheres que não cumpriam o esperado papel de mãe, esposa e dona de casa eram consideradas transviadas e a elas eram atribuídos estereótipos e classificações no plano dos desvios. “Não lugares” de mulheres eram ocupados pelas prostitutas, lésbicas e por aquelas que não tinham profissões definidas – que viviam de “biscates” – sendo a socialização dos papéis sexuais definidora dos espaços que cada sexo poderia e deveria ocupar. [...] Na contramão do “dever ser” estavam aquelas mulheres que desfaziam os arranjos esperados de esposas devotadas, boas mães se bons exemplos sociais: prostitutas, mães solteiras, mulheres masculinizadas, mulheres escandalosas, boêmias, histéricas e outras.³⁸³

Sendo as prostitutas, negras, pobres, lésbicas e “loucas” os alvos prioritários das políticas criminais no Brasil,³⁸⁴ a criminalização das militantes de esquerda impôs o surgimento de um perfil então ausente nos estigmas de criminosas: mulheres brancas, heterossexuais, estudantes ou profissionais, pertencentes a famílias “estruturadas” e financeiramente estáveis. Sem um encaixe preciso nos referenciais previamente delimitados, essas mulheres passaram a ser situadas em um papel ainda mais anômalo do que o normalmente atribuído às mulheres criminosas: não apenas rompiam com o ideário de gênero, mas com as expectativas de classe e raça; seus níveis de periculosidade se configuravam por instâncias outras, atentando contra a moralidade e a segurança pública – como as demais criminosas -, mas especialmente contra a segurança nacional. Forjavam-se não como criminosas, mas como *subversivas*, que como tal deveriam ser punidas.

³⁸² Ibid., p. 108.

³⁸³ ANGOTTI, op. cit., p.105, p. 107,

³⁸⁴ FARIA, Thais Dumêt. *História de um silêncio eloquente: construção do estereótipo feminino e criminalização das mulheres no Brasil*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019, p. 59-69.

4 MULHERES INTERDITADAS: ESPAÇOS DE DETENÇÃO E RECLUSÃO NO ARQUIPÉLAGO DE LUGARES DE DOR

Amanhã ou depois
 Você sabe onde me encontrar
 Eu vou ficar aqui mesmo
 Cantando, dançando, chorando,
 gritando, morrendo,
 Eu sei
 Não me diga a poesia.³⁸⁵

“*Um corpo estranho. [...] A gente ficava ali como... um ser estranho, uma coisa estranha*”. As palavras empregadas por Vera Lúcia para descrever o modo como se sentia no aprisionamento como presa política na Penitenciária Feminina Madre Pelletier durante a década de 1970, repercutindo assim os efeitos planejados para esse regime de encarceramento, podem ser interpretadas a partir de raízes mais profundas. Já na origem do pensamento criminológico, observa-se a proposta de segmentação da sociedade entre o mundo da criminalidade, composto de “sujeitos potencialmente perigosos e anormais”, representativos do mal, e o mundo da normalidade, no qual residiria o bem e a maioria da sociedade.³⁸⁶ Aí se encontraria, segundo Vera Regina Andrade, as bases para a constituição do direito penal, com a justificativa da pena enquanto mecanismo de defesa social “destes seres perigosos” que deveriam ser ressocializados ou neutralizados,³⁸⁷ sendo desde então intencionalmente situados enquanto *corpos estranhos* à sociedade.

Este arcabouço conflui com a constituição do princípio do criminoso como inimigo social, no mesmo período em que a prisionalização se instaurava como tática punitiva. Em curso ministrado no Collège de France sobre a sociedade punitiva, Michel Foucault notou que estes processos foram concomitantes, e de alguma forma correlacionados, ainda que não derivados entre si: ao mesmo tempo em que, em âmbito penal, se reformulava a compreensão do crime como “aquilo que prejudica a sociedade”,³⁸⁸ passando a definir o criminoso como um indivíduo que rompe o pacto social, “irredutível à sociedade, incapaz de adaptação social,

³⁸⁵ THE Archaic Lonely Star Blues. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Carlos Eduardo Lima Machado e Jards Macalé. In: LEGAL. Phillips Records, 1970.

³⁸⁶ ANDRADE, op. cit., p. 24.

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015, p. 31

que vive uma relação de agressividade constante com a sociedade, sendo estranho às suas normas e a seus valores”,³⁸⁹ tornando-se, dessa forma, um inimigo cujo castigo seria imposto por medidas de proteção da sociedade; instalava-se, em âmbito punitivo, um novo sistema de penas em torno do encarceramento, estabelecendo a reclusão como castigo fundado a partir dos elementos penitenciário, coercitivo e moral.³⁹⁰

A partir desse momento, com maior consolidação no início dos anos de 1800, a prisão passou a prevalecer como instrumento penal no cenário europeu e estadunidense. Anteriormente, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, a reclusão se manifestava em práticas externas ao sistema penal, servindo fundamentalmente para intervenções na distribuição espacial de “mendigos e vagabundos”³⁹¹ e para punições de atos de desordem pública e privada que não estavam penalmente definidos, mirando “o irregular, o perturbado, o perigoso e o infame” como “objeto de reclusão”.³⁹² No alvorecer do século XIX, deixando de ser uma das opções de punição, a prisão passou a ser “a forma geral de penalidade”,³⁹³ rapidamente espalhando-se por “toda a espessura da sociedade” ocidental como um “sistema geral de vigilância-reclusão”.³⁹⁴

Na América Latina, de acordo com Carlos Aguirre, a instituição do encarceramento incorporou-se às expectativas do projeto de modernização pós-colonial, quando os Estados-Nação recém independentes buscavam se constituir com base em preceitos republicanos e liberais, ao mesmo tempo em que precisavam administrar as sociedades marcadamente hierárquicas e desiguais. A adoção do modelo penitenciário já disseminado na Europa e Estados Unidos, expoentes da pretendida modernidade, apontavam uma possibilidade de “imitar modelos sociais das metrópoles como uma maneira tanto de abraçar a modernidade, quanto de ensaiar mecanismos de controle exitosos sobre as massas indisciplinadas”.³⁹⁵

A implementação dos novos espaços de punição nessa região, baseados em uma forma de penalidade própria, inseria-se em um cenário povoado por históricas práticas de controle e castigo. Tal como constatado no caso europeu, também na América Latina os lugares de detenção antecederam a instituição das prisões, formando “um conjunto disperso de

³⁸⁹ FOUCAULT, op. cit., p. 34.

³⁹⁰ Ibid.

³⁹¹ Ibid., p. 234.

³⁹² Ibid.

³⁹³ Ibid., p. 228.

³⁹⁴ Ibid., p. 235.

³⁹⁵ AGUIRRE, Carlos. Cárcel y sociedad en América Latina: 1800-1940. In: GARCÉS, Eduardo Kingman (org.). *Historia social urbana – Espacios y flujos*. Quito: FLACSO, 2009, p. 214. Tradução minha.

instituições punitivas e de confinamento”,³⁹⁶ cujo objetivo estava no armazenamento de pessoas consideradas delinquentes, com base nos costumes, e não em “um regime punitivo institucional”.³⁹⁷ Nestes esquemas de punição coloniais, a principal forma de manifestação dos castigos estava em “execuções públicas, marcas físicas, açoites, trabalhos públicos e desterro”.³⁹⁸

Foi com esta herança que se fundaram as penitenciárias latino-americanas. Erigidas em solos de “estruturas sociais e raciais altamente estratificadas”, tais instituições passaram a ser construídas não somente com os objetivos de modernização ou com perspectivas supostamente humanitárias, mas sobretudo para visar a possibilidade de “reforçar os mecanismos de controle e encarceramento já existentes”.³⁹⁹ Assim, conforme destacado por Aguirre, a construção das penitenciárias no continente fez-se como exceção, e não regra, coexistindo a uma “rede de cárceres *pré-modernos* e instituições privadas [...] que albergavam a maioria dos detidos e nas quais o uso contínuo de formas de castigo tradicionais era coisa corrente”.⁴⁰⁰ Como resultado desse cenário, o “exercício privado e arbitrário da justiça e do castigo” teria permanecido, segundo o historiador, como “componente essencial dos mecanismos de controle social”⁴⁰¹ até a segunda metade do século XIX. Contudo, a presença destes mecanismos arbitrários da justiça, pautados no castigo e na subversão da lei, e que encontraram nos cárceres um espaço privilegiado para sua manifestação, estendeu-se para além do período apontado por Aguirre, não mais como elemento central, mas ainda como fator paralelo, clandestino e, de alguma forma, estruturante das práticas punitivas.

Pouco mais de um século após a construção das primeiras instituições penitenciárias na região, a América Latina foi palco de ditaduras de segurança nacional que mobilizaram amplamente o aparato clandestino de detenções para reger suas práticas repressivas. Estes espaços contemplaram os centros de detenção, em estruturas já esboçadas desde o colonialismo, assim como as modernas e historicamente recentes penitenciárias, instituindo novos sistemas de punição no emaranhado de instituições que serviram às violências políticas. No Brasil, país onde se instalou a primeira penitenciária da América Latina, inaugurada como Casa de Correção do Rio de Janeiro em 1850, ao menos 230⁴⁰² espaços foram mobilizados

³⁹⁶ AGUIRRE, op. cit., p. 212. Tradução minha.

³⁹⁷ Ibid. Tradução minha.

³⁹⁸ Ibid., p. 212. Tradução minha.

³⁹⁹ Ibid., p. 219. Tradução minha.

⁴⁰⁰ Ibid. Tradução minha, grifo do autor.

⁴⁰¹ Ibid., p. 220. Tradução minha.

⁴⁰² BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório – Volume I. Brasília: CNV, 2014, p. 830.

para punições violentas da categoria de criminosos mais preocupante aos olhos do governo a partir da década de 1960: a dos inimigos e inimigas internas.

Na ditadura civil-militar brasileira, a partir do encabeçamento do Exército, responsável prioritário pelo enfrentamento aos inimigos internos, com apoio das polícias civil, militar e federal,⁴⁰³ foram utilizadas diversas estruturas físicas destinadas à investigação, recolhimento, punição e aprisionamento dos opositores e opositoras políticas. Conforme apontado por Mariana Joffily, os espaços mobilizados para a repressão política envolviam uma larga rede, que ia desde batalhões da Polícia do Exército, regimentos de infantaria, delegacias de polícia e presídios, até instituições complementares que atuavam enquanto cúmplices das ações excessivas, como institutos médico-legais, hospitais, auditorias da Justiça e cemitérios.⁴⁰⁴ Estas estruturas poderiam ser de caráter oficial, sendo legalmente reconhecidas como parte do aparato policial e militar do regime instituído, ou clandestinas, igualmente inseridas na política de repressão das Forças Armadas, mas marcadas pela utilização de instalações paralelas à rede legal, cujo direcionamento central residia em práticas de violência extrema.⁴⁰⁵ A clandestinidade, contudo, não se restringiu aos espaços utilizados de maneira secreta para a tortura e assassinato dos opositores políticos: mesmo as estruturas oficiais e publicamente reconhecidas poderiam ser palco de ações excessivas e ilegais, uma vez que a excepcionalidade no trato aos direitos humanos se difundiu por toda a rede repressiva, revestindo suas operações de constante dicotomia entre legalidade e ilegalidade.

Os “centros oficiais de detenção”, definidos por Caroline Murta Lemos como “lugares do terror aprisionado”, nos quais “o terror estava subordinado, sujeitado à aparência de legalidade e à tentativa de evitar qualquer responsabilização pelos crimes humanitários cometidos”,⁴⁰⁶ contemplaram toda a malha de órgãos estatais publicamente reconhecidos, sendo o cenário comum dos casos de aprisionamento que tramitaram judicialmente. Nestes lugares de dor que, se não ceifaram por completo todas as vidas ali transitadas, indubitavelmente as arrefeceram em distintos graus, foram minoritários aqueles voltados ao encarceramento, predominando as instalações utilizadas para a detenção.

⁴⁰³ JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 163.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 164-165.

⁴⁰⁵ BRASIL, 2014, op. cit., p. 792.

⁴⁰⁶ LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019, p. 150.

A detenção se diferencia da prisão e da reclusão: enquanto a prisão⁴⁰⁷ configura distintas modalidades de privação de liberdade que são juridicamente definidas, associadas a um inquérito policial (como a prisão provisória, a prisão em flagrante e a prisão preventiva) e a reclusão⁴⁰⁸ se apresenta como pena - portanto, decorrente da condenação por algum delito -, a Comissão Nacional da Verdade entende detenção como “qualquer forma de privação de liberdade dos indivíduos, mesmo que por um breve período de tempo”.⁴⁰⁹ Articulando essa definição às práticas da ditadura, visualiza-se a detenção em contornos mais genéricos, contemplando práticas como sequestros; cárcere privado na própria residência; breves sessões de interrogatórios; passagem transitória em órgãos de repressão; permanência estendida sob detenção; e até mesmo o envio para reclusão em cárceres.

Embora não tenham sido a única ferramenta mobilizada para dirimir a liberdade dos opositores políticos, as detenções compuseram etapa obrigatória no percurso de todos e todas que foram inseridos na trama punitiva; se nem todas as detenções resultaram em formalização da prisão ou posterior denúncia, todos os presos e denunciados foram, antes, pessoas detidas. As principais ações repressivas diretas realizadas por parte do Estado incluíam a detenção como ponto de partida, demarcando-a enquanto “porta de entrada” ao sistema repressivo e operando como “um facilitador para a prática de outras graves violações”:⁴¹⁰ com a detenção, poderiam suceder práticas violentas que resultariam em desaparecimentos, torturas, incomunicabilidade, assassinatos e uma série de dores que nem sempre podem ser localizadas.

Por essa natureza ampla, os lugares mobilizados para a detenção foram também variados, compreendendo, de forma geral, as muitas unidades policiais e militares que se inseriram na chamada “*fase policial*”, nomenclatura empregada pelo Projeto Brasil: Nunca Mais para categorizar as etapas de formação dos processos políticos em nível judicial. Esta

⁴⁰⁷ Por um viés jurídico, o Código Penal Militar, ao qual eram submetidos os processos de delitos contra a segurança nacional, apresenta as modalidades de *prisão provisória* como aquela “que ocorre durante o inquérito, ou no curso do processo, antes da condenação definitiva”; a *prisão em flagrante*, associada ao flagrante delito; e a *prisão preventiva*, decretada em qualquer fase do inquérito policial-militar, quando houver “prova do fato delituoso” e “indícios suficientes de sua autoria”. Cf. BRASIL. *Decreto-Lei n.º 1002, de 21 de outubro de 1969*. Código de Processo Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

⁴⁰⁸ Nas formulações do Código Penal então vigente, a reclusão é associada ao cumprimento em penitenciárias ou prisão comum, sendo prevista a sujeição à trabalho remunerado, dentro do estabelecimento ou em serviços públicos, e obrigatório isolamento noturno, que nos meses iniciais de cumprimento de pena pode compreender também o isolamento diurno, se assim permitirem as condições pessoais do apenado. Por sua vez, o Código Penal Militar, aplicado aos crimes contra a segurança nacional, insere a reclusão no intervalo de um a trinta anos de cumprimento de pena, igualmente prevendo o aprisionamento em penitenciária civil, prisão comum ou penitenciária militar. Cf. BRASIL. *Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1940, art. 28, art. 29 e art. 30.

⁴⁰⁹ BRASIL, 2014, op. cit., p. 280.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 279.

fase se compunha de dois momentos distintos, marcados respectivamente pelos interrogatórios preliminares e pela formalização dos inquéritos. Nessas ocasiões iniciais de detenção, os órgãos de segurança conduziam coercitivamente a produção de interrogatórios, não raro impondo a incomunicabilidade dos investigados e investigadas, que eram submetidos a violações físicas e psicológicas. A execução dos interrogatórios usualmente antecedia o reconhecimento legal da prisão, cuja oficialização era constantemente preterida, dada a realização de práticas clandestinas e violentas para extração de informações.⁴¹¹

O segundo momento da fase policial, qual seja, de formalização dos inquéritos policiais-militares, pautava-se em apurar sumariamente o crime, dispondo os elementos que posteriormente formariam a denúncia.⁴¹² A alçada passava então a instituições policiais, com a envergadura de uma face mais oficializada, ainda que os depoimentos produzidos tivessem em sua origem a coleta de informações sob tortura. Este processo se acrescia de outras condutas investigativas, como operações de busca e apreensão de objetos e documentos, perícias e vistorias.⁴¹³

De acordo com Jacob Gorender, os espaços utilizados para detenção política durante a fase policial podem ser classificados como “*instituições de interrogatório e formalização dos processos*”, constituindo-se enquanto uma “*travessia pelo terror*”, com constante exposição dos presos e presas à tortura física e psicológica, imersos em um “ambiente de terror onipresente”⁴¹⁴ - como fora a sua experiência no Departamento de Ordem Política e Social, o DEOPS, em São Paulo. Entre as instituições inseridas na fase policial, Gorender ainda destaca a Operação Bandeirante (OBAN), o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Aludindo a lugares com esta mesma configuração, Jocyane Baretta propõe a nomenclatura de “*lugares de prisão e tortura*”, identificando-os como aqueles utilizados majoritariamente para práticas de tortura, mas que serviram igualmente enquanto espaço de aprisionamento no decorrer desse período.⁴¹⁵ Tratando especialmente do Rio Grande do Sul, a autora cita como exemplos dessa categoria o DOPS/RS e DOI-CODI, podendo ser também identificados o Dopinha, primeiro centro clandestino de torturas da ditadura civil-militar

⁴¹¹ ARQUIDIOCESE, op. cit., p. 173.

⁴¹² Ibid., p. 173-175.

⁴¹³ JOFFILY, Mariana, op. cit., p. 94.

⁴¹⁴ GORENDER, op. cit., p. 219-220.

⁴¹⁵ BARETTA, op. cit., p. 77.

brasileira, operante entre o ano de 1966 ao início da década de 1970;⁴¹⁶ diferentes quartéis distribuídos em cidades como Porto Alegre, São Leopoldo, Passo Fundo e Três Passos,⁴¹⁷ utilizados para interrogatórios clandestinos; bem como delegacias regionais utilizadas com as mesmas finalidades.⁴¹⁸

Marcadamente violentas em suas práticas, essas instituições empregavam um molde de aprisionamento de origens remotas, com a função de “deter os indivíduos até que outras penas fossem aplicadas”,⁴¹⁹ caracterizando-se enquanto lugares de alojamento ou depósito dos acusados e acusadas, mesmo antes de terem suas prisões oficializadas. Ao servirem majoritariamente para a produção de interrogatórios, albergavam as pessoas investigadas por tempo indeterminado, configurando a duração das detenções não somente de acordo com o volume das informações a serem extraídas, mas sobretudo pelos graus de punição que se buscava direcionar contra cada um dos indivíduos que nestes espaços eram aprisionados – o que, de alguma forma, poderia se relacionar aos níveis de periculosidade com que eram interpretados pelas forças de segurança, medidos conforme suas inserções políticas prévias. Assim, os prazos que eram estabelecidos em lei – de incomunicabilidade por até dez dias, e prisão durante a elaboração do inquérito por período de trinta dias prorrogáveis uma vez⁴²⁰ – eram continuamente desrespeitados, alocando ilegalmente as pessoas indiciadas em situação de reclusão, quando se previa que estivessem apenas temporariamente detidas.

Por estas características, pode-se compreender que os espaços de interrogatório e formalização dos inquéritos, feitos em lugares de prisão e tortura, foram demarcados também pela influência do suplício. Identificado por Foucault enquanto tática punitiva – ao lado da exclusão, da reparação e do encarceramento -, o suplício é entendido como a produção de uma marca, inscrita no corpo de forma real ou simbólica:

Fazer uma cicatriz, deixar um sinal no corpo, em suma, impor a esse corpo uma diminuição virtual ou visível, ou então, caso o corpo real do indivíduo não seja atingido, infligir uma mácula simbólica a seu nome, humilhar seu

⁴¹⁶ BRASIL, 2014, op. cit., p. 812.

⁴¹⁷ BAUER, 2006, p. 124; BARETTA, 2015, p. 183-192; BRASIL, 2014, p. 833; ELLWANGER & LARA, 2016, p. 7-21.

⁴¹⁸ Constam na listagem da Comissão Nacional da Verdade de espaços associados às graves violações dos direitos humanos a Delegacia de Polícia de Caxias do Sul, Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen, Delegacia de Polícia de Palmeira das Missões, 8ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, Delegacia de Polícia de Três Passos e Delegacia de Polícia de Viamão. Cf BRASIL, op. cit, p. 833.

⁴¹⁹ SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Claudio. Aprisionamento e prisões. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 376.

⁴²⁰ BRASIL, DEL 898/69, op. cit., art. 59.

personagem, reduzir seu status. De qualquer maneira, trata-se de deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social, anatômico ou estatuário, algo como um vestígio.⁴²¹

Parte do arcabouço penal medieval na Europa, o suplício era legalmente mobilizado enquanto modalidade de aplicação de justiça voltada à punição corporal com objetivos que, para além daqueles centrados no corpo da pessoa vitimada, direcionavam-se também ao conjunto da população que acompanhava os espetáculos públicos de punição, sendo imbuído de um forte apelo ostentoso e conscientizador, assim infligindo marcas na “memória dos homens”, que guardariam lembrança “da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados”.⁴²² Operando enquanto “uma produção diferencial de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”, o suplício aparece diretamente associado ao poder soberano, expressado por Foucault no “direito de fazer morrer ou de deixar viver”.⁴²³

Embora a primazia do poder disciplinar seja frequentemente identificada no surgimento das instituições prisionais, a lógica operada em nosso país seguiu por outras vias. Com as práticas punitivas originando-se em uma estrutura escravocrata, ancorando-se assim na marcação dos corpos – vide o açoite dos escravizados, que se tornaram o primeiro alvo do aprisionamento no país – o sistema de penalidades constituídos no Brasil nunca deixou de lado o imperativo soberano, engendrando práticas e espaços pautados na exposição à morte.⁴²⁴ Assim, se é possível visualizar até o presente as operações do biopoder na gestão das penalidades em instituições de cárcere, ao mirar os anos da ditadura civil-militar brasileira nota-se com nitidez que se tratou de “um período político de aumento significativo do poder de soberania”,⁴²⁵ o que se revela, sobretudo, ao considerar a centralidade da violência nas práticas punitivas, não mais configuradas como o suplício em seus moldes originários, mas passando a ser dotadas de novos contornos enquanto tortura.⁴²⁶

⁴²¹ FOUCAULT, 2015, op. cit., p. 8.

⁴²² FOUCAULT, 2014, op. cit., p. 38.

⁴²³ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 287.

⁴²⁴ Cf. CHIES, Luiz Antônio Bogo. Poder soberano e biopoder: revisitando as contribuições de Michel Foucault para a questão penitenciária brasileira. In: CHIES, Luiz Antônio Bogo. *Revisitando Foucault e outros escritos em questão penitenciária*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

⁴²⁵ COELHO, Myrna. Tortura e suplício, ditadura e violência. *Lutas sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, 2014, p. 153.

⁴²⁶ De acordo com Coelho, apesar das confluências entre as técnicas, a tortura se diferencia do suplício a partir de seus delineamentos legais. Os suplícios eram uma forma legalmente reconhecida de aplicação de penalidades, envolvendo teatralizações públicas que exaltavam a preservação dos direitos dos detentores de poder (soberanos) e a usurpação dos direitos das pessoas então condenadas. A tortura, por sua vez, se pauta na ilegalidade e na inexistência de garantias jurídicas às pessoas violentadas. Como conclui a autora, “o suplício obedecia a um

Os lugares de interrogatório, prisão e tortura – que podem ser sintetizados como *lugares de detenção* -, desse modo, se constituíram enquanto sítios oriundos do suplício que, mesmo sem necessariamente infligir todas as pessoas detidas na esfera da violência física, estruturaram-se desde esta égide e foram assim reconhecidos, constituindo endereços temidos e muitas vezes sentenciadores do destino de quem porventura fosse neles capturado. Enquanto as vias da violência física tornam estes lugares de detenção mais emblemáticos no que diz respeito às experiências traumáticas de presos e presas políticos, os espaços destinados às outras etapas do aprisionamento parecem se distanciar da memória dos lugares de dor. Contudo, estes espaços também povoaram o mapa da repressão e foram, de diferentes modos, produtores de violações.

As instituições carcerárias inserem-se, em teoria, na etapa definida pelo Brasil: Nunca Mais como “*fase judicial*”, momento em que os indiciados eram denunciados e passavam a ser réus do processo penal, sendo executadas práticas interrogativas de modo mais formalizado, com acompanhamento de advogados. Considerando a militarização da justiça definida pelo AI-2, ao transferir para a esfera militar a tramitação de processos de civis investigados por “crimes contra a segurança nacional”, o julgamento ocorria no âmbito do Conselho Permanente de Justiça (CPJ), responsável por proferir a sentença de condenação ou absolvição, que poderia ser recorrida em segunda instância no Supremo Tribunal Militar (STM), cabendo recurso final ao Supremo Tribunal Federal (STF).⁴²⁷ Se do processo resultasse pena de reclusão, o cumprimento se daria em penitenciária.

As instituições carcerárias, no entanto, foram mobilizadas pelo aparato repressivo mesmo antes do avanço dos trâmites judiciais. De acordo com Gorender, as chamadas “*instituições de reclusão*” eram destinadas à espera do julgamento ou ao cumprimento da pena, como foi o caso do Presídio Tiradentes, citado pelo autor como sua experiência de encarceramento político. O historiador identifica nessas instalações a possibilidade de proteção judicial, uma vez que a detenção deixaria de ser clandestina, formalizando-se nas auditorias militares e assim findando a anterior travessia pelo terror.⁴²⁸ Para Baretta, os espaços com estas características são classificados como “*lugares de prisão*”, possuindo a

ritual inscrito na legalidade. Ao contrário, nas ditaduras militares a tortura foi utilizada como instrumento de investigação para manutenção do poder de forma ilegal, mas, mesmo assim, claramente estimulada e financiada. Enquanto os diferentes ditadores negavam a prática da tortura, os porões das ditaduras tornavam-na cada vez mais elaborada e cruel.” Cf. COELHO, *ibid*, p. 157.

⁴²⁷ JOFFILY, 2008, p. 95-96.

⁴²⁸ GORENDER, *op. cit.*, p. 219.

finalidade exclusiva de prisão por motivos políticos, como foi o caso, no Rio Grande do Sul, do Presídio Central de Porto Alegre e da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.⁴²⁹

Na prática, estes espaços foram empregados em etapas diversas do processo punitivo, assumindo funções distintas de acordo com seus usos: enquanto *espaço de depósito*, para os quais os presos e presas eram enviados provisoriamente, nos momentos em que os agentes de segurança não necessitavam de suas presenças constantes para a produção de interrogatórios, ainda na fase policial; como *espaços de cárcere*, associados ao regime de isolamento social, com estada prolongada, seja ainda sob julgamento ou em cumprimento de pena, em etapa judicial; e como *espaço de trânsito*, utilizado para o aprisionamento passageiro enquanto se aguardava transferência para outra instituição, seja na fase policial ou judicial.⁴³⁰ No quadro abaixo, tem-se um mapeamento geral dos estabelecimentos carcerários que serviram ao aprisionamento político no Brasil:

Tabela 5. Cárceres utilizados para prisão política no Brasil durante a ditadura civil-militar.

Instituição	Cidade	UF	Tipo
Penitenciária Lemos Brito	Salvador	BA	Masculina
Instituto Penal Paulo Sarasate	Aquiraz	CE	Masculina
Penitenciária Estevão Pinto	Belo Horizonte	MG	Feminina
Penitenciária José Edson Cavalieri	Juiz de Fora	MG	Mista
Penitenciária Agrícola José Maria Alkimin	Ribeirão das Neves	MG	Masculina
Colônia Penal Magalhães Pinto	Ribeirão das Neves	MG	Masculina
Presídio São José Liberto	Belém	PA	Masculina
Presídio do Ahú	Curitiba	PR	Masculina
Penitenciária Feminina de Piraquara	Piraquara	PR	Feminina
Penitenciária Barreto Campelo	Itamaracá	PE	Masculina
Colônia de Férias de Olinda	Olinda	PE	Masculina
Casa de Detenção de Recife	Recife	PE	Mista
Colônia Penal do Bom Pastor	Recife	PE	Feminina

⁴²⁹ GORENDER, op. cit., p. 77.

⁴³⁰ Tais categorizações foram formuladas com base em pesquisa bibliográfica de produções que tematizam as instituições prisionais que serviram ao cárcere político durante a ditadura civil-militar brasileira. A partir da mobilização por parte do aparato repressivo, é possível identificar quais foram as inserções dessas instituições no processo punitivo dos opositores políticos, sendo que um mesmo espaço poderia ser apropriado para diversos fins – de depósito, cárcere e trânsito ao mesmo tempo, por exemplo.

Instituição	Cidade	UF	Tipo
Penitenciária Estadual do Piauí	Teresina	PI	Masculina
Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande)	Ilha Grande	RJ	Masculina
Fortaleza de Santa Cruz (Presídio do Exército)	Niterói	RJ	Masculina
Instituto Penal Esmeraldino Bandeira	Rio de Janeiro	RJ	Masculina
Instituto Penal Talavera Bruce	Rio de Janeiro	RJ	Feminina
Penitenciária Professor Lemos Brito	Rio de Janeiro	RJ	Masculina
Presídio Hélio Gomes	Rio de Janeiro	RJ	Masculina
Presídio Milton Dias Moreira	Rio de Janeiro	RJ	Masculina
Ilha das Flores	São Gonçalo	RJ	Mista
Penitenciária Estadual de Jacuí	Charqueadas	RS	Masculina
Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio)	Porto Alegre	RS	Masculina
Penitenciária Feminina Madre Pelletier	Porto Alegre	RS	Feminina
Presídio Central	Porto Alegre	RS	Masculina
Presídio Regional de Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	Masculina
Casa de Custódia de Taubaté	Taubaté	SP	Masculina
Casa de Detenção de São Paulo	São Paulo	SP	Masculina
Penitenciária do Estado de São Paulo	São Paulo	SP	Masculina
Penitenciária Feminina da Capital	São Paulo	SP	Feminina
Presídio do Hipódromo	São Paulo	SP	Mista
Presídio Militar Romão Gomes	São Paulo	SP	Masculina
Presídio Tiradentes	São Paulo	SP	Mista

Fonte: Autoria própria.⁴³¹

À exceção da Fortaleza de Santa Cruz, da Ilha das Flores e do Presídio Militar Romão Gomes, configuradas como penitenciárias militares, e da Colônia de Férias de Olinda, que recebia exclusivamente presos políticos, essas instituições penais eram voltadas para o recolhimento de apenados por diversos crimes, e não somente aqueles de orientação política.

⁴³¹ O Apêndice 4 apresenta as referências das produções bibliográficas consultadas para elaboração dessa tabela.

De modo geral, estes estabelecimentos penitenciários se inseriam na trama repressiva após a conclusão ou suspensão temporária dos interrogatórios, quando as pessoas detidas não mais precisariam estar em constante disposição às autoridades policiais e militares. Diferentemente das instalações utilizadas para elaboração do inquérito, que eram massivamente compostas por órgãos militarizados, os lugares de encarceramento já existiam enquanto instituições penais, que passavam então a ser utilizadas também (ou exclusivamente) para fins políticos. Suas administrações não eram necessariamente conduzidas de forma direta por militares ou policiais, fazendo parte da estrutura administrativa do Estado, a qual, em seus setores de segurança, encontrava-se militarizada. Desse modo, sendo mobilizados para o aprisionamento político, estes lugares se tornavam suscetíveis às intervenções dos atores protagonistas no cenário da segurança nacional. A principal característica desses espaços residia em sua estruturação como lugares punitivos, erigidos em torno da reclusão – mesmo que este não tenha configurado o único uso no caso dos crimes políticos.

Enquanto os lugares mobilizados para a detenção apresentavam formas mais “primitivas” da prisão, manifestando suas finalidades primárias de confinamento - acrescidas de camadas de terror, típicas das ditaduras de segurança nacional -, os formatos das instituições penais se alinhavam à estruturação tecida pela modernização das penitenciárias, quando estes espaços passaram a se direcionar não apenas ao isolamento, mas especialmente à *transformação e regeneração* das pessoas aprisionadas.

Conforme sintetizam Salla e Lourenço, a pena de prisão, que passou a ocupar espaço central nos sistemas jurídicos a partir do século XVIII, mais do que privar o indivíduo criminoso de liberdade, tratava-se, acima de tudo, “de reformar o seu caráter, de moderar os seus impulsos, de despertá-lo para os valores da sociedade, de dulcificar os seus gestos, de acostumá-lo ao trabalho, de moldá-lo para a obediência”.⁴³² Nas palavras de Michel Foucault, o encarceramento penal “recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos”,⁴³³ trazendo o componente disciplinar como elemento central; para além de ser contido, o corpo passava a ser investido imperiosa e urgentemente, em coerções minuciosas e ininterruptas, fabricando-os enquanto corpos dóceis ao potencializar suas utilidades econômicas e diminuir suas forças políticas.⁴³⁴ Esta nova microfísica do poder voltada à disciplinarização dos corpos e mentes, que se imiscuiu por distintas instituições –

⁴³² SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Claudio, op. cit., p. 378.

⁴³³ FOUCAULT, 2014, op. cit., p. 225.

⁴³⁴ Ibid., p. 135-136.

como os manicômios e as escolas -, encontrou nas penitenciárias um lócus privilegiado para se apresentar em formatos bem-acabados.

De modos distintos, espaços de detenção e de prisão política se tornaram sítios de disciplinarização, não em suas finalidades econômicas, mas bem-sucedidos no controle, vigilância e tentativa de sujeição das pessoas presas, reduzindo suas forças políticas e operando as medidas punitivas também em níveis incorpóreos. Desde os métodos de captura sob os quais se engendraram as detenções, até a formulação de regimes de encarceramento especificamente voltados aos presos e presas políticas confinados em ambientes prisionais, instituiu-se um *arquipélago de lugares de dor*, que juntos se complementavam para atuar na interdição dos inimigos e inimigas internas. Neste arquipélago, transitaram também as mulheres que foram politicamente perseguidas no Rio Grande do Sul, cujas paragens principais deste percurso – o DOPS/RS e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier – tornam-se agora objeto de atenção.

Após compreender as categorizações, finalidades e mobilizações dos espaços de detenção e de prisão pelos órgãos punitivos na ditadura, avança-se agora para estes que foram pontos fundamentais no mapa da repressão em Porto Alegre. Considerando as experiências de detenção e encarceramento indicadas pelas ex-presas políticas em relatos de prisão ou testemunhos orais, são analisadas as inserções do DOPS/RS e da PFMP na malha repressiva, atentando para as dinâmicas punitivas empregadas em cada um desses espaços. No que tange ao DOPS/RS, apontam-se os elementos que o configuraram enquanto um lugar de terror, elucidando os componentes dos episódios de captura e sequestro, assim como as violações físicas, sexuais e psicológicas sofridas pelas militantes de esquerda neste espaço. A Penitenciária Feminina Madre Pelletier, cujo regime de encarceramento será abordado no próximo capítulo, é apresentada a partir do percurso institucional até a chegada das primeiras presas políticas da ditadura, delineando aspectos de sua configuração enquanto cárcere político.

Figura 23. DOPS/RS e PFMP: pontos do aprisionamento político de mulheres em Porto Alegre.



Fonte: Mari Froner (Ilustração elaborada para essa dissertação).

4.1 O DOPS/RS: CONFIGURAÇÕES DO TERROR EM UM LUGAR DE DETENÇÃO

A perseguição policial a opositores políticos no Brasil não foi inaugurada com a ditadura civil-militar. Décadas antes da eclosão do golpe, a polícia política já direcionava suas ações à repressão de grupos encarados como ameaçadores à estabilidade social, como foi o caso dos tenentistas, dos comunistas do Partido Comunista Brasileiro e dos operários.⁴³⁵ Voltando-se inicialmente contra estes núcleos, a partir da “necessidade de implementação de um amplo aparato de cunho administrativo-legal a fim de controlar manifestações de descontentamento político”,⁴³⁶ foram fundados entre as décadas de 1920 e 1930 os primeiros Departamentos de Ordem Política e Social, que viriam a se consagrar em suas siglas: DOPS.

Segundo Caroline Bauer, os DOPSs “eram órgãos especiais existentes dentro das polícias civis vinculados às secretarias estaduais de segurança pública de diversos estados brasileiros”.⁴³⁷ Organizando-se em torno da “vigilância, controle e repressão de setores e cidadãos considerados nocivos à ordem vigente”,⁴³⁸ estes órgãos operaram desde as mobilizações políticas republicanas antecedentes ao Estado Novo, acompanhando os anos autoritários chefiados por Vargas, seguindo em modernizações de suas ações de prevenção e repressão ao longo do intervalo democrático, até a tomada de poder pelos militares em 1964, quando se assistiu à redefinição de suas estruturas.

Fundado no ano de 1937, o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul passou, a partir da deflagração do golpe, por uma série de mudanças que visavam “adequá-lo aos ditames da doutrina de segurança nacional e ao processo de militarização da sociedade, empreendido pelos militares ao tomar o poder”, bem como “ajustar a ação do órgão ao aprimoramento do aparato repressivo da ditadura brasileira, principalmente aos órgãos federais criados após o golpe”.⁴³⁹

Como sublinha Joffily, as instituições repressivas existentes antes do golpe de 1964 se mostraram insuficientes às premissas de guerra interna defendidas pelo Exército, tornando-se necessária a criação de novos órgãos,⁴⁴⁰ entre os quais passam a figurar o Serviço Nacional de Informações (SNI), Divisões de Segurança e Informações (DSIs), Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), Centro de Informações do Exterior (Ciex), Centro de Informações do

⁴³⁵ BAUER, op. cit., p. 53.

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ Ibid., p. 70.

⁴⁴⁰ JOFFILY, op. cit., p. 159.

Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) e suas coordenações (Codis), entre outros. Neste emaranhado, figurava centralmente o objetivo de aprimorar a coleta de informações, que se colocava como elemento fundamental do sistema de controle da ditadura.⁴⁴¹

Em consonância com esta orientação, a primeira reformulação do DOPS/RS se dá em 1966, com a criação da Divisão de Ingresso e Registro (DIR).⁴⁴² Em 1969, cria-se a Divisão de Busca e Coleta de Informações (DBCI), cujas funções centrais residiam na coleta de informes e na realização de investigações sigilosas, sendo assessorada pela Divisão Central de Informações (DCI), que por sua vez se subordinava ao gabinete do secretário de segurança pública, enquanto órgão responsável pela elaboração de planos de informações de segurança pública e coordenação de difusão das informações da Polícia Civil e Brigada Militar.⁴⁴³

Para além da produção de informações – que, baseadas na lógica da suspeição, já indicavam aspectos de um “processo de terror”⁴⁴⁴ –, era atribuição do DOPS/RS a elaboração dos inquéritos policiais-militares, com ações realizadas à revelia das previsões legais que deveriam orientar as regras para condução de interrogatório, amparando-se em normas internas pautadas na coação psicológica, que eram igualmente subvertidas para incorrer em práticas ainda mais violentas. Dessa forma, como observado por Bauer, os processos investigativos conduzidos pelo órgão evidenciavam uma política de Estado terrorista, uma vez que “o desrespeito às práticas legais – mesmo as produzidas pelo próprio regime –, assim como ações que descumpriam determinações internacionais de tratamento de presos, criava um clima de medo pelo desconhecido e inesperado e garantia a impunidade daqueles que as praticavam”.⁴⁴⁵

O processo da fase policial no DOPS/RS pode ser entendido pelas etapas de sequestro, quando os presos e presas eram conduzidos até as dependências da instituição após as detenções ilegais; “chá de banco”, em período de espera para início dos interrogatórios; “amaciamento”, sendo obrigados a assistir sessões de tortura ou expostos a companheiros recém torturados; e finalmente os interrogatórios preliminares, com submissão a torturas físicas e/ou psicológicas.⁴⁴⁶ Somente após esses estágios se procedia à elaboração formal dos inquéritos, resultando em um processo altamente marcado por práticas violentas. Nestes

⁴⁴¹ JOFILLY, op. cit., p. 160.

⁴⁴² BAUER, op. cit., p. 71.

⁴⁴³ Ibid., p. 85-86.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 114.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 110.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 118-119, p. 127-135.

meandros, ainda que não fosse arrolado enquanto instituição de cárcere, o DOPS/RS acabou servindo também para detenções estendidas daqueles e daquelas investigadas que eram mantidos à disposição dos agentes de segurança para novas inquisições.

Em suas distintas etapas, a elaboração do inquérito policial no DOPS do Rio Grande do Sul pode ser categorizada, conforme proposto por Bauer, como uma “fase de terror”. O terror se aplicava como estratégia direcionada à “destruição física dos adversários como também à dominação de sua resistência e vontade, além de servir como uma forma de ‘punição exemplar’”.⁴⁴⁷ Com práticas violentas veladas perante a sociedade, mas bem conhecidas entre os seus alvos recorrentes, o DOPS/RS se situava enquanto um espaço de medo disseminado, em que o mero aprisionamento, mesmo sem a imediata submissão às torturas físicas, já expunha os detidos e detidas ao terror.

Todas as mulheres que viriam a ser encarceradas como presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier a partir de 1969⁴⁴⁸ tiveram passagens prévias pelo DOPS/RS. Não se pode entender o regime de encarceramento da Penitenciária sem antes atentar para as experiências de detenção no DOPS, que se constituiu como o primeiro destino das militantes que foram presas no Rio Grande do Sul, ou como um ponto de parada entre prisões após a transferência no caso de detenções realizadas em outros estados. Suas passagens por este local se fundaram em torno do terror, configurado a partir de diferentes elementos, como agora se discutirá.

4.1.1 Episódios de sequestros

O modo como eram executadas as prisões das pessoas opositoras à ditadura constituiu, segundo o Brasil: Nunca Mais, o primeiro ponto do “labirinto do sistema repressivo montado pelo regime militar brasileiro”.⁴⁴⁹ Empregando um dos métodos de detenção mais recorrentes nos regimes terroristas de Estado do Cone Sul, a ditadura brasileira se valeu massivamente do sequestro das pessoas investigadas, capturando-as de forma clandestina, sem o amparo em mandados de prisão, mantendo-as incomunicáveis e isoladas nos momentos iniciais de detenção, o que poderia se prolongar por períodos mais extensos.

⁴⁴⁷ BAUER, op. cit., p. 117.

⁴⁴⁸ Maria Celestina, presa em 1964, é a única que teria sido diretamente enviada para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Contudo, como as informações anexadas ao seu processo de indenização são bastante pontuais, não é possível afirmar com total exatidão que não houve passagem por outras instituições.

⁴⁴⁹ ARQUIDIOCESE, op. cit., p. 77.

Para Enrique Padrós, este era um método estratégico para os intentos repressivos, uma vez que garantia o isolamento da pessoa detida em relação ao mundo exterior, privando-a de defesa e do controle judicial; possibilitava a aplicação “sistemática e ilimitada” de torturas; impedia a interferência na resolução dos casos em “investigação”; aumentava a eficiência das operações, conferindo impunidade aos seus executores; e consagrava o “reinado do terror, produto do aparato que envolveu os operativos, completamente desproporcionais em relação às possibilidades defensivas das vítimas”, resultando em danos físicos e psíquicos às pessoas detidas.⁴⁵⁰

Ainda segundo Padrós, a detenção na forma de sequestro se concretizava desde o episódio inicial de captura, que poderia ocorrer em diferentes cenários: “Em geral, o indivíduo era preso na sua residência, no seu local de trabalho ou no meio da rua, quase sempre com um grande aparato, de forma ostensiva. Imediatamente após a detenção, era levado a um local desconhecido”.⁴⁵¹ Nestes episódios, mais do que atingir as pessoas presas em nível individual, o terror poderia se difundir por todo o seu entorno, uma vez que o “efeito intimidatório” das ações policiais repercutia também em vínculos familiares e comunitários.⁴⁵² Percebe-se, conforme sintetizado pelo autor ao analisar o caso da ditadura uruguaia, com exemplos que se alinham às experiências brasileiras, que a violência se fazia presente desde a gênese das detenções:

A dinâmica dos seqüestros foi marcada por um certo padrão de ações ostensivas e violentas. A unidade envolvida estava sempre fortemente armada e irrompia ostensivamente com ameaças, gritos e atitudes violentas. Às vezes, eram precedidas por dias de seguimento e vigilância (por vezes secreta, por vezes ostensiva). Em muitos casos, as ameaças se traduziam em ações intimidatórias como disparos contra portas, janelas e móveis; não foram raras as situações em que os alvos do operativo eram alvejados e até mortos. A duração das ações era diversa. Podiam ser muito rápidas, caso dos operativos nos locais de trabalho, ou relativamente longos, sobretudo nas residências, onde era comum que se montassem ratoneras (armadilhas) à espera da provável chegada de novas vítimas. Nestes casos, ocorria minuciosa revista do imóvel “tomado”, acompanhada de ação destrutiva, intimidatória e, em certas ocasiões, do saque parcial ou geral do mesmo. Também houve a detenção de familiares na qualidade de reféns, engendrando situações de violência e/ou constrangimento, como forma de pressionar os “subversivos”.⁴⁵³

⁴⁵⁰ PADRÓS, op. cit., p. 657-658.

⁴⁵¹ Ibid., p. 543.

⁴⁵² Ibid., p. 546.

⁴⁵³ Ibid., p. 656-657.

Todos estes componentes da “dinâmica dos sequestros” se fizeram presentes nos episódios de detenção das mulheres que seriam posteriormente enviadas à Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Os modos pelos quais foram capturadas, em ações policiais e militares que se sucederam em suas residências, locais públicos ou ambientes de trabalho, conformaram elementos ostensivos e agressivos que fornecem indícios para compreender estes episódios como momentos de terror. Além disso, estes episódios ditaram o tom de como seria o tratamento recebido no lugar de detenção no qual foram aprisionadas inicialmente. Sendo detidas por agentes à serviço do DOPS/RS, os regimes de punição aos quais foram submetidas se iniciou quando tiveram suas liberdades interdidas pelo uso da força policial.

A captura de Sandra Helena se deu em flagrante ao realizar pichações no muro da PUCRS, na Avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre. Ainda que se alegue no inquérito que os policiais militares responsáveis por sua prisão estavam fazendo uma patrulha na região, não se pode descartar a possibilidade de um monitoramento prévio às ações de militância de Sandra e seu companheiro, podendo ser a detenção parte de uma operação antes planejada para captá-los em “flagrante delito”. Segundo o depoimento prestado por um dos policiais envolvidos na detenção, o episódio teria sucedido durante a madrugada, quando avistaram seis pessoas junto ao muro, resultado em uma breve perseguição a dois deles – Sandra e seu namorado – que, diferentemente dos outros que teriam pulado o muro, se colocaram em fuga correndo após terem percebido a presença policial.⁴⁵⁴ De acordo com o documento, “o outro PM fez três (3) detonações para o alto, ao que o rapaz e a moça pararam e foram presos”.⁴⁵⁵ Após o envio dos detidos ao DOPS/RS, os policiais teriam retornado à cena para verificar os materiais que se encontravam no local, recolhendo-os e encaminhando para autoridade do departamento.

Em declaração atribuída à Sandra Helena, destaca-se que ela teria percebido uma “correria danada, e vários tiros foram ouvidos, não sabendo no momento distinguir se havia ou não sido efetuados em sua direção, razão pela qual correram”,⁴⁵⁶ apresentando um contraponto à afirmação de que os tiros teriam sido feitos, indubitavelmente, para o alto. A descrição prossegue: “pouco depois de iniciada a fuga, a declarante e o namorado pararam, e dois PMs vieram em sua direção, dando-lhes voz de prisão, dizendo que a declarante e o namorado faziam parte do grupo de pixadores [sic], colocando-os em um taxi, e apresentando-os à Autoridade, neste Departamento”. No relato oral de sua irmã, Nara, é esta a recordação:

⁴⁵⁴ ESTADO, *Inquérito Policial Militar n.º 479*, op. cit, p. 15.

⁴⁵⁵ *Ibid.*

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 17.

“Ela saiu à noite pra pichar, nós morávamos na Ramiro [...]. A minha irmã foi presa pichando, não voltou.”

A maioria das detenções se desencadearam em aparelhos que serviam de moradia às militantes ou em suas próprias casas. Para além da captura de Sandra, que ocorreu em um espaço público, a experiência de Helena também se diferencia das demais, uma vez que foi detida em seu local de trabalho por *“Pedro Seelig⁴⁵⁷ e uma turma de soldados da brigada”*, conforme relata em seu testemunho oral:

Eu tava numa mesa de frente ao gerente, à diretoria da empresa ali. E tinha quem recebe as pessoas, e... Eles chegaram perguntando por mim. Ela disse: “É aquela menina ali”. Aí [perguntaram]: “Quem é o gerente?”. O gerente já vinha vindo, que [havia visto] aquele pelotão de brigadiano⁴⁵⁸ entrando [...] pra prender uma pessoa. E o gerente chegou e disse: “Não, a menina veio de Caxias não faz um mês, não vou, não vou deixar vocês levarem”. Aí ele diz: “Tem um lugar pra gente conversar?”. Se reuniram na gerência, ali na diretoria, e saíram. Ele disse: “Ah não, tudo bem, pode levar”. Sabe lá o que disseram pra ele, que eu era uma terrorista perigosa e tal e... E foi pego isso, isso e aquilo... Todo mundo tinha medo.

O sequestro de Nara, narrado em seu testemunho, também se deu em configurações distintas, sendo detida em uma emboscada armada na residência de Vera Lúcia, sua companheira de militância, que havia sido recentemente presa em Recife:

Alguém nos avisou que tinha havido uma queda no Recife. Eu não sabia que a Vera estava no Recife. Então... Meu irmão, contra vontade, meu irmão tinha um fusca, [...] ele me levou na casa da Vera. A Vera morava na Santo Antônio, num apartamento. Ele me levou na casa da Vera e [eu] disse: “Eu tenho que avisar a Vera que teve quedas, ela tem que se proteger”. Meu irmão disse: “Olha, provavelmente ela já sabe, já devem ter avisado”. Daí ele me levou, combinamos que ele me esperaria na frente do apartamento, do edifício, se eu não voltasse num tempo xis, não lembro, ele iria embora. Eu entrei, subi, não tinha elevador no prédio. Eu subi. Na frente do apartamento da Vera, tinha, evidente, era polícia ali. Tava o Vito, o Vito Letizia. O Vito não me cumprimentou, fez de conta que não me conhecia, baixou a cabeça. Ali eu vi: “Putá... Caiu”. Caiu. Segui subindo, que só tinha mais um andar, e no andar de cima morava, eu não sabia, a mãe da Vera, que eu não conhecia. Aí ela disse: “Oi! Tu aqui?”. Aí disse: “Ah, vim visitá-la” – alguma coisa assim. Ela disse: “Ah, eu sou a mãe da Vera”. Mas a polícia já tava lá. Eles me levaram, eu e o Vito, pro DOPS. Então foi aí a minha queda. A Vera já

⁴⁵⁷ Delegado da Polícia Civil, Pedro Seelig atuou no comando do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar brasileira, envolvendo-se diretamente em casos de detenções ilegais, torturas e execuções, colaborando com ações repressivas de outras ditaduras do Cone Sul, como o Uruguai. Foi identificado pela Comissão Nacional da Verdade como autor de graves violações de direitos humanos. Morreu em 2022, em decorrência de um infarto. Não foi punido por seus crimes. Cf. BRASIL, op. cit., p. 921.

⁴⁵⁸ “Brigadiano” é uma expressão popular utilizada no Rio Grande do Sul em referência aos policiais militares, sendo recorrentemente empregada pelas presas políticas nas entrevistas concedidas para a pesquisa.

tinha caído, na verdade, a organização toda caiu. [...] Na verdade não era pra buscar a Vera. Eles foram lá pra ver quem iria.

O uso de emboscadas, armadilhas ou ciladas, ocasiões em que os agentes ocupavam previamente o endereço da pessoa mirada à espera de sua chegada para capturá-la, foi um método frequente nas detenções orquestradas pelo DOPS/RS. De acordo com Padrós, as *ratoneras* – apelido da ditadura uruguaia a este método de detenção – poderiam envolver, para além de detenção do alvo principal, a tomada de familiares como reféns e “minuciosa revista do imóvel ‘tomado’”.⁴⁵⁹ Foi assim que se sucedeu a prisão de Eliana, detida ao chegar em sua casa, como relatou à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul: “Os agentes do DOPS já estavam na minha casa com a minha mãe e já tinham vasculhado meu quarto, minhas coisas. E eles me levaram direto pra sede da Avenida João Pessoa [do DOPS] e a minha mãe foi atrás de carro”.⁴⁶⁰

A ocupação das casas das militantes não ocorreu somente nas emboscadas, mas também nos episódios de invasão dos domicílios, nomeados por Padrós como as “batidas da repressão”.⁴⁶¹ Estes momentos ganhavam conotações de “operações de guerra”, mobilizando um significativo efetivo de policiais e militares, com presenças ostensivas – fortemente armados, chegando em diversos veículos -, que cercavam e invadiam as residências, lá permanecendo por períodos variados. Mais do que atingir seus alvos específicos, estas operações se direcionavam também à vizinhança, que poderia ser ameaçada e coagida.⁴⁶² Para além de servir à difusão do medo, tratava-se de uma demarcação concreta do alvo inimigo, estigmatizando-o em seu entorno e, desse modo, resultando em maior isolamento. Uma abordagem desse tipo é observada na detenção de Sonia, ocorrida violentamente em sua própria casa, como ficou marcado na memória da filha Gorete, então com dez anos de idade, que presenciou a captura da mãe:

A detenção foi em casa, ela tava em casa. E foi de uma agressão absurda. Tanto é que a minha mãe acabou desmaiando, né? Já tava lá apanhando, e acabou desmaiando com os socos que ela levou dentro da própria casa. A casa foi toda cercada. Estava eu, a minha avó e o meu tio no quarto, a mãe no outro. E eu tenho dúvidas com relação ao meu pai. Eu não sei se o pai eles levaram lá, eu sei que houve um comentário assim, na prisão, que eles tinham pego um peixão, né? Que era como eles estavam chamando o meu pai. Eles reviraram toda a casa, agrediram ela, ameaçaram de levar meu tio também preso. E... Eu lembro d’eu ficar chorando no quarto. A minha vó, a

⁴⁵⁹ PADRÓS, op. cit., p. 657, p. 685.

⁴⁶⁰ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, *Depoimento – Eliana. L. C.*, op. cit., fl. 17.

⁴⁶¹ PADRÓS, op. cit., p. 544.

⁴⁶² *Ibid.*, p. 546.

minha vó foi quem abriu a porta. Acho que isso foi por volta das cinco da madrugada. E... E teve essa agressão bastante. A casa foi *totalmente* revirada, totalmente. Procurando coisas, documentos, enfim. Armas. E o pior: eles ficaram lá em casa. Eles ficaram instalados lá em casa. Um longo tempo, dias. Completamente armados. [...] Eles instalaram também o sistema de rádio. Por que qual era o objetivo? A nossa casa lá ela era considerada como um aparelho da organização. [...] Pessoas que estavam em fuga, enfim, passaram por lá. Tinham esses amigos de São Paulo que também frequentavam a nossa casa. Então lá era considerado, lá se produzia material, lá era considerado um aparelho. [...] No dia da prisão, então, eles ficaram lá. A minha mãe foi arrancada dessa maneira lá de casa.

Revelando um certo padrão das operações de detenção do DOPS/RS, a prisão de Mailde foi igualmente marcada por agressões, sucedendo-se em sua casa que, assim como o endereço de Sonia, servia de aparelho à organização:

Eu levei um susto muito grande, eu tava deitada em casa, calorão que tava de tarde, descansando, num domingo. Aí quando eu vi... Nilo Havelha⁴⁶³ me cutucando com cano de metralhadora assim. Com toda a delicadeza: “Vagabunda! Putassa! Sai daí”. Me pegava assim, eu era muito magrinha, eu era miúda [...]. Me pegavam assim, abriam os quartos e me jogavam na frente, que se tivesse alguém ali que reagisse, a atingida seria eu. Aí uma hora que eu consegui chegar na janela e olhar, a minha casa tava cercada pela polícia, tudo assim, ó [faz sinal de armas apontadas], sabe? Igual filme, mesma coisa.

A detenção de Iara, que vivia no endereço utilizado para a Imprensa Nacional da VAR-Palmares, também esteve associada a uma operação de desmembramento de aparelho, ocasião em que todos que ocupavam o endereço foram detidos: ela, seu marido Antônio, Maria Aparecida e o esposo Rui: “*Os caras chegam em casa, dois delegados chegam em casa. E... Quando eles entram, tem um mimeógrafo imprimindo um caderno de debates. Eles não tinham a menor ideia de quem nós éramos. ‘Pegamos quatro paulistas!’*, eles falavam.”. Na segunda queda do Setor de Imprensa Nacional da organização, foi a vez da captura de Vera Lúcia:

Bateram sete horas da noite. [...] Aí... Abriram a porta assim da minha casa, era um corredorzinho assim, um apartamento bem modesto... Pulou um cara de metralha... Eu tava no banheiro, segurei na porta do banheiro com uma vassoura na mão. [...] O cara pulou... Primeiro eles jogaram o Jorge [marido] assim na minha frente, o cara todo ensanguentado, com a blusa toda suja de

⁴⁶³ Nilo Havelha foi inspetor de polícia do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1972, atuando em detenções ilegais e torturas. Foi identificado pela Comissão Nacional da Verdade como autor de graves violações de direitos humanos perpetradas no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Cf. BRASIL, op. cit., p. 917.

sangue. Ele olhou assim pra mim. Aí pulou um cara com a metralhadora em cima de mim. Eu falei: “Opa”. Aí eles me sentaram lá no sofázinho - era uma sala, um quarto e uma cozinha que a gente morava, um banheiro - sentamos lá na sala. O Jorge do meu lado. Ele falou, coitadinho, ele falou assim: “Por que que você não foi embora?”. Falei: “Ah, não sei”. Aí veio o Pedro Seelig, o delegado. Chefiando lá aquela turma de... Que tava lá revirando o nosso apartamento todo de cabeça pra baixo. [...] Dentro do guarda-roupa tava cheio de panfleto, morte aos torturadores, e cheio de cadernos de denúncias de tortura que a gente ia mandar pro exterior. Pra daí você ter uma ideia... Aí o Pedro Seelig começou a me passar a mão. E eu falei assim: “O senhor não pode tirar a mão aqui de mim, pô?”. Falou: “Não, quero ver se você também tem cianureto”. Eu falei: “Não, não tenho cianureto”. [...] Os comandantes da VAR tinham que tomar cianureto, era a ordem. E o meu marido tomou. Só que ele não morreu. [...] Aí fomos pro DOPS.

Este caso revela um importante aspecto das operações de detenção orquestradas pelo DOPS do Rio Grande do Sul: o uso da presença de militantes presos anteriormente, já com marcas físicas das violações sofridas nos interrogatórios, transformados em objetos símbolo do sucesso das ações de repressão, levando-os às novas detenções de modo a provocar efeitos de intimidação nas pessoas que seriam então capturadas. Ao enxergar estes corpos conhecidos, então destroçados, violados e desfeitos naquilo que antes eram, anunciava-se, de alguma forma, o próprio destino. Enquanto para a captura de Vera levaram seu marido, poucos dias depois, na prisão de Mara e seu esposo Affonso, foi utilizado um contato próximo da organização:

A gente tava no apartamentinho na Rua Riachuelo. Tava dormindo quando escutamos de madrugada: “Companheiro, caí! Companheira, caí!”. Era o Alemão. [...] Ele chegou com a polícia, algemado. [...] Quem tinha a chave do apartamento era esse Alemão. [...] Affonso de ceroula, tava muito frio, foi junho, de [19]70. Chovendo, eles não queriam que ele vestisse, e algemou ele logo. Falei: “Não, ele não vai sair assim, não. Eu vou vestir ele”. Pus a calça nele, arrumei ele, me arrumei, e aí eles nos levaram, algemaram, e nos levaram, com o companheiro que levou eles lá.

Nos episódios de captura, foi também frequente a detenção de todas as pessoas que se encontravam presentes no local em que se executava a ação de detenção, seja prendendo aqueles indivíduos tomados enquanto subversivos – que viviam nos aparelhos das organizações, constituindo-se como o foco das ações -, como também testemunhas que, pelo acaso, se encontravam junto ao “alvo”. Isto ocorreu na detenção de Ignez, que se deu em sua casa: “*Perto do meio-dia, ou passado do meio-dia, os cara bateram lá em casa. [...] Levaram todo mundo que tava lá em casa: a minha mãe, meus irmãos, um amigo dos meus irmãos que tava lá...*”; e também na prisão de Marlova, que igualmente ocorreu em sua residência, logo

após retornar de um procedimento hospitalar por conta de um acidente doméstico, quando sua amiga de infância, seu namorado e a empregada doméstica foram também conduzidos ao DOPS.

Na tabela abaixo, tem-se a sistematização dos episódios de captura que introduziram as militantes na trama punitiva da ditadura civil-militar brasileira. O momento inicial de detenção, simbolizando a retirada dessas mulheres de todas suas inserções públicas, sociais e políticas, conjugou uma série de práticas violentas que podem ser observadas nas ações conduzidas por diversos órgãos repressivos. Seja no encabeçamento pelo DOPS/RS, ou por corporações de outros estados – que se distanciam do objetivo desse capítulo, mas igualmente constam na tabela, a título de informação -, a captura das presas políticas, em todas suas manifestações de violências diretas ou simbólicas, já se estruturava enquanto gesto contundente de punição.

Tabela 6. Sistematização dos episódios de captura das presas políticas.

Nome	Local de captura	Ano	Cidade	Órgão responsável
Maria Celestina	Residência particular	1964	Porto Alegre	Polícia Federal
Sandra Helena	Via pública	1969	Porto Alegre	DOPS/RS
Helena Lúcia	Trabalho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Ignez	Residência particular	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Iara	Aparelho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Maria Aparecida	Aparelho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Eliane	Residência particular	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Nara	Residência de terceiro	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Vera Lúcia	Aparelho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Mara	Aparelho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Mailde	Aparelho	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Marlova	Residência particular	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Zilá	Trabalho	1971	São Paulo	OBAN
Leane	Aparelho	1971	São Paulo	OBAN
Terezinha	Residência particular	1970	Porto Alegre	DOPS/RS
Vera Lúcia	Aparelho	1970	Recife	SSP/PE
Leia	Residência de terceiro	1971	São Paulo	OBAN
Maria Celeste	Não identificado	1970	São Paulo	OBAN
Sônia	Residência particular	1973	Porto Alegre	DOPS/RS

Fonte: Autoria própria (Testemunhos orais, processos de indenização, testemunhos CEV/RS, documentos SNI).

Para Marlova, a chegada dos “*homens todo da polícia*” pela porta entreaberta de sua casa representou o desordenamento de sua vida: “*A tua vida, em 5 minutos, a tua vida mudou. Esse foi a minha... Ai você sai dali num carro... Em 15 minutos... Você tá encapuzada, não sabendo pra que lado você vai, nem o que vai acontecer contigo*”. Os momentos em que essas mulheres tiveram seus lares, aparelhos e locais de trabalho invadidos se marcava como um prelúdio da miríade de invasões e violações que sofreriam. Se as experiências de militância já acresciam novas camadas às suas rotinas, retirando-as de um espaço de “normalidade”, as detenções anunciavam uma profunda ruptura, colocando em suspensão o que conheciam de suas vidas e de si mesmas. Recepcionadas por aparatos policiais ostensivos e violentos, impingindo-lhes agressões físicas e verbais, as práticas terroristas do Estado antecederam o próprio aprisionamento; antes de serem presas, já eram mulheres violentadas. Os caminhos de suas interdições no DOPS/RS apontavam, sem possibilidade de desvio de rota, para o reino do arbítrio.

4.1.2 Violências no período de detenção

O endereço de destino das mulheres capturadas pelas ações externas do DOPS/RS foi a Avenida João Pessoa, número 2050, no Palácio de Polícia, sede do órgão desde 1964 até o fim de suas operações, em 1982. Ali chegavam estas mulheres e outras pessoas detidas não apenas enquanto presas, mas como sequestradas. Mesmo que seus paradeiros pudessem ser conhecidos por familiares ou testemunhas das detenções, com o ingresso no DOPS suas condições passavam ao absoluto desconhecimento. Submetidas à incomunicabilidade, eram ocultados os estágios de suas prisões – ainda não oficialmente declaradas -, a confirmação de suas permanências naquele local, ou qualquer informação sobre seus estados físicos e mentais. Configurava-se, no DOPS/RS, um sequestro de cativo identificado, mas impenetrável e inegociável: eram as forças policiais do Estado as próprias sequestradoras, mantendo como reféns pessoas que, quando ali adentradas, tornavam-se corpos ignotos.

A pessoa sequestrada, de acordo com Bauer, é “uma pessoa submetida a uma privação sensorial e motriz generalizada (mãos algemadas ou atadas, olhos vendados, proibição de falar, limitação de todos os movimentos)”.⁴⁶⁴ Ainda que algumas dessas limitações já fossem impostas nos episódios de captura, tudo se agudizava com a chegada ao DOPS, como se

⁴⁶⁴ BAUER, op. cit., p. 118.

percebe em frase dita por Mara, que sintetiza o que se anunciava neste espaço: “*Tiraram óculos, relógio, encapuzaram e começou a pauleira.*”

Para Lira, Becker e Castillo, “um ser humano que se encontra em extrema indefensabilidade, é submetido a uma extrema violência. Desprovido de recursos materiais para se defender, algemado e vendado, enfrenta uma ameaça radical à sua integridade física e psíquica”.⁴⁶⁵ A profunda violação à garantia da vida de cada pessoa sequestrada foi um fator estruturante da detenção no DOPS/RS, configurando situações-limite, isto é, experiências extremas às quais as pessoas não foram “preparadas, socializadas, iniciadas” para viverem, rompendo-se, dessa forma, “a ordem naturalizada do mundo”.⁴⁶⁶ Foi esta condução às beiradas de suas sobrevivências, apresentando-lhes riscos que antes desconheciam, que compõe a aresta que une as passagens das interlocutoras dessa pesquisa pelo DOPS/RS.

Em seus testemunhos orais, entre os elementos que mais se marcaram nas lembranças do período de detenção, o encapuzamento é destacado como fator compartilhado por mulheres que vivenciaram de distintos modos a estada neste lugar; mesmo aquelas que não foram submetidas a violações físicas mais severas passaram pela vendagem, que se revela como um procedimento básico do terror nessa instituição. De acordo com Ana Maria Colling, o encapuzamento inseria as sequestradas em condição de extrema tensão e vulnerabilidade, privando-lhes da visão enquanto se reiterava a observação e o exame de seus corpos, também impedindo-lhes o reconhecimento de seu entorno, de modo que as violências não fossem apenas sentidas, mas também imaginadas, e assim potencializadas.⁴⁶⁷ No DOPS/RS, para além dos efeitos de desorientação e fragilização provocados pelo encapuzamento, mobilizava-se essa prática também em combinação a outros atos de intimidação e ameaça.

Para Marlova, o capuz colocado sobre sua cabeça era “*uma coisa monstruosa*”, sentido como se pesasse três quilos em cima de si. Ao desembarcar da viatura após sua captura, foi logo encapuzada, o que entende como uma conduta sistemática, direcionada contra todos os presos, que perdurou durante seu período de permanência no DOPS. O capuz surge como elemento diretamente associado às violências psicológicas que viveu neste espaço: “*Passei uns dias no DOPS, aquele capuz, aquela gritaria, aquele terror que foi. O meu tipo de*

⁴⁶⁵ LIRA, Elizabeth; BECKER, David; CASTILLO, M. Isabel. Psicoterapia de Víctimas de Represión Política bajo dictadura: un desafío terapéutico, teórico y político. In: INSTITUTO Latinoamericano de Salud Mental y Derechos Humanos. *Derechos Humanos: Todo es según el dolor con que se mira*. Santiago: Ediciones ILAS, 1989, p. 25.

⁴⁶⁶ CATELA, Ludmila da Silva. Presentación. In: POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio* – La producción social de identidades frente a situaciones limite. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006, p. 11.

⁴⁶⁷ COLLING, op. cit., p. 83-84.

tratamento foi sempre psicológico mais que físico. Muita gritaria, muito terror psicológico. Sempre com esse capuz, não podia olhar pra ninguém, aquela coisa toda”:

Eles fazem aquela coisa de terror, que é... Eles te agarram no braço e ficam andando contigo assim, e de repente dizem: “Abaixa, abaixa” – como se fosse... Como se você fosse entrar, ou num buraco, ou numa coisa mais pra baixo assim. Eu tô convencida que não devia ter nada, entendeu, que era puro... Encenação.

Nas lembranças de Vera Lúcia, o capuz igualmente aparece como recurso de desorientação e imposição do medo neste trânsito por entre as instalações do DOPS. Revela-se também um novo direcionamento das ameaças: “*À noite eles te pegavam, te punham a venda, saíam andando com você pelos corredores, diziam que iam te levar pra ser estuprada, aquela loucura*”. Em direção similar se tece o relato de Nara: “*No meu interrogatório, com muitas ameaças... Com venda, claro, com venda. Muitas ameaças de estupro, de porrada, tudo isso*”. Também Gorete, naquilo que pôde acessar das experiências de sua mãe Sônia, aponta esta mesma dimensão: “*Ela falou pra nós que ficou com capuz o tempo todo, boa parte do tempo que teve lá, essa sensação da nudez, de tá sempre nua, e isso eu acho que é algo marcante assim pras mulheres, ficar suscetível a tudo*”.

Para além de um artifício da violência política, entende-se que a intimidação vivida por estas mulheres a partir da vendagem passava também, e especialmente, pela violência de gênero.⁴⁶⁸ De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, a violência de gênero durante a ditadura civil-militar se manifestou como um conjunto de ações ou palavras, orientados nas dimensões de gênero socialmente construídas, buscando ferir as pessoas de forma física ou em suas dignidades.⁴⁶⁹ Estes ataques poderiam se expressar de modos distintos, que se entrelaçavam ao incidir “sobre a integridade da dignidade da pessoa humana, que está tanto em seu corpo físico quanto em sua mente, consciência e afetividade social, cultural, familiar e íntima”.⁴⁷⁰ Foram perpetradas violências físicas, caracterizadas pelo uso da força para causar danos ao corpo da pessoa alvejada; violências sexuais, também relacionadas ao uso da força e à ameaças de coerção, tendo como manifestação qualquer ataque de cunho sexual, fossem estes de contato corporal direto ou não; violências psicológicas, entendidas como ações de

⁴⁶⁸ Para aprofundamento da análise sobre violência de gênero na ditadura civil-militar brasileira, cf. CONTREIRAS, Janaína Athaydes. *Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

⁴⁶⁹ BRASIL, op. cit., p. 418, p. 420.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 418.

“rejeição, depreciação, humilhação, discriminação e desrespeito”; e violências morais, a partir de agressões psicológicas orientadas para macular a idoneidade da pessoa, com “acusações falsas, xingamentos, insultos, agressões verbais, difamação e injúria”.⁴⁷¹

A ameaça de estupro revelada nos relatos de Vera Lúcia e de Nara, assim como a nudez forçada de Sônia destacada por Gorete, sinalizam que as violências vivenciadas por estas mulheres não se ancoraram somente em seus posicionamentos políticos, possuindo requintes de gênero, seja nas faces de violências psicológicas - ao intimidá-las e reforçar a possibilidade de um ataque corporal extremamente violento - como especialmente em violências sexuais e físicas – forçando a nudez e a exposição do corpo, configurando assim “ato físico humilhante”, bem como pelas agressões e ameaças verbais.⁴⁷²

Os vieses de gênero foram estruturantes da violência política no DOPS/RS, disseminando-se em detalhes do cotidiano, como em meras idas ao banheiro que, desfiguradas de sua finalidade de atendimento às necessidades fisiológicas, transformavam-se em oportunidades irradiadoras de humilhação. Nestes momentos, as mulheres tinham suas privacidades interditas e suas intimidades violadas, sendo sempre acompanhadas e monitoradas por agentes do sexo masculino, o que enquadra, de acordo com a CNV, também uma modalidade de violência sexual.⁴⁷³ As minúcias dessa violação são relatadas por Ignez:

Quando eu ia no banheiro, ia um brigadiano comigo, e ficava dentro do banheiro, pra mim ir urinar e evacuar, e o cara ficava me encarando. Eu dizia: “Gente, pelo amor de deus, sai do banheiro, eu não vou fugir daqui”. “Não, a ordem...”. “Mas então vira pra lá, eu não consigo nem fazer xixi contigo me encarando, eu fico constrangida”. Sabe. Aí no fim o cara virava né, mas... E na hora de tomar banho, também, se eu for tomar banho, o cara ficava me encarando, então como é que eu vou tomar banho com a criatura me olhando? Entende, eu nem tomava banho, eu fiquei imunda. Imunda. Menstruada, toda suja, entendeu. Como é que eu ia fazer higiene com uma criatura me olhando? Sabe? Eu só trocava absorvente, fedia feito louca. Porque era tudo pra te humilhar, tudo pra te humilhar.

Igualmente frequente nas agressões de gênero perpetradas no DOPS/RS foi o ataque às mulheres desde seus laços familiares ou afetivos, buscando atingi-las psicologicamente ao ameaçar torturas contra seus parentes ou companheiros. Vera Lúcia foi submetida a esta violência desde o episódio de sua captura, momento em que seu companheiro, flagelado pelos

⁴⁷¹ BRASIL, op. cit., p. 418-420.

⁴⁷² Ibid., p. 419.

⁴⁷³ De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a “ausência de intimidade ou privacidade no uso do banheiro” e a negação às mulheres de “artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual”, são consideradas como violência sexual. In: BRASIL, op. cit., p. 419.

golpes físicos, foi conduzido para acompanhar sua detenção. Para as demais presas, foi a partir de suas chegadas nas instalações do DOPS que a integridade física de seus familiares passou a ser mobilizada como arma de ataque psicológico, como ocorreu com Mara, cujo esposo se encontrava detido neste mesmo local:

Uma vez falaram que ele tinha morrido. “Ah, já era. Seu marido já era”. Aí eu comecei, eu saí berrando pelo corredor, bem desafortada, saí berrando pelo corredor, que eu queria ver, que eu não ia dormir sem ver ele, não sei o quê, mas aos berros, aos berros, e escutavam de longe. Aí eles abriram lá, ele tava dormindo no chão, com um sapato servindo de travesseiro. “Que é, mulher? Que que cê tem?”. Eu falei: “Ah! Que que eu tenho, ouvi falar que cê tinha morrido, queria te ver”. Mas era, era... Era muito tortura psicológica que eles faziam com as mulheres lá.

Situação semelhante vivenciou Mailde, com o simulacro de que os agentes estariam torturando seu irmão menor de idade, também detido no DOPS, quando na realidade estavam assassinando outro preso:

Me colocaram numa sala que era dum delegado. E eu fiquei naquela sala, e quando foi de noitezinha, chegaram com meu irmão. Eu dormi naquela sala. Aí embaixo daquela sala [...], eles torturaram um preso comum embaixo ali, embaixo do meu pé, até a morte. Sabe o que é você escutar? Os gritos vão se esvanecendo, vai diminuindo, vai diminuindo... Até que cessam as pancadas, e os gritos também. E no outro dia você escuta os policiais falando: “Ah, teve mais um presunto” e tal, você sabe que foi aquela pessoa que eles - me arrepiava quando eu lembro disso - que eles torturaram até a morte. Ali, embaixo dos meus pés. Aí eu tive uma crise, eu tive um surto. Porque eu achava que o grito era de pessoa jovem. E eu achava que quem tava gritando era meu irmão. [...] Foi de baixo do meu pé. Foi no andar abaixo dali onde eu tava, que era o gabinete. E ali embaixo era... A tortura. De baixo do meu pé, de baixo de onde eu tava. Horrível, horrível. E aí eu tive um surto. Eu arranquei aquele capuz que eles tinham me colocado, e comecei a gritar. Aí eles trouxeram meu irmão pra me ver. Tiraram a camisa do meu irmão pra eu ver que ele não tava torturado, tudo. Mostraram ele pra mim.

Para atingir Sonia, eram proferidas ameaças contra sua filha, insinuando que a criança estaria presente no DOPS e que seria conduzida para presenciar as torturas da mãe ou para ser ela mesmo violentada. Em testemunho concedido à Ana Maria Colling, Sonia relata que ouvia a voz da filha, levando-a a questionar se delirava ou se o que escutava eram gravações de áudio, forjadas com o intuito de atingi-la:

Eles diziam que minha filha estava lá. Eu ouvia voz de criança. Muitas vezes, eu não sabia se era sonho, eu ouvia a voz de minha filha lá dentro. Se

era toca-fitas, não sei; ou se era a minha própria imaginação, não sei te dizer. Só que eles me diziam: se tu não me contar isto, eu vou trazer tua filha.⁴⁷⁴

A maternidade foi especialmente mobilizada como mecanismo de violência pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar brasileira. Para além dos ataques individuais às mulheres detidas, ao mirar seus filhos ameaçava-se ou se executava também a violação da vida mais inteiramente relacionada à sua, muitas vezes sentida como a extensão do próprio corpo.⁴⁷⁵ Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, a maternidade “foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes, o que causou, em muitas situações, o enfraquecimento afetivo e emocional às mulheres e às crianças”.⁴⁷⁶ Desse modo, de acordo com Ana Paula Correa Alves, ao atingir as mulheres em seus laços maternos, operava-se uma dupla fragilização, “pela fragmentação da intimidade dessas mães e pela fragilidade de seus filhos, dessas crianças expostas”.⁴⁷⁷

Gorete, a filha de Sônia, destaca como esta ameaça envolvendo sua integridade física foi mobilizada para buscar a fragilização emocional da mãe, indicando como a maternidade foi utilizada enquanto recurso de destruição da resistência nos interrogatórios:

Possivelmente, como eles [policiais do DOPS] tavam lá em casa, eles podiam ter gravado a minha voz. Então poderia fazer parte simplesmente da imaginação dela, mas como existia essa forte ameaça, e eles [os militantes] tinham conhecimento que isso acontecia em outros estados... Enfim, aquela ameaça era bastante significativa. E a minha mãe com toda essa coragem que ela tinha, eu acho que isso poderia desmontá-la, né?

O direcionamento das violências a partir dos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres pode ser também observado nos casos em que as detidas no DOPS/RS foram responsabilizadas pela limpeza de sujidades em episódios de ataques físicos e psicológicos. Aludindo às expectativas de cuidados domésticos projetadas sobre as mulheres, eram obrigadas a higienizar qualquer detrito, mesmo nos momentos em que estavam sendo violentadas, de modo que essa exigência fosse também uma forma de violência ao humilhá-las em novos níveis; não apenas eram subjugadas ao terem que limpar os excrementos

⁴⁷⁴ COLLING, op. cit., p. 64.

⁴⁷⁵ CORREA, Ana Paula Alves. “*Eles torturavam as crianças na frente das mulheres*”: mulheres, trauma e maternidade na resistência à ditadura militar brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

⁴⁷⁶ TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2015, p. 1017.

⁴⁷⁷ CORREA, op. cit., p. 107.

produzidos ao serem agredidas, como se exigia, dessa forma, que ocultassem os indícios da violação. É o que chama atenção nos relatos de Vera e Mailde:

Um cara começou a me dar *porrada*, de tudo quanto era lado. Eu *voava*. Imagina, eu tinha uns 45 quilos na época, hoje tenho 51... Pequeninha do jeito que eu sou. Mandou tirar roupa. E eu *vuuuup*. E o cara não parava. [...] Só dando porrada, ele voava nas minhas pernas e me jogava dum lado pro outro. [...] Fiquei meio assim apavorada, porque ele me jogou, nos finalmente da coisa, me jogou num troço, que eu acho que tinha uma mesa de vidro, e a minha cabeça bateu nessa ponta dessa mesa. E aí eu caí assim e começou a sair sangue. Aí é que eu fiquei apavorada, quando eu vi aquele sangue, eu falei: “Porra, agora é que eu vou me fuder”. Mas... Aí ele me mandou [tirar] minha blusa, que eu fiquei pelada mas eu não tirei a blusa, porque eu acho que ele falou que não precisava tirar a blusa. [...] Essa blusa ficou toda preta, de sangue... E acho que ele ficou meio apavorado quando ele viu aquilo, porque ele me mandou, parou, e me mandou tirar a blusa, enrolou a minha cabeça e mandou eu lavar a blusa. Eu acho que pra não ficar o sangue. E aí eles me levaram de volta pra cela. (Vera)

Me deram um comprimido pra tomar, um sossega leão lá. Só que eu tomei o sossega leão e vomitei, não fez efeito. Aí me lembro que ainda teve um policial lá, que veio limpar lá onde eu tinha vomitado, tava uma fúria, e o Pedro Seelig... Ah, o Pedro Seelig é um monstro, aquele homem. Deus que me perdoe, viu? Aquilo é a reencarnação do diabo. E o Pedro Seelig disse pra ele assim: “Não, [ela] vai limpar sim” - porque eles mandavam todo mundo lá, até nos policiais menores - “Vai limpar sim, porque... Vai mandar essa mulher... Essa mulher... Vai mandar essa mulher” - eu tinha 26 anos - “Vai mandar essa mulher aí [limpar], pode morrer, e depois que que a gente vai falar?” - ele disse assim. Quer dizer, a preocupação era se acontecesse um escândalo, entendeu? (Mailde)

Se as violências de gênero compuseram todo o cenário da detenção das mulheres no DOPS/RS, atingindo-as nas minúcias do cotidiano e em toda a sorte de tratamentos a elas dispensados, foi nos episódios de agressão física direta que tais violações encontraram seu ponto de culminância. Nos interrogatórios conduzidos neste espaço de detenção, a tortura física excedia o objetivo direto de extração de informações, revelando-se como parte estruturante de um “projeto político e de um sistema de poder”,⁴⁷⁸ cujo cerne estava no amedrontamento e submissão dos inimigos, de modo a atemorizar a população como um todo. Como observa Mariana Joffily, a tortura “era a peça-chave de transformação do interrogatório preliminar em uma poderosa máquina de sujeição, de normalização e de imposição da autoridade representada pelo governo militar”.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ VIÑAR, Marcelo. Pepe o el delirio del héroe. In: VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memoria – Crónicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 49.

⁴⁷⁹ JOFFILY, op. cit., p. 19.

Segundo Ignacio Mendiola, os caminhos que resultam na tortura se baseiam, antes, na construção de “subjetividades torturáveis”, isto é, em “construções narrativas que vão articulando, em cada momento histórico e geográfico, o semblante daquelas subjetividades que passam a compor o caleidoscópio heterogêneo da inimizade, do outro-desprezível”.⁴⁸⁰ A produção dessa alteridade situa determinados grupos de pessoas “na geografia político-punitiva do inabitável”, de modo a transformá-las em objetos de desprezo, impossibilitando a empatia e a intervenção diante do sofrimento contra elas impingido.⁴⁸¹ Trata-se do deslocamento das pessoas torturadas para meros corpos de sujeição e abjeção:

A pessoa torturada não só foi capturada, arrancada de sua cotidianidade e posta contra sua vontade no inabitável, mas também é colocada [...] em uma inimizade irreversível, uma não-pessoa [...] que se converte em alguém distante do cidadão, alguém que, por aquilo que encarna, permite que o sofrimento se estabeleça porque ali não há uma pessoa que mereça ser cuidada, mas sim um corpo de um não-homem inscrito pelo desprezo.⁴⁸²

Este corpo da pessoa torturada, negado de direitos e alheio a qualquer possibilidade de proteção, descaracterizado de sua humanidade e unicamente revestido pelo desprezo, ganha conotações específicas quando se projeta no corpo de uma mulher. A tortura, operando durante a ditadura civil-militar brasileira no sentido de castigar e assinalar os “corpos revoltos com a insígnia da subversão, rechaçando-os, como a afirmar seu devido lugar”,⁴⁸³ inseria-se em uma lógica de dominação que, extrapolando a esfera política, concernia também às desigualdades de gênero, como bem pontuam Ana Paula Duque e Camila Prando. Segundo as autoras, as mulheres militantes de esquerda representavam aos agentes da repressão severos desvios, não somente políticos, mas sobretudo às expectativas de gênero, raça e classe:

Para os torturadores, a mulher que subjugava e torturava fugia à imagem sacralizada da mulher que era aceita e bem-vista pela sociedade: essa mulher que sai às ruas, que manifesta, que tem voz ativa, que se articula em torno de pautas políticas, que pega em armas e foge às expectativas sociais atribuídas ao seu gênero não se amolda à imagem da mãe, esposa e filha que são dignas de respeito e que circulam as experiências das mulheres brancas.⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ MENDIOLA, Ignacio. En torno a la definición de tortura: la necesidad y dificultad de conceptualizar la producción ilimitada de sufrimiento. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2020, p. 23. Tradução minha.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 22. Tradução minha.

⁴⁸² *Ibid.*, p. 22-23. Tradução minha.

⁴⁸³ DUQUE, Ana Paula; PRANDO, Camila Cardoso de Mello. Direito como tecnologia de gênero: a tortura contra as mulheres nos inquéritos militares (1964-1979). *Universitas Jus*, Brasília, v. 27, n. 2, 2016, p. 60.

⁴⁸⁴ *Ibid.*

A construção da militante de esquerda como um outro desviante, radicalmente apartado do sistema de referências de gênero que circunscrevia feminilidades passivas, restritas ao doméstico e aos cuidados familiares, situava as mulheres na “margem oposta”; sem serem assimiladas nos seus papéis de mães, irmãs e filhas, eram, segundo Olívia Joffily, identificadas como as putas, as vacas, as vadias,⁴⁸⁵ que seriam punidas, humilhadas e destruídas por todos os parâmetros normativos que buscavam romper, fossem eles políticos, de raça, classe ou gênero.

Pela construção dessas imagens sobrepostas de desvio, como sinalizam Duque e Prando, as mulheres de esquerda eram tomadas pelos torturadores como duplamente ameaçadoras: “tanto por se insurgir contra o regime político que lhe dá poder (oriundo do regime militar) quanto por buscar *usurpar* o lugar que é seu e de seus pares, homens, questionando também o poder que hierarquiza corpos e gêneros”.⁴⁸⁶ Com isso, eram também redobrados os efeitos repressivos contra elas direcionados: ao serem visadas tanto pelos atentados à segurança nacional quanto pela insurgência aos padrões normativos de gênero, enfrentavam, no momento da tortura, uma dupla relação de poder, indicada por Olívia Joffily: “a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero - o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero”.⁴⁸⁷

No DOPS/RS, a tortura física direcionada contra as mulheres operava com nítida intencionalidade de gênero em todos os mecanismos mobilizados para humilhá-las e inferiorizá-las. Fosse nos métodos empregados nas violências corporais, ao atingi-las sexualmente, quanto nos ataques morais que as flagelavam psicologicamente, era a partir de requintes de gênero que as presas políticas passavam a ser violentadas. Os interrogatórios concentravam e levavam ao ponto de ebulição todos os episódios de violências de gênero dissipados no cotidiano da detenção no DOPS. Nestes momentos, estavam presentes o já conhecido encapuzamento, assim como a nudez forçada, a humilhação verbal e as ameaças de estupro, crescendo-se os ataques diretos contra o corpo.

Como arma intensificadora das dores, estava a ratificação, por parte dos torturadores, de uma série de saberes socialmente construídos acerca dos papéis de gênero, que eram neste contexto apropriados como uma punição específica às mulheres, como observa Ana Maria

⁴⁸⁵ JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 230.

⁴⁸⁶ DUQUE & PRANDO, op. cit., p. 230.

⁴⁸⁷ JOFFILY, op. cit., p. 124.

Colling, para quem as presas políticas eram em muito punidas a partir de noções difusas na sociedade, e não necessariamente por preceitos inaugurados por seus algozes.⁴⁸⁸ A tortura, desse modo, permeava-se também por atos de reiteração e estigmatização das presas políticas em seus lugares de desvio de gênero, raça e classe, assinalando-as como, além de comunistas, também putas, histéricas, desequilibradas e loucas, categorizando-as em oposição ao conjunto de valores defendidos por seus agressores. Tratava-se de um uso racional da saberes sociais e de práticas científicas, com o intuito de destruir essas inimigas, humilhando-as e indiretamente atacando também os homens militantes que, falhando em suas expectativas de gênero, não puderem defendê-las.⁴⁸⁹ Os interrogatórios se firmavam, assim, como episódios de exaltação da ordem patriarcal e binária defendida pelo poderio militar, transcendendo a mera extração de informações e se consagrando como oportunidade para degradar as inimigas e sancioná-las enquanto “fugitivas do lugar sexo-genérico adequado às suas qualidades de fêmeas femininas”,⁴⁹⁰ conforme assinalado por Tamara Vidaurrázaga, María Olga Ruiz e Marisa Ruiz.

Os casos de tortura não fizeram parte do direcionamento central das entrevistas de história oral conduzidas nesta pesquisa, aparecendo com maior evidência nos relatos de prisão produzidos pelas militantes nos processos de indenização, contexto no qual pleiteavam o reconhecimento enquanto pessoas atingidas pelas violências cometidas por agentes estatais durante a ditadura. No relato redigido por Eliane, nota-se a menção aos procedimentos frequentes da tortura no DOPS/RS, como a nudez forçada, a ridicularização e os choques elétricos. A violência de gênero se revela nas entrelinhas, como no movimento de seus algozes de, para além de seviciá-la fisicamente, também buscar inscrevê-la nos estigmas de descontrolada e histérica, porque gritava ao levar os choques elétricos, desviando da passividade, da obediência, da discrição e, sobretudo, do silêncio esperados das mulheres:

Eles me mandaram para outra sala, sem janelas, mandaram que eu tirasse a roupa me ameaçando e me humilhando, ficavam olhando, ridicularizando, depois passaram a dizer que eu não sabia o que me esperava. [...] Como não obtiveram respostas para suas perguntas, disseram que iam me apresentar à Maricota (aparelho para dar choques elétricos). Logo depois eles trouxeram a máquina e começaram a me dar choques, principalmente na cabeça, avisando que ia ficar muito pior, que era melhor eu falar logo. Isso durou toda a noite do dia 10 de abril até a manhã do dia 11. Pela manhã eles

⁴⁸⁸ COLLING, op. cit., p. 91.

⁴⁸⁹ VIDAURRÁZAGA, Tamara; RUIZ, María Olga; RUIZ, Marisa. *Compórtate como una mujer. La tortura genérico-sexual como dispositivo de control dictatorial en Chile y Uruguay. Clepsidra*, v. 7, n. 14, 2020, p. 32.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, p. 43.

pararam com os choques, e aí entraram outros policiais que ficavam fazendo piadas, dizendo que eu gritava muito alto, *que não precisava aquele escândalo todo*, que era só eu falar e que ficava tudo resolvido.⁴⁹¹

Nas sessões de tortura orquestradas pelo DOPS/RS, Ignez foi submetida a diversas modalidades de violências, associadas a atos frequentes e massivamente difundidos – o encapuzamento, a nudez, as ameaças, a desmoralização –, mas também à violência sexual em manifestações agudizadas. Em seu relato, há destaque para o direcionamento dos choques elétricos em seus órgãos genitais, e para um gesto de extrema violência perpetrado por Paulo Malhães,⁴⁹² que ejaculou durante as sessões de tortura:

Então chegou a minha vez. Eles colocaram um capuz preto na minha cabeça que não permitia enxergar nada. Um deles pegou-me pelo braço e levou-me para outro local; desci uma escada aos tropeços. Quando me tiraram o capuz percebi que estava em uma sala pequena e escura e ligaram uma luz forte que dava direto nos meus olhos e me deixava quase cega, não conseguia ver quem estava ali. Colocaram fios nos dedos das minhas mãos (um fio em cada mão) e me deram várias descargas elétricas – choques que percorriam meu corpo. A dor era terrível! Depois ficaram mudando os fios de lugar e os colocaram em várias partes do meu corpo (pés, genitais, seios), e quando foram colocados em minhas orelhas, o choque me fez ver estrelas e desmaiei. Quando acordei estava com a língua toda machucada pelos meus dentes. O choque elétrico não deixava marcas aparentes, mas a dor era horrível, porque toda a musculatura se contraía e o corpo pulava e tremia todo, tal era a força das contrações. Mais de uma vez urinei durante a sessão de choques, principalmente quando levava choques nos órgãos genitais. [...] Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas desse gênero para humilhar e desmoralizar. Eu, por ser mulher, diziam ser todas “terroristas”, que éramos putas e coisas parecidas. Algumas vezes, quando eu era torturada com o Gustavo, ameaçavam me estuprar e tocavam no meu corpo. [...] O que mais me chocava era que, alguns destes torturadores demonstravam claramente que sentiam prazer em torturar. Um deles, oficial do exército, carioca, conhecido pelo codinome Malhães (não sei qual o seu verdadeiro nome) chegou a ejacular nas sessões e ria. Ele também era mestre em apertar certos pontos do corpo que produziam uma dor muito forte e gabava-se disso. Ele dava aulas de tortura para os outros colegas.⁴⁹³

No relato endereçado à Comissão Especial de Indenização, Terezinha avalia as violações por ela sofridas como “relativamente brandas”, ao levar em consideração a

⁴⁹¹ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 1992-1200/02-2*. Rio de Janeiro, 2002. Grifos meus.

⁴⁹² Coronel do Exército, atuou no Centro de Informações do Exército (CIE) e colaborou em ações repressivas por todo o país, percorrendo localidades como Rio Grande do Sul, Paraná e Araguaia. Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em 2014, confessou a participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Foi encontrado morto em condições extremamente suspeitas um mês após o depoimento à CNV. Cf. PAULO Malhães. In: Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/paulo-malhaes/> Acesso em 26.05.2023.

⁴⁹³ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6847-1200/98-0*.

experiência de outras pessoas que foram brutalmente seviciadas no DOPS. Mesmo com esta ressalva, o que segue em sua declaração não aponta qualquer moderação quanto à violência contra ela direcionada. Nos ataques “limitados” com os quais a atingiram, Terezinha foi espancada, agredida verbalmente e violentada sexualmente:

Tive os olhos vendados e me conduziram a outro lugar, usando um elevador que desceu. Fizeram com que me despisse, ainda de olhos vendados. Fui então submetida a vexames de natureza sexual, tanto físicos quanto verbais, e fui espancada, mas ouvi um dos policiais recomendar que não deixassem marcas. [...] As sevícias foram relativamente brandas, comparadas a relatos que conheço. Se limitaram a espancamentos sem instrumentos, a humilhações de caráter sexual (apalpações brutais, introdução de dedos na vagina), acompanhadas de agressão verbal de caráter sexual e ameaças de violência.⁴⁹⁴

Para Colling, os objetivos fundamentais da tortura desde paradigmas de gênero foi “docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído”.⁴⁹⁵ Entre as mulheres que tiveram passagens pelo DOPS/RS, este objetivo permeou todas as violências às quais foram expostas, desde a miríade de agressões cotidianas – iniciadas com a limitação da visão e dos sentidos pela venda, a invasão de suas intimidades com a vigilância constante, as constantes ameaças de estupros e de assassinatos –, até a eclosão em ataques físicos e sexuais – com a exposição e fragilização de seus corpos com a nudez forçada, a acentuação da desmoralização e de agressões verbais, as violências corporais em espancamentos, choques elétricos, toques em seus órgãos genitais, movimentos de apropriação total e absoluta sobre seus corpos e suas possibilidades de defesa e reação. A tortura se fez mecanismo de impetrar, simbólica e efetivamente, a destruição e desqualificação dessas mulheres que, violentadas de distintas formas, viam-se todas imersas em um cenário de terror, como sintetiza Ignez:

O DOPS era uma fábrica de terror. Se tu não era torturada, tu escutava os gritos de quem tava sendo torturado, então é uma tortura também, uma coisa horrível. É uma experiência que eu não desejo pra ninguém, nem pro meu pior inimigo.

Esta “*fábrica de terror*” foi território de passagem de todas as mulheres que seriam posteriormente encaminhadas à Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Para além das militantes que foram enviadas a este local de detenção após suas capturas, também aquelas

⁴⁹⁴ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7*.

⁴⁹⁵ COLLING, op. cit., p. 80.

cujas prisões ocorreram em outros locais do país foram, em algum momento, alojadas no DOPS/RS. Este foi o caso de Vera Lúcia, detida em Recife, e de Leia, Leane, Maria Celeste e Zilá, presas em São Paulo, cujas passagens no DOPS estiveram associadas, de modo geral, a alguma etapa da investigação, ou à transferência entre penitenciárias, visto que anteriormente se encontravam presas em outras instituições carcerárias. Enquanto a permanência das sequestradas poderia se estender por longas semanas, aquelas que vinham transferidas tinham uma presença mais pontual e passageira. Desse modo, não vivenciaram com a mesma intensidade e profundidade todas as agressões que compunham o cotidiano da instituição, o que não significa que não tenham sido expostas a manifestações de violências e a seus desdobramentos psicológicos. Para Leane, que esteve no DOPS/RS em momentos distintos – primeiramente durante o andamento do inquérito, e depois ao ser transferida do Presídio Tiradentes, em São Paulo -, aquele era um ambiente “*poluído de violência*”, com vigilância constante:

Quando a gente ia pra Porto Alegre, a gente ficava no DOPS. No DOPS os caras interrogavam numa salinha aqui, e a cela onde a gente ficava aqui. Era assim, uma coisa... Como é que se diz? Poluída de violência. Não tinha nenhum tipo de privacidade, a cela ficava com a porta aberta pro corredor do DOPS. Tinha uma grade, mas era aberta, eles enxergavam que a gente se trocava, não tinha nada.

Leia, presa inicialmente na Operação Bandeirante, atribui não ter sido alvo de violências severas no DOPS/RS por já se encontrar detida e julgada quando foi transferida para a instituição. Mesmo assim, sinaliza que o desprezo e a prepotência dos agentes não cessaram, seguindo com inquirições e intimidações:

Aqui, realmente, não nos trataram bem. [...] Não teve nada demais, mas assim... É muito desprezo por nós. Mas nada, não, não fizeram nada... Afinal, a gente já tava presa há um tempinho, então graças a Deus não fomos presas por eles aqui, porque... Eu acho que eles foram horríveis também aqui. [...] Quer dizer, eu não sei que que era pior! OBAN, DOPS, tudo era uma merda, tudo era um horror, não importa onde tu foi preso primeiro, entendeu? Era tudo horrível. Mas aqui não, aqui eles sabiam que a gente veio por causa de um processo, não tinha por que nos... Acho que falaram até com a gente, chamaram, mas só de prepotentes, entendeu? Porque eles sabiam que não... Que que eles queriam tirar de nós a essa altura do jogo? Não tinha nada. Só de loucos.

Na experiência de Maria Celeste, que também já se encontrava presa, mas ainda não condenada quando foi transferida do Presídio Tiradentes para inquirições no DOPS/RS, está presente a agressão física direta, como se constata em seu relato de prisão:

Em Porto Alegre fomos, então, conduzidos para o DOPS e entregues a equipe do delegado Pedro Seelig, fato que me deixou em estado de pânico frente à possibilidade de novas sessões de interrogatório iguais as de São Paulo. Permaneci uma semana numa cela do DOPS, tendo sido interrogada algumas vezes. Apesar de estar presa há quase um ano e meio, com a organização a que pertencia extinta e conseqüentemente sem mais nenhum “*fato novo*” que pudesse justificar um interrogatório, ainda assim fui submetida a um espancamento, em uma sala próxima à cela em que estava depositada, sob o pretexto de um automóvel que estava no estacionamento do DOPS e que, segundo o delegado Seelig, teria me pertencido.⁴⁹⁶

Por todas essas definições, fosse nos casos de permanência estendida, assim como nas passagens para transferência, o DOPS do Rio Grande do Sul se configurou como um local de terror, cujas manifestações de violência se disseminavam também desde uma ótica de gênero. As 18 mulheres que por ali passaram antes de serem encaminhadas à Penitenciária conheceram as agressões policiais em variadas modalidades; se nem todas foram atingidas por ataques corporais diretos, é certo que os avanços repressivos foram contundentes contra suas estruturas psíquicas e, por seus efeitos, atingiram de distintos modos também seus corpos – ali detidos, observados, fragilizados, expostos, violentados.

Lugares de detenção como o DOPS/RS, situados à primeira vista como instalações policiais legalmente reconhecidas, mas marginalmente estruturados pelo poder do arbítrio – tal como o DOI-CODI e DOPS paulistas, espaços pelos quais circularam as militantes detidas em outros estados – constituíram o primeiro ponto de parada de muitas mulheres na trama da repressão. Estar presa em espaços desse tipo, como aqui se constata, significava conhecer a fragilidade da vida, visitar o limiar da sobrevivência, perceber que o poder sobre sua vida e morte era operado pelas mãos de algozes. Significava, como foi para Vera Lúcia, sequer elaborar a inteligibilidade dos sentimentos, acessando apenas o medo da morte, que pela primeira vez em suas vidas tão jovens, mostrava-se iminente: “*Os meus sentimentos... Não dava tempo d’eu sentir nada, era uma coisa, uma sensação... Eu só tinha medo de morrer*”.

É em torno de palavras como *angústia, desespero, medo, impotência, pânico*, que as mulheres que por lá transitaram enunciam o sentir que as assolou nos períodos em que estiveram naquele local. Um ponto quase incontornável: a saída com vida do DOPS/RS seria possível apenas com a liberdade, ou com a transferência para outra instituição que, se seguindo a linearidade sucessiva entre os pontos da repressão, se concretizaria no espaço de uma prisão. Assim se aguardava a nova paragem, como um movimento de esperança, alívio,

⁴⁹⁶ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6700-1200/98-5 [Maria Celeste M.]*. Porto Alegre, 1998.

proteção, ou como mais um deslocamento rumo a perigos desconhecidos e seus novos regimes de punição.

4.2 A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER: CONFIGURAÇÕES GERAIS DO CÁRCERE POLÍTICO DE MULHERES

As rotas de saída do DOPS em Porto Alegre, quando não pela porta da frente – caminho possível para as pessoas liberadas dos inquéritos -, tinha encaminhamentos bem definidos para aqueles e aquelas que seguiam sob custódia das forças de segurança do Rio Grande do Sul: os hospitais militares ou psiquiátricos e manicômios judiciais, quando da necessidade de internação em decorrência das torturas ou para detenção das pessoas consideradas inimputáveis por alguma condição mental; ou as instituições prisionais – a Ilha do Presídio ou o Presídio Central, para os homens,⁴⁹⁷ e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, para as mulheres.

4.2.1 Percursos institucionais de uma prisão de mulheres

Situado a pouco mais de quatro quilômetros de distância do Palácio da Polícia, o casarão rosa que ocupava a Avenida Teresópolis em direção à zona sul de Porto Alegre havia sido Escola de Reforma, Reformatório de Mulheres Criminosas e Instituto Feminino de Readaptação Social até ser batizado, em 1970, como Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A trajetória da instituição na cidade de Porto Alegre remonta à relação estabelecida entre o estado do Rio Grande do Sul e a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers, transferindo a este grupo de religiosas católicas a responsabilidade de administrar o espaço de tutela das mulheres detidas pelos órgãos de segurança estatais.

Originária da cidade de Angers, na França, a Congregação foi fundada pela freira Maria Eufrásia Pelletier a partir de reformulações propostas à Ordem na qual atuava como Madre

⁴⁹⁷ Há notícia de apenas uma mulher que foi detida na Ilha do Presídio. Trata-se de Vera Maria I. S., militante do PCdoB, presa em 1965. Após ser inicialmente detida no quartel da Guarda Civil, foi enviada para a Ilha do Presídio. Em seu relato de prisão, atribui o envio para essa instituição como estratégia para ocultar sua “desnutrição e debilidade física e mental”. Sobre o período de aprisionamento, escreve: “Na ilha fiquei presa por vários meses, cercada de baratas e outros insetos horripilantes. Era a única mulher entre outros presos comuns que ali eram escondidos dos juízes até se recuperarem das torturas sofridas”. In: ARQUIVO Público do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6879-1200/98-0*. Porto Alegre, 1998.

Superiora, sendo oficialmente aprovada pela Santa Sé em 1835.⁴⁹⁸ Orientando-se em torno dos princípios de educação cristã e regeneração de almas, a Congregação voltou-se inicialmente à assistência de mulheres tidas como pecadoras – por suas trajetórias de vícios, promiscuidade ou vadiagem⁴⁹⁹ -, oferecendo-lhes a vida religiosa como caminho para reabilitação. Estendendo-se ao amparo de mulheres e meninas infratoras, rapidamente passou a receber também as penitentes, mulheres geralmente ligadas a desvios morais, que buscavam as casas religiosas ou eram encaminhadas por seus familiares para que lá fossem disciplinadas.⁵⁰⁰

A partir de 1852, a Congregação do Bom Pastor se tornou responsável pela custódia das jovens encarceradas pelo Estado francês,⁵⁰¹ alcançando novos perfis de mulheres que deveriam perseguir, a partir dos direcionamentos religiosos da instituição, a redenção por seus desvios. Para além do mero recolhimento e reeducação das pessoas atendidas, a Congregação passou, a partir de então, a atuar em diferentes programas e frentes de ação que, segundo Angela Artur, contemplavam as penitentes, órfãs, presas e pensionistas em escolas externas, assim como creches, casas de maternidade, internatos educativos, prisões femininas, escolas de alfabetização, casas de semiliberdade e espaços de acolhimento para mulheres prostituídas.⁵⁰²

Segundo a narrativa tecida pela própria instituição, a obra da Congregação estava no suporte às “moças e mulheres, vítimas dos pecados sociais” que se encontravam “marginalizadas pela própria sociedade materialista, cruel, injusta que as aliciara”.⁵⁰³ Por seus “desvarios”, estas mulheres eram entendidas como perdidas, desgarradas, doentes e desviadas, cabendo, portanto, à fé católica o caminho possível para resgatá-las desses lugares de “trevas”. Pela incorporação da analogia bíblica do pastoreio, explícita na própria nomeação da Congregação, às Irmãs recairia a missão de condução das “ovelhas errantes, fatigadas”, que deveriam ser encaminhadas “com firmeza e solicitude carinhosa a um reencontro de amor

⁴⁹⁸ A fundação da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor está associada às propostas de reformulação feitas por Maria Eufrásia Pelletier ao refúgio da Ordem de Nossa Senhora da Caridade do Refúgio na qual atuava como Madre Superiora. Fundada em 1641 pelo presbítero João Eudes, esta instituição se constituiu como um abrigo e espaço de apoio a mulheres e meninas implicadas judicialmente, as quais eram, em maior número, prostitutas. Para saber mais, cf. ARTUR, Angela. *Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 100-101.

⁴⁹⁹ ARTUR, op. cit., p. 103.

⁵⁰⁰ Ibid., p. 109.

⁵⁰¹ Ibid., p. 111.

⁵⁰² Ibid., 113.

⁵⁰³ CAMPOS, op. cit., p. 4.

com o Pai”.⁵⁰⁴ Tratava-se, em outras palavras, do uso da evangelização com fins de reconversão moral e de alocação aos papéis socialmente esperados das mulheres – pois, se tidas como perdidas, era com o retorno aos seus lugares domésticos e familiares que poderiam se encontrar.

Com fortes vieses de moralidade e manutenção do ordenamento social, a instituição se forjava, como observado pela pesquisadora Bruna Angotti, sob um *ethos* de “doação ao próximo, no enfrentamento de dificuldades, no sacrifício para a salvação, na superação dos obstáculos e na ideia de que a misericórdia divina se obtém por meio do sacrifício, da doação e do desapego”,⁵⁰⁵ como se pode notar no trecho abaixo, que teria sido proferido por Maria Eufrásia Pelletier às religiosas que a acompanhavam na missão do Bom Pastor:

Que faz um bom pastor? Ele se esquece de si. Suporta muitas vezes fome e sede. Esgota-se de fadigas e sofrimentos. Não importante, fica contente, se suas ovelhas não sofrem e se encontra as que se perderam... Qual o seu cuidado em conduzir o rebanho a boas pastagens! No verão, vai à procura dos lugares, onde encontra água e boa sombra... No inverno, ele o leva a regiões onde o frio é menos rigoroso e onde encontra erva arranca-as sem demora. Vela dia e noite para que o lobo não se aproxime. Nunca se entrega inteiramente ao repouso. Eis o que todas devem fazer junto às jovens e a crianças que Deus lhe coloca no caminho. Velem cuidadosamente sobre elas. Observem suas necessidades, tanto para a alma como para o corpo. Conduzam-nas com prudência às pastagens próprias ao estado e condição de cada uma. O essencial é que se penetrem do espírito do nosso instituto.⁵⁰⁶

Para a difusão desse *espírito*, a Congregação rapidamente se distribuiu local e internacionalmente, iniciando as ações no continente americano na década de 1840. Com instalação inicial nos Estados Unidos, nos anos seguintes a expansão se concentrou na América do Norte, chegando seguidamente à América do Sul, com uma primeira fundação no Chile, avançando rumo à Argentina e ao Uruguai, até chegar ao Brasil.⁵⁰⁷ Iniciando, no final da década de 1880, as tratativas para estabelecimento no país a partir de contatos com autoridades religiosas, a família imperial e figuras de prestígio da sociedade carioca – em movimento que reflete os percursos mundiais da Congregação, sempre muito apoiada pelas elites religiosas, econômicas e políticas locais⁵⁰⁸ -, em novembro de 1891 as Irmãs se instalaram definitivamente no Rio de Janeiro, inaugurando a presença no Brasil enquanto

⁵⁰⁴ CAMPOS, op. cit., p. 7.

⁵⁰⁵ ANGOTTI, op. cit., p. 182.

⁵⁰⁶ EUFRÁSIA, Sta. Ma, Cap. VI, p. 42, apud CAMPOS, op. cit., p. 8.

⁵⁰⁷ CAMPOS, op. cit., p. 11.

⁵⁰⁸ ARTUR, op. cit., p. 152.

asilo voltado às mulheres que, de alguma forma, mostravam-se desencaminhadas de seus destinos "naturais".⁵⁰⁹

Entre os finais do século XIX e da década de 1930, a Congregação se espalhou por localidades como São Paulo, Juiz de Fora, Caetité (BA), Barra (BA), Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Pelotas (RS), Petrópolis e Porto Alegre.⁵¹⁰ De acordo com Artur, as fundações estabelecidas pelo país voltaram-se ao recolhimento de “penitentes, órfãs, pensionistas, alunas não reclusas para os estudos católicos e instrução primária”,⁵¹¹ o que, segundo Débora Karpowicz, revela a delegação às religiosas de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado:

O Estado, em busca de políticas públicas que dessem conta da população excluída, repassou às Instituições religiosas o papel que era de sua responsabilidade. Todos aqueles que não eram úteis para a nova estrutura: idosos, crianças abandonadas e doentes, encontraram nas congregações religiosas certa proteção.⁵¹²

Foi somente cidade de Porto Alegre, passados mais de 30 anos da chegada da Congregação ao Brasil, que se inaugurou no país a frente de trabalho que já acompanhava as ações das Irmãs desde os anos seguintes à fundação da instituição: a administração de espaços carcerários voltados às mulheres prisioneiras do Estado.

Em um cenário de emergência dos debates penitenciários, projetados sobretudo a partir da década de 1930 para a modernização dos cárceres, a preocupação com a “situação carcerária feminina” se colocou também na ordem do dia, buscando a solução para a promiscuidade e a precariedade observadas nos espaços de detenção compartilhados entre homens e mulheres.⁵¹³ Ao mesmo tempo, ao se acreditar na diferença da delinquência das mulheres – que, ao incorrerem em crimes, romperiam com os papéis sociais delas esperados, situando-se mais como pecadoras e transgressoras do que enquanto criminosas -, pleiteava-se a necessidade de especialização do atendimento carcerário a elas prestado, requerendo um tipo de tratamento não tanto vinculado à punição, mas concentrado na reabilitação moral.⁵¹⁴ O

⁵⁰⁹ ARTUR, op. cit., p. 29; KARPOWICZ, op. cit., p. 74.

⁵¹⁰ ARTUR, op. cit., p. 142-143.

⁵¹¹ Ibid., p. 142.

⁵¹² KARPOWICZ, op. cit., p. 77.

⁵¹³ ANGOTTI, op. cit., p. 177.

⁵¹⁴ Ibid., p. 190.

viés religioso intrínseco à noção de expiação da culpa pelo crime a partir do perdão divino,⁵¹⁵ igualmente observado na normatização de gênero com base na cristianização como cura moral para as mulheres desviantes,⁵¹⁶ corroborava com a escolha das Irmãs do Bom Pastor para o cuidado com as presas do Estado, o que se fortalecia ao considerar aspectos econômicos e de experiência no trato com este público, estabelecendo assim circunstâncias favoráveis para ambas as partes – Estado e Igreja -, como destaca Bruna Angotti:

É possível pensar a concessão da administração das penitenciárias femininas às Irmãs como uma troca interessante para ambas as partes: a Irmandade, que desde as suas origens visava à sua expansão com a missão de salvar almas, contratava com o Estado que precisava aprisionar as mulheres delinquentes em estabelecimento próprio. Em favor das Irmãs pesava o fato de serem mulheres disponíveis para esta tarefa; de terem experiência na lide com “mulheres perdidas”; de terem uma proposta de trabalho com as reclusas que agradava as autoridades, uma vez que visava à doutrinação de mulheres desviantes dentro de um “dever ser” cristão, que valorizava a família, a prole e o aprendizado de funções que estavam de acordo com um “dever ser” feminino; além disso, pouco custavam ao Estado. Já por parte da Congregação, assumir um estabelecimento prisional representava uma nova Casa da Irmandade no país – o que coincidia com a proposta originária de expansão pregada pela Madre fundadora – onde elas poderiam exercer a vocação principal de trabalhar com aquelas que, a seu ver, precisavam de salvação moral. Ambas as partes contratantes tinham vantagens que facilitavam a instauração do contrato.⁵¹⁷

O primeiro contrato entre a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers e o estado do Rio Grande do Sul foi firmado no ano de 1936, recebendo o apoio do governador general Flores da Cunha, que via em uma instituição prisional feminina administrada pelas Irmãs a possibilidade de criação de uma “verdadeira escola de reforma, de regeneração e de educação moral”.⁵¹⁸ No ano seguinte, a abertura da Escola de Reforma marcava o surgimento do primeiro estabelecimento prisional voltado exclusivamente às mulheres no país, adiantando-se às formulações legais do Código Penal de 1940, que passaria a prever obrigatoriamente a separação dos apenados de acordo com o sexo.

⁵¹⁵ Como aponta Angotti, “cumprir a pena não bastava, era necessário se arrepender e ser perdoado, pois era a recuperação moral uma importante garantia contra a reincidência e o retorno ao mundo do crime”. In: *Ibid.*, p. 206.

⁵¹⁶ Pela formação religiosa, as mulheres eram disciplinas dentro das expectativas sociais e políticas de tê-las controladas, catequisadas e moralmente sadias, como escreve Angotti. Cf. ANGOTTI, op. cit., p. 208.

⁵¹⁷ ANGOTTI, op. cit., p. 201-202.

⁵¹⁸ CUNHA, Flores da, apud CAMPOS, op. cit., p. 154.

As mulheres criminosas que se encontravam sob custódia do Estado, então recolhidas na Casa de Correção de Porto Alegre,⁵¹⁹ passaram a ser alocadas a partir de 1937 na nova instituição, situada na Estrada do Mato Grosso (atual Avenida Bento Gonçalves) no bairro Partenon, cuja administração interna era completamente delegada às religiosas, cabendo ao Estado fornecer os meios necessários para a manutenção do prédio e dos serviços prestados pela Congregação.⁵²⁰ Nessa etapa inicial, a Escola de Reforma já apresentava características que acompanhariam todo o trajeto do regime de encarceramento coordenado pelas Irmãs, como a obrigação da participação das apenadas em ritos religiosos católicos; a educação religiosa; a ocupação do tempo com o trabalho, voltado a afazeres domésticos, lavanderia, costura, horta e trabalhos manuais; e o controle disciplinar das presas a partir da imposição de uma rotina bem definida.⁵²¹

Entre 1939 e 1950, em decorrência do novo contrato firmado entre o Estado e a Congregação, a instituição foi renomeada para Reformatório de Mulheres Criminosas. Apresentando ainda as características do período anterior, a novidade esteve na transferência para outro prédio, localizado na Avenida Getúlio Vargas, e em algumas redefinições contratuais, que incumbiam as religiosas de maior prestação de contas sobre as presas, exigindo-se a organização de livros de matrícula, a produção de relatórios descritivos sobre os trabalhos realizados, e a comunicação de todas as ocorrências internas ao diretor da Diretoria de Presídios.⁵²² Karpowicz sinaliza que, em continuidade com a ordem carcerária religiosa estabelecida inicialmente pelas Irmãs, notou-se nesse período o aprimoramento da conversão católica das mulheres detidas, com mais registros sobre a participação em confissões, sacramentos e batismos.⁵²³

Com o terceiro contrato assinado em janeiro de 1950, a instituição passou por outras mudanças, sendo renomeada como Instituto Feminino de Readaptação Social e inaugurando o prédio construído especialmente para recebê-la, na Avenida Teresópolis. Neste endereço,

⁵¹⁹ Operante a partir de 1855, a Casa de Correção situava-se na rua da Praia do Arsenal, atual área da Usina do Gasômetro, sendo construída com o objetivo de ampliar e aprimorar o sistema penitenciário do Rio Grande do Sul. Entre os apenados estiveram a população livre e escravizada de ambos os sexos. Foi desativada e demolida em 1962, no governo de Leonel Brizola. Cf. WOLFF, Maria Palma. *Prisões no Rio Grande do Sul: aspectos de sua evolução e problemática (1953-1989)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

⁵²⁰ Karpowicz indica, a partir da análise do contrato, que as Irmãs eram responsáveis pelo trabalho interno de vigilância, educação doméstica e instrução profissional; cuidados com alimentação, vestuário e enfermagem; ensino primário religioso e profissional; admissão e demissão de funcionários; e todas os demais aspectos de manutenção do funcionamento interno da instituição. Cf. KARPOWICZ, op. cit., p. 165-166.

⁵²¹ KARPOWICZ, op. cit., p. 170-173.

⁵²² Ibid., p. 187.

⁵²³ Ibid., p. 178.

configurou-se uma nova fase na história da instituição, que então possuía a estrutura necessária para ampliar suas frentes de ação. Como destaca Karpowicz, a partir desse momento a casa deixou de se voltar unicamente às presas, recebendo novos grupos de internas:

As freiras do Bom Pastor cuidaram de mulheres presas ou em processo de julgamento, no Instituto Feminino de Readaptação Social; de menores abandonadas, enviadas pelo Juizado de Menores e internas encaminhadas por familiares ou tutores para serem ressocializadas, na secção denominada de Instituto Bom Pastor; um pensionato de idosas, com senhoras da alta sociedade de Porto Alegre que eram acolhidas pelas Irmãs, chamado de Pensionato Bom Pastor, existente até hoje e ainda administrado pela mesma Congregação; uma escola doméstica com primário e ginásial, para alunos do internato e do externato, chamada de Escola Estadual Alayde Carneiro e ainda um convento de formação de freiras, chamado de Juvenato de Freiras. Essas diferentes frentes de trabalho coadunaram no novo espaço inaugurado em 1950, na Av. Teresópolis.⁵²⁴

Para comportar tantas internas, a nova edificação se organizava em diferentes seções, segmentando os grupos de mulheres de acordo com as suas inserções na instituição. As instalações voltadas ao aprisionamento das detentas contemplavam, segundo o termo de contrato para locação do imóvel, “quartos reformados, oficinas, refeitórios, entrada, sala de visitas, gabinete médico e dentário, secretaria, copa, dispensa e cozinha”, além de salas de aula, enfermaria e capela.⁵²⁵ As celas, ainda que presentes, eram minoradas no discurso de construção da paisagem institucional, que buscava se aproximar mais de uma casa, por seu senso coletivo, do que de um cárcere, em aspectos de isolamento.⁵²⁶

O Instituto Feminino de Readaptação Social de Porto Alegre se alinhava, dessa forma, a uma tendência observada nas demais prisões administradas pelas religiosas. Buscando distanciamento das referências arquitetônicas de cárcere, operavam na reprodução de um espaço de lar. Tanto ao engendrar gestos de cuidado e acolhimento, que se contrapunham às noções de enclausuramento e opressão típicas das prisões,⁵²⁷ quanto pelas escolhas de decoração e distribuição dos espaços que se aproximavam de uma casa, buscava-se a criação de uma atmosfera associada a um cenário doméstico. Para Angotti, nota-se na opção por este modelo mais um movimento para conformação das mulheres de volta aos papéis sociais dos

⁵²⁴ KARPOWICZ, op. cit., p. 214.

⁵²⁵ TERMO de contrato de locação de imóvel entre estado do Rio Grande do Sul e Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor, apud KARPOWICZ, op. cit., p. 228.

⁵²⁶ Ibid., p. 255.

⁵²⁷ ANGOTTI, op. cit., p. 185.

quais tinham se afugentado; afinal, “se o espaço privilegiado da mulher ainda era [...] o espaço privado, o encarceramento feminino deveria ser realizado em estabelecimento que remetesse ao privado, ao bom caminho”.⁵²⁸ A educação moral das mulheres detidas, com fins à reorientação de seus caminhos normativos, passava também pela inserção em espaços de aprisionamento reprodutores do lar que deveriam almejar após suas libertações. Mais do que se assemelharem a ambientes meramente domésticos, estes cenários de lares engendrados nas prisões femininas eram também indissociavelmente religiosos, configurando-se enquanto “casa-convento”, como observa Carlos Aguirre:

As prisões e casas de correção de mulheres se guiavam pelo modelo da casa-convento: as detidas eram supostamente tratadas como irmãs descarrilhadas que necessitavam não de um castigo severo, mas sim de um cuidado amoroso e de bons exemplos. A oração e o trabalho em afazeres domésticos eram considerados partes fundamentais no processo de regeneração das delinquentes mulheres.⁵²⁹

Na nova fase da instituição, persistiram os aspectos já conhecidos do regime de encarceramento das presas do Bom Pastor, como o trabalho prisional – sempre voltado a afazeres tomados como naturalmente “femininos”, buscando acomodar as mulheres dentro de suas atribuições de gênero de modo a educá-las para os cuidados domésticos e familiares, fosse na figura de serviçais ou de esposas e mães de família – e os ritos religiosos com vistas à conversão ou catequização. Ao mesmo tempo, com a aprovação de novo Regulamento Interno, projetavam-se outras dinâmicas da administração interna, como a subordinação e obediência de todos os funcionários estatais em serviço no Instituto à Madre Superiora; a obrigatoriedade do trabalho prisional com remuneração; e a definição de sanções disciplinares, desde advertência a reclusão em cela, às detentas que não cumprissem as ordens ditadas pelas freiras.⁵³⁰

Para Karpowicz, são observadas duas etapas no Instituto Feminino de Readaptação Social. A primeira, entre 1950 e 1960, compreende a adaptação à expansão das atividades da instituição, observando-se o crescimento do número de internas e a necessidade de administração de diferentes frentes de trabalho. Neste momento, destacam-se as funções desempenhadas pelas Irmãs, que adquirem ainda mais prestígio diante das autoridades estatais, centralizando maior controle sobre as dinâmicas internas. Pela envergadura da nova

⁵²⁸ ANGOTTI, op. cit., p. 243.

⁵²⁹ AGUIRRE, op. cit., p. 226.

⁵³⁰ KARPOWICZ, op. cit., p. 236-241.

estrutura, o aparato carcerário da instituição passa a se solidificar, mas é ainda sobreposto pelo cenário de convento.

Já a segunda etapa, iniciada a partir de 1960, revela os primeiros indícios de crescimento da estrutura carcerária em relação à dominância religiosa. Segundo Karpowicz, neste período se constatou o surgimento de desafios na atuação das Irmãs - que se encontravam em número diminuto por conta de adoecimentos, falecimentos e transferências - em face às demandas colocadas por todas as seções da instituição. Nas documentações analisadas pela historiadora, são registrados mais problemas disciplinares entre as presas, além do surgimento de uma questão sensível: o conflito na relação com o Estado.

O cenário de turbulência política vivido no Brasil com o golpe civil-militar em 1964 repercutiu também internamente na instituição, que se encontrava então vinculada ao Departamento de Institutos Penais, subordinado à Secretaria do Interior e Justiça.⁵³¹ Em ata redigida por uma religiosa que visitou o Instituto em maio de 1965, há menção aos abalos nos contatos estabelecidos entre a Congregação e as autoridades estatais, destacando-se um sentimento de desinteresse frente às demandas necessárias ao trato com as presidiárias, bem como a inabilidade de funcionárias alocadas para auxiliá-las nas tarefas de vigilância e reeducação.⁵³² Na seguinte ata de visita regular de madres provinciais ao Bom Pastor de Porto Alegre, em março de 1968, a relação com o estado no período do Instituto Feminino de Readaptação Social é citada por uma última vez, de maneira mais discreta e passageira, registrando-se que “os últimos governos do Estado não têm sido liberais com esta Casa, motivo pelo qual o Instituto tem ressentido em seu desenvolvimento”,⁵³³ aludindo-se à escassez de concessões para melhorias na instituição. Neste mesmo mês e ano, tem-se a criação da Superintendência de Serviços Penitenciários, a SUSEPE, configurando-se como novo órgão responsável pela execução da política penitenciária de todos os estabelecimentos penais do Rio Grande do Sul.⁵³⁴ A partir de então, conforme destacado por Karpowicz, passam a ser constatados movimentos para a reorganização da administração dos cárceres, visando destituir, paulatinamente, a presença de grupos externos – tal como as Irmãs do Bom Pastor.⁵³⁵

⁵³¹ Cf. WOLFF, op. cit., p. 100.

⁵³² ACERVO Bom Pastor. Livro 43. *Livro de Capítulo deste Mosteiro de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers em Porto Alegre*. Porto Alegre, 1965, p. 91-92.

⁵³³ *Ibid.*, p. 109.

⁵³⁴ ESTADO do Rio Grande do Sul. *Decreto n.º 18.951, de 7 de março de 1968*. Define a política penitenciária do Estado, dispõe sobre a organização dos serviços necessários à sua execução e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Palácio do Piratini, 1968.

⁵³⁵ KARPOWICZ, op. cit., p. 226.

Por todos esses fatores, o Instituto Feminino de Readaptação Social, compreendendo duas décadas de existência em meio a muitas reverberações políticas e sociais, marca-se como um período de profundas alterações na estrutura da instituição. Ainda orbitando em torno dos princípios gerais de regeneração e recuperação das mulheres a partir de uma educação moral e cristã, as Irmãs passam a lidar com os desafios da administração de diferentes frentes de trabalho e com a falta de amparo do Estado, o mantenedor de suas atividades, em face ao crescimento do número de internas. É neste momento que a instituição passa a receber presas políticas entre as apenadas, conforme em breve se discutirá. Como resultado desse cenário turbulento, tem-se a gradual sobreposição do cárcere ao convento, o que viria a se firmar no período posterior.⁵³⁶

Em 1970, delinea-se oficialmente a configuração da instituição administrada pelas Irmãs do Bom Pastor como instituição carcerária. Mediante decreto legislativo promulgado pelo governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, em 20 de abril daquele ano, o Instituto Feminino de Readaptação Social passa a se chamar Penitenciária Feminina Madre Pelletier.⁵³⁷ Marca-se assim o início da última fase da Congregação à frente da administração da instituição, que seria desapropriada pelo estado em 1981.

Conforme demonstrado por Débora Karpowicz, com a criação da Penitenciária Feminina Madre Pelletier foram extintas as anteriores seções coordenadas pelas Irmãs, restando apenas o aprisionamento de mulheres criminosas, já condenadas ou em espera de julgamento. Entre as apenadas, manteve-se a instrução primária e profissional, assim como o trabalho voltado a afazeres domésticos.⁵³⁸ Também se prosseguiu o direcionamento religioso das ações das Irmãs junto às presas, sempre com vistas à conversão de novas “ovelhas” para o rebanho do Bom Pastor, instruindo-as para o batismo, primeira eucaristia e crisma.⁵³⁹

Este período, cujo início coincide com a entrada sistemática de presas políticas, marca-se pela emergência de novos pontos de atenção, com questões relativas à segurança, à disciplina e à estrutura carcerária, projetando-se a atuação conjunta entre Congregação e SUSEPE para capacitação frente aos desafios e adequação da instituição ao porte de uma penitenciária.⁵⁴⁰ As novas camadas acrescidas ao modelo de trabalho a partir da inserção do órgão estadual nas questões da instituição, assim como a crise interna vivida pelo Bom Pastor, que passava pela diminuição do número de freiras disponíveis para atuarem nas muitas

⁵³⁶ KARPOWICZ, op. cit., p. 275.

⁵³⁷ ESTADO do Rio Grande do Sul, *Decreto n.º 20.247, de 20 de abril de 1970*, op. cit.

⁵³⁸ KARPOWICZ, op. cit., p. 283.

⁵³⁹ Ibid., p. 287.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 285, p. 287.

unidades distribuídas pelo país, resultaram em “período de total instabilidade dentro da Congregação”.⁵⁴¹ O caminho traçado a partir de então incidiu, gradualmente, em um processo de enfraquecimento do controle das Irmãs, de modo a assentar as bases para que o órgão estadual assumisse definitivamente a administração total do cárcere, o que se concluiu em 1981, com a desapropriação do prédio e a saída da Congregação Bom Pastor.⁵⁴²

4.2.2 A projeção como espaço de encarceramento político

Foi em sua etapa como Instituto Feminino de Readaptação Social (1950-1970) que a instituição administrada pelas Irmãs da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers recebeu as primeiras presas políticas em suas instalações. A primeira menção ao uso desse espaço como lugar de encarceramento político foi localizada nos documentos anexos ao processo de indenização movido por Ilka, professora com militância no PTB, presa nos dias seguintes ao golpe de 1964 na cidade de Bagé e posteriormente transferida para a capital. Detida em celas improvisadas na Secretaria de Segurança e Trânsito por cerca de uma semana no mês de abril, Ilka não foi enviada ao Instituto, que ainda não figurava como um local efetivamente utilizado para o aprisionamento de mulheres perseguidas pela ditadura. Em vez disso, a aparição do “presídio de mulheres” já nesses primeiros dias do golpe se situa no campo da ameaça, como se o envio para esta instituição significasse o agravamento das condições de cárcere e a fragilização da integridade das presas, conforme observado em excerto do livro *O Expurgado*, autobiografia do militante comunista Danilo Bonotto, que esteve preso com Ilka:

[O delegado Wilde Pacheco] pegou de um megafone e do corredor falou aos presos que não iria admitir indisciplina... que as duas senhoras (Dra. Héliida C. e Prof. Ilka P.) seriam encaminhadas para o presídio de mulheres e que deveria ser criada uma comissão dos presos para representar junto à administração. [...] O primeiro ato da Comissão foi não permitir, e, de fato não permitiu, que separassem a Dra. Héliida e a professora Ilka de nós.⁵⁴³

O primeiro registro identificado do envio de presa política ao Instituto é também do ano de 1964. Refere-se à prisão de Maria Celestina, ocorrida em novembro, quando foi detida pela Polícia Federal e encaminhada ao presídio. Segundo consta em seu relato de prisão, a

⁵⁴¹ KARPOWICZ, op. cit., p. 307.

⁵⁴² Ibid., p. 293-300.

⁵⁴³ BONOTTO, Danilo. *O Expurgado*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, s/a, p. 404.

passagem pela instituição teria sido passageira, lá permanecendo por quatro dias, até precisar ser transferida com urgência para o hospital Beneficência Portuguesa, em decorrência de uma hemorragia uterina, resultante da gravidez tubária que enfrentava no momento da detenção. Sem maiores detalhes sobre o período de permanência na instituição, refere-se que Maria Celestina seguiu em prisão preventiva no hospital, ficando sob custódia da Polícia Federal. Pela excepcionalidade desse caso, que envolveu a necessidade de cuidados médicos em ambiente hospitalar, não se pode depreender qual seria o uso pretendido do presídio, se utilizado temporariamente, ou se inicialmente previsto para todo o seu período de detenção. Do mesmo modo, não é possível definir quais foram as condições de seu encarceramento, em qual tipo de instalação foi acomodada, e qual a natureza do tratamento a ela dispensado durante os dias de prisão. Ainda assim, pode-se compreender que este espaço foi rapidamente mobilizado pelo aparato repressivo da ditadura, já no ano de 1964, quando ainda se encontrava em etapa de consolidação.

Transcorridos cinco anos deste primeiro episódio, tem-se em 1969 a chegada da próxima presa política. Sandra Helena chegou ao Instituto em junho, encaminhada após ficar detida por alguns dias no DOPS/RS. Os documentos do processo de indenização pouco indicam sobre as configurações de seu cárcere, cujos contornos podem ser mais bem visualizados a partir do relato de sua irmã, Nara Helena. Nas lembranças de Nara, está a visita feita à irmã no período em que esteve presa, pontuando que ela teria ficado alocada no prédio central, mesmo local de encarceramento das demais prisioneiras:

Eu lembro que eu fui visitá-la, mas eu não tenho muita lembrança, porque ela saiu, foi rápido. [...] A ideia que eu tenho, eu posso estar totalmente enganada, é que a minha irmã ficou na ala das presas comuns. Não junto, mas no mesmo local das presas comuns. É isso que eu lembro. [...] Provavelmente ela foi a primeira política no Madre Pelletier. Ela não sabia disso. Nem eu. Mas provavelmente. E junto com as prisioneiras comuns.

No dia 23 de junho de 1969, expediu-se a decisão de juízes auditores da 1ª Auditoria da 3ª Região Militar em conceder a prisão domiciliar a Sandra, acatando a requisição de seu advogado. Entre os pontos considerados na decisão, tem-se a comunicação feita pela diretoria do DOPS/RS um dia após a sua detenção, alegando não possuir condições para a manutenção da prisão naquele espaço; registrando-se também que “a suplicante está recolhida à única prisão de mulheres existentes na capital, carecendo esta, ao seu entender, de condições para o

recolhimento de pessoas que tenham direito à prisão especial”.⁵⁴⁴ Após a liberação do presídio, Sandra foi submetida à prisão domiciliar sob custódia de seus genitores, sendo julgada e absolvida em novembro do mesmo ano.

Estes casos iniciais de aprisionamento político na penitenciária, quando ainda se organizava enquanto Instituto Feminino de Readaptação Social, indicam que neste período a mobilização do local para o cárcere de mulheres politicamente perseguidas pelo governo se fez bastante isolada e pontual. Não é possível constatar a existência de um tratamento coeso, implicado em uma lógica punitiva bem definida. Ao contrário, as passagens dessas presas se fizeram breves, sem tempo de permanência suficiente para indicar se seriam inseridas nas práticas carcerárias gerais, igualmente submetidas ao regime de encarceramento das demais “internas”, ou se seriam situadas em uma categoria de diferenciação. Em um cenário que antecede a intensificação das ações repressivas e a massificação das detenções da militância, o envio das presas políticas a este local não se apresentava ainda sistemático. Seus recolhimentos à instituição pareciam estar associados à limitação dos órgãos responsáveis por suas custódias, como a Polícia Federal e o DOPS/RS, que as encaminhavam para outro espaço por não poder acomodá-las ou administrar suas detenções, sem ainda buscar conformá-las em um regime punitivo específico. Dessa forma, o Instituto Feminino de Readaptação Social se traceja enquanto um depósito para essas presenças inconvenientes que, embora rarefeitas, não eram suficientemente absorvidas pelas forças de segurança estatais. O presídio se estruturava, assim, não como um local de cumprimento de pena, mas como sítio provisório de espera, ainda distante de ter um ordenamento bem estruturado para o cárcere político.

Essa configuração se altera abruptamente a partir do ano de 1970. Em abril se determinou a renomeação do Instituto para Penitenciária Feminina Madre Pelletier, coincidindo com o momento em que estava em curso a maior ação repressiva de desarticulação das organizações clandestinas de esquerda já realizada no Rio Grande do Sul. Todas as mulheres que se encontravam presas no DOPS em decorrência da operação repressiva foram enviadas para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier poucos dias após a sua renomeação. Iniciava-se, assim, a consolidação do cárcere político na instituição.

Entre 1970 e 1974, o encarceramento de presas políticas na PFMP se ordenou desde um conjunto de procedimentos comuns, que permitem identificar o engendramento de um regime de encarceramento específico às prisioneiras incursas na Lei de Segurança Nacional.

⁵⁴⁴ MINISTÉRIO do Exército. Gabinete do Ministro. *Ofício n.º 725D/2*. Agosto de 1969, Porto Alegre. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0485_d0001de0001.

Entre os elementos destacados nos relatos de prisão e testemunhos orais, emergem como características próprias do aprisionamento político a reclusão em um espaço distinto, apartado do prédio central; o agravamento das condições de encarceramento, com graus de vigilância e controle específicos; a imposição de uma rotina alheia à ordem carcerária geral; assim como a convivência de uma trama de sujeitos que envolvia não somente o quadro interno da instituição – como as freiras e as agentes penitenciárias - mas também atores externos e transitórios – como agentes do DOPS e policiais militares.

Ao longo desses quatro anos, considerando a limitação do espaço destinado às presas políticas - que não comportava mais de 4 mulheres ao mesmo tempo -, houve grande rotatividade entre as prisioneiras, cujas permanências variaram de semanas a anos, em diferentes configurações: à disposição das autoridades para elaboração de inquérito; em espera de julgamento; ou em cumprimento de pena. Apesar do motivo pelo qual eram ali confinadas, estabelecia-se o regime de reclusão forjado especialmente para o cárcere político. A partir de 1975, com a permanência de uma única presa política na Penitenciária, houve maior flexibilidade desse rígido modelo, passando a acomodá-la junto às demais presas da instituição. Na tabela abaixo, identifica-se o balanço geral do número de presas políticas que foram enviadas à PFMP em cada ano:

Tabela 7. Número de presas políticas por ano na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1964-1979).

Ano	Nº total de presas políticas
1964	1
1965	0
1966	0
1967	0
1968	0
1969	1
1970	8
1971	7
1972	4
1973	2
1974	1
1975	1
1976	1
1977	1
1978	1
1979	1

Fonte: Autoria própria (Processos de indenização/APERS).

Ao longo do período de recolhimento das presas políticas à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, foram observados diferentes moldes para as práticas carcerárias e punitivas. Enquanto inicialmente se observou a uma mobilização esparsa da instituição por parte do aparato repressivo, com detenções isoladas e não coadunadas a um regime prisional bem definido, a partir de 1970 a massificação das detenções políticas passou a fortalecer a criação de um modelo especialmente forjado para a reclusão das presas políticas, adaptando-o após o declínio das perseguições à militância. As transformações das dinâmicas penitenciárias em muito estiveram associadas à conjuntura externa da política, variando os níveis de controle, vigilância e restrição impostos às presas políticas, o que permite identificar diferentes fases do aprisionamento político na instituição.

A primeira fase de aprisionamento, entre 1964 e 1969, contempla somente o ingresso das primeiras presas políticas, sem ainda possuir características bem delimitadas. O acesso aos detalhes sobre esse período de encarceramento é bastante dificultoso, haja em vista que a temática é apenas tangenciada nas documentações consultadas. De qualquer modo, marca-se por passagens breves e pontuais, sem sequer constituir um ensaio para o que seria o modelo de encarceramento político na instituição, situando-se mais como um momento de mero recolhimento, por parte das administradoras, dessas presas enviadas pelo estado.

A segunda fase de aprisionamento, entre 1970 e 1971, caracteriza-se pelo grande fluxo de presas políticas na instituição e pela delimitação de um modelo punitivo específico. Nesse momento, o alto grau de penetração das instâncias repressivas externas se conjuga ao estreitamento das imposições internas. Com vasto acesso aos relatos sobre as situações vivenciadas pelas presas políticas nesse período – das 14 mulheres que estiveram na PFMP neste intervalo, 10 foram entrevistadas no âmbito dessa pesquisa –, é possível traçar um panorama minucioso sobre o cotidiano do encarceramento, denotando suas muitas nuances e complexidades.

Entre 1972 e 1973, tem-se a terceira fase de aprisionamento, que se constitui como um ponto de transição entre a rigidez que compôs a etapa anterior, e a flexibilização que se observaria no momento seguinte. Como características particulares, está a alteração no perfil das presas políticas, cujo *status* jurídico em sua maioria apontava a condenação pelos crimes contra a Segurança Nacional já julgados, assim como a observância de algum grau de moderação das restrições anteriormente impostas. O amparo documental consultado, que inclui entrevistas com 3 das 5 presas políticas desse período, permite uma importante aproximação às práticas punitivas e carcerárias que engendraram esta fase do aprisionamento.

Por fim, a quarta fase de aprisionamento, entre 1974 e 1979, refere-se à manutenção de uma única presa política, sem que tenha sido identificado o ingresso de qualquer outra apenada. Neste período, embora as informações sejam escassas, percebe-se a considerável flexibilização do molde de encarceramento político antes instituído, o que é especialmente percebido ao se conceder à prisioneira o direito de escolha do local onde seguiria confinada: se reclusa nas celas voltadas às políticas, ou se no prédio central, junto às demais presas.

A categorização de cada uma dessas fases se coloca como um artifício didático, a partir da identificação de características predominantes que buscam facilitar a compreensão das multifacetadas dinâmicas que compuseram as lógicas punitivas ao longo dos anos de cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Ainda que aqui dispostas em recortes específicos, as fases não devem ser compreendidas desde uma ótica linear, fragmentada e sucessiva, mas sim tomadas em uma perspectiva global, referindo-se a um mesmo modelo de encarceramento, elaborado e refeito durante o tempo de permanência das presas, assim suscetível a avanços, recuos, ambiguidades e consonâncias, mas nunca feito de rupturas absolutas. Sem que se forje somente internamente, em nível de instituição, esta categorização dialoga também com o cenário da repressão política no Rio Grande do Sul que, de acordo com o acirramento das operações realizadas no estado, incidia em novos fluxos de aprisionamento na Penitenciária, refletindo assim seus momentos de auge – como entre 1970 e 1971 – e arrefecimento – a partir de 1974.

Foi neste *depósito das mulheres que incomodam* que as militantes de esquerda custodiadas pelo DOPS/RS passaram a ser recebidas enquanto *corpos estranhos*, como já disse Vera. Corpos apartados, confinados, subversivos, irrecuperáveis. Se não eram penitentes, madalenas, internas, convertidas, como se desenhariam seus cárceres no espaço das religiosas que buscavam a recondução dos rebanhos desviados?

5 MULHERES ENCARCERADAS: A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER COMO LUGAR DE PRISÃO POLÍTICA

Tudo em volta está deserto

Tudo certo

Tudo certo como dois e dois são cinco.⁵⁴⁵

“Era um alívio ir pro presídio, porque você ficando lá [no DOPS], no olho do furacão, tudo podia acontecer”. “A ida dela pro Madre Pelletier, pra nós foi um alívio. Foi um alívio em pensar que ela ia sair daquele espaço de tortura permanente. [...] A tortura física, diária, permanente... Ela pelo menos estaria um pouco mais protegida.” A percepção do alívio e a expectativa de proteção, reveladas pelas respectivas falas de Iara e Gorete, situam a transferência para a instituição prisional como um importante marco na trajetória das mulheres militantes de esquerda, então feitas presas políticas. Tal inesperada e contraditória identificação do alívio com o encarceramento só se faz compreensível desde um olhar comparativo às experiências prévias de detenção. Vindas do DOPS/RS, e de outros espaços igualmente compostos em torno de violências severas, a possibilidade de estar em outro local, distinto daqueles tão marcadamente feitos pelo terror, aproximavam-nas do vislumbre de manutenção de suas vidas, esperando-se a recomposição das fronteiras de suas sobrevivências, recentemente invadidas de forma abrupta. Assim esperavam as transferências, sem conseguir, contudo, abandonar o temor, manifestado nas palavras de Mara: “A gente não sabe o que esperava a gente.... Eu tinha medo de entrar na tortura outra vez”. A expectativa de chegada a um reduto onde estariam protegidas das violências transformava esse destino em um lugar bem-vindo.

A passagem de um lugar de detenção para um lugar de prisão foi significativa para o amplo grupo de pessoas detidas por motivações políticas no Brasil, e não somente para as mulheres que viriam a ser encaminhadas para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Na pesquisa de Flávia Maria Franchini Ribeiro, que investigou a produção memorialística sobre o aprisionamento político durante a ditadura civil-militar brasileira, a saída dos locais de terror é destacada como uma garantia para os presos, uma vez que não se encontrariam mais sob a

⁵⁴⁵ COMO 2 e 2. Intérprete: Gal Costa. Compositor: Roberto Carlos. In: FA-TAL. Gal a Todo Vapor. Phillips Records, 1971.

condição de “desaparecidos” e alcançariam o reconhecimento de sua guarda pelo Estado.⁵⁴⁶ Sobretudo, o que se colocava aos presos políticos era a possibilidade de se distanciarem de uma etapa de aprisionamento fortemente associada à tortura física, trazendo uma considerável transformação em termos do processo de detenção, a partir da inserção no sistema prisional, mas especialmente em relação à sobrevivência, “de que mesmo após todo o terror sofrido no próprio corpo e do sofrimento dos outros companheiros, a vida continua. E essa possibilidade se daria longe da convivência cotidiana com a morte.”⁵⁴⁷ Em observação similar, Airton Farias ressalta, em tese que trata do encarceramento político em um cárcere cearense, o compartilhamento do alívio entre os presos políticos ao serem transferidos para a prisão:

Seviçados que foram, os presos políticos, num imediatismo compreensível, aliviavam-se por não sofrerem mais torturas no IPPS [Instituto Penal Paulo Sarasate]. Alívio também por estarem vivos. Sabiam que a possibilidade era real de terem sido mortos nas instituições de interrogatório, destino trágico de vários de seus companheiros.⁵⁴⁸

Esta “produção narrativa de alívios” pode ser compreendida, de acordo com Ayssa Norek, pela superação da “situação de quase-morte representada pelos centros clandestinos de tortura”.⁵⁴⁹ Nesse sentido, Elizabeth Ferreira destaca o contraste entre a morte, renunciada pelos espaços vinculados à tortura, e a sobrevivência, que se colocava como possibilidade a partir do encarceramento:

A saída da tortura para a prisão não podia deixar de ser, para muitas, uma mudança desejada. A experiência de uma sobrevida precária e constantemente ameaçada nos órgãos de repressão – com momentos de grande sofrimento físico, moral, psíquico que traduziam a suspensão de todos os códigos morais e éticos implantados naqueles espaços – representava para todos os presos políticos uma situação-limite em seu grau máximo. Já o encarceramento – confinamento oficial em instituições que, apesar de funcionarem com base em normas e regulamentos de privação e de controle muito rígidos – oferecia, naquelas circunstâncias, segurança contra os enormes riscos em que estavam envolvidas as guerrilheiras – tanto como vítimas da perseguição como da tortura. [...] Desse modo, naqueles primeiros anos da década de 70, a alternativa da prisão podia representar para muitos a diferença entre a sobrevivência garantida pela sua reinserção no sistema – por mais arbitrário que ele fosse e por mais desvantajosa que fosse a situação dentre dele – e a morte, que lhes era sempre anunciada nos aparelhos de tortura.⁵⁵⁰

⁵⁴⁶ RIBEIRO, op. cit., p. 105.

⁵⁴⁷ Ibid., p. 107.

⁵⁴⁸ FARIAS, op. cit., p. 76.

⁵⁴⁹ NOREK, op. cit., p. 66.

⁵⁵⁰ FERREIRA, op. cit., p. 159-160.

Para além da sobrevivência às torturas físicas – que não atingiu todas as pessoas detidas -, o alívio se colocava pela possibilidade do afastamento de todas as nuances da ampla trama que envolvia os locais de terror: o isolamento, as restrições severas, as agressões morais e psicológicas, a suspensão de direitos, o reino do arbítrio. Como sintetiza Joana Côrtes, a partir do estudo das experiências de presos políticos enviados a instituições prisionais de Pernambuco, a transferência para penitenciárias ampliava o sentido da sobrevivência para além da incolumidade física:

Representava, fundamentalmente, sair da pior fase de tensão, do longo período de incomunicabilidade, à mercê dos maus tratos físicos e mentais dos interrogatórios, do clima de instabilidade a quais estavam sujeitos enquanto estivessem sob a guarda ilegal das Forças Armadas ou a disposição do Dops e da Polícia Federal.⁵⁵¹

No caso das mulheres, o alívio pela sobrevivência consagrava-se não apenas por escaparem dessa seara de violências e privações, mas pela possibilidade de não estarem mais assujeitadas ao toque direto e ao olhar predatório de seus violentadores, que miravam seus corpos e suas dignidades de forma especialmente incisiva quando detidas em espaços como o DOPS/RS.

Por estes percursos, encontrar-se como presa política alocada em uma penitenciária com a prisão oficialmente reconhecida compunha-se pelo paradoxismo do alívio e da esperança de maior segurança, sobrepostos pela permanência nas instâncias repressivas estatais. Passar de um local de detenção para um local de cárcere, sem constituir uma ruptura, indicava um deslocamento entre os espaços mobilizados, de distintas formas, para a mesma finalidade de punição das pessoas perseguidas politicamente pelo Estado. Se, de forma simbólica, a alternância entre os espaços de confinamento político representava o confronto entre lugares de morte e temor e aqueles de sobrevivência e alívio, na prática eram peças de um mesmo jogo pautado na destruição dos inimigos e inimigas internas, modificando-se somente as regras da partida.

As instituições prisionais engendravam um sistema próprio de punições e agressões que, embora dissidentes das violências explícitas e diretas empregadas em outros espaços, ainda assim se pautavam no sofrimento, como observa Flávia Ribeiro, ao indicar que estes

⁵⁵¹ CÔRTEES, op. cit., p. 50.

estabelecimentos representavam “um novo tipo de sofrimento, diverso daquele produzido por outras experiências dolorosas, mas também expresso pela dor”.⁵⁵²

As prisões, para além da carga repressiva direcionada pela ditadura civil-militar brasileira no encarceramento de seus opositores e opositoras, são intrinsicamente constituídas por uma *redefinição de violências*, que passam a se manifestar nesses espaços majoritariamente pelos componentes do controle e da disciplinarização, e não somente por formas de agressões físicas e imediatas. Para Foucault, é a partir da transição de uma “*arte de punir*” a outra, coadunada a intentos científicos, que se forja a origem dos estabelecimentos carcerários. Nisso que chama de “mutação técnica”, tem-se a passagem dos suplícios, “com seus rituais de ostentação, com sua arte misturada à cerimônia do sofrimento”, às penas de prisões, “enterradas em arquiteturas maciças e guardadas pelo segredo das repartições”,⁵⁵³ desde a incorporação de técnicas cuidadosamente selecionadas e aplicadas. Erigem-se os cárceres não como meros espaços de privação de liberdade, mas como locais privilegiados para a transformação técnica dos indivíduos, visando torná-los, a partir de ações disciplinares ininterruptas e onipresentes, mais úteis, rentáveis e dóceis.⁵⁵⁴ Um novo ordenamento da punição que traz consigo novas formas de incidência e manejo dos sofrimentos.

Os modelos de encarceramento político instituídos nas prisões brasileiras, em muito constituídos à margem dos regimes gerais das penitenciárias, não necessariamente incorporaram este ordenamento disciplinar de forma tão explícita e organizada. Contudo, operaram com destreza nos propósitos de normatização, segregação, isolamento e castigo, próprios ao ideário e estrutura dos cárceres, que abriu brecha para novas manifestações de violências, perpetradas em expressões difusas, lentas e minuciosas, mas ainda assim produtoras de dores.

As mulheres que foram enviadas à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, sob o alívio de serem retiradas de seus anteriores locais de detenção – em uma elaboração *a posteriori*, considerando a comparação entre as distintas experiências - ou pelo temor diante da condução inesperada – situada como percepção imediata -, nem sempre estavam cientes do destino rumo à instituição prisional. Leane, vinda diretamente de São Paulo, narra que não recebia qualquer satisfação ao ser removida do Presídio Tiradentes, sem sequer saber que viajaria para Porto Alegre, ainda menos para alguma instalação específica, potencializando a insegurança, uma vez que, para além de ela mesma desconhecer seu rumo, também seu

⁵⁵² RIBEIRO, op. cit., p. 125.

⁵⁵³ FOUCAULT, op. cit., p. 251.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 223, p. 228.

entorno afetivo e sua defesa desconheciam qual seria o próximo paradeiro: “*A gente não sabia nem que ia pra Porto Alegre, muito menos que ia pro Madre Pelletier. Não sabia se ia ser solta, se ia pra algum outro lugar, porque eles nunca falavam absolutamente nada, o que que ia acontecer. [...] Quando eu fui pra lá, eu nem imaginava pra onde eu ia*”. Tampouco as mulheres que já se encontravam detidas na capital do Rio Grande do Sul eram informadas de seus destinos. Ignez aponta que “*Não nos disseram nada, simplesmente disserem que iam nos levar pra um outro local. E nos levaram*.” De maneira similar, Mailde conta: “*Eles disseram pra mim ‘pega as tuas coisas que tu vai sair daqui’. Eu achei que eles iam me botar em liberdade. Ai eles me colocaram dentro do jipe e me levaram*.” Somente no relato de Vera Lúcia os delineamentos da transferência se mostram com maior precisão, ao rememorar a fala que ouviu de agentes do DOPS: “*Vocês vão pra um presídio, chamado Madre Pelletier, que é um presídio administrado por freiras*”.

Os presídios femininos, como já discutido, se constituíram com forte influência religiosa, o que em muito deriva da concepção acerca da criminalidade das mulheres que, sendo considerada “anormal” e essencialmente desviante,⁵⁵⁵ necessitaria de um trabalho personalizado, com especial direcionamento moral para a redenção das almas. Desse modo, as instituições carcerárias voltadas ao recolhimento de mulheres atuavam como uma instância normalizadora também em termos de gênero: nestes espaços, deveriam ser educadas para a assimilação e cumprimento de papéis tidos como “naturais” – o cuidado doméstico, a maternidade, o casamento. Como salienta Davis ao analisar os primórdios do encarceramento feminino nos Estados Unidos, forjava-se assim uma espécie de “treinamento destinado a produzir esposas e mães melhores dentre as mulheres brancas de classe média, [que] produzia empregadas domésticas qualificadas dentre as mulheres negras e pobres”.⁵⁵⁶

Ainda que sob este complexo cenário, o cárcere se tornava um local aguardado com expectativa para as militantes que estavam expostas a severas violências nos espaços de detenção. O encarceramento poderia representar a inserção em algo de moldes conhecidos, amparado por maiores níveis de proteção legal, menos aberto às arbitrariedades vividas quando estavam continuamente à disposição das forças policiais, e com a possibilidade de receber visitas de seus advogados e familiares. Na fala de Vera Lúcia, a transferência para um presídio administrado por freiras esteve acompanhada por esse sentimento de expectativa, que

⁵⁵⁵ Segundo Angela Davis, as mulheres criminosas eram consideradas “como significativamente mais anormais e muito mais ameaçadoras para a sociedade do que suas numerosas contrapartes masculinas”. Cf. DAVIS, op. cit., p. 71.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 69.

minguou tão logo chegou ao local: “*Eu levei um choque quando eu cheguei ali naquele lugar. Porque eu achei que era um Presídio, por pior que fosse, era um presídio. [...] Sabíamos que era um presídio que era administrado por freiras. Por isso que a nossa expectativa era outra.*”

Este capítulo, a partir dos documentos produzidos pelas próprias presas políticas – como os processos de indenização e, especialmente, seus testemunhos orais – e atentando também ao acervo institucional do Bom Pastor, discute o regime de encarceramento político estabelecido na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, desvelando os principais elementos que compuseram este *depósito das mulheres que incomodam*. Interessa lançar um olhar atento às variáveis centrais que diferenciaram as fases de aprisionamento na instituição, que são identificadas a partir de elementos como as condições de alojamento, a convivência com os atores inseridos na Penitenciária, o molde de encarceramento, e sobretudo a incidência de violências, que ali passariam a ser redefinidas.

5.1 PRIMEIRA FASE DE APRISIONAMENTO (1964-1969)

Maria Celestina, a primeira presa política enviada para o então Instituto Feminino de Readaptação Social, teria sido alocada na instituição pelo período de três dias, no mês de novembro de 1964, sendo removida para cirurgia de urgência de retirada de tubas uterinas no Hospital da Beneficência Portuguesa, onde seguiu em prisão preventiva por mais de 50 dias, sob custódia da Polícia Federal.⁵⁵⁷ Seu relato de prisão não traz qualquer indicação sobre as condições de encarceramento na Penitenciária. Sabe-se, contudo, que sua passagem por ali foi transformada em fato inexistente para a administração prisional.

As documentações produzidas pela instituição entre os anos de 1964 e 1969 que puderam ser consultadas para esta pesquisa não apontam qualquer fator relacionado ao aprisionamento político; sem ser identificado, é tampouco negado: um acontecimento ignorado. As pautas das administradoras do presídio, registradas inicialmente em Livro de Capítulo, concernem majoritariamente a questões eclesiais, com destaque para o fluxo das Irmãs, apontando suas chegadas e partidas, bem como para as visitas regulares da Madre Provincial, ocasiões em que a autoridade da Província acompanhava de perto a realidade local.

⁵⁵⁷ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6936-1200/98*. Porto Alegre, 2001.

Uma dessas visitas ocorreu justamente em novembro de 1964, mencionando-se na ata cada uma das seções administradas pelas freiras no Instituto: o Juvenato, com “pretendentes à vida religiosa”; a Seção de Menores, com “meninas difíceis” enviadas pelo Juizado de Menores; o Grupo Escolar, oferecendo ginásio e curso técnico; o Pensionato, voltado às “senhoras de famílias distintas deste Estado”; e a “Seção das Presidiárias”, contando então com 52 detidas “desejosas de sua liberdade, mas geralmente delicadas e reconhecidas”.⁵⁵⁸ Sem trazer qualquer apontamento mais preciso sobre as situações encaradas em cada um dos grupos, o registro elaborado pela Superiora Provincial sugere um período de dificuldades, atribuindo-o em algum grau à conjuntura política: “Devido ao abalo político do País e principalmente deste Estado, o Instituto tem passado por fases difíceis, mas sempre amparado por Nosso Senhor”.⁵⁵⁹ Não fornecendo informações sobre o que caracterizaria esta fase difícil, a ata é encerrada com uma mensagem pela preservação da imagem da Congregação, podendo-se inferir a existência de alguma ameaça a esta “boa fama”, possivelmente decorrente das relações estabelecidas com as autoridades externas:

Na reunião de encerramento procuramos enaltecer a sublimidade da vida religiosa e recomendamos de modo especial a caridade mútua e a prudência nas relações com as pessoas de fora. Pois devemos sempre elevar a nossa Obra e desculpar as Religiosas junto às autoridades leigas. O bom nome de uma instituição depende em grande parte da discricção dos seus membros. Ao terminar esta visita, mais uma vez, lembramos às queridas Irmãs o valor da nossa vida de dedicação junto às almas e pedimos encarecidamente muita prudência e zelo pela boa fama da nossa santa Congregação. Suplicamos aos SS. CC. [Congregação dos Sagrados Corações] de Jesus e Maria uma benção especial para esta querida Casa.⁵⁶⁰

As reclamações em torno do governo voltam a aparecer no ano seguinte, em maio de 1965, quando ocorre uma Visita Extraordinária. A partir da ata, entende-se que as queixas repousam em questões administrativas, como àquelas relativas à rotatividade de funcionários e à falta de apoio na manutenção da seção das prisioneiras. Essas observações elucidam alguns indícios administrativos, como a possibilidade de maior dificuldade no trabalho das religiosas a partir da militarização da repressão; bem como a sobreposição do poder público em relação à atuação da Congregação, considerando a falta de gerência das mães na escolha das funcionárias, enviadas pelo Departamento de Institutos Penais:

⁵⁵⁸ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 88.

⁵⁵⁹ Ibid.

⁵⁶⁰ Ibid.

Esta Casa muito próspera há tempos atrás, pelo apoio que lhe davam as autoridades civis e religiosas, vem se ressentindo ultimamente da crise política que o Estado atravessa. Com as contínuas mudanças do pessoal do Departamento dos Presídios, nota-se o pouco interesse que têm pela obra das prisioneiras, isto trazendo sérias dificuldades para as Irmãs. Nossas Irmãs continuam a esforçar-se por manter esta secção, com esperança de dias melhores. Elas são poucas para assegurar todo o trabalho de vigilância e reeducação das mesmas e as funcionárias que auxiliam, por falta de formação, não correspondem ao que se espera delas.⁵⁶¹

Ao versar sobre as detentas, cujo número total não é identificado, destaca-se que “estudam e trabalham na lavanderia, cozinha e outros afazeres caseiros”, sendo descritas como “amigas da casa e agradecidas pelos benefícios que recebem no Bom Pastor”.⁵⁶² Neste ano de 1965, a Madre Superiora da instituição, Maria Angélica de Jesus Bonifácio, é nomeada para atuar na casa de Pelotas, sendo substituída pela Madre Maria Teresa do Menino Jesus Moreira Machado.

Novas informações sobre as mulheres aprisionadas na instituição voltam a ser registradas somente em março de 1968, em decorrência de Visita Regular, apontando-se o número de 32 apenadas, que seriam “muito bem atendidas pelas Irmãs que tudo fazem para aliviar-lhes o sofrimento causado pela perda da liberdade e da separação de suas famílias”.⁵⁶³ A insatisfação com a falta de suporte do governo persiste, sendo contrastada com as melhorias alcançadas pelo esforço próprio das religiosas:

Os últimos governos do Estado não têm sido liberais com esta Casa, motivo pelo qual o Instituto tem ressentido em seu desenvolvimento, entretanto, a atual Superiora Madre Maria Teresa do M. Jesus Moreira Machado, conseguiu fazer uma reforma e embelezamento muito artístico em toda a Casa que se apresenta então com um aspecto muito agradável e confortável.⁵⁶⁴

A partir de 1969, com a nomeação de Madre Maria Elizabeth da Trindade Santos como nova Madre Superiora, há significativas mudanças nos registros da instituição, que passam a contemplar não apenas as questões eclesiais destacadas no Livro de Capítulo, mas também as discussões internas das reuniões da “equipe de vida da comunidade de Porto Alegre”, grupo organizado para pensar com atenção o trabalho realizado junto à Seção das Alunas e Seção das Internas. No novo grupo documental oficial, se percebe que, no que tange

⁵⁶¹ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 91.

⁵⁶² Ibid., p. 108.

⁵⁶³ Ibid.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 108b.

às prisioneiras, as principais preocupações assinaladas pelas religiosas neste ano orbitam em torno de questões disciplinares que, de alguma forma, se inserem em um percurso esperado desta penitenciária de mulheres, como o respeito ao horário definido para lavar a roupa; o comportamento no refeitório; a limitação do acesso aos cigarros em caso de desordem; o uso do rádio durante o dia e o volume excessivo ao tocar discos.⁵⁶⁵

Os registros também indicam a implementação, a partir do mês de agosto, de encontros “de evangelização com as Internas”, que até o final do ano totalizariam ao menos 14 aulas de catecismo realizadas nas manhãs de domingo.⁵⁶⁶ Pelas notas apontadas pelas religiosas, a rotina das presidiárias incluiria também o trabalho na cozinha; a visita de uma psicóloga; a participação em reuniões semanais com todas as detentas; o acesso ao “mercadinho” interno nos sábados; e até mesmo a preparação para comemorações natalinas, celebradas com as Irmãs e com suas famílias, produzindo biscoitos que seriam doados ao hospital infantil da Santa Casa de Misericórdia, um enxoval para as presas grávidas, e presentes para “ex-internas” e seus filhos.⁵⁶⁷ A realização de um retiro espiritual das Internas, bem como a organização da rouparia e a distribuição de uniformes, são também destacados como acontecimentos importantes do ano de 1969,⁵⁶⁸ retratado como um período de tranquilidade e de consideráveis avanços no engendramento de feminilidades submissas e dóceis, que passavam a ser cada vez mais evangelizadas.

Este cenário ameno traçado nos registros institucionais torna imperceptível a chegada de Sandra Helena, enviada ao Instituto após a prisão em flagrante ao realizar pixações contra as ações do governo ditatorial. Sendo instalada no cárcere no final do mês de junho de 1969, Sandra teria lá permanecido por uma semana até a concessão da prisão domiciliar. No relato de prisão, a única menção à instituição busca indicar o período de permanência, e em testemunho concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” Sandra não menciona a penitenciária como local de encarceramento.⁵⁶⁹

Confinada no Instituto Feminino de Readaptação Social por não mais de sete dias, Sandra pôde receber a visita da irmã e da mãe nesse período. Na memória de sua irmã Nara,

⁵⁶⁵ ACERVO Bom Pastor. Livro 47. *Atas das Reuniões de Equipe de Vida da Comunidade de Porto Alegre*. Ata da 2ª Reunião. Porto Alegre, 9 de agosto de 1969.

⁵⁶⁶ Ibid., Atas das reuniões (1ª a 15ª). Porto Alegre, agosto a dezembro de 1969.

⁵⁶⁷ ACERVO Bom Pastor, Livro 47, op. cit., Ata das Reuniões (10ª, 13ª, 14ª), outubro a novembro de 1969.

⁵⁶⁸ Ibid., Atas das Reuniões (8ª, 9ª, 10ª), outubro de 1969.

⁵⁶⁹ MACHADO, Sandra Helena. *Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr., Milene Bobsin, Gabriel Dienstmann e Rosemary F. Brum*, em 27 de outubro de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. In: REPOSITÓRIO de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REPHO/UFRS). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/repho/sandra-helena-machado/> Acesso em out. 2021.

Sandra teria sido alocada “*na ala das presas comuns*”, isto é, no prédio principal da penitenciária. Ainda que tivesse permanecido nessa seção, Nara sugere que a irmã estaria “*não junto, mas... no mesmo local das presas comuns*”, podendo-se compreender o aprisionamento em alguma cela reservada e, portanto, não compartilhada com as demais detentas. Com alguma turbidez em acessar as configurações dessa instalação em seus detalhes, Nara é certa ao afirmar que não se tratava de “*locais de castigo, [...] celas solitárias*”, o que indica que Sandra estaria presa em um dos espaços convencionalmente dedicados à reclusão naquela instituição. Relembrando este momento de ida ao presídio – que futuramente se transformaria em seu próprio local de cárcere – para visitar a irmã, Nara ainda destaca a entrada pela “*porta da frente*” e uma “*sala de visitas, que era uma sala grande na entrada do presídio, na entrada principal*”. Na lembrança desse episódio, não surgem quaisquer figuras relacionadas ao presídio, como as freiras, as funcionárias ou outras presas.

Por estes tênues traços se esboça a primeira fase de aprisionamento político no Instituto Feminino de Readaptação Social. O ano de 1964, que marca o início desse período, traz o prelúdio da instabilidade da relação entre as administradoras e as autoridades mantenedoras da penitenciária, que permearia os próximos anos, conforme reiteradamente sinalizado no Livro de Capítulo. As menções pontuais aos *abalos políticos do país*, sem necessariamente alertar uma preocupação em termos coletivos com as ações repressivas desempenhadas pela ditadura no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, parecem estar mais atreladas à sensação de abandono dos compromissos do Estado nessa relação contratual, produzindo nas Irmãs uma sobrecarga pela administração aparentemente isolada e solitária. Neste cenário, a chegada da primeira presa política enviada à instituição, invisível nos registros, pode ser interpretada como mais uma absorção do fluxo de presas enviadas pela Secretaria do Interior e Justiça, sem que seja possível identificar alguma eventual adaptação do cárcere para o seu recolhimento, que se fez fugidio, com duração de poucos dias.

No ocaso da década, as turbulências das relações com o Estado são gradualmente substituídas nos registros internos pela minuciosa atenção dada às questões enfrentadas nas seções do Instituto, sinalizando um redirecionamento dos debates das freiras, que passam a se mostrar centradas em melhor acompanhar e controlar cada uma de suas frentes de trabalho. Anterior ao início das reuniões - organizadas a partir de agosto de 1969 -, a passagem da segunda presa política que se sabe ter sido enviada ao Instituto não encontra quaisquer reverberações nas pautas posteriores. Nas preocupações semanais - de evangelizar as internas, exigir melhor comportamento, organizar as festividades, definir seus retiros espirituais -, não há nenhum vestígio que aponte movimentos de ordenação do cárcere político na instituição, o

que pode indicar tanto a ausência de debates desse teor, quanto a ocultação de eventuais orientações nesse sentido. Como um quadro geral desse período, tem-se a seguinte sistematização:

Tabela 8. Sistematização da primeira fase de aprisionamento política no IFRS (1964-1969).

Presa política	Entrada	Permanência	Tipo de prisão	Custódia	Confinamento (IFRS)
Maria Celestina	11/1964	3 dias	Cautelar	Polícia Federal	Não especificado
Sandra Helena	06/1969	1 semana	Cautelar	DOPS/RS	Prédio principal

Fonte: Autoria própria (processos de indenização/APERS e entrevistas de História Oral).

Desse modo, é às margens que o aprisionamento político se tece em sua primeira fase no Instituto Feminino de Readaptação Social. Um evento isolado e passageiro. O baixo fluxo de envio de presas políticas não parece exigir o delineamento de um regime de encarceramento específico, sendo possível alocá-las como figuras pontuais que, tão logo chegaram, já partiriam, visto seu enquadramento em prisões cautelares, com procedimentos investigativos ainda em curso. Por isso mesmo, constituem-se como forasteiras, que desalinham o habitual e são deslocadas a um espaço marginal e indefinido, escapando da ordenação rotineira imposta às detentas da instituição. Absorvidas enquanto demandas transitórias encaminhadas pelas autoridades judiciais, não foram imersas nos aparatos de custódia mobilizados internamente pelas freiras, que atuavam mais no sentido de acomodá-las e não tanto de inseri-las nos propósitos de sua obra – como no trabalho contínuo e atento sobre a alma, na recuperação do desvio e na readaptação para a vida feminilizada em sociedade. Sem se configurarem enquanto *internas* inseridas na dinâmica prisional, eram ali transeuntes de um depósito provisório, mero espaço de recepção e confinamento. Em suas permanências poucas, podem já ter se tornado presenças incômodas e, talvez por isso, obliteradas.

5.2 SEGUNDA FASE DE APRISIONAMENTO (1970-1971)

A transição do Instituto Feminino de Readaptação Social para Penitenciária Feminina Madre Pelletier, que viria a ser oficialmente determinada pelo Decreto-Lei 20.247 de 20 abril de 1970, já começava a ser arquitetada desde o raiar do ano. Em 31 de janeiro, na segunda reunião realizada em 1970 pela “Equipe de Vida da Comunidade de Porto Alegre”,

anunciava-se a confirmação “de que o Instituto Bom Pastor passará a ser Penitenciária”.⁵⁷⁰ O assunto foi citado de forma direta, como mais um dos temas corriqueiros abordados nas reuniões, sem tratar do processo de negociação contratual que teria resultado nessa decisão. Sob o pretexto de facilitar “o bom funcionamento do trabalho interno”, foram apresentadas uma série de modificações na distribuição espacial da instituição, que indicavam o encerramento de seções que antes compunham o IFRS, como a ala das menores:

Passando a secretaria a funcionar numa sala da ala que pertencia às menores, na secretaria funcionaria a parte de parlatório, no antigo parlatório ficou o refeitório das funcionárias, no local do antigo refeitório das funcionárias instalou-se o bazar das internas. Ficou também estabelecido o local do almoxarifado, outras adaptações foram feitas tendo em vista um melhor atendimento às internas.⁵⁷¹

Nas reuniões seguintes, foram pautadas outras mudanças na organização interna, como a definição de novos horários da missa dominical e a chegada de um novo capelão, responsável por confissões e reuniões semanais com as Internas, pontuando-se também a necessidade de alteração no molde de trabalho das funcionárias, que passariam a atuar em rodízio, mudando de setor a cada mês.⁵⁷²

Em 24 de fevereiro de 1970, a imprensa local noticiou publicamente a reestruturação da instituição para centralização de suas funções no cárcere. A reportagem veiculada pelo jornal *Correio do Povo* trazia destaque ao convênio firmado “pelo secretário do Interior e Justiça, desembargador José Danton de Oliveira, e pela Irmã Maria Elizabeth da Trindade Santos, representante da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D’Angers, Ordem que manterá o presídio”.⁵⁷³ Assinalando as responsabilidades do Estado no sentido de “financiar todo o trabalho de recuperação das mulheres detentas, bem como a adaptação das atuais dependências do Bom Pastor às suas novas finalidades de Penitenciária Feminina”,⁵⁷⁴ indicava-se que o documento de criação da primeira penitenciária feminina do Rio Grande do Sul ainda passaria por registro no Tribunal de Contas para ser promulgada como lei pelo governador do Estado, como se concretizou nos meses seguintes.

⁵⁷⁰ ACERVO Bom Pastor, Livro 47, op. cit., Ata da 17ª Reunião. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1970.

⁵⁷¹ Ibid.

⁵⁷² Ibid., Atas das Reuniões (18ª e 19ª), fevereiro de 1970.

⁵⁷³ ACERVO Bom Pastor. Caixa 100.20. *Recorte do jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 1970.

⁵⁷⁴ Ibid.

Figura 24. Reportagem sobre o convênio para criação da Penitenciária Feminina no Rio Grande do Sul (1970).



Fonte: Acervo Bom Pastor/Recorte de jornal não identificado.

Em abril, a Penitenciária Feminina foi oficialmente implementada pelo decreto do governador Walter Peracchi Barcelos, sendo batizada em homenagem à Madre Maria Eufrásia Pelletier, fundadora da Congregação do Bom Pastor. Quando da Visita Regular da Madre Provincial realizada em maio, a instituição já estava estabelecida como Penitenciária Feminina Madre Pelletier, conforme destacado na ata que elucida mais detalhes desse processo:

Neste ano o Governo do Estado propôs à Província de transformar o Estabelecimento em “Penitenciária”, suprimindo as outras seções e aumentando o número de presas. Estudada a proposta pelo Conselho Provincial e submetido o assunto à nossa Madre Geral, que deu pleno apoio à ideia, firmou-se o Convênio entre a Congregação e o Estado do Rio Grande do Sul. Por um decreto do Governo a entidade passou a ser denominada: “Penitenciária Feminina Madre Pelletier”. O Governo se

encarregou de fazer as adaptações necessárias e, pelo que posso observar, o interesse e entusiasmo são grandes. Os primeiros passos para a concretização do plano já foram dados.⁵⁷⁵

Nessa ocasião, é também destacada a importante atuação da Madre Superiora - alçada a esta posição no ano de 1969 - neste momento de adequação carcerária:

A Madre Superiora, Madre Maria Elizabeth, apesar de jovem, possui grande capacidade administrativa e um dinamismo extraordinário. Foi muito bem aceita pelas Autoridades, pelas Irmãs e pelas Internas. Já conseguiu muitos melhoramentos e trabalha em perfeita sintonia com as autoridades, não descuidando o desvelo para com as Irmãs de sua Comunidade.⁵⁷⁶

Figura 25. Madre Maria Elizabeth em registro de 1972.



Fonte: Acervo Bom Pastor/Jornal Correio do Povo.

⁵⁷⁵ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., 30 de maio de 1970, p. 115b.

⁵⁷⁶ Ibid, p. 116.

A ata elaborada pela Madre Provincial ainda traz apontamentos acerca da quantidade de religiosas atuantes na instituição, indicadas como 9, sendo uma muito enferma; e comentários sobre as 51 detentas: “recebem instrução primária e profissional. Trabalham nos diversos empregos da casa e afazeres domésticos. Em geral são amigas das Irmãs.”⁵⁷⁷ Sobre a estrutura do espaço carcerário, assinala que todos os espaços da “Casa” estão “bem providos do necessário. A alimentação é farta e sadia o que muito contribui para a boa saúde das Irmãs e Internas”.⁵⁷⁸

Nos bastidores da visita da Madre Superiora, que se estendeu de 14 a 30 de maio de 1970, ocultava-se a presença das presas políticas enviadas à Penitenciária no final do mês anterior, pouco depois da promulgação oficial da criação da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O retrato desenhado por este relato de acolhimento, saúde e bom provimento das Internas deixava escapar da imagem, outra vez, as mulheres aprisionadas na instituição por enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Apagadas dessa tela tingida em ares de harmonia e prosperidade, estas prisioneiras se instalavam fora das páginas de registro, agora como figuras fixas, e não mais transeuntes pontuais. Não sendo possível captá-las nessas linhas minuciosamente desenhadas, são seus próprios testemunhos que delimitam o indelével quadro do que viveram na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Enquanto a primeira fase de aprisionamento apresentou aspectos difusos e presenças pontuais, este novo período congrega características específicas e ordenadas que permitem identificar o engendramento de um regime de encarceramento político, cujos indícios se revelam na quantidade de presas políticas, no local de aprisionamento, nas condições de alojamento, na rotina imposta às presas, e na convivência entre os sujeitos envolvidos no ambiente prisional. Com um olhar atento a cada um desses elementos, é possível entender como a segunda fase de aprisionamento político na PFMP operou na redefinição das violências perpetradas contra as militantes das esquerdas.

5.2.1 O cárcere em um espaço de castigo

Ignez, Iara, Maria Aparecida e Helena, que se encontravam detidas no DOPS/RS desde a operação de desbaratamento da VAR-Palmares, foram enviadas à instituição nos últimos dias de abril de 1970, demarcando o começo do que aqui se entende como a segunda fase de

⁵⁷⁷ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., 30 de maio de 1970, p. 115b.

⁵⁷⁸ Ibid.

aprisionamento político na PFMP. Ao longo do período que compõe esta etapa, também as militantes Eliana, Nara, Vera Lúgia, Mara, Terezinha, Mailde e Marlova foram encarceradas na Penitenciária. Suas chegadas e partidas, inseridas no contexto já anteriormente discutido de incremento das ações repressivas contra as organizações clandestinas de esquerda no Rio Grande do Sul, circunscrevem o intervalo de maior fluxo do aprisionamento político na instituição, conforme sistematizado na tabela abaixo:

Tabela 9. Fluxo de aprisionamento político na PFMP entre abril de 1970 e junho de 1971.

Presa política	Entrada	Saída	Permanência aproximada
Ignez	Abril/1970	Fevereiro/1971	10 meses
Iara	Abril/1970	Maior/1970	20 dias
Maria Aparecida	Abril/1970	Maior/1970	Não consta
Helena	Abril/1970	Julho/1970	3 meses
Nara	Maior/1970	Maior/1970	1 semana
Eliana	Junho/1970	Julho/1970	1 mês
Mara	Julho/1970	Setembro/1970	2 meses
Vera Lúgia	Julho/1970	Novembro/1970	4 meses
Marlova	Janeiro/1971	Janeiro/1971	10 dias
Terezinha	Janeiro/1971	Abril/1971	3 meses
Mailde	Fevereiro/1971	Junho/1971	4 meses

Fonte: Autoria própria (processos de indenização APERS, documentações SNI e entrevistas).

Ainda que nem todas essas mulheres tenham convivido no período de prisão na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, suas experiências de aprisionamento neste espaço partilham uma série de confluências, que permitem identificar o engendramento de um modelo de encarceramento especificamente forjado para o cárcere político de mulheres militantes de esquerda. A partir de seus testemunhos, evidencia-se que as premissas de acolhimento, cuidado e resgate das almas, tão caras para orientar o tratamento destinado às Internas, foram completamente negligenciadas no confinamento das presas políticas, alocando-as como figuras externas às orientações centrais da instituição. O indício primeiro e mais explícito dessa separação, como ponto fulcral para determinar a especificidade do regime de encarceramento político, esteve no local de aprisionamento.

O alojamento das internas na Penitenciária, segundo reportagem publicada pela Zero Hora em 1975, se daria em celas individuais e um dormitório coletivo, situados no prédio principal, contando com “janelas, cama equipada, mesa de cabeceira e cadeira”.⁵⁷⁹ Em reportagem de 1972 do Correio do Povo, a organização dos dormitórios é apresentada em descrição mais minuciosa:

Os dormitórios são individuais ou coletivos. O critério para ocupar um ou outro obedece apenas à ordem de entrada. Nos dormitórios individuais, elas têm ampla liberdade para decorá-lo. Algumas conservam fotografias de Roberto Carlos, Wanderley Cardoso e outros artistas de cinema e televisão, com flores de matéria plástica, santos e quadros.⁵⁸⁰

Na tese de Leni Beatriz Correia Colares, que investiga as interações sociais na Penitenciária entre 1990 e 2008, assim é descrita a disposição do espaço carcerário nos primeiros anos de 1970:

No andar térreo encontrava-se a portaria e um enorme corredor que dava para a clausura das Irmãs, que ainda hoje serve como salas à administração. À direita, o prédio era destinado às menores com problemas de conduta e à esquerda, ficavam as internas que cumpriam penas. O segundo andar era ocupado pelas freiras e, no terceiro, ficavam os quartos das internas.⁵⁸¹

O espaço de cárcere na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, portanto, estava inserido na edificação central da instituição, cuja estrutura contava, para além das celas – eufemisticamente identificadas como “quartos” ou “dormitórios” – com as acomodações privadas das Irmãs; creche para os filhos das detentas;⁵⁸² espaço de triagem;⁵⁸³ refeitório; oficinas de trabalho, incluindo um ateliê de costura, cozinha profissional, sala de trabalhos manuais e salão de beleza;⁵⁸⁴ três salas de aula e biblioteca;⁵⁸⁵ e uma seção hospitalar, com

⁵⁷⁹ ZERO Hora. *Relatório da Cruz Vermelha apóia Penitenciária Feminina*. Porto Alegre, 30 de novembro de 1975, p. 25. Embora a reportagem trate de dados referentes ao ano de 1975 (e, portanto, anterior a esta segunda fase de aprisionamento político, situada nos anos de 1970 e 1971), pode-se inferir que a estruturação do alojamento das prisioneiras era similar ao início da década, uma vez que, na documentação acessada para esta pesquisa, não foram mencionadas quaisquer alterações estruturais do espaço de cárcere das internas.

⁵⁸⁰ DILLENBURG, Sérgio R. *Madre Pelletier: Prisão só de mulheres*. *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1972.

⁵⁸¹ COLARES, Leni Beatriz Correia. *Sociação de mulheres na prisão: disciplinaridades, rebeliões e subjetividades*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 130-131.

⁵⁸² Inaugurada em 11 de março de 1971. In: ACERVO Bom Pastor, Livro 47, op. cit., Ata da 51ª Reunião.

⁵⁸³ Em reportagem preservada no acervo da Congregação, menciona-se a existência da “Seção de Triagem” em 1972, como uma área de adaptação para as presas recém-chegadas, que ali seriam atendidas pela “equipe técnica” até estarem aptas para a convivência com as demais internas. In: ACERVO Bom Pastor. Caixa 100.23. Recorte de Jornal - “Um Prédio onde vivem 54 mulheres”, 1972.

⁵⁸⁴ ZERO HORA, op. cit.

⁵⁸⁵ Ibid.

enfermaria, consultórios médicos e odontológicos e um dormitório para internação.⁵⁸⁶ As imagens abaixo apresentam registros da fachada da Penitenciária, assim como retratos do interior das celas e do dormitório coletivo:

Figura 26. Fachada da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em 1972.



Fonte: Acervo Bom Pastor/Recorte de jornal não identificado.

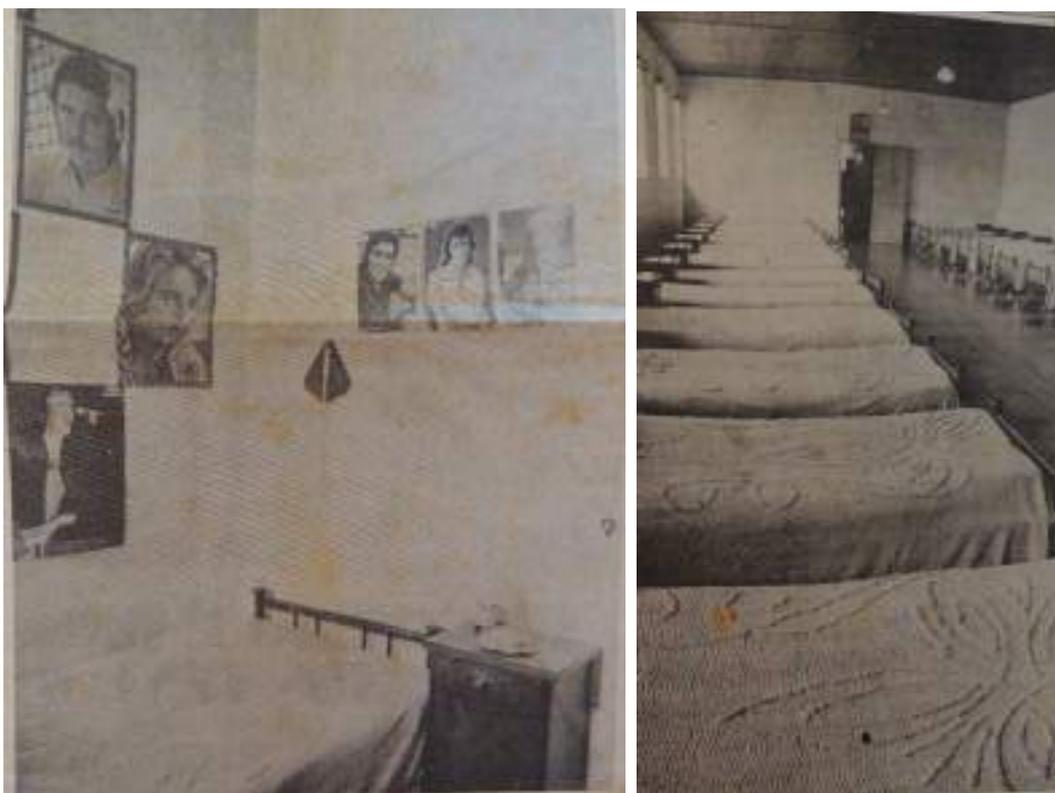
Figura 27. Fachada da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em 1981.



Fonte: Acervo Bom Pastor/Jornal Folha da Tarde.

⁵⁸⁶ ZERO HORA, op. cit.

Figura 28. Interior das celas individuais e coletivas da PFMP (1975).



Fonte: Acervo Bom Pastor/Jornal Zero Hora.

Para as presas políticas Helena e Iara, o único momento de acesso à edificação sede da Penitenciária foi na ocasião de suas chegadas. A transferência ocorreu em uma noite de abril, após cerca de um mês de sequestro nas dependências do DOPS/RS, sem qualquer comunicação de qual seria o destino. Na chegada ao espaço desconhecido, foram alocadas em uma sala do que depois entenderiam ser o prédio central do presídio, conforme relatado por Helena: *“A gente ficou só uma noite num dormitório [...] que era no prédio das freiras. A gente foi transportada numa kombi [...]. Entramos por um lado, foi de noite, e ficamos lá, aquela noite, no prédio, que era um dormitório.”*

Iara, transferida juntamente com Helena, Maria Aparecida e Ignez, tem em suas lembranças o desembarque em uma noite fria, a recepção pelas freiras, e o confinamento provisório no *“salão de filme”*, situado no imponente prédio principal, que consiste na cela coletiva previamente ilustrada:

Nós chegamos no Presídio às... Era tipo assim [...], não era o inverno, era abril [...], então era um vento muito gelado, e uma noite já fria. E a gente chegou, era umas onze horas no Pelletier. Da noite. Nós quatro. Eu, a Cida, a Marta e a Helena. E a gente parou. Eu me lembro que eu vi assim, que é de tijolinho, no escuro, uma coisa imponente, parece... Coisa de freira mesmo, de colégio religioso. E aí gente entrou, ficou numa salinha. Aí veio uma freira. Aí a freira falou com os delegados que tavam levando a gente, pegou

a papelada, da carceragem, etecetera e tal. E eles falaram: “Olha, elas são universitárias, meninas de boas famílias”. Eles falaram: “Não fique preocupada”. Aí ela falou, a freira chamou uma outra... A Marta acho que não foi, se não me engano, éramos nós três só. A Marta, ela foi separada, alguma coisa assim. E falou: “Bom, vocês vão pro salão”. Então nós três entramos naquele salão de filme, sabe, salão de filme? Com uma cama atrás da outra, as pessoas já estavam deitadas. Quando abriu a porta e nós três... Eu sei que nós três agarramos a mão, que a gente ficou morrendo de medo, que aquilo era cena de filme mesmo, entendeu? Que a gente tinha visto em filme.

Ignez, assim como suas companheiras de prisão, foi também retirada do DOPS/RS para ser transferida à PFMP nessa mesma noite fria. Ao contrário das outras militantes, contudo, não foi imediatamente desembarcada e enviada ao prédio central, sendo separada e submetida a um tratamento diferenciado, composto por episódios de violências em suas manifestações psicológicas e físicas:

Na noite que eles nos levaram [...] eles me separaram delas. Eles tiraram as gurias de dentro da kombi. E me deixaram na kombi, e deram umas voltas... Acho que ficaram circulando. E depois me levaram, entraram, me largaram no portão de ferro lá. Eles fizeram assim pra mim ficar desorientada. Eu não sabia pra onde é que tavam me levando, se tavam me levando pro mesmo lugar que as gurias tavam, se não tavam, eu fiquei sem saber. [...] Eles abriram um portão de ferro, depois me passaram assim pra um outro portão, aí veio uma mulher, nunca vou esquecer... Uma mulher gordona assim, uma agente penitenciária... Me fazer revista íntima. Magina, eu saio do DOPS, isso é tipo pra te humilhar, sabe? Aí vem a mulher meter os dedos na minha vagina, no meu ânus, pra ver se eu tinha alguma coisa dentro. Ah, fala sério cara. Fala sério. E ela fez aquilo, te machucava, porque fazia pra doer mesmo, de pessoa maldosa assim, se achando poderosa ali [...]. Ela não ficou trabalhando conosco. Depois fiquei sabendo que todas as presas detestavam ela, que ela maltratava as presas [...]. A cara gostava de judiar, ela era sádica, sabe. Sádica. Uma coisa horrível aquela mulher. Foi uma das piores pessoas que eu encontrei. Lá dentro do presídio, foi a pior pessoa que eu encontrei.

O terror psicológico, manifestado pelo propósito de desorientação com as voltas na kombi, e as violações físicas, representadas pelas ações da agente carcerária, delimitam o caráter extraordinário do processo de admissão de Ignez, destoante do procedimento adotado com as outras presas políticas, ao situar a violência como elemento motriz desde a sua chegada à instituição. Mais do que uma medida de fiscalização, a revista corporal descrita por Ignez, com o toque violento de seu corpo, é profundamente constituída por um caráter vexatório, que se situa no elo entre a *violência institucional* - ainda hoje rotineiramente empregada como um ato excessivo dos agentes estatais, que violam a integridade física e

psíquica das mulheres, ao submetê-las a um tratamento degradante⁵⁸⁷ - e a *violência de gênero*, configurando o que vem sendo identificado como um *estupro institucionalizado*.⁵⁸⁸

Foi desde essa trama, marcadamente constituída por violências agudas, que Ignez tornou-se a primeira militante de esquerda a ser instalada no espaço que se tornaria por excelência o local de cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier: as celas solitárias. Nos relatos de prisão e testemunhos orais das mulheres que lá foram confinadas, é unânime a menção a este recinto. Sem que fosse possível percebê-lo integralmente em um primeiro momento, dada a condição de desorientação à qual fora submetida, Ignez assim o descreve:

Quando eu entrei nesse tal portão de ferro, na verdade eu tava sendo levada pras celas que eram as solitárias... Que era um portão de ferro, tu entrava, era um pátio, um corredor aberto, a céu aberto, só que tudo cercado, com parede, com muro, com arame farpado em cima, e as quatro celas. Só que quando eu entrei, era de noite... E eles não me deixaram, eu não me dei conta que tinha outras celas, por causa que tu tá fora da casinha ali, tá desorientada. [...] Fiquei nessa cela, de porta de ferro, tinha uma portinholinha assim, que chama de vigia, que era pra onde, na altura, passava uma caneca de plástico e um prato de plástico, passava a comida pra ti. Era uma celinha que... A largura da cela era o comprimento de uma cama. Uma cama de solteiro, tamanho padrão, e mais um pedaço que é onde ficava a patente, aquelas patentes de pezinho, sabe? Não é um vaso sanitário. Não, é um negócio de dois apoios, que tu te apoia ali e tu tem que fazer xixi e cocô acocada, uma coisa horrível.

A limitação da dimensão espacial das celas é assinalada diversas vezes nos testemunhos. Para Nara, que lá permaneceu por uma semana, a lembrança “*é dum lugar horrível. Exíguo, aquela cela. O pátio exíguo*”. Terezinha, em seu relato de prisão, sublinha que “se tratava de quatro celas localizadas em um pequeno pátio cimentado e cercado por um muro alto, fechado por um portão de ferro, completamente isolado do edifício principal”.⁵⁸⁹ Mara destaca: “*Era assim: nós ficávamos numas celas fora do prédio principal. Essas celas dava pra um pátio, que era cercado com muro alto e em cima com arame farpado*”.

⁵⁸⁷ SLONGO, Eloisa. Fronteiras da prisão: as relações de poder, gênero e violência na prática da revista íntima. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. *Revista vexatória e violência de gênero: desafios à proteção de Direitos Humanos no acesso de visitantes a unidades prisionais e na permanência destes nessas unidades*. Brasília: MPF, 2021, p. 33.

⁵⁸⁸ Cf. Ibid.; LAGO, Natália Bouças do. *Jornadas de visita e de luta: Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019; INSTITUTO Brasileiro de Ciências Criminais. Revista vexatória: o estupro institucionalizado. *Boletim*, n. 267, 2015.

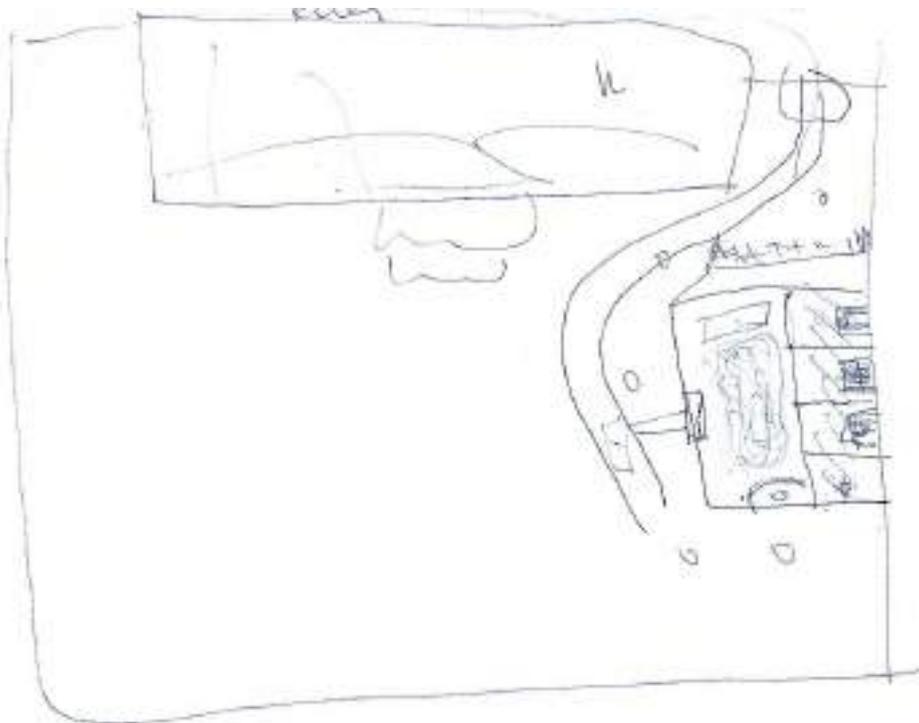
⁵⁸⁹ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7*.

Para Vera Lúgia, chegada à Penitenciária em julho de 1970, a alocação nas celas solitárias, por ela descritas como “*um bunkerzinho, uma coisa esquisita*”, provocou o estranhamento em relação à sua expectativa de como se configuraria o encarceramento em uma instituição prisional:

Bom, eu achei que a gente ia ficar num presídio. Era essa a sensação que eu tive. Mas eu fiquei assim... A gente desceu da rádio patrulha, nós vimos aquele muro branco e cheio de arame farpado. Tinha um portãozinho que a gente entrava, e tinha três celinhas ali, três solitáriaszinhas, tudo de cimento [...]. E aí eu fiquei muito mal impressionada com aquele lugar, aquela coisa assim, é... Era uma cama, era um boi [buraco no chão que funciona como vaso sanitário]. E tinha uma cadeira, e era uma porta grossa assim de ferro, só em cima assim que tinha uma aberturazinha assim... Só sei que a gente ficou lá e era assim... [...] Eu levei um choque com aquilo ali porque eu imaginava que eu ia ficar numa cela, num presídio, e a gente tava, sei lá, num bunkerzinho, uma coisa esquisita.

O croqui abaixo, elaborado por Vera durante a coleta de seu testemunho para essa pesquisa, ilustra a distribuição do espaço da Penitenciária a partir de suas lembranças:

Figura 29. Croqui das instalações da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em 1970.



Fonte: Vera Durão/Acervo pessoal.

A seguir, as intervenções realizadas no croqui a partir da fala de Vera apresentam com mais detalhes a configuração espacial do local dedicado ao encarceramento político na PFMP:

Figura 30. Croqui das instalações da PFMP em 1970 com identificação dos espaços.



Fonte: Verão Durão/Autoria própria.

A instalação que serviu ao cárcere das militantes pode ser também constatada externamente em imagens produzidas após o período de suas passagens na instituição. Abaixo, em figura apresentada por Jocyane Baretta em sua tese, tem-se um registro publicado no jornal Correio do Povo em 1982, com duas presas praticando esportes em um espaço que parece ser o pátio da Penitenciária. Ao fundo, percebe-se a edificação conforme descrita por Vera, indicando o local que serviu ao encarceramento político:

Figura 31. Vista do local de cárcere político na PFMP em 1982.



Fonte: Jocyane Beretta/Fotógrafo José Doval (Jornal Correio do Povo, 1982).

A próxima imagem foi extraída de uma reportagem produzida na PFMP e compartilhada no *YouTube* em 2013. O cenário é semelhante ao da figura anterior, observando-se em primeiro plano a convivência entre as detentas em uma quadra de esportes, que agora aparece cercada e, ao fundo, o local que acomodou as presas políticas durante a ditadura civil-militar brasileira:

Figura 32. Vista do local de cárcere político na PFMP na década de 2010.



Fonte: *Frame* do vídeo “Programa Maria do Carmo – Série Madre Pelletier”/YouTube.

As próximas imagens datam de 2012 e 2014, remontando respectivamente ao ato de reconhecimento do espaço de cárcere político na PFMP conduzida pelo Comitê Carlos de Ré de Verdade e Justiça, e a uma reportagem televisiva em que se revisitou o local com a presença de Ignez. À época da primeira fotografia, o local abrigava o canil dos cães da guarda do Presídio, que foi posteriormente desativo por ser considerado inapto para a permanência de animais.⁵⁹⁰

⁵⁹⁰ DUARTE, Rachel. Depois de 40 anos, vítimas da ditadura voltam a local de tortura em Porto Alegre. In: SUL21. Porto Alegre, 23 de outubro de 2012. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2012/10/depois-de-40-anos-vitimas-da-ditadura-voltam-a-local-de-tortura-em-porto-alegre/> Acesso em: 10.09.2023.

Figura 33. Canil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier em 2012
(antigo espaço de cárcere político).



Fonte: Bernardo Jardim Ribeiro/Sul21.

Figura 34. Visita de Ignez ao antigo espaço de cárcere político da PFMP (2014).



Fonte: *Frames* da reportagem “Porto Alegre: O Mapa da Repressão – Episódio I: Martinha” produzida pela TVCOM/Imagens Renato Soder.

Nas figuras acima, é possível observar a existência das quatro celas solitárias citadas pelas militantes. Na montagem anterior, nota-se na primeira imagem da segunda fileira, ao fundo, na parte externa da edificação de cárcere político, o portão lateral do Presídio, citado por Vera em sua ilustração, que marcaria o ingresso das presas políticas já em uma entrada alternativa, distinta do acesso convencional à instituição. Na ocasião da visita de Ignez, é ainda possível constatar as dimensões diminutas do local, exibindo-se a configuração interna da cela. Nos *frames* abaixo, destaca-se, em sentido horário a partir do canto superior esquerdo, o espaço reservado à cama; o espaço de higiene, com pia (não citada nos relatos, podendo ter sido instalada posteriormente); a porta de acesso à cela; e marcas da instalação do vaso “turco”:

Figura 35. Configuração interna das celas de cárcere político na PFMP (2014).



Fonte: *Frames* da reportagem “Porto Alegre: O Mapa da Repressão – Episódio I: Martinha” produzida pela TVCOM/Imagens Renato Soder.

Abaixo, em ilustrações produzidas para esta dissertação pela ilustradora e arquiteta Mariana Froner com base no aparato documental que fundamenta esta pesquisa, tem-se as constituições mais aproximadas de como se compunha o local de encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Figura 36. Espaços de encarceramento na PFMP: prédio central e solitárias.



Fonte: Mari Froner (Ilustração elaborada para essa dissertação).

Figura 37. Espaço de encarceramento político na PFMP.



Fonte: Mari Froner (Ilustração elaborada para essa dissertação).

A partir do cotejo de tais evidências documentais, entende-se que o espaço de encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier se tratava de uma edificação apartada do prédio central, situada aos fundos na parte lateral e limítrofe do terreno, próxima a uma área livre de pomar ou jardim.⁵⁹¹ O espaço anexo era delimitado por um muro alto com arame farpado e um portão de ferro para entrada. Em seu interior, encontrava-se um espaço aberto, uma pequena área coberta ao fundo,⁵⁹² e quatro celas solitárias. Estas eram compostas por uma porta de ferro, com abertura do estilo “vigia”, por onde se passava o alimento e através da qual se tinha uma visão interna da cela; por grades localizadas no alto, para entrada de luz e circulação de ar; uma cama; e um buraco no chão que funcionava como privada, identificada como um “vaso turco”, “boi”, “fossa” ou “latrina”. Por uma abordagem arqueológica, propondo a análise espacial das instalações que serviram ao cárcere político na PFMP, Jocyane Baretta destaca as dimensões exíguas da edificação:

As mulheres mandadas à penitenciária urbana, foram encarceradas em uma edícula nos fundos do terreno, em celas de isolamento que totalizava algo em torno de 30,00m² (celas + pátio). Os banhos de sol eram na pequena parte cimentada contígua às mesmas, medindo aproximadamente 18m² de área fechada com muro alto e arame farpado. Eram quatro celas medindo aproximadamente 1,50m largura x 2,00m de comprimento (3,00m²), distribuídas em aproximadamente 12,00m² na área das celas.⁵⁹³

Delimita-se assim uma nítida imagem de contraste. Por um lado, o prédio central, como enunciador da norma, ordenava-se desde o princípio de uma “casa-convento”, transitando também por uma figura de colégio interno, com celas estruturadas enquanto “quartos”, refeitório, lavanderia, sala de trabalho e de aula, espaços de convivência, jardins internos e externos, incluindo em seu complexo também uma capela, em um cenário orquestrado para o reforço da domesticidade e religiosidade das mulheres desviantes, que neste espaço poderiam encontrar a redenção e ser reconduzidas pelo Bom Pastor. Como sua antítese, uma edificação isolada e diminuta, sem possibilidade de circulação, desprovida de qualquer adorno, feita por concreto, portas de ferro, janelas estreitas e arames farpados, instituída como o reduto de uma categoria distinta de presas, e assim definindo a especificidade do tratamento que ali receberiam.

⁵⁹¹ Iara destaca em seu relato que, no trajeto até as celas, passou por um pomar, podendo sentir o cheiro das frutas. Já Leane menciona que conseguiam enxergar a ponta das árvores de um jardim, ouvindo também o barulho de patos, imaginando existir um lago.

⁵⁹² Conforme se apresentará, nessa área foi instalado um chuveiro quente, após reivindicações das presas.

⁵⁹³ BARETTA, op. cit., p. 138.

O uso das celas solitárias como uma técnica corretiva se faz presente desde os primeiros modelos modernos de prisão.⁵⁹⁴ Em *Vigiar e Punir*, Foucault destaca a importância do isolamento, assegurado com o aprisionamento solitário, como princípio básico para garantir os efeitos disciplinares visados pelas instituições prisionais. Para além do isolamento intrínseco à prisão, que traz em si o obrigatório afastamento da pessoa aprisionada em relação ao mundo exterior, os modelos penitenciários desenvolvidos a partir do século XIX buscavam também o “isolamento dos detentos uns em relação aos outros”, de modo a tornar a pena não apenas individual, “mas também individualizante”.⁵⁹⁵ A imposição da solidão como parte da pena era tomada como “instrumento positivo de reforma”, que obrigaria o preso à reflexão a fim de provocar-lhe o remorso pelo seu crime.⁵⁹⁶ Sobretudo, o que se buscava era uma via direta para a submissão absoluta dos indivíduos, impondo ao detento o encontro “a sós com o poder que se exerce sobre ele”, como pontua Foucault: “O isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência: a solidão é a condição primeira da submissão total”.⁵⁹⁷ Dessa forma, a própria materialidade do cárcere é pensada para operar como uma punição.

O isolamento vivido pelas presas políticas nas solitárias foi total em relação à instituição prisional, uma vez que não lhes era permitido frequentar outros espaços da PFMP além da edificação na qual eram confinadas. O presídio situava-se como o local distante e inalcançável, a partir do qual se sentiam subjugadas, como pontua Marlova: “*É quase um filmezinho de terror, que você se enxerga pequenininha, num espaço reduzidíssimo, e você olha pra cima, você tem um prédio imenso, com uma freira numa janela que te cuida, que te vigia*”. Ignez, por sua vez, destaca que nunca saiu “*dali, do portão de ferro*”, vindo a conhecer o interior do presídio apenas na década de 1990, por conta de um trabalho que realizou junto às presas. Até então, conhecia somente o que sua visão alcançava: “*Conhecia era um prédio rosa, grande, assim, que eu enxergava dali onde eu tava, do meu ângulo [...]. De um lado era um prédio rosa grande, que era o presídio, e pra cá era um morro, um monte de casinha, com*

⁵⁹⁴ O modelo conhecido como Filadélfia foi empregado entre os séculos XVIII e XIX nas prisões de Walnut Street, Western State e Cherry Hill, todas situadas no estado da Pensilvânia, instituindo o isolamento absoluto dos presos em celas individuais, sem contato com outros detentos. Já no modelo de Auburn, surgida na prisão de Auburn no estado de Nova Iorque, a cela individual seria utilizada apenas à noite, sendo permitida a socialização entre os presos ao longo do dia durante o trabalho e as refeições, devendo ser sempre mantido o absoluto silêncio. Cf. FOUCAULT, op. cit., p. 230-231.

⁵⁹⁵ Ibid., p. 229.

⁵⁹⁶ Ibid.

⁵⁹⁷ Ibid, p. 230.

as roupinhas nos varal". Para Vera, esse isolamento provocava um sentimento de segregação, não pertencimento e rejeição:

A gente era tratada como um corpo estranho ao presídio. Tanto que a gente tava num lugar que era cercado de muro e de arame farpado. [...] Você tava ali, isolada de tudo e de todos. Era uma coisa muito estranha, porque era *dentro* do presídio, era um pátio enorme que o presídio tinha, e eles criaram esse bunkerzinho pra gente ficar ali dentro. [...] O que me entristecia muito no Madre Pelletier, e também acho que a Ignez e a Mara, era, é... O fato de que a gente ficava ali como um... Um ser estranho, uma coisa estranha ali. Eu tinha curiosidade de saber como era aquele presídio, eu tinha curiosidade, ainda mais que eu estudei oito anos em colégio de freira. [...] Então eu tinha essa curiosidade, e as meninas também, da gente conhecer aquelas freiras, ver, sabe, como é que elas eram... E a gente se sentia, de uma certa maneira, meio rejeitada ali.

Ainda que fossem totalmente isoladas em nível institucional, era permitida a convivência entre as presas políticas no espaço interno do cárcere. O confinamento total nas solitárias, segundo seus relatos, seria um procedimento habitual dos momentos iniciais do aprisionamento, como aponta Ignez: *"Eles faziam assim toda vez que chegava uma: fica isolada os primeiros dias, depois é que misturavam."* Passado esse período inicial, passavam a ter acesso ao pátio interno durante o dia, como relembra Mara: *"Era individual a cela, e a gente tinha livre acesso ao pátio. Que era também outra prisão, mas ao ar livre"*. Essa abertura para a convivência fora das solitárias, contudo, não era uma garantia, sendo influenciada por questões do extramuros, que poderiam resultar na reclusão na solitária, conforme destacado por Helena: *"Teve épocas que a gente ficou isolada. Quando dava aquelas tentativa de sequestro... Teve sequestro, pedido de troca. A gente ficou isolada. Não teve sol, não teve visita"*. Terezinha, em seu relato de prisão, também menciona a clausura nas celas: *"Frequentemente, permanecíamos trancadas nas celas por dias seguidos, sem receber nenhuma explicação, e mesmo a visita semanal da família era suspensa"*.⁵⁹⁸

Para algumas das presas políticas da PFMP, o isolamento permanente nas solitárias foi a regra, e não a exceção. Nara e Marlova, que tiveram passagens mais curtas pela instituição, passaram todo o período de aprisionamento trancafiadas nas solitárias, em situação de incomunicabilidade, como previsto pela Lei de Segurança Nacional, uma vez que foram para lá transferidas após poucos dias de permanência no DOPS/RS, estando ainda vigente o prazo da investigação policial-militar. Para Marlova, o acalanto para o isolamento absoluto vinha nas vozes das companheiras de prisão:

⁵⁹⁸ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7*.

Eu não podia conversar com as outras presas, porque eu estava incomunicável. E... Então... Tinha um murinho... A porta era trancafiada, aquelas portas de prisão. Com aquela janelinha curtinha que só dá a boca e o nariz. E eu conversava com as outras presas por ali. Porque como eu não podia sair, elas se agachavam atrás do muro, no muro que tinha em frente, ficavam agachadas, pra se esconderem da Madre Superiora que me controlava por ali, da janela do edifício em frente. Ela controlava porque ninguém falasse comigo. Elas se agachavam, e elas me chamavam de “Magra”, porque eu tava muito magra. Então eu ficava conversando com elas [...]. Eu me vejo lá dentro. Eu vejo as meninas, quando eu podia espiar, elas, agachadinhas ali. E tinha o muro, e em cima tinha o arame farpado, em volta. Mas era só o que eu via, entendeu? E a voz delas. Era o que me acalentava mais, é ouvir elas falarem, rirem, brincarem e tal. Porque elas podiam falar. Elas não tavam incomunicáveis.

O aparato documental analisado nessa pesquisa aponta que, considerando a necessidade de manter as presas isoladas, as celas solitárias foram sempre individuais, sem comportar mais de uma presa ao mesmo tempo. Isso influenciou no fluxo de presas políticas, de modo que a lotação máxima do local de cárcere político na PFMP nunca ultrapasse quatro mulheres presas simultaneamente, haja vista a quantidade de celas disponíveis no espaço. Na segunda fase de aprisionamento, sobretudo no ano de 1970, em um período marcado pela acentuação das ações repressivas contra as esquerdas, essa configuração ditou uma significativa rotatividade de presas políticas, com entradas e saídas quase em frequência mensal. Por alguns períodos, houve aquelas que permanecerem completamente sós, como foi o caso de Ignez, que lá esteve sozinha entre novembro de 1970 e janeiro de 1971, e Mailde, que ficou só entre os meses de abril e junho de 1971.⁵⁹⁹

Se a arquitetura possui uma capacidade não verbal de, a partir da intencionalidade de suas edificações, “transmitir mensagens que são assimiladas de modo inconsciente pelas pessoas em seu cotidiano”,⁶⁰⁰ o aviso que se anunciava explicitamente às presas políticas era as suas inadequações até mesmo diante de um espaço de cárcere. Ao serem confinadas fora do ambiente ordenado para a recuperação das almas desviantes e para a docilização das feminilidades – tal como se organizava o regime de encarceramento no prédio central da PFMP -, o grau de suas ações criminosas, não meramente desviantes, mas subversivas, as impedia de qualquer possibilidade de regeneração e reencaminhamento. Sobre elas não incidiria qualquer tentativa de evangelização, amparo e cuidado. Ao contrário, eram reiteradas enquanto corpos estranhos, desajustados, incômodos e irre recuperáveis. Como apontou Baretta,

⁵⁹⁹ Para retomar o período de encarceramento de cada presa política, ver a Tabela 9.

⁶⁰⁰ BARETTA, op. cit., p. 84.

eram mulheres que estavam fora, sendo castigadas com o isolamento e a incomunicabilidade por conta de suas escolhas políticas:

O isolamento é entendido como forma de punição e significa deixar marcado o não pertencimento, a exclusão total, pois presas políticas são inapropriadas até para a instituição prisional – fato explicitado -, quando não lhes é permitida a permanência dentro do prédio, junto com outras apenadas. As presas políticas dentro da PFMP estavam fora, fora do prédio, fora da lógica do sistema e inapropriadas socialmente, porque suas formas de ver o mundo não se adequavam ao regime político estabelecido.⁶⁰¹

Foi justamente em torno do castigo e da punição que se erigiu este espaço. Para além de se constituir como local de isolamento e segregação, as celas de aprisionamento das presas políticas foram, antes de tudo, um espaço de castigo. Nos relatos orais e escritos das mulheres que lá foram confinadas, é unânime a identificação deste lugar enquanto *celas de castigo*, que seriam originalmente voltadas à punição das internas em caso de faltas disciplinares. São numerosas as menções a este aspecto, como se pode constatar nos excertos abaixo:

Nos primeiros dias nós ficamos separadas, cada uma em uma cela. Depois elas passaram a nos deixar juntas durante o dia. Estávamos alojadas nas quatro celas que eram usadas como “solitária”, castigo para as presas comuns. (Ignez, relato de prisão)

Fomo prum lugar que era digno de filme também, entendeu. Digno de filme. Era o lugar que as pessoas ficavam, as presas ficavam de castigo. (Iara, testemunho oral)

A gente ficou só uma noite num dormitório, que não identifico onde era, era no prédio das freiras... Depois fomos pras celas isoladas, que tinham fora do prédio, que eram celas individuais, [...] usadas pra castigo das presas comuns... E era uma área isolada, uma construção pequena, bem na divisa com o Colégio São Luís. (Helena, testemunho oral)

Eu acho que nós fomos direto pras celas, que era fora do prédio principal. [...] Eram separadas. Era onde ficavam as presas especiais, que então passaram, tiraram de lá e deixaram o local só pra presas, é... Políticas. (Mara, testemunho oral)

Chegando no Madre Pelletier, eu não me lembro como foi a recepção. Porque a lembrança que eu tenho é assim: é chegar no Pelletier, e já me encontrar nas solitárias. No Pelletier, como é uma prisão de mulheres, de presas comuns, na época eles não tinham lugar pra presa política, então eles ocupavam uma coisa que na minha lembrança, na minha imagem, era uma coisa que estava no meio do pátio, um lugar que era as solitárias, que era o castigo das presas comuns. [...] E eu fui levada pra aí. (Marlova, testemunho oral)

⁶⁰¹ BARETTA, op. cit., p. 87.

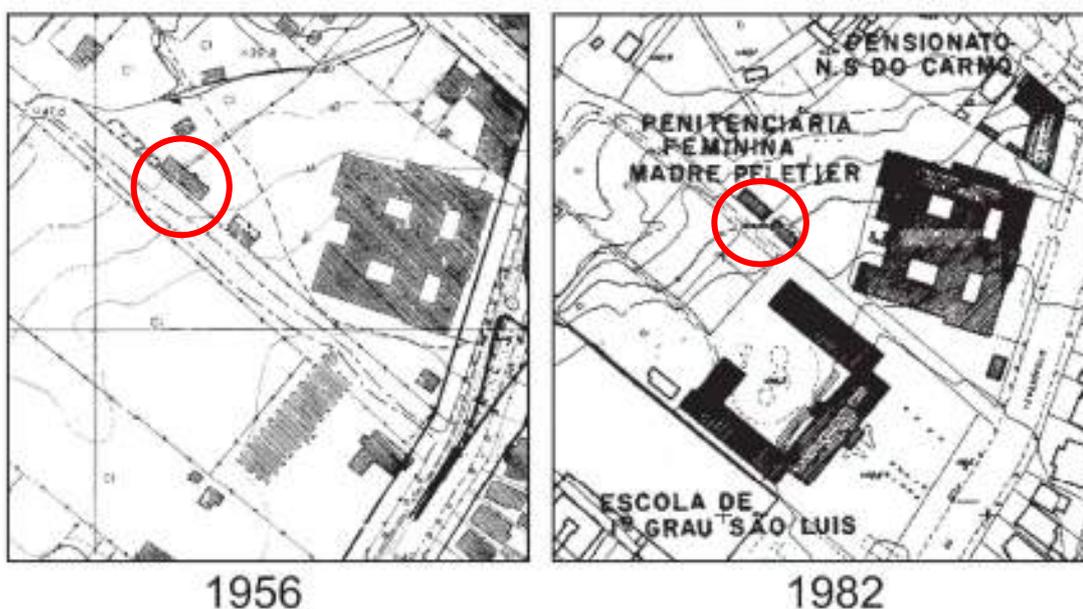
Durante a permanência no presídio, fui alojada, juntamente com as duas outras presas políticas que aí se encontravam, no setor de castigo e isolamento. (Terezinha, relato de prisão)

Quando elas [presas] têm desavença uma com a outra, ou se recusa a cumprir as tarefa, vai pro castigo. Que é a solitária. Que ali é o local de castigo. E é um castigo mesmo ficar ali, entendeu? (Mailde, testemunho oral)

Chegando no presídio encontrei Martinha que havia sido presa uns meses antes de mim e logo depois chegou Terezinha Burmeister. Nossa prisão era na solitária do presídio local destinado para o castigo das presas comuns. A solitária ficava a mais ou menos 500 metros da sede do presídio. Eram 4 minúsculas celas com portas de ferro e ferrolhos cadeados. (Mailde, relato de prisão)

A edificação mencionada como cela de castigo, que a partir da década de 1970 tornou-se espaço de encarceramento político, pode ser observada na arquitetura prisional desde a década de 1950, conforme constatado por Jocyane Baretta ao analisar o levantamento aerofotogramétrico realizado na cidade de Porto Alegre em 1956. Na ilustração abaixo, produzida por Luísa D'Ávila com base nas imagens aéreas da capital de 1956 e 1982 e apresentada na tese de Baretta, identifica-se a área utilizada para o cárcere político, circulado em vermelho:

Figura 38. Vista aérea do anexo de solitárias da PFMP (1956 e 1982).



Fonte: Jocyane Baretta/Luísa D'Ávila.

Este local é também identificado como espaço de punição na tese de Leni Colares, ao discutir a configuração da PFMP nos anos de 1960 e 1970 a partir de entrevistas realizadas com Tânia Nascimento, diretora da Penitenciária na década de 1990, que atuou na instituição como funcionária da SUSEPE durante a administração das religiosas. Embora sem enquadrá-las explicitamente como local de castigo, e mesmo propondo atenuar uma identificação como uma solitária, as celas são apontadas como espaço de penalidade para as presas infratoras da ordem interna:

Não existia “solitária”, na acepção forte (e conhecida) do termo. Existia uma construção separada, chamada de “São Miguel”, para onde a interna era mandada, caso cometesse falta grave, como envolver-se em brigas ou alguma tentativa de fuga. Neste lugar, encontrava-se um banheiro provido com água quente para o banho e um pátio para que a interna pudesse tomar banho de sol. Tânia Nascimento relata que a punição se restringia ao afastamento da presa do restante do grupo, não implicando em qualquer ato que atingisse fisicamente a detenta, continuando esta a ser assistida normalmente pela equipe da Casa.⁶⁰²

O espaço de cárcere político é ainda identificado como local de castigo pelo advogado Eloar Guazzelli, defensor de Ignez, em requerimento de relaxamento de prisão endereçado ao Juiz Auditor em outubro de 1970. No documento, aponta que sua cliente se encontrava “recolhida ao local denominado ‘São Miguel’ do Presídio Feminino Madre Pelletier (Bom Pastor)”, descrevendo este espaço: “O local a que está recolhida a postulante destina-se às detentas rebeldes ou portadoras de moléstias infecto-contagiosas, é um pequeno pavilhão cercado de muros altos, ao que parece antiga garage precariamente adaptada em celas fechadas.”⁶⁰³

Em reportagem produzida pela Zero Hora em 1975, uma interna do prédio central denuncia a existência das celas de castigo – como já citado no preâmbulo deste trabalho -, apontando que estas “ficam lá embaixo, onde ninguém levará vocês”.⁶⁰⁴ Posteriormente à saída das presas políticas, em relatório produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (CCDH) ao investigar as condições de encarceramento na PFMP, este mesmo local passa a ser identificado como

⁶⁰² COLARES, op. cit., p. 131.

⁶⁰³ Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100. Pasta BNM 094, p. 1504. O documento está disponível para consulta no Anexo 4.

⁶⁰⁴ ZERO HORA, op. cit.

“DOPS”, descrito como “um lugar fora do prédio, onde são aplicadas as sanções”⁶⁰⁵ e “destinado às presas para o cumprimento de isolamento”,⁶⁰⁶ conforme indicado por funcionários, pelas próprias presas que lá se encontravam detidas, e constatado em visitas de magistrados e membros do CCDH a esta instalação. Neste espaço, as presas seriam expostas não apenas ao isolamento, mas a severas restrições e violências, como denunciado no Relatório Azul:

Em Juízo, a apenada S.A.C. alegou que, após ter sido transferida para o regime semiaberto, passou a sofrer restrições, sendo proibida de ir ao pátio e ser conduzida algemada mesmo nas consultas médicas. Relatou ter sido transferida, em função de uma ocorrência administrativa, para a cela conhecida por “Dops”, local destinado às presas para o cumprimento do isolamento, ficando recolhida apenas de calcinha. Nesse local, segundo as declarações, geralmente não é fornecida alimentação, nem água. Ao gritar solicitando água e um colchão, obteve como resposta de um agente ser pouco o que passava, tendo, então, colocado uma mangueira através de uma janela existente no alto da parede, atirando água sobre ela. Nessa ocasião, ainda, teria sido picada por uma aranha. Salientou as más condições de alimentação do estabelecimento, tanto em quantidade como qualidade. A comida servida às presas era normalmente arroz cru, feijão, mondongo ou coração de cor escura de um bicho que afirmou não saber qual é. Relatou que, no mês de junho, um policial militar embriagado subiu nas janelas e ameaçou as presas com a arma, até ser retirado do local pela Brigada Militar. Em função do fato, duas presas haviam sido colocadas no castigo. [...]

O tal isolamento, já relatado em audiência à VEC [Vara de Execuções Criminais], constitui-se de quatro celas situadas no pátio do estabelecimento. Essas celas não possuem água, cama e muito menos higiene. A única janela é uma pequena abertura no alto de uma das paredes (provavelmente a janela referida por uma das apenadas em audiência, onde, no inverno, teria sido colocada uma mangueira para molhá-la quando pediu água.). As celas foram abertas. Dentro delas foram encontradas três mulheres, duas recolhidas juntas.⁶⁰⁷

O “São Miguel” ou solitárias de castigo, ao transformar-se em DOPS, concretiza-se em torno de um legado de arbitrariedade e graves violações aos direitos humanos das mulheres presas que foi intrínseco à sua configuração. Símbolo da lógica de violência e castigo contra as presas, contundente ao ponto de ser batizado em alusão a um órgão estatal amplamente reconhecido (e temido) por casos de tortura física e psicológica, as denúncias dos abusos ali cometidos durante a década de 1990 acabam por informar, também, de seus trajetos

⁶⁰⁵ ASSEMBLEIA Legislativa do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (CCDH). *Relatório Azul 1996*. Porto Alegre, 1997, p. 142.

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 144.

⁶⁰⁷ *Ibid.*, p. 144-145.

anteriores, com práticas de desumanização que se faziam presente no cotidiano das presas políticas dos anos de 1970. São muitas as linhas que conectam estas meadas ao delimitar este espaço como um local de castigo, insalubridade e privações.

5.2.2 Condições de alojamento e insalubridade

Nas memórias das militantes, é recorrente o detalhamento das situações de insalubridade às quais foram expostas no aprisionamento na PFMP. A precariedade vivida no cárcere se situa com centralidade em seus relatos ao projetar-se como experiência inédita em suas trajetórias de vida, destoante das condições dignas de moradia, alimentação e sobrevivência que antes tinham acesso. Suas experiências pessoais dialogam, dessa forma, com aspecto estruturais do sistema prisional brasileiro, que fazem das prisões espaços de precarização e degradação da dignidade das pessoas prisioneiras, transliterando a *perda de liberdade* em *perda de dignidade*, como destacam Ravagnani, Neves e Ito ao analisar os processos contemporâneos de encarceramento no Brasil:

Diariamente ocorre na prática a constante violação de direitos e a total inobservância das garantias legais asseguradas, seja durante o cumprimento das penas privativas de liberdade, ou mesmo dos que estão encarcerados provisoriamente. A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado, não lhe é retirado apenas o seu direito de liberdade, mas os demais direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando o preso a ter um tratamento execrável, que acarreta a perda de sua dignidade, num processo que não oferece nenhuma condição de preparar o seu retorno à sociedade. [...] As condições precárias e desumanas a que estão submetidos os apenados, em celas superlotadas, sem condições de higiene e insalubre propícias à proliferação de doenças transformam a perda da liberdade em perda da dignidade, em total descompasso com os princípios de direitos humanos dos detentos.⁶⁰⁸

Se a escassez alimentar, o desamparo médico e a exposição a condições de insalubridade compõem elementos recorrentes no sistema prisional brasileiro,⁶⁰⁹ não significa, contudo, que tais situações possam ser minimizadas e naturalizadas enquanto parte de uma

⁶⁰⁸ RAVAGNANI, Christopher Abreu; NEVES, Bruno Humberto; ITO, Josielly Lima. Pena de prisão: cerceamento da liberdade ou perda da dignidade humana? *Revista Jurídica Unigran*, Dourados, v. 19, n. 38, p. 111-112, p. 120, 2017.

⁶⁰⁹ Cf. ASSIS, Rafael Damasceno. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, Brasília, n. 39, 2007; NEVES, Lícia Jocilene das. Da proteção à integridade do preso. *Dom Helder Revista de Direito*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2018.

estrutura intocável. Ao contrário, devem ser encaradas e denunciadas naquilo que são: severas violações à integridade física e moral dos prisioneiros e prisioneiras.

No caso das presas políticas encarceradas na PFMP, a mobilização dessas violências carcerárias institucionais foi também uma via de violação específica. O modelo de aprisionamento das internas do prédio central, situado como o padrão do que seria o cárcere na Penitenciária, erigia-se em preceitos de humanização, cuidado e acolhimento, reforçando-se uma imagem pautada em um senso comunitário, na valorização da domesticidade, da vida religiosa e do trabalho, e na garantia de boas condições de alojamento e sobrevivência. A reportagem veiculada no Jornal Zero Hora sobre o relatório produzido pela Cruz Vermelha em 1975 acerca do cárcere nas instituições prisionais brasileiras destaca que as presas da PFMP eram “alimentadas cinco vezes por dia e a quantidade de alimentação é suficiente”; recebiam insumos para higiene pessoal, como “toalha, sabonete e pastas de dentes”; dispunham de “cobertores em número suficiente” para encarar os dias frios; e usufruíam de atendimento médico, com acesso a “quatro médicos, um psicólogo e dois dentistas, que visitam as presas três vezes por semana”.⁶¹⁰ Embora não seja possível tomar por absoluto estes dados, possivelmente definidos a partir de informações concedidas pelas administradoras do presídio interessadas em defender a qualidade da instituição e a cautela no trato com as prisioneiras, é possível afirmar, contudo, que o regime de encarceramento político se instituiu ao revés de qualquer parâmetro mínimo de cuidado e bom provimento.

As primeiras militantes a chegarem às solitárias em 1970 descrevem o lugar como um espaço imundo, que precisou ser higienizado por elas mesmas, como narra Helena: “*Tava muito sujo, a Maria Aparecida pediu creolina, material de limpeza, e cada uma de nós fez uma limpeza*”. Ignez ressalta os mofos que se formavam com a umidade: “*As celas eram insalubres, úmidas, formavam uma umidade na parede. A minha cela eu fiz vários desenhos nos mofo, [...] então a minha parede era cheia de figuras fantasmagóricas*”. A questão do mofo e do calor sentido nas celas é também destacada por Terezinha em seu relato de prisão, que lá esteve no verão. Mailde, presa no mesmo período, comenta que a cela ficava infestada de moscas nos dias de alta temperatura. Já Vera, que foi presa nos meses de inverno rigoroso, relembra que “*as celas eram muito geladas, muito geladas mesmo*”. As primeiras presas, mesmo nessas temperaturas adversas, eram obrigadas ao banho frio, que só pôde ser substituído por um chuveiro quente, instalado no exterior das celas, após uma demanda coletiva, como lembra Ignez: “*Pelo menos o chuveiro quente eles fizeram lá pra nós, fizeram*

⁶¹⁰ ZERO HORA, op. cit.

um puxadinho num canto lá, e fizeram um chuveiro quente, elétrico, pra gente tomar banho. [...] Foi uma das demandas que a gente fez, porque o banho era só água fria, nesse inverno horrórico daqui...”.

Enquanto se afirmava que as internas da PFMP tinham “alimentação farta e sadia”,⁶¹¹ com diversas refeições ao longo do dia, as presas políticas recebiam alimentos muitas vezes intragáveis e escassos. Terezinha registra que “a comida era insuportável. Em uma ocasião, mesmo a freira responsável pela cozinha reconheceu que a comida estava podre”.⁶¹² No relato de prisão, Mailde assinala que a alimentação na PFMP “às vezes era tão ruim que não conseguíamos comer e se não tínhamos nada trazido pelas nossas visitas ficávamos com fome. Outras vezes, encontrávamos barata, merda de rato, moscas e outras coisas na comida e não conseguíamos comer.”⁶¹³ Em seu testemunho oral, define a comida como “comida de presídio”: “*Era comida de Presídio, né? A carne era dura, o arroz era liguento, o feijão era duro, entendeu? Verdura, quase nunca*”. Para Helena, que esteve presa meses antes da chegada de Terezinha e Mailde, a recordação sobre a alimentação também é negativa. Define a comida como “*ruim, ruim pra caramba*”, e complementa:

A comida era meio intragável. O café era feito num bule sujo, porco, vinha numa coisa, não sei o quê... Eca, gosto de requentado... Era ruim o café. E eu não me lembro de como era o pão, mas era horrível... Eu, em vez de emagrecer, eu engordei. Aí quando eu contei isso pra minha cunhada, a irmã do Paulo, e eu disse assim: “Eu não sei como é que eu engordei”. “Ué, porco não engorda na encerra?”. A minha cunhada me largou essa, eu fiquei em estado de choque. É, na encerra o porco engorda. É... Tem lógica.

Para além da exposição a condições de insalubridade e debilidade nutricional, que impactavam em danos na saúde das presas, essas mulheres foram também diretamente atingidas pela negligência médica e odontológica. Terezinha aponta ter enfrentado um problema dentário por muitos dias sem qualquer assistência até finalmente receber atendimento. Helena rememora uma única ocasião de visita inesperada de um dentista que, em sua percepção, tratou-se de um procedimento para mapeamento da arcada dentária das presas: “*Vibrei quando íamos no dentista. Foi só pra mapear a boca de todo mundo. Tinha que ter uma forma de identificação de corpos, porque não sabiam o futuro. Até a minha arcada dentária, todo o formato foi levado... É um cara que veio mapear.*”

⁶¹¹ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 115b.

⁶¹² ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6874-1200/98-7*.

⁶¹³ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 3127-1200/98-7*. Porto Alegre, 1998.

Marlova, detida com um sério ferimento na mão, passou dias na Penitenciária sem ter seu curativo trocado, com riscos de infecção. Quando conseguiu ser conduzida à enfermaria da PFMP, não foi adequadamente atendida e precisou ela mesma realizar a troca da bandagem:

Veio um sujeito, que se dizia médico, que não dizia uma palavra, acompanhado da freira... Me levaram a enfermaria pra fazer o curativo. Como eu tava muito debilitada e comendo muito pouco, aquele cheiro de desinfetante, eu quase desmaio. E o cara me olhava com cara de nojo, e ele diz que não sabia fazer curativo. Era médico, se dizia médico. E a freira disse pra ele assim: “Ai, eu também não. Eu só sei cuidar de presa”. Então... É... As coisas pra fazer o curativo tavam ali em cima da mesa, eu fui tirando as gazes e tal, e na presença deles, porque eles não me ajudaram, eu fiz o meu curativo.

Mailde contraiu uma infecção grave em decorrência da inospitalidade do local de encarceramento e da negligência da administração:

Ao lado da cela tinha uma pocilga. As moscas azuis e pretas invadiam a minha cela. Uma manhã comecei a ter fortes dores de cabeça, meu nariz estava inchado, com uma coriza sanguinolenta e mal-cheirosa. As freiras foram avisadas. Madre Beth veio ver-me e disse que era uma espinha infeccionada. Eu já estava com febre. Fui levada para o hospital da Brigada Militar e foram tirados dois enormes bernes do meu nariz. Quem me atendeu foi um capitão-médico, ficou apavorado, disse que não imaginava que as presas políticas do R.G Sul ficavam isoladas numa solitária expostas a tudo.⁶¹⁴

Ignez, após ter sofrido um estupro em uma das sessões de tortura no DOPS/RS, passou por um aborto realizado dentro da solitária onde estava aprisionada. O procedimento, que era de conhecimento das autoridades da PFMP - uma vez que uma agente penitenciária fora comunicada da possibilidade da gravidez -, foi executado em total desacordo com os cuidados de biossegurança, submetendo a paciente a uma grave infecção, que muito tardou a ser tratada:

Minha menstruação falhou, e eu falei lá pra agente penitenciária, eu disse o que tinha acontecido, e eu disse: “Eu não to menstruando”. Aí o médico, que era o mesmo médico, o mesmo cara que nos acompanhava na tortura [...]. Esse cara fez curetagem. Me fez uma curetagem, que se eu tivesse algum feto já saiu ali. [...] Lá na cela. Sem assepsia nenhuma. [...] Aí o cara fez a curetagem, e com isso eu fiquei com uma metrite violenta. Escorria pus pela minha perna. Era uma coisa horrorosa, porque foi uma coisa sem assepsia nenhuma, né, cara, e a sangue frio ali. [...] Eu fiquei mais de mês.... Eu fui fazer tratamento desse problema que eu tava no útero só em janeiro, final de janeiro, quando eles me levam pro hospital da Brigada Militar. Fiquei meses.

⁶¹⁴ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 3127-1200/98-7*.

O major, que era o diretor médico da Brigada do hospital, foi quem me atendeu. Ele disse que mais um pouco eu ia ficar estéril, tal estado que tava o meu útero.

Por este emaranhado de *violências institucionais*, o regime de encarceramento político na PFMP entre os anos de 1970 e 1971 compôs-se por severas privações e violações à integridade das detentas. Neste espaço, foram duplamente atingidas pelas dores que, segundo Maria Lucia Karam, permeiam as instituições prisionais: para além das “dores inerentes à privação de liberdade” – tais como “a limitação do espaço, a impossibilidade de ir a outros lugares, de buscar e estar com quem se deseja; o isolamento, a separação, a distância do meio familiar e social; a perda de contato com experiências normais da vida” -, foram também assujeitadas às “dores físicas” resultantes da situação de insalubridade – “provocadas pela falta de ar, de sol, de luz, pela promiscuidade dos alojamentos, pela precariedade das condições sanitárias, pela falta de higiene, pela alimentação muitas vezes deteriorada”.⁶¹⁵

O encarceramento em um local de prisão, dessa forma, constituiu-se desde uma configuração ambígua: ao mesmo tempo em que se viam salvaguardadas da violência extrema e direta perpetrada contra seus corpos, tal como vivido no DOPS/RS, passavam a ser atacadas desde outras incidências da violência. Se não pelas vias do toque explícito e da tortura física, ainda assim seus corpos foram flagelados. Afinal, para além de todas as implicações psíquicas, eram as suas integridades físicas o elemento fulcral de negligência ao serem acomodadas em celas minúsculas, expostas à sujeira, a temperaturas extremas e à proliferação de insetos, sem acesso a uma alimentação digna e impedidas de atendimentos médicos de qualidade. Abaixo, a ilustração que destaca a exiguidade do interior das celas, ainda que seja possível percebê-las como um espaço sufocante, apertado, inabitável, não dá conta de dimensionar as dores que este espaço poderia produzir:

⁶¹⁵ KARAM, Maria Lucia. Psicologia e sistema prisional. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5, 2011.

Figura 39. Interior das solitárias de aprisionamento político.



Fonte: Mari Froner (Ilustração elaborada para essa dissertação).

5.2.3 Mecanismos para a humilhação e fragilização

Para Foucault, os sistemas punitivos sempre se enredam em torno dos corpos: “Ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão.”⁶¹⁶ Nessa direção, sem deixar de ter o corpo como alvo das engrenagens punitivas, o cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi ordenado a partir da *redefinição das violências*, que ganharam expressões próprias, seja pelas formas de restrição e precariedade impostas às presas, como pelos novos mecanismos de humilhação contra elas direcionados.

Nesta seara, as militantes citam práticas cotidianas que moldaram o regime de encarceramento na instituição e que repercutiram em percepções de subjugação e rebaixamento moral. Destacam, por exemplo, a necessidade de solicitar aos guardas o

⁶¹⁶ FOUCAULT, op. cit., p. 29.

acionamento da descarga do vaso sanitário, que só poderia ser controlada externamente, como apontado por Ignez: *“Tu ia no banheiro, tu tinha que chamar o guarda, pra pedir pro guarda dar descarga. Então tudo é feito pra te humilhar. Até tu fazer xixi e cocô, as tuas necessidades fisiológicas, entendeu, tu tinha que pedir pro cara vir, é pra te humilhar.”* Nessa imposição, muitas camadas. Para Baretta, revela-se aí um propósito de “quebrar qualquer tentativa de privacidade ou individualidade, deixando claro que havia controle até sobre as necessidades fisiológicas”.⁶¹⁷ A partir de Goffman, pode-se também entender nesse ato uma manifestação aguda da perda da escolha pessoal e da liberdade de ação, comum às instituições totais, que ao cercear atos de autonomia e decisão, acarreta a infantilização das pessoas presas, impossibilitando-as de executar qualquer tipo de “competência executiva adulta”.⁶¹⁸ Para além de um gesto de anulação da individualidade e de impedimento de mínimas ações autônomas das presas, buscando alocá-las em posição de total dependência a terceiros, acresce-se neste ato mais uma exposição à insalubridade, uma vez que eram obrigadas a conviver com seus excrementos fisiológicos sem nenhum tratamento sanitário, até o momento em que a descarga seria acionada por um agente externo.

Intentos e efeitos semelhantes podem ser localizados também na obrigatoriedade de manter a luz artificial da cela acesa vinte e quatro horas por dia. Mais do que indicar um sentido de “ineficiência pessoal” da pessoa presa,⁶¹⁹ esta imposição se relaciona também a um protocolo de vigilância, simbolizando um controle direto sobre os corpos dessas mulheres, como apontado por Ignez: *“Os brigadiano queriam que ficasse a luz acesa porque eles querem olhar pela vigia, porque eles eram responsáveis pela segurança, queriam ver como é que nós estávamos. Então tu era obrigado a dormir com a luz acesa. Não queriam que apagasse a luz”*. Ao mesmo tempo em que a luminosidade se associava à exposição das presas aos seus vigias, compunha-se também como um elemento de desorientação, obrigando-as à claridade mesmo durante a noite, como citado por Helena – *“Não tinha noites escurinha, né. Era a luz acesa o tempo todo”* – e por Mailde – *“Durante a noite, tinha que ficar acordada, porque a luz da cela tinha que ficar acesa”*.

Sendo um elemento constante no período inicial dessa segunda fase de aprisionamento, a incidência absoluta da luz artificial foi, em outros momentos, substituída pela imposição da escuridão, como na época em que Vera esteve presa: *“No Madre Pelletier a gente não controlava luz. Sete horas da noite eles apagavam do lado de fora, sei lá de onde, e*

⁶¹⁷ BARETTA, op. cit., p. 82.

⁶¹⁸ GOFFMAN, op. cit., p. 46.

⁶¹⁹ Ibid., p. 48.

só no outro dia... Eles deixavam um pouquinho acesa, seis horas, seis e pouco, quando a gente entrava, depois puf, apagavam de novo.” Nessa direção, também sugerindo o escuro como regra, Nara relembra o pedido para que os guardas mantivessem a luz acesa, de modo a não precisar encarar o breu que a atemorizava: *“Eu pedi pra manterem a luz acesa, porque eu tinha medo do escuro. [...] Naquele momento eu não conhecia o território. E pra mim ter a luz... Não era uma puta luz, eu me lembro da cela mais em... penumbra.”*⁶²⁰

O ordenamento para a humilhação e sujeição das prisioneiras políticas nesse espaço de cárcere percorre um caminho que parte das intencionalidades da própria arquitetura prisional, provocando, a partir do isolamento, uma percepção de isolamento e rejeição; passando pela precariedade nas condições de alojamento, ao furtá-las do mínimo para uma vida digna e transformando o seu espaço de permanência em um local inabitável, demarcando assim uma intenção desumanizadora; avançando aos mecanismos que reforçam a dependência e a ineficiência pessoal, buscando desprovê-las de qualquer agência e situá-las como subjugadas e inferiores; e chegando enfim às instâncias violadoras perpetradas de forma direta, por ações individuais, cujo fim se encontrava também na desmoralização e amedrontamento das prisioneiras. Nesse sentido, podem ser lembradas as agressões verbais proferidas pelos guardas, citadas por Ignez: *“Alguns deles eram nojentos, vinham falar barbaridades pra gente. Chamar de puta, não sei mais o que, aquelas coisa, baixaria, sabe. [...] Os brigadiano direitoso, nazi, que gostavam de nos xingar, de nos destratar”*, assim como o ato intimidador de um guarda, que se fixa na memória de Nara: *“Eu lembro dum rosto. Não sei quem era ele de corpo inteiro, nunca vi. Mas eu lembro do rosto. Ele ficava lambendo os lábios. Então uma atitude vil. Sabe? De... Foi um negócio muito pesado.”*

5.2.4 As transferências forçadas ao DOPS/RS

Nesse espaço, ao contrário do esperado com a transferência para um presídio, as militantes não estavam a salvo, o que pode ser entendido também a partir das remoções forçadas ao DOPS/RS, que foram fator constante nessa segunda etapa de aprisionamento, quando todas as presas ainda se encontravam em prisões cautelares, seguindo à disposição das

⁶²⁰ Situando cronologicamente estes relatos tem-se, nos primeiros meses da segunda fase de aprisionamento político na PFMP, a imposição da claridade artificial (como apresentado nos testemunhos de Ignez e Helena, e igualmente constatado no relato de prisão de Eliana), que é depois substituída pela possibilidade da escuridão, em torno do mês de julho, que se relaciona ao período de encarceramento de Vera. A iluminação constante é novamente imposta no ano seguinte, quando Mailde esteve presa, a partir do mês de fevereiro de 1971.

autoridades policiais para a elaboração dos inquéritos policiais-militares antes de serem remetidos à Justiça Militar. Em outras palavras, isso significa que, mesmo que estivessem instaladas em uma instituição prisional, continuavam expostas à possibilidade de interrogatórios em um espaço que associavam ao terror, gerando um sentimento permanente de insegurança. O medo constante de voltarem a ser torturadas, combinado à ausência de qualquer prerrogativa de proteção que pudesse lhes defender dessas sevícias, as faziam imergir numa condição de terror psicológico. A permanência na PFMP, desse modo, instituía-se sob um cenário de fragilidade.

A chegada dos representantes do DOPS/RS para retirá-las da Penitenciária para novos interrogatórios foi percebida auditivamente por algumas presas com o barulho do veículo utilizado pelos policiais, levando-as a desenvolver o que chamam de “*trauma da kombi*”, assim descrito por Ignez:

A kombi vinha, e as freira também tinha uma kombi, então quando a gente escutava o motor de kombi, a gente desenvolveu um trauma com a história do motor de kombi. Tu não sabia se era motor de kombi das freira ou era do DOPS. E quando o DOPS vinha, ou quando a gente ia pra lá, era pra quê? Pra fazer entrevista lá com esse tal major, ou era pra ser torturada de novo. Não sabia. Então tu ficava naquela insegurança permanente.

Tal *insegurança permanente* se instaurava a partir da permeabilidade dos eventos do extramuros no regime interno de encarceramento, uma vez que as remoções para novos interrogatórios se desencadeavam a partir de operações de repressão às esquerdas, buscando coletar ou averiguar informações com as presas acerca das organizações às quais eram vinculadas, forçando-as assim a depoimentos que, não raro, eram conduzidos à base de severas violências físicas. Como sistematiza Ignez, “*cada vez que alguém caía e falava coisas que dizia que eu sabia, os cara me levavam de volta lá no DOPS. Iam me buscar, de novo me botar na acareação e torturar. Isso aconteceu várias vezes.*”

Com uma configuração distinta dos episódios iniciais de detenção, quando a tortura era apenas temida, mas ainda não vivenciada pelo corpo, estes episódios significavam o retorno a uma experiência traumática associada a situações-limite. Mais do que isso, poderiam ter incidências violentas ainda mais intensas, em punição ao que as presas teriam anteriormente calado, como apontado por Flávia Ribeiro: “Qualquer informação nova que surgisse nas salas de torturas da ditadura, implicando o nome ou codinome de alguém que já estava nas instituições de reclusão, poderia significar o seu retorno aos interrogatórios, de

forma ainda mais violenta, por ser também uma punição pelo silêncio anterior.”⁶²¹ Dessa forma, o retorno aos locais de interrogatório se difundia como ameaça constante, irradiando-se como ato de intimidação que, se concretizada, poderia se tornar potencialmente irreversível, seja pelos resultados fatais da violência, como nas reminiscências do trauma.

Nos episódios de remoção das presas da PFMP, suas permanências no DOPS/RS poderiam durar algumas horas, como foi o caso de Helena, Nara e Mara; ou se estender por períodos mais longos, como ocorreu com Ignez, que relata ter permanecido cerca de três dias fora da Penitenciária para interrogatórios. Essas retiradas para o DOPS foram, muitas vezes, ditadas por práticas violentas, manifestadas em expressões psíquicas e físicas. Iara lembra que neste contexto conheceu Antonieta e Maricota: *“A gente saiu do Presídio, foi pra lá, e eles apresentaram a Antonieta e a Maricota. A Antonieta era uma máquina de choque de 220 e a Maricota era de 110 [volts].”* Ignez passou por simulações de assassinato: *“Eles simularam me matar... Me degolar, com faca e tudo, nessas idas do presídio pro DOPS. Foi nessas idas e vindas do DOPS”*. Em uma dessas ocasiões, sofreu um estupro coletivo:

Numa dessas vezes eu fui violentada. Só que eu não sei quem foi. Eu tava encapuzada, e foi nessas idas do presídio pro DOPS. E aí... Eu fui, fui estuprada. Fui estuprada. A impressão que me deu é que era mais de uma pessoa. Mas eu não sei. E não sei quem são, quem foram. Porque foi de noite, e eu tava encapuzada. Me prenderam, me algemaram na... Me algemaram na cama, os braço assim, sabe. Foi horrível. Eu desmaiei, foi aterrorizante. Aí, em função disso, eu engravidei.

Mesmo quando não submetidas a torturas corporais, as remoções para o DOPS/RS eram sempre assimiladas com medo e desespero. Na percepção de Nara, que foi conduzida para interrogatórios quase diariamente durante o seu período de permanência na PFMP, *“toda prisioneira tinha aquela sensação, aquela angústia, um medo de ser levada pro DOPS. Algumas pra sessões mais fortes de tortura, mais terríveis, outras pra ameaças, pra sessões mais... menos fortes”*. Mara lembra essas recapturas como episódios ostensivos, *“bastante traumatizantes, com os guardas todos armados, como se a gente fosse fugir ou qualquer coisa assim, e carro na frente, carro atrás, aquele espalhafotoso tudo, porque podia haver uma ação armada pra nos libertar”*. Nas vezes em que foi retirada da Penitenciária, destaca ter sentido um pavor, *“medo de começar outra vez a pauleira”*. Com isso, qualquer possibilidade de retirada do espaço carcerário instaurava o pânico entre as presas, como ocorreu na saída de Vera que, antes de ser libertada, foi encaminhada ao DOPS/RS: *“Quando eles chegavam era*

⁶²¹ RIBEIRO, op. cit., p. 122.

um certo alvoroço, quando eles foram me pegar. Ai quando eu falei pras meninas que eu ia embora, todo mundo ficou em pânico, não sabia o que ia acontecer.”

O regime de encarceramento forjado na segunda fase de aprisionamento político na PFMP, dessa forma, dissociava-se da pretensa segmentação e linearidade entre os espaços punitivos que, categorizados entre locais de interrogatório e locais de prisão, poderiam representar alguma estabilidade e salvaguarda às pessoas presas quando da transferência para uma instituição prisional, situando esse estágio como o ponto final nos espaços da repressão. Ao contrário, o que se expunha era um trajeto sobrepujado e um trânsito frequente entre os diferentes cenários da engrenagem repressiva, que alternavam as paragens e as práticas da violência, mas se ordenavam em torno de uma mesma lógica punitiva. Nas palavras de Marlova, “*são formas diferentes de uma mesma repressão*”:

No DOPS, você tá perto da “administração”, vamos dizer, entre aspas. Tá o torturador, o interrogador, ali contigo. E o outro [a PFMP] é a punição no sentido de ficar encerrada, incomunicável. [...] Sem o maltrato físico, no meu caso, psicológico. No Pelletier, é o tratamento sem o torturador. Mas uma outra forma de torturar também, que é encerrando, isolando, encerrando, e isolando, completamente. São formas diferente duma mesma tortura.

Em confluência a esta observação, Nara destaca sua compreensão sobre o vínculo entre o DOPS e a PFMP, indicando esta como uma antessala do local de interrogatório, e destacando a percepção sobre a continuidade e colaboração entre estes espaços de produção de dores:

A ideia [...] é que o Madre Pelletier era mais, aspas, “tranquilo”. Ou poderia ser. Lá não tinha gritos. Era um local asqueroso. Um local onde tu tava, eu tava presa, não tinha liberdade, mas era um local onde tu, pelo menos eu senti assim, que não ia alguém entrar e dizer: “Tu vai ser torturada. Tu vai, nós vamos te torturar”. Por que que eu sentia isso? Não sei, porque na verdade isso poderia ter acontecido. Não sei. [...] Claro que eu acho que são duas coisas que tão totalmente interligadas, porque tu não tá de férias no local prisional, tu tá de castigo, tu tá à disposição, tu tá à mercê, tu não tem liberdade sequer de sair da tua cela, e conviver com outras prisioneiras. Tu não tem. Então tu tá à disposição. É um local de castigo, tá interligado ao outro. Eu tô à disposição pra ser levada pro local da inquisição, do interrogatório. Entretanto, pra mim, soava como um local onde eu tinha que me controlar, tá sempre controlada, me cuidando. Mas soava como um local, digamos, menos, menos perigoso. Menos ameaçador do que o DOPS. Menos, menos. [...] Acho que tem um laço, tem um vínculo entre os dois, houve esse vínculo muito forte. [...] Porque era um local [PFMP] perturbador também. Totalmente. De certa maneira... É uma antessala, uma antessala, separada, uma antessala do local do interrogatório. Mas violento. Violento no sentido daquilo que eu colocava antes: a violência se expressava ali com o fato de tu tá guardada, e guardada com guardas, com a plena acepção da

palavra. [...] O que eu guardo é a ausência de oxigênio. Tão tirando teu oxigênio na prisão. Mesmo que a prisão, não estejam te batendo, te dando murro, te ameaçando, tu tá prisioneira. Então essa é a sensação.

Ignez também reflete sobre a especificidade das violências sofridas na PFMP, em muito associadas à *tortura psicológica* advinda da instabilidade ali instaurada:

O DOPS significava tortura. Tortura, tortura, tortura mesmo. A prisão, o Madre Pelletier, era a tortura psicológica, porque tu tá presa. Mas é uma outra conotação... Mas também é uma tortura. Principalmente com essa instabilidade que havia. Uma hora tu tinha visita, outra hora tu não tinha. Uma hora vinha o DOPS te levar pra tortura de novo, ou pra fazer acareação, ou pra fazer um depoimento. Aí depois pararam, quando pararam com a história da tortura, melhorou. Mas até lá, era uma tortura psicológica permanente, né. Não só pra mim como pras gurias.

Por estes percursos, ainda que internamente as presas políticas não fossem submetidas a ações diretas de tortura, as incidências de violência próprias da PFMP - como a conformação em um regime de encarceramento pautado no isolamento e na segregação, todas as condições de inospitalidade e desassistência às quais eram expostas nesse recinto e a porosidade para as intervenções externas e para contínuas remoções para um local de terror – endereçavam este local incessantemente como um sítio do castigo. Estar presa política na Penitenciária Feminina Madre Pelletier não significava estar ileso às violações, mas experimentá-las por outras faces e doses.

5.2.4 Cenas do cotidiano

O cotidiano das presas políticas na PFMP foi impactado pela instabilidade decretada desde o extramuros para além das saídas forçadas ao DOPS/RS, fazendo-se notar internamente em supressões do que até então se colocava como a rotina. A convivência com as companheiras de prisão, o horário delimitado para o “banho de sol”, a possibilidade de ler um livro, receber a visita de um familiar ou de tomar banho quente, eram tão frágeis quanto, do muro para lá, faziam-se céleres as operações, completamente desconhecidas das mulheres isoladas de contato com o mundo exterior, que visavam a desarticulação das organizações clandestinas das esquerdas. Como aponta Ignez, “*Se acontecesse qualquer coisa fora do presídio, qualquer instabilidade, qualquer coisa, eles cortavam tudo. Cortavam sol, cortavam a convivência, cortavam as visitas. [...] Era muito instável. Uma hora tava bom, uma hora tava ruim. Muito instável.*” A instabilidade, nessa etapa do aprisionamento, colocou-se como

a regra. Foi na excepcionalidade, em momentos de “calmaria”, que se ensaiou a organização de uma rotina carcerária, com a imposição de protocolos repetidos diariamente, formatados especificamente para as presas das celas de castigo.

No prédio principal, a ordem dos dias se convencionava por outros parâmetros. Os ritos religiosos e as atividades laborais sedimentavam a base da rotina das internas. Nas atas das reuniões, pulverizam-se entre os registros das religiosas alguns fragmentos do cotidiano das presas do prédio central, como a reza do terço; horários para o “levantar” e “deitar”, sob a supervisão das Irmãs; a participação diária nas aulas de ensino básico e profissional, intituladas “instrução”, e em encontros de evangelização realizados uma vez por semana; a distribuição das tarefas de limpeza dos corredores e salas da Penitenciária; a dedicação laboral na padaria, cozinha, e ateliês de costura; e a frequência semanal nas missas realizadas na Capela, com momentos de confissão ao padre. Para além desses procedimentos diários, alguns episódios extraordinários também compunham a vida no cárcere, como os retiros das Internas, enquanto períodos de intensificação das reflexões religiosas; a saída para passeios sob a supervisão das freiras; confraternizações especiais de fim de ano, com almoços especiais, lanches e troca de presentes; e a recepção de autoridades, com apresentações de canto e boas-vindas.⁶²² Na tese de Leni Colares, assim é sistematizado o cotidiano das presas na década de 1970:

As rotinas eram definidas pela oferta de Missas diárias, que a presa poderia ou não comparecer. Os horários eram rigorosamente estabelecidos: as detentas deveriam acordar às sete horas, quando então deixavam seus dormitórios; os quartos eram fechados e as internas se dirigiam ao andar inferior, onde faziam as refeições em uma cozinha comum e realizavam atividades laborais, só retornando à noite para seus aposentos onde, tal como os internatos, havia grandes dormitórios com até 30 camas. Já as atividades de trabalho ofertadas incluíam os serviços de lavanderia, cozinha, encadernação de livros destinados à Ordem das Irmãs Paulinas, trabalhos manuais como crochê, tricô, entre outros, e o cultivo de hortaliças e jardinagem. As presas mais velhas e ou com limitações físicas, ou mesmo psíquicas, eram dispensadas de atividades laborais.⁶²³

Na rotina das presidiárias, estão presentes elementos como “horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos”⁶²⁴ e o foco no “combate à ociosidade”,⁶²⁵

⁶²² Todos esses procedimentos cotidianos e extraordinários são citados nas atas de reuniões e demais documentações arquivadas pela Congregação.

⁶²³ COLARES, op. cit., p. 131.

⁶²⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 128.

o que aponta o alinhamento a instrumentos disciplinares que sustentaram a gênese do encarceramento moderno, mobilizando o preenchimento absoluto do tempo e a vigilância hierárquica e onipresente como técnicas correcionais para fabricar o que Foucault identifica como o sujeito obediente: “o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele”.⁶²⁶ O regime de encarceramento do prédio central, dessa forma, operava na produção de feminilidades submissas, informadas por preceitos religiosos, e na transformação técnica em seres úteis, rentáveis e obedientes, a partir dos mecanismos disciplinares.

Em oposição a essa imagem de um enquadramento minucioso e organizado, as presas políticas eram relegadas ao amorfo. Ao serem confinadas nas celas de castigo, fora do núcleo da Penitenciária, eram também afastadas da rotina carcerária habitual, o que significava a exclusão dos preceitos orientadores da Congregação e da lógica carcerária. Eram simultaneamente apartadas do propósito evangelizador que buscava a reeducação das desviantes, situado como orientação central e justificadora da presença das religiosas na administração penitenciária; e das ações disciplinares que transformavam o cárcere em um dos espaços prioritários para o adestramento dos indivíduos. Distantes das tentativas de transformação e aperfeiçoamento de seus corpos, eram tomadas como mulheres indóceis, meramente subversivas, irrecuperáveis.

Nos períodos de estabilidade, o cotidiano das presas políticas se dividia entre o isolamento na cela, durante o período noturno, e a possibilidade de acesso ao pátio ao longo do dia – exceto àquelas que foram permanentemente mantidas incomunicáveis, como Nara e Marlova. Com a abertura das celas, conviviam com as companheiras de prisão, recebiam as refeições, poderiam tomar banho e higienizar seus espaços de confinamento. No relato de prisão, Mailde assim rememora os procedimentos cotidianos do cárcere:

Nosso café vinha pelas 8h. da manhã. Café requentado com pão e margarina, que tomávamos dentro da cela individualmente. Lá pelas 10h. vinham nos soltar para nosso banho, para tomarmos sol e ficávamos em liberdade dentro daquela segurança máxima até as 18h. quando éramos trancafiadas, recebíamos nosso jantar e nos preparávamos para dormir.⁶²⁷

⁶²⁵ CORREIO do Povo, op. cit.

⁶²⁶ FOUCAULT, op. cit., p. 128.

⁶²⁷ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 3127-1200/98-7*.

As únicas possibilidades de lazer eram mediadas pela censura, com a permissão de acesso a alguns livros e ao rádio, como aponta Ignez:

Os livros pra chegar a ti tinham que passar por uma censura. Então não era qualquer obra que chegava a ti. Eu pegava mais clássicos e coisas da minha área profissional. Porque o que eu gostaria de ler e tal não chegava. Rádio que a gente tinha, era rádio de baixa frequência. Rádio de mais potente, não, não deixavam, pra ti não poder pegar outras informações e outras ondas, ondas médias, ondas curtas, entendeu. Então era os radinho portátil pequeno que deixavam tu pegar.

Uma vez por semana, poderiam receber visitas de familiares ou advogados, que estavam condicionadas à autorização do DOPS/RS, sendo necessário o esforço das famílias em se direcionar diretamente aos alcoses que sevicariam suas filhas para solicitar a permissão para visitá-las. Foi o caso das mães de Vera e Mara, que precisaram se dirigir ao major Átila Rohrsetzer,⁶²⁸ que pouco tempo antes havia torturado brutalmente suas filhas. Para além da autorização, também as possibilidades de cada família delimitavam a viabilidade para a visita; sendo muitas vezes originárias de outras cidades do Rio Grande do Sul ou até mesmo de outras regiões do país, não conseguiam se deslocar com facilidade para a Penitenciária.

As visitantes eram majoritariamente as mães ou irmãs das presas, o que se relaciona tanto a um caráter de gênero que se estende aos tempos atuais, ao demarcar a visita ao cárcere como atividade feminina,⁶²⁹ quanto ao encarceramento dos companheiros das militantes que, por se encontrarem presos em decorrência das ações repressivas, estavam impedidos de visitá-las – como ocorreu com os parceiros de Ignez, Iara, Helena, Mara, Eliana e Marlova.

Nas ocasiões de visita, as presas tinham a possibilidade de convívio com os familiares no pátio, criando-se um momento de celebração coletiva também com as companheiras de prisão, ou em suas celas, com espaço para alguma privacidade. Como rememora Vera, “*a visita ficava do lado de fora da celinha. Às vezes a minha mãe, por exemplo, entrava na cela para ver, sentava, me botava no colo, essas coisas de mãe*”.

Nesses momentos para o carinho e o reencontro, um dos afagos estava na oferta de alimentos especiais, que permitiam às mulheres presas algum conforto e condições alimentares mais dignas do que o oferecido pela gestão do presídio. É assim que se queda na

⁶²⁸ Coronel do Exército, chefiou a Divisão Central de Informações (DCI) em Porto Alegre entre 1970 e 1971. Envolvido em inúmeros casos de sequestros e torturas, associando-se também a execuções, morreu em agosto de 2021 aos 91 anos, sem ser punido por seus crimes. Cf. BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório – Volume I. Brasília: CNV, 2014, p. 882-883.

⁶²⁹ LERMEN, Helena Salgueiro; SILVA, Martinho Braga Batista e. Crimes e cárceres femininos: perspectivas de visitantes. *Dilemas* – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2021, p. 534.

lembrança de Mailde a caixinha de isopor preparada pela irmã: “*A minha irmã, nas terças feiras, ela tinha um isopor quadrado assim, e ela levava pra mim naquele isopor, arroz, ou rosbife, ela sempre cozinhou muito bem. [...] Num outro pacotinho ela levava doce, levava bolo, essas coisas*”. Marlova, que não pôde ser visitada por seus pais, foi também alentada por eles com o que chamou de “uma caixinha de carinho”: “*Começou a vir uma espécie duma caixinha de isopor, com coisas fresquinhas pra mim, com presunto, coisas assim. Aí eu fiquei sabendo, os meus pais que tinham viajado, tinham chegado, e como eles não podiam me ver, eles mandavam essa caixinha de isopor, que era uma caixinha de carinho*”. Mesmo aquelas que não recebiam os familiares com tanta frequência, poderiam usufruir da partilha dos alimentos enviados para as amigas da prisão, como destaca Helena: “*Eu comia mais frutas e coisas que a mãe da Ignez trazia. Eu me lembro de frutas, muita fruta tinha. Lembro que sempre tinha banana e laranja. [...] Eu preferia comer ali do que comer a comida [do presídio]*”.

Os familiares, lembrados em momentos de alegria e alívio, eram personagens fugazes nessa paisagem prisional instável, que arbitrariamente decretava a interdição dos contatos, situados nessa fase de aprisionamento como mais um dos elementos suscetíveis à fragilidade vivenciada no cárcere. O que se impunha de forma constante no cotidiano das militantes aprisionadas era a convivência com figuras inevitáveis, vinculadas à instituição prisional – como as freiras e as agentes carcerárias – e aos órgãos de segurança – como os brigadianos e os agentes do DOPS/RS. O encarceramento político na PFMP era assim perpassado por uma trama de múltiplos sujeitos em convivência, envoltos em um emaranhado de complexidades, paradoxos e tensionamentos, desde a profunda capilaridade das relações de poder ali circundantes.

5.2.5 A trama de sujeitos em convivência

Na concepção de Foucault, o poder não é compreendido em uma relação de posse e submissão, ou seja, “não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos. [...] Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem”.⁶³⁰ Sua análise se concentra, em contrapartida, nas relações de poder a partir de um

⁶³⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 284.

funcionamento em cadeia, exercendo-se em rede: “Nas suas malhas, os indivíduos, não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.⁶³¹

No cárcere - tomado por Foucault como o espaço de manifestação mais delirante e pura do poder, por impor privações severas aos indivíduos desde incidências hierárquicas, sem qualquer máscara ou restrição⁶³² -, as relações de poder podem ser percebidas por um espraiamento em rede, composto por sutilezas e ambiguidades, que enreda distintos sujeitos e os compõe, de forma complexa e conjunta, como um dos principais efeitos do poder, ao mesmo tempo em que são situados como centros de transmissão deste mesmo poder que os constituiu.⁶³³ Sem uma segmentação rígida, que descreve padrões obrigatórios e imobiliza a circulação, os indivíduos inseridos na trama de interrelações da Penitenciária Feminina Madre Pelletier ocuparam posições fluidas e, muitas vezes, ambíguas, dadas às sutilezas e complexidades da convivência em um ambiente prisional. Este emaranhado pode ser assim representado:

Figura 40. Trama de sujeitos em convivência no contexto do encarceramento político na PFMP.



Fonte: Autoria própria.

⁶³¹ FOUCAULT, op. cit., p. 284.

⁶³² Ibid., p. 134.

⁶³³ Ibid., p. 285.

A partir de uma ilustração que alude ao caráter de rede pelo qual se exercem as relações de poder na ótica foucaultiana, temos as presas políticas como o elo dos sujeitos envolvidos nessa trama, situadas no ponto de eclosão de todos os tensionamentos. Nos polos opostos, as figuras mais lembradas pelas militantes – as freiras e os brigadianos – são também representativas das distintas jurisdições que compunham esta teia: o quadro institucional permanente, com composição pouco mutável e atuação restrita aos intramuros do cárcere, possuindo vinculação administrativa e interna, associado às freiras, agentes penitenciárias e presas do prédio central; e o quadro transitório, sem uma presença fixa e contínua no cárcere, com maiores graus de circulação no extramuros e vinculado aos órgãos externos de segurança, na figura dos brigadianos, agentes do DOPS/RS e, em posição não consensual, a psicóloga.

As freiras eram figuras centrais no prédio central, responsáveis pela manutenção da ordem da Penitenciária, pela organização dos dias das presas, trato com funcionários e cumprimento de protocolos administrativos com as autoridades estatais. Entre 1970 e 1971, para além da Madre Superiora, Madre Maria Elizabeth dos Santos, é possível identificar entre as religiosas da PFMP as Irmãs Maria Auxiliadora Lourdes do Amaral, Maria Ana Gatto, Maria Carmen Apolinário, Maria de Lourdes Torres, Maria Zélia Amaral, Maria Florentina, Maria Beatriz Barros, Maria de Santa Família Lemos Lessa (falecida em dezembro de 1970), Maria da Trindade Moreira Lima e Maria Dulce Fornasieri.⁶³⁴ Entre elas, eram compartilhados encargos de vigilância, supervisão, atendimento individual e evangelização das internas; direção de funcionários e setores da Penitenciária; organização de finanças e burocracias; cuidado das Irmãs em caso de enfermidade; preparação para cerimônias oficiais e festividades; assim como a condução de grupos de reflexão e retiros espirituais pessoais.⁶³⁵

Essa presença predominante das freiras no ordenamento do prédio central é contrastante com as suas escassas frequências no local de cárcere político. Ainda que ocupem um lugar de destaque nas memórias das presas políticas, é justamente pela falta e pelas lacunas que são lembradas, como se constata na fala de Vera, para quem a ausência de contato com as administradoras do presídio era sentida como mais uma demarcação da segregação e isolamento: “*Não vi nenhuma freira. Nunca nenhuma freira chegou perto da gente. A gente era totalmente discriminada ali, não tinha... Nenhum contato. Nunca uma freira chegou lá*

⁶³⁴ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 109-115.

⁶³⁵ Ibid.

para nos visitar, apenas de elas dizerem que são religiosas, tementes a Deus, só fazem caridade. Caridosas, né.” Em direção similar, Nara também destaca a ausência de contato com as freiras, avaliando que o acolhimento vindo dessas mulheres poderia ter proporcionado alguma tranquilidade em meio às asperezas do cárcere:

Não lembro duma freira ter ido lá e dizer: “Olha, seja bem-vinda, conte conosco”. Não lembro. [...] As freiras deveriam ter ido lá dar boas-vindas. Mas quanto de medo elas tinham? Qual era o acordo? Têm várias incógnitas nisso. Mas certamente... Poderia ter sido menos perturbador. Se uma religiosa tivesse te recebido. Certamente.

As únicas presas políticas recebidas pelas religiosas foram Helena, Iara e Maria Aparecida que, antes do encaminhamento às celas, passaram algumas horas no dormitório da Penitenciária. Nos primeiros meses de encarceramento político no local de castigo, são percebidas passagens pontuais das freiras por esse recinto, como nos momentos em que levavam materiais para bordado, conforme lembrado por Mara, ou quando uma delas solicitou à Helena que passasse a limpo um caderno de receitas, posteriormente emprestando-a um livro de um filósofo católico. Esses indícios de aproximação – e, no caso de Helena, de uma possível tentativa de evangelização - contudo, foram escassos e isolados, sem constituir prática disseminada.

As premissas orientadoras da Congregação, para quem “uma alma vale mais que o mundo”,⁶³⁶ não se manifestaram na relação com as presas políticas. As militantes de esquerda não foram incluídas no propósito de reconversão moral e cristã que guiava as ações das religiosas, sendo assim excluídas das premissas católicas e caridosas da instituição prisional. Eram, de modo geral, impedidas de qualquer possibilidade de acolhimento, cuidado e provimento por parte das Irmãs. Delas, recebiam como regra a distância.

Nos relatos orais, as freiras são constituídas como as representantes oficiais daquilo que era institucionalmente vedado às presas políticas. São também associadas à vigilância hierárquica que recaía sobre as mulheres encarceradas no depósito de castigo. Nesse sentido, Marlova lembra que, no período de prisão em que permaneceu completamente isolada na cela, era instruída pelas companheiras de prisão a conversarem escondidas, para não serem captadas pelo olhar controlador da Madre Superiora:

Como eu não podia sair, elas se agachavam atrás do muro, no muro que tinha em frente, ficavam agachadas pra se esconderem da Madre Superiora,

⁶³⁶ Essa frase consta como um lema da Congregação, sendo repetido inúmeras vezes nas atas de reunião e demais documentos do Acervo Bom Pastor.

que me controlava por ali, da janela do edifício em frente. Ela controlava para que ninguém falasse comigo. [...] Foi as gurias que me disseram: “Fica pra trás assim, porque se não eles vão te... A Madre vai ficar lá em cima”. E eu fiz assim, olhei, e a gente via - porque o prédio, é um prédio antigo, grande - ela lá em cima na janela. A freira vestida de freira. Isso, quando eu vi, eu disse: “Bom”. Eu imaginava que eu tinha que chegar pra trás, pra janela não ver o meu nariz nem a boca, e pra eu poder conversar com elas.

O único contato direto de Marlova com alguma das Irmãs se deu na ocasião em que, com um machucado infeccionado em decorrência de um ferimento doméstico, fora encaminhada à enfermaria da Penitenciária, ouvindo dessa religiosa que não poderia ajudá-la, pois sabia apenas “*cuidar de presa*”. Este episódio é sentido por Marlova como uma violência extrema: “*A violência existe, já numa frase da freira dizer que ela não sabe fazer curativo, que ela só sabe cuidar de presa. Ainda bem que eu não tive uma educação muito religiosa, mas é uma coisa duma extrema violência. É duma extrema violência.*”

A imagem da Madre Superiora vigiando, de uma janela do prédio central, o local de castigo das presas políticas, é também citado por Mara, ao apontar que os momentos de convivência com os brigadianos eram por ela monitorados à distância: “*As irmãs ficavam lá, a Superiora ficava lá brava: ‘Sai daí! Não pode chegar muito!’ e não sei o quê. Ficava batendo, bate, bate, bate, batia palma lá de cima*”. Por estes percursos, Madre Beth é demarcada nas lembranças das presas políticas como uma mulher dura e temida, tal como menciona Mailde: “*A Madre Beth era a diretora. Era uma mulher na casa dos 50 anos, eu acho, muito bonita, ela era muito bonita. E muito dura. E todo mundo tinha medo dela. As presas comuns tinham medo dela, e as presas política também tinham medo delas. Tinha, tinha... Respeito, aquela coisa.*” O rumor disseminado entre as presas políticas, de que Madre Beth possuiria algum parentesco com Major Átila, informa como se constituiu essa relação, situando-a no imaginário como uma figura violenta e vigilante, associada diretamente a um dos algozes que as violentara brutalmente.

Este vínculo entre as mulheres religiosas administradoras do presídio e os agentes de segurança vinculados ao DOPS/RS é um ponto de incerteza e curiosidade entre as militantes de esquerda aprisionadas na instituição, sendo majoritariamente percebido por elas como uma relação pautada na subserviência. Sem uma delimitação específica dos termos em que essa ligação se firmava oficialmente, as memórias das presas políticas sugerem, a partir da isenção e permissividade nas ações das freiras, a percepção de uma colaboração dessas mulheres com as autoridades policiais. Se por uma relação contratual se definia a obrigação de receber as presas custodiadas pelo Estado, o tratamento dado às detentas era, em regra, um assunto

interno, sendo conduzido pelas premissas de acolhimento e resgate das almas desviantes, como historicamente regiam as obras da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers. No momento em que não assumiam uma postura direta de amparo e cuidado com as presas políticas, sem tomar posicionamentos firmes e explícitos diante das violências sofridas por essas mulheres, as religiosas eram interpretadas como meras reprodutoras de ordens superiores, reiterando a lógica punitiva perpetrada pelos órgãos de repressão.

Para além da omissão das Irmãs, as militantes presas na PFMP destacam outras condutas deliberadas que apontam as facetas dessa relação das administradoras com os repressores. Quando suspeitou da gravidez em decorrência do estupro sofrido no DOPS/RS, Ignez aponta que as freiras intermediaram a ida do médico para realizar a curetagem em sua cela, em um profundo choque com os dogmas cristãos proibicionistas do aborto. Ainda, uma perspectiva de colaboração se faz explícita em episódio relatado por Helena, quando um desenho que fizera da cela, endereçado à Ignez, foi recolhido por Madre Beth e entregue ao DOPS como se fosse um plano de fuga, resultando em novas sessões de tortura a sua companheira de prisão:

Num desses dias que a gente tava sem sol eu desenhei a cela. Desenhei a cela, a privada, as parede, a cama, como se eu tivesse tirado uma fotografia da minha cela. Desenhei tudo à lápis. Chamei o guarda e disse pra entregar pra Ignez [...]. E aí entregou pra Ignez e tal. Lá pelas tanta, chamaram a Ignez, levaram pro DOPS, e quando ela veio ela me contou, que aquele desenho era uma tentativa de fuga. Que nós estávamos fazendo um... Aquilo só podia ser gozação pra nós, ah, não é possível! Eu vou fugir pelo esgoto? Ou, sei lá o que que eles... Foi a Madre, a Madre que chamou o DOPS.

Ao mesmo tempo, outras vivências compartilhadas entre as freiras e as presas políticas revelam a complexidade das interações e papéis sociais, refutando um olhar unívoco e linear que possa situar as religiosas somente em uma posição associada à displicência e conveniência. As militantes com períodos de encarceramento mais extensos experienciaram outros tratos com as Irmãs, que incluíam visitas ocasionais para conversa e companhia – como aponta Ignez: *“Tinha essa freirinha mais jovem, que ia lá nos visitar, principalmente a mim. Quando eu fiquei sozinha, ela ia lá conversar comigo...”* - e até mesmo a partilha de alimentos - como rememora Mailde: *“A Madre Lourdes, quando ela ia lá, ela ia visitar a gente, sabe? E era muito querida. Nunca me esqueço uma vez que ela desceu com um prato, cheio de cacho de uva, e diz: ‘Isso eu vim comer com vocês’. E comemos tudo, o cacho de uva, tava muito bom”*. O relato de Ignez delineia a multiplicidade de camadas que compunham essas relações:

Tinha umas freiras muito dez lá dentro. Tinha uma delas, uma bem novinha assim, nunca vou me esquecer dela. Aquela disse pra mim que havia um boato muito grande, muito forte, de que eu estava condenada à morte. Ai cada vez que eles [agentes do DOPS/RS] me levavam - tanto que eles simularam me matar, me degolar, com faca e tudo, nessas idas pro presídio, pro DOPS - ela disse que cada vez que eles iam, me levavam, ela ia pra capela rezar pra que eu voltasse íntegra.

Tensionando vertentes únicas, era desde a ambiguidade e dissonâncias que se tecia a convivência entre essas sujeitas. O olhar para as freiras como multiplicadoras da repressão externa neste ambiente prisional, sendo interpretadas como figuras distantes e alheias aos sofrimentos ali encarados, coexistia às possibilidades de solidariedade e aproximação cravejadas nas minúcias e sutilezas de atos isolados. Encarada por sua dureza e pela turva relação com os algozes, Madre Beth era também a responsável por assinar documentos em benefício das presas políticas, que seriam anexados aos seus processos na Justiça Militar.⁶³⁷

A convivência entre as Irmãs e as presas políticas durante a segunda fase de aprisionamento político na PFMP, mostra-se, dessa forma, involucrada em complexas matizes que não podem ser plenamente compreendidas a partir de um único viés. O fio condutor dos modos pelos quais as religiosas interagem ou se abstinham diante das militantes aprisionadas nas celas de castigo parece se relacionar profundamente às relações de poder que enredam as freiras aos agentes do DOPS/RS, cujos meandros não puderam ser aferidos pelo aparato documental que sustenta essa pesquisa. Nesse arranjo ainda impenetrado, por certo influem aspectos contratuais e administrativos, que situavam as freiras em uma posição oficial de cumprimento de ordens; questões de gênero, fazendo incidir com contundência processos de inferiorização e subjugação dessas mulheres frente às autoridades, representadas em figuras de masculinidades viris e violentas; e também orientações políticas, que poderiam se coadunar a propósitos de defesa da pátria e da segurança nacional, a partir dos quais as existências tidas como subversivas deveriam ser continuamente punidas e expurgadas.

A anuência das freiras ao regime ditatorial é abordada na tese de Débora Karpowicz, identificando na postura das religiosas com as presas políticas uma posição de imobilidade, atuando somente com o acatamento de ordens e a obediência das orientações do governo, ao mesmo tempo em que buscariam espaços para um tratamento pautado no acolhimento e humanização: “as Irmãs do Bom Pastor, apesar de compactuar com o regime [...] - pois não tinham outra opção -, buscavam dar a estas mulheres um tratamento o mais humanizado

⁶³⁷ O documento está disponível para consulta no Anexo 5.

possível, dentro das condições existentes e da permissão dada pelo governo”.⁶³⁸ A historiadora ainda afirma, embasada na observação participante realizada com um grupo de Irmãs, que as freiras atribuem os “impedimentos feitos pela ditadura civil-militar e o duro tratamento dado às presas políticas” como as razões que teriam motivado a saída da Congregação da administração da Penitenciária, no ano de 1981.⁶³⁹

Essa linha de interpretação, ao mesmo tempo em que reconhece o alinhamento das freiras à ditadura, situa essa adesão como uma imposição, e não enquanto um posicionamento político deliberado, em modo de atenuar quaisquer possíveis colaborações intencionais com o governo, assinalando um papel de absoluta passividade e reprodução de orientações externas. Ao mesmo tempo em que a agência das freiras se projeta como nula, é sugerida alguma preocupação para com as violações impingidas contra as presas políticas, levando-as a mover esforços para romper as condições unilateralmente impostas, em prol de um tratamento mais digno e humanizado, condicionado às permissões governamentais. Em um governo orientado pela Doutrina de Segurança Nacional, cujo olhar às pessoas de esquerda – tal como as militantes aprisionadas nessa instituição – compreendia-as estritamente como os alvos inimigos dos combates ideológicos, isto é, como seres abjetos que deveriam ser adequadamente controlados e aniquilados, a humanização era vedada. Assim, “o tratamento mais humanizado possível, dentro das condições existentes e da permissão dada pelo governo”, de forma não contraditória, poderia incluir a completa desassistência e segregações testemunhadas pelas presas políticas.

Pelos trajetos aqui percorridos, o que se pode visualizar na convivência entre as administradoras da Penitenciária e as mulheres aprisionadas do lado de fora do prédio principal é uma relação ambígua, fugaz e imprecisa, de contornos frágeis e, em alguns níveis, maleáveis. Sem contemplar unicamente uma postura de desprezo e permissividade – mas também sem negá-las -, revelam-se interações fundadas em uma profunda percepção de falta e distância que, por isso, se situaram como mais um dos fatores consonantes ao regime punitivo engendrado especificamente para atingir as presas políticas. A clausura foi implementada como um método de punição às atividades políticas dessas militantes, obrigando-as ao confinamento sem qualquer proposta de ressocialização nos moldes religiosos e feminilizados defendidos pelas Irmãs, sequer buscando atenuar seus sofrimentos por ações de cuidado e acolhimento.

⁶³⁸ KARPOWICZ, op. cit., p. 220.

⁶³⁹ Ibid., p. 219.

A ausência das freiras enquanto representantes do corpo institucional da Penitenciária se contrastava com a atuação das agentes penitenciárias, em convivência cotidiana com as presas políticas, sendo as funcionárias responsáveis por atendê-las em necessidades básicas, levando a alimentação, abrindo as celas e acompanhando-as durante o horário de convivência fora das solitárias. Como aponta Vera, situavam-se como um elo entre as presas políticas e o prédio central: *“Tudo era ela que fazia o contato entre o presídio – que era um casarão que a gente via de lá – e aquele nosso lugar que, totalmente, parecia que eu tava assim num outro planeta, naquele lugar ali estranho, inóspito”*.

Os relatos orais indicam que a rotatividade das funcionárias era baixa, delegando-se o acompanhamento das presas políticas à mesma agente por um período prolongado. Enquanto as militantes que tiveram períodos de encarceramento mais breves, permanecendo todos os dias em isolamento absoluto, não mencionam as agentes penitenciárias como figuras relevantes em seus cotidianos, aquelas com permanências mais extensas rememoram em detalhes a presença dessas funcionárias. Entre elas, destaca-se Iria, a agente penitenciária mais citada pelas militantes, que teria sido a principal trabalhadora responsável pelo trato das presas políticas no ano de 1970.

Questionada como uma espiã – *“Eu não sei qual era essa da Iria, não sei se ela também não era uma espiã ali, pra saber o que a gente tava falando, o que a gente não tava...”* (Vera) –, uma freira disfarçada – *“Quem vinha falar com a gente, era uma freira, mas não vestida de freira. Não sei quem era ela”* (Iara) –, ou até mesmo uma presa comum – *“Tem uma que ficou o tempo todo. Ela, inclusive, era uma presidiária. Ela era presa também. E era agente”* (Ignez) –, Iria era servidora pública vinculada à SUSEPE, como se pode afirmar pela menção a seu nome na listagem de alunos do 3º Curso de Formação de Agente Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul realizado no ano de 1970.⁶⁴⁰

Para atuar na carreira de agente de segurança penitenciária, cuja regulamentação no quadro de funcionários públicos do Rio Grande do Sul se firmaria somente no ano de 1972, era necessário ter instrução de anos iniciais, até o 4º ano fundamental; habilitação pelo curso de formação da Escola do Serviço Penitenciário; idade entre 21 e 35 anos; bem como “bom índice de robustez física; idoneidade moral comprovada mediante investigação social; aptidão em exame psicotécnico”.⁶⁴¹ Os deveres incluíam “efetuar serviços de vigilância, interna e externa, e custódia de presos em estabelecimentos penais do Estado”, destacando-se entre as

⁶⁴⁰ O documento está disponível para consulta no Anexo 6.

⁶⁴¹ ESTADO do Rio Grande do Sul. *Lei 6.052, de 22 de dezembro de 1972*. Cria o Quadro dos Funcionários Penitenciários do Estado e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Palácio do Piratini, 1972.

atribuições específicas: o cuidado com a “disciplina e segurança dos presos”, a realização de rondas periódicas, a fiscalização do “comportamento da população carcerária”; a assistência em casos de emergência; e a verificação das condições de segurança das aberturas e cela.⁶⁴²

Na margem entre o cuidado e a vigilância – elementos ambíguos que intrinsecamente compõem as atribuições de agentes penitenciários⁶⁴³ -, Iria era percebida de forma dúbia pelas presas. Ao mesmo tempo em que era compreendida como uma profissional – “*As agentes penitenciárias eram profissionais, faziam o papel dela, trabalho delas, não eram grosseiras, elas eram educadas*” (Ignez) – e responsável pelo acolhimento de demandas, viabilizando algumas melhorias para as dificuldades enfrentadas no espaço de cárcere – “*Se a gente precisasse de alguma coisa, ou ficasse doente, ela providenciaria alguma coisa [...]. A Iria, para o bem ou para o mal, a gente via mais ou menos como um anjo da guarda que a gente tinha ali, porque era uma pessoa que cuidava, ela cuidava, à moda dela, ela cuidava de gente*” (Vera) -, era também tratada com desconfiança e incerteza.

Essa postura das presas políticas em relação à Iria pode ser compreendida por um viés institucional, conforme explicado por Goffman, ao identificar nas instituições totais a divisão entre o grupo dos “internados” e dos supervisores ou dirigentes, constituída a partir de uma visão do outro centralmente pautada por estereótipos e hostilidades.⁶⁴⁴ Sobretudo, a posição defensiva dessas mulheres deve ser entendida em consonância ao percurso de violações no qual estavam imersas. Com a onipresença da vigilância e de mecanismos multiformes de punição, sendo continuamente situadas enquanto inimigas e inseridas em um contexto de fragilidade e instabilidade, que a qualquer momento poderia resultar no reencaminhamento para o DOPS/RS, deveriam permanecer sempre atentas e fortes. Nessa perspectiva se projeta o relato de Ignez:

Essa cara ficou o tempo todo lá, desde o início. Agora essa Iria, era alguém que a gente tinha que ter tomado cuidado, tomar cuidado, não era qualquer coisa que tu podia falar na frente dela, não. Eu não confiava nela. Porque ela era muito chegada à diretora. E a diretora era prima do Átila. Então eu achava assim, a Iria, ela queria fazer amizade com a gente pra ver se tirava coisa, sabe. Ela era tipo leva e traz. Mas nos tratava super bem. Era muito simpática, muito querida... Mas eu tinha um pé atrás com ela. Eu media as palavras que eu falava perto dela. [...] Porque depois as outra trocavam, ficava só a Iria. Então o maior indicativo de que ela era um ponto de apoio da

⁶⁴² ESTADO, op. cit.

⁶⁴³ Cf. BARCINSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPANI, Cristiane. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, 2014.

⁶⁴⁴ GOFFMAN, op. cit., p. 18-19.

direção, é que ela permaneceu. Eu não tava errada, desde o começo.

A atitude defensiva e questionadora foi também o caminho para o convívio com a psicóloga, figura tomada com um agudo estranhamento entre as presas políticas. Diferenciando-se das freiras e da agente penitenciária, cuja vinculação institucional é bem delimitada, a psicóloga aparece em uma posição incerta, situando-se de forma turva no limiar entre os polos institucionais internos – vinculados à Penitenciária em si – e externos – vinculados ao DOPS/RS ou à SUSEPE. Enquanto as Irmãs e a funcionária são identificadas nominalmente nos relatos das militantes, a psicóloga é uma mulher sem nome, tomada por uma percepção de distanciamento e desconhecimento.

O atendimento psicológico oferecido às presas encarceradas no local de castigo da PFMP, sem indícios que o sustentam enquanto prática de atenção com a saúde mental dessas mulheres, configura-se como mais um mecanismo mobilizado para a vigilância e custódia das “subversivas”. Os testemunhos orais identificam nas visitas frequentes, com conversas individuais realizadas nas solitárias de cada presa, a percepção de uma abordagem inquisitiva, atenuada por ares de simpatia e curiosidade, cujo real intento estaria na coleta de informações, como relata Nara que, mesmo permanecendo em isolamento absoluto, foi visitada pela psicóloga:

Eu lembro que a minha atitude com a psicóloga foi de desconfiança, no primeiro momento, alguém que fazia parte do *staff* da repressão, digamos assim, que era colocada pra tentar ver se descobria alguma coisa mais, pescava alguma coisa. Então, desde o primeiro momento, a minha atitude era de desconfiança total. [...] Era um trato, que eu lembro, muito amável. Muito amável. Querendo informações: “Ai, que que teu pai faz? Que que tua mãe faz? Tua vó?”. Sabe? Tentando esmiuçar na tua... Vida mais... Íntima. “Tu tem namorado? Quem é teu namorado?”. Coisas assim. Ou seja, o que eu me lembro é que não era flagrantemente um interrogatório do tipo de tu pensar: “Não, ela tá me interrogando”. Mas lembro que desde o início eu encarei ela como uma pessoa suspeita. Por quem não dava pra ter o mínimo, o mínimo viés de confiança. Ela tava do outro lado. [...] A outra coisa que eu abstraí, mas eu lembro, é que eu tinha a sensação que eu tinha que ter muito cuidado, que eu tinha que tá sempre me controlando com ela. Eu lembro... Eu não lembro exatamente como, mas eu lembro que eu tentava que ela me falasse. “Ah, tu faz o quê? Tu é psicóloga? Tu trabalha onde?”. Coisas assim.

Para além das inquirições sobre a vida pessoal, esta personagem controversa teria atuado também na avaliação psicológica das detentas, conforme indica Helena: “*Ela queria ver se tinha algum perturbado. Se tinha algum... Fora da casinha. E pra ir mapear também. Prestar serviço. Me lembro que ela fez uns testes com nós*”. Os relatos das militantes apontam

que, da mesma forma em que esteve na PFMP, as ações da psicóloga teriam se estendido também aos presos políticos encarcerados na Ilha do Presídio, situada no Lago Guaíba, nas águas entre Porto Alegre e a cidade vizinha de Guaíba. Transitando entre dois espaços de encarceramento político da cidade, colocou-se como uma possível transmissora de recados entre os presos, compartilhando notícias e intermediando a troca de cartas. A postura das militantes, contudo, foi de desconfiança, como sinaliza Ignez: *“As cartas que vinham pela psicóloga eu deixava ali. Essas aí não eram o principal meio de comunicação, era um disfarce”*.

Assim como a suspeita que recaía sobre a Madre Superiora, a psicóloga também foi apontada pelas presas políticas como uma parente do Major Átila que, sem possuir qualquer qualificação profissional, teria sido enviada ao presídio com a finalidade única de investigá-las, como aponta Mailde: *“A gente descobriu que ela nunca foi psicóloga. Ela era uma prima do Major Átila, que fazia esse trabalho lá”*. Também Helena faz uma observação nesse sentido: *“Tínhamos uma psicóloga que era parente do Major Átila que, depois disseram, eu não sei nem se é verdade, mas parece que é, que foi uma parente dele que ele indicou pra trabalhar conosco lá, e na Ilha com os meninos.”* Para Ignez, a presença dessa mulher era mais uma mobilização para a intimidação, orquestrada pelos agentes da repressão: *“Quando colocaram a psicóloga, nada mais era do que um controle para cima de nós”*.

Por linhas escritas a partir da fabulação do vínculo ao violentador, da desconfiança absoluta, do desconforto com as inquirições e de uma mútua relação de suspeita, a psicóloga era situada como uma figura absolutamente antagônica e deslocada. Sem pertencer ao quadro institucional interno, tampouco com associação declarada aos agentes da polícia política, essa mulher foi, para as presas políticas, uma figura indecifrável e inquietante. Transitando sorrateiramente entre as malhas da repressão, sua atuação apontava a ramificação das artimanhas investigativas, imiscuídas, a partir de sua presença, também no espaço do cárcere.

Representando explicitamente a vigilância, outras figuras que fizeram parte do emaranhado de sujeitos em convivência na PFMP foram os brigadianos, isto é, policiais da Brigada Militar, cuja incumbência principal estava na guarda do local de cárcere político. Segundo narram as presas políticas, estes homens eram responsáveis por rondas no entorno da instalação onde estavam alocadas, concentrando-se majoritariamente no lado de fora do “muro de arames farpados”, com entradas ocasionais ao pátio interno. Enquanto as outras personagens transitavam, eles ali permaneciam continuamente, camuflando-se em meio aos outros sujeitos em circulação ao longo do dia, e predominando como a única presença no turno da noite. Nesse momento, eram responsáveis pelo monitoramento das presas, impondo-

se a obrigatoriedade da luz artificial no interior das celas para que pudessem observá-las, como pontua Ignez: “*Os brigadiano queriam que ficasse a luz acesa porque eles querem olhar pela vigia, porque eles eram responsáveis pela segurança, eles queriam ver como é que nos estávamos*”.

Os brigadianos são lembrados por gestos intimidadores – como narrado por Nara, que se sentia ameaçada pela ação de um policial: “*Tinha um guarda que passava. Eu lembro que ele parava ali. [...] Eu lembro do rosto. Ele ficava lambendo os lábios. Então uma atividade vil, sabe? Foi um negócio muito pesado*” -, por humilhações verbais – como citado por Ignez: “*Os brigadiano direitoso, nazi, que gostavam de nos xingar, de nos destratar*” – e pela percepção de subjugação das presas ao precisarem solicitar a eles o acionamento da descarga – “*Tudo é feito pra te humilhar. Até tu fazer xixi e cocô, as tuas necessidades fisiológicas, entendeu, tu tinha que pedir pro cara vir, é pra te humilhar*”, destaca Ignez. Ao mesmo tempo, em pequenas brechas escavadas para tecer relações de outros tons, estes policiais são também lembrados pela solidariedade e humanidade.

A determinação que impedia o convívio entre os brigadianos e as presas políticas⁶⁴⁵ era recorrentemente descumprida, abrindo espaços para momentos de aproximação e prosa. Segundo narram as militantes, os policiais que tinham o ímpeto de conhecê-las eram, em maior parte, brizolistas. Aproximavam-se com curiosidade, buscando entender das motivações políticas dessas mulheres, como rememora Vera: “*Um brigadiano que dizia pra mim que era afilhado do Brizola. Ele chegou, e queria conversar, e me chamou. Falou: “Que que cê tá fazendo? Que que vocês tão fazendo aqui? Vocês, umas moças tão bonitinhas e tal, por que que cês tão aqui?”*. *Aí eu fiz toda uma catilinária pra ele.*” Nessas conversas, também demarcavam suas posições pessoais em relação às violências cometidas pelos agentes repressivos, solidarizando-se com as presas, conforme narrado por Mara:

O Gaúcho é bem machista, então ficavam horrorizados: “Ah, bater numa mulher” – que eu tava com a cara toda roxa, toda machucada, e tudo – e eles falavam: “Ah, isso não se faz, de jeito nenhum”. Eles eram brizolistas, parecia. E falavam: “Quando o homem” – chamavam o Brizola de “o homem” – “Quando ele voltar, ele vai dar um jeito nisso, de jeito nenhum vai ser uma coisa dessa” e não sei o quê. Era gente muito boa, sabe? Ficavam conversando, e as Irmãs acharam ruim. A gente presa, na grade, com porta e tudo, e eles lá no pátio, durante à noite, davam um dedinho de prosa e tal.

⁶⁴⁵ Em seu relato oral, Vera indica que “*eles não podiam entrar lá*”. Já Mara chama atenção para o monitoramento da Madre Superiora, atenta aos momentos de aproximação no turno da noite: “*A Superiora ficava lá brava: ‘Sai daí! Não pode chegar muito!’*”.

Mailde relata ter se aproximado dos brigadianos no período em que esteve sozinha no cárcere, quando adentravam o pátio interno para lhe fazer companhia nas madrugadas. Identificando-os como “*muito humanos*”, aponta a criação de um vínculo de confiança e parceria, contando com a ajuda dos policiais para a comunicação da prisão à sua família, que desconhecia seu paradeiro:

Como eles tinham que ficar me vigiando, então eu troquei o dia pela noite. Eu dormia de dia... Porque eles não me deixavam dormir à noite mesmo. Eles vinham lá na vigia e me chamavam. E eles me chamavam de Tupamara. “Tupamara, ô Tupamara!”. Porque Tupamaro aquela época tava na onda, né, do Uruguai. “Tupamara, Tupamara!”. E eu achava até carinhoso esse jeito deles me chamaram de Tupamara, né? Eles jogavam dominó comigo ali na vigia. [...] Dois deles, o Oromar e o outro era... Jocir. Eu precisei de material de higiene, pasta de dente, desodorante, sabonete, essas coisas que elas [as freiras] não me davam, davam comida só. [...] Eu falei com eles que eu tava precisando de material de higiene, tudo. Diz ele assim: “Não sei o que nós vamo fazer”. Aí eu disse assim: “O que vocês tem que fazer é ir no endereço da minha irmã, e pedir, dizer que eu tô aqui, porque aí ela vai procurar um advogado, vai no DOPS, vai exigir visita, e vai mandar as coisas que eu tô precisando, roupa...”. [...] E aí... Eles foram. A minha irmã diz que levou um susto muito grande quando eles chegaram lá na casa dela, porque eles foram quando eles deixaram a guarda. Antes de ir pra casa, então foram lá. [...] Eu chamava eles de homem da lei. Quando eu queria alguma coisa deles durante o dia que eles tavam por lá, e eu tava do lado de cá, porque durante o dia eles não tinham contato nenhum comigo, eles tinham à noite, que aí abria o portão, eles entravam lá e pela vigia da minha cela eles conversavam comigo. Faziam churrasco, levavam pra mim. [...] Esse negócio deles me atenderem, sabe, ir na casa da minha irmã, isso tudo foi um segredo nosso, entendeu? Eles fizeram isso por absoluta caridade. E... E eu agradeço muito até hoje por eles. Não sei se tão vivos, se tão mortos, mas eles foram muito humanos.

Para além de atos isolados de apoio, os brigadianos identificados pelas militantes como *simpatizantes* colaboraram com as presas políticas de forma sistemática, oferecendo a troca de correspondências com os presos da Ilha do Presídio, local em que também faziam guarda. Ao contrário da postura em relação ao intercâmbio de mensagens oferecido pela psicóloga, que não foi bem aceito pelas presas, o meio de comunicação intermediado pelos brigadianos foi majoritariamente recebido com confiança. Por esta rede, tinham a possibilidade de trocar recados com seus maridos que se encontravam presos na Ilha, como foi o caso de Iara – “*Eles davam informações, eles trocavam bilhetes, eles iam pra lá e vinham pra cá, pra ficar na nossa porta. O tempo inteiro a gente conversou. O dia que eles foram pra Ilha, o, um brigadiano chegou pra mim e falou: ‘Iara, o Paeco mandou te entregar’*” - e de Mara – “*Meu marido tava preso lá na Ilha Presídio, e eles davam guarda lá*

também, então ele mandava cartinha, eu mandava cartinha. Eles levavam pra gente. Eles eram muito gentis, muito humanos". Para Ignez, era um meio para a discussão política com os companheiros de militância e para a troca de informações sobre as condições de cárcere:

Os guris me mandavam, eu fiz altas discussões políticas, filosóficas, através dessa rede com os guris. Os guris me mandavam texto, eu mandava texto, e... E aí os brigadiano iam ler e não entendiam lhufas, viam que aí tava fazendo discussão política e filosófica. E ao mesmo tempo eles me mandavam notícias de lá e tal, eu mandava, eu dizia o que tava rolando aqui. Essa era a nossa verdadeira rede de comunicação.

A “*rota dos brigadianos*”, como nomeada por Ignez, aponta a variedade de percursos que poderiam ser trilhados entre os sujeitos em convivência no espaço prisional, deslocando-os de uma posição única e inerente às expectativas de seus papéis nessa trama ditatorial, mas sim suscetível às vicissitudes da convivência humana. Sem que seja possível pleitear uma análise estritamente antagonista e conflitante, situando-os em polos opostos reducionistas, como de repressores *versus* resistentes, vislumbra-se a complexidade das relações de poder, tal como destacam Gianordoli-Nascimento, Araujo Trindade e Souza Santos, ao observar que “as relações com o sistema foram vividas como repletas de antagonismos e contradições, nem sempre inteligíveis, ou congruentes com as posturas ideológicas que tentavam preservar”.⁶⁴⁶ Assim se evidencia que os limites entre os papéis associados a cada uma dessas faces nem sempre foi tão tangível e delimitado, mas sim composto por variações que se explicam a partir da circularidade do poder, povoada por dualismos e incongruências.

Essa complexidade das relações de poder se faz especialmente sensível ao mirar o contato estabelecido entre presas políticas e as presas do prédio central, consensualmente identificadas pelas militantes como *presas comuns*. Como se evidencia por este próprio ato de nomeação, demarcador de uma percepção que opõe cada tipo de aprisionamento, este convívio se orientou centralmente por uma perspectiva de diferenciação, explicitada pela segregação dos espaços de cárcere – o prédio central *versus* as celas de castigo -, mas também determinada por critérios sociais e criminais que distinguiam o perfil das presas – as políticas *versus* as comuns.

A mais acentuada diferenciação entre essas sujeitas se organiza por vieses de classe e raça, que indissociavelmente delimitam os processos de criminalização, uma vez que a criminalidade se constitui, como aponta Soraia Mendes, “em um processo de dupla seleção,

⁶⁴⁶ GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al, op. cit., p. 319.

distribuída desigualmente de acordo com a hierarquização decorrente do sistema socioeconômico”.⁶⁴⁷ Assim, ao passo em que as presas das celas de castigo eram advindas das classes médias intelectualizadas, sendo aprisionadas por suas ações de enfrentamento político, enquanto militantes transformadas em subversivas, as presas do prédio central eram encaradas como puramente criminosas, ascendentes de classes sociais marginalizadas. Sem concernir unicamente à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a convivência entre presas políticas e presas “comuns” nas unidades prisionais brasileiras durante a ditadura se pautou em destacadas diferenças estruturais, que engendram certa hierarquia entre essas sujeitas.

Dentre as cerca de 51 mulheres encarceradas no prédio central da Penitenciária Feminina Madre Pelletier no ano de 1970,⁶⁴⁸ algumas foram pontualmente enviadas às celas de castigo como punição pelas infrações às normas prisionais, momento em que passavam a conviver com as presas políticas que lá se encontravam reclusas. Nessas ocasiões, a grande diferença material que as segregava em espaços de encarceramento distintos era suspensa, submetendo-as ao mesmo tratamento. Permaneciam, no entanto, distinções insuperáveis.

Como aponta a socióloga Julita Lemgruber em estudo sobre o aprisionamento feminino no Instituto Penal Talavera Bruce, situado na cidade do Rio de Janeiro, realizado entre os anos de 1976 e 1978, as presas “comuns” percebiam as presas políticas a partir de um *status* específico, encarando “a ‘subversiva’ [...] como alguém fundamentalmente diferente”, seja pela singularidade da transgressão de enfrentamento ao governo, como pelo pertencimento “a um estrato social diverso”.⁶⁴⁹ O mesmo se observa na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Segundo os relatos das militantes que conviveram com as presas do prédio central, essa diferença se manifestava pela curiosidade e admiração dessas mulheres, que se arriscavam em infrações para serem enviadas às solitárias, como narra Ignez: “*Elas tinham muita curiosidade de me conhecer, e tinham uma admiração por mim, elas me diziam isso. [...] Lá era castigo pra elas, né. Então elas faziam qualquer coisa lá dentro, pra poder vir pra solitária, pra poder falar comigo e me conhecer*”. Em direção similar, Mailde relembra que “*muitas aprontavam lá [no prédio central] para descer*”, estabelecendo uma mútua relação de respeito, com especial estima por parte das internas:

Elas tinham o maior respeito com a gente. E a gente com elas. A gente, tanto eu, como a Marta, como a Terezinha, como as outras que não eram do meu

⁶⁴⁷ MENDES, op. cit., p. 57.

⁶⁴⁸ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 116.

⁶⁴⁹ LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos – Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983, p. 96.

tempo, eu tenho certeza que sempre trataram as presas comuns com muito respeito. Porque a gente entendia por que elas tavam ali. E elas tinham admiração pela gente, sabe? E a gente se familiarizava.

O espaço que era encarado como inóspito pelas militantes, tornava-se um paradeiro buscado pelas outras mulheres para que tivessem acesso a novas vivências, aproximando-se de um mundo que lhes era estranho: o das mulheres criminalizadas por tomar a ação política de oposição ao governo. Nos momentos de contato entre essas mulheres, as presas políticas desempenhavam um papel de superioridade, com inversão da ordem de subjugamento à qual estavam constantemente expostas neste local. Ignez relembra os gestos dessas mulheres anônimas que queriam se fazer lembradas, sendo frequentemente presenteada pelas internas enviadas às solitárias: *“Eu recebi lenço bordado com meu nome Marta, meu nome de guerra. Ganhei mimos delas. Uma escreveu, fez um caderninho, contando toda a história de vida dela pra mim. Outra me deu um cacho de cabelo.”* Demonstrando uma relação de total confiança, uma delas compartilhou até mesmo uma rota de fuga:

Era uma cara que tinha sido presa por tráfico, uma questão de tráfico de droga, e ela me deu uma rota de fuga pra mim chegar no Chile, me dando contatos do tráfico. Cidades, pessoas, endereço... Pra mim chegar em segurança no Chile através da rota do tráfico. E ela me disse: “Eu vou fugir essa semana. Eu tô com um plano montado. A vinda de vocês pra cá dificultou a nossa vida, porque aumentou a segurança. Mas eu já tenho esquema montado, já sei como é que vou fazer, e eu vim aqui só pra te dar essa rota. Faça o que eu to te dizendo, que tu vai conseguir chegar no Chile”. E ela me deu, olha a confiança, cara, ela me deu essa rota. E eu escondi dentro do meu travesseiro. Eu abri o travesseiro, botei lá dentro do travesseiro, costurei o travesseiro. Eu guardei a rota que ela tinha me dado, que eu tava pensando em usar quando eu saísse. E ela fugiu, como ela disse. E ela me disse: “Daqui dois, três dias eu tô... Eu saio daqui [da solitária], depois eu saio [do presídio]”. E foi tiro e queda. Tiraram ela de lá, dois dia depois ela fugiu. E foi embora. E usou essa rota que ela tinha me dado. Ela disse: “Eu vou te esperar lá, porque eu vou usar essa rota”. A confiança, porque ela sabia que eu não ia delatar.

Iara, mesmo sem ter contato direto com as presas do prédio central, que não foram enviadas às solitárias durante período em que esteve encarcerada, também relembra os gestos de solidariedade manifestado por essas mulheres, narrando o episódio em que enviaram frutas como forma de agradecer e acarinhar as *“terroristas”*:

No domingo, no fim da tarde, alguém abriu assim a coisa, e deu um caqui pra gente. Era tempo de caqui. Um pra cada um. Gente, até hoje eu como caqui achando que é uma experiência gastronômica inacreditável, sabe? Foi um prazer. E depois alguém disse que tinha sido uma das presas, que falavam: “Ah, as terroristas tão lá, então vamos, vamos ajudá-las, vamos”.

Sabe? Foi um presente das presas porque a gente tava no castigo delas.

Entre os relatos que mencionam a convivência com as internas da Penitenciária – o que, nesta segunda fase de aprisionamento, foi vivenciado somente por Ignez e Mailde -, as cenas narradas são de contatos repletos de trocas e criação de laços, recebendo as presas do prédio central como uma boa companhia nos momentos de solidão. O relato de Mailde, contudo, chama atenção para outras facetas dessa relação, sugerindo que algumas presas teriam sido enviadas às celas de castigo pela administração do Presídio como forma de punição às presas políticas, expondo-as a riscos e intimidando-as a partir dessas presenças, consideradas desde estigmas de criminalidade e periculosidade. É o que se depreende ao citar o caso de uma interna que estava doente, falecendo como vítima da tuberculose poucos dias após a passagem nas solitárias, e de uma presa que encarava como uma mulher perigosa:

Quando eu fiquei sozinha teve uma que eu emprestei toalha pra ela... Claro, porque as roupa elas [presas do prédio central] lavavam lá em cima, né, elas vinham buscar e lavavam. Depois eu fiquei sabendo que ela era tuberculosa. E tu sabe quem foi que me falou? A médica delas. A médica do Presídio foi lá embaixo conversar comigo e me contou, a própria médica me contou. Eu falei: “Mas como fazem uma coisa dessas?”. Ela disse pra mim: “É uma coisa que nem eu acredito que aconteceu, mas aconteceu”. Aí eu disse assim: “A Madre Beth sabia?”. Diz ela assim: “O Presídio todo sabe”. Bem assim. Eu fiquei com tanta raiva daquela Madre. [...] Tinha uma [presa] que já tava não sei quanto, não lembro o nome daquela mulher. Aquela até eu às vezes tinha medo dela. Não sei quantos anos que ela tava no presídio. Muitos anos. Ela cuidava da horta, ela capinava, ela mexia com enxada, essas coisas... Não sei que que foi, que já era uma senhora, não sei o que que foi que ela aprontou lá em cima, e mandaram ela lá de castigo. E ela veio. E aí, eu... Até me assustei quando ela chegou, porque não imaginei que tivesse uma presa assim naquela idade, né. Ela era bem de idade. E aí primeiro ela chegou, muito fechada, sabe? Porque ela... Não sei qual era o problema que ela tinha lá em cima, ela realmente não convivia muito com as outras. De manhã cedo ela tomava o café dela e descia. Ela ficava mais no pátio mesmo. Deu uns 2 dias depois que tava lá, ela começou a se abrir. [...] Ela matou... Ela matou e esquartejou o marido dela. Aí ela disse assim pra mim: “Mas tu não lembra? Isso aí saiu nos jornais. Todo mundo comentou”. Falei: “Ah, não sei de nada”. Eu não, ela podia me estrangular lá, ela era uma mulher que não era pequena. Fiquei com medo dela, sabe? E então... A gente... Elas [as freiras] expunham a gente. Eu falei assim: “Mas e, e... E tu gosta de ficar ali?”. Diz ela assim: “Ah, já pensei várias vezes de torcer o pescoço duma ali”.

Assim se delimitam os tantos pontos de tensionamento a partir dos quais se enredaram essas relações. Ao mesmo tempo em que as presas comuns encaravam as presas políticas com estima, desde uma perspectiva socialmente hierarquizada, em que vislumbravam nestas a representação de uma classe social distinta e de vivências políticas particulares, as militantes

se sentiam, em algumas circunstâncias, subjugadas por aquilo que se propunha com o envio das presas do prédio central. Além disso, estas mulheres eram também percebidas de forma hierárquica a partir das condições de encarceramento às quais estavam conformadas na Penitenciária, profundamente contrastante com as limitações vividas nas solitárias, podendo usufruir de estruturas minimamente mais dignas. O local utilizado para eventualmente castigar as internas, afinal, havia se transformado no paradeiro definitivo e inescapável das presas políticas. Nessa perspectiva, ao mirar a “lógica repressiva hierarquizante”,⁶⁵⁰ Baretta identifica que neste cenário institucional as presas políticas foram situadas em posição inferior às das presas ditas comuns.

Em toda essa complexa miscelânea de sujeitos em convivência no cárcere, os agentes do DOPS e personagens associados aos órgãos de segurança foram aqueles de presença mais rarefeita e contraditória. Ainda que estivessem fisicamente ausentes desse espaço na maior parte do tempo, suas frequências eram onipresentes, tanto pelo espectro das ameaças que expunham as militantes à possibilidade de retiradas para interrogatórios fora da Penitenciária, quanto pelo entendimento de que aquele local de castigo estava diretamente associado à gerência desses sujeitos, interpretados pelas presas como seus algozes. Sem que seja possível delimitar, a partir do aparato documental que ampara esta pesquisa, qual foi o grau de influência exercido pelas autoridades do DOPS no engendramento do regime de encarceramento político na PFMP, as presas conjecturam que seriam eles os responsáveis por impor a acomodação naquele local de castigo – como comenta Vera: *“Eu acho que eles montaram aquilo ali, o pessoal do DOI-CODI [DOPS] e da Secretaria de Segurança, em conluio com essas freiras, pra arranjar um lugar pra gente”* – delimitando que as violências associadas ao DOPS/RS também se estendiam àquele espaço, desde outras configurações.

De modo geral, a presença física dos agentes do DOPS/RS se restringiu ao exterior da Penitenciária, surgindo neste cenário somente nos episódios de transferência para interrogatórios ou soltura das presas, conforme relatado por Vera: *“As únicas presenças deles eram quando eles nos levavam e depois quando eles foram me pegar. [...] Se tinha que fazer [interrogatório], eles iam lá, pegavam a pessoa e levava. Mas no meu caso foi só dessa vez que me levaram [para ser presa] e depois foram me buscar [para ser transferida a outro presídio]”*. Mailde é a única que narra uma interação distinta, indicando um episódio excepcional em que teve sua cela invadida para ser ameaçada por Major Átila, demarcando o

⁶⁵⁰ BARETTA, op. cit., p. 154.

momento que encarou com maior temor e vulnerabilidade durante o período de aprisionamento:

Foi o pior dia da minha vida que eu passei na cadeia. Porque quando eu tava no DOPS, eu levei muito choque, tudo, escutei muito, vi muita tortura. Mas muita coisa não era ligada a mim, era ligada às outras pessoas que eu tava vendo. Aquele dia foi diretamente comigo. Eu tava na minha cela, a porta tava aberta. Ele entrou... Ele entrou chutando, ele chutou a minha cama. Ele quebrou a mesa onde tava o meu ventilador que as freira tinham me dado, o ventilador pequenininho. Ele quebrou tudo, me jogou assim, contra a parede. E disse pra mim: “Tu tá reclamando muito. Tu vai ver então o que é tortura, é em São Paulo na Operação Bandeirante. Eu vou te mandar pra lá. Aí você se prepara” – diz ele assim pra mim – “Você vai ver o que é sofrimento” – ele disse pra mim. Pô, eu gelei, né. Eu gelei. [...] Eu acho que a violência maior pra mim foi essa questão do Major Átila, que isso aí foi uma coisa que me assustou muito. Eu realmente tive medo, porque todo cristão preso sabia da Operação Bandeirante. Era uma coisa que não era segredo pra ninguém. A gente sabia do que que eles eram capazes de fazer. E eu de repente eu me vi assim: eu vou chegar viva e vou sair morta de lá, da Operação Bandeirante. Então foi... Aquilo foi brutal pra mim, muito.

Apesar das nuances na convivência entre os sujeitos, o elo que sustenta a estruturação institucional e explica a particularidade das relações tecidas neste espaço está na completa segregação das presas políticas. Para além da imposição da barreira com o mundo externo, essas mulheres foram apartadas do restante da vida da penitenciária sem que, em contraponto, fossem integradas a um projeto específico. Sem um enquadramento delimitado na categoria de criminosas, mobilizada para etiquetar mulheres de estratos sociais desprivilegiados cujas transgressões se concentram na desobediência social e no abandono dos papéis de gênero,⁶⁵¹ as militantes de esquerda eram tratadas como subversivas, punidas por seus crimes políticos e indisciplinas de gênero, raça e classe. Enquanto as delinquentes poderiam ser recuperadas pela introjeção de valores cristãos e direcionadas para a ocupação do tempo em atividades laborais voltadas à condição de esposa, mãe ou serviçal, as terroristas eram relegadas ao disforme. Para além das implicações políticas, isso se refere também a uma questão de classe, como bem observado por Tatianne Silva ao discorrer sobre o encarceramento de militantes de esquerda na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife, administrada pela mesma Congregação responsável pelo Madre Pelletier:

⁶⁵¹ De acordo com Julita Lemgruber, “A mulher detenta é vista como tendo transgredido a ordem em dois níveis: a) a ordem da sociedade; b) a ordem da família, abandonando seu papel de mãe e esposa – o papel que lhe foi destinado”. A repressão é também dupla: “a) a privação de liberdade comum a todos os prisioneiros; b) uma vigilância rígida para ‘protegê-las contra elas mesmas’, que explica porque a direção de uma prisão de mulheres se sente investida de uma missão moral”. In: LEMGRUBER, op. cit., p. 86.

[As presas políticas] não faziam os cursos de culinária, corte e costura, entre outros já mencionados, inclusive porque, em sua maioria, eram de classe média, com ensino básico completo e inseridas no ambiente acadêmico, ou seja, não estavam ali para se ressocializarem a partir do trabalho, do aprendizado de um ofício. Nem eram obrigadas a participar das noturnas rezas, mas estavam ali também para terem seus corpos moldados e aceitarem o regime político do país e a condição privada do ser mulher. Elas são punidas, então, para não mais ocuparem os espaços que ousaram ocupar: militante de esquerda e mulher pública, inserida na política.⁶⁵²

Mesmo que o espaço carcerário tivesse brechas para se tornar também um ambiente de sociabilidade, no qual recebiam as visitas pontuais de seus familiares e usufruíam da companhia uma das outras, era sobretudo um lugar de exclusão. Ao furtarem essas mulheres de esquerda, tão ativas em suas vidas públicas, até mesmo da incorporação à rotina prisional, a prisão política se constituía como a negação de suas vivências políticas e inserções sociais. Ali dentro, não faziam parte de nada.

Todos estes fatores que estruturaram de forma tão aguda a segunda fase de aprisionamento na PFMP – a alocação em um local de castigo, as condições precárias e insalubres do alojamento, as mobilizações para humilhação e fragilização das presas, a rede de sujeitos em convivência em ordenamentos constantes de vigilância e hierarquizações – compõem, em diferentes graus, também as etapas subsequentes ao ano de 1970. Ao marcar o início do envio mais sistemático de presas políticas à instituição, com a primeira menção ao uso das solitárias de castigo como local de encarceramento político, este se torna um período emblemático por indicar os percursos pelos quais as violências se redefiniram nesse espaço. A partir de então, a mobilização do espaço prisional para o controle e punição das presas políticas se faria presente, embora não com a mesma latência que neste intervalo.

À diferença da primeira etapa de aprisionamento político na PFMP, entre os anos de 1964 e 1969, quando o envio de militantes de esquerda à instituição era ainda pontual, com permanências passageiras e não integradas a um modelo específico de punição aos crimes políticos, a segunda fase de aprisionamento apresenta características coesas que permitem identificar o engendramento de um regime de encarceramento especialmente voltado às presas políticas. A redefinição das ações repressivas no ambiente interno do cárcere se insere em um contexto de significativas alterações institucionais, com a transformação oficial da instituição em penitenciária, e de intensificação da perseguição, por parte da polícia política, às militâncias de esquerda. Entre os meses de abril de 1970 e junho de 1971, o único presídio de mulheres do Rio Grande do Sul, que até então recebera somente duas presas políticas com

⁶⁵² SILVA, op. cit., p. 91.

passagens breves, passou a ser o local de encarceramento de onze militantes de esquerda. Nos anos seguintes, mais 8 mulheres também seriam ali penalizadas por seus crimes de insurgência e inconformidade com a ordem política ditatorial.

5.3 TERCEIRA FASE DE APRISIONAMENTO (1972-1973)

O envio para uma instituição prisional não foi novidade para as mulheres encarceradas na PFMP entre os anos de 1972 e 1973. Leane, Leia, Maria Celeste, Vera e Zilá já se encontravam aprisionadas em outros presídios quando foram enfim transferidas para Porto Alegre, ao contrário das presas da fase anterior, cuja chegada na penitenciária foi imediata após o período de detenção no DOPS/RS, constituindo suas primeiras experiências de encarceramento.

Leane, Leia, Maria Celeste e Zilá foram transferidas juntas para Porto Alegre em abril de 1972, para responder aos trâmites dos processos judiciais que eram conduzidos no Rio Grande do Sul pela 1ª Auditoria Militar da 3ª Circunscrição Judiciária Militar. A transferência à capital gaúcha ocorreu em avião da FAB, com desembarque na Base Aérea de Canoas, sob constantes ameaças dos militares que as acompanhavam, conforme descrito por Maria Celeste em seu relato de prisão: “A viagem num avião militar, com outros presos políticos, foi atordoante com a escolta militar provocando ameaças frequentes de nos jogar do avião”.⁶⁵³ Após uma breve passagem pelo DOPS/RS, foram então encaminhadas à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, onde permaneceriam até serem novamente enviadas para São Paulo. Em outubro, Leane e Celeste seriam outra vez instaladas na PFMP até o momento da soltura. Em carta escrita na noite em que chegou pela primeira vez ao presídio de Porto Alegre, endereçada às companheiras de prisão que permaneciam em São Paulo, Leane descreve o percurso até o novo cárcere:

Hoje é segunda, chegamos hoje à tardinha, ficamos na Oban com as meninas até hoje às 9 horas, quando partimos todos. O avião acabou atrasando e só saímos de lá ao meio dia. Passamos esse tempo conversando com os meninos, foi ótimo. [...] Fiquei ruim durante toda a viagem e foi uma chatura pois o avião era C-47, daqueles de banquinhos na direção da janela e sequer pude olhar direito a paisagem, mas deu pra ver Florianópolis. [...] Chegamos aqui e fomos direto para o Dops, os meninos ficaram lá e nós quase também ficamos, mas depois de longas reviravoltas numa camionete fechada – eu

⁶⁵³ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6700-1200/98-5*. Porto Alegre, 1998, fl. 17.

numa tontura só, a Leia sentindo manifestações claustrofóbicas e a Zilá nervosíssima e falando sem parar – viemos parar aqui no tão comentado Bom Pastor. Têm 4 celinhas ISOLADAS que foram preenchidas por nós.⁶⁵⁴

Antes de serem transferidas ao Madre Pelletier, Leane, Leia, Zilá e Maria Celeste, detidas na cidade de São Paulo, se encontravam aprisionadas no Presídio Tiradentes, em ala exclusiva das presas políticas que ficou conhecida por “Torre das Donzelas”. Inaugurado em 1852, o presídio misto recebeu presas políticas da ditadura civil-militar brasileira a partir de 1969, até o ano de sua desativação, em 1973.⁶⁵⁵ A Torre era composta por um andar térreo e, na parte superior, por três celas amplas, utilizadas para dormitório, cozinha comunitária e espaço de convivência, em que mais de 50 presas políticas chegaram a estar aprisionadas ao mesmo tempo.⁶⁵⁶ Nesse espaço, as presas políticas eram aprisionadas sem contato com as presas “comuns” e com os homens que se encontravam confinados em outros setores.

Com significativas transformações nas condições de encarceramento ao longo do período em que recebeu presas políticas, o encarceramento no Tiradentes foi envolto por momentos de maior instabilidade, associado aos acontecimentos políticos externos, quando eram realizadas revistas nas celas, o confisco de livros e itens pessoais e a interdição de visitas;⁶⁵⁷ e por períodos marcados pela organização coletiva das presas, com reivindicações para a melhoria das condições de encarceramento, que persistiram até o final do aprisionamento político na instituição, conquistando a montagem da cozinha, a organização de uma biblioteca e o destrancamento das celas.⁶⁵⁸ Pelo grande volume de mulheres presas, o encarceramento no Tiradentes se pautou, sobretudo, por um senso de coletividade que, a partir de estratégias de sobrevivência, direcionava-se para criar no espaço de cárcere um canal para a resistência. Buscando amenizar a dureza do aprisionamento, as militantes teceram fendas para criar um cotidiano que ressignificasse a estada na prisão. Nesse sentido, como sublinha Ayssa Norek, se envolveram na distribuição de tarefas de cozinha e limpeza, na organização de aulas e de discussões políticas, na prática de exercícios físicos diários e na confecção de artesanatos.⁶⁵⁹ Os relatos orais de Leane e Leia atentam ao aspecto de coletividade mobilizado pelas presas políticas do Tiradentes:

⁶⁵⁴ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 17 de abril de 1972.

⁶⁵⁵ NOREK, op. cit., p. 72.

⁶⁵⁶ Ibid., p. 76, p. 80.

⁶⁵⁷ Ibid., p. 82-85.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 85.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 88.

O Tiradentes tinha uma cozinha, uma cela a gente transformou em cozinha, uma cela grande. E aí as famílias, a gente fazia uma escala, então uma família trazia verdura, outra família trazia carne, outra família trazia arroz, outra família trazia fruta, e a gente compunha todo um cardápio, porque a comida do estado era impossível de comer em São Paulo, vinha bicho dentro, eram coisas que eram feitas no Presídio Central, e iam para todos os lugares que tinham presos. [...] O Tiradentes tinha até 27 mulheres às vezes, por exemplo. Então levava feijão, arroz, pra 27 mulheres. Então aqui a gente tinha mesmo que cozinhar. (Leane)

Era tudo super organizado, tudo em equipes e tal. Uma hora tu tava na cozinha, outra hora tu tava limpando as celas e, no exterior das celas, dentro das celas também tinha... Era tudo assim, super organizadinho, equipe pra isso, equipe praquilo. Bem coisa assim de cara de ativista político, né? Tinha tudo organizado e tal. A gente cozinhava lá, então a comida, a gente que fazia, nem me lembro como é que era, mas era uma comida normal, simples e tal, não era comida de prisão, entendeu? A gente que cozinhava. E assim... Quem podia, isso sempre foi uma coisa que se fez. [...] A minha irmã me visitava toda semana. Eu acho que quartas-feiras era pra levar comida e sábado era... Visita, sei que tinha dois dias lá que ela ia. Então assim... Tinha livro pra ler, entendeu? (Leia)

O olhar dessas mulheres para o novo espaço de cárcere foi, portanto, enquadrado pelos modos como assimilavam a experiência prévia de aprisionamento. Para Leia, a percepção do encarceramento na Torre das Donzelas era de uma certa tranquilidade, distante do horror que poderia ser vivido em um estabelecimento prisional, o que contrastou com o sentimento encarado ao chegar à PFMP:

No Tiradentes eu me senti super... Primeiro, eu tava com gente que eu conhecia. Então... Tiradentes foi tranquilo. Eu não tinha medo. Só o fato de tu tá confinada e não poder sair. Mas pra mim, não foi, eu li um monte... Foi... E aquela velha coisa que eu sempre digo pra todo mundo: se tu tá preso, tu sabe que tu não tem problemas pra resolver, quando tu tá aqui [fora da prisão] tu tem que, ah, faltou luz, estragou não sei o quê, teus problemas são assim, como é que tu fica aqui na boa.... Tá privado da tua liberdade, mas em princípio... Eu te digo assim: a minha irmã vinha, trazia comida que a gente cozinhava lá, lavava minha roupa, eu nem lavava roupa. Eu ficava lendo, a gente fazia atividade física, tinha um grupo que fazia. Dentro das condições que a gente tinha, não é de uma cadeia comum, de uma cadeia de presa comum, cheia de gente, com alguém querendo te comer ou qualquer coisa assim, a gente tinha outro nível. A situação pra mim, como é que eu vou te dizer, não vou dizer que era confortável, mas não era um horror. Depois a gente ficava com as celas abertas todo dia, só fechava as celas de noite. Agora, Madre Pelletier sim, aí a coisa já mudou um pouco de figura.

Na percepção de Leane, por sua vez, o que se destacava era o sossego encontrado na PFMP. Naquilo que podia visualizar da cela, esboçava em sua imaginação uma atmosfera de

tranquilidade, buscando abstrair “*o lado bom das coisas*”, como comenta em seu testemunho oral ao relembrar as cartas redigidas às companheiras de prisão do Tiradentes e ao namorado:

Eu dizia: o muro é alto, a gente não vê como é o jardim, mas com certeza, quando eu entrei eu vi que tinha um jardim grande no presídio, então eu só vejo a ponta do eucalipto balançando, mas eu imagino que tem um lago, porque eu ouço barulho de patos, então eu acho que tem um laguinho. Então eu fiquei imaginando o jardim e contando na carta como deveria ser e tal, eu falava que o sol se punha em cima desse muro, que é toda uma coisa até poética, falando do lugar. Pô, a gente tava numa solitária. Mas a gente conseguia ver, tanto no convívio, quanto no individual, a gente sempre conseguia ver o lado bom das coisas.

À diferença de seus dias no Tiradentes, tumultuados com a presença de um enorme coletivo de companheiras de prisão, ali encontrou o silêncio, o coaxar das rãs e a beleza do entardecer, conforme descreve nas correspondências:

Apesar do presídio (que parece agora ter outro nome) ser situado numa avenida movimentada de um bairro da cidade (Teresópolis), as alas onde ficamos estão separadas do prédio e portanto ficamos longe de todo barulho e só ouvimos (minha experiência é esta – só noite) praticamente coaxar de rãs, grilos e patos – o que me sugere deve haver um lago no pátio imenso que tem aqui, que, em princípio, não teremos acesso.⁶⁶⁰

Nosso entardecer foi calmo, calmo; o prédio mesmo (nossas alas são separadas) é de 4 andares, de construção austera, de cor rosa escuro, revestido com mica, a gente ficou no pátio agora no entardecer é muito bonito se ver o fim da tarde, a mudança da cor do céu, o sol clareando o prédio e depois desaparecendo atrás do morro que tem as casinha de madeira. É tudo tão lugar comum, sei, mas é incrível como tudo isso penetra na gente e como faz parte daqui.⁶⁶¹

Vera chegou à Penitenciária em maio de 1972. Desembarcou sob escolta no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, com grande comoção da família que a aguardava: “*Eu cheguei aqui no aeroporto, tinha uma comitiva de gente me esperando, meu filho chegou com um buquê de rosas, um gurizinho de sete, oito anos*”. Após um rápido encontro com os familiares, foi encaminhada ao camburão, que a conduziu diretamente até a PFMP. Antes disso, encontrava-se presa na Colônia Penal do Bom Pastor, localizada em Recife, desde 1970. Sua transferência era resultado de uma demanda judicial movida com o apoio da família, buscando estar mais próxima do filho: “*Eu queria ficar mais perto do meu filho, dela*

⁶⁶⁰ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 17 de abril de 1972, endereçada às companheiras de prisão do Presídio Tiradentes.

⁶⁶¹ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 20 de abril de 1972, endereçada ao namorado Otacílio.

[da mãe], e tal... Lá não tinha família nenhuma. Principalmente pra criança que eu queria restabelecer o vínculo com ele”.

Administrada pela mesma Congregação responsável pela Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a Colônia Penal do Bom Pastor foi inaugurada em 1945, passando a receber presas políticas a partir de 1969.⁶⁶² A fundamentação regimental obedecia às premissas da Congregação, voltando-se à recuperação social e moral das mulheres desviantes, com a disciplinarização de seus corpos para a obediência e a religiosidade, de modo que alcançassem o arrependimento por suas transgressões e se regenerassem enquanto mães, esposas, donas de casa ou serviçais.⁶⁶³ Este tratamento, contudo, não se estendia às presas políticas, que eram alocadas em ala específica de celas destrancadas, com um cotidiano flexível, permeado pelo convívio coletivo e alheio às imposições religiosas e laborais.⁶⁶⁴

Ainda que o modo como eram recebidas pela instituição variasse de acordo com a gestão do presídio, o ambiente geral era de acolhimento e solidariedade por parte das freiras, como apontado por Tatianne Silva.⁶⁶⁵ Nesse espaço, as mulheres aprisionadas por motivações políticas, após severos maus-tratos nos episódios de captura e detenção pelos órgãos de segurança, encontraram uma possibilidade de, pelo fortalecimento dos afetos com as companheiras de prisão, buscar a inventividade para fortalecer suas existências. Como sintetiza Silva, “(re)inventaram-se, construíram outras formas de viver a/na prisão, cuidaram de si e das outras, não deixaram a mente ficar parada, direcionaram o tempo no cárcere para aprender e praticar coisas novas”.⁶⁶⁶

Ao demandar a transferência para Porto Alegre, sabendo se tratar de uma instituição administrada pela mesma entidade, Vera tinha expectativas de continuidade no tratamento recebido, o que tão logo se frustrou com sua chegada ao presídio: “*Eu já achava que as freiras, as freiras todas da mesma ordem religiosa, todas do Bom Pastor, todas com a mesma mentalidade. [...] Aí eu entrei lá... Eu digo: ‘Não, não é possível que eu troquei Recife por isso aqui.’*” Enquanto na Colônia do Bom Pastor Vera podia circular pelo jardim, responsabilizar-se pelo cuidado de um aquário, trabalhar na produção de bordados e viver momentos de lazer e cuidado com suas companheiras de prisão, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier se deparou com a claustrofobia de estar aprisionada em solitárias:

⁶⁶² SILVA, op. cit., p. 87.

⁶⁶³ Ibid., p. 87-90.

⁶⁶⁴ Ibid., p. 103-109.

⁶⁶⁵ Ibid., p. 91.

⁶⁶⁶ Ibid., p. 105.

Cela fechada, não podia ter livro, não podia ter nada, nada, nem puxar uma descarga... Outra coisa desesperadora: eu fumava. Eu não sei por que... Eu não me lembro... Eu não sei se eu tava com cigarro, não tava... Eu sei que me bateu um desespero, um desespero, um desespero... Nem cigarro não tem. [...] E aí sim, me deu, “por que é que eu não tô lá”, e me lembrava daquelas gurias tocando violão, cantando, dando risada. Eu tinha um aquário enorme que eu cuidava dos peixes, eu era a mulher dos peixes. “Aquela mulher dos peixes, essa é a mulher dos peixes”. Bordados a gente fazia pra Casa Caiada, a gente bordava almofadas, ganhava dinheiro com aquilo. [...] Faz tapetes... E tal... Então tinha muita coisa pra fazer, eram dias bacana. De repente eu tô ali. Aquela cela, fechadinha. Ah. Ai, que claustrofobia. Só tem aquele buraquinho ali.

Pelo caráter específico do encarceramento dessas mulheres, que já estavam presas anteriormente e circulavam pela malha judicial para o julgamento de todos os delitos políticos pelos quais eram denunciadas em diferentes estados, os fluxos do aprisionamento na PFMP envolveram idas e vindas em diferentes momentos. No que se pode analisar a partir das fontes que sustentam esta pesquisa,⁶⁶⁷ Vera, que já havia sido julgada em Recife e conquistou a transferência para Porto Alegre a partir de demandas familiares levadas à justiça, teve uma permanência mais estável, sendo mantida encarcerada na PFMP desde o seu ingresso em maio de 1972, até a data de libertação, no ano seguinte. Por outro lado, as presas vindas do Presídio Tiradentes, retiradas de São Paulo à mando da Auditoria Militar sediada em Porto Alegre, foram submetidas a processos judiciais ainda em andamento no Rio Grande do Sul, sendo requeridas para interrogatórios e audiências. As datas de suas passagens pela Penitenciária são mais imprecisas, podendo-se indicar a chegada no mês de abril de 1972, com a saída de Zilá e Leia na primeira quinzena de maio, e posterior reencaminhamento de Leane e Maria Celeste ao Tiradentes, com retorno à PFMP em outubro do mesmo ano, onde permaneceram até serem libertadas da prisão. Para fins de sistematização, assim se delimitaram os fluxos das presas políticas na PFMP nesta terceira fase de aprisionamento:

⁶⁶⁷ Esses dados são indicados a partir do cotejo dos processos de indenização, assim como de documentos disponíveis no acervo do projeto Brasil Nunca Mais Digital, que podem ser conferidos nos Anexos 7 e 8.

Tabela 10. Fluxo da terceira fase de aprisionamento político na PFMP (1972-1973).

Presa política	Origem	Motivo do recolhimento	Entradas registradas	Última saída
Leane	Presídio Tiradentes	Audiência/ Execução da pena	Abril e outubro/72	Dezembro/72
Leia	Presídio Tiradentes	Audiência	Abril/72	Maió/72
Maria Celeste	Presídio Tiradentes	Audiência/ Execução da pena	Abril e outubro/72	Julho/73
Vera	Colônia Penal do Bom Pastor	Execução da pena	Maió/72	Março/73
Zilá	Presídio Tiradentes	Audiência	Abril/72	Maió/72

Fonte: Autoria própria (Brasil Nunca Mais Digital, processos de indenização (APERS), entrevistas).

Neste período, a administração da Penitenciária seguia sob a direção de Madre Maria Elizabeth que, em março de 1972, teve seu cargo confirmado pelo Conselho Provincial para mais três anos de atuação à frente da casa de Porto Alegre.⁶⁶⁸ Ao contrário do observado nas etapas anteriores, em que a relação com o governo parecia ser ponto conflituoso, a produção documental da instituição entre 1972 e 1973 não contempla essas questões, somente indicando de forma pontual, no final de 1971, o atraso no repasse das verbas.⁶⁶⁹

Essa etapa se permeia pela introdução de demandas carcerárias que passam a exigir maior preparação das freiras, observando-se a organização de estudos sobre questões penitenciárias, a preocupação na relação com as funcionárias e funcionários, a acentuação dos cuidados com segurança e com a vigilância das internas, bem como a adesão a eventos coordenados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários. Pela primeira vez, mencionam-se eventos realizados com as presas em comemoração ao “Dia do Presidiário” ou “Dia do Apenado”. Também de forma inédita se constata a existência do cargo de Assistente de Direção, ocupado por Tânia Nascimento que, sem possuir vinculação religiosa, seria posteriormente empossada como diretora da Penitenciária após a saída da Congregação. Conforme observado por Karpowicz, esses movimentos passam a delimitar a PFMP como uma “instituição prisional administrada conjuntamente pelas Freiras e pela SUSEPE”.⁶⁷⁰

⁶⁶⁸ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 119b.

⁶⁶⁹ ACERVO Bom Pastor, Livro 47, op. cit., Ata da 65ª Reunião, 18 de dezembro de 1971.

⁶⁷⁰ KARPOWICZ, op. cit., p. 287.

Em maio e junho de 1972, nas atas da Equipe de Vida da Comunidade de Porto Alegre, menciona-se pela primeira vez as “internas do DOPS”, em qualificativo que pode tanto aludir ao local onde eram aprisionadas – conhecido vulgarmente pelas presas do prédio central como “DOPS”, como já discutido anteriormente -, quanto indicar as autoridades responsáveis pela custódia dessas prisioneiras, em nítida orientação de distanciamento e desresponsabilização das freiras pelo cuidado para com essas mulheres. Os comentários dizem respeito à concessão de visitas especiais das mães das presas, por ocasião do Dia das Mães, e à decisão de dedicar às presas políticas as preces de uma data religiosa, do Dia da Sagrada Face de Jesus, cuja origem remonta à imagem da face ensanguentada de Jesus Cristo durante a Via-Sacra.⁶⁷¹ Se nas etapas anteriores essas mulheres foram tratadas como figuras inexistentes, sendo completamente ocultadas dos registros oficiais, a inclusão enquanto tópico de discussão nas reuniões das religiosas indica retalhos de uma orientação de reconhecimento de suas presenças, apontando esforços mínimos para algum tipo de amparo das presas políticas:

Foram também lembradas as mães das Internas do DOPS. A Madre autorizou uma visita extra às suas filhas e para cada uma foi também o comunicado com a seguinte mensagem: “Nunca se esqueça da sua mãe, ela é uma joia”. [Foi entregue] Um presente com cartão para que elas tivessem a alegria de escrever algo às suas mães.⁶⁷²

Falando-se nas Internas do DOPS ficou combinado que o “Dia da Stª Face” (terça-feira) sempre será oferecido por elas, a Stª missa e orações.⁶⁷³

Ainda que com breves inclinações para o acolhimento das presas políticas, o regime de encarceramento nessa etapa de aprisionamento igualmente se regeu pela segregação. Tal como em 1970, a solitária foi o destino de todas as presas políticas, mantendo-as isoladas do restante do corpo prisional. Enquanto Leane, Leia, Zilá e Maria Celeste foram diretamente encaminhadas para as celas de castigo, Vera teve uma rápida passagem pelo prédio central, sendo revistada em uma sala de triagem e posteriormente encaminhada ao espaço de aprisionamento político, conforme narra:

O pessoal do DOPS me entregou lá, dentro do presídio, fui pruma salinha específica, logo lá na entrada, chegou uma funcionária, eu acho que provavelmente do DOPS também, que sabia fazer todas, muito cuidadosamente na revista. Boca assim [abre a boca]. Tudo, tudo, tudo, bem minucioso. Mas não teve inserção de dedos em lugar nenhum, né? Vagina,

⁶⁷¹ AQUINO, Felipe. Devoção à Sagrada Face de Cristo. In: Blog Canção Nova. 04 mar. 2015. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2015/03/04/devocao-a-sagrada-face-de-cristo/> Acesso em: 07.12.2023

⁶⁷² ACERVO Bom Pastor, Livro 47, op. cit., Ata da 72ª Reunião, 13 de maio de 1972.

⁶⁷³ Ibid., Ata da 77ª Reunião, 23 de junho de 1972.

ânus, não. Mas o resto sim. E... Depois eu descí. Revirou toda a mala, tudo que eu tinha, fiz uma mala pequeninha, mas revirou tudo, tudo, minuciosamente. [...] E aí... Desci lá com a malinha e fui praquela masmorra que absolutamente me apavorou.

Esteve apavoramento sentido por Vera - “*se eu soubesse que era esse terror eu jamais teria vindo*”, complementa – se relaciona à percepção de Leia, que visualizava o vínculo daquele local com o castigo: “*Era castigo mesmo, ali eu me sentia, ali era castigo, entendeu? Porque assim, só nós ali, num espaço pequeno... Pouco confortável. Na verdade, lá em São Paulo, pelo menos o Tiradentes, tu já tinha feito teu cantinho ali, entendeu? Ali era ruim.*” Em direção similar, o primeiro olhar de Leane para a PFMP foi como um local “*assustador*”:

A gente chegava lá, era tudo muito assustador. Porque eles nos colocavam naquelas... Aqui [em São Paulo] tinha as veraneios, aquelas peruas da polícia daqui. Lá você ficava naquelas coisas de presidiário, que era aquelas coisas fechadas, que só tinha um buraco pra respirar. Então você não sabia nem pra onde eles tavam te levando pra dentro da cidade. Quando a gente parou, dentro da frente do presídio, já dentro do pátio do presídio, olhamos aquilo, do que se trata, foi assustador, mas ao mesmo tempo era um lugar com uma construção sólida, bonita até certo ponto. Veio nos receber uma freira. Tinha um jardim. Então foi uma coisa meio rápida, que a gente passou por um cantinho, e já foi direto pra solitária. E daí também foi um susto, porque aí no começo nos colocaram numa celinha solitária, então foi assustador.

A disposição das celas de castigo era semelhante à da fase de aprisionamento anterior. Os relatos orais e escritos atentam para as quatro solitárias e suas dimensões diminutas, ao chuveiro instalado em um espaço coberto, ao pátio para convivência e ao muro com arames farpados, como descrito por Maria Celeste: “*Tratava-se de um conjunto de 4 cubículos – com uma cama e uma privada no chão, aberta e descarga acionada pelo lado de fora – com um pequeno pátio murado com um alto paredão encimado por arame farpado*”.⁶⁷⁴ Em carta escrita no primeiro dia de aprisionamento, Leane descreve o espaço em que se encontravam confinadas, comparando-o com as instalações de São Paulo:

Têm 4 celinhas ISOLADAS que foram preenchidas por nós. As celas são mais ou menos dois terços da cela 2 daí, com uma porta como a cela forte da Oban e uma janelinha perto do teto. Contém somente uma cama e uma foça (fossa?). O chuveiro é no pequeno pátio que é a frente das 4 celas juntas e esse pátio é cercado de 1 muro alto com arames. É um presídio que disseram-nos contém 67 presas comuns e nenhuma política mas somos absolutamente separadas das comuns. A luz das celas permanece acesa e

⁶⁷⁴ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6700-1200/98-5*.

[ilegível] parecer bem mais a prisão que a gente imagina antes de passar por qualquer uma, mas é deprimente, pelo menos a princípio.⁶⁷⁵

Para além do acionamento externo da descarga, da luz artificial permanentemente acesa e da arquitetura pensada para o isolamento – elementos igualmente destacados pelas presas políticas da fase anterior -, a fossa instalada nas celas também é apontada como um elemento particular do aprisionamento na PFMP, como elaboram Vera e Leane em seus relatos orais:

Quando eu vejo abre a porta, aquela porta, aquela coisinha desse tamanho assim. Me bota numa cama que está presa no chão... Porque o tamanho da célula é exatamente o comprimento da cama. Aqui tem um buraco pra cagar e mijar. Nem descarga não tinha porque a gente podia... Depois eles explicaram, porque a gente podia desmontar a descarga e fazer um escarcéu. Não se esquece que foi feito pras presas perigosas em surto, né? Então tinha um buraco que a gente mijava ali. (Vera)

Se acostumar com a fossa, nunca tinha visto uma fossa, não tinha privada, então era aquela fossa ali dentro. Então você tava com a sua cama aqui e a fossa aqui. [...] Na época a gente tinha passado por tanta coisa insalubre, tanta coisa absurdamente absurda e violenta, que o insalubre era pouco. Pra gente já nem era um problema ter uma fossa ali. (Leane)

A insalubridade inerente às fossas era acentuada com a invasão de insetos e roedores, compondo um ambiente de pouca “habitabilidade”, como destacado por Maria Celeste: “As condições insalubres dessas instalações faziam proliferar ratos e baratas, deteriorando ainda mais a ‘habitabilidade’ das celas que eram trancadas pelo lado de fora e as chaves levadas para o prédio principal do presídio”.⁶⁷⁶ A “circulação de ratos à vontade”⁶⁷⁷ é indicada no relato de prisão de Leane, assim como assinala Vera: “Situações repugnantes, como a dos ratos que subiam pelo esgoto e circulavam pela cela a noite inteira, os extremos de frio ou calor sufocante, eram a regra”.⁶⁷⁸

As restrições do cotidiano também encontram alguma continuidade com a fase anterior, mostrando-se especialmente rígidas nos primeiros dias do encarceramento. Nas escritas de sua chegada, Leane registra: “Seremos acordadas 7 horas para o café!!!! A

⁶⁷⁵ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 18 de abril de 1972, endereçada às companheiras de prisão do Tiradentes.

⁶⁷⁶ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6700-1200/98-5*.

⁶⁷⁷ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 6465-1200/98-5 [Leane Ferreira de Almeida]*. São Paulo, 1998.

⁶⁷⁸ ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º 4990-1200/98-3*. Porto Alegre, 1998.

disciplina aqui existe”.⁶⁷⁹ Nesse momento, as celas eram abertas somente durante a manhã, mantendo-as confinadas desde após o almoço, até o dia seguinte, como descreve Vera:

Dia comum: chegavam lá, serviam café - que era café comum, café pão, manteiga, mel e leite. Não se passava mal, não se comia mal não. Aí quando chegava no meio-dia elas traziam o almoço e fechavam as celas. Isso foi no começo, assim quando começou [...]. Fechavam as celas. E só abriu no outro dia de manhã. Aí a gente tinha que recorrer, arrumar tudo, fazer tudo, tomar banho.

Acostumadas às mobilizações coletivas que protagonizavam nos espaços onde estavam anteriormente presas, as militantes se organizaram para reivindicar flexibilizações na rotina, como forma de “enriquecer a vida” no cárcere, como diz Leane: *“A gente nunca saiu pra fora daquele canto, então era uma coisa super restrita. Mas o que que a gente fazia? A gente enriquecia a nossa vida ali dentro. [...] A gente fazia o máximo pra fazer a tal da limonada do limão”*. A partir de suas demandas, conquistaram o desligamento da luz artificial, sendo substituída por um abajur, alocado em mesas de cabeceira enviadas para cada solitária; a abertura das celas por tempo estendido; e o acesso a dois rádios, compartilhados entre as presas em esquema de rodízio. Vera discorre sobre essas conquistas:

A primeira conquista foi apagar a luz. Ter uma lâmpada de cabeceira. “Ah, vocês vão se enforcar no fio”. “Não, nós não vamos nos enforcar no fio. Pode ter certeza que ninguém aqui vai se enforcar no fio. Não somos presa comum em surto”. Conseguimos apagar lá e ter uma lampadazinha de cabeceira. Tu não faz ideia do que era o prazer. Apagava, dormia no escuro. Ai! Porque faz muito mal dormir na claridade. Foi um dos argumentos que eu fiz: “Não, não é possível. Faz mal o cérebro, não descansa direito.” Então tal, tal, tal, tal, tal. Conseguimos. A segunda foi prolongar o tempo que as portas ficavam abertas. E aí, nós passamos, de fechar ao meio-dia, fechava um pouquinho, mas tá, no meio da tarde, fechava. Tá bom. Pra nós foi uma coisa absolutamente maravilhosa. E a outra coisa... Foi poder ter som! Aparelho de som dentro. Era uma vitrolinha desse tamanhinho, a gente podia ouvir disso. Porque aquele silêncio também era insuportável, né? [...] Era muito bom ter música.

Esse processo de melhorias das condições de encarceramento é também detalhado por Leane em carta de 20 de abril de 1972:

Conseguimos com que se apague a luz, temos dormido bem, levantado cedo e a alimentação é ótima. [...] Ainda não tivemos acesso à biblioteca aqui, mas temos algumas coisas que a família têm trazido pra ler, temos dois rádios (fazemos rodízio), recomeçamos a ginástica, temos recebido jornal e estamos planejando já alguns trabalhos manuais e leituras. [...] Parece que a

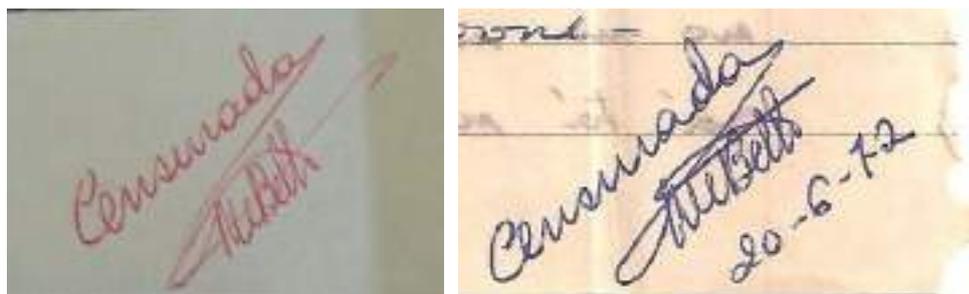
⁶⁷⁹ ACERVO Pesosal de Leane Almeida, op. cit.

partir de domingo poderemos ficar com as portas das celas abertas também à tarde (têm ficado apenas de manhã e eventualmente c/ as visitas). O juiz se pronunciou positivamente, mas como foi só oralmente e a madre não estava presente parece que teremos que aguardar sua volta, que é domingo, pois está fazendo um retiro espiritual. [...] Hoje é minha noite do rádio, tô ouvindo um concerto na rádio da Universidade, a Eldorado daqui (melhorada, pois não tem comerciais).

Nas veredas abertas por suas reivindicações, as presas organizaram uma rotina de sobrevivência no cárcere em torno dos momentos de convivência, povoada pela ginástica, pela música, por discussões literárias e pelo bordado, como rememora Leane: “*Nós tínhamos leituras, conversas, violão, e se eu não me engano tinha rádio [...]. Eu lembro que eu aprendi a bordar lá com a Vera*”. A leitura e a escrita de cartas, mesmo que mediadas pela censura, eram também elementos recorrentes no cotidiano. Sobre esse aspecto, Vera comenta:

Livros, todos eles tinham que passar pelas freiras. E antes das freiras, eu acho que tinham passado, tinha que ter um cara do DOPS lá, que verificava tudo que entrava. Livro de jeito nenhum podia ter qualquer alusão à marxismo, à Cuba, a nada, nada, nada. Mas a gente lia muita coisa boa, importante que passava bem assim.... [...] Dostoiévski era difícil. Pá, russo? Isso aqui não, Dostoiévski não. Já Tolstoi não parecia que era russo, entrava, tu entendeu? Era a coisa mais maravilhosa do mundo, a gente morria, se mijava assim. “Evski” não dá, é russo. “Tolsto” não. Pode ser um A, Tolstoá, é um francês. Eram assim. [...] [Cartas] Todas foram confiscadas, porque eu dizia: “Estou num campo de concentração. [...] Até uma chaminé eu tô vendo e eu acho que é ali que eles queimam, daqui a pouco vão me chamar pra me incinerar nessa chaminé”. Eu escrevia nas cartas que era horrível o lugar onde eu tava e aí as freiras não deixavam... Tanto que elas [companheiras de prisão de Recife] ficaram muito chateadas comigo, porque achavam que eu não tava respondendo as cartas. Mas as freiras não deixavam sair minhas cartas. As delas chegavam, elas liam todas, carimbava, são todas carimbadas, até que eu não sei como é que eu fiz... Pra ir dizer pra elas que eu tava... Lá pelas tantas elas me mandaram, “mas tu não vai nos escrever?”. Aí eu acho que eu parei de falar mal e escrevi pra elas direitinho e tal, “tô gostando muito daqui”.

Figura 41. Detalhe da censura de Madre Beth nas cartas enviadas às presas políticas da PFMP (1972).



Fonte: Acervo Pessoal Leane Almeida/Acervo Pessoal Vera Stringhini.

Esses gestos de redefinição do cotidiano em uma instituição prisional apontam o que Elizabeth Ferreira descreve como “a necessidade de romper a sensação de encapsulamento que a solidão pode provocar em uma situação de confinamento”,⁶⁸⁰ de modo a organizar momentos que atenuassem a atmosfera opressora intrínseca à experiência de aprisionamento.⁶⁸¹ Essa possibilidade, contudo, não foi unânime, nem permanente. Nos meses em que estive sozinha no cárcere, Maria Celeste relata a proibição de acesso a qualquer material que permitisse o abrandamento das dores do confinamento:

Passei a viver, ou melhor, sobreviver sozinha na solitária do Madre Pelletier sob as condições descritas. Os dias eram intermináveis pois qualquer material – fosse livros, cartas, instrumentos de trabalhos manuais – que minha família tentava me levar era censurado pelo presídio, quando não enviados para o próprio DOPS; assim o acesso à leitura ou à atividades físicas eram bastante limitadas. Passava a maior parte do tempo trancada no cubículo com pouco tempo para o banho de sol. A cela, apesar da luz acesa durante 24 horas, era uma eterna penumbra prejudicando as eventuais leituras e afetando a visão. Nesse cotidiano consegui chegar a agosto de 1973 quando fui solta após o julgamento de Porto Alegre em que fui absolvida pois não podia ser condenada duas vezes pelo mesmo fato.⁶⁸²

Entre os momentos possíveis para a potencialização da sobrevivência no cárcere, estiveram os dias de visita, que aconteciam, em regra, aos finais de semana, durante uma hora. Nesses momentos especiais, as presas recebiam o alento de seus familiares, recepcionando-os no interior de suas celas ou no pátio, podendo enfim aproveitar as companhias interditas pelo cárcere. As mães eram presença constante, sendo lembradas como as responsáveis por levar alimentos que poderiam ser aproveitados no restante dos dias, como narra Vera: “*A mãe da Celeste era exímia. As comidas que a mãe da Celeste levava, a gente ficava esperando. [...] Porque a mãe da Leane e a minha não tinham essas mesmas habilidades, né? [...] Mas a gente recebia também, elas levavam bastante coisa pra gente*”.

Leane rememora as visitas da mãe, que aproveitava esse momento para descansar em sua cela: “*Minha mãe chegava na cela e deitava na minha cama. Tava sempre cansada, trabalhava pra caramba, tinha uma menina novinha, então tinha mil atribuições no trabalho. [...] E ficava lá, contando histórias da vida dela, eu contando as nossas, falando dos advogados, do julgamento, da expectativa de sair e tal...*”. Em uma dessas ocasiões, sua mãe foi convidada para declamar poesias em uma festividade do prédio central. Este foi o único

⁶⁸⁰ FERREIRA, op. cit., p. 170.

⁶⁸¹ Ibid., p. 171, p. 177.

⁶⁸² ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul, op. cit., *Processo de indenização n.º 6700-1200/98-5*.

dia que Leane saiu do espaço das solitárias, podendo ficar no jardim com seus tios, que também a visitavam:

Não sei se era dia das mães, ou festa de natal do Presídio. E a minha mãe era poetisa. E a minha mãe ia declamar para as presas. E a freira tinha, por uma exceção da sua magnífica pessoa, deixado eu ir no auditório onde a minha mãe ia declamar, e eu ia ficar junto no auditório das presas comuns. E o meu tio vinha de Cachoeira, e eu adorava esse meu tio, e eu já tinha ouvido a minha mãe declamar a vida inteira, daí eu falei pra ela: “Mãe, eu vou ficar com o meu tio”. Ela nunca me perdoou isso. E foi nesse dia, eu fui... Eu tive o direito de ficar com o meu tio e a minha tia no jardim. Agora que eu lembrei... Eu fui no jardim. Eu tava tão emocionada naquele dia, por o meu tio ter vindo, porque ninguém da minha família... Lá no interior, em Cachoeira, tudo uns fazendeiro, reacionário. [...] E ninguém veio, mas esse meu tio veio, e a irmã do meu pai, casada com ele. Então foi esse dia, foi uma visita fora do padrão. [...] O único dia que eu saí pra fora, e as outras também não saíam. Ninguém recebia visita que ia ficar lá fora. [...] Então as outras ficaram presas lá nos cubículos, no patiozinho lá em frente às celas, fecharam como sempre ficava a porta desse patiozinho fechada [...]. E eu fiquei no jardim com os meus tios, e a minha mãe ficou lá dando a poesia dela e tal pras comuns lá... Quando eu mudar de andar e for lá pro céu com a minha mãe eu vou ter que conversar sobre esse assunto, eu acho, porque acho que até hoje ela não me perdoou.

Para além dessas figuras convencionais de mães, pais e outros parentes adultos que, na fase anterior de aprisionamento político, também estavam entre os visitantes das presas políticas, as mulheres encarceradas entre 1972 e 1973 receberam visitas de crianças, como foi o caso de Leane e Vera, visitadas respectivamente pela irmã mais nova e pelo filho. Para trazer alguma leveza ao espaço hostil do cárcere, as presas se organizavam para recebê-las de forma especial, como destaca Leane: *“Quando a gente sabia que as crianças vinham, a gente fazia alguma coisa com lego. [...] Eu lembro que uma noite fiquei alta madrugada preparando alguma coisa com lego, porque a minha irmã ia no dia seguinte, pra ter alguma coisa pra ela brincar”*. Nos dias de calor, também entretinham as crianças com banhos de balde. Em uma dessas visitas, produziu-se um registro raro do espaço de encarceramento político na PFMP, em episódio narrado por Vera, quando o filho Fábio acessou a Penitenciária com uma câmera fotográfica que não foi percebida na revista:

O meu filho, cada vez que ia me visitar, ele era revistado. Mas, uma vez, a revista não se deu conta que ele trazia pendurado no pulso uma maquinazinha de fotografia, mais ou menos infantil, pequena, né? Tanto que não foi reconhecida como tal. Quando ele desceu, trouxe a máquina, disse: “Eu trouxe isso, eu quero tirar umas fotos de recordação de vocês”. E aí essas fotos começaram, a gente começou a tirar, ele bateu umas, e nós batemos outras com ele e tal, tal, tal. Tava nessa brincadeira, jogando água

em cima uns dos outros, porque estava muito quente. Quando a abre a porta e entram brigadianos e a diretora do presídio, a Madre Superiora, perguntando se era verdade que tinha uma máquina fotográfica ali, como é que tinha entrado a máquina fotográfica. Eu disse: “Tem, é da criança, ele entrou no pulso, ele não escondeu nada, ele foi revistado, até o sapato é tirado”. “É, mas nós teremos que confiscar, porque isso é muito grave, é muito grave, não podemos permitir que saiam daqui fotos do presídio, porque podiam servir para um plano de fuga”. [...] Eles confiscaram a tal de máquina e a máquina ficou lá dentro, mas a gente não se conformou, eu não me conformei, as gurias também achavam que era um absurdo. Chamamos o advogado e pedimos pro advogado fazer uma petição pro doutor Tonin, que era o juiz da Justiça Militar, [...] fazer esse pedido pra que fosse devolvida a máquina, que não tinha nenhum motivo pra máquina ficar confiscada. Nós achávamos que elas iam evidentemente tirar o rolo, a fita das fotos. É evidente, a primeira coisa, tira as fotos e entrega a máquina. Mas elas pegaram tudo, levaram e botaram lá. Receberam, as freiras receberam a notificação de que elas tinham que devolver a máquina pra criança. E elas devolveram a máquina, só que dentro da máquina tava as fotos, o rolo de fotos. E aí, revelamos e temos fotos daquela época tiradas, claro que com o olhar, o ponto de vista de uma criança, e pruma coisa assim que era uma brincadeira, mas as fotos tão aqui.

Nas fotografias abaixo, três delas registradas por Fábio, pode-se visualizar as presas políticas Leane, Maria Celeste e Vera Lúcia em convivência no pátio do local de encarceramento político na PFMP, no ano de 1972. É possível perceber as portas das solitárias, o espaço utilizado para banho (ao fundo na imagem à esquerda da primeira fileira e na imagem à direita da segunda fileira), a dimensão do pátio, o muro alto com arames farpados, assim como a porta de entrada ao espaço de cárcere político (imagem à direita da primeira fileira):

Figura 42. Fotografias do espaço de encarceramento político da PFMP em 1972.



Fonte: Vera Lúcia Stringhini/Acervo Pessoal.

Para além das visitas de familiares, os advogados também eram presenças frequentes, assim como uma personagem até então inédita no cenário do cárcere: o juiz auditor. De acordo com Vera, o juiz Dorvalino Tonin, civil que atuava como integrante do Conselho Permanente de Justiça no julgamento dos casos da 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, situada em Porto Alegre, apresentava-se de forma favorável às presas, visitando-as com alguma frequência para saber de seus estados e atualizá-las sobre o trânsito de seus processos: *“Ele era um queridíssimo, gostava muito de nós. Ele entrava pra conversar, trocar ideias, dizer como ele gostava de nós, que ele tinha filha, que nós podia ser filha dele,*

blablabla. [...] Ele compreendia perfeitamente que nós estávamos lá sem ter nenhuma razão. Então o Auditor era sempre nosso aliado". Leane registra em sua correspondência uma visita feita já nos primeiros dias de cárcere, em 20 de abril de 1972: "Hoje estive aqui, de manhã, o juiz encarregado do processo do POC nos visitando. [...] Ele disse que pretende soltar as meninas [...] e que o processo aqui duraria até agosto ou setembro".

Por ser uma autoridade legal, Tonin viabilizava a intermediação de algumas demandas das presas com a administração do presídio, como registrado por Leane ao tratar sobre a abertura estendida das celas: "O juiz se pronunciou positivamente, mas como foi só oralmente e a madre não estava presente parece que teremos que aguardar sua volta, que é domingo, pois está fazendo um retiro espiritual".⁶⁸³ Esses movimentos, contudo, eram tomados com cautela, sem ultrapassar limites que pudesse prejudicá-lo com os militares, como indica Vera: "*Eles [os militares] não viam de bom grado o fato do Tonin ir lá e nos garantir certas vantagens, certas regalias, mas não podiam fazer nada porque a autoridade era dele. [...] Ele também era hábil, era queridinho conosco, mas ele não ultrapassava os limites, né?*". Em contraste com essa percepção, que tensiona as imagens acerca de um juiz auditor ao considerá-lo um possível aliado, outros relatos reiteram a atuação de Tonin em ações desfavoráveis aos presos políticos,⁶⁸⁴ confirmando as possibilidades de dissonâncias e contradições nas posturas dos atores políticos.

O emaranhado de sujeitos em convivência no espaço carcerário entre os anos de 1972 e 1973, para além dessa nova figura, envolve também personagens já conhecidos, como as freiras e os brigadianos, ao mesmo tempo em que presenças frequentes na etapa anterior se tornam ausentes ou mais rarefeitas nesse momento, como a psicóloga e os agentes do DOPS, que não são citados por nenhuma presa, e as agentes carcerárias e as internas do prédio central, mencionadas somente de forma pontual.

As funcionárias do presídio são referidas apenas por Vera, ao indicar que eram as responsáveis por levar as refeições, sendo lembradas como mulheres "*muito bacanas*", que as tratavam com cordialidade e manifestavam interesse nas conversas para conhecê-las melhor: "*As pessoas gostavam muito de nós, adorava conversar com a gente. Tinha uma que era um sarro, porque quando as portas se abriam, principalmente de manhã, ela queria saber de nós. Era uma coisa boa, e a gente tava louca pra conversar, né?*".

⁶⁸³ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 20 de abril de 1972.

⁶⁸⁴ PONT, Raul. Do labirinto à fundação do PT. Entrevista cedida a Flávio Koutzii, Jeferson Miola, Marco Weissheimer e Juarez Guimarães. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, n. 2, 2014, p. 70-71.

As presas do prédio central se tornam presenças infrequentes no local de castigo, com uma única passagem escrita por Leane, no dia em que duas delas foram até as celas para transportar as mesas de cabeceira que foram emprestadas às presas políticas.⁶⁸⁵ Enquanto na etapa anterior, ao conviverem como castigadas nas solitárias, as presas políticas e “comuns” puderam tecer relações de estima e respeito, nesse momento se engendrou somente a distância e o estranhamento. Pela imposição do isolamento que impedia o contato entre essas mulheres, sem espaço para compartilharem sobre suas trajetórias, fabricavam-se percepções de medo - como assinalado por Leane: *“A gente era perigosíssima na cabeça delas”* - e de privilégios - como discorre Vera: *“Os privilégios eram das presas comuns que andavam com muito mais liberdade lá em cima, tinha uma vida muito melhor que a nossa. Incomparavelmente. Nós ficávamos nas células de castigo. Estávamos eternamente de castigo”*.

O contato com as religiosas, tal como na fase anterior, estabeleceu-se de forma esparsa, com poucas passagens das freiras pelo espaço de encarceramento onde se encontravam as presas políticas. Para Vera, os únicos momentos de convívio com a Madre Superiora foram no confisco da câmera de seu filho e para comunicação de sua soltura: *“A Madre Superiora eu vi duas vezes. Uma quando surgiu esse problema na máquina de fotografia, [...] ela desceu lá pra explicar por que ela ia confiscar a máquina. [...] A segunda foi quando foi pra me dar o meu alvará. Ela foi solenemente dizer que eu tava solta, no meio da noite. Que que eu queria com ficar solta no meio da noite?”*. Enquanto na Colônia Penal do Bom Pastor a presença acolhedora e solidária das Irmãs era constante, no Madre Pelletier Vera se deparou com o distanciamento e desinteresse das religiosas. Em suas palavras, *“Em Pernambuco a gente era muito, muito íntima das freiras. Gostava muito de nós, gostava delas. Conversava. Mas aqui não, não tinha contato. Tinha com as presas comuns, mas conosco não. Política aqui era uma outra coisa”*. Para as mulheres *“perigosas, mas não marginais”* aprisionadas na PFMP, o acolhimento não era uma opção:

Essa era a função delas na vida: recuperar as ovelhas que se desgarraram, que eram naturalmente as presas comuns lá de cima, e trazer pro rebanho. Mas nós não éramos ovelhas desgarradas, elas não tinham o que fazer conosco. Porque era uma outra linguagem, era uma coisa política, então não era a ovelha. [...] Nós não tínhamos nada pra corrigir do ponto de vista moral, né? Lá [no prédio central] tinha prostitutas, moças drogadas, pessoas que, realmente, à margem da sociedade. Nós não estávamos à margem da sociedade. Ali todo mundo tinha estudado, tinha isso, tinha aquilo, tinha um futuro, tinha uma inserção. Nós éramos perigosas, mas não marginais. Então as freiras não tinham conversa conosco. Em Recife, elas ainda faziam uma,

⁶⁸⁵ ACERVO Pessoal de Leane Almeida. Carta de 20 de abril de 1972.

uma forcinha pra gente se reconciliar com Nosso Senhor e Nossa Senhora. E a gente dizia: “Não, Irmã, mas a gente está reconciliada, pode ter certeza que Nosso Senhor, Nossa Senhora, gostam de nós. Nós somos ótimas pessoas”. E os padres diziam isso pra elas lá... [...] Aqui o Dom Vicente dizia, era o contrário. Nós éramos o anticristo. Então anticristo tinha que ser tratado com rédea curta e pouco milho.

De modo geral, a relação das freiras com as presas políticas continuou se forjando em torno da desresponsabilização, com pontuais episódios de contato que se orientavam em tons protocolares e amistosos, como observa Leane: “[*A Madre Beth*] era bem amistosa conosco. [...] Tinha uma relação assim com elas, que era muito... Muito protocolar. Não tinha rancores, nem ameaças”. Em episódio escrito nas cartas, Leane descreve uma cena da convivência inicial, nos primeiros dias de cárcere, prevalecendo uma percepção de displicência:

As freiras são tão bondosas que negaram-se a nos emprestar qualquer material. (Precisavas ver foi ótimo o papo de Vera com uma que veio trazer o regulamento aqui hoje; foi gozadíssimo, pois ela disse à feira que elas não ligavam pra gente aqui, mas sutilmente que a freira ficou morrendo de preocupação!!).

Desviando dos contornos que até então delimitavam os limites desse convívio, paulatinamente passam a ser percebidos alguns movimentos sutis de concessões por parte das religiosas. É o caso do convite para a participação da mãe de Leane no recital realizado no prédio central, bem como da permissão para que esta presa pudesse estar com os tios no jardim, ou da liberação de visitas de familiares em dias excepcionais. A própria menção às presas políticas nas atas de reunião também é indício da redefinição desse contato, apontando algum nível, mesmo que mínimo, de interesse e reconhecimento das existências dessas mulheres.

Leane atribui essa postura à construção de uma relação de confiança, mediada pelo tempo de permanência das presas políticas no cárcere e pela observação de seus comportamentos, não mais encarados como essencialmente ameaçadores: “*Depois de um tempo elas relaxaram muito conosco. Elas tinham mais confiança, mais segurança. Então elas não tinham medo, sabe? De abrir. Ou levar bronca da polícia porque foi negligente*”. Há, portanto, uma alteração no olhar das Irmãs às militantes, deixando de tomá-las unicamente como figuras abjetas, e reconhecendo-as em alguma humanidade, como aponta a mesma militante: “*Elas cresceram, porque elas perceberam o quanto terroristas não eram terroristas, as terroristas carimbadas pelo sistema não eram.*”

Assim como na etapa anterior, as freiras também contribuíram favoravelmente com o andamento dos processos judiciais das presas políticas, ao emitir atestados de bom comportamento, indicando-as como colaborativas e dóceis.⁶⁸⁶ Nesse momento, uma novidade esteve na solicitação de encaminhamento a atendimento odontológico, solicitado para Maria Celeste em 1973, em grande diferença ao ano de 1970, quando qualquer atendimento médico era negado às presas políticas.

O “*reconhecimento humanista*”, como denominado por Vera, foi o que guiou a relação tecida com os brigadianos responsáveis pela guarda do espaço de cárcere político. Tal como narrado pelas mulheres que estiveram anteriormente aprisionadas nas solitárias da PFMP, as militantes presas entre 1972 e 1973 também apontam nas ações destes homens uma postura espontânea de cuidado e solidariedade, com a disposição para fazerem pequenos favores que atendiam suas necessidades no cárcere, como alcançar um cigarro, um copo de água ou um cobertor nos dias de frio. Esses atos solidários, contudo, eram cerceados por imposições hierárquicas que limitavam o contato entre as presas políticas e os brigadianos, obrigando-os a permanecer do lado de fora da edificação que as abrigava, o que exigia estratégias para burlar a vigilância das freiras, como relata Vera: “*Eles tinham medo das freiras, que notasse [a entrada no pátio das celas]. Eles diziam: “Mais tarde, te acalma, mais tarde...”. Porque depois que as freiras tavam dormindo, tudo apagado, aí eles vinham pé por pé, abriam e nos faziam esses favores.*” Em certa feita, quando um rato apareceu em sua cela, Leane não pôde ser ajudada pelos guardas, que alegavam não poder perturbar a clausura das Irmãs:

Eu lembro que uma vez um ratinho saiu da tal da fossa. E eu tava com a porta fechada de noite, de noite a porta trancada, e tinha uma coisinha daquelas assim, coisinha de passar o prato. [...] Eu pus a cadeira, subi ali na coisinha e chamava o guarda: “Pelo amor de Deus, tem um rato aqui, tem um rato aqui, pelo amor de Deus, tem um rato aqui”. Ele chegou no portão, que tinha desse patiozinho, e falou: “Eu não posso fazer nada. Depois que as freiras fecham a clausura, eu não posso nem pensar em chamar elas. Sinto muito”. Ele até nem foi grosseiro nem nada. Mas depois o rato desistiu, acho que o rato também não gostou muito do ambiente. Falou: “Não, não, não. Solitária não. Solitária não, eu quero um lugar maior”.

Vera atribui aos brigadianos o maior ato de solidariedade que viveu no período em que esteve presa na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, quando contrariaram as determinações da reclusão, arriscando-se para permitir a saída do espaço das celas para assar um churrasco:

⁶⁸⁶ Os documentos podem ser consultados nos Anexos 9, 10 e 11.

Teve um domingo, uma vez, que o Fábio trouxe uma carne pra fazer churrasco. Ele não tinha nem ideia por quê. Quem trazia era o meu ex-marido, pai dele, tinha casado com outra pessoa, e essa outra pessoa trazia ele, deixava ele, e depois vinha buscar. Ele ficava sozinho [...] e aí ele trouxe a carne: “Hoje nós vamos fazer um churrasco.” Mas não tem como fazer churrasco. Eu chamei o guarda: “Olha aqui seu guarda, seguinte ó, o gurizinho trouxe churrasco, será que o senhor não pode fazer, papapa”. Eu sei que mexeu, virou, e os guarda disseram: “Não, não, não. Vamo fazer um churrasco aqui fora, pode vir fazer um churrasco aqui fora”. Nós saímos. Olha o risco que ele corria. Mas eles sabiam perfeitamente. Nós tava em fase final, terminando de cumprir pena. [...] Nós saímos desse aqui, e fomos pra um pátiozinho maior, fizemos uma churrasqueira que tinha, até tinha churrasqueira pronta ali, que elas, em algumas festas as freiras faziam, e fizemos um churrasco dali. E depois voltamo, direitinho. Pronto. Claro que eles se encrenariam se descobrisse que a gente tava fazendo aquelas liberalidades.

Mesmo nesse cenário do cárcere, ditado por interdições, distâncias e confinamentos, reivindicavam-se frestas para a criação de vínculos verdadeiros, como sintetiza Vera: *“Todas as situações, por mais fechadas, sempre tem lugar prum vínculo humano verdadeiro, carinhoso, solidário, sempre tem.”* Nos pequenos gestos cotidianos, que contrariavam os papéis atribuídos aos agentes policiais em uma lógica repressiva, fortaleciam-se atos de reconhecimento e preocupação, engendrando os afetos possíveis, também observados por Vera: *“Em qualquer lugarzinho brota assim, uma plantinha lá no meio de Chernobyl, brota uma plantinha de um mínimo de afeto, de carinho, de cuidados, de reconhecimento humanista entre as pessoas. E esses guardinhas eram esse nosso reconhecimento”*.

*

Por estas linhas, a terceira fase de aprisionamento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier se desenha como um período marcado por certo abrandamento das incidências de violências que, na etapa anterior, se faziam tão latentes. Sem constituir mero desvio accidental, a atenuação da rigidez do regime de encarceramento vincula-se à conjuntura política dos anos de 1972 e 1973.

Nesse momento, a avaliação dos órgãos de informação indicava o Rio Grande do Sul como uma área de desinteresse para a “subversão”, sem a identificação de “ações terroristas”

consistentes,⁶⁸⁷ arrefecendo as ações sistemáticas de perseguição às esquerdas neste território, já em sua maioria desarticuladas pelas investidas repressivas dos anos anteriores, e concentrando a atenção no monitoramento das fronteiras e no impedimento de novas articulações dos grupos opositores à ditadura.⁶⁸⁸ O conseqüente decréscimo no número de aprisionamentos resultava na diminuição do fluxo de encaminhamentos à Penitenciária; enquanto em 1970, no auge das ações de desarticulação das organizações clandestinas de esquerda no Rio Grande do Sul, ao menos onze mulheres foram alocadas na instituição, ainda à disposição do DOPS/RS, entre 1972 e 1973 tem-se notícia de apenas cinco presas políticas encarceradas na PFMP, quando já estavam em cumprimento de pena ou aguardando o desfecho de seus processos judiciais. Com isso, altera-se o delineamento geral do encarceramento na Penitenciária: das constantes idas e vindas - como ocorria nas frequentes retiradas para interrogatórios no DOPS/RS ou transferências para outros presídios - e do alto grau de circulação de presas, passa-se a um quadro quase fixo de apenadas, com perfis semelhantes - todas egressas de instituições prisionais e já sentenciadas pela Justiça Militar -, que ali permanecem por meses sem a chegada de outras companheiras de prisão.

Pela análise documental, pode-se depreender que o regime de encarceramento engendrado nessa fase passa por uma redefinição da forma como as presas políticas são encaradas, tomando-as em menor nível de periculosidade e utilidade para as forças de segurança, o que influencia na intensidade das punições e restrições contra elas direcionadas. Ao serem entendidas como menos ameaçadoras, algumas concessões para suas demandas se fizeram possíveis, organizando um cotidiano minimamente sustentável no cenário opressivo da prisão. A diminuição da hostilidade e instabilidade nas condições de cárcere, contudo, não significou a garantia de conforto, segurança ou bem-estar - palavras contrastantes à experiência de aprisionamento -, mas tão somente garantias mínimas de uma sobrevivência não constantemente intimidada. Mesmo que de forma diluída, as violências não deixaram de ser contra elas impingidas, percebidas sobretudo pelas condições de insalubridade, que se mantiveram nesse período. Se alguns esforços para a permanência mais amena foram possíveis, contudo, era ainda em um local de castigo, como figuras massivamente ignoradas e segregadas, que seus corpos foram confinados por incontáveis dias.

⁶⁸⁷ MINISTÉRIO das Minas e Energia. Divisão de segurança e informações. *Informação n.º 30 084*. Brasília, 4 de fevereiro de 1972, fl. 03. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72044061_d0001de0001

⁶⁸⁸ CHAGAS, op. cit., p. 105.

5.4 QUARTA FASE DE APRISIONAMENTO (1974-1979)

Entre os anos de 1974 e 1979, tem-se registro da passagem de uma única presa política pela Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Sonia foi encaminhada à instituição em prisão preventiva pela primeira vez em janeiro de 1974, após meses de detenção no DOPS/RS, sendo libertada em novembro do mesmo ano. Em dezembro de 1976, após julgamento que a condenou a 10 anos de prisão, foi novamente aprisionada, permanecendo na penitenciária até conquistar a libertação, em abril de 1979. Foi a presa política que mais tempo esteve encarcerada na PFMP, somando mais de 3 anos de permanência total. Falecida em 2011, Sonia enfrentou severas dificuldades para elaborar e compartilhar suas memórias traumáticas, de modo que os relatos acerca de suas experiências de cárcere sejam muito escassos. É a partir daquilo que conseguiu compartilhar com sua única filha, Gorete, que se constitui os delineamentos de suas vivências no aprisionamento.

Em âmbito institucional, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier seguia se ordenando, inicialmente, como nas fases anteriores, sendo dirigida pela Madre Maria Elizabeth dos Santos e contando com a participação de sete irmãs, sendo três já idosas.⁶⁸⁹ Em ata de Visita Regular realizada em abril de 1974, registra-se que a Penitenciária contava com 48 funcionários, “sendo uma Assistente da Diretora e 4 Responsáveis por Atividades, supervisionados pelas Irmãs”,⁶⁹⁰ destacando-se também a boa relação da direção com a SUSEPE: “Irmã Maria Elisabeth tem encontrado grande apoio e colaboração por parte da Diretoria da SUSEPE, que tem grande estima e apreciação pelo trabalho das Irmãs”.⁶⁹¹ As internas são indicadas em número de 52, apontando-se, pela primeira vez, a existência de presas políticas: “Existem 52 Internas que são muito bem assistidas. Frequentam com bastante interesse os Cursos Profissionais, ministrados por pessoas especializadas e supervisionadas pela Irmã Maria Florentina. Encontramos apenas uma presa política”.⁶⁹²

Neste clima de estabilidade, comemorou-se, em dezembro de 1976, os quarenta anos do trabalho das Irmãs no amparo às presas custodiadas pelo estado do Rio Grande do Sul. As festividades envolveram a produção de um material informativo sobre a trajetória da Congregação, a realização de um teatro pelas internas, e uma missa especial. Em texto de

⁶⁸⁹ ACERVO Bom Pastor, Livro 43, op. cit., p. 119b.

⁶⁹⁰ Ibid., p. 120.

⁶⁹¹ Ibid.

⁶⁹² Ibid, p. 120b.

autoria atribuída a uma das presas, que compõe o material produzido para a comemoração, a experiência de encarceramento é descrita como de “quase liberdade”:

A Congregação do Bom Pastor tem se estendido a serviço daquele que sofre, dando sempre o melhor, procurando aprimorar novas ideias para assim diminuir o sofrimento de pessoas que vivem à margem da sociedade. Nestes 40 anos a serviço penitenciário tem se notado, através de dados pessoais de internas que viveram este período, que houve grande progresso, pode-se até falar em quase liberdade, pois na PENITENCIÁRIA FEMININA DE PORTO ALEGRE, as Internas passeiam, vão a praia, participam de uma vida quase normal, o que antes não acontecia e é o que prova que a renovação está tendo lugar. Além de uma convivência tranquila, faz-se notar os ensinamentos enriquecidos por uma fé cristã. As Irmãs do Bom Pastor, tem a finalidade de estender o reino de Deus, através da valorização humana. [...] As Irmãs do Bom Pastor nestes 40 anos, só têm ajudado no crescimento e no progresso, para uma vida carcerária menos sofrida e menos triste.⁶⁹³

Este cenário ameno e próspero, contudo, logo seria abalado por episódios de turbulência na administração institucional. Em 15 de outubro de 1977, quando a instituição contava com a atuação de somente 5 Irmãs, Madre Maria Elizabeth solicitou afastamento da direção, sem registros que especifiquem os motivos de sua saída, encerrando assim suas funções na administração da Penitenciária.⁶⁹⁴ A direção seria ocupada por Irmã Maria José de Nazaré Diniz Peixoto, até maio de 1979 quando, após solicitar o desligamento do cargo por questões de saúde e esgotamento, foi substituída por Irmã Maria José Brandão Furst.⁶⁹⁵ Esta se tornaria a última religiosa dirigente da Penitenciária. Com penetração acentuada da SUSEPE entre os anos de 1976 e 1980, no que Karpowicz identifica como a “sobreposição do Cárcere ao Convento”,⁶⁹⁶ em 1981 se conclui oficialmente a transferência da administração, com a desapropriação do prédio e saída definitivamente das Irmãs, tornando-se um presídio estadual sob os cuidados da Secretaria de Justiça.⁶⁹⁷

O encarceramento de Sonia, rememorado por sua filha Gorete, se compõe por configurações específicas a cada um dos momentos em que esteve aprisionada. Há, entretanto, um elemento comum que perpassa suas passagens pela Penitenciária: a solidão. Sem conviver com presas políticas, Sonia não experienciou as partilhas coletivas que constituíram

⁶⁹³ ACERVO Bom Pastor. Pasta 100.16 – Material comemorativo: “40 anos... As irmãs do Bom Pastor a serviço da Igreja trabalhando junto às Internas da Penitenciária Feminina de Porto Alegre”. Dezembro, 1976.

⁶⁹⁴ ACERVO Bom Pastor. Caixa 100.22 – Visita às Irmãs de Porto Alegre, por ocasião do afastamento da superiora, Ir. Maria Elizabeth dos Santos. Porto Alegre, 06 a 30 de novembro de 1977.

⁶⁹⁵ ACERVO Bom Pastor. Caixa 103.15 – Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers. São Paulo, 23 de fevereiro de 1979.

⁶⁹⁶ KARPOWICZ, op. cit., p. 292.

⁶⁹⁷ Ibid., p. 299.

importante ferramenta de sobrevivência no cárcere, conforme narrado pelas outras militantes. Sua permanência, nem sempre pautada no isolamento, fez-se muito silente e solitária, trazendo marca irreversível para a sua trajetória trilhada a partir de então, como pontua Gorete: *“A minha mãe, a única coisa que ela tinha, e pior que ficou um ano naquele espaço lá, eu acho que por isso ela teve muita dificuldade de falar. O silêncio era na maior parte do tempo. A minha mãe falava muito pouco. Acho que ela aprendeu a silenciar assim.”*

Na primeira entrada, em 1974, Sonia foi aprisionada nas celas de castigo. O local é lembrado por Gorete a partir das visitas que realizava à mãe, definindo-o como *“um lugar horrendo”*. Nesses momentos, passava por uma revista na entrada do prédio central, realizada por uma agente penitenciária – *“Todo o alimento, tudo que a gente levava era revistado, aberto, examinado. [...] Era passada a mão em todo o corpo. Inclusive na vagina. Imagina isso em uma criança”* -, sendo então conduzida pelos brigadianos até o espaço de isolamento onde se encontrava Sonia – *“A gente tinha que sair do prédio pra ter acesso ao portão lateral e depois descer até aquelas celas do isolamento. Então eles nos acompanhavam nesse trajeto”*. As visitas aconteciam dentro da cela, local onde Sonia passava a maior parte do tempo, com a luz artificial constantemente acesa, saindo para breves banhos de sol no pátio, como aponta Gorete:

A primeira fase ela ficou naquelas solitárias, e sozinha, ela ficou todo o período sozinha. E... E as visitas eram lá, naquelas solitárias. [...] A gente visitava a mãe dentro da cela. Tanto é que aquele pátio externo, aquele pequeno pátio externo, era o lugar onde ela tomava banho de sol. Mas ela passava a maior parte do tempo dentro da cela. Ela saía somente pra tomar banho de sol. E não era aquelas grades de ferro vazada, a porta. Era uma porta de ferro a da cela, que tinha uma janelinha ali, né. A questão da luz vinte e quatro horas era de fato, ela vivenciava isso. Tanto é que a mãe depois que saiu da prisão nunca mais conseguiu dormir de luz apagada. Isso era uma coisa assim, uma marca. Ela sempre acordava também assustada. Se ela tava dormindo e tu mexia nela, ela sempre, sempre, sempre, sempre, até o final da vida dela foi assim. Sempre acordava sobressaltada.

As visitas eram realizadas por Gorete e sua avó, como uma oportunidade de tranquilizar e trazer alguma alegria à mãe: *“Eu lembro que eu tentava ser a pessoa mais normal e mais alegre do mundo. Tentava não mostrar nenhuma fragilidade.”* Familiares, vizinhos e amigos eram visitantes frequentes de Sonia, buscando trazer alento nos gestos possíveis: *“Tinha um vizinho que era taxista, sempre passava lá, ele sempre deixava uma carteira de cigarro pra mãe, levava uma rosa, deixava lá, e eles entregavam. Então era movimentos que eles faziam assim de que dava bastante alento à permanência dela”*. Entre as

figuras fundamentais neste primeiro período de aprisionamento, Gorete cita Glênio Peres⁶⁹⁸ que, ao realizar visitas sistemáticas à Sonia e apoiar Gorete e sua vó com as questões jurídicas, trazia alguma tranquilidade em meio à tormenta: *“Mesmo com todo o sofrimento, eu acho que esse suporte que o Glênio nos deu foi fundamental pra ela ter um pouco mais de segurança”*.

Nos meses em que estive aprisionada nas solitárias, a condição de encarceramento de Sonia foi de absoluto isolamento, como narra Gorete: *“Todo contato com ela era muito pontual. Alimentação era levada do prédio central. Realmente era um isolamento total. Banhos de sol era sozinha, tudo, tudo sozinha. E as freiras também não frequentavam aquele espaço”*. Na cela minúscula composta pela cama e pela fossa, a única companhia era a leitura, sem qualquer possibilidade de outro tipo de ocupação: *“Não teve nenhum tipo de trabalho que ela pudesse exercer. A única coisa era a leitura. A cela tinha uma cama, a gente ficava sentado naquela cama quando visitava, tinha – acho que é latrina que se chama – esse buraco, que é no próprio ambiente. E eram essas as condições que ela ficou lá por um ano”*.

Sendo libertada em dezembro de 1974, Sonia permaneceu fora do cárcere durante o ano de 1975 e na maior parte de 1976, reinserindo-se no mercado de trabalho como atendente de enfermagem para garantir o sustento da família. Em dezembro de 1976, após julgamento de recurso pelo Supremo Tribunal Militar que resultou na sua condenação a 10 anos de prisão, foi novamente aprisionada. No momento de sua captura, o maior medo era o encaminhamento ao DOPS/RS: *“Minha mãe tava em casa, pedindo pra que não levassem ela pro DOPS. Meu desespero era se levassem ela pro DOPS, passar por todas as torturas novamente. Ela deve ter tido uma passagem, mas só foi de reconhecimento no DOPS. Logo encaminharam pro Presídio Madre Pelletier novamente.”*

Ao chegar na Penitenciária, diferentemente do primeiro momento de encarceramento, em que foi alocada de imediato na solitária, Sonia foi consultada sobre qual seria seu espaço de aprisionamento: *“E chegando lá no Madre Pelletier perguntaram a ela se ela preferia ficar na solitária novamente ou se queria ficar na convivência com as outras presas. E a mãe fez a segunda opção, de ficar com as outras presas.”* O aprisionamento no prédio central, onde permaneceu por três anos, mais do que inaugurar uma fase específica em sua trajetória carcerária, demarca também um ineditismo no regime de encarceramento político na instituição, que até então se estruturava sistematicamente em torno das celas de castigo.

⁶⁹⁸ Glênio Peres foi um importante líder político da oposição à ditadura em Porto Alegre, atuando como vereador pelo MDB, sendo cassado em 1977. Além de sua atuação como político, era jornalista e poeta.

Nessa nova etapa, as visitas aconteciam no pátio interno da Penitenciária. Sem a permissão de acessar o espaço específico em que sua mãe foi presa, Gorete aponta que se tratava de um dormitório coletivo, situado em andar superior: “*O alojamento eu lembro que era no andar de cima. Era um alojamento aberto, não eram celas isoladas.*” Enquanto no período de aprisionamento nas solitárias as visitas aconteciam com alguma privacidade, podendo conversar no interior da cela, no prédio central o ambiente era mais tumultuado com a presença das famílias das outras presas:

Aquele ambiente também, era um ambiente muito, muito ruim. Elas usavam uniforme. Uniforme padrão. E aí tem coisas que eu hoje não consigo ouvir muito músicas assim, mais estilo sertanejo, sabe? Porque ficavam as famílias nos diferentes bancos reunidas. Então ficavam aqueles picadinhos de pilha assim, naqueles núcleos familiares, ouvindo aquelas músicas. Aquilo sempre me remete a essa lembrança. Eu lembro de ter uma mulher que foi condenada por tráfico de drogas, e acho que aqui naquela época já tinha esse histórico de marido preso, ela presa, então era uma filharada assim a visitá-la. Muitas vezes elas se alimentavam ali também com as coisas que os familiares levavam. E era isso assim. Aí tinha a presa que era uma mão leve, que às vezes roubava coisas delas próprias, que ela sempre andava com uma bolsinha tira colo, a mãe dizia: “Bah, hoje sumiu meu cigarro não sei como”, daí ela já imaginava quem fosse, né?

A rígida separação que antes segregava presas políticas e presas “comuns” – por conta dos estatutos de suas criminalidades, características socioeconômicas e regime de encarceramento – atenuou-se na experiência de Sonia. Gorete relata a identificação da mãe com estas mulheres, a partir da origem social semelhante, destacando que seu status diferenciado de presa política era também diluído ao se considerar o crime que resultou em sua condenação: “*A caracterização dada não era muito de presa política, então era mais: ‘Ah, foi condenada por assalto a banco’.*” Sendo aprisionada nos mesmos alojamentos que essas mulheres, tecendo convívios diários em uma rotina em comum, Sonia se tornou também uma presa do prédio central.

Recebendo um tratamento que Gorete identifica como “*mais humanizado*”, Sonia se inseriu na rotina prisional, partilhando das obrigações das presas, que envolviam a limpeza, o preparo de alimentos na cozinha do presídio e a divisão de tarefas gerais para manter a organização do cárcere. Neste espaço, teve acesso àquilo que era ofertado como a ordem dos dias: a ocupação laboral, os estudos, os trabalhos manuais e a religião:

Lá ela pôde trabalhar. Teve também a opção de estudar. Só que ela não avançou muito nos estudos, ela nunca gostou muito de estudar. Ela costurava lá e também bordava, fazia cartões perfurados, artesanais. Ela também tinha uma renda com isso que nos ajudava em casa. Então ela se dedicava bastante

a essa produção assim. Ela não gostava muito de rezar, então esse convívio às vezes, na igreja, que lá tinha uma capela também. Ela ia algumas vezes pra ter esse contato mais diferente, né?

O fim do isolamento e a incorporação à rotina prisional, porém, não significaram o alívio dos sofrimentos impostos pelo cárcere. Ao contrário, Gorete relembra que a mãe esteve muito mais abalada durante essa etapa do aprisionamento, vivendo a agonia pelo andamento lento de seu processo judicial:

Talvez por eu ter um pouco mais de idade, eu lembro muito das visitas. O quanto era sofrido aquelas visitas, muito mais do que lá da solitária. Eu lembro que aquilo era muito difícil pra ela. [...] O desespero da minha mãe aumentou nesse segundo momento. O Glênio já não nos dava esse suporte maior, até porque ele tava também com dificuldades. A gente não tinha muito, a vó acho que procurava assim, esse acesso à Defensoria Pública. Era um acesso mais difícil. Então a mãe perguntava como é que tava o processo, a vó não dava respostas, a mãe entrava no desespero. As nossas despedidas eram todas elas muito sofridas, quando a gente saía de lá, era... Era sempre muito choro.

Ao longo dos anos em que esteve no prédio central, Sonia contou com o apoio de um brigadiano, vizinho da família na Vila Farrapos, que entregava itens de necessidade enviados pela mãe ou pela filha. No final do período de encarceramento, conquistou a possibilidade de realizar algumas visitas à sua casa, quando era acompanhada por uma agente penitenciária chamada Gladis: *“Ela trouxe a mãe algumas vezes. A mãe ficava o dia conosco e era recolhida. Mas isso era pontual. Não sei se era uma vez por mês, era muito pontual.”* Sendo enfim libertada em abril de 1979, Sonia saiu da Penitenciária Feminina Madre Pelletier como a última mulher que vivia como presa política no Rio Grande do Sul.⁶⁹⁹ Ingressando na malha prisional aos 31 anos, estava prestes a completar 35 anos quando se viu liberta. Para a filha, a imagem era de uma mãe marcada pelo envelhecimento do cárcere e pelas dores vividas na perseguição política: *“Ela envelheceu horrores, no aspecto físico dela foi bastante modificado nesse período. Pelo fumo, pelo sofrimento, por várias coisas. Eu aí eu lembro da mãe vir pra casa com um aspecto muito feio. O cabelo... A saída da prisão dela me traz muito essa lembrança dum descuido pessoal muito grande.”*

*

⁶⁹⁹ No processo de indenização de Sonia, estão anexados documentos que identificam a ela, Antonio Losada e José Losada como “os três únicos presos políticos do Rio Grande do Sul”. Cf. ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 0495-1200/98-7 [Sonia Venancio Cruz]*. Porto Alegre, 1998.

Sendo a única militante clandestina de esquerda a ser aprisionada na quarta fase de aprisionamento político na PFMP, Sonia não foi a última enviada à instituição por perseguição política. Alguns após a sua saída, quatro jornalistas do Coojornal – jornal da imprensa alternativa publicado pela Cooperação dos Jornalistas de Porto Alegre -, foram aprisionados na Penitenciária por incursão na Lei de Segurança Nacional, em decorrência da divulgação de documentos sigilosos sobre a guerrilha do Vale do Ribeira.⁷⁰⁰

Em 1981, os jornalistas Osmar Trindade e Rafael Guimarães foram detidos na Penitenciária Feminina Madre Pelletier logo após a condenação a cinco meses de detenção, sendo transferidos para essa instituição em decorrência da superlotação do Presídio Central, onde permaneceram por uma noite. Em reportagem publicada pelo Jornal Zero Hora, aponta-se o alojamento em uma “ampla sala próxima à Administração do Presídio, onde foram improvisadas duas camas de ferro, uma mesa antiga e algumas cadeiras”.⁷⁰¹ Permaneceram na Penitenciária por mais de vinte dias, até a concessão do *habeas corpus*. Em 1983, retornariam à mesma instituição prisional, dessa vez acompanhados dos colegas jornalistas Elmar Bones e Rosvita Saueressig, também condenados no mesmo processo, lá permanecendo por cinco dias, até a concessão de uma liminar que determinou a soltura. Nesse momento, a Penitenciária foi escolhida como local de aprisionamento por se assemelhar “à prisão especial que os jornalistas tinham direito”. Este é último vestígio localizado nesta pesquisa que aponta a mobilização da instituição para o aprisionamento político durante a ditadura civil-militar brasileira, quando já estava sob administração estadual.

⁷⁰⁰ As informações citadas constam em edição extra do Coojornal, de número 78, específica sobre o caso de condenação dos jornalistas, intitulada “Imprensa: o limite da liberdade”, anexada em encaminhamento do SNI. Cf. SERVIÇO Nacional de Informações. Encaminhamento nº 001/16/APA/83 – Síntese do periódico “Coojornal”. Porto Alegre, abril de 1983. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83032680.

⁷⁰¹ ZERO Hora. Justiça Militar condena jornalistas do Coojornal. 04 de julho de 1981. In: SERVIÇO Nacional de Informações. Informe nº. 039/116/APA/81 – Justiça Militar condena jornalistas do “Coojornal” a cinco meses de prisão, em Porto Alegre/RS. Fl. 3. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003021.

Figura 43. Libertação dos jornalistas aprisionados na PFMP em 1983.



Fonte: Coojornal (SIAN).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das ruínas e da morte,
 Onde sempre acabou cada ilusão,
 A força dos meus sonhos é tão forte,
 Que de tudo renasce a exaltação
 E nunca as minhas mãos ficam vazias.⁷⁰²

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, entregue em dezembro de 2014, inclui em seu conteúdo 25 recomendações para “prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito”, categorizando-as em medidas institucionais e reformas constitucionais e legais.⁷⁰³ Entre essas recomendações, consta a dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso:

A estrutura prisional brasileira expressa uma situação de profundo desrespeito aos direitos humanos. A superpopulação prisional – fruto, inclusive, do uso pouco disseminado de penas alternativas – e a ausência efetiva de políticas voltadas à reintegração social dos presos são fatores que induzem a população carcerária à falta de perspectiva. Os presídios são locais onde a violação múltipla desses direitos ocorre sistematicamente, já foi feito o questionamento desse quadro até mesmo por órgãos internacionais. Essa situação também se verifica nas instituições destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes infratores. Entre outras medidas, é necessário abolir, com o reforço de expresso mandamento legal, os procedimentos vexatórios e humilhantes pelos quais passam crianças, idosos, mulheres e homens ao visitarem seus familiares encarcerados. Não se pode mais obrigar todos os visitantes a ficar completamente nus e a ter seus órgãos genitais inspecionados. Essa prática deve ser proibida em todo o território nacional. Nesse contexto, recomenda-se especial atenção à adoção de medidas que dignifiquem os presídios, promovendo-se o respeito aos direitos humanos e afastando-se a adoção de medidas – por exemplo, a privatização dessas estruturas – que acarretem ruptura com o princípio de que o poder punitivo é exclusivo do Estado e deve ser exercido nos marcos do Estado democrático de direito.⁷⁰⁴

⁷⁰² ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Coral e outros poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 45.

⁷⁰³ BRASIL, op. cit., p. 964. No que tange às instituições prisionais, são também recomendadas: “Instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados” e “Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para acompanhamento dos estabelecimentos penais” (Recomendações nº. 13 e 14).

⁷⁰⁴ Ibid.

A inclusão dos estabelecimentos penitenciários dentre os pontos de atenção do relatório, mencionando a “situação de profundo desrespeito aos direitos humanos” ao apontar elementos que compõem o cenário carcerário atual – como a superlotação, a ausência de políticas públicas para reintegração social e a realização de procedimentos vexatórios em visitantes - remonta à identificação de instituições desse tipo para o cárcere político durante a ditadura. Ao mirar “a estrutura prisional brasileira”, tão majoritariamente associada aos processos de encarceramento em massa de grupos socialmente marginalizados e racialmente demarcados, a figura dos presos políticos aparece de forma isolada, associada aos episódios repressivos da ditadura civil-militar e igualmente elaborada por critérios de raça e classe, referindo-se aos militantes brancos e intelectualizados que passavam pelas prisões em decorrência de seus crimes políticos, como atores excepcionais, sem uma integração profunda à malha prisional, destoando do perfil histórico dos prisioneiros e prisioneiras brasileiros.

Egressos de centros de detenção que foram cenários de violações físicas extremas, e igualmente vivenciando uma série de privações e violências irradiadas nos cárceres, foram os presos políticos que, conforme observa Lucas Pedretti, contribuíram para pautar os debates em torno das violências sofridas na prisão – identificadas em íntima associação às violências ditatoriais -, produzindo denúncias a partir do vocabulário dos direitos humanos.⁷⁰⁵ Apontando que “a apreensão de determinada violência como ilegítima não é uma decorrência natural do grau de brutalidade ou intensidade da violência mesma, se não da forma pela qual se constrói coletivamente essa ilegitimidade”,⁷⁰⁶ o pesquisador indica que a gramática da violência política, encabeçada pela própria militância atingida pela repressão e reverberada por demais opositores, encontrou o acolhimento social que permite identifica-la como inaceitável e indigna, contrastando com o modo pelo qual eram assimiladas violações direcionadas a outros grupos. Desse modo, como sinaliza Suzane Jardim, observa-se a solidificação da “imagem histórica da tortura nas prisões” a partir da “arbitrariedade aplicada aos militantes políticos”, e não “em torno de sua história de uso disseminado entre os escravos, negros e encarcerados ‘comuns’ nos espaços mais precários do país”.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ PEDRETTI, Lucas. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

⁷⁰⁶ *Ibid.*, p. 316.

⁷⁰⁷ JARDIM, Suzane. Do corpo biológico ao corpo social: a tortura dos “comuns” e a busca pela radicalidade perdida. In: PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL (org.). *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. Pastoral Carcerária: 2018, p. 146.

Buscando tensionar a compreensão acerca das agressões sofridas nos cárceres brasileiros, o Movimento Negro Unificado (MNU) – nomeado, quando de sua fundação, como Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) – se insere publicamente nos debates sobre a Lei da Anistia no final da década de 1970, propondo o questionamento da categoria de “prisoneiros políticos” e assim reivindicando o reconhecimento do estatuto político intrínseco à cada prisão, especialmente da população negra, como aponta Michael Hanchard:

O MNU queria ampliar a categoria de “prisoneiros políticos” para que ela incluísse os negros presos por crimes contra a propriedade (furtos, roubos, etc.), sob a alegação de que, embora parecessem atos individuais, esses “crimes” eram, não obstante, respostas políticas a uma elite que recusava o emprego, a moradia e a educação à maioria de seus cidadãos. O MNU foi mais longe na condenação da anistia condicional, afirmando que os negros, que já exibiam uma tendência maior do que os brancos a serem presos, eram desproporcionalmente mais submetidos a espancamentos e torturas o que, a rigor, tornava sua situação análoga à dos presos políticos brancos. Em sua crítica ao projeto de anistia limitada instituído pelo governo brasileiro, o MNU declarou: “A mão que assassina os negros, indiscriminadamente, é a mesma que prende estudantes e trabalhadores, com o mesmo resultado: manter a população oprimida (...) e desorganizada e, no final das contas, manter os privilégios da minoria que está sentada no poder”.⁷⁰⁸

Essa colocação, que desvela o processo de encarceramento a partir do racismo estrutural e da violência policial, pautando as práticas historicamente direcionadas contra pessoas negras, simboliza o mote ainda hoje empregado pelo Movimento Negro Unificado, de que *todo preso é um preso político*. Como apontado pela pesquisadora Suzane Jardim, as denúncias do MNU propunham tensionar, e até mesmo romper, a distinção entre presos comuns e presos políticos, “já que vivíamos todos em um sistema econômico que causava as incidências criminais ao mesmo tempo em que colocava meios também politicamente localizados de selecionar quais corpos cairiam ou não na malha do sistema prisional”.⁷⁰⁹ Nesse sentido, como observam Galeano, Corrêa e Pires, faz-se necessário desestabilizar uma pretensa uniformidade acerca das noções de criminalidade comum e criminalidade política, inserindo-as em um contexto que é feito não somente de proposições conceituais, mas sobretudo de disputas públicas e políticas:

⁷⁰⁸ HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 150.

⁷⁰⁹ JARDIM, op. cit., p. 147.

Fronteira em movimento [entre criminalidade comum e política], ela muda de acordo com os diferentes regimes jurídicos e políticos, mas também é objeto de disputas narrativas, batalhas de memória e redefinições que ocorrem dentro dos muros das próprias instituições penitenciárias [...]. Sempre em construção, reelaboração e disputa, a categoria de preso político – em seu caráter intrinsecamente relacional com outros rótulos que produzem suas alteridades – tem sido reivindicada por diferentes sujeitos e tem integrado lutas políticas.⁷¹⁰

A produção historiográfica da ditadura civil-militar brasileira, delimitada a partir da gramática da violência política,⁷¹¹ mira os presos políticos enquanto aqueles e aquelas que foram detidos pelas forças policiais militarizadas em decorrência de seus engajamentos em oposição ao governo ditatorial. Nesse contexto, os processos privativos de liberdade mais contemplados pelas produções memorialísticas e acadêmicas concernem aos episódios de detenção, situados como passagens emblemáticas nas vidas dos sujeitos aprisionados por motivações políticas que, em centros de detenção clandestinos ou legalizados, eram expostos a situações-limite até então inéditas em suas trajetórias. As ideias de *repressão* e *violência* direcionadas contra os presos políticos, dessa forma, se concentram em espaços como os diferentes DOPSS e DOI-CODIs, que se tornaram ponto de referência no que tange à gravidade das violações contra os direitos humanos das pessoas detidas em suas instalações.

As experiências vividas em estabelecimentos prisionais, por sua vez, deslocam-se da latência dessas violações, sendo discutida de forma minoritária nas abordagens historiográficas. Reconhecendo-se a importância dos presídios para a salvaguarda de uma série de garantias que se encontravam em suspensão quando da detenção em sítios de suplício, assim como o papel fundamental para a articulação coletiva dos presos e presas políticas, são ainda pontuais as produções que se propõem a investigá-los enquanto redutos de produção de novos sofrimentos. Ao tratar das experiências de encarceramento de mulheres militantes de esquerda na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a pesquisa aqui elaborada procurou se situar nessa direção, propondo demarcar as penitenciárias como espaços de violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira, desde um olhar às implicações de

⁷¹⁰ GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula. Introdução. In: GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (org.). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021, p. 22.

⁷¹¹ De acordo com Pedretti, a “gramática da violência política” é o resultado não intencional e não previsto de conflitos simbólicos e classificatórios que delimitam a “forma particular de se referenciar à violência estatal que se voltou contra as oposições ao longo do regime ditatorial”, determinando a natureza específica das ações violentas do Estado contra os opositores políticos. Em suas palavras, trata-se de “uma linguagem prática que oferece as referências comuns para as representações socialmente aceitas acerca da ditadura militar no Brasil”, definindo “uma fronteira ao redor do que não significa falar sobre ditadura no Brasil”. Cf. PEDRETTI, op. cit.

gênero, assim atentando para as muitas instâncias repressivas que procuraram submeter as opositoras políticas, entendendo que as formas difusas das violações são também intensas, rígidas e produtoras de dores próprias. Desse modo, a identificação das violações cometidas contra as presas políticas em um ambiente prisional exige uma mirada sensível às tantas possibilidades de incidência das violências, que no cárcere encontraram manifestações mais sutis e permeadas nas minúcias do cotidiano.

A produção de dores contra os corpos, alicerçada em modos de condicionamento que são próprios do cárcere, atingiu as presas políticas da PFMP pelas violências que são intrínsecas à privação de liberdade, mantendo-as trancafiadas, isoladas e continuamente vigiadas, em irradiações que operam também no campo psíquico. Conforme constatado a partir das fontes analisadas no último capítulo, a redefinição das violências no espaço prisional se fez em um complexo tear, sobrepondo componentes que definem o que foi a experiência de aprisionamento político na penitenciária. Tais incidências da violência, ao serem categorizadas para finalidades didáticas, devem ser lidas por uma ótica articulada, compreendendo-as por suas atuações combinadas e efeitos mútuos. Nesse sentido, pode-se afirmar que as violações aos direitos humanos das militantes de esquerda aprisionadas na PFMP se perpetraram em nível de violências prisionais, de gênero, psicológicas e propriamente políticas.

As *violências prisionais* concernem a aspectos difundidos no sistema prisional brasileiro e que também atingiram as presas políticas. Configurando-se enquanto violências estruturais, não devem ser diminuídas ou naturalizadas, sendo necessário nomeá-las naquilo que são, para que não se oblitere sua categoria de violação. Nesta alçada estão a insalubridade das acomodações, o impedimento a atendimento médico e odontológico, a negligência nutricional, as restrições impostas ao cotidiano e as revistas vexatórias. Este último elemento se insere também nas *violências de gênero*, igualmente identificadas nas humilhações verbais, ameaças e desqualificações morais direcionadas contra as militantes fazendo-as sentir em risco ou subalternizadas simplesmente por serem mulheres.

As *violências psicológicas* perpassam essas instâncias anteriores, contemplando práticas de violações de direitos humanos mais intangíveis e difusas, que operam na condução da fragilidade e instabilidade psíquica das aprisionadas. Na PFMP, foram acentuadas pela permeabilidade dos eventos políticos externos nas condições de aprisionamento, resultando em remoções forçadas ao DOPS/RS para novos interrogatórios violentos, bem como na interdição de garantias cotidianas, obrigando-as ao isolamento absoluto e proibindo a visita de familiares ou advogados. Assim, o aprisionamento se compunha como um período de

instabilidade e fragilidade, com a constante exposição ao medo, sob a ameaça de retorno à tortura e recrudescimentos nas restrições prisionais. Por fim, as *violências políticas* foram aquelas especificamente direcionadas às militantes, a partir do engendramento de um regime de encarceramento político pautado no isolamento, na segregação e na exclusão dos preceitos carcerários e religiosos que orientavam as ações institucionais no prédio central, de modo a demarcar as presas políticas enquanto figuras abjetas, deslocadas, ignoradas e, sobretudo, irrecuperáveis.

Sem que seja possível interpretá-las de modo fragmentado, essas violências operaram conjuntamente, com incidências ora mais brutas ou diluídas, mas nunca definitivamente interrompidas, orquestrando um modo próprio de punir as mulheres que ousaram insurgir contra a ditadura, não apenas por seus engajamentos políticos, mas por significativas rupturas de classe, gênero e raça. Os propósitos de rejeição, deslocamento e isolamento foram mobilizados como instrumentos punitivos, por uma lógica de encarceramento pautada em impedir as militantes de todas as suas inserções sociais, furtando-as inclusive da conformidade ao regime de encarceramento vigente na instituição. Confinadas e isoladas, as presas políticas, antes mulheres tão ativas em suas vidas sociais e políticas, ao serem aprisionadas e visadas duplamente por suas condições de gênero e militância, eram submetidas a um severo processo concentrado na intervenção, subtração e negação de suas sociabilidades.

Para chegar a este quadro da redefinição das violências na Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi necessário percorrer outros caminhos que compõem as rotas do aprisionamento político. A investigação acerca da experiência de encarceramento, com o detalhamento para as asperezas e inventividades do cotidiano, só se fez possível a partir dos relatos de prisão anexados aos processos de indenização do APERS e, sobretudo, pelos testemunhos orais concedidos pelas mulheres que estiveram como presas políticas na PFMP entre as décadas de 1960 e 1970, cujas trajetórias de militância foram apresentadas no preâmbulo desse trabalho, considerando suas narrações próprias acerca do despertar da consciência política em suas vidas. Naquilo que se pôde vislumbrar nas entrelinhas dos registros – produzidos por instâncias repressivas, anexados aos processos de indenização ou relatados à Comissão Estadual da Verdade -, e sobretudo pela reverberação de suas vozes, apresentaram-se Eliana, Helena, Iara, Ignez, Leane, Leia, Mailde, Mara, Maria Aparecida, Maria Celeste, Maria Celestina, Marlova, Nara, Sandra, Sonia, Terezinha, Vera Lúcia, Vera Lúcia e Zilá como as protagonistas dessa dissertação, atentando para as características individuais que diferenciam e aproximam suas origens e motivações para a ação política. A

segunda parte do preâmbulo dedicou-se a analisar suas filiações políticas, identificando as organizações VAR-Palmares, POC e FBT como as mais frequentes, seguidas por AP, VPR, MCR e autogestão como vinculações minoritárias. Discutindo sobre a *genderização da militância*, propôs-se tensionar uma leitura essencialista acerca da “militância de mulheres” ou “militância feminina”, pautando noções mais plurais acerca das feminilidades e identificando a complexidade das experiências de engajamento nas organizações clandestinas de esquerda, que contrariavam uma ótica linear e compartimentalizada. Por essas reflexões iniciais, buscou-se apresentar as mulheres antes de seus ingressos no aparato repressivo, reconhecendo-as por outros vieses que não somente de *presas políticas*.

A fim de compreender os processos que justificaram suas perseguições políticas e penalizações pela Justiça Militar, resultando em posterior encaminhamento ao presídio, no primeiro capítulo o olhar se voltou à transformação dessas militantes em inimigas internas. Para tanto, foram analisadas as formulações legislativas da ditadura, com destaque para as edições da Lei de Segurança Nacional, massivamente empregada para a repressão das esquerdas e punição de crimes políticos. Foram também estudadas as ações repressivas que resultaram nas detenções, considerando o contexto do Rio Grande do Sul e as operações orquestradas pelo DOPS/RS. A análise dos enquadramentos judiciais das militantes e das formas pelas quais foram retratadas nas documentações repressivas forneceu pistas para identificar a especificidade da criminalização dessas mulheres. Concluiu-se que, distanciando-se de parâmetros bem delimitados acerca da criminalidade feminina, foram constituídas em torno da subversão e de desvios multifacetados – em níveis políticos, mas sobretudo de gênero, raça e classe –, fazendo-as emergir não como criminosas, mas subversivas, o que exigia um regime de punição também diferenciado.

Após compreendê-las como mulheres militantes transformadas em perigosas subversivas, fez-se necessário investigar os percursos punitivos empregados pelas forças de segurança da ditadura que as alocariam na posição de presas políticas. Desse modo, o segundo capítulo se concentrou nos diferentes espaços que compõem o aprisionamento político, diferenciados em lugares de detenção e lugares de reclusão ou cárcere, que aqui se referem respectivamente ao DOPS/RS – tomado para estudo de caso por ser o local mais frequente na primeira detenção das militantes – e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier – objeto central da pesquisa. Ao discutir a inserção desses espaços na malha repressiva, buscou-se complexificar uma compreensão meramente linear e encadeada do endereçamento de presas políticas, o que foi constatado com a permanência das militantes em uma instituição carcerária quando ainda se encontravam em prisões cautelares, assim como o

reencaminhamento para inquirições no centro de detenção quando já estavam formalmente denunciadas perante a Justiça Militar. Abordando o DOPS/RS enquanto um sítio do terror, foram discutidos os elementos que permitem assim identificá-lo, como os episódios de sequestro e as violações perpetradas contra as militantes durante a detenção, com requintes específicos de gênero. A Penitenciária Feminina Madre Pelletier, por sua vez, foi contextualizada desde o percurso institucional, atentando para as premissas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers, com alguns lampejos sobre sua mobilização para o encarceramento político na ditadura.

No terceiro capítulo, enfim direcionando o olhar às dinâmicas do encarceramento de militantes de esquerda na PFMP, foram analisadas cada uma das fases de aprisionamento político, categorizadas a partir da observação de características compartilhadas que conformam especificidades do regime de encarceramento em cada um desses momentos. Na primeira fase, situada entre 1964 e 1969, foi possível identificar a presença de apenas duas presas políticas – Maria Celestina e Sandra -, de perfis distintos e com breves passagens pela instituição, sem a constatação do enquadramento em uma lógica carcerária bem definida. Já na fase posterior, entre 1970 e 1971, observa-se o engendramento de um regime de encarceramento específico para a punição das presas políticas. As onze mulheres que estiveram na PFMP neste período – Eliana, Helena, Iara, Ignez, Mailde, Mara, Maria Aparecida, Marlova, Nara, Terezinha e Vera Lúcia - eram militantes em organizações clandestinas de esquerda, incursas no Decreto-Lei nº. 898/69, egressas do DOPS/RS e que seguiam sob custódia desse órgão para a elaboração dos inquéritos policiais-militares, sendo removidas para interrogatórios na medida em que eram implicadas em novas acusações, decorrente das quedas de companheiros de militância. O confinamento nas solitárias insalubres; a exclusão do regime de encarceramento do prédio central; bem como a convivência com uma trama de sujeitos específicos, definiram as características de como se ordenaria o cárcere político na instituição. A terceira fase de aprisionamento, entre 1972 e 1973, marcou-se pela alteração do perfil das presas, transferidas de outros presídios para responder aos processos em curso no Rio Grande do Sul ou para cumprir o restante da pena, sendo também o momento de flexibilização de algumas restrições antes impostas. Após a saída das quatro militantes encarceradas na PFMP neste intervalo – Leane, Leia, Vera Lúcia e Zilá -, a quarta fase de aprisionamento, situada entre os anos de 1974 e 1979, se caracterizaria pela presença de uma única presa política, Sonia. Sua passagem pela PFMP ocorreu em duas etapas distintas: inicialmente, entre 1974 e 1975, foi alocada no regime de confinamento nas solitárias; ao retornar ao cárcere, entre 1976 e 1979, escolheu ser instalada no prédio central,

inaugurando uma experiência inédita no encarceramento político na instituição, com maior inserção à dinâmica carcerária habitual da penitenciária, sem a segregação física que predominou nas fases anteriores.

Os delineamentos do encarceramento político na PFMP sugerem a derivação de uma compreensão específica acerca das presas políticas. Ao serem tomadas em níveis de periculosidade associados à subversão, que diferiam substancialmente da criminalidade das internas, com desvios específicos de gênero, raça e classe, eram construídas como figuras estranhas, deslocadas e indefinidas. Enquanto as mulheres desviantes poderiam ser reconduzidas pelas ações do Bom Pastor, reencontrando seus caminhos de mães, esposas e donas de casa, tementes a Deus e conformadas em feminilidades passivas e obedientes, as presas políticas eram alocadas para além do desvio, talvez até mesmo além do gênero e, indubitavelmente, expurgadas para fora dos limites da humanidade. Se todas as mulheres desviantes poderiam ser recuperadas – as prostitutas, as ladras, as traficantes, as homicidas – quem eram então essas figuras perigosas, isoladas, desumanizadas, irrecuperáveis? O local da *abjeção* é o que parece melhor definir o enquadramento dessas mulheres na PFMP, como conclui Baretta:

Essas mulheres faziam parte do grupo de corpos que eram castigados moralmente como putas perigosas, medicamente como corpos que aguentavam tortura e juridicamente enquadradas como inimigas internas pela Lei de Segurança Nacional explicando o tratamento mais violento. Este tratamento foi identificado através da abjeção temporária, da classificação estigmatizante da prostituta, da condição do corpo da mulher que é punido por crime ideológico, da atribuição quanto a sua periculosidade e sordidez, enquadrada na categoria irrecuperável. Por isso eram objetificadas, desumanizadas, apagadas com a intenção da sua eliminação completa pelo atrevimento de combater um Estado autoritário, por ocupar um lugar social que não era seu.⁷¹²

Por essa compreensão das subversivas enquanto abjetas, o encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier se orientou para o completo isolamento das presas políticas e para a diferenciação do tratamento a elas oferecido, furtando-lhes de qualquer condição minimamente digna de aprisionamento e alocando-as em um cenário altamente restritivo, volátil e pautado na incidência de violências específicas. Por certo, as características do aprisionamento político não foram sempre coesas e igualmente tensionadas, com períodos de maiores latências e refrações. As violências prisionais, de gênero, políticas e

⁷¹² BARETTA, op. cit., p. 189-190.

psicológicas, antes discutidas como complexamente interligadas no tear da redefinição das violações no cárcere, encontraram variações no tempo: de imperceptíveis nas fontes da primeira fase de aprisionamento (1964-1969), agudizaram-se na segunda fase (1970-1971), com consideráveis arrefecimentos no terceiro momento (1972-1973) e manifestações esparsas na última fase (1974-1979). De qualquer forma, pode-se apontar a conformação das presas políticas não somente a um regime de encarceramento próprio, como também a um *regime de custódia* que lhes foi particular.

De acordo com Soraia da Rosa Mendes, os estabelecimentos prisionais se situam como uma das muitas instâncias mobilizadas para a *custódia* das mulheres. Para Mendes, as mulheres são custodiadas a partir de um conjunto de ações, por parte do Estado, da sociedade e da família, a fim de reprimi-las, vigiá-las e encerrá-las de distintas formas e em diferentes espaços,⁷¹³ que vão desde os limites domésticos, passando pelos conventos, os hospitais psiquiátricos, até as prisões. Segundo a autora, este é um elemento basilar para compreender que o poder punitivo se estrutura enquanto poder de gênero, expressando-se como “um complexo sistema de custódia que vigia, reprime e encarcera (em casa, no convento ou na penitenciária), e aplica às mulheres diferentes penas acessórias (desde restrições alimentares, limitações de sua gestualidade, de seu modo de falar, até outras formas de violência [...]).”⁷¹⁴ Assim, para a autora, sem que se trate de uma montagem para o controle – isto é, com vistas a assegurar a ordem social - o que se tem na prisão é uma orientação para a custódia das mulheres, buscando produzir “comportamentos considerados adequados [...] com relação a determinadas normas e instituição sociais”.⁷¹⁵

O regime de custódia das presas políticas, sem impor um comportamento modelo, pautou-se no reforço daquilo que lhes era vedado. A circunscrição dos corpos dessas mulheres em um espaço de total isolamento – planejado para o castigo, ignorado como parte da estrutura oficial da Penitenciária, composto em torno da insalubridade e da incomunicabilidade -, bem como as vigilâncias constantes – mediadas por presenças diretas, como as agentes carcerárias e os brigadianos; pela onipresença do olhar das freiras desde a torre do prédio central; pela fiscalização de suas correspondências, leituras ou qualquer instrumento de informação e distração -, eram formas não apenas de encarcerá-las, mas de impedi-las o ato político e inseri-las em relações de dependência, punindo-as como as “subversivas” que eram.

⁷¹³ MENDES, op. cit., p. 116, p. 124.

⁷¹⁴ Ibid., p. 116.

⁷¹⁵ Ibid., p. 170.

*

Por todo o percurso trilhado até aqui, as investigações conduzidas nessa pesquisa permitem retomar outras produções que situam a PFMP no mapa da repressão, podendo cotejar tais apontamentos de acordo com o que foi aqui estudado. A indicação feita por Ellwanger e Ribas é aquela que mais se aproxima ao exposto na presente dissertação:

Ante o elevado número de sequestradas e seviciadas a partir de abril de 1970, este depósito de presas comuns foi habilitado como prisão política, abrigando um grande número de prisioneiras temporárias e um número aproximado de 40 mulheres que ali ficaram cumprindo longas penas em condições insalubres de má nutrição, frio, desassistência médica, isolamento familiar e jurídico, sendo a mais grotesca violência o uso de canis gradeados sem portas como celas, no período de 1970 – 1979. O Bairro Medianeira assistiu ademais à ameaça constante de retirada das prisioneiras para retornar às torturas no DOPS, situação muitas vezes concretizada que as manteve em permanente estresse psicológico. Atividade de presídio comum com presas políticas, dobradiça do DOPS, ameaça judicial em sua ligação com a Auditoria, teve papel importante na função de quebrar pessoalmente as prisioneiras.⁷¹⁶

A correta indicação do “*elevado número de sequestradas e seviciadas a partir de abril de 1970*” aponta o momento de intensificação do encarceramento na instituição, quando as militantes detidas no DOPS/RS passaram a ser encaminhadas à PFMP de forma mais massiva, em decorrência do acirramento das operações de desarticulação das organizações de esquerda. A ausência de menção às presas com passagens anteriores, nos anos de 1964 e 1969, decorre da limitação das fontes que embasaram o texto - os testemunhos de Ignez, Eliana, Mailde e Marlova à Comissão Estadual da Verdade, bem como a entrevista de Vera Durão concedida aos autores -, contemplando somente o período de 1970 a 1979, que é também indicado em outra passagem do parágrafo. A menção à Penitenciária como um “*depósito de presas comuns habilitado como prisão política*” parece sugerir uma inversão nos papéis dos regimes de encarceramento em vigor na PFMP: por um lado, desconsidera o ordenamento da instituição como um presídio de mulheres bem estruturado, que não figurava como um mero “depósito de presas comuns”, mas sim como um estabelecimento prisional vinculado ao Estado desde a década de 1930, administrado por congregação religiosa experiente no trabalho carcerário; por outro, a ideia de “habilitação” enquanto “prisão política” pode inferir a existência de um regime coeso e bem delimitado, o que não foi o caso do cárcere político na instituição. O apontamento de que “*um grande número de prisioneiras temporárias e um número*

⁷¹⁶ ELLWANGER & RIBAS, op. cit., p. 16.

aproximado de 40 mulheres que ali ficaram cumprindo longas penas” pode ser também questionado, uma vez que as fontes utilizadas pelos autores não confirmam esses dados. O levantamento aqui realizado indica o número total de 19 mulheres encarceradas na PFMP entre os anos de 1964 e 1979, quantidade que pode ser ampliada a partir da análise de outras fontes. Porém, considerando que o aparato documental dessa pesquisa se aproxima ao consultado pelos autores, não há ainda qualquer constatação da passagem de 40 presas políticas pela instituição. Da mesma forma, aqui se indicou o alto nível de rotatividade das presas, cujas permanências variavam de semanas a anos, sendo mais frequente a reclusão por meses e se localizando apenas uma presa política que cumpriu o que se pode considerar “pena longa”. De todo modo, a contribuição dos autores é fundamental ao destacar a insalubridade, o isolamento e a instabilidade vivida pelas presas políticas na PFMP, delineando a mobilização das violações psicológicas para a *“função de quebrar pessoalmente as prisioneiras”*.

Enquanto Ellwanger e Ribas são exitosos em identificar, nas condições insalubres do encarceramento e nas contínuas ameaças de remoção ao DOPS, o caráter peculiar das violências direcionadas contra as presas políticas na PFMP, a menção da jornalista Nana Queiroz propõe demarcar a instituição como um local de tortura:

Durante a ditadura militar, em um pavilhão com quatro celas ao fundo da penitenciária, oculto por um matagal e uma gruta de Nossa Senhora de Fátima, esconderam presas políticas, que eram continuamente torturadas. O fato só foi descoberto em 2012, pelo Comitê de Memória e Verdade do Rio Grande do Sul, que coletou uma série de depoimentos e documentos.

- O Madre Pelletier era uma prisão, mas também um espaço de tortura - diz Ariane Leitão, uma das fundadoras do comitê e então secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. A população gaúcha não sabia, tinha em sua cabeça que tortura só ocorria no Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e em uma ou outra casa. Ninguém lembrava que havia mulheres presas e torturadas. Eram invisíveis.

Só em 1981 as irmãs deixaram a administração do presídio para o Estado. Com o passar dos anos, a antiga ala destinada à tortura foi convertida em um centro de brigadistas.⁷¹⁷

Ainda que a passagem acima tenha a boa proposta de destacar a invisibilidade das violações sofridas pelas mulheres na ditadura civil-militar brasileira, destacando que *“ninguém lembrava que havia mulheres presas e torturadas”*, aponta para uma contradição ao invisibilizar a multiplicidade das violências ditatórias, reiterando as dores da tortura física

⁷¹⁷ QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruem*. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 132.

como a violência de maior inteligibilidade do sofrimento, ao passo em que não reconhece as incidências de outras violações que podem ser igualmente produtoras de severas dores. Sem delimitar o tipo de tortura a que se refere, a condução do texto sugere referir às violências físicas, dada a repetida menção da palavra “*tortura*”. Conforme comprovado pelo aparato documental aqui mobilizado, as violações físicas não foram prática recorrente na PFMP, ao menos não em suas manifestações óbvias e diretas, que entendem a tortura desde brutais agressões corpóreas. Seguindo como alvo das engrenagens punitivas, o corpo foi mirado e atingido por outras reverberações, com os intuitos de confiná-lo e privá-lo de condições mínimas de uma sobrevivência sadia, e não tanto para seviciá-lo explicitamente.

Vale destacar também a placa do projeto Marcas da Memória, instalada no chão em frente à entrada principal da PFMP em 2016, como resultado de ação encabeçada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e apoiada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Com a finalidade de “tornar público todos os espaços que foram centros de detenção e tortura, bem como incentivar atividades culturais que propiciem o conhecimento e a reconstrução da memória histórica do período ditatorial e da resistência”,⁷¹⁸ o projeto também aciona a tortura física como elemento de inteligibilidade do sofrimento das mulheres perseguidas pela ditadura, trazendo este como o fator que situa a PFMP no rol dos lugares de repressão em Porto Alegre. Ademais, indica-se a permanência de uma presa política por dez anos, o que não foi indicado por nenhuma fonte localizada até o momento. O texto é reproduzido na íntegra:

A ditadura militar de 1964, nesta penitenciária, brutalizou física e emocionalmente dezenas de mulheres em razão da militância política. Isoladas passavam fome e eram submetidas a torturas em celas, hoje transformadas em canil. O terror da repressão enviava aos familiares falsas mensagens de que havia morrido. Houve quem aqui ficou presa por uma década.⁷¹⁹

As condições do encarceramento político na PFMP são abordadas por uma ótica comparativa na dissertação de Tatianne Ellen Cavalcante, voltada às memórias das presas políticas encarceradas na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife, igualmente administrada pela Congregação do Bom Pastor. No excerto abaixo, a historiadora destaca a influência do

⁷¹⁸ MOVIMENTO de Justiça e Direitos Humanos. *Porto Alegre irá identificar locais de tortura na ditadura*. s/d. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=103&p_secao=11> Acesso em: 17 out. 2019.

⁷¹⁹ MARCAS da Memória. *Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Prefeitura de Porto Alegre e Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 2016.

arcebispo Dom Helder Câmara, para a garantia de um tratamento mais humanitário às militantes, o que foi viabilizado também pela postura das freiras. Assim, é destacado um aspecto que não foi aqui contemplado, qual seja, a relação das irmãs administradoras do presídio com a Igreja local – representada, em Porto Alegre, pelo arcebispo Dom Vicente Scherer – e a existência de direcionamentos institucionais para o modo de acolhida das presas políticas. No texto de Cavalcante, o encarceramento em Porto Alegre é situado como uma imagem de contraste ao que era vivido em Recife:

As subjetividades e os posicionamentos políticos e filosóficos dos sujeitos que compunham essas instituições, modificam-nas, reelaboram suas práticas. Assim, a postura humanitária do Bispo Dom Helder Câmara, que ficou conhecido no Estado [Pernambuco] por interceder, procurar ajuda jurídica e muitas vezes procurar a família de presas/os políticas/os que estavam incomunicáveis, bem como a de muitas das freiras que dirigiam, cuidavam e gerenciavam a Colônia, fez a diferença no tratamento e no âmbito das relações diárias com estas presas. Tendo em vista, por exemplo, que no Bom Pastor - com exceção de algumas que nos primeiros dias que chegaram ficavam em celas solitárias até serem levadas para ficar junto às outras – as presas políticas ficavam em celas destrancadas. Por isso, Vera Striguini salienta, entre as diferenças que encontrou na Colônia do Rio Grande do Sul, ter ficado em celas fechadas.⁷²⁰

Por fim, no que tange aos aspectos institucionais, cabe retomar as contribuições de Débora Karpowicz. A autora assinala reiteradamente o posicionamento sempre humanitário das Irmãs para com as internas, que se contrasta ao descontentamento e a “angústia” das freiras em relação ao “duro tratamento dado às presas políticas”, sugerido como uma imposição das autoridades governamentais a ser obrigatoriamente acatada pelas religiosas. Ao passo em que aqui se demonstra a complexidade do contato das freiras com as presas políticas, revestindo-se majoritariamente por uma relação de distanciamento e desamparo, com raros gestos de aproximação ou cuidado, é possível que o acesso a outras fontes – tal como se deu na pesquisa de Karpowicz, que entrevistou algumas religiosas atuantes na PFMP na década de 1970 – acresça outras camadas aos delineamentos dessa relação, ainda bastante turva.

Por tudo que aqui se trilhou, no esforço de investigar com maior fôlego e atenção os processos de encarceramento das mulheres militantes de esquerda na PFMP durante a ditadura civil-militar brasileira, deixam-se ainda tantas outras frestas abertas, para serem percorridas por novos questionamentos e apurações. Uma questão fundamental, mas não

⁷²⁰ CAVALCANTE, op. cit., p. 92.

contemplada pela análise aqui conduzida, diz respeito à seleção das presas políticas que seriam encarceradas na PFMP e à motivação de seus encaminhamentos. Por que essas dezenove mulheres foram enviadas para a penitenciária, enquanto outras permaneceram detidas apenas no DOPS/RS? O que definia suas transferências - a superlotação desse órgão, a gravidade de seus crimes, a necessidade de puni-las com o isolamento, uma escolha arbitrária? Sobretudo, será possível localizar registros que apontam o planejamento desse endereçamento, ou o uso da PFMP pelo aparato repressivo foi decretado à margem das orientações oficiais? Os turbos caminhos para se delimitar os termos da mobilização da PFMP para a repressão política podem ser apoiados por documentações oriundas do acervo da SUSEPE ou da Secretaria do Interior e Justiça. Por quais termos se definiu o recolhimento das presas políticas à essa instituição? Houve anuência e planejamento por parte das administradoras? No caso das presas políticas, as freiras se reportavam ao DOPS/RS ou à SUSEPE? O envio para as celas de castigo foi uma imposição das autoridades, ou uma decisão das Irmãs? Como se tecia o trato dos agentes do DOPS/RS com as freiras? A coleta de testemunhos orais é também um importante direcionamento para sanar essas questões.

São muitas as possibilidades para situar as penitenciárias como locais de repressão na ditadura civil-militar brasileira, aspecto ainda pouco tematizado na historiografia e, por isso, especialmente frutífero. Considerando a atuação da Congregação do Bom Pastor na administração de cárceres de mulheres no Brasil, é possível investigar de forma comparativa como ocorreu o recolhimento das presas políticas nas instituições lideradas pelas religiosas, a exemplo da já referida Colônia Penal do Bom Pastor (PE); o Presídio de Mulheres, situado no Complexo do Carandiru (SP); e o Presídio Feminino de Tremembé (SP). Um olhar comparativo pode ser também lançado aos regimes de encarceramento político engendrados nos países do Cone Sul,⁷²¹ buscando observar confluências e dissonâncias na mobilização dos estabelecimentos penitenciários para a redefinição das violências políticas pelos regimes terroristas de Estado. Ainda por lentes de gênero, podem ser miradas as instituições prisionais mistas, com a segregação de presos e presas políticas em diferentes alas, bem como estabelecimentos segmentados por sexo e instalados em uma mesma cidade ou região,⁷²² atentando para as confluências e dissonâncias no tratamento dispensado a cada um dos grupos.

⁷²¹ Podem ser citados os estudos de Débora D'Antonio (Argentina), Francisca Cornejo Ulloa (Chile), Gabriela Sapriza (Uruguai), Guillermina Laitano (Argentina), Paula Cecilia Simón (Argentina) e Santiago Garaño (Argentina).

⁷²² A tese de Jocyane Baretta se delinea nesse sentido, ao perpassar as condições de encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier e na Ilha do Presídio.

*

Em janeiro de 1981, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers reincidiu o contrato com a Secretaria da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que determinava a atuação das religiosas na administração da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O prédio, então propriedade da Congregação, foi desapropriado, com declaração de sua utilidade pública e transferência para o Estado. Atualmente, com mais de 2.400 presas⁷²³ distribuídas entre as cinco unidades prisionais femininas do Rio Grande do Sul, a Penitenciária Estadual Feminina Madre Pelletier alberga cerca de 240 mulheres.⁷²⁴ Aos fundos de seu terreno, permanece a edificação que serviu de isolamento para as presas políticas,⁷²⁵ identificada durante a ditadura como “São Miguel” ou “DOPS”, e posteriormente transformada em canil da Brigada Militar, desativado por ser considerado insalubre para os animais.

Maria Celestina, a primeira presa política da ditadura com passagem registrada pela Penitenciária, formou-se em direito em 1975 e retornou ao serviço público após a promulgação da Anistia, retomando a atuação no Ministério da Agricultura após ser cassada pelo AI-1. Depois do período de prisão domiciliar, **Sandra Helena** viveu no Chile durante o governo de Allende e na Bélgica, passando a atuar, na segunda metade da década de 1970, como professora da rede de ensino estadual em Porto Alegre. Faleceu em 2019, aos 72 anos. Removida da PFMP para tratar no Hospital da Brigada Militar uma infecção adquirida em decorrência do aborto realizado na solitária, **Ignez** retomou os estudos na Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS quando ainda estava sob custódia do DOPS/RS, sendo transportada e vigiada por oficiais da brigada. Após alguns anos vivendo no Rio de Janeiro, instalou-se novamente em Porto Alegre, atuando em cargo burocrático da Secretaria Municipal da Saúde. Ao ser libertada da PFMP, **Helena** retornou à cidade natal, Caxias do Sul. De volta à capital, trabalhou até se aposentar no magistério, resgatando o sonho da juventude de estudar Filosofia, curso no qual se graduou na UFRGS. Sobre **Maria Aparecida**, não foram localizadas quaisquer informações sobre sua vida após o cárcere. **Iara** voltou a viver na capital paulista, atuando como professora e ocupando cargo na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, posteriormente, como Secretária de Educação

⁷²³ SECRETARIA de Sistemas Penal e Socioeducativo. *Indicadores do Sistema Prisional 2023*. Disponível em: <https://ssps.rs.gov.br/indicadores-e-estatisticas> Acesso em: jan. 2024.

⁷²⁴ SECRETARIA de Sistemas Penal e Socioeducativo. *Dados estatísticos do Sistema Prisional*. Disponível em: <https://iede.rs.gov.br/portal/apps/dashboards/e93616f75230477baed010c44152ba40> Acesso em: jan. 2024.

⁷²⁵ Conforme constatado por imagem de satélite do Google Maps.

Fundamental do Ministério da Educação. **Eliana** se exilou no Chile em 1973. Com a deflagração do golpe, deslocou-se para a Argentina e em 1977 retornou ao Brasil. É doutora em psicologia e vive no Rio de Janeiro desde a década de 1980. **Vera Lúcia** foi transferida para o Presídio de Mulheres do Horto, em Belo Horizonte, onde permaneceu encarcerada em isolamento absoluto na solitária por mais um ano, sem contato com outras presas, com passagem posterior pelo Presídio de Linhares. Após a libertação, conclui a faculdade de Jornalismo, profissão na qual atuou até a aposentadoria. **Mara** foi enviada da PFMP para o Presídio de Linhares, em Juiz de Fora, permanecendo por sete meses, até ser arrolada na lista de presos políticos a serem trocados pela libertação do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR. Foi banida do Brasil em janeiro de 1971. Após desembarcar no Chile e lá permanecer por um período, residiu também em Cuba e na Bulgária. Atualmente, vive no Espírito Santo. **Nara** conclui a graduação em Arquitetura, vivendo na Argentina e no Chile ainda na década de 1970. Aposentou-se como professora universitária. Seis anos após a saída do Madre Pelletier, **Marlova** foi novamente detida pelo DOPS/RS, onde permaneceu por cerca de 10 dias, sendo transferida para a Polícia Federal também por um breve período. Em 1977, mudou-se para a França. Ainda vive no país, atuando no Consulado Geral do Brasil em Paris. **Mailde** teceu seus percursos de sobrevivência em diferentes pontos do Brasil, vivendo no Rio de Janeiro, Ceará e Mato Grosso até se assentar novamente no Rio Grande do Sul. **Terezinha** deixou o Brasil em 1971, instalando-se no Uruguai e posteriormente no Chile. Quando protocolou o processo de indenização, no final da década de 1990, vivia na Dinamarca. **Vera Lúcia** se formou médica em 1975, atuando na área da psiquiatria. **Maria Celeste** retornou a São Paulo após a libertação. Foi assessora da Casa Civil durante o primeiro governo Dilma. Ao ser removida da PFMP, **Leia** foi encaminhada para São Paulo, sendo somente lá libertada. Graduou-se em Letras, área na qual seguiu estudando até o doutoramento, com breve atuação como professora do ensino superior. **Leane** retornou para São Paulo, com percursos acadêmicos que transitaram entre a filosofia e a psicologia, até se encontrar no trabalho com *ikebana*, arte japonesa de produção de arranjos florais. Não foram localizadas informações sobre a trajetória pessoal de **Zilá** após o encarceramento na PFMP. **Sonia** voltou a viver na Vila Farrapos, em Porto Alegre, dedicando-se ao trabalho e à militância política partidária e aos movimentos comunitários. Faleceu em 2011, aos 68 anos de idade, em decorrência de um problema cardíaco. Sua filha, Gorete, é professora aposentada de matemática da rede municipal de Porto Alegre.

As trajetórias dessas mulheres, narradas em suas falas ou capturadas nas entrelinhas das documentações, sublinham aspectos que compõem centralmente a história da ditadura

civil-militar brasileira, como as experiências plurais de militância, os processos de criminalização política e o trânsito pelas instituições de detenção e cárcere da malha repressiva. Sem que se trate de uma história das mulheres encarada de forma segmentada, o que aqui se escreve é a história da ditadura, que não pode ser plenamente compreendida sem essas presenças que foram, por tanto tempo, minorizadas ou até mesmo ignoradas. O presente vivo, cambiante e latente fornece lentes para “uma multiplicidade de leituras sobre um passado que não passa”,⁷²⁶ de modo a reivindicar novas frestas para a investigação histórica. Ao convocar temas por vezes incômodos e sensíveis, que tensionam narrativas uniformes e acrescentam novas camadas para a interpretação do passado, sobretudo pelo amparo da história oral testemunhal, as pesquisadoras e ouvintes são situadas em um papel particular, como escreve Rovai:

Cada pessoa que se dispõe a falar de suas dores, neste momento torna pública uma história que também é nossa; seu relato torna quem viveu a experiência da dor responsável sobre o que diz, ao mesmo tempo em que pede a quem ouve para partilhar os traumas, como eco de suas vozes. Diante dessa dívida que cada mulher assumiu com as novas gerações ao contar o que permanecia invisível e silenciado, cria-se a exigência ética de tomar a história como referência para que a sociedade possa continuar a caminhar de forma diferenciada, mais humanizada. Se as pessoas no presente forem tocadas por suas histórias, elas poderão tocá-las de volta com sua compreensão, solidariedade, tornando-se disseminadoras de experiências femininas que se transformaram em conhecimento. Neste sentido, quem as ouve assumiria o papel de testemunha, não porque tenha visto com os próprios olhos ou tenha vivido diretamente os acontecimentos dolorosos, mas pela atitude solidária de não ir embora e de se tornar portador dessas histórias.⁷²⁷

Diante dessas linhas, esse trabalho se conclui com o propósito de que enquanto pesquisadoras, ouvintes ou leitoras, possamos assumir o ecoar dessas vozes, sendo também testemunhas dessas dores que compõem a história. Que sigamos atentas e fortes às pistas das violações, e que sobretudo possamos denunciá-las em qualquer manifestação – comum ou irremediavelmente política – e pleitear a memória, a verdade e a justiça como direitos coletivos. Que possamos enfim lembrar, por essas e outras trajetórias, que mesmo diante das belezas apagadas pelo sofrimento, pode-se ainda reivindicar o espaço para fazer brotar novas *coisas acesas por dentro*.⁷²⁸

⁷²⁶ ROVAI, op. cit., p. 233.

⁷²⁷ Ibid., p. 251.

⁷²⁸ LÁGRIMAS Negras. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Henrique Mautner e Nelson Pires. In: CANTAR. Phillips Records, 1974.

Figura 44. Ex-presas políticas, em retratos do cárcere e da sobrevivência.



Retratos do cárcere, da esquerda à direita: Helena, Iara, Leane, Leia, Mailde, Nara, Vera Lúcia, Vera Lúcia, Mara, Ignez, Maria Celeste e Sonia. Fonte: SNI (SIAN) e acervos pessoais das interlocutoras. Retratos da sobrevivência, da esquerda à direita: Helena, Iara, Leane, Leia, Mailde, Nara, Vera Lúcia, Vera Lúcia, Mara, Ignez, Marlova e Sonia. Fonte: Autoria própria e acervos pessoais das interlocutoras e familiares.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AGUIRRE, Carlos. Cárcel y sociedad en América Latina: 1800-1940. In: GARCÉS, Eduardo Kingman (org.). *Historia social urbana – Espacios y flujos*. Quito: FLACSO, 2009.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Coral e outros poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ANDÚJAR, Andrea. De novelas, sexo e rock’ and roll: as relações amorosas em dias de revolução In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. *Revista de Historia de las Prisiones*, n. 6, 2018.
- AQUINO, Felipe. Devoção à Sagrada Face de Cristo. In: Blog Canção Nova. 04 mar. 2015. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2015/03/04/devocao-a-sagrada-face-de-cristo/> Acesso em: 07.12.2023
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- ARTUR, Angela. *Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ASSEMBLEIA Legislativa do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (CCDH). *Relatório Azul 1996*. Porto Alegre, 1997.
- ASSIS, Rafael Damaceno. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, Brasília, n. 39, 2007.

AYDOS, Valéria. *Vidas marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da Ditadura Militar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BARCINSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPANI, Cristiane. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, 2014.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. 2020. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BENEDITO, Vanessa Oliveira. *Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

BONOTTO, Danilo. *O Expurgado*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 1989.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Luana Regina. *Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

BRANDO, Nôva Marques; CARLOS, Sara Dalpiaz (org.). *Catálogo Seletivo Acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: APERS, 2017.

BRANDO, Nôva; IENSEN, Rosemeri. Introdução. In: BRANDO, Nôva Marques et. al (coord.). *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil*. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CAMPOS, Margarida de Moraes. *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil: pinceladas históricas*. São Paulo: Editora da Congregação, 1981.

CARDOSO, Cristina Leite Lopes. *Memória, trabalho e identidade social: a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito*. 2008. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, Fernando da Silva. *É isto uma mulher?* Disputas narrativas sobre memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes contra a ditadura militar no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justicia transicional: manual para América Latina*. Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça Transicional, 2011.

CATELA, Ludmila da Silva. Presentación. In: POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio – La producción social de identidades frente a situaciones límite*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Mulheres de direita: a “vigília anticomunista” das gaúchas da AFDG. *Revista Aedos*, v. 6, n. 15, 2014.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Poder soberano e biopoder: revisitando as contribuições de Michel Foucault para a questão penitenciária brasileira. In: CHIES, Luiz Antônio Bogo. *Revisitando Foucault e outros escritos em questão penitenciária*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Myrna. Tortura e suplício, ditadura e violência. *Lutas sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, 2014.

COLARES, Leni Beatriz Correia. *Sociação de mulheres na prisão: disciplinaridades, rebeliões e subjetividades*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *Opsis*, v. 15, n. 2, 2015.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.

COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. “*Bagulhão*”: a voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2015.

COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo. *Relatório – Tomo I: recomendações gerais e recomendações temáticas*. São Paulo: Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, 2015.

COMISSÃO da Verdade em Minas Gerais. *Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

COMO 2 e 2. Intérprete: Gal Costa. Compositor: Roberto Carlos. In: FA-TAL. Gal a Todo Vapor. Phillips Records, 1971.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. *Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CORDEIRO, Janaína Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, 2008.

CORREA, Ana Paula Alves. “*Eles torturavam as crianças na frente das mulheres*”: mulheres, trauma e maternidade na resistência à ditadura militar brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá*. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. Introdução: Por uma história social das memórias da ditadura. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra & Voz, 2017.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. *Estudios Historicos*, n. 13, 2014.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) no Rio Grande do Sul: a repressão aos militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em 1970. *Anais do XII Encontro Estadual de História da Anpuh/RS*. São Leopoldo, Unisinos, 2014

DIVINO Maravilhoso. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Gilberto Gil e Caetano Veloso. In: GAL. Phillips Records, 1969.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Associação Nacional de História, São Paulo, 2011.

DUARTE, Rachel. Depois de 40 anos, vítimas da ditadura voltam a local de tortura em Porto Alegre. In: SUL21. Porto Alegre, 23 de outubro de 2012. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2012/10/depois-de-40-anos-vitimas-da-ditadura-voltam-a-local-de-tortura-em-porto-alegre/> Acesso em: 10.09.2023.

DUQUE, Ana Paula; PRANDO, Camila Cardoso de Mello. Direito como tecnologia de gênero: a tortura contra as mulheres nos inquéritos militares (1964-1979). *Universitas Jus*, Brasília, v. 27, n. 2, 2016.

ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). In: *IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, 2016.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais*. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIA, Thaís Dumêt. *História de um silêncio eloquente: construção do estereótipo feminino e criminalização das mulheres no Brasil*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

FARIAS, José Airton de. *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. *Anais do IX Encontro Estadual de História*, Porto Alegre, 2008.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Leticia Wickert. Arquivos repressivos da Ditadura de Segurança Nacional brasileira e acesso a informação: reflexões metodológicas para pesquisas no Fundo do SNI pelo SIAN. *Sillogés*, v. 4, n. 2, 2021.

FERNANDES, Pádua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. *Panóptica*, v. 11, n. 2, 2016.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FICO, Carlos. Como eles agiam. *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 47, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, 2017.

FILHO, Paulo Fonteles. Filho dessa raça não deve nascer. In: SÃO PAULO. *Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.

FORTI, Andrea Siqueira D’Alessandri. *Arte na prisão*. Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRANCHINI, Flávia Maria Ribeiro. *A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FRANCO, Paula. *A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FREITAS, Angélica. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (org.). *De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021.

GALLAGHER, Jennifer Dympna Lima. *De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GARZA, Cristina Rivera. *O invencível verão de Liliana*. Belo Horizonte: Autêntica Contemporânea, 2022.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et. al. Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum*, v. 28, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUAZZELLI, Carlos Frederico Barcellos. O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade. In: RIO GRANDE DO SUL. *Edição especial Relatório Azul 2014 – 50 anos do golpe no Brasil*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2014.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

INSTITUTO Brasileiro de Ciências Criminais. Revista vexatória: o estupro institucionalizado. *Boletim*, n. 267, 2015.

- ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2009.
- IVÁNOVA, Adelaida. Desobediência do estado civil. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *As 29 poetas hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- JARDIM, Suzane. Do corpo biológico ao corpo social: a tortura dos “comuns” e a busca pela radicalidade perdida. In: PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL (org.). *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. Pastoral Carcerária: 2018.
- JELÍN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.
- JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: IEP, 2012.
- JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, jan./jun. 2010.
- JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões*, v. 23, 2014.
- JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, 2018.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- JOFFILY, Mariana. Represión política en la dictadura militar brasileña: un sobrevuelo por la historiografía. *Revista Estudios del ISH*, n. 20, 2018.
- JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrada: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- KARAM, Maria Lucia. Psicologia e sistema prisional. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2011.
- KARPOWICZ, Débora Soares. *Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D’Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. *Cuadernos del CILHA*, Cuyo, n. 18, 2013.

LAGO, Natália Bouças do. *Jornadas de visita e de luta: Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LÁGRIMAS Negras. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Henrique Mautner e Nelson Pires. In: CANTAR. Phillips Records, 1974.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos – Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983.

LEMO, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

LERMEN, Helena Salgueiro; SILVA, Martinho Braga Batista e. Crimes e cárceres femininos: perspectivas de visitantes. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2021.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001.

LIRA, Elizabeth; BECKER, David; CASTILLO, M. Isabel. Psicoterapia de Víctimas de Represión Política bajo dictadura: un desafío terapéutico, teórico y político. In: INSTITUTO Latinoamericano de Salud Mental y Derechos Humanos. *Derechos Humanos: Todo es según el dolor con que se mira*. Santiago: Ediciones ILAS.

LOUREIRO, Bárbara Nunes Alves; MAEDA, Bianca Izumi; SIMINI, Fábio Villani. Memória e espaço: a inserção dos presos políticos nos presídios do Estado do Rio de Janeiro. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio, Rio de Janeiro*, 2008.

MACHADO, Sandra Helena. *Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr., Milene Bobsin, Gabriel Dienstmann e Rosemary F. Brum*, em 27 de outubro de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. In: REPOSITÓRIO de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REPHO/UFRS). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/repho/sandra-helena-machado/> Acesso em out. 2021.

MAGRO, Maria Eduarda. *A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão: mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1970)*. 2020. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MALAVOTA, Leandro Miranda. O início da Falange Vermelha. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.

MAMÃE, Coragem. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Caetano Veloso e Torquato Neto. In: TROPICÁLIA ou Panis Et Circensis. Phillips Records, 1968.

MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello; BELLÉ, Matheus Fuscallo. A Operação Limpeza em Porto Alegre – 1964: o caso Lúcio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 157, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDIOLA, Ignacio. En torno a la definición de tortura: la necesidad y dificultad de conceptualizar la producción ilimitada de sufrimiento. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOVIMENTO de Justiça e Direitos Humanos. *Porto Alegre irá identificar locais de tortura na ditadura*. s/d. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=103&p_secao=11> Acesso em: 17 out. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Prefácio. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. Introdução: Por uma história social das memórias da ditadura. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália. *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra & Voz, 2017.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral de. Relações de gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 630.

NEVES, Lícia Jocilene das. Da proteção à integridade do preso. *Dom Helder Revista de Direito*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2018.

NOREK, Ayssa Yamaguti. “Uma estação no círculo do inferno”: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tomo I. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, v. 1, n. 1, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS et. al (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória. Repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”*. 3ª edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PAULO Malhães. In: Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/paulo-malhaes/> Acesso em 26.05.2023.

PEDRETTI, Lucas. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PINHEIRO, Clarice Costa. *Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970*. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michel. *Memoria, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones limite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

PONT, Raul. Do labirinto à fundação do PT. Entrevista cedida a Flávio Koutzii, Jeferson Miola, Marco Weissheimer e Juarez Guimarães. *Revista Democracia Socialista*, São Paulo, n. 2, 2014.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RAVAGNANI, Christopher Abreu; NEVES, Bruno Humberto; ITO, Josielly Lima. Pena de prisão: cerceamento da liberdade ou perda da dignidade humana? *Revista Jurídica Unigran*, Dourados, v. 19, n. 38, 2017.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Editora Marco Zero, 1985.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *Taller (Segunda Epoca)*, v. 1, n. 1, 2012.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

ROSSI, Cristina Peri. *Estado de exílio*. Madri: Visor Libros, 2003.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Política como paixão: narrativas femininas sobre resistir. In: NETO et. al (org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos. Entrevista com o professor José Carlos Sebe Bom Meihy. *História Agora*. São Paulo, n. 9, 2010.

SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Claudio. Aprisionamento e prisões. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Rodrigo Fonseca Vieira dos. *Memória e espaço prisional: a experiência das expresas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, 2011.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, 2005.

SETEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e repressão às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, 2020.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. “*Colônia de Férias de Olinda*”: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. *Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVEIRA, Bruno de Azambuja. *Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SLONGO, Eloisa. Fronteiras da prisão: as relações de poder, gênero e violência na prática da revista íntima. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. *Revista vexatória e violência de gênero: desafios à proteção de Direitos Humanos no acesso de visitantes a unidades prisionais e na permanência destes nessas unidades*. Brasília: MPF, 2021.

STEINKE, Sabrina. A repressão política, durante a ditadura civil-militar de 1964, no Piauí relatada no acervo da Comissão de Anistia. In: *Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral*, Fortaleza, 2017.

SUSSEKIND, Elizabeth. *Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. *Reinventando o inimigo: História, política e memória na montagem dos dossiês e contra-dossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2015.

TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THE Archaic Lonely Star Blues. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Carlos Eduardo Lima Machado e Jards Macalé. In: LEGAL. Phillips Records, 1970.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

VASCONCELLOS, Renata Pacheco de; MENEZES, Vanessa Tavares. A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para o resgate da memória: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação da Comissão Especial de Indenização. In: STAMPA, Inez; NETTO, Rodrigo de Sá. *Arquivos da repressão e da resistência*. Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Memórias Reveladas, 2013.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, 2020.

VIDAURRÁZAGA, Tamara; RUIZ, María Olga; RUIZ, Marisa. Compórtate como una mujer. La tortura genérico-sexual como dispositivo de control dictatorial en Chile y Uruguay. *Clepsidra*, v. 7, n. 14, 2020.

VINĂR, Maren; VINĂR, Marcelo. *Fracturas de memoria*. Crônicas para una memoria por venir. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; GOMES, Janine. “Gendered” Memories: Women’s Narratives from the Southern Cone. In: BENMAYOR, Rina et. al. *Memory, subjectivities, and representation*. Approaches to Oral History in Latin America, Portugal and Spain. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

WOLFF, Maria Palma. *Prisões no Rio Grande do Sul: aspectos de sua evolução e problemática (1953-1989)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

Leis, decretos e atos institucionais

BRASIL. *Ato Institucional nº. 13, de 5 de setembro de 1969*. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. *Ato Institucional nº. 14, de 5 de setembro de 1969*. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. *Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965.

BRASIL. *Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.

BRASIL. *Ato Institucional, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília, DF: Supremo Comando da Revolução, 1964.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 1001, de 21 de outubro de 1969*. Código Penal Militar. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 510, de 20 de março de 1969*. Altera dispositivos do decreto-lei n.º 314 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969.

BRASIL. *Lei n.º 4.314, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF: Presidência da República, 1964.

BRASIL. *Lei n.º 5449, de 4 de junho de 1968*. Declara interesse da segurança nacional [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.

BRASIL. *Portaria n.º 1, de 14 de abril de 1964*. Determina a abertura de inquérito policial militar [...]. Brasília, DF: Supremo Comando da Revolução, 1964.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *Decreto n.º 18.951, de 7 de março de 1968*. Define a política penitenciária do Estado, dispõe sobre a organização dos serviços necessários à sua execução e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Palácio do Piratini, 1968.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *Decreto n.º 20.247, de 20 de abril de 1970*. Altera a denominação do Instituto Feminino de Readaptação Social. Porto Alegre, RS: Palácio do Piratini, 1970.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *Lei n.º 11.042, de 18 de novembro de 1997*. Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1997.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *Lei n.º 6.052, de 22 de dezembro de 1972*. Cria o Quadro dos Funcionários Penitenciários do Estado e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Palácio do Piratini, 1972.

Fontes

Processos de indenização do Fundo Comissão Especial de Indenização do APERS

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 1992-1200/02-2 [Eliana L.C.]*. Rio de Janeiro, 2002.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6350-1200/98-1 [Helena Lúcia Rodolphi Carneiro]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6847-1200/98-0 [Ignez Maria Serpa de Oliveira]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6668-1200/98-0 [Ilka C.P.]*. Porto Alegre, 1998.
ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6465-1200/98-5 [Leane Ferreira de Almeida]*. São Paulo, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 7033-1200/98-9 [Leia Schacher Abramovich]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 3127-1200/98-7 [Mailde Cresqui]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6700-1200/98-5 [Maria Celeste M.]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6936-1200/98-3 [Maria Celestina D.]*. Florianópolis, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6942-1200/98-4 [Marlova de Souza Canabarro]*. Paris, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6985-1200/98-0 [Nara Helena Naumann Machado]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6983-1200/98-4 [Sandra Helena Machado]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 0495-1200/98-7 [Sonia Venancio Cruz]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 6874-1200/98-7 [Terezinha J.P.B.]*. Porto Alegre, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 5012-1200/98-8 [Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra Durão]*. Rio de Janeiro, 1998.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Comissão Especial de Indenização. *Processo de indenização n.º. 4990-1200/98-3 [Vera Lúcia Stringhini]*. Porto Alegre, 1998.

Testemunhos orais concedidos à autora

ABRAMOVICH, Leia Schacher. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre: 31 de janeiro de 2022 (01h 26min 19s).

ALMEIDA, Leane de. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. São Paulo: 27 de setembro de 2019 (02h 03min 07s).

c

ALVARENGA, Mara Curtiss. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre/Vitória [online]: 13 de janeiro de 2022 (01h 46min 42s).

CANABARRO, Marlova Souza. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre/Paris [online]: 13 de fevereiro de 2022 (02h 00min 01s).

CRESQUI, Mailde. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Eldorado do Sul: 4 de dezembro de 2021 (03h 33min 42s).

DURÃO, Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Rio de Janeiro: 13 de setembro de 2019 (01h 42 min 26s).

LOSADA, Gorete. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre/Porto Alegre [online]: 17 de fevereiro de 2021 (01h 59min 33s).

MACHADO, Nara Helena Naumann. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre: 21 de janeiro de 2022 (02h 38min 46s).

OLIVEIRA, Ignez Maria Serpa de. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre: 20 de setembro de 2019 (01h 57min 56s).

PRADO, Iara Glória Areias. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. São Paulo: 2 de outubro de 2021 (02h 04min 14s).

RODOLPHI, Helena Lúcia. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre: 26 de agosto de 2019 (02h 03 min 26s).

STRINGHINI, Vera Lúcia. Testemunho oral. Entrevistadora: Maria Eduarda Magro. Porto Alegre: 3 de outubro de 2019 (02h 23min 02s).

Testemunhos concedidos à CEV/RS

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Depoimento Eliana L. C.* Porto Alegre, 2013.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Depoimento Ignez Maria Serpa Ramminger.* Porto Alegre, 2013.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Ata da 43ª Reunião Sessão Ordinária [Depoimento de Mailde Cresqui].* Porto Alegre, 2013.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – CEV/RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão Estadual da Verdade. *Ata da 45ª Reunião Sessão Ordinária [Depoimento de Marlova Canabarro].* Porto Alegre, 2013.

Documentos do Acervo Bom Pastor

Livro 43. *Livro de Capítulo deste Mosteiro de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers em Porto Alegre.* Porto Alegre, 1964-1977.

Livro 47. *Atas das Reuniões de Equipe de Vida da Comunidade de Porto Alegre.* Porto Alegre, 1969-1976.

Pasta 100.16. Material comemorativo: “40 anos... *As irmãs do Bom Pastor a serviço da Igreja trabalhando junto às Internas da Penitenciária Feminina de Porto Alegre*”. Dezembro, 1976.

Pasta 100.20 – *Reportagens sobre a instituição veiculadas pela imprensa.* Porto Alegre, 1950-1971.

Pasta 100.23 – *Reportagens sobre a instituição veiculadas pela imprensa.* Porto Alegre, 1962-1981.

Documentos do SNI disponíveis no SIAN

COMISSÃO Geral de Investigações. *Investigação Sumária n.º 133* (W/ST4/00008/120/B3A/060587). Ministério da Agricultura. Serviço de Recursos Naturais Renováveis. Rio Grande do Sul, 30 de agosto de 1964. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_87014568_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Departamento de Ordem Política e Social. *Depoimento de Iara Glória Areais Prado*. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011465_d0002de0003.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Inquérito Policial Militar n.º 479*. Auto de Prisão em Flagrante. Porto Alegre, 16 de junho de 1969. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0485_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 285/70* – DCI/SSP/RS - Relatório do IPM da Fração Bolchevique Trotskista. Porto Alegre, junho de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008016_d0001de0004.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 198/70* – DCI/SSP/RS - Subversão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, maio de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0083_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Gabinete do Secretário. *Encaminhamento n.º 1244/72* – DCI/SSP/RS. Porto Alegre, 28 de março de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010968_d0002de0007.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação n.º 26/71/DCI/SSP/RS* - Depoimentos de subversivos. Porto Alegre, 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84007878_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação n.º 2531/71/DCI/SSP/RS* – Partido Operário Comunista. Porto Alegre, 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010963_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Informação n.º 2198/72/DCI/SSP/RS* – Ficha Normativa n.º 6083/DG12/D508. Porto Alegre, 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010992_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública, Gabinete do Secretário, Divisão Central de Informações. *Encaminhamento n.º 198/70/DCI/SSP/RS* – Subversão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0083_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Administração Superior. Departamento Central de Informações. *Informação n.º 1355/73* - DCI/SSP/RS. Porto Alegre, 25 de abril de 1973. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84010421_d0001de0001.

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Gabinete do Secretário. Divisão Central de Informações. *Informação n.º 699/70* – DCI/SSP/RS – Fração Bolchevique Trotskista do Partido Operário Revolucionário. Porto Alegre, 6 de maio de 1970, fl. 49. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008016_d0001de0004.

MINISTÉRIO da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea. Quartel General. Divisão de Segurança. *Informação n.º 371/DSGE4* – Léa Schacher. São Paulo, 7 de maio de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_vaz_0_0_07815_d0001de0001.

MINISTÉRIO da Aeronáutica. Quinta Zona Aérea. Divisão de segurança. *Informação n.º 33/SEG.5* – Subversão na Área de Caxias do Sul/RS. 8 de maio de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_zd_0_0_0016b_0073_d0003.

MINISTÉRIO das Minas e Energia. Divisão de Segurança e Informações. *Informação n.º 30/1129/71* - DSI/MME/BSB. Brasília, 22 de novembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71043331_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. Gabinete do Exército. Centro de Inteligência do Exército. *Informação n.º 2346/70/S-102-MI-CIE*. Rio Grande do Sul, 28 de agosto de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70030214_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. Gabinete do Ministro. *Ofício n.º 725D/2*. Agosto de 1969, Porto Alegre. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0485_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. II Exército. Quartel-General. *Relatório periódico de informações n.º 07/71*. São Paulo, 5 de agosto de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011027_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. Estado Maior – 2ª Seção. *Informação n.º 1474/E2/71* - VPR no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 24 de agosto de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008037_d0002de0002.

MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. Estado Maior – 2ª Secção. *Informação n.º 2127 M5-E2* - Fração Bolchevique Trotsquista/RS. Porto Alegre, novembro de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010851_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel General. *Informação n.º 2097-E2/71* - M3G e MCR. Porto Alegre, 25 de novembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008055_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel-General, Estado Maior – 2ª seção. *Informação n.º 1600-E2/71* - Partido Operário Comunista. Porto Alegre, 23 de setembro de 1971. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008020_d0001de0001.

MINISTÉRIO do Exército. III Exército. Quartel-General. *Ofício n.º 346-Aj8*. IPM n.º 119/70 – Organização subversiva VAR-Palmares. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_rjanrio_cnv_0_vdh_00092001498201379_v_10_0081_d0001de0001.

PRESIDÊNCIA da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Belo Horizonte. *Informação n.º 072/SNI/ABH/70*. Belo Horizonte, 13 de abril de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70028121_d0001de0001.

PRESIDÊNCIA da República. Serviço Nacional de Informações. *Memorando n.º 0339* - A subversão no estado do Rio Grande do Sul. Brasília, 23 de dezembro de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70028292_d0001de0001.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência Central. *Encaminhamento n.º D23/16/AC/83* – Atividades subversivas no Rio Grande do Sul. Relatório Anual de Informações (1970). Brasília, 19 de julho de 1983. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71036261_d0001de0002.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Documento de informações n.º 306/16/APA/73*. Porto Alegre, 26 de outubro de 1973. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73062564_d0001de0001.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 112/APA/1970* – Atividades de grupos subversivos. Porto Alegre, 28 de julho de 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70018797_d0001de0002.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 592/SNI/ASP/70*. Porto Alegre, 1970. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011898_d0001de0002.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Encaminhamento n.º 026/APA/1972* – Relatório Anual de Informações (1971). Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72049414_d0001de0002.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Informação n.º 012/116/APA/79* – Situação de presos incurso na Lei de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1979. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000186_d0001de0002.

SERVIÇO Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. *Informe n.º 57/APA/1972*. Porto Alegre, 17 de novembro de 1972. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_72053631_d0001de0001.

Documentos do Projeto Brasil Nunca Mais Digital

ESTADO do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Relatório Policial*. Porto Alegre, 15 de outubro de 1970, fl. 52. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100. Pasta BNM 066.

MINISTÉRIO Público. Primeira Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. *Denúncia – Processo n.º 526/71*. São Paulo, 27 de janeiro de 1971, fl. 11. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300. Pasta BNM 232.

PROCURADORIA Militar da 4ª Região Militar. *IPM 32/70* – Denunciados: Afonso Junqueira de Alvarenga e outros – LSN. Belo Horizonte, 1970. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 001 a 100. Pasta BNM 030.

SECRETARIA da Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. *Relatório - Inquérito n.º 04/71*. São Paulo, 28 de janeiro de 1972. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 01 a 100. Pasta BNM 055.

SUPERIOR Tribunal Militar. Procuradoria Geral da Justiça Militar. *Denúncia contra Helios Puig Gonzales e Marlova de Sousa Canabarro*. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1972. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200. Pasta BNM 111.

SUPREMO Tribunal Federal. *Recurso Ordinário Criminal n.º 1.201*. São Paulo, 26 de novembro de 1973, fl. 2.348. Grifos originais. Disponível no Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300. Pasta BNM 218.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

Apresentação pessoal: trajetória até chegar à prisão no Madre Pelletier (trajetória pessoal, familiar, atividades políticas, militância, outras experiências de cárcere e de tortura...);

A militância nos grupos organizados: setor de atuação, os quadros, ações, clandestinidade, deslocamentos, a militância no Rio Grande do Sul;

Os episódios de detenção: primeira experiência, exposição a violências, espaços de detenção;

A transferência para o Madre Pelletier: significado da transferência (em termos políticos e pessoais; se falava/sabia algo sobre a PFMP antes da prisão; organização preparou para a prisão); situação jurídica (prisão já reconhecida/legalizada; andamento do processo, condenação...);

A chegada ao Madre Pelletier: protocolos de admissão; quando, como foi, quem a recebeu, para onde foi, como eram as condições, quem estava lá;

O alojamento: espaço físico da cela, condições de confinamento, salubridade;

Rotina no presídio: atividades cotidianas, horário de banho/banho de sol, alimentação, adaptação à nova realidade;

Sociabilidade interna: companheiras de prisão, convivência, discussões;

Contato com o extramuros: chegada de informações, atualizações, boatos, leituras, advogados, visitas familiares;

Contato com a “rede” do presídio: freiras, Madre Superiora, agentes carcerárias, guardas, outros funcionários (psicológica, atendimento médico e odontológico), outras presas (a percepção da separação entre “políticas” x “comuns”);

As formas de vigilância e coação;

As formas de violência;

Relação com o espaço prisional: o estar presa, sentir-se presa;

Presença do DOPS/RS e saída para interrogatórios;

Outras experiências de aprisionamento: diferenças e especificidades de cada um dos espaços (de detenção e de prisão), comparação com o DOPS/RS;

A saída: retirada da Penitenciária, deslocamento, transferência para outra cidade;

O momento de saída: como ocorreu, para onde foi, readaptação à “liberdade”;

Avaliação pessoal sobre os períodos de aprisionamento: sentimentos, desafios, avaliação da trajetória, continuação da luta;

A vida após a prisão: reorganização pessoal e política, as marcas deixadas por esse período;

Avaliações pessoais sobre a ditadura civil-militar brasileira: detenções, violências e atuações das mulheres e os desafios que seguem no tempo presente.

**APÊNDICE 2 – DOCUMENTOS ACESSADOS NO ARQUIVO PERMANENTE
PROVÍNCIAS SUL E NORDESTE DO BRASIL DA CONGREGAÇÃO DE NOSSA
SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR DE ANGERS.**

Identificação	Descrição do conteúdo
Caixa 46	Pesquisa da Congregação para planejamento da Província.
Livro 43	Atas manuscritas pelas Irmãs sobre questões eclesiais (1936-1977).
Livro 44	Registro de benfeitores (1936-1978).
Livro 47	Atas de reuniões da Comunidade de Vida de Porto Alegre (1969-1976).
Livro 50	Atas das eleições para diretoria da instituição (1965-1981).
Livro 51b	Livro de empregados (1968-1971).
Livro 52	Livro de doações para o Bom Pastor.
Pasta 48.9.2	Pesquisas sobre o trabalho realizado pelas Irmãs na PFMP, Penitenciária Feminina de Tremembé e Penitenciária Feminina da Capital (Carandiru).
Pasta 100.05	Regulamento Interno (Sem data).
Pasta 100.08	Certidões e estatutos sobre a estrutura da instituição em Porto Alegre.
Pasta 100.09	Estatísticas sobre internas, funcionários e estrutura da PFMP (1969, 1971, 1972).
Pasta 100.10	Decretos sobre denominação da Penitenciária (1970) e desapropriação do prédio (1981).
Pasta 100.16	Comemoração dos 40 anos de atuação em Porto Alegre (1936-1976).
Pasta 100.18	Papéis referentes à doação do carro às Irmãs do Bom Pastor do Uruguai.
Pasta 100.20	Reportagens sobre a instituição veiculadas na imprensa (1950-1971).
Pasta 100.21	Correspondência particular das Irmãs (1980).
Pasta 100.22	Ata de Visita Extraordinária a Porto Alegre, por ocasião do afastamento da Irmã Elisabeth dos Santos (1977).
Pasta 100.23	Reportagens sobre a instituição veiculadas na imprensa (1962-1981).
Pasta 100.25	Registros e publicações em Diário Oficial (1950-1980).
Pasta 103.15	Nomeações para diretoria das Irmãs Maria José de Nazaré Dinis Peixoto e Maria José Brandão Furst (1977-1979).
Pasta 103.16	Documentos referentes à saída das Irmãs da administração da PFMP (1980-1981).
Pasta 103.17	Correspondência particular das Irmãs (1980).
Pasta 103.18	Decreto de desapropriação do prédio da Penitenciária (1980).

APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PRODUÇÕES SOBRE ENCARCERAMENTO POLÍTICO NA DITADURA

Autoria	Título	Ano	Universidade	Tipo
FARIA, Cátia.	Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar.	2002	UFF	Dissertação
SANTOS, Rodrigo Fonseca Vieira dos.	Memória e espaço prisional: a experiência das ex-presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979).	2006	Unirio	Monografia
FRANCHINI, Flávia Maria Ribeiro.	A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares.	2007	UFJF	Dissertação
ANTUNES, Fernanda Prince.	História e memória social: depoimentos de presos políticos – Presídio Tiradentes (1969-1973).	2008	UFU	Monografia
SCELZA, Maria Fernanda Magalhães.	Companheiros, camaradas e amigos: memórias de ex-militantes políticos e a formação do Partido da Ilha das Flores (1968-1973).	2009	UERJ	Dissertação
CÔRTEZ, Joana.	Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979).	2012	PUC-SP	Dissertação
SILVA, José Rodrigo de Araújo.	“Colônia de Férias de Olinda”: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964).	2013	UFPB	Dissertação
SÜSSEKIND, Elizabeth.	Estratégias de Sobrevivência e de Convivência nas Prisões do Rio de Janeiro.	2014	FGV	Tese
SANTOS, Thayana de Oliveira.	As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967).	2016	UFPE	Dissertação
SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante.	Memórias femininas no Bom Pastor – PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).	2017	UFPB	Dissertação
PINHEIRO, Clarice Costa.	Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970.	2017	UFBA	Tese
BENEDITO, Vanessa Oliveira.	Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar.	2017	UERJ	Dissertação
FARIAS, José Airton.	Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79).	2018	UFF	Tese
NOREK, Ayssa Yamaguti.	“Uma estação no círculo do inferno”: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979).	2020	PUC-RJ	Dissertação

Autoria	Título	Ano	Universidade	Tipo
FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri.	Arte na prisão: documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar.	2020	PUC-RJ	Tese
SILVEIRA, Bruno de Azambuja.	Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973).	2020	UFRGS	Dissertação

**APÊNDICE 4 – BIBLIOGRAFIA DO MAPEAMENTO DE LUGARES DE PRISÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA.**

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Penitenciária Lemos Brito	Salvador	BA	PINHEIRO, Clarice Costa. <i>Estar com ele, estar com ela</i> : memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
Instituto Penal Paulo Sarasate	Aquiraz	CE	FARIAS, José Airton de. <i>Pavilhão sete</i> : experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
Penitenciária Estevão Pinto	Belo Horizonte	MG	COMISSÃO da Verdade em Minas Gerais. <i>Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais</i> . Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
Penitenciária José Edson Cavaliéri	Juiz de Fora	MG	RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. <i>A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares</i> . 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
Penitenciária Agrícola José Maria Alkimin	Ribeirão das Neves	MG	COMISSÃO da Verdade em Minas Gerais. <i>Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais</i> . Belo Horizonte: COVEMG, 2017.
Colônia Penal Magalhães Pinto	Ribeirão das Neves	MG	COMISSÃO da Verdade em Minas Gerais. <i>Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais</i> . Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Presídio São José Liberto	Belém	PA	FILHO, Paulo Fonteles. Filho dessa raça não deve nascer. In: SÃO PAULO. <i>Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil</i> . Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.
Presídio do Ahú	Curitiba	PR	BORGES, Luana Regina. <i>Ditadura e gênero: mulheres no movimento estudantil paranaense</i> . 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020. CALCIOLARI, Silvia. <i>Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)</i> . 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
Penitenciária Feminina de Piraquara	Piraquara	PR	BRASIL. <i>Relatório da Comissão Nacional da Verdade</i> . Brasília: CNV, 2014.
Penitenciária Barreto Campelo	Itamaracá	PE	CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. <i>Dossiê Itamaracá. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)</i> . 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
Colônia de Férias de Olinda	Olinda	PE	SILVA, José Rodrigo de Araújo. <i>“Colônia de Férias de Olinda”</i> : presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
Casa de Detenção de Recife	Recife	PE	SANTOS, Thayana de Oliveira. <i>As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)</i> . 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Colônia Penal do Bom Pastor	Recife	PE	SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. <i>Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)</i> . 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
Penitenciária Estadual do Piauí	Teresina	PI	STEINKE, Sabrina. A repressão política, durante a ditadura civil-militar de 1964, no Piauí relatada no acervo da Comissão de Anistia. In: <i>Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral</i> , Fortaleza, 2017.
Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande)	Ilha Grande	RJ	<p>FARIA, Cátia. <i>Revolucionários, bandidos e marginais</i>. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.</p> <p>MALAVOTA, Leandro Miranda. O início da Falange Vermelha. In: <i>Anais do XXIII Simpósio Nacional de História</i>, Londrina, 2005.</p> <p>SUSSEKIND, Elizabeth. <i>Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro</i>. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.</p> <p>BENEDITO, Vanessa Oliveira. <i>Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar</i>. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.</p>

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Fortaleza de Santa Cruz (Presídio do Exército)	Niterói	RJ	LOUREIRO, Bárbara Nunes Alves; MAEDA, Bianca Izumi; SIMINI, Fábio Villani. Memória e espaço: a inserção dos presos políticos nos presídios do Estado do Rio de Janeiro. In: <i>XIII Encontro de História Anpuh-Rio, Rio de Janeiro</i> , 2008.
Instituto Penal Esmeraldino Bandeira	Rio de Janeiro	RJ	FARIA, Cátia. <i>Revolucionários, bandidos e marginais</i> . Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
Instituto Penal Talavera Bruce	Rio de Janeiro	RJ	NOREK, Ayssa Yamaguti. “ <i>Uma estação no círculo do inferno</i> ”: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Penitenciária Professor Lemos Brito	Rio de Janeiro	RJ	CARDOSO, Cristina Leite Lopes. <i>Memória, trabalho e identidade social: a experiência prisional na Penitenciária Lemos Brito</i> . 2008. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. FARIA, Cátia. <i>Revolucionários, bandidos e marginais</i> . Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
Presídio Hélio Gomes	Rio de Janeiro	RJ	SUSSEKIND, Elizabeth. <i>Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro</i> . 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. FREITAS, Alípio de. <i>Resistir é preciso</i> . Rio de Janeiro: Record, 1981.

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Presídio Milton Dias Moreira	Rio de Janeiro	RJ	FARIA, Cátia. <i>Revolucionários, bandidos e marginais</i> . Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
Ilha das Flores	São Gonçalo	RJ	SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. <i>Companheiros, camaradas e amigos</i> : memórias de ex-militantes políticos e a formação do Partido da Ilha das Flores (1968-1973). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
Penitenciária Estadual de Jacuí	Charqueadas	RS	COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. <i>“Bagulhão”</i> : a voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2015.
Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio)	Porto Alegre	RS	<p>BARETTA, Jocyane Ricelly. <i>Uma arqueologia do inferno</i>. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985). 2020. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.</p> <p>ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). In: <i>IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria</i>. Buenos Aires, 2016.</p> <p>SILVEIRA, Bruno de Azambuja. <i>Ilha do Presídio</i>: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.</p>

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Penitenciária Feminina Madre Pelletier	Porto Alegre	RS	<p>BARETTA, Jocyane Ricelly. <i>Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)</i>. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.</p> <p>BARETTA, Jocyane Ricelly. <i>Uma arqueologia do inferno</i>. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985). 2020. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.</p> <p>ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). In: <i>IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria</i>. Buenos Aires, 2016.</p> <p>MAGRO, Maria Eduarda. <i>A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão: mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1970)</i>. 2020. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.</p>
Presídio Central	Porto Alegre	RS	<p>ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). In: <i>IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria</i>. Buenos Aires, 2016.</p>
Presídio Regional de Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	SP	<p>COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. <i>“Bagulhão”</i>: a voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2015.</p>

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Casa de Custódia de Taubaté	Taubaté	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Casa de Detenção de São Paulo	São Paulo	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Penitenciária do Estado de São Paulo	São Paulo	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Penitenciária Feminina da Capital	São Paulo	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo. <i>Relatório – Tomo I: recomendações gerais e recomendações temáticas</i> . São Paulo: Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, 2015.

Instituição	Cidade	Estado	Bibliografia
Presídio do Hipódromo	São Paulo	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Presídio Militar Romão Gomes	São Paulo	SP	FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
Presídio Tiradentes	São Paulo	SP	NOREK, Ayssa Yamaguti. “ <i>Uma estação no círculo do inferno</i> ”: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. <i>Arte na prisão</i> . Documentos-testemunhos das experiências de presos políticos de São Paulo durante a ditadura militar. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ANEXO 1 - PUBLICAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (SP) EM MAIO DE 1970 NEGANDO A EXISTÊNCIA DE PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

FOLHA DE S. PAULO

Ano XLIX Um jornal a serviço do Brasil São Paulo, sábado, 9 de maio de 1970 Nº 14.937

Preço do exemplar diariamente: NCr\$ 0,40

Declar. Presidente: Octávia Frias de Oliveira

Adm. e Ed.: Al. Bello de Lima, 825

Governo desmente violência

A Secretaria de Imprensa da Presidência da República divulgou ontem na Gazetaria nota oficial desmentindo a prática da tortura nas prisões brasileiras, assim como a existência, no País, de grupos políticos, acrescentando que "ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação ideológica defendida pelo Governo".

A nota explica que há, porém, terroristas detidos enquanto respondem a processo regular pela crimes que praticaram, incluindo pessoas infames, assaltando bancos e particulares, e seqüestrando diplomatas para negociar a sua troca por prisioneiros".

Na íntegra, a nota é a seguinte:

"Histórico comprovado, inspirado por agências internacionais de subversão e apoiado por uma parte notável e massacrada da imprensa estrangeira, vem nos últimos tempos, segundo o Brasil de prática corrente, com a presença de julgamentos e torturas a pessoas pessoas políticas. Tudo isso faz parte, indubitavelmente, de uma campanha difamatória montada e sustentada por aqueles que não se conformam com o desenvolvimento brasileiro, dentro da liberdade. Fundamentalmente, não respondem a nenhum dos ideólogos do Brasil, quando se trata de País e sua taxa de crescimento, aumentando expectativas, equiparando a situação econômica, abrindo mercados que respondem ao ritmo, sustentando escolas e hospitais, observando que não se agitam a situação nos de desenvolvimento de países e do povo brasileiro".

É a íntegra que, na sua deslealdade, busca gerar dúvida entre leitores desinformados, amigos e aliados e tentar a disseminar no País, em uma tentativa de retroceder o Brasil a um estágio primitivo e a situação das nações livres, porém, inequivocamente, há grupos estrangeiros que se agitam, estrangeiros e em agências internacionais que, não tem direito por serem devidamente identificados, iguais em qualquer, em suas práticas de tortura".

O governo da República, por intermédio do Ministério da Justiça, levou termo e respeito desmentido a nota tal natureza. Não há, nem houve, possibilidade de tortura e outro brasileiro. O governo sempre perseguiu a todos aqueles que se agitam, integrando-os na ordem jurídica e sua educação. A existência de organizações de indivíduos e os tribunais de pressões não são a prática de tortura".

Não há tortura em nossas prisões. Também não há grupos políticos. No Brasil ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação ideológica defendida pelo governo. Há, porém, terroristas detidos enquanto respondem a processo regular pela crimes que praticaram, incluindo pessoas infames, assaltando bancos e particulares, e seqüestrando diplomatas, para negociar a sua troca por prisioneiros".

Além, vítimas a troca dos diplomatas por seqüestrados, incluindo representantes pelos terroristas, seqüestrados que recebem dados apresentados através de notícias e tortura".

Em sua íntegra, inclusive jornalista estrangeiro, da possibilidade de movimento retroceder internacional, retroceder a este desenvolvimento, sendo, como sempre tem sido, pelo País todo, o tratamento a todos que o Brasil apresenta a todos que não se agitam, em seqüência de suas ideias e de sua orientação. Há, porém, indivíduos de outras terras e do mesmo país, que se agitam a situação e a desgracia que nascem".

Seca: Medici aumenta em NCr\$ 15 milhões as verbas da SUDENE

O presidente Getúlio Vargas assinou ontem, o 1.º decreto que aumenta em NCr\$ 15 milhões em favor do Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. Os recursos foram alocados mediante aplicação de recursos do Ministério do Interior, Costa Carvalho, e se destinam a atender às necessidades dos municípios nordestinos afetados pela seca.

CIENCIA E TECNOLOGIA	
A NOSSA CORRIDA CONTRA O TEMPO	
Domingo no Caderno Especial	
Diá encoberto e menos frio	Assuntos diversos
18 de maio destacado e festa de São João	EXTENSÃO ... 2 3 4 5 6
19 de maio destacado e festa de São João	POLÍTICA ... 2 3 4 5 6
20 de maio destacado e festa de São João	NACIONAL ... 2 3 4 5 6
21 de maio destacado e festa de São João	LOCAL ... 2 3 4 5 6
22 de maio destacado e festa de São João	ECONOMIA ... 2 3 4 5 6
23 de maio destacado e festa de São João	ESPORTE ... 2 3 4 5 6
24 de maio destacado e festa de São João	TURISMO ... 2 3 4 5 6
25 de maio destacado e festa de São João	INF. GERAL ... 2 3 4 5 6
26 de maio destacado e festa de São João	TELEVISÃO ... 2 3 4 5 6
27 de maio destacado e festa de São João	NECROLOGIA ... 2 3 4 5 6

O ministro Juracy Passiarinho em reunião ontem em São Paulo a respeito nacional sobre o analfabetismo.

O País todo ensinará os analfabetos

Para reduzir a taxa de analfabetismo do Brasil a metade mínima, o Ministério da Educação iniciará em 8 de setembro — Dia Mundial Contra o Analfabetismo — uma campanha com a participação de todos os setores nacionais, desde emissoras de rádio até casas-lá-casa — atividades dentro o ministro Juracy Passiarinho em palestra realizada no Rotary Club de São Paulo.

O ministro da Educação considerou particularmente grave a atual taxa de analfabetismo brasileira: apenas 58 em cada cem crianças fazem o curso primário.

— No recenseamento de analfabetos, contam-se apenas as pessoas com mais de 15 anos. De menor idade, que não frequentam escolas, são analfabetos em potencial para as estatísticas. Por isso, a primeira meta do Ministério da Educação será aumentar a taxa de escolarização, disse ele.

O ministro Passiarinho disse também que 93 por cento das crianças que iniciam o primário não atingem o segundo ciclo. Principal motivo da evasão, segundo ele, é a deficiência de ensino médio.

Nossa política não confere qualquer possibilidade imediata de profissionalização aos alunos, concluiu o ministro.

PÁG. 3

Prevista grande manifestação hoje em Washington

NOVA YORK, 8. - Em Wall Street, um grupo de operários tenta sacar as estatuetas polícias. Ao fundo, o Bairo. AP

O Departamento de Justiça dos EUA anunciou que cerca de 100 mil estudantes deverão participar hoje da manifestação de protesto em Washington contra a existência da guerra no Indochina e a morte de jovens universitários em Ohio.

O cardeal Richard Cushing e outros religiosos norte-americanos criticaram ontem duramente a guerra e pediram o seu fim imediato. Um grupo de imigrantes homens de empresas dos EUA, por outro lado, apoiaram a ação do presidente Nixon. Um grupo de 300 trabalhadores em construção civil entrou ontem em choque com os pacifistas em frente à Prefeitura de Nova York. Estavam fechadas outras 227 universidades dos EUA devido à agitação estudantil.

No Indochina, as tropas do Exército canadense, auxiliadas pelos aliados, avançam em direção ao estratégico porto de Vinh Lian, a fim de impedir a possibilidade de um ataque vietnamita contra Phnom Penh.

PÁG. 2, 5 e 7

Banco Central amplia incentivos e as ações têm alta nas Bolsas

Uma modificação no sistema dos fundos de investimento 197, adotada ontem pelo Banco Central, e que permitiu o aumento de 1/3 para 2/3 os volumes aplicados em ações, provocou grande movimentação nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo. A maioria das ações fechou em alta. NCr\$ 15 milhões deverão ser aplicados pelas fundações 197, apenas no ano de 1970. Em São Paulo, a alta foi de 2,5%.

PÁG. 12

O prefeito Paulo Maluf inaugura ontem a obra de 7 quilômetros de extensão Highway Unidões inaugurada do rio Paraíba entre os pontos de Maracá e Saco. Com 14 metros de largura, esta via facilitará o acesso e melhorará a comunicação entre os pontos de Maracá e Saco. A obra será executada pela Companhia Saneamento de São Paulo. A Prefeitura é responsável pela construção de 27 quilômetros de obra, dos quais 75% (22 quilômetros) já estão concluídos. — Pág. 9

BOLETIM DO MEXICO

COTAÇÃO
Subiu a cotação do Brasil para o conjunto do título, segundo os mexicanos, que não têm no seu seloção.

GUANAJUATO
A viagem dos brasileiros, de Guanajuato para Guanajuato, foi feita sob proteção do Palácio mexicano.

TORCIDA A FAVOR
No Júpiter de a México ser eliminado nos oitavo de final e do Brasil passar para os quartos de final, acredita-se que o torcedor local dará sua preferência para o brasileiro, no resumo do Cipo.

ANEXO 2 – PUBLICAÇÃO DO JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RS) EM MAIO DE 1970 NEGANDO A EXISTÊNCIA DE PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL.

DIARIO DE NOTICIAS

- Porto Alegre, 3.ª-feira, 12 de Maio de 1970 Página 4

Caminho acertado

O governo brasileiro acaba de tomar uma resolução digna de maiores aplausos. Em 1961 a mandada aos juristas pela Presidência da República, através de sua Secretaria de Imprensa, contestou que haja tortura de presos políticos no Brasil, anunciando ao mesmo tempo que dirigirá contra as personalidades estrangeiras, inclusive jornalistas, a fim de que aqui venham fazer a comprovação pessoal dos fatos.

Para isso surtiram-se abertas as prisões brasileiras. Esse procedimento vale por si só como um testemunho de que o governo não tem que temer nesse sentido.

Quando fomos vultos ao exterior a ideia de que se praticava no Brasil o genocídio de índios, o governo deu a melhor resposta possível, chamando etnólogos, antropólogos e jornalistas a visitarem as regiões habitadas pelos mesmos indígenas, onde, em plena liberdade, poderiam fazer a investigação que lhes parecesse necessária.

O resultado foi positivo. Todos quantos saíram do controle do governo brasileiro puderam ver com os próprios olhos a falsidade das notícias maliciosamente expostas em jornais europeus de que o Brasil adotara uma política de extermínio sistemático de suas populações aborígenes.

Não poderia ter havido documento melhor, e se a situação ainda persiste na Europa, já não merece lá a grande maioria daqueles que a princípio tinham acreditado as invenções, achar hoje convencido de que foi vítima de uma pura farsa.

Depois de a ter o mesmo comportamento relativo às informações amplamente divulgadas na imprensa europeia e americana de que os presos implicados em atos de terrorismo recebem torturas nas prisões, o governo brasileiro obtém o mesmo resultado favorável.

Resta convenientemente enviar personalidades como o senador Edward Kennedy ou o senhor Sulzberg, diretor do "New York Times", além de figuras proeminentes europeias, inclusive do Comitê Jurídico Internacional, para virem ao Brasil, dando-se-lhes plena liberdade de ação no sentido de se pôr em contato com as pretensas vítimas das torturas.

Outra afirmação na nota do governo corroborada pela Secretaria de Imprensa é a de que não existem presos políticos em nosso País, dizendo testualmente:

"No Brasil ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação democrática definida pelo governo. Há, porém, terroristas detidos, empianho responder a processo regular pelos crimes que cometeram".

Além de crimes semelhantes, em toda parte do mundo, são encarados para responder a processo, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus.

Aqueles que divergem politicamente do governo, mantendo-se dentro da lei, como é dever de todos, não são necessariamente presos políticos. Quem está na prisão é porque responde por atos de violência, pela prática do terrorismo, como assaltos e bancos, homicídios e seqüestros.

Haverá alguns regimes democráticos no mundo que detém em liberdade os autores de semelhantes delitos?

Não pouco o cidadão sulgo em Salvador pode verificar a realidade de notícias que circulavam em jornais europeus sobre a situação de uma compatriota sua detida na Bahia.

O cidadão vai ao México, tendo ouvido dela própria a declaração de que não sempre esteve bem tratada.

Quando os seqüestradores do medalhão americano ou do cidadão japonês em São Paulo exigiram a troca desses diplomatas por delinqüentes, cuja tortura indicaram ao governo, pôde-se verificar que nenhum deles apresentava sinais de tortura.

As afirmações oficiais poderão ser postas em dúvida, mas o que fica aqui mesmo devidamente separado por visitantes estrangeiros e não poderá evidentemente ser contestado lá fora.

É do nosso dever preservar a correta imagem do Brasil, que sempre conhecemos procuram com tanto afeto e interesse, pela divulgação de grosserias falsas. Nenhum meio mais eficiente é indicado do que pedir aqueles que se fizeram de boa fé portadores da verdade, que venham pessoalmente testemunhar a verdade.

ANEXO 3 – REPORTAGEM DO JORNAL ZERO HORA (RS) EM 1975 SOBRE A EXISTÊNCIA DE CELAS DE CASTIGO NA PFMP.

POLÍCIA ZERO HORA - Domingo, 23 de Novembro de 1975

AS DUAS FACES DO PRESIDIO FEMININO

Reservadamente visitamos o Estabelecimento de Detenção Feminina que funciona no bairro de Coqueiros, no Departamento de Policia da Grande Porto Alegre. Foi acompanhado pelo delegado de Policia da Escadaria de Policia Maria Padua. Ho dia, o deputado Cesar Augusto Ribeiro chegou a apontar a presenca de mulheres em celas de castigo do Estab.

... (text continues) ...

Violencia

A detida, Maria Elizabeth, conta a existencia de celas de castigo.

... (text continues) ...

As duas faces do presidio feminino

... (text continues) ...

Voce e o Detetive

... (text continues) ...



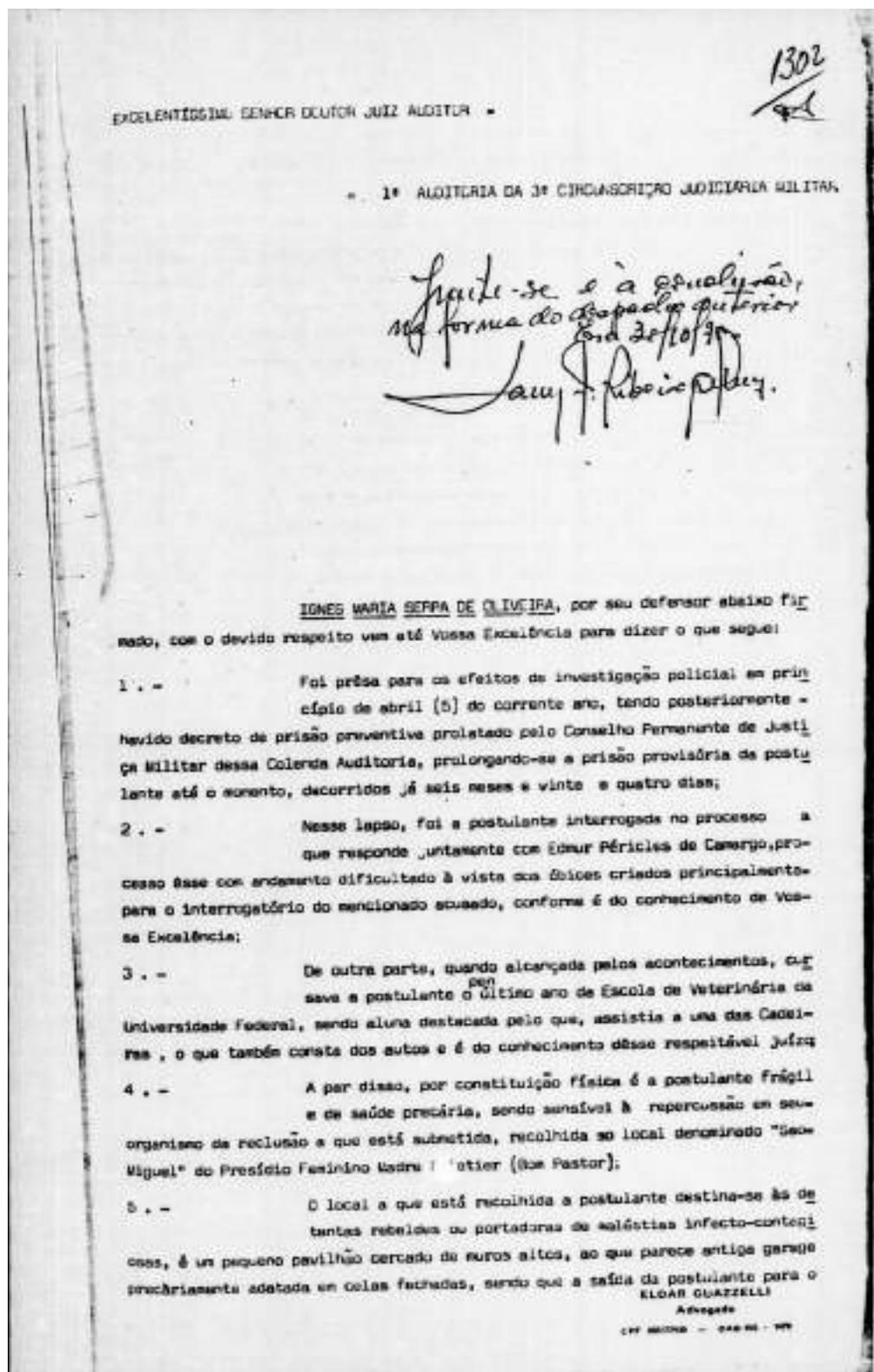
Maria Elizabeth numa celula



As celas femininas destinadas para castigo

Disponível no Acervo Bom Pastor (Caixa 100.23) / Jornal Zero Hora, 23 de novembro de 1975.

ANEXO 4 – DOCUMENTO IDENTIFICA O ESPAÇO DAS SOLITÁRIAS COMO “SÃO MIGUEL”.



ANEXO 5 – ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO DE IGNEZ, ASSINADO POR
MADRE BETH.

1304
De


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
PENITENCIÁRIA FEMILINA MADAS PELLEGRINI

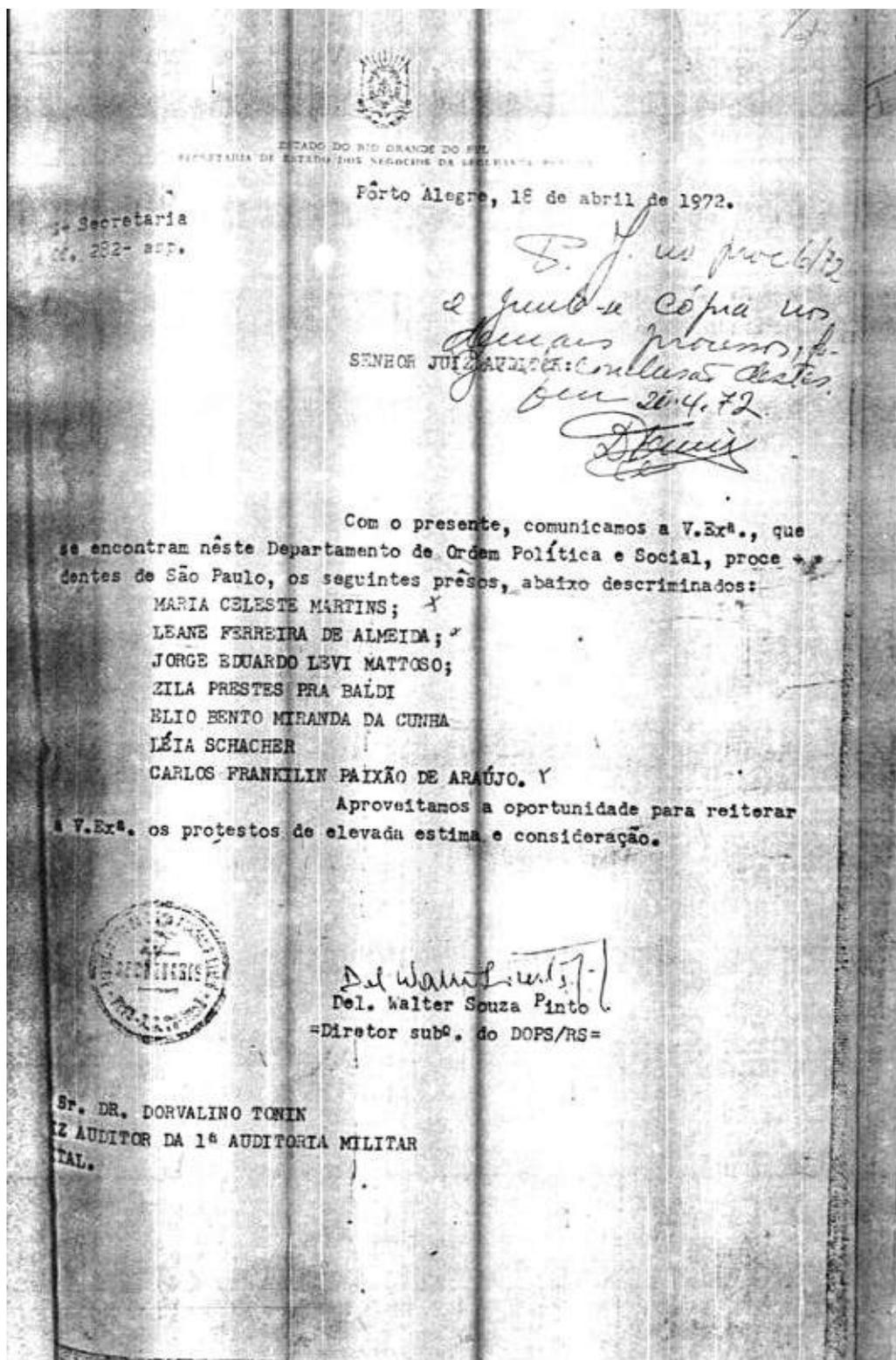
A T E S T A D O

Atesto para os devidos fins, que IGNEZ MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA, tem mantido ótimo comportamento nesta Penitenciária, desde a data de seu recolhimento, tendo sempre mostrado boa vontade em colaborar com a Direção, sempre que solicitada, para fazer trabalhos manuais como: bordados, cartazes, pinturas etc.

Porto Alegre, 20 de outubro de 1970


p/Diretora

ANEXO 7 – TRANSFERÊNCIA DE LEANE, LEIA, MARIA CELESTE E ZILÁ À PORTO ALEGRE.



ANEXO 8 – APRESENTAÇÃO DE VERA STRINGHINI À PENITENCIÁRIA FEMININA
MADRE PELLETIER.


PÓDER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 7.ª C. J. M.

RECIFE, 09 de maio de 1972.

OFÍCIO N.º -571-

Do : Dr. Auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar.
Ao : Ilmo. Sr. Dr. Diretor da Penitenciária Feminina "Madre Pelletier" - Porto Alegre/RS
Ass: Apresentação de detenta (faz)

I - Apresento-vos a sentenciada VERA LÚCIA STRINGUINI, conduzida pelo Agente Federal Abdorah da Mota Gomes Filho, a fim de que a mesma cumpra nessa Penitenciária, o restante da pena que lhe foi imposta pela Justiça Militar.

II - Atenciosas saudações.

Antônio Carlos de Salgas Telles
Antônio Carlos de Salgas Telles
Auditor da 7ª CJM

ANOTADO

Emb. 01/07-8
U. A. C. J. M. GAL
FUNÇÃO: R. 10

ANEXO 9 – ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO DE LEANE, ASSINADO PELA
DIRETORA SUBSTITUTA IRMÃ MARIA FLORENTINA TELES.

1864
21


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
" Penitenciária Feminina Madre Pelletier "

A T E S T A D O

Atesto para os devidos fins, que a
Interna LEANE FERREIRA DE ALMEIDA desde sua entrada
nesta Penitenciária Feminina, vem registrando bom -
comportamento, não tendo apresentado nada em desa -
bono a sua conduta carcerária.

Mantém bom relacionamento com os -
Funcionárias, Irmãs e Direção desta Penitenciária -
Feminina.....

Porto Alegre, 21 de novembro de 1972.

Irma Maria Florentina Teles
IRMÃ MARIA FLORENTINA TELES
DIRETORA SUBSTITUTA



ANEXO 11 – REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO PARA MARIA CELESTE.

7972
ad


 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA
 SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
 " PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER "

Of. nº 188/73
GD-TCM Porto Alegre, 12 de julho de 1973.

M. Juiz,

*J. J. a cond. de
Jul 12/73
D. J. J.*

Vimos com o presente solicitar de V. Excia., licença para a Interna MARIA CELESTE MARTINS que se encontra nesta Penitenciária Feminina cumprindo pena imposta pela Justiça Militar, fazer um tratamento dentário fora desta Penitenciária Feminina, custodiada por elemento desta Penitenciária.

Na oportunidade, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Irmã Maria Lucia Ferreira
Irmã Maria Lucia Ferreira
P/Diretora

1ª AUDITORIA DA 3ª C. J. M.

Exmo. Sr.
Dr. Dorvalino Tonin
M. Juiz Militar
N/Capital

JUSTIÇA MILITAR

1ª Auditoria da 3ª C. J. M.

Nº 695

Entrada 12 - 07 - 73

Protoc. nº 16 Dp. nº 44